

Desidério Luís Sares Batista

# **PAISAGEM, CIDADE E PATRIMÓNIO**

## **O SISTEMA URBANO OLHÃO - FARO - LOULÉ**

### **PROPOSTAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÕES INTEGRADAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Évora  
para a obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem

Orientação Científica: Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

(Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo Júri)

Évora, 2009



**PAISAGEM, CIDADE E PATRIMÓNIO**  
**O SISTEMA URBANO OLHÃO - FARO - LOULÉ**  
PROPOSTAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÕES INTEGRADAS  
DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

Desidério Luís Sares Batista

**PAISAGEM, CIDADE E PATRIMÓNIO**  
**O SISTEMA URBANO OLHÃO - FARO - LOULÉ**  
**PROPOSTAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÕES INTEGRADAS**  
**DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Évora  
para a obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem

Orientação Científica: Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge



170 183

(Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo Júri)

Évora, 2009

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que me acompanharam ao longo deste percurso, em particular à minha família e aos “amigos do peito” Manuel Santana e Nina, cujo estímulo e incentivo foi essencial para a concretização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Virgolino Ferreira Jorge, quero deixar expresso um agradecimento muito especial pelo interesse no tema escolhido e pela sua disponibilidade, e contribuição científica e pessoal, para o desenvolvimento desta dissertação.

Considero que a sua perspectiva sensível e holística da Paisagem e do Património, me deu, ao longo da minha formação académica e profissional, um contributo fundamental, que me incentivou à investigação desta temática e ao desenvolvimento de abordagens abrangentes e multidisciplinares.

Aos colegas Amélia Santos e Henrique Cabelreira agradeço a disponibilidade sempre manifestada, o encorajamento e o imprescindível apoio técnico-informático.

Aos ex-alunos Pedro Faustino e Lúri Chagas, promissores Arquitectos Paisagistas, agradeço a colaboração prestada na realização da componente gráfica deste trabalho.

Uma palavra de agradecimento ao Instituto Geográfico do Exército, na pessoa do seu Director, Coronel Manuel da Silva Couto, pela cedência gratuita de cartografia digital.

Finalmente, devo agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a bolsa de estudos concedida, que em muito facilitou o desenvolvimento desta dissertação de doutoramento, no seu início.

# ÍNDICE

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento geral .....	1
1.2 Objectivos, conteúdo e estrutura de investigação .....	7

## 2. PAISAGEM

Análise da evolução semântica e histórica do conceito de paisagem .....	11
2.1. Perfil evolutivo das distintas aproximações disciplinares .....	14
2.1.1. Evolução terminológica e conceptual do vocábulo paisagem desde a aproximação inter-disciplinar da arquitectura paisagista .....	18
– A dimensão poliédrica da noção de paisagem .....	27
i) estética e poética – beleza e harmonia .....	28
ii) ecologia e ética – filosofia do ambiente e moral .....	33
iii) cultura – património .....	39
iv) economia – utilidade .....	44
2.1.2. Aproximação ao conceito de paisagem no direito português e internacional .....	52
2.2. Paisagem natural e paisagem cultural .....	59
2.3. Paisagem rural, paisagem urbana e metropolitana .....	65
2.4. Paisagem global	
A ideia de paisagem global na perspectiva da interpretação e intervenção na paisagem contemporânea .....	72

## 3. CIDADE

Formulação de uma abordagem holística ao desenvolvimento e evolução do conceito de cidade .....	78
3.1. Análise dos aspectos mais relevantes da actual discussão em torno da noção de cidade .....	80
3.2. Cidade compacta e cidade difusa	
Análise dos dois modelos de ocupação e organização espacial .....	90
3.2.1. Caracterização do modelo de cidade compacta do ponto de vista económico, social, espacial e ambiental .....	92
3.2.2. Factores cuja conjugação está na origem do modelo de cidade difusa ...	95
– Fenómenos, processos e formas responsáveis pela sua configuração	105
3.2.3. Avaliação comparativa do nível de organização e confrontação de ambos modelos .....	114

3.3. Cidade-região	
O conceito de cidade-região na perspectiva da interpretação e intervenção nos territórios urbanos contemporâneos .....	119
4. PATRIMÓNIO	
Contributos para a análise etimológica e conceptual da noção de património .....	125
4.1. Património natural e património cultural .....	131
4.2. Património urbano, património arquitectónico e arqueológico .....	143
4.3. Património paisagístico: a ideia unificadora do conceito de património	
Da harmonização de conteúdos e objectivos dos conceitos de paisagem, cidade e património às novas formas de entender a paisagem como património .....	155
5. PAISAGEM E PATRIMÓNIO: O (RE) DESENHO DA CIDADE	
O contributo das noções, holísticas e integradoras, de paisagem, cidade e património na definição de outros rumos para a <i>urbe</i> contemporânea .....	166
5.1. Para um novo desenho urbano: global, estratégico e sistémico.....	168
5.1.1. Formulação de novas abordagens de planeamento e desenho urbano apoiadas em princípios de sustentabilidade .....	169
i) princípios formais e estéticos .....	179
ii) princípios ecológicos e sociais .....	182
iii) princípios económicos .....	185
iv) princípios institucionais .....	186
5.2.1. As estratégias e as metodologias de intervenção na paisagem global da cidade-região – linhas conceptuais .....	191
i) novos paradigmas para a resolução dos problemas do actual processo de urbanização da paisagem .....	192
ii) adopção das teorias da complexidade e da cultura do fragmento ..	197
iii) a intervenção baseada no conceito de estrutura e no princípio da continuidade natural e cultural .....	200
iv) a ecologia da paisagem como instrumento preferencial para aplicação ao ordenamento paisagístico e ao projecto urbano e territorial .....	203
v) o conceito de <i>landscape urbanism</i> como o desenho ambiental do sistema de espaços não-edificados que estrutura a região urbana ..	211

<b>6. ESTUDO DE CASO</b>	
O sistema urbano Olhão – Faro – Loulé .....	216
6.1. Introdução .....	216
6.2. Metodologia proposta - «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património».	218
6.2.1. Agentes e dinâmicas de transformação da paisagem .....	223
i) Caracterização do padrão paisagístico .....	224
ii) Principais dinâmicas de transformação .....	229
iii) Análise da dinâmica urbanizadora e construtiva entre 1980 e 2004..	231
6.2.2. Análise da morfologia da paisagem. Interpretação ecológica e cultural.	233
i) Geologia–Geomorfologia–Hidrogeologia–Património geomorfológico	234
ii) Relevo – Morfologia da Paisagem Rural e Natural .....	241
-Hipsometria; Hidrografia e estruturas hidráulicas; Declives;	
Orientações do terreno; Morfologia do terreno	
iii) Solos – Património pedológico .....	253
iv) Flora e vegetação .....	256
v) Estrutura fundiária e Tipologias de espaço rural e natural .....	260
vi) Património paisagístico: património natural e cultural .....	270
vii) Rede viária .....	273
viii) Área edificada existente .....	276
ix) Mosaico paisagístico: estrutura, funcionamento e mudança .....	279
xi) Unidades de paisagem .....	288
6.3. Propostas para uma estratégia de intervenções integradas .....	299
6.3.1. Bases para uma proposta de organização espacial e funcional: um	
mosaico paisagístico para o litoral centro do Algarve .....	301
6.3.2. Contributos para a reestruturação do sistema urbano recorrendo à	
morfologia da paisagem como instrumento do seu ordenamento .....	312
<b>7. CONCLUSÕES</b> .....	327
Lista de Figuras .....	339
Lista de Quadros .....	341
BIBLIOGRAFIA .....	342



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Enquadramento geral

As actividades humanas desenvolvem-se de forma sistemática, cumulativa e continuada sobre a Terra, desde há milhares de anos, produzindo alterações significativas na sua face.

Desde que o Homem primitivo recolheu os primeiros frutos da Natureza e caçou os primeiros animais, teve início um lento mas profundo processo de transformação do território cujo resultado, visível para todos, é a construção de Paisagens.

Esta decorre para além da acção directa da Natureza, directamente da acção humana sobre a matriz biofísica com vista à transformação dos ecossistemas naturais no sentido do aproveitamento eficaz dos recursos e é, implicitamente, influenciada pela sua cultura.

Durante milénios e até há relativamente pouco tempo, este processo caracterizou-se, ao nível do planeta, por um relativo equilíbrio Homem – Natureza consequência de acções colectivas baseadas num conhecimento empírico e inter-geracional, e sensibilidade aos processos naturais, de que resultaram paisagens tradicionais caracterizadas pela beleza e harmonia.

No entanto, ao longo do último século e fundamentalmente nas últimas décadas, este equilíbrio tem vindo a ser seriamente comprometido e este tipo de actuação a ser substituído pelo cada vez mais acelerado, intenso e abrangente processo de metamorfose e degradação paisagística, à medida que aumentou o ritmo, a escala e a complexidade das intervenções.

Se durante grande parte da história da Humanidade, a exploração e utilização dos recursos se limitou a espaços muito concretos e se baseou no aproveitamento e ocupação equilibrada dos mesmos, a evolução das sociedades, das perspectivas económicas e dos valores dominantes ditaram, mais recentemente, alterações nas actividades económicas e nos sistemas de exploração do território, assim como nos meios e modos de vida que, baseados numa visão de curto prazo e na procura do rápido rendimento, têm sido responsáveis pela progressiva degradação paisagística e ambiental.

Com efeito, hoje em dia, através do elevado nível tecnológico alcançado, de uma população mundial crescente com uma profunda alteração quer da sua distribuição espacial, quer das suas necessidades e comportamentos, e do enorme crescimento e desenvolvimento das cidades, as intervenções humanas atingem níveis de abrangência e de influência nunca antes experimentados. Intervenções que têm desrespeitado, com demasiada frequência, as próprias “regras e limites” da paisagem, originando situações que põem em risco a sua estabilidade física, integridade ecológica, identidade cultural e sustentabilidade económica, para além da qualidade de vida do próprio Homem e as suas perspectivas de futuro.

O Homem parece ter esquecido o seu lugar no Ecossistema Global e o seu papel, como agente primordial, no processo de construção e gestão da paisagem, enquanto seu habitat.

Embora seja evidente que, globalmente, se assistiu a um progresso no percurso do Homem ao longo do tempo, nem sempre as conquistas que marcaram este processo se têm reflectido num efectivo desenvolvimento social, cultural e económico, não sendo, por isso, exagerado referir que, como resultado de uma exploração do território com o objectivo único da maximização da sua produtividade, alheia à importância e ao valor dos sistemas naturais e dos mosaicos culturais que sustentam e qualificam a paisagem contemporânea, esta apresenta-se, globalmente, em crise.

Os sintomas da crise que afecta a paisagem neste início de milénio, consequência da aceleração e intensificação drástica dos processos de transformação, manifestam-se através de um vasto conjunto de problemas e desequilíbrios que, não sendo exclusivos da época actual, adquiriram uma gravidade sem precedentes por: (i) se terem generalizado em termos espaciais, ocorrendo tanto no campo como na cidade e nesta quer no centro, quer na periferia, (ii) corresponderem, em termos temporais, a processos mais rápidos e, muitas vezes, irreversíveis, e no geral (iii) se tratar de intervenções que demonstram quer um absoluto desprezo e desrespeito pelo esforço dispendido e saber acumulado pelas sucessivas gerações, quer pela falta de compreensão e sensibilidade relativamente à essência, ao funcionamento, ao valor e complexidade das paisagens que são modificadas ignorando o seu valor económico, os seus conteúdos formais e estéticos, a continuidade dos ecossistemas, a riqueza patrimonial que detêm e a sua importância na qualidade de vida das comunidades humanas.

Se é evidente que a paisagem sofre, actualmente, uma série de processos de homogeneização e fragmentação associados à crescente urbanização, à extensão das redes de infra-estruturas de comunicação e às profundas modificações dos sistemas de utilização da terra, considerados os mais significativos e os de maior incidência sobre as estruturas morfológicas e funcionais da paisagem, é um facto que nos encontramos, hoje, numa situação de confronto entre as paisagens tradicionais e as contemporâneas.

Apesar de a paisagem, pelas razões já apontadas, ter evoluído nas últimas décadas no sentido da diminuição da sua diversidade e complexidade, e da perda de elementos e estruturas essenciais ao seu estado de equilíbrio funcional e ecológico, permanece, no entanto, uma parte da sua estrutura física e algumas referências espaciais reveladoras da relação simbiótica entre a sociedade e o território, que teimam em resistir a essa exagerada simplificação e tendência homogeneizadora.

Em face da constatação de que neste momento o Homem, apesar de estar a alterar rápida e profundamente as paisagens, não está, contudo, a eliminar por completo as suas formas de organização tradicional e as especificidades responsáveis pela identidade e carácter de cada uma delas, urge encontrar novas abordagens e novas respostas aos processos que configuram e dinamizam a paisagem actual, mosaico de paisagens construídas no passado e

no presente, onde o Homem desempenha, talvez nunca tanto como hoje, um papel fundamental e de grande responsabilidade.

Trata-se de, por um lado, encontrar a atitude correcta quer para integrar e articular harmoniosamente espaços distintos e contrastantes enfatizando a identidade e autenticidade de cada um deles, contrariando a hibridação das suas características, quer para qualificar as paisagens mais afectadas por um processo de transformação alheio à riqueza e singularidade do que nos foi legado.

Perante este novo desafio é necessário rever os modelos de ordenamento do território e responder com modelos ideológicos e práticos de planeamento e desenho da paisagem que procurem responder, de forma eficaz e completa, quer aos novos problemas ambientais e espaciais decorrentes do extraordinário desenvolvimento tecnológico e do actual processo de transformação territorial, quer às expectativas e necessidades da sociedade contemporânea.

Este pressuposto é útil para analisar uma questão essencial: a de, face às contínuas mutações paisagísticas e constantes mudanças sociais e económicas (interesses e desejos das populações, disponibilidades de recursos humanos e financeiros), traduzir para a prática um sistema de planeamento de natureza diferente que, sendo capaz de absorver as inevitáveis alterações espaciais, seja coerente com objectivos de salvaguarda, a longo prazo, das paisagens que mantiveram até aos nossos dias a sua herança cultural e equilíbrio espacial, e que pela sua invulgar qualidade se pretendem preservar; um sistema de planeamento e de desenho que consiga perspectivar a actuação na paisagem baseando-se no desenvolvimento de metodologias de intervenção inovadoras capazes de orientar as inevitáveis transformações, conciliando a permanência e valorização das estruturas naturais e antrópicas que lhe conferem singularidade e carácter, com a dinâmica de transformação ao nível da organização dos elementos que a compõem.

Neste sentido, se a preservação da paisagem é um objectivo primordial porque representa um património insubstituível e uma garantia da identidade colectiva, a sua transformação tem de ser controlada não só por razões ecológicas e da necessidade de assegurar a qualidade ambiental e das estruturas de suporte dos processos naturais, e das funções sócio-económicas dos ecossistemas, mas também por razões que se prendem com a sua definição e configuração espacial e formal.

Rejeitamos quer a ideia de que as consequências nocivas associadas ao uso indevido dos territórios e dos recursos, e ao seu planeamento ineficaz, são uma fatalidade, quer uma atitude imobilista e nostálgica de regresso ao passado.

Num contexto de intenso desenvolvimento e rápidas transformações, interessa-nos antes uma interpretação integrada e actualizada da paisagem fundamentada tanto nos seus valores espaciais e culturais, tradicionais, como numa visão dinâmica que ajude a compreender a

paisagem contemporânea e a possibilidade de a adaptar às necessidades e estratégias da sociedade, centrada numa forma inovadora de recriação e reinvenção do espaço.

Directamente relacionada com a noção de mudança que o território e a sociedade experimentam actualmente, e com as oportunidades de planeamento e de projecto que aquela proporciona, interessa-nos uma leitura global e transversal da paisagem que permita a todos os agentes intervenientes, com ou sem responsabilidades directas na sua transformação e gestão (políticos, técnicos, cidadãos em geral), encontrar o sentido que a paisagem possui nas suas dimensões ecológica, sócio-económica, cultural e sensorial, e nesta perspectiva orientadora de uma intervenção equilibrada sobre os importantes valores e os vários interesses em presença.

Numa época em que a paisagem é condicionada e afectada por um diversificado e complexo conjunto de actuações cada vez mais sectoriais e especializadas, e causando problemas cada vez mais graves (especulação imobiliária, ocupação urbana intensa e desordenada de solos com elevado valor ecológico e/ou agrícola, destruição e degradação do património), cuja resolução exige enormes custos sociais e ambientais, torna-se essencial uma interpretação ecológica e cultural da paisagem que permita apreender lógicas de desenvolvimento espaciais úteis ao processo de planeamento, orientando a formulação de novos objectivos tanto para a preservação, como para a transformação da paisagem, de modo a possibilitar actuações concertadas e consequentes no tempo, que recuperem o significado da paisagem e da cidade como património, integrando-o nos futuros processos de (re)desenho urbano e paisagístico.

Não nos restam dúvidas de que as rápidas e intensas transformações da sociedade e do território implicam e tornam necessárias mudanças importantes nos conceitos e modelos de organização e gestão da cidade e da paisagem.

Face à inoperância dos modelos e processos de planeamento em curso, nomeadamente no que diz respeito à falta de qualidade dos conteúdos formais dos espaços produzidos na actualidade e à visão sectorial e redutora de uma administração urbanística e territorial pouco eficaz, pretende-se efectuar, ao longo do presente trabalho, uma reflexão acerca do actual modelo de ordenamento espacial das actividades humanas procurando, também, indicar novas vias que permitam alcançar um novo modelo de organização e gestão territorial, mais esclarecido e eficaz, propiciador de paisagens social e ambientalmente sustentáveis.

Recorre-se, para isso, a uma abordagem teórica, conceptual de busca de novos conceitos e paradigmas, e formulação de estratégias e metodologias de intervenção integrada, igualmente experimental, apoiadas em princípios de sustentabilidade, utilizadas num estudo de caso concreto.

Foi este propósito, talvez demasiado ambicioso, que motivou a elaboração deste trabalho, para a qual se partiu com algumas convicções:

– de que a condição paisagística contemporânea, caracterizada pela oposição de realidades de diferentes naturezas em que a distinção entre a cidade e o campo se dissolve gradualmente, exige que se considere o funcionamento dos seus espaços e estruturas num sistema global e integrado, mantendo-os em conjunto tanto na análise actual da paisagem, como na intervenção sobre a mesma;

– de que a paisagem actual, marcada por uma intensa fragmentação espacial provocada pela dispersão da urbanização, por vias de comunicação em crescente expansão e pelo progressivo abandono dos sistemas agrícolas e a sua conversão em áreas expectantes em relação ao crescimento urbano, necessita de um novo modelo de organização e gestão que a assuma e ordene como um todo, com respeito por cada uma das suas partes;

– de que a cidade actual, cada vez mais regional quanto à sua extensão e influência, e plural quanto à sua forma física, simultaneamente compacta, difusa e em rede, onde se incluem espaços intersticiais, agrícolas e naturais, necessita de um novo modelo de planeamento e desenho que a encare numa perspectiva globalizante, considerando as suas diversas escalas territoriais;

– de que a indispensável visão globalizante sobre a paisagem e a cidade, requer uma concepção mais dinâmica e abrangente do património que inclua os distintos tipos de bens, tanto as criações da Natureza como as da Cultura, e a sua gestão integrada no âmbito dos processos de ordenamento e planeamento urbano e paisagístico.

A paisagem e o seu ordenamento, no qual se inclui o planeamento e desenho da cidade, e a salvaguarda activa do património, são encarados neste trabalho numa perspectiva predominantemente física, sem esquecer, no entanto, os aspectos sócio-culturais, económicos e sensoriais, estreitamente relacionados no todo que constitui a paisagem, chamando-se frequentemente a atenção para as interdependências que devem estar sempre presentes, sob pena de deformar esse todo.

Apesar disso, tendo-se assumido a paisagem na sua globalidade e entendendo-se que o seu ordenamento terá que articular opções de organização territorial relativas quer ao espaço urbano, quer ao espaço rural e natural, com as exigências de integração das questões do património, foi-se obrigado a percorrer muitos e variados temas, e a adoptar uma atitude

holística e inter-disciplinar, que parece entrar em contradição com a necessidade de se desenvolver um trabalho individual.

No entanto, em cada um dos muitos assuntos abordados, não se procurou esgotar bibliografia ou a própria temática, mas apenas recolher de cada um a informação e a percepção indispensáveis a uma visão global e integrada sobre a paisagem, e ao mesmo tempo focada nos seus valores mais permanentes, assim como sobre os seus possíveis modelos e instrumentos de ordenamento.

Face à aceitação de que os modelos de desenvolvimento urbano actuais põem em causa a perpetuidade, no tempo, da qualidade de vida das populações, do ambiente e do património, pretende-se reflectir sobre a reconciliação do urbanismo com a paisagem e de que modo, esta pode servir de modelo àquele, através da integração dos processos naturais e culturais no sistema de planeamento e gestão do território, não só ao nível da cidade como à escala da região urbana, na procura de novos caminhos para o desenvolvimento de modelos urbanos baseados em critérios e princípios de sustentabilidade.

Este trabalho propõe-se abordar o tema do planeamento e desenho urbano segundo um paradigma de sustentabilidade que critica e revê a atitude dominante e convencional, o que pressupõe novas atitudes nos processos e objectivos de ordenamento e gestão espacial, explicitados pela aplicação de novos conceitos como paisagem global, cidade-região, património paisagístico, estrutura ecológica e patrimonial, e linhas conceptuais emergentes como continuidade ecológica e cultural, ecologia da paisagem, complexidade, *landscape urbanism*, requerendo abordagens holísticas e multi-disciplinares, e técnicas integradas.

Considerando, no entanto, tratar-se de um assunto extenso e complexo, pressupondo a abordagem de múltiplas dimensões, procurou-se, para além do que já foi referido, aprofundar o estudo dos temas que se inserem no âmbito da investigação em Arquitectura Paisagista, particularmente no contexto da investigação do ordenamento da paisagem e do planeamento urbano de base ambiental, designadamente a análise e síntese dos problemas inerentes à paisagem actual, a busca de soluções alternativas de ordenamento e planeamento urbano, e o desenvolvimento de uma perspectiva de integração da "Natureza" e do património no (re)desenho da cidade.

Tendo em vista o aprofundamento destes temas, para além da sua análise numa perspectiva teórica baseada numa pesquisa das principais contribuições científicas, técnicas e políticas ao nível internacional e nacional, desenvolveu-se também um estudo de caso ilustrativo sobre o Sistema Urbano Olhão – Faro – Loulé, representando contributos para a promoção de um ordenamento e gestão sustentáveis dos sistemas urbanos.

Deste modo, procura-se desenvolver quer uma recolha bibliográfica e documental da evolução de conceitos essenciais, clássicos e emergentes, operantes, assim como efectuar uma breve reflexão sobre alguns casos de estudo de forma a retirar orientações para a

definição de estratégias de planeamento para a integração dos espaços não-edificados num novo modelo de cidade, quer um conjunto de reflexões e recomendações aplicáveis em diferentes níveis e instrumentos de planeamento em que se pode enquadrar a requalificação dos sistemas urbanos.

Por outro lado, numa fase em que o debate sobre esta temática continua activo, os conceitos e critérios não estão definitivamente fixados, e as linhas de reflexão permanecem abertas, pretende-se contribuir, igualmente, para o debate relativo a novas concepções e estratégias de intervenção em sistemas urbanos, que se reveste de grande actualidade tanto noutros países como em Portugal, embora no nosso país surja ainda como um tema pouco divulgado nos âmbitos científico e técnico.

O presente trabalho reflecte, pois, uma investigação teórica e aplicada que, partindo de conhecimentos específicos de um conjunto diversificado de domínios científicos, pretende contribuir para a sua utilização integrada e mais eficiente na tomada de decisões de ordenamento da paisagem e na formulação de um modelo orientador de uma desejável renovação do processo de planeamento e desenho da cidade.

## 1.2. Objectivos, conteúdo e estrutura de investigação

Os objectivos da investigação desenvolvida são sintetizados nas questões que se enunciam seguidamente e cujos temas, a elas subjacentes, são aprofundados ao longo dos capítulos que a organizam, de acordo com uma estrutura sequencial e articulada que procura responder às hipóteses colocadas e ao desenvolvimento da abordagem teórica e experimental na investigação em causa.

- i) Quais os paradigmas que têm, em geral, influenciado as relações entre a sociedade e o território no âmbito do processo de construção e transformação da paisagem? (Capítulos 2, 3 e 4)
- ii) Como se equaciona a intervenção na paisagem actual, atendendo às suas dimensões estética, ecológica, cultural e sócio-económica, com o objectivo de que tanto a Natureza como a sociedade se possam desenvolver a longo prazo? (Capítulo 2)
- iii) Que factores estão na origem do modelo de cidade actual, quais os fenómenos, processos e formas responsáveis pela sua configuração, e porque é que o referido modelo é considerado insustentável? (Capítulo 3)

iv) Como é que o modelo de cidade-região, na perspectiva da interpretação e intervenção nos territórios urbanos contemporâneos, pode dar resposta aos problemas urbanos actuais e contribuir para a sustentabilidade urbana? (Capítulos 3 e 5)

v) Como podem ser tidos em consideração os valores patrimoniais da paisagem no ordenamento, requalificação e gestão dos sistemas urbanos? (Capítulo 4)

vi) Qual o contributo das noções, holísticas e integradoras, de paisagem, cidade e património para o desenvolvimento urbano sustentável, e qual a importância do sistema de espaços não-edificados neste processo? (Capítulo 5)

vii) Como inserir, no novo sistema de planeamento e no novo desenho urbano, os critérios e princípios estratégicos de sustentabilidade? (Capítulos 5 e 6)

viii) Qual a contribuição das novas linhas conceptuais, contidas nas emergentes estratégias e metodologias de intervenção na paisagem, para a criação de sistemas urbanos, social e ecologicamente, coesos e equilibrados? (Capítulos 5 e 6)

Na estrutura seguida, para além destas páginas preliminares relativas ao enquadramento geral do trabalho e à definição de objectivos e questões de investigação, são indicados os temas abordados e analisados em cada um dos capítulos.

No Capítulo 2 considera-se a integração das dimensões estética, ecológica, cultural e sócio-económica da paisagem no quadro do planeamento ambiental e ordenamento paisagístico, bem como a análise de paradigmas que representam as diferentes formas de compreender a paisagem contemporânea e de nela intervir, com vista à sua adaptação às necessidades e estratégias da sociedade.

Abordam-se os contributos da Arquitectura Paisagista para o tema da interpretação e intervenção na paisagem actual, analisando-se os conceitos, objectivos e metodologias de intervenção, na sua prestação para uma abordagem integrada dos espaços, suas potencialidades e problemas, e para uma *praxis* de base ambiental assente numa dialéctica permanente entre natureza e cultura.

O conceito de paisagem global como modelo actual do enquadramento das relações entre a cidade e o campo, é analisado no que se refere aos objectivos de gestão dos sistemas urbanos e naturais como partes inter-actantes e interdependentes de um todo indivisível.

No Capítulo 3 analisam-se os aspectos mais relevantes da actual discussão em torno da noção de cidade, pelo que se procura identificar e caracterizar, sucintamente, os principais problemas decorrentes do processo de urbanização da paisagem, ao longo do tempo, com especial relevo para os desequilíbrios e disfunções decorrentes do modelo de cidade emergente. A procura de soluções para estes problemas tem contribuído para a investigação de um novo paradigma de desenvolvimento urbano baseado no reequilíbrio entre os dois modelos de ocupação e gestão espacial, dominantes, ou seja entre a cidade compacta e a cidade difusa, e entre estas e o seu *hinterland*, assim como em critérios de sustentabilidade. Neste capítulo procede-se à avaliação comparativa do nível de organização de ambos os modelos e da pressão que exercem sobre os ecossistemas naturais, e efectua-se uma síntese dos principais aspectos positivos e negativos que apresentam e das principais orientações para a superação do dualismo instalado, no sentido da construção de cidades sustentáveis.

Nesta ordem de ideias a consideração do conceito de cidade-região, na perspectiva da interpretação e intervenção nos actuais territórios urbanos, e como referência de uma estratégia de ordenamento dos sistemas urbanos e da estruturação da paisagem, é enunciada neste capítulo, sendo objecto de posterior desenvolvimento no capítulo 5.

No Capítulo 4 é apresentado o enquadramento institucional que ao nível internacional e nacional tem presidido à conceptualização de património, e que conduziu à necessidade de integração dos valores patrimoniais, considerados num sentido amplo, no novo processo de ordenamento paisagístico e nos instrumentos de planeamento e desenho urbano.

Por outro lado, salienta-se a harmonização de conteúdos e objectivos dos conceitos de paisagem, cidade e património, bem como a sua contribuição para os processos de ordenamento dos usos do solo, nos quais a concepção global e integrada assume um aspecto relevante. O conceito, unificador e inclusivo, de património paisagístico permite abarcar a complexidade dos recursos patrimoniais numa visão abrangente e pretende indicar a tendência à integração simultânea de todos aqueles valores nas futuras propostas de intervenção urbana e paisagística.

Neste contexto, são analisadas as novas formas de entender a paisagem como património, bem como as estratégias territoriais a adoptar, no âmbito do novo modelo de desenvolvimento urbano.

No Capítulo 5 equaciona-se o desenvolvimento de estratégias para um novo desenho urbano assente na formulação de abordagens apoiadas em princípios essenciais de sustentabilidade e em linhas conceptuais contempladas nas recentes metodologias de intervenção urbana e paisagística. Neste contexto, apresenta-se uma breve reflexão sobre as novas e diferentes

formas de pensar e intervir na cidade, recorrendo a resultados significativos do actual processo de investigação teórica e aplicada no âmbito do ordenamento e desenho urbano. Novos conceitos e tendências, actualmente emergentes em diversos países, são enunciados como pressupostos para novas estratégias e práticas projectuais em paisagens e sistemas urbanos, como as teorias da complexidade e da cultura do fragmento, o estruturalismo e o princípio da continuidade natural e cultural, a ecologia da paisagem e o *landscape urbanism*, representando novos paradigmas e instrumentos aplicados ao ordenamento e ao projecto urbano e territorial. Neste contexto, dá-se especial ênfase ao estudo dos espaços não-edificados que, no quadro regional da cidade, desempenham um papel estratégico fundamental como elemento de referenciação, (re)estruturação e (re)qualificação urbana e paisagística.

No Capítulo 6 desenvolvem-se as bases para uma proposta de organização espacial e funcional do mosaico paisagístico, e para a reestruturação ecológica e cultural da paisagem urbanizada, assente nos pressupostos estabelecidos e procurando dar resposta às questões inicialmente enunciadas. Procura-se, através de um estudo de caso concreto, poder contribuir com fundamentos para a interpretação global e transversal da paisagem, e para o desenvolvimento e formulação de metodologias e estratégias de intervenção que, ao mesmo tempo que procurem dar resposta a solicitações sociais, assumam preocupações com a preservação da paisagem e a sua transformação, assente em valores ecológicos e patrimoniais, e em princípios de sustentabilidade.

No Capítulo 7 apresentam-se conclusões enquadradas nos pressupostos teóricos inicialmente estabelecidos, realçando-se os aspectos que se julgam mais interessantes e inovadores, as principais orientações para a integração da paisagem e do património no (re)desenho de uma nova cidade, e algumas questões susceptíveis de merecer uma investigação mais desenvolvida.

## 2. PAISAGEM

Análise da evolução semântica e histórica do conceito de paisagem.

Se enquanto tema e assunto de estudo, debate e investigação a paisagem tem, nas últimas décadas, ganho presença, interesse e relevância, o termo que a designa não é menos importante considerando que a opção por uma palavra em detrimento de outra pode introduzir nuances e alterações de entendimento e significado na aceção da mesma.

Neste sentido e de modo a clarificar e esclarecer possíveis imprecisões terminológicas procura-se uma aproximação ao sentido histórico e disciplinar do vocábulo paisagem.

Também para nós, e tal como refere Goodchild<sup>1</sup>, o conceito de paisagem parece aparentemente simples e sem pretensões, mas a verdade é que quanto mais se analisa mais complexo se torna.

Podemos, de facto, afirmar que por ser complexo e polissémico, por um lado, e objecto de definições científicas vagas e imprecisas, por outro, o conceito de paisagem continua a ser utilizado, muito frequentemente, com significados diferentes e incompletos dependendo das várias perspectivas ou áreas disciplinares, e das distintas escolas que o utilizam, muitas vezes de modo errado, como sinónimo de outros conceitos relacionados com o mundo físico como território, ambiente, meio, natureza, entre outros.

Por permitir um vasto espectro de interpretações e aproximações determinadas pelas várias abordagens e especialidades que as utilizam em distintos contextos e diversas disciplinas, importa, no âmbito deste trabalho e em primeiro lugar, sistematizar as principais definições e a evolução do conceito de paisagem, no espaço e no tempo, pondo em evidência o conceito adoptado neste trabalho e a sua relação com o planeamento ambiental e o ordenamento paisagístico.

Procedemos, de seguida, à análise da evolução semântica e histórica do termo paisagem tomando em consideração o conjunto dos seus significados desde o momento do seu aparecimento até aos nossos dias.

Berque<sup>2</sup> considera que o desenvolvimento do conceito de paisagem teve início na China onde nos primeiros séculos d.C. surgiu uma representação explícita da estética da paisagem em sentido lato através da literatura, da pintura e da arte dos jardins.

No entanto, e de acordo com Tomas<sup>3</sup> não existem palavras em mandarim que correspondam com exactidão ao vocábulo paisagem, sendo que as expressões que mais se aproximam detêm significados muito diferentes do sentido que tinham na Europa até ao século XVIII.

---

<sup>1</sup> GOODCHILD, P., "Paisagem e Património" em Boletim AP da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, nº3, Lisboa, Dezembro 2002, p.6.

<sup>2</sup> BERQUE, A., Médiance: de milieux en paysages, ed. Reclus, Montpellier, 1990.

<sup>3</sup> TOMAS, F., Sistemas urbanos, actores sociales y ciudadanías, ed. UAM-Azacapotzalco, México, 1998.

Neste continente a origem do termo paisagem parece ser anterior à Idade Média existindo nesta época quer nas línguas românicas – paisagem, *paisaje* (castelhano), *paysage* (francês), *paesaggio* (italiano), *peisaj* (romeno) – derivada do latim *pagus* (território, região, país) + *agem* (agir) = *paugage*<sup>4</sup>, quer nas línguas germânicas a partir do termo *land* – *landschaft* (alemão), *landschap* (holandês), *landskab* (dinamarquês) e *landscape* (inglês) que corresponde à justaposição de duas palavras *land* (porção delimitada do território) e *scape* (conjunto de objectos idênticos)<sup>5</sup>.

A análise etimológica parece indicar que em ambos os casos a palavra paisagem tinha como significado uma divisão ou delimitação administrativa ou religiosa do território<sup>6</sup> sendo, no entanto, exclusiva, nas suas origens, das classes dominantes de alguns países europeus não figurando nos dialectos que constituíam a fala/idioma do povo<sup>7</sup>.

Apesar de no Ocidente o significado original do termo paisagem ser, segundo Jackson<sup>8</sup>, sistema rural, campo, conjunto de terrenos vazio de sentido estético e visual, o conceito de paisagem tal como é conhecido e entendido actualmente não existia ainda pois naquela época a relação do homem com a natureza caracterizava-se pelo afastamento, o receio, o temor e a sacralização dos fenómenos e dos ciclos naturais<sup>9</sup>.

A forma como a natureza é considerada pela sociedade vai-se alterando com as culturas e épocas à medida que o homem procura adaptar-se e integrar-se nos processos naturais e exercer o domínio sobre o espaço envolvente, o que leva a partir do século XV à acepção artística e representação pictórica da paisagem, desenvolvida, posteriormente, sobretudo pelos pintores flamengos nos séculos XVI e XVII<sup>10</sup>.

Substituindo o retrato e os temas religiosos, bíblicos, históricos e alegóricos como tema central da pintura, a paisagem passa a figurar como tema privilegiado na arte pictórica, primeiro – no Renascimento – como cenário, como pano de fundo para outras cenas e eventos, e posteriormente, a partir do século XVII, a paisagem do espaço rural enquanto espaço de recreio e lazer é representada como tema principal da obra<sup>11</sup>.

A partir de então o termo paisagem passa a estar ligado à pintura atribuindo-se a designação de paisagistas aos pintores de paisagem, estabelecendo-se entre ambas uma relação de tal

---

<sup>4</sup> Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, editora Nova Fronteira, Lisboa, 1997, p.572.

<sup>5</sup> BUREL, F. e BRAUDY, J., *Ecologie du Paysage: concepts, méthodes et applications*, éditions Tec&Doc-Lavoisier, Paris, 2001.

<sup>6</sup> PINTO-CORREIA, T., *Landscape Monitoring and Management in European Rural Areas: Danish and Portuguese Case Studies of Landscape Pattern Dynamics*. (condensed text), Geographica Hafniensa A1, IG, University of Copenhagen, 1993.

<sup>7</sup> TOMAS, F., "Du paysage aux paysages, pour une autre approche paysagère " em *Rev. De Géographie de Lyon*, Lyon, 1994, nº4, pp. 277-286.

<sup>8</sup> JACKSON, J. B., (1986) cit. em GREEN, B., *Countryside conservation: Landscape ecology, planning and management*, E&FN SPON, Londres, 1996.

<sup>9</sup> SARAIVA, M.G.A.N., *O Rio como Paisagem*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999, pp.52-58.

<sup>10</sup> ABREU, A.C., *et al.*, *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem Continental*, DGOTDU, vol. I, Lisboa, 2004, p.26.

<sup>11</sup> CARVALHO, M.A.C., *Variação de Diversidade Ecológica numa Paisagem Rural em Transformação. O caso do Vale da Ribeira de Seda – Raia*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 1994, p.22.

maneira forte que a palavra paisagem começa a figurar, pela primeira vez, nalguns dicionários com o significado de “ tela de pintor ”<sup>12</sup>.

De acordo com Jellicoe e Jellicoe<sup>13</sup>, a partir do século XVIII e sobretudo na Grã-Bretanha, transitou-se de uma atitude contemplativa e passiva para uma mais activa e interventora sobre a paisagem, materializada através da escola de arquitectos paisagistas que inspirados em paisagens rurais imaginárias e idealizadas passam a conceber e executar propostas para parques e jardins.

No século XIX assiste-se ao grande desenvolvimento da pintura paisagista através de pintores como Turner, Cézanne, Van Gogh, Corot, entre outros, que “descreviam” nas suas obras a harmonia das paisagens, a actividade rural e as alterações de utilização do espaço como testemunho das actividades humanas<sup>14</sup>.

O movimento Impressionista acaba, assim, por ter uma importância decisiva na formalização do conceito de paisagem ao introduzir o factor tempo na paisagem “libertando-a” da tela. Se por um lado, a paisagem é agora aquilo que o olhar alcança e não a sua representação ganhando, por isso, uma identidade física, por outro lado, as diferenças de sentimento provocadas pela mesma paisagem em diferentes momentos do dia ou do ano libertam o conceito do estatismo, passando a existir um claro reconhecimento do seu dinamismo. Este deve ser considerado um passo fundamental na evolução do conceito para a actualidade, pois o tempo é um dos factores primordiais da paisagem e negá-lo era limitar de forma extrema o seu entendimento.

Com a emancipação parcial do conceito relativamente à conotação pictórica e meramente artística mantida durante longo período, a paisagem é, no século XIX, definitivamente, o termo que integra uma dicotomia entre a cidade e o campo, entre os modos de vida urbana e rural<sup>15</sup> assumindo-se, nos finais deste século, princípios do século XX, o entendimento globalizante do conceito de paisagem, no qual, sobre os sistemas naturais é imprimida a acção do homem<sup>16</sup>.

Como resposta aos problemas ambientais causados por esta acção, surgiram, na década de Sessenta do século XX, preocupações de carácter ambiental sendo a partir de então que o conceito de paisagem conhece os passos decisivos que levam ao seu actual entendimento como sistema dinâmico e holístico, com processos de acção e reacção resultado do confronto contínuo entre a sociedade e o seu meio.

---

<sup>12</sup> PITTE, J. R., (1983) cit. em CARVALHO, M.A.C., ob. cit., p.24.

No contexto nacional, a divulgação e vulgarização do termo paisagem a partir de 1534 é atribuída ao pintor Francisco de Holanda através do seu tratado *Da pintura antiga*.

<sup>13</sup> JELICOE G. e JELICOE, S. *The Landscape of Man. Shaping the Environment from Prehistory to the Present Day*, Third Edition Expanded and Updated, Thames&Hudson, Londres, 1995.

<sup>14</sup> BUREL, F., e BAUDRY, J., ob. cit., p.42.

<sup>15</sup> MAGALHÃES, M.R., *A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa, p. 51.

<sup>16</sup> *Idem*, p.51.

No entanto, durante os últimas décadas, em diferentes regiões e sociedades, várias e distintas escolas, correntes de pensamento e perspectivas disciplinares têm utilizado o termo paisagem com significados diferentes.

De facto, desde a perspectiva dos saberes científicos e técnicos produziram-se distintas aproximações ao conceito de paisagem. Uma mais interessada nas componentes ou aspectos objectivos, tanto formais - caso da arquitectura – como causais e estruturais – casos da geografia, ecologia, biologia e geologia; outras nos aspectos subjectivos ou percebidos – casos da antropologia, sociologia e psicologia e, ainda, mais recentemente, uma aproximação transversal, interdisciplinar e abrangente que considera tanto uns como outros – o caso da arquitectura paisagista.

Este interesse multidisciplinar pela paisagem evoluiu por caminhos e direcções diferentes tendo havido com frequência, entre os distintos saberes, falta de intercâmbio de conhecimentos e ignorância mútua o que levou Pedrolí<sup>17</sup> a afirmar que muitas das definições científicas da paisagem ao revelarem-se vagas e incompletas deturpam a verdadeira essência do conceito.

Traçamos, seguidamente e de forma sucinta, o perfil evolutivo das diversas aproximações teóricas ao conceito de paisagem pelas distintas escolas e áreas disciplinares com especial relevância para o conceito de paisagem adoptado actualmente pela arquitectura paisagista e que se defende neste trabalho.

### 1.1. Perfil evolutivo das distintas aproximações disciplinares

Como refere Pinto-Correia<sup>18</sup>, nas línguas germânicas, a ideia de paisagem relacionava-se, desde o século XVI, com um complexo biofísico, mas sobretudo com o modo como este era visualmente identificável reforçando a ideia que a compreensão do termo integra para além da delimitação de um determinado território (significado original do conceito) o seu conteúdo. A partir do século XVIII o interesse e a preocupação por aspectos parciais e sectoriais deste conteúdo contribuíram para a especialização do saber científico em disciplinas como a geologia, a botânica ou a climatologia cujos conhecimentos embora de grande interesse mas vistos de maneira isolada e compartimentada, não permitiam o entendimento e a definição da forma e estrutura do território.

---

<sup>17</sup> PEDROLI, B., (ed.), *Landscape – Our Home. Essays on the Culture of the European Landscape as a Task*, Indigo Zeist, Estugarda.

<sup>18</sup> PINTO-CORREIA, T., ob. cit., p.2

É no século XIX desde a perspectiva disciplinar da geografia que se inicia um interesse particular pelo seu estudo surgindo, pela primeira vez, de modo claro e coerente o termo paisagem associado à sua análise morfológica<sup>19</sup>.

Alexander von Humboldt passa a estudar, de forma integrada, a morfologia terrestre, tendo estabelecido os fundamentos da “Ciência da Paisagem” considerando os processos naturais como resultado de um processo dinâmico que tende sempre para equilíbrios formalmente diferenciados dos quais o homem é mais uma componente.

Este geógrafo da escola alemã escreve no início do século XIX que “(...) a paisagem é o carácter total de uma região(...)”<sup>20</sup>.

De acordo com San Martín<sup>21</sup>, os trabalhos e as investigações sobre a paisagem levados a cabo por von Humboldt e Marsh nos meados do século XIX demonstram já com clara evidência que o desenvolvimento das actividades humanas provoca certos impactes ambientais negativos directamente relacionados com a saúde ecológica e a qualidade de vida.

Como herança dos anteriores estudos científicos da paisagem e constituindo outra referência clássica surge a teoria Holística formulada em 1926 por J. Ch. Smuts<sup>22</sup>.

Segundo esta teoria todo o facto material, incluindo a Natureza, tem tendência a originar unidades que formam um todo integrado cada vez mais complexo. Pelo que a complexidade da superfície terrestre resulta da síntese que advém da integração dos elementos existentes na biosfera, litosfera, hidrosfera, etc.

Estas abordagens holísticas contribuem para o desenvolvimento dos fundamentos da “Ciência da Paisagem” que desde a geografia aparece como disciplina específica e com certa autonomia, considerando-se a obra «Geografia da Paisagem» de Siegfried Passarge, publicado no início da década de Trinta do século XX, o primeiro tratado científico sobre esta nova disciplina<sup>23</sup>.

A paisagem passa a ser entendida como espaço humanizado por uma determinada sociedade ao longo do tempo, no sentido de espaço como produto social, como manifestação cultural<sup>24</sup>.

De facto, já antes, nos finais do século XIX, tanto na Europa como nos Estados Unidos, o vocábulo paisagem integrava a dimensão cultural e a componente científica que reconhecia

---

<sup>19</sup>ARIAS, P., Periferias y Nueva Ciudad. El Problema del Paisaje en los Procesos de Dispersión Urbana, Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, Universidade de Sevilla, Sevilla, 2003, p.157.

<sup>20</sup>VON HUMBOLDT cit. em ABREU, A.C., *et al.*, ob. cit., vol.I, p.26.

<sup>21</sup>SAN MARTÍN, I., “Reading Regional Landscapes” em AA.VV., Your Town: Designing its Future, Symposium proceedings, Arizona State University, EUA, 1994.

<sup>22</sup>LOOIJEN, R.C., *Halism and reductionism in biology and ecology*, Kluwer Academic Publishers, Bóston, 1999.

<sup>23</sup>ARIAS, P., ob.cit., p.158.

<sup>24</sup>Deste modo, nos Estados Unidos da América, os geógrafos culturais que seguem a escola de Carl Sauer afirmam que para se entender a cultura de uma determinada sociedade basta olhar para a paisagem que ela constrói.

a necessidade de se estudar a paisagem como resultado da relação directa entre o Homem e as suas actividades e o funcionamento do seu meio<sup>25</sup>.

Entre finais do século XIX e princípios do século XX a escola regional francesa liderada por Vidal de la Blache desenvolveu interpretações da paisagem vinculadas com as expressões *genre de vie*<sup>26</sup> e *milieu*<sup>27</sup> que utilizou nos estudos sobre as paisagens culturais e as regiões. O conceito de paisagem cultural constitui, também, o principal tema de investigação de um amplo movimento conhecido com o nome alemão de *Landschaft* que identificou quatro factores modeladores da paisagem: espaço, homem, cultura e história, centrando os seus estudos e análises na origem e evolução das formas essenciais da paisagem cultural que considerava dependentes das actividades sócio-económicas das populações.

Entre as décadas de 1920 e 1950, a escola norte americana de Berkeley, constituída por um relevante conjunto de geógrafos<sup>28</sup>, desenvolveu igualmente o conceito de paisagem cultural que abordaremos mais à frente neste trabalho.

Paralelamente, até meados do século XX foi desenvolvida por autores da escola anglo-saxónica<sup>29</sup> a compreensão e interpretação da paisagem como entidade visual, levando Morgan<sup>30</sup> a considerar a paisagem como uma imagem subjectiva da superfície terrestre, cuja existência depende do fenómeno perceptivo, e Ernst Troll a defini-la como uma “ (...) entidade espacial e visual (...)”<sup>31</sup>, revelando, no entanto, este enunciado a preocupação do geógrafo alemão pela globalidade dos fenómenos naturais através do entendimento da paisagem como uma realidade integrada.

De facto, ao longo do último século, o entendimento da paisagem como um cenário, como um quadro visual, foi perdendo importância passando o termo paisagem a fazer referência à percepção estética e sensorial ao mesmo tempo que a uma realidade ecológica, social e cultural.

A Ecologia teve uma importância fundamental nesta mudança ao contribuir, a partir dos anos 50 do século XX, de forma mais rigorosa e visível, para a concepção e desenvolvimento da noção de paisagem.

---

<sup>25</sup>SAN MARTÍN, I., ob. cit., p.67

<sup>26</sup>Modo ou estilo de vida mais ou menos organizado ou homogéneo que caracteriza uma determinada cultura.

<sup>27</sup>À data correspondia a tudo aquilo que não era obra das comunidades humanas mas sim da Natureza, constituindo-se como o meio físico ou natural ao que o homem tinha que adaptar-se (determinismo ambiental).

<sup>28</sup>Entre outros Carl O. Sauer, Carl Ortwin, J. Leighly e J.J.Parsons.

<sup>29</sup>Para além de Troll há a destacar Haase, Neef, Sochava, Isachenko, etc.

<sup>30</sup>MORGAN, M., “Perspectives on landscape aesthetics” em Prog. Hum. Geography, Londres, 1978.

<sup>31</sup>TROLL C., (1971) cit. em NAVEH, Z., e LIEBERMAN, A.S., (1984), Landscape ecology: theory and application, Springer-Verlag, Nova Iorque, 1994.

Para Troll a ecologia baseava-se na conciliação da abordagem “horizontal” dos geógrafos com a abordagem “vertical” dos ecólogos (estudo das inter-relações funcionais de um local, de um ecótopo), constituindo esta a base conceptual sobre a qual se desenvolve a ecologia da paisagem, uma abordagem holística e sistémica aos fenómenos da paisagem, que Troll definiu como totalidade espacial e visual do espaço de vida humana, integrando a geosfera com a biosfera e com a noosfera e os artefactos daí resultantes – um todo que consiste em mais do que a mera soma das partes.

Efectivamente, a formulação dos conceitos de *Homeostasis*<sup>32</sup>, *Estrutura*<sup>33</sup> e *Sistema*<sup>34</sup> vão permitir que as propostas e as abordagens holísticas e integradas de von Humboldt e de Smuts encontrem a sua actual forma de expressão<sup>35</sup>.

Para Burel e Braudy<sup>36</sup> as primeiras definições de paisagem em ecologia são as de Bertrand, e de Forman e Godron. O geógrafo francês considera a paisagem como o "(...)resultado das relações entre a natureza e a sociedade tendo por base uma porção de espaço material que existe como estrutura e sistema ecológico independentemente da percepção(...)". O conceito definido pelo professor Bertrand coloca ênfase no carácter dinâmico e mutável da paisagem ao entendê-la como um espaço estruturado dentro de um sistema dinâmico e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos, interdependentes.

A definição dos segundos autores publicada na primeira obra de *Ecologia da Paisagem*<sup>37</sup> e muito idêntica à anterior é a seguinte: "(...)uma paisagem é uma porção de território heterogêneo constituído por conjuntos de ecossistemas que interagem e se repetem de forma similar no espaço(...)".

Mais recentemente, e no âmbito da abordagem interdisciplinar e holística da ecologia da paisagem, Burel e Braudy aprofundam a ideia de paisagem como um sistema e propõem-nos a seguinte definição "(...)a paisagem é um nível de organização dos sistemas ecológicos superior ao ecossistema que se caracteriza essencialmente pela sua heterogeneidade e pela sua dinâmica, controlada em grande medida pelas actividades humanas, e que existe independentemente da percepção(...)"<sup>38</sup>.

---

<sup>32</sup>O conceito de *Homeostasis* foi introduzido em 1924 pelo investigador norte-americano Walter Cannon para definir as condições permanentes que se mantêm em equilíbrio no corpo humano e que o prof. Caldeira Cabral associa não a uma situação fixa, imóvel, estagnada, mas antes a um equilíbrio dinâmico, a uma condição que sendo relativamente constante pode variar. Interpretando o pensamento do Professor, Manuela Magalhães conclui que no domínio da Ecologia a formulação do conceito de *Homeostasis* "(...) veio dar consistência científica ao modelo de *Estrutura Verde Urbana* empiricamente iniciado por Olmsted (*Sistema de Parques de Boston, cerca de 1880*) e dá origem ao conceito de *Continuo Natural*, que passa a marcar todo o planeamento de base ecológica do século XX (...)", e que irá permitir, como diz a autora, "(...)a territorialização do princípio da *Homeostasis*, com o objectivo de repor o equilíbrio perdido com a modernização da Paisagem(...)". Acerca destas matérias consultar CALDEIRA CABRAL, F., "o *Continuum Naturale* e a Conservação da Natureza" em AA.VV., *Conservação da Natureza*, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1980, pp.35-54; MAGALHÃES, M.R., ob. cit., pp.105-108.

<sup>33</sup>No âmbito da Ecologia da Paisagem, Forman e Godron (1986), e posteriormente Forman(2001), estabeleceram e desenvolveram um modelo estrutural de paisagem assente em três "elementos" fundamentais: estrutura, funcionamento e mudança (inter-ligados e inter-relacionados), definindo estrutura como a relação espacial entre os diferentes ecossistemas ou elementos presentes: distribuição de energia, de materiais e de espécies, no que diz respeito a tamanho, formas, número, tipo e configuração dos ecossistemas, aplicando, no fundo, a definição de estrutura cibernética, ou seja, o conjunto de relações, dentro de um sistema, que combinam os seus elementos com todas as suas relações isomorfas. Ainda no âmbito desta disciplina, Burel e Baudry (2001) consideram que a estrutura actual da paisagem é o resultado da sua dinâmica no passado. Por sua vez Magalhães (ob. cit. pp.320-328) analisa a evolução do conceito de estrutura e recorrendo a distintos autores que vêem a concepção do espaço numa perspectiva estrutural, isto é, através da sua organização, apresenta algumas teorias representativas que assumem a importância do papel da estrutura, tanto na organização funcional, como simbólica e formal, do espaço.

<sup>34</sup>Sistema significa, no sentido ecológico, um conjunto, um todo constituído por elementos ou unidades, num determinado estado, inter-relacionados, que se afectam mutuamente de tal modo que uma alteração num elemento do sistema produz alterações e ajustamentos nas outras unidades. O conjunto de relações entre estes elementos e entre os seus estados constitui a estrutura dos sistemas. Daí que, devido a estas relações, um sistema mais do que a soma dos seus elementos, é um todo - axioma holístico básico (NAVEH e LIEBERMAN, 1994).

<sup>35</sup>BOLÓS, M.C., "Problemática actual de los estudios de Paisaje integrado" em *Revista de Geografía*, vol.XV, Barcelona, 1981.

<sup>36</sup>BUREL, F., e BAUDRY, J., ob. cit., p.43.

<sup>37</sup>FORMAN, R.,T., e GODRON, M., *Landscape ecology*, John Wiley&Sons, Nova Iorque, 1986.

<sup>38</sup>BUREL, F., e BAUDRY, J., ob. cit., p.43

Nesta perspectiva, a paisagem é considerada como um sistema complexo e dinâmico em que os diferentes factores e elementos naturais e culturais se influenciam mutuamente e evoluem conjuntamente, no espaço e no tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global<sup>39</sup>.

As escolas europeias de geografia, baseadas na teoria dos Sistemas e nos fundamentos ecológicos e geomorfológicos, desenvolveram, entre os anos 30 do século XX e a actualidade, a compreensão e o estudo da paisagem considerando duas componentes. Por um lado a componente objectiva relacionada com o sistema geográfico e ecológico que corresponde ao conjunto de elementos e factores naturais (físicos, químicos e biológicos) e antrópicos (sociais, económicos e culturais) que interactuam, designada criptosistema ou sistema aparente, e por outro lado, a componente subjectiva relacionada com a percepção e a apreciação estética denominada fenosistema ou sistema oculto<sup>40</sup>.

Foi, de facto, a partir da introdução da ecologia da paisagem que, se sentiu a necessidade crescente da integração sistémica entre os meios natural e artificial, cujo maior desenvolvimento se verifica com a ecologia urbana na década de Setenta do século passado.

Neste contexto, desenvolveram-se nas últimas décadas, duas grandes correntes nos estudos da paisagem através da integração e articulação de diversas disciplinas. Por um lado a abordagem ecológica que baseada numa nova visão das relações Homem – Natureza, estuda os processos e actividades responsáveis pela morfologia, estrutura e dinâmica da paisagem, e por outro lado, a abordagem perceptual e estética da paisagem considerando-a como manifestação formal e que pretende a compreensão dos processos que contribuem para a sua qualidade cénica, visual e significado cultural e emocional.

Assim, a recente convergência de várias disciplinas e autores no sentido de integrar no conceito de paisagem as referidas abordagens e perspectivas, reflecte a aceitação do seu entendimento como um sistema complexo e dinâmico resultante de processos humanos e naturais em permanente transformação.

#### 1.1.1. Evolução terminológica e conceptual do vocábulo paisagem desde a aproximação interdisciplinar da arquitectura paisagista.

Analizamos agora a evolução terminológica e conceptual do vocábulo paisagem desde a aproximação interdisciplinar da Arquitectura Paisagista e a sua relação com a evolução do pensamento e da prática ambiental.

---

<sup>39</sup>FORMAN R.T., e GODRON, M., ob. cit., 1986; NAVEH, Z., e LIEBERMAN, A.S., ob. cit., 1994; ABREU, A.C., *et al.*, ob. cit., 2004.

<sup>40</sup>BERNÁLDEZ, F., *Ecología y Paisaje*, H. Blume Ediciones, Madrid, 1981; "Ciencia o Poesia: la Temática Específica del Paisaje" em Seminario sobre el Paisaje, Junta de Andalucía, Madrid, 1987, pp.30-35, SARAIVA, M.G., ob.cit., p.39.

A Arquitectura da Paisagem através de uma abordagem integradora entre arte, ciência e técnica, e de uma visão sistémica e global que aponta para a convergência e articulação do mundo das ciências com o mundo das artes e para a integração multi e transdisciplinar, teve um papel activo e criativo, crucial, para o actual entendimento da noção de paisagem.

Para isso contribuiu o desenvolvimento da teoria e da *praxis* da paisagem assumindo-se a Arquitectura Paisagista como uma disciplina eminentemente prática e intervencionista na sua essência, o que a distingue de outras disciplinas como a geografia de carácter predominantemente descritivo e interpretativo.

Neste sentido, no século XVIII, com a escola inglesa de arquitectos paisagistas<sup>41</sup> nasceu uma nova concepção do espaço e do diálogo do homem com o meio que se traduziu na reprodução da concepção da paisagem humanista dos pintores contemporâneos para a realidade, através da elaboração de propostas para parques e jardins passando-se, a partir de então, de uma atitude interpretativa e contemplativa para uma mais activa e interventora sobre a paisagem, com a adaptação e integração do Homem nos processos naturais respeitando-os e beneficiando dos seus recursos.

Perante esta nova realidade, Jellicoe e Jellicoe<sup>42</sup> escrevem que "(...) a natureza(...)a partir daqui seria amiga e sócia igualitária(...) e fonte de interesse, estímulo e exaltação moral inesgotáveis(...)", concluindo que a presença de espaços verdes na cidade (*green landscape*) cria a ilusão de que se havia trazido o campo à cidade.

Posteriormente e coincidindo com uma nova fase da relação do homem com a natureza em que aquele procura obter o domínio sobre os recursos e os ciclos naturais, assiste-se, tanto na Europa como nos Estados Unidos, aquilo que Tomas<sup>43</sup> designou por democratização progressiva do conceito de paisagem, primeiro nas Ilhas Britânicas onde a partir de 1830 teve início o desenvolvimento de um novo conceito: a paisagem colectiva, para as classes sociais mais desfavorecidas<sup>44</sup>, materializada pela escola inglesa de arquitectos paisagistas, e na década de Quarenta do século XIX, nos Estados Unidos, o arquitecto paisagista A. J. Downing foi o primeiro defensor acérrimo do parque público como a principal instituição civil da democracia norte americana<sup>45</sup>.

Isto significa que a noção de paisagem, contrariamente às suas origens, deixa de ser segregativa e exclusiva das elites e passa a integrar o conjunto das regiões e das classes sociais, expressando as actividades humanas, convertendo-se, desde finais do século XIX, segundo feliz expressão de Vidal de la Blache "(...)numa medalha/placa esculpida com as

<sup>41</sup>Esta escola nasceu a partir de uma nova relação com a paisagem baseando-se numa nova concepção do espaço e num diálogo distinto do homem com o meio natural. Teve como principais figuras Kent, Walpole, Brown e Repton. Os dois últimos, integrados num movimento a nível nacional, terão plantado mais de vinte milhões de árvores. (Cf. JELICOE, G., e JELICOE, S., ob. cit., pp. 233-247).

<sup>42</sup>JELICOE, G., e JELICOE, S., ob. cit., p.233.

<sup>43</sup>TOMAS, F., ob. cit., 1994.

<sup>44</sup>JELICOE, G., e JELICOE, S., ob. cit., p.261.

<sup>45</sup>ROGERS, E.B., *Landscape Design: a Cultural Land Architectural History*, 2001.

*marcas do povo (...)*<sup>46</sup> propondo-se simbolizar, tal como os monumentos históricos, o país, a nação, a pátria.

Por sua vez, na primeira metade do século XX nos países industrializados, quando a manipulação e utilização dos recursos ambientais se faz de forma delapidadora excedendo a capacidade de regeneração dos ecossistemas conduzindo à degradação da paisagem, assiste-se, por um lado ao aparecimento da ciência do uso do território que através do planeamento da paisagem e do desenho urbano procuram a conservação e exploração dos referidos recursos em prol de toda a comunidade, e por outro lado, surge uma nova forma de arte corporizada na chamada arquitectura funcional ou internacional.

No final do referido período verifica-se, nos Estados Unidos, a convergência entre as ciências do planeamento e a nova arquitectura o que conduziu ao reconhecimento do papel do desenho da paisagem como sintetizador entre o universal e o particular, entre o global e o local, tendo finalmente sido aceite o conceito de planeamento paisagístico.

Por sua vez, na Europa, estabelece-se definitivamente a profissão de arquitecto paisagista e inicia-se o desenvolvimento do conceito abrangente de paisagem.

Este, se no seu enquadramento teórico se refere às marcas imprimidas pela acção humana sobre um substrato natural, no âmbito da prática ambiental, traduz-se na consideração simultânea dos espaços urbano e rural, no processo de desenho e planeamento da paisagem cujo desenvolvimento foi iniciado nos EUA, nos finais do século XIX pelo arquitecto paisagista Frederick L. Olmsted e nas primeiras décadas do século XX, na Europa, pelo seu colega sueco Gunnar Asplund.

Assim, por um lado, as comunidades humanas constroem historicamente a paisagem, e por outro lado, paisagem é tanto aquilo que se vê como a complexidade dos sistemas subjacentes configurando-se como um conceito globalizante de uma realidade multifacetada.

De facto, e como afirma Magalhães<sup>47</sup> *“(...)A partir do conhecimento adquirido no domínio da ecologia, a percepção da paisagem deixou de estar ligada às impressões visuais que ela sugere, e passa a incluir, por um lado os ecossistemas que lhe estão subjacentes e que lhe deram origem, e, por outro lado, os processos de humanização sejam eles ligados às actividades rurais, sejam às actividades urbano-industriais(...)”*

Torna-se claro que a relação que se estabelece entre objecto – paisagem e sujeito – observador, passa a situar-se no centro de todas as concepções da paisagem constituindo-se esta como um facto relacional com um evidente conteúdo cultural, o que nos permite concluir que o conjunto de valores que determinada paisagem integra não varia em função

---

<sup>46</sup>FREMEAUX, J., *Analyses et réflexions sur la nature*, ed. Ellipses, Paris, 1990, p.109.

<sup>47</sup>MAGALHÃES, M.R., ob. cit., p.51

de quem as observa, se não que cada observador recebe dessa paisagem uma impressão distinta, subjectiva, condicionada culturalmente<sup>48</sup>.

Pelo que o conhecimento e a formação do observador passam a ser determinantes no conteúdo do conceito, o que põe em evidência a diversidade interpretativa e o seu maior ou menor carácter subjectivo.

Donadieu<sup>49</sup>, da Escola Nacional Superior de Paisagem, de Versalhes, destaca o conflito na interpretação do conceito de paisagem citando Alain Roger "(...) *Nem ecossistema como queriam os ecólogos, nem geossistema como gostariam os geógrafos, a paisagem escapa à ciência para ser exclusivamente uma arte (...)*", definição que consideramos redutora e limitada pois considera a paisagem apenas como um objecto estético sem contemplar a sua multidimensionalidade.

Também Muniain<sup>50</sup>, outro filósofo, já muito antes, havia proposto um enunciado idêntico ao escrever que "(...) *A paisagem é a completa unidade estética que o mundo físico circundante oferece à contemplação visual (...)*", o que levou Telles<sup>51</sup> a considerar que, por um lado, a paisagem não poderá ser apenas o espaço que a vista humana alcança, terá que englobar todos aqueles espaços em que exista estreita dependência de formas e usos, e que por outro lado, a sua interpretação é sempre completada por um conjunto complexo de pressupostos complementares e faz-se, cada vez, com maior conhecimento dos fenómenos biológicos permitindo por esse facto a intervenção conscientemente no meio biofísico. Pelo que, no nosso entender, o conceito lato de paisagem terá que ultrapassar as limitações de conhecimento e de formação do observador, devendo definir-se novos horizontes e abordagens para aquele conceito, integrando as várias perspectivas parcelares e os distintos significados.

É a partir da tomada de consciência do carácter finito da maioria dos recursos utilizados no processo de crescimento económico que emergem novas atitudes e preocupações face às questões ambientais. A paisagem passa a ser considerada como um elemento do ambiente, na qual os recursos naturais, cada vez mais explorados e escassos, exigem que a sua utilização tem de ser planeada e gerida com base nos conhecimentos científicos mais recentes em diversos domínios específicos de intervenção ambiental, nomeadamente no ordenamento biofísico e do uso do solo, e no âmbito de novos paradigmas ambientais<sup>52</sup> que

---

<sup>48</sup>LAURIE, I.C., "Aesthetic factors in visual evaluation" in ZUBE, E., *et al.*, (eds.), *Landscape Assessment: Value, Perceptions and Resources*, Stroudsburg, Dowen, Hutchinson and Ross Inc., Pensilvania, 1975, pp.102-117.

<sup>49</sup>DONADIEU, P., "Campagnes urbaines: de la réalité aux symboles" em GARIEPY, *et al.*, *Le Paysage, territoire d'intentions*, Harmattan, Montreal, 1999, p.92.

<sup>50</sup>MUNIAIN, S., *Estética del Paisaje Natural*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Autónoma de Madrid, 1945

<sup>51</sup>TELLES, G.R., "O Homem perante a Paisagem" em *Revista Cidade Nova*, nº4, Lisboa, 1956, pp. 240-246.

<sup>52</sup>A partir da consideração de que a relação da sociedade com a natureza tem constituído um processo complexo marcado pelas fases de temor, harmonia, controlo e degradação, Graça Saraiva, apoiando-se em distintos autores, identifica três paradigmas ambientais: i) salvaguardas ambientais (década de 60/70 do séc. XX); ii) gestão de recursos (década de 70/80 do

opondo-se ao crescimento orientado, unicamente, por objectivos económicos assumem uma posição de preservação ambiental e de conservação da natureza imposta por limites ecológicos e sociais.

O progressivo conhecimento no domínio da ecologia somado ao conhecimento empírico que as comunidades humanas possuem da paisagem, com uma experiência acumulada e testada através da sua exploração equilibrada, permitiu à Arquitectura Paisagista organizar um corpo de doutrina específico aplicado à produção teórica e à intervenção na paisagem.

A integração dos conhecimentos ecológicos na aplicação ao planeamento e ordenamento, e o desenvolvimento dos processos e técnicas neste domínio, permitiram que, por um lado, a paisagem passasse a ser entendida como a representação de uma realidade geográfica, ecológica e estética, complexa, resultado da interacção, no espaço e no tempo, de factores biofísicos, culturais e sócio-económicos, e por outro lado, que, em meados da década de Quarenta do Século XX, os estudos sobre a paisagem combinem já, de forma relevante e coerente, áreas multidisciplinares que incluem a pedologia, geologia, hidrologia e vegetação como componentes básicas e necessárias, dando validade a uma visão ecológica e integrada do planeamento materializada nos trabalhos desenvolvidos por Warren Manning, E. Graham e Benton MacKaye, entre outros.

É, no entanto, a partir dos anos Sessenta do mesmo século que, com os trabalhos de G.A.Hills, P. Lewis, L. Mumford, P. Geddes e Ian McHarg, se estabelecem compromissos mais sólidos e rigorosos na discussão sobre a relação entre a sociedade, o homem e a natureza passando a ecologia a ocupar o centro do discurso e da intervenção. O conjunto destes trabalhos destaca-se como um marco referencial relevante no domínio do planeamento e do desenho ambiental nomeadamente no âmbito do ordenamento paisagístico.<sup>53</sup>

A paisagem é, então, entendida com um ecossistema dinâmico que integra os processos e factores biofísicos e antrópicos, sendo o conhecimento do seu funcionamento absolutamente necessário para a melhor localização das actividades humanas, o que constitui de acordo com Ian McHarg o principal objectivo do *human ecological planning*<sup>54</sup>, uma vez que a

---

mesmo século) e iii) desenvolvimento sustentável (a partir da década de 80 do século passado) (SARAIVA, M.G., ob. cit., pp.24-31).

<sup>53</sup>Integrando a interdisciplinaridade através do envolvimento de um número cada vez mais elevado de especialidades na instrumentação de uma visão global da paisagem e considerando o progressivo conhecimento dos factores ecológicos e a acção sintetizadora da arquitectura paisagista, autores como P. Geddes, G.A. Hills e I. McHarg representam a primeira grande contribuição para o planeamento e ordenamento da paisagem através da introdução dos conceitos de aptidão ecológica, capacidade de uso e potencialidade (definidos por ABREU, A.C., Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território, Dissertação de doutoramento, Universidade de Évora, 1986, pp. 73-79), assim como de metodologias utilizadas para o ordenamento biofísico e paisagístico baseados na determinação das aptidões para o uso do solo, para além de técnicas de trabalho como a sobreposição de cartas temáticas, desde então perfeitamente assumidas e aperfeiçoadas e, hoje em dia, inclusive, superadas.

<sup>54</sup>De acordo com McHARG, I., "Human Ecological Planning at Pennsylvania" in *Landscape Planning*, vol.8, nº2, 1981, pp. 109-120, a teoria do planeamento ecológico humano baseia-se na tomada de decisões sobre as actividades humanas (actuais e futuras considerando alternativas de planeamento) mais apropriadas de modo a que produzam menos repercussões negativas e o menor gasto de energia partindo do princípio de que todos os sistemas oscilam entre dois extremos *syntropic-fitness* (saúde) e *entropic-misfitness* (decadência/degradação).

interacção entre os sistemas naturais e sociais faz parte da dinâmica dos ecossistemas vivos e afecta, em última análise, o comportamento, a saúde e a qualidade de vida do homem.

Mas, como já se referiu, será a partir do final dos anos Setenta do século XX, pela emergência da disciplina de Ecologia da Paisagem que é consolidada e enfatizada a consideração e integração dos conhecimentos ecológicos na aplicação ao ordenamento, planeamento e desenho da paisagem contribuindo para o aprofundamento no tratamento e abordagem dos problemas ambientais com uma componente espacial preponderante, nomeadamente no planeamento e gestão dos espaços natural, rural e urbano.

O seu enquadramento conceptual considera a paisagem como uma entidade holística, complexa e dinâmica em que os sistemas naturais e sociais interagem. Pelo que a compreensão da paisagem pressupõe o conhecimento de um vasto e diversificado conjunto de matérias que inclui os factores de ambiente – o relevo, a hidrografia, os solos, a flora e a fauna, o clima – os processos de humanização ao longo do tempo, mas também a compreensão dos processos que contribuem para a qualidade cénica, e o significado cultural e emocional da paisagem.

Neste sentido, consideram-se na compreensão e apreciação da paisagem as componentes: ecológica, cultural, sócio-económica e estética que se interrelacionam mutuamente e cuja síntese é essencial para a percepção e estudo da realidade multifacetada que é a paisagem. Assim, a partir dos anos 80 do Século XX temos vindo a assistir à convergência e articulação entre adequação ecológica, critérios estéticos e percepção e valoração pública na apreciação e avaliação da paisagem através de uma prática interdisciplinar que passou a integrar as áreas disciplinares da ecologia da paisagem, da estética da paisagem e psicologia ambiental<sup>55</sup>.

Vários arquitectos paisagistas<sup>56</sup>, em diversos países, muitas vezes em colaboração com investigadores e profissionais das referidas áreas disciplinares, têm contribuído para o desenvolvimento do enquadramento teórico e metodológico ou de casos de aplicação relativos a esta matéria.

Os estudos realizados sob esta perspectiva contemplaram a integração do campo da ecologia, através do estudo do funcionamento e propriedades dos ecossistemas, com o conhecimento da matriz social e cultural decorrente da actividade humana, e com o conhecimento dos valores, sentimentos, e outros aspectos afectivos induzidos pela paisagem.

---

<sup>55</sup> ANDRESEN, M.T., Para a Crítica da Paisagem, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1992. SARAIVA, M. G., ob. cit., pp.225-236.

<sup>56</sup> Procurando integrar, interligar e aprofundar as diversas dimensões da análise, percepção e compreensão da paisagem destacam-se, a nível nacional, os trabalhos das arquitectas paisagistas citados na nota anterior e de BATISTA, D., Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Cacela e da Zona Especial de Protecção, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Évora, 1997; e a nível internacional os trabalhos dos seguintes autores: ALTMAN, I., e ZUBE, E.H., (1989); BERNÁLDEZ, F., (1985); FABOS, J., (2000); LYLE, J., (1985); METLAND Team (University of Massachusetts, 2000-2006); PENNING-ROWSELL, E., e LOWENTHAL, D., (1986)

Verifica-se nestes estudos uma certa convergência no sentido de integrar as suas diferentes dimensões e componentes de modo a cobrir, tanto quanto possível, toda a complexidade que a paisagem efectivamente traduz, assim como a definição das bases para a compreensão dessa complexidade.

Neste sentido, procura-se, por um lado e considerando as características e valores reais da paisagem estabelecer metodologias que contemplem esta complexidade sem a simplificar<sup>57</sup> e, por outro lado, garantir através do desenho ambiental, a prossecução de objectivos comuns aos domínios da ecologia e da estética, como sejam a expressão da unidade na variedade e da harmonia na complexidade<sup>58</sup>.

Nesta perspectiva, a paisagem é considerada o resultado da interacção entre o sistema natural e o sistema social o que lhe confere uma dimensão territorial e cultural específica. Entendimento semelhante é compartilhado por Washer e Jongman<sup>59</sup> que no relatório “European Landscapes” consideram que “(...)as paisagens exprimem a unicidade e identidade de cada lugar (*genius locci*) reflectindo tanto a história natural como cultural de um território, num determinado momento(...)”, e pela Convenção Europeia da Paisagem<sup>60</sup> que define paisagem como a “(...)expressão formal das numerosas relações existentes num determinado período entre a sociedade e um território...sendo a sua aparência o resultado da acção ao longo do tempo, dos factores humanos e naturais e da sua combinação(...)”. Sendo que esta combinação confere a cada paisagem um determinado carácter – componente fundamental para a sua compreensão – que, embora mutável e único para cada lugar, é reconhecido pelas populações, residente e visitante, e primordial no estabelecimento da identidade territorial<sup>61</sup>.

Associado ao carácter e à identidade surge o padrão de paisagem específico como resultado da articulação de elementos de origem natural e antrópica, fundamental para a caracterização e determinação de unidades de paisagem consideradas áreas espacialmente coerentes, com um certo grau de homogeneidade fisionómica e um processo evolutivo similar<sup>62</sup>.

Actualmente, a paisagem é considerada por diversos autores<sup>63</sup> como o resultado visível dos processos e actividades naturais, históricos e culturais resultantes da interacção entre o

---

<sup>57</sup> WASHER, D., The Face of Europe. Policy Perspectives for European Landscapes, Technical Report Series, European Centre for Nature Conservation, Tilburg, 2000.

<sup>58</sup> ROSENBERG, A.M., cit. SARAIVA, M.G., ob. cit., p.40.

<sup>59</sup> WASHER, D., e JONGMAN, R., (eds.), European Landscapes. Classification, assessment and conservation, European Environmental Agency, Copenhagen, 2000.

<sup>60</sup> Conselho da Europa, Convention Européenne du Paysage et Rapport explicatif, T-Land, Estrasburgo, 2000.

<sup>61</sup> ARAÚJO, I., (2003); ABREU, A.C., et al., (2004); GASPAS, J., (1993); LUGINBUHL, Y., “Le Paysagiste face aux Transformations du Paysage Rural” em AA.VV., El Seminario sobre el Paisaje, Madrid, 1987, pp.36-43; RIBEIRO, O., (1993); TELLES, G.R., (1975,2002 – Boletim APAP, nº3 -, 2003); TOMAS, F. (1994); WASHER, D., (1999).

<sup>62</sup> CANCELADA D’ABREU et al., ob. cit., pp. 31 e 43.

<sup>63</sup> ANTROP, M., “Where are the Genii Loci” em PEDROLI, B., (ed.) ob. cit., 2000, pp.29-34; ABREU, A.C., et al., 2004, p. 28; GREEN, B.H., “Policy, planning and management in European Cultural Landscape conservation” em KLIJN J. e VOS W., (eds.), From Landscape Ecology to Landscape Science, Kluwer Academic Publishers, Londres, 2000, pp.57-72; MAKZOUMI, J., e

complexo abiótico-biótico e a sociedade, que variam no espaço e no tempo, e que contribuem para o *genius loci*.

Na mesma linha de pensamento Magalhães<sup>64</sup> entende que o conceito de paisagem para o arquitecto paisagista é “(...)um conceito holístico, no qual, sobre um substrato físico, actuam de modo complexo os seres vivos, animais e plantas, e o homem, detentor de determinada cultura dando origem a determinada imagem. Esta imagem é portanto, muito mais do que aquilo que se vê, sendo portadora de significados ecológicos e culturais ( englobando neste último os económicos e sociais )(...)”.

Mais recentemente, num trabalho, de elevada qualidade, elaborado pelo Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade Évora intitulado «Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental», os seus autores<sup>65</sup> referem que o conceito de paisagem utilizado no referido estudo procura ser holístico e integrador das dimensões ecológica, cultural, sócio-económica e sensorial, afirmando que “(...)a paisagem é um sistema dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente do relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter(...)”

Se esta definição integra os pressupostos ecológicos inerentes à abordagem interdisciplinar e holística da ecologia da paisagem, ela considera, atendendo aos processos de simplificação e homogeneização que actualmente a afectam, a (re) valorização do carácter e identidade da paisagem entendendo-a como um conceito lato e abrangente evidenciado pela atitude generalista e de síntese própria da Arquitectura Paisagista. Esta, ao constituir-se como uma disciplina horizontal, cruza todas as matérias incluindo as artísticas que permitem dar forma ao território e as matérias da ecologia que permitem considerá-las como componentes da forma, sendo através desta que a síntese transdisciplinar se corporaliza.

De facto, a intervenção na paisagem requer uma síntese de um vasto conjunto de conhecimentos e um método próprio com o objectivo de transformar a articulação e a comunicação transdisciplinar num objecto com uma determinada forma.

---

PUNGETTI, G., ob. cit., 1999; NORBERG-SCHULZ, N., *Genius Loci. Paysages, Ambiance, Architecture*, ed. Mardaga, Liège, 1997.

<sup>64</sup>MAGALHÃES, M.R., ob. cit., p.53.

<sup>65</sup>Encomendado pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano este estudo (6 volumes) foi coordenado pelos arquitectos paisagistas Alexandre Cancela d’Abreu (Professor da Universidade de Évora) e Rosário Oliveira, e pela geógrafa Teresa Pinto-Correia (Professora na mesma Universidade) que orientaram uma equipa multidisciplinar constituída por vários especialistas de distintas áreas (litologia e geomorfologia, povoamento e explorações agrícolas, cartografia morfológica e SIG, entre muitas outras) e contando, ainda com um vasto conjunto de consultores de reconhecido prestígio de diferentes Universidades nacionais e estrangeiras.



Assim, na perspectiva da Arquitectura Paisagista, o conceito de paisagem está intimamente ligado ao de morfologia<sup>66</sup>.

De facto, como refere Bertran<sup>67</sup> a paisagem é, cada vez mais, uma manifestação formal, fundamentalmente da cultura e do modo de vida de uma comunidade que acaba por decidir a construção da paisagem, quer por acção quer por omissão, como, aliás, sempre o fez.

Verifica-se, então, uma aproximação da Arquitectura a esta acepção ao considerar todo o espaço como seu objecto de estudo e intervenção – a paisagem como objecto arquitectónico<sup>68</sup> resultado da interacção entre o substrato biofísico e a sociedade, tanto no espaço urbano como no espaço rural.

Estes e as relações que se estabelecem entre ambos integram a própria noção holística de paisagem, ao mesmo tempo que se constata que as abordagens emergentes se baseiam na ideia de que há uma necessidade de entender e de construir a paisagem como um todo, considerando, em simultâneo, a paisagem rural e paisagem urbana na dinâmica das relações espaciais que entre elas se estabelece, de acordo com o conceito de paisagem global cujo desenvolvimento é feito posteriormente neste capítulo.

É esta a ideia de paisagem que se considera e defende neste trabalho atendendo quer à noção holística do conceito, quer ao seu carácter operativo e interventor que amplia aquela noção com o modo de construir a paisagem no pressuposto de que entendida como um todo, a paisagem é construída<sup>69</sup> de uma forma dinâmica tanto por materiais inertes como por materiais vivos. Pelo que se considera que na paisagem – global, construída e dinâmica – os sistemas urbanos, rurais e naturais que integra, ao partilharem a morfologia e a estrutura, e ao apresentarem similitude de funcionamento, concorrem para que se reconheça, adopte e se aborde a paisagem como um sistema aberto onde convivem e interagem numa relação constante e interdependente os tecidos urbanos e os mosaicos culturais.

Neste sentido, podemos afirmar que, se por um lado, o aspecto mais relevante nas últimas três décadas se prende com a progressiva aceitação de uma abordagem teórica e conceptual renovadora no que diz respeito à paisagem como conceito básico das disciplinas de mais directa implicação sobre o espaço como a Geografia, a Arquitectura ou a Engenharia, que o consideram como uma construção, o que significa entender a paisagem

---

<sup>66</sup>MAGALHÃES, M.R., op. cit., pp. 24-27. A Professora Manuela Raposo Magalhães considera que a morfologia da paisagem é entendida "(...)como a forma da paisagem resultante das suas condicionantes ecológicas e culturais e desenvolvida através de duas componentes – a estrutura global da paisagem (constituída pela sobreposição da estrutura ecológica e da estrutura edificada) e os espaços tipológicos da paisagem...A forma da paisagem é então considerada como o objecto no qual se corporizam todos os conhecimentos que para ela concorrem, negando as formalizações que ignoram os fenómenos físicos e biológicos que a regem(...)"

<sup>67</sup>BERTRAN, J., "El paisatge de les metròpolis i la ciutat del coneixement" em Área Revista de debats territorials, nº8, Diputació de Barcelona, 2000, p.51-138.

<sup>68</sup>PREGILL, P., e VOLKMAN, N., Landscapes in History. Design and planning in the western tradition, ed. Van Nostrand, Nova Iorque, 1993.

<sup>69</sup>A contribuição teórica essencial é de LEFEBVRE, H., La production de l'espace, ed. Anthropos, Paris, 1974; TELLES, G.R., "Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem" em AA.VV., Uns Comem os Figos..., ed. Seara Nova, Lisboa, 1975, pp.57-149.

como produto cultural, como um produto da sociedade, por outro lado, e mediante a relação dialéctica entre teoria interpretativa e prática operativa que é típica e imprescindível numa disciplina aplicada como a Arquitectura Paisagista, considera-se a paisagem, também, como resultado quer de uma prática projectual e de um desenho conscientes e formalizados previamente, e que se plasmam numa arquitectura da paisagem identificável, no espaço e no tempo, quer como resultado de uma prática empírica de desenho ambiental incorporada pelas comunidades e aplicada, em cada caso, de acordo com princípios gerais e adaptada às exigências particulares de cada território.

A paisagem surge, assim, como uma arquitectura independentemente do seu carácter programado/formalizado ou empírico/intuitivo e dos materiais utilizados na sua construção.

Daí a valoração da paisagem como um complexo físico cujos elementos naturais e humanos formam parte de uma construção que os integra como materiais reutilizados e como componentes funcionais activos, reconvertidos, tanto no espaço urbano como no espaço rural. Pelo que se propõe a interpretação, a valoração e a concepção da paisagem como um sistema complexo e dinâmico, herdado, de carácter histórico, ou seja como um recurso cultural entendido como herança e legado histórico, aceitando-se a ideia e o valor da paisagem como património.

Neste sentido, a paisagem é, no entendimento lato do termo, o património simultaneamente mais importante e mais ameaçado do país, porque é o espaço de suporte da vida e das pressões e éticas culturais de administrar o desenvolvimento sócio-económico<sup>70</sup>.

- A dimensão poliédrica da noção de paisagem

O actual conceito de paisagem alargou a sua primitiva e limitada consideração visual e cénica a uma interpretação e definição mais abrangente que ao considerar a paisagem como uma unidade, como um sistema vivo, holístico e dinâmico, integra:

- i ) estética e poética – beleza e harmonia
- ii ) ecologia e ética – filosofia do ambiente e moral
- iii ) cultura – património, e
- iv ) economia – utilidade

---

<sup>70</sup>TELLES, G.R., "Património e Paisagem: de Quem a Responsabilidade na Degradação da Paisagem?" em Boletim AP da APAP, nº2, Lisboa, 2002, p.1.

i) estética e poética – beleza e harmonia.

O estudo da componente perceptual de apreciação estética, afectiva e emocional – considerada uma das quatro dimensões essenciais interligadas no conceito de paisagem – constitui uma área específica de investigação e intervenção da arquitectura paisagista<sup>71</sup>.

Nesta dissertação não se pretende proceder à revisão e sistematização da evolução teórica relativa ao desenvolvimento das teorias e métodos de percepção e avaliação da qualidade estética da paisagem mas antes proceder à identificação dos modelos subjacentes à investigação sobre a percepção da paisagem relacionando as diferentes abordagens com os diversos âmbitos e estudos da sua aplicação, ao mesmo tempo que se faz referência aos autores que produziram trabalhos relevantes nas distintas áreas de investigação.

Por outro lado, e considerando a Arquitectura Paisagista uma arte, procura relacionar-se a qualidade estética e a poética da paisagem com os conceitos de beleza e harmonia no pressuposto de que, considerando a paisagem a imagem do espaço físico, biológico e cultural em que vivemos, uma paisagem desequilibrada ou desordenada, a que corresponde a existência de disfunções ambientais, nunca poderá alcançar beleza e harmonia, e que, ao contrário sistemas naturais ou humanizados em equilíbrio se traduzem geralmente em paisagens com qualidade estética.

A progressiva delapidação dos recursos e degradação do seu quadro espacial de exploração, e a deterioração das qualidades cénicas e visuais da paisagem resultado do actual modelo de crescimento económico conduziu, nas últimas décadas, à necessidade de se desenvolver e aprofundar estudos e metodologias de percepção e avaliação da qualidade estética da paisagem, assim como de integrar esse tipo de valores intangíveis nas tomadas de decisão relativas aos processos de planeamento e ordenamento do uso do solo.

Ao mesmo tempo que se tornou urgente o estabelecimento de critérios para a classificação de paisagens que por continuarem a ser a imagem e a expressão cultural da evolução da civilização, e a ser biologicamente equilibradas, com acentuada diversidade ecológica e possuírem inegável valor intrínseco, deverão ser objecto de salvaguarda, protecção e valorização.

Isto, determinou que a partir da década de Sessenta do século XX se desenvolvessem áreas de investigação relacionadas com o estudo e caracterização da paisagem, sua percepção e métodos de avaliação, que mais recentemente têm conjugado as principais formas de abordagem desenvolvidas quer através das disciplinas ligadas à área das arquitecturas e da geografia (avaliação da qualidade cénica e sua integração nos processos de ordenamento

---

<sup>71</sup> A evolução da investigação realizada nas últimas décadas sobre a teoria e a prática da percepção e avaliação dos valores estéticos da paisagem com referências a diversos autores que produziram estudos relevantes de crítica e síntese neste âmbito é objecto de desenvolvimento em trabalhos recentes (dissertações de doutoramento) das arquitectas paisagistas ANDRESEN, M.T., (1992) e SARAIVA, M.G., (1999).

da paisagem), quer através das disciplinas relacionadas com a psicologia (estudo dos processos cognitivos da percepção da paisagem).

De facto, nos últimos vinte e cinco anos assistiu-se a um importante desenvolvimento e expansão dos trabalhos e estudos sobre a percepção da paisagem com a identificação de quatro paradigmas<sup>72</sup> subjacentes à investigação sobre esta temática:

i ) Abordagem profissional ou pericial – refere-se à interpretação e avaliação da qualidade da paisagem por grupos de especialistas em diferentes áreas disciplinares que analisam a paisagem sob o ponto de vista cultural e biofísico, e que desenvolvem métodos de gestão dos recursos naturais e culturais com implicações na qualidade estética da paisagem. Este enfoque pericial e dinâmico deriva, entre outros, de estudos da ecologia e planeamento da paisagem<sup>73</sup>.

ii ) Abordagem psicofísica – é relativa a qualidades específicas da paisagem, nomeadamente cénicas e visuais, cuja avaliação é feita pelo público em geral ou por grupos seleccionados, baseando-se no facto de que os atributos visíveis da paisagem provocam uma relação estímulo - resposta às avaliações e comportamento do observador. Um dos métodos utilizados consiste na percepção da paisagem baseada em inquéritos a grupos sociais analisando imagens fotográficas da paisagem em estudo, tal como é abordado no trabalho de Meining<sup>74</sup>.

Desenvolvidas na sequência da obrigatoriedade legal surgida nalguns países, as abordagens pericial e psicofísica envolvem a avaliação da qualidade da paisagem por parte de especialistas e pelo público, respectivamente, e são utilizadas em estudos integrados nos processos de planeamento e gestão da paisagem.

iii ) Abordagem cognitiva – tratando-se de uma abordagem comportamental, tal como a anterior, direcciona as suas análises para a procura de significados associados à paisagem ou às suas componentes de apreciação cognitiva como o simbolismo, a complexidade,

---

<sup>72</sup>Entre os distintos autores que nos seus estudos de investigação sobre a percepção da paisagem consideraram os quatro paradigmas referidos destacamos SELL, J.L.; TAYLOR, J. G., and ZUBE, E., "Towards a Theoretical Framework for Landscape Perception" em SAARINEN, T.F; SEAMON, D., and SELL, J.L., Environmental Perception and Behavior, Department of Geography, University of Chicago, Chicago, 1984, pp. 61-83. Esta matéria tem sido abordada, entre outros, pelos seguintes autores: ANDRESEN, M.T., ob. cit., 1992; SAN MARTÍN, I., The Landscape in the Landscape Ecological Planning, Arizona State University, Arizona, 2000; SARAIVA, M.G., ob. cit., 1999.

<sup>73</sup>Esta abordagem tem sido utilizada em diversos estudos de distintos autores: FORMAN, T., Land Mosaics: The Ecology of Landscapes Regions, Cambridge University Press, Cambridge, 1995; ZUBE, E.; BRUSH, R., and FABOS, J., Landscape Assessment: Values, Perception and Resources, Dowden, Hutchinson & Ross, Inc. Stroudsburg, Pennsylvania, s/d.

<sup>74</sup>MEINING, D.W., "The Beholding Eye" em Landscape Architecture, January, 1976, pp.47-54. O trabalho deste autor apresenta um conjunto, possível, de interpretações e avaliações sobre a paisagem nos EUA, mas que poderá ser alargada a toda a cultura ocidental, referindo-se a dez versões relativas ao mesmo cenário, podendo abordar-se a paisagem como natureza, a paisagem como arte, a paisagem como sistema, a paisagem como problema, a paisagem como riqueza, a paisagem como ideologia, a paisagem como história, a paisagem como lugar, e ainda a paisagem como habitat (através do entendimento de que a paisagem é o resultado da percepção que cada pessoa tem do modelo cultural que formaliza estruturas físicas sobre o território transformando a paisagem no nosso habitat).

legibilidade e mistério, apoiando-se no contexto sócio-cultural do observador. As preferências deste por determinadas paisagens implicam certas adaptações mentais e as suas respostas reflectem a evolução cognitiva e mental face a diferentes tipos de paisagem como podem ser o deserto, o bosque, a savana, etc.

Esta abordagem foi desenvolvida por diferentes autores<sup>75</sup> cujos estudos revelam a importância da integração dos resultados decorrentes da participação do público com vista à obtenção de um conhecimento mais profundo e real das motivações estéticas, afectivas e emocionais das populações perante a paisagem e que se traduzem nas atitudes e comportamentos perante ela.

iv ) Abordagem experiencial – orientada para a investigação teórica do processo de percepção da paisagem considera os seus valores e atributos baseada na experiência da interacção humana com a paisagem, e foi desenvolvida por vários autores<sup>75</sup>.

Mais recentemente tem vindo a ser progressivamente reconhecida a importância da participação do público<sup>76</sup> na investigação relativa à avaliação da qualidade da paisagem através de uma intervenção mais activa nos estudos da sua percepção e dos valores e significados atribuídos ao seu conteúdo, e a sua articulação com métodos profissionais<sup>77</sup> propondo-se uma prática inter e transdisciplinar que aponte para a convergência entre os critérios estéticos, adequação ecológica e interpretação da interacção humana com o ambiente.

Neste sentido, considerando a paisagem uma representação cultural na qual o observador/actor da paisagem – público e/ou especialista – articula uma série de registos e informações com um conjunto de faculdades de percepção determinadas sensorial e culturalmente, entende-se que o conceito de paisagem é cognoscível e que, portanto, se pode e deve intervir na paisagem apoiando-se no conhecimento como condição necessária para a intervenção reivindicando-se esta como uma intervenção nas condições de produção da paisagem, ou seja, nas circunstâncias em que se produz a representação cultural.

Assim, e se a paisagem como construção cultural colectiva acumula camadas de dados de informação que cada observador e actor interpreta, avalia e valora desde os significados individuais mas, também, desde as influências e valores dominantes, julga-se fundamental introduzir esta perspectiva nos instrumentos de desenho e planeamento da paisagem.

---

<sup>75</sup>MUGARAUER, R., *Interpreting Environments: Reading, Deconstruction, Hermeneutics*, University of Texas Press, Austin, Texas, 1995; RAPOPORT, A., "Levels of Meaning in the Built Environment" em POYATOS, F., *Cross-Cultural Perspectives in Nonverbal Communication*, Hogrefe, Nova Iorque, 1988, 317-336.

<sup>76</sup>CONSELHO DA EUROPA, *Convention Européenne du Paysage et Rapport explicatif*, T-Land, Estrasburgo, 2000; KAPLAN, R., and KAPLAN, S., *ob. cit.*, 1989; SCOTT, A., *cit. em ABREU, A.C., et al., ob. cit.*, 2004, p.47.

<sup>77</sup>ARLER, F., "Aspects of Landscape or Nature Quality" em *Landscape Ecology*, nº15, pp. 291-302.

De facto, e considerando que a avaliação e percepção da paisagem detém uma relação directa com os valores, atitudes e preferências dos indivíduos e das sociedades, no espaço e no tempo, pretende-se, por um lado, tornar operativo o estudo da percepção pelo público, dos valores cénicos e visuais da paisagem, cujo interesse não se prende tanto com a obtenção de critérios para a avaliação da qualidade estética a integrar em processos de decisão no âmbito do ordenamento paisagístico, mas antes como revelador das atitudes e comportamentos relativamente aos processos de conservação e transformação da paisagem, e por outro lado, a implicação directa da população na definição de objectivos relacionados com a melhoria da sua qualidade no pressuposto de que é uma necessidade e uma responsabilidade básica quer a conservação, quer a construção de paisagens ordenadas e equilibradas, vinculadas à história e ao lugar, detentoras de beleza e harmonia.

Neste contexto, e num momento em que assistimos à sistemática destruição, a uma escala nunca antes vista, de paisagens equilibradas e belas pela degradação dos recursos culturais e naturais de que a humanidade depende, ganha importância tanto a disciplina da Arquitectura Paisagista cuja função mais importante é criar e conservar a beleza na paisagem<sup>78</sup> considerando a vontade latente das populações de se recriar o Éden<sup>79</sup>, como a acção do arquitecto paisagista entendida como essencial na criação e transformação da paisagem ao aliar o utilitário ao lúdico e criar o belo, no pressuposto de que a beleza em Arquitectura Paisagista<sup>80</sup> é, condicionada tanto pelos fenómenos naturais como pelas formas tradicionais de utilização da paisagem.

Pelo que o arquitecto paisagista intervém afinando a sua sensibilidade para reconhecer a(s) beleza(s) existente(s) e, ainda, a potencialidade de beleza contida nas novas soluções<sup>81</sup>.

Nesta perspectiva, Caldeira Cabral<sup>82</sup> considera que "(...)a beleza deve ser o reflexo espontâneo da boa adequação da obra ao fim proposto, como qualidade intrínseca, e não, como geralmente se supõe, em resultado de uma série de operações posteriores – e, portanto, extrínsecas – chamadas embelezamento(...)", e define a beleza de uma paisagem

---

<sup>78</sup>ELIOT cit. em CALDEIRA CABRAL, F., Fundamentos da Arquitectura Paisagista, Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa, 1993, p.38.

<sup>79</sup>TELLES, G.R., Prefácio em CALDEIRA CABRAL, F., ob. cit., 1993, pp.17-21.

Acerca da participação das populações na construção de paisagens harmoniosas e belas, Ribeiro Telles escreve: "(...)O artista anónimo que é o povo não só criou catedrais mas também paisagens geniais em que a Natureza se harmoniza com a utilidade em concepções de equilíbrio e proporção que são uma explosão de beleza(...)" em "Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem" em AA.VV. ob. cit., 1975, pp.56-149.

<sup>80</sup>Sobre o conceito de beleza em Arquitectura Paisagista, MAGALHÃES, M.R., ob. cit., pp.30-32, considera-o um conceito relativo fortemente interdependente das circunstâncias da realidade e do sujeito, afirmando que "(...)é com a definição de beleza de Caldeira Cabral, resultante da ordem, mas dum ordem cooperante com a natureza e não contra ela, posta ao serviço do homem ... e numa perspectiva que sirva as gerações futuras que pessoalmente me identifico e de acordo com a qual tento exercer a profissão (...)", definição e postura que partilhamos integralmente.

<sup>81</sup>CALDEIRA CABRAL, F., ob. cit., p.46.

A este propósito Ribeiro Telles é esclarecedor "(...)Ao Arquitecto Paisagista compete criar beleza, seguindo o pensamento de Stº Agostinho: «Pulchritudo est splendor ordinis», ou seja, ordenar o espaço, suporte das comunidades humanas, procurando a síntese dos pontos de vista culturais, económicos, ecológicos e de justiça social, através de técnicas apropriadas de planeamento(...)" em Boletim AP da APAP, nº4, 2003, p.3.

<sup>82</sup>Idem, pp. 40 e 48.

como sendo aquela que resulta da ordem que se manifesta no equilíbrio de todos os factores que actuam na paisagem e que devem estar sujeitos ao equilíbrio ecológico, e na sua adequação aos interesses do homem, sublinhando que “(...)as modificações introduzidas no equilíbrio da Natureza não venham a produzir efeitos desastrosos, antes conduzam a uma harmonia melhor que a anterior(...)”<sup>83</sup>.

Por outro lado, a inter-relação entre estética e poética da paisagem e a sua beleza foi expressa graficamente por Amorim de Carvalho através de uma imagem constituída por três círculos concêntricos em que o círculo interior representa a paisagem, o círculo central a emoção estética sentida diante da beleza da paisagem e o círculo exterior a idealização poética ou poetização desse atributo num prolongamento da estética<sup>84</sup>.

Se, como refere Mendonça<sup>85</sup>, a poética da paisagem, assente em dois princípios fundamentais onde tudo decorre: a afectividade e a memória, transparece por um diversificado conjunto de elementos por ele considerado como elementaridade poética ( que corresponde às sete componentes estéticas da paisagem propostas por Muniain: Luz e Cor, Céu, Grandeza, Figura, Movimento, Vida e Cultivo ) resulta, então que a percepção do belo numa paisagem é uma emoção estética, constatando-se, assim, que nela existe beleza e que esta actua sobre nós de determinado modo<sup>86</sup>.

Considerando a dimensão estética e sensorial, e poética da paisagem, a intervenção nas paisagens contemporâneas requer:

- a) o entendimento da arquitectura paisagista como acção criativa, consequência da ecologia da paisagem<sup>87</sup>;
- b) o desenvolvimento de uma “ecologia criativa” no processo de desenho e planeamento ambiental em que a concepção global do espaço, considerando a interacção entre conteúdo e forma, tem em vista a utilidade humana, a integridade ecológica, o significado simbólico e a qualidade estética<sup>88</sup>;

---

<sup>83</sup>Para BERNÁLDEZ, F., ob. cit., 1993, o conceito de harmonia é muito rico em conteúdos e uma noção chave na atribuição da qualidade estética da paisagem. Considerando que a harmonia se produz sempre que um número de partes distintas formam um modelo coerente, então de acordo com SNACKEN, F., “Landscape aesthetics” em II Congresso de Ciência del Paisaje: Paisaje y Médio Ambiente, Monografies de l’EQUIP, 6, Universitat de Barcelona, 1995, pp. 69-80, “(...)no planeamento da paisagem a harmonia deveria ser o objectivo a alcançar baseando-se no humanismo ecológico...sendo que a metodologia a utilizar deve integrar os aspectos que definem a qualidade estética da paisagem: a autenticidade e a diversidade (...)”.

<sup>84</sup>MENDONÇA, N., Para uma Poética da Paisagem, 3 volumes (Dissertação de Doutoramento), Universidade de Évora, Évora, 1989, vol. I, pp.274-275.

<sup>85</sup>Idem, pp. 281-306.

<sup>86</sup>No entanto, e como refere ainda o mesmo autor, perante uma paisagem que sabemos não ser bela mas que amamos por ser para nós algo especialmente importante, podemos sofrer uma emoção imensamente poética pela afectividade que lhe dedicamos; questão que considera de fundo e decisiva para a poética da paisagem “(...)é que nem sempre é pela beleza das coisas que a poesia desperta (...)”, MENDONÇA, N., ob. cit., 1989, vol. I, p.285.

<sup>87</sup>TELLES, G.R., Prefácio em CALDEIRA CABRAL, F., ob. cit., 1993, p.18.

<sup>88</sup>LYLE, J.T., (1985); SEDDON, G. (1986) cit. em SARAIVA, M.G., ob. cit., 1999.

c) a consideração de uma “nova estética” na qual a ecologia constitui a matriz do desenho ambiental e do planeamento biofísico, integrando objectivos comuns aos domínios da ecologia e da estética da paisagem como sejam a expressão da unidade e simplicidade na variedade e da especificidade na coerência e na identidade<sup>89</sup>;

d) a aceitação, por um lado, de uma nova concepção estética que considera a beleza inerente a qualquer espaço tal como é suportada pelo valor intrínseco do ecossistema global do qual é um atributo, e por outro, que a paisagem, percebida a partir dos factos que estão na base da realidade física, mas também de outros elementos que não sendo directamente perceptíveis se manifestam de uma forma ou de outra, detém uma dimensão estética que integra a poética, a proporção e a narrativa<sup>90</sup>;

ii ) ecologia e ética – filosofia do ambiente e moral.

A partir da década de Sessenta do século XX ao considerar o desenvolvimento dos conhecimentos da ecologia dos quais integra o pensamento sistémico e holístico, a arquitectura paisagista abandona uma visão predominantemente antropocêntrica e passa a apresentar uma atitude mais ecocêntrica no sentido da formulação de propostas para uma maior integração entre o homem e o ambiente, o que revela a adopção de um posicionamento ético que se manifesta na articulação do valor intrínseco e moral ao relacionamento harmonioso do homem com o ambiente no âmbito da ideia de uma nova filosofia da natureza cujos princípios pretendem enquadrar, exactamente, um novo tipo de relação entre a sociedade e o meio natural.

Para a actual visão sistémica e abrangente das relações do homem com o meio, defendida pelo paradigma ambiental emergente que se regula por uma filosofia de valorização intrínseca da natureza e de uma ética de vida em harmonia com ela, são determinantes as contribuições de um vasto conjunto de estudos de distintos autores<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup>ROSENBERG, A.M., “An Emerging Paradigm for Landscape Architecture” em Landscape Journal, vol.5, nº2, 1986, pp.75-82; CALDEIRA CABRAL, F., ob. cit., 1993, pp.27-29.

<sup>90</sup>BERTRAN J., ob. cit., 2000, p.120; ABREU, A.C., *et al.*, ob. cit., 2004, p.47, consideram que a capacidade narrativa da paisagem conferida pela sua identidade histórico-cultural se entende como “ (...)a possibilidade da paisagem transmitir informação sobre a história do seu uso, sobre as actividades e motivações das comunidades que sucessivamente a transformaram, sobre o significado que estas lhe foram atribuindo (...)”.

<sup>91</sup>THOREAU, D.H.; MARSH, P.G., Man and Nature: or Physical Geography as Modified by Human Action; TANSLEY, A.; LEOPOLD, A., A sand county almanac. And sketches here and there (1949), ed. Ballantine, Nova Iorque, 1966; MCHARG, I., Design with Nature, ed. John Wiley & Sons, Nova Iorque, 1966; “Human Ecological Planning at Pennsylvania”, Landscape Planning, 1981, nº 8, pp.109-120; MCHARG, I., e STEINER, F., To Heal the Earth, ed. Island Press, Washington DC, 1998; NAESS, A., “The Shallow and the Deep, Long – Range Ecology Movement, A Summary”, Inquiry, nº 16, 1973; “A Defense of the Deep Ecology Movement”, Environmental Ethics, nº6, 1984; FOX, W., “The Deep Ecology” em DEVALL, B., e SESSIONS, G., Deep Ecology: Living as if Nature Mattered, ed. Peregrine Smith Books, Salt Lake City, 1985; TAYLOR, W.P., Respect for Nature. A Theory on Environmental Ethics, ed. Princeton University Press, Nova Jersia, 1986; MORIN, E., Il Pensiero ecologico, ed. Hopefulmonster, Florença, 1988; OELSCHLAEGER, M., Postmodern Environmental Ethics, ed. State University of New York Press, Nova Iorque, 1995; SESSIONS, G., Deep Ecology for the 21 st Century (1986) ed. Shambhala, Boston, 1995; FOLCH, R., Ambiente, emoción y ética, ed Ariel, Barcelona, 1998; RIECHMAN, J. (coord.), Etica Ecológica, ed. Nordan-Comunidad, Montevideo, 2004.

Enquanto que as outras ciências isolam do contexto o seu objecto de estudo, a ecologia que surge com disciplina científica em 1866 e considerada por Morin<sup>92</sup> como a primeira «ciência nova», ciência sistémica por definição, considera as inter-relações entre todas as componentes quer se trate de entidades físicas, biológicas ou sociais, isto é, estuda as interações entre organismos e entre estes e o seu ambiente, incluindo o homem em ambos os casos.

Neste sentido, a ecologia contribui necessariamente para a “comunicação” entre natureza e cultura, pois como refere o mesmo autor “(...)é a primeira vez que uma ciência, e não a filosofia, se debruça sobre a problemática das relações entre a humanidade e a natureza (...)”.

De acordo com a evolução registada nos paradigmas ambientais e culturais, o entendimento e a abordagem dos problemas e das questões ambientais numa perspectiva social, considera desde o início o aparecimento de duas correntes diferenciadas, embora muitas vezes difíceis de distinguir e que Naess<sup>93</sup> concebe uma como *Shallow Ecology* – ecologia superficial – relativa a uma atitude conservacionista, e a outra definida como *Deep Ecology* – ecologia dura ou profunda – relacionada com uma posição preservacionista.

A primeira destas correntes considera a natureza um recurso cuja conservação é entendida como um meio para melhorar a sua utilização pelo homem. Sem assumir a atribuição de um valor intrínseco à natureza, a abordagem conservacionista tem como principal objectivo evitar a sua degradação protegendo o homem das consequências negativas que daí podem resultar, garantindo a sua salvaguarda para as gerações futuras.

No entanto, esta atitude de conservação dos recursos e de crescimento económico baseado em regras de gestão, ao permitir a manipulação da natureza por parte do homem na procura incessante de mais e melhor conforto e de um nível de vida superior, parece comprometer, a partir de determinado momento, a sua própria sobrevivência.

Como antítese ao paradigma dominante na cultura ocidental, baseado na habitual concepção individualista e liberal da sociedade cujos valores nucleares se apoiam no crescimento económico, no controlo e domínio da natureza, e no direito e capacidade do homem de utilizar os recursos naturais para atingir os seus fins, desenvolve-se a segunda proposta filosófica formulada por Naess, a *Deep Ecology*.

Para ela concorrem para além da natureza específica da ciência ecológica, que já tivemos oportunidade de analisar, uma nova concepção sociológica proposta por Durkheim<sup>94</sup> baseada no entendimento da sociedade como uma entidade holística, colectiva, solidária e orgânica,

---

<sup>92</sup>MORIN, E., ob. cit., 1988.

<sup>93</sup>NAESS, A., ob. cit., 1973.

<sup>94</sup>DURKHEIM, E., cit. em BERTRAN, J, ob. cit., 2000, p.74.

o que leva Bertran<sup>95</sup> a considerar que se substituirmos a moral como disciplina social pela moral como disciplina ecológica e conseqüentemente o sistema social pelo ecossistema global, passamos a entender a natureza como um bem colectivo (não da comunidade social mas da comunidade biótica), percepção que julgamos decisiva em termos de moralidade.

É no contexto da nova moral social orgânica e da recente ciência relacional que se passa a analisar o desenvolvimento da corrente preservacionista.

Baseada numa posição ecocêntrica de preservação dos recursos, de valorização intrínseca da natureza e aceitação da ética ambiental, a ecologia profunda representa actualmente o máximo grau de consciência ecológica.

É a partir das contribuições de Marsh (1864), Muir (1892) e de Leopold (1949) que, numa primeira fase, esta abordagem se desenvolve.

Perkins Marsh na sua obra «*Man and Nature: or Physical Geography as Modified by Human Action*» chama a atenção para o facto de as acções humanas, aparentemente insignificantes, serem cumulativas e produzirem com o decorrer do tempo transformações profundas e nocivas nos sistemas naturais.

Muir, responsável pela constituição do segundo Parque Nacional e fundador do *Sierra Club* (um dos mais importantes organismos de defesa e protecção do ambiente dos EUA) é pioneiro na consideração da interdependência e inter - conexão entre os fenómenos naturais que ocorrem no Universo.

Por sua vez, a importância do trabalho de Aldo Leopold prende-se com a proposta de aplicação no âmbito da ecologia do conceito de ética analisado na filosofia. Afirma, este autor, que falta um compromisso ético nas relações do homem com o planeta Terra e com os outros seres vivos.

Ao constatar que as relações do homem com a natureza são estritamente económicas baseadas exclusivamente na obtenção de privilégios, adverte para o facto de mudanças na conduta moral necessitarem de alterações sociais pelo que defende os direitos dos ecossistemas e a ética da terra num dos capítulos da sua obra mais importante intitulada «Pensar como uma montanha». Nela formula a sua teoria da comunidade biótica e o princípio fundamental desta: “(...)uma intervenção é idónea quando visa preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. É errónea quando manifesta a tendência contrária (...)”<sup>96</sup>.

Este argumento traduz-se numa nova orientação para os estudos sobre o ambiente, ainda, hoje, válida.

Com este autor, a visão do Universo como uma máquina complexa cujas partes são divisíveis e analisadas separadamente é substituída pela visão do mundo como um

---

<sup>95</sup>BERTRAN, J., ob. cit., 2000, 74.

<sup>96</sup>LEOPOLD, A., *A sand county almanac. And sketches here and there* (1949), ed. Ballantine, Nova Iorque, 1966, p.262

organismo vivo cujos elementos são inseparáveis e integrados num todo, formulando deste modo uma verdadeira teoria holística.

Neste sentido a ecologia, entendida como a filosofia da natureza, tem uma essência orgânica e holística baseada na ideia de que o cosmos é uma unidade que cresce e se desenvolve a partir do interior como um conjunto integrado, com uma estrutura e uma função.

Ian McHarg, outro autor fundamental para o desenvolvimento desta abordagem, ao considerar a cumplicidade e a cooperação entre o homem e a natureza, e a ecologia como harmonia entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, propõe na sua obra «*Design with Nature*» o entendimento da Terra, no seu conjunto, como um ecossistema dinâmico que integra tanto os processos e factores biofísicos como os antrópicos, e cujo conhecimento é imprescindível para a correcta implantação das actividades humanas através do *human ecological planning* preservando os espaços de maior valor ambiental e identificando quer as limitações quer as oportunidades de usos potenciais.

Como referem Steiner *et al.*<sup>97</sup> a teoria central de McHarg consiste na consideração da ecologia como fundamento das disciplinas de artes que intervêm na paisagem através do desenho e do projecto. Para o que é necessário um “acordo” de carácter filosófico, ético e estético, entre os homens, que detenha a destruição do planeta, sendo que o seu método se baseia na compreensão dos processos que configuram as paisagens utilizando-os como fundamento da intervenção.

O mesmo autor continua nas décadas de Oitenta e Noventa do século XX a manter como tema central do seu trabalho a importância da ecologia no planeamento e no projecto de paisagem. Nas suas últimas obras aborda o planeamento de base ecológica e humana considerando que a interacção entre os sistemas naturais e os sistemas culturais pertence à dinâmica dos ecossistemas e afecta, em última análise, o comportamento, o bem-estar e a saúde tanto da sociedade como da natureza.

Nesta perspectiva, McHarg<sup>98</sup>, ao afirmar que “(...)o domínio e a conquista devem ser eliminados como mandamento bíblico no que diz respeito à relação do homem com a natureza(...)” e acrescentando que “(...)devemos sentir-nos parte das relações ecológicas(...)”, aproxima-se da essência da ecologia profunda que defende a necessidade de uma nova filosofia social e moral que, ao colocar o ser humano no mesmo plano de todos os outros seres vivos, considera-o como parte integrante da natureza e não como ser superior.

---

<sup>97</sup>STEINER, F., *et al.*, “Introducción a la edición española de *Proyectar con la Naturaleza* de Ian McHarg” em McHARG, I., *Proyectar con la naturaleza*, ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2000, p.X.

<sup>98</sup>McHARG, I., *ob. cit.*, 2000, pp. 25-26.

No desenvolvimento desta ideia, Naess<sup>99</sup> introduz o princípio da auto-realização e o princípio da igualdade biocêntrica, segundo os quais todas as entidades da biosfera são partes de um todo integrado, consideradas iguais quanto ao seu valor intrínseco, e consagra a Homeostasis como a primeira lei moral da natureza considerando-a como o modelo de uma ética da participação e da integração sob um princípio essencialmente ecocêntrico.

Esta prudente conduta incide directamente na preservação da diversidade, quer biológica quer cultural, cujo cumprimento deverá ser considerado uma responsabilidade ética.

Toulmin<sup>100</sup> contribui de forma decisiva para a validade e importância da integração entre natureza e cultura ao considerar que o homem deve encarar o mundo natural como a sua verdadeira “casa” assumindo para com ele uma relação de respeito e de equilíbrio.

Neste sentido, e considerando-se que não há paisagem no nosso planeta que não constitua uma herança cultural, reconhece-se que a prática e o conjunto de princípios éticos propostos pela ecologia profunda incidem directamente na preservação da diversidade biológica, mas também cultural, como aliás se acabou de referir.

A manutenção da biodiversidade e da diversidade cultural, inserida no âmbito da “responsabilidade partilhada” obrigando o homem a garantir a preservação das múltiplas formas e variedades de vida e de cultura (espécies, comunidades, habitats e os processos ecológicos e sociais a que estão submetidos) é uma responsabilidade ética.

Trata-se, de facto, de uma reivindicação não apenas ecológica, mas também social, ética e política com o objectivo duplo de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, garantir a melhor habitabilidade para o homem.

Para além das objecções que possa suscitar, esta linha de pensamento contém ideias e propostas que defendem a integração entre natureza e cultura na construção de paisagens que articulam e conectam, de forma coerente, os sistemas naturais e os sistemas artificiais, atribuindo-lhes um valor idêntico.

Estas paisagens, construídas com respeito pelas estruturas ecológica e cultural pré – existentes, integram-nas como partes integrantes do próprio conceito de Humanidade tal como se pode entender nas abordagens de Leopold, Fox e Naess.

Giddens<sup>101</sup> referindo-se ao pensamento de este último autor refere que “(...)a ecologia profunda sublinha(...) o carácter de interligação entre a natureza e a comunidade humana, (...)algo que as culturas ‘primitivas’ entendiam mas que as civilizações modernas abandonaram(...)”.

---

<sup>99</sup>BERTRAN, J., ob. cit., 2000, pp.75-76.

<sup>100</sup>TOULMIN, S., *The Return to Cosmology: Postmodern Science and the Theology of Nature*, University of California Press, Los Angeles, 1982, p. 94.

<sup>101</sup>GIDDENS, A., *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical (Beyond left and right: the future of radical politics)*, 1994), Celta Editora, Oeiras, 1997, p.178.

Este enunciado fundamenta-se na proposta de uma *ética da terra* centrada na natureza como um todo, tal como a explicitou Leopold, e que o homem ao considerá-la e segui-la, passa de conquistador e dominador da Terra, enquanto comunidade, para seu membro pleno e cidadão, justificando deste modo o respeito pelo ecossistema global que integra.

Neste sentido, intervir com responsabilidade na paisagem actuando operativamente contra o processo de simplificação, banalização e especulação a que está actualmente sujeita, é deliberar com ética e estética sobre a superfície terrestre, considerando:

- a) a preservação e a protecção da biosfera e dos valores da biodiversidade do planeta,
- b) o equilíbrio entre as necessidades do homem e os recursos naturais e culturais através da manutenção do equilíbrio ambiental entre o uso e o abuso,
- c) a produção e construção de estruturas e elementos da cultura, na natureza, baseada numa concepção renovada que exige uma visão mais interactiva entre as novas necessidades do homem contemporâneo (produzir, inventar, desfrutar, sobreviver) e o respeito pelo espaço natural.

Neste contexto, defende-se uma actuação ética sobre a paisagem comprometida com a essência do espaço e com a sustentabilidade com o objectivo de possibilitar que, tanto a natureza como a sociedade, se possam desenvolver a longo prazo.

Nesta perspectiva, Folch<sup>102</sup> crê que a ordem moral emergente (uma nova e sócio – ecologicamente avançada moral ambiental) deverá contar, em larga medida, com os valores emanados do pensamento sistémico e holístico da ecologia, fundamentalmente com os valores da sustentabilidade considerados de vital importância para definir uma estratégia de equidade e de solidariedade planetária aos níveis social e ecológico.

Mais recentemente, no âmbito do Simpósio Ibero – americano sobre ética ambiental e desenvolvimento sustentável realizado em Bogotá, em 2000, foi elaborado o Manifesto por uma ética para a sustentabilidade.

Este documento<sup>103</sup>, ao considerar que o conceito de sustentabilidade promove uma nova aliança natureza – cultura e que a ética ambiental orienta os processos e comportamentos sociais com vista à construção de um futuro justo e sustentável para toda a humanidade, define a ética da sustentabilidade como a ética da vida e para a vida apoiada num novo saber capaz de compreender as complexas interacções entre a sociedade e a natureza, e neste sentido, a paisagem como sistema que conecta processos ecológicos e culturais diversos e inter-relacionados, apresenta-se como uma extraordinária conexão ecológica

---

<sup>102</sup>FOLCH, R., *Ambiente, emoción y ética*, Editorial Ariel, Barcelona, 1998, p.33.

<sup>103</sup>RIECHMANN, J., (coord.), *Ética Ecológica*, Editorial Nordan-Comunidad, Montevideo, 2004, pp.15-28.

entre Mente e Natureza e em, última análise, como uma manifestação da ecologia profunda<sup>104</sup>.

### iii ) cultura - património

Atendendo ao carácter multi-dimensional do conceito de paisagem, é imprescindível integrar e abordar os aspectos culturais da paisagem quer porque esta deve ser considerada como um produto cultural, quer porque entendida através da cultura, possui significados e símbolos culturais.

A paisagem – resultado de duas evoluções: a biológica com 4 000 milhões de anos e a cultural desde o aparecimento do homem – torna perceptível o grau de integração de duas dimensões: a natural e a cultural, resultando esta da intervenção do homem sobre aquela.

A Arquitectura Paisagista considera e interpreta a paisagem enquanto objecto transmissor e portador de significados estéticos, ecológicos, económicos e culturais, e o arquitecto paisagista entende-a como uma realidade ecológica materializada no espaço natural no qual se inscrevem as estruturas e os elementos construídos pelos homens, com determinada cultura, designada também por paisagem cultural<sup>105</sup>.

Esta designação poderá ser entendida como uma redundância uma vez que ao termo paisagem corresponde, implicitamente, uma dimensão cultural pois aquela será sempre fruto da vontade humana, tal como refere Carapinha<sup>106</sup> ao considerar que a grande conquista da terra e utilização da natureza pela sociedade humana, conduziram à criação das paisagens baseada no diálogo permanente entre o homem e a natureza através da adaptação (e outras vezes da imposição) da ordem cultural à ordem natural, e que constituem as obras mais significativas da cultura dos diferentes povos.

Esta ideia é partilhada por outros autores<sup>107</sup>, nomeadamente por Goodchild que entende que a dimensão cultural da paisagem é aquela que tem origem no espírito e na actividade dos seres humanos, e que relativamente a ela será útil reconhecer o conceito de ecologia humana que inclui os diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os seres humanos e o seu ambiente.

Nesta perspectiva, a paisagem reflecte o estado evolutivo da sucessão ecológica humanizada sendo que para a sua definição se dá prioridade aos paradigmas culturais<sup>108</sup>,

---

<sup>104</sup> PIZZIOLLO, G., "Experiencia europea de valoración social del paisaje" em ZOIDO, N.F., e VENEGAS, M.C.,(coord.), Paisaje y ordenación del territorio, ed. Junta de Andalucía, Sevilla, 2001, p.101.

<sup>105</sup> MAGALHÃES, M.R., ob. cit., 2001, p.50.

<sup>106</sup> CARAPINHA, A., "O espaço, o lugar e o tempo" em CAETANO, J.O., (coord. geral), Utopia e os pés na terra. Gonçalo Ribeiro Telles, IPM, Lisboa, 2003, pp.229-236.

<sup>107</sup> GOODCHILD, P., "Paisagem e Património" em Boletim AP da APAP, nº3, Lisboa, 2002, pp.6-8; POSOCCO, F., "Planificacione del Paesaggio" em AA.VV., Seminário sobre El Paisaje, Junta de Andalucía, Madrid, 1987 e Sevilha, 1989, pp.95-97; TELLES, G.R., Entrevista, Documentos de Arquitectura, nº3, Lisboa, 2000, pp.30-63.

<sup>108</sup> MARGALEF, R.; ZONNEVELD, I.S., cit. em BERTRAN, J., ob. cit, 2000, p.54.

pois cada vez mais, a paisagem é considerada uma manifestação formal da cultura e do modo de vida de uma determinada comunidade.

Pelo que a dimensão cultural da paisagem integra quer os factores históricos e culturais quer as questões de carácter, identidade e capacidade narrativa da paisagem.

Baseada na dialéctica entre homem e território, testemunhando uma adequação mútua e evolutiva sociedade – natureza, a paisagem, ao reflectir os valores profundos de uma comunidade e cultura, constitui um património permanentemente actualizado dessa sociedade, e neste sentido, constitui também um elemento poderoso de identificação cultural e territorial.

Com intenção pragmática Chabason<sup>109</sup> havia ilustrado esta ideia ao afirmar “(...) *dis-moi quel est ton paysage, et je te dirais quelle société tu vis; comment cette société a constitué progressivement ce paysage*(...).

De facto, ao simbolizar a história e a cultura de um povo a paisagem apresenta-se como o garante da sua identidade pois concretiza de certa forma a unidade da nação, do país. O papel da paisagem na identidade local, regional e, também, nacional<sup>110</sup> assume uma importância relevante e inequívoca ao aceitar-se que a paisagem contemporânea correspondendo a uma herança e legado histórico constitui um património de memória colectiva e, neste sentido, transmite às populações a consciência e o sentimento de pertencer e possuir esse património comunitário identificador.

Assim, a paisagem, entendida como património resultante das sucessivas intervenções civilizacionais e, por isso, com raízes profundas no tempo, adquiriu um significativo valor patrimonial, estético, social e natural por ser constituída por elementos de que depende a identidade nacional.

Por outro lado, o Conselho da Europa tem vindo a chamar a atenção através de distintos documentos<sup>111</sup>, para a necessidade de formular orientações relativas a políticas de paisagem no sentido do respeito, da salvaguarda e da valorização das identidades culturais europeias.

É nesta perspectiva que adverte para a importância da tripla dimensão cultural da paisagem, por esta:

---

<sup>109</sup>CHABASON, L., "Le Paysage dans les lois d'amenagement et d'urbanisme", AA.VV., Seminario sobre el Paisaje, 1987 e 1989, p.50.

<sup>110</sup>CANCELA D'ABREU *et. al*, ob. cit., 2004, pp.28-31; LUGINBUHL, Y., « Le Paysagiste face aux transformation du Paysage Rural. Ideologies et pratiques » in AA.VV. Seminario sobre el Paisaje, Madrid e Sevilha, 1987 e 1989, pp.36-43 ; TELLES, G.R., Prefácio em BARATA, F.T., e MASCARENHAS, J.M., Preservando a Memória do Território, Universidade de Évora, Évora, 2002, pp.8-9.

<sup>111</sup>Para além da fundamental Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000) assinada e ratificada por vários países entre os quais Portugal, e que se baseia no reconhecimento de que a paisagem integra o património natural e cultural europeu e neste sentido é uma componente importante da sua identidade, destacamos: (i) Avant-Project de Recommendation relative à la conservation et gestion des sites culturels dans le cadre des politiques du paysage, CC-PAT(93)48, Estrasburgo, 1993; (ii) Proposition de Recommendation aux États membres relative à la conservation des sites culturels intégrée aux politiques du paysage, CC-PAT(93)80, Estrasburgo, 1994; (iii) Recomendação N° R(95)9, do Comité de Ministros, de 11 de Setembro de 1995.

- considerar a observação individual ou colectiva que se tem sobre um território,
- testemunhar as relações, no espaço e no tempo, da sociedade com a natureza, e
- contribuir para a definição de práticas culturais, crenças e tradições locais.

Encarada como autêntico arquivo histórico e natural, a paisagem é entendida, actualmente, como um bem e um recurso cultural, vivo e dinâmico, expressão da evolução da civilização, elemento central da identidade das regiões e dos países.

Entendendo um recurso cultural como um bem de ordem cultural susceptível de uso directo ou indirecto, a possibilidade de uma paisagem ser reconhecida como um «espaço cultural» portador de valores históricos e sociais relevantes, resultado da sua construção singular e que, portanto, possa ser assimilada pela sociedade como património, não depende apenas do seu valor intrínseco ou do seu reconhecimento pericial mas sobretudo da sua aceitação social sendo esta que a converte num recurso cultural.

De facto, a paisagem, assim como o património, passam a ser entendidos como recursos culturais em virtude da sua valoração social, pois só esta pode criar um processo de identificação cultural e conseqüentemente patrimonial, aparecendo este reconhecimento como um factor decisivo e imprescindível para a sua transformação em recurso cultural<sup>112</sup>.

A valoração da paisagem como uma construção histórica transformada ao longo do tempo de forma mais ou menos intensa relativamente à sua configuração anterior, assenta quer nas suas qualidades estéticas quer num conjunto de valores de diversa índole (do pedagógico na medida em que a paisagem surge como um instrumento de formação e de educação, até ao lúdico pois permite ou facilita usos de carácter recreativo).

A paisagem apresenta-se, assim, como uma manifestação da sociedade que a constrói proporcionando uma imagem dessa mesma sociedade quer através de uma prática projectual e de um desenho, conscientes e formalizados, quer de uma prática empírica de construção/desenho da paisagem, e que se plasmam numa arquitectura da paisagem identificável, ainda que tenham decorrido vários séculos como é o caso das grandes operações territoriais romanas conhecidas como *centuriaciones*, da própria colonização medieval da Península Ibérica<sup>113</sup>, ou mais recentemente, da construção da paisagem de socacos do Douro vinhateiro, entre outros exemplos.

Neste sentido, a paisagem, através da sua arquitectura, coloca em evidência a diversidade de formas de estruturação e organização do espaço directamente relacionadas com a

---

<sup>112</sup>JACKSON, J.B., *A Sense of Place, a Sense of Time*, Yale University Press, New Heaven, 1994, pp. 151-162; "The Vernacular Landscape" em PENNING-ROWSELL, E.C., and LOWENTHAL, D., *Landscape Meaning and Values*, ed. Allen and Unwin Ltd., pp.65-81, Londres, 1986; MEINING, D.W., "The Beholding Eye" em *Landscape Architecture*, January 1976, pp.47-54; ORTEGA VALCÁRCEL, J., *Los Horizontes de la Geografía*, Editorial Ariel, Barcelona, 2000.

<sup>113</sup>*Idem*, p.97.

utilização e exploração dos recursos naturais e culturais, e com o nível de desenvolvimento social e económico.

A paisagem herdada representa, assim, um espelho e um observatório sobre as relações sociedade – natureza, revelando no seu desenho e como projecto, o modo e as circunstâncias em que um determinado grupo social se instala e evolui, através de equilíbrios mais ou menos frágeis ou estáveis, mais ou menos adaptados à diversidade de aptidões e potencialidades do meio com vista à sua utilização e à própria sobrevivência do homem.

Como construção social a paisagem pode, então, ser considerada como uma “ fonte histórica “ sobre as sociedades que, ao longo do tempo, a construíram, sendo que o vasto e diversificado conjunto de estruturas e elementos que a compõem e organizam: parcelamento fundiário e campos de cultivo, rede viária e de assentamentos, infra – estruturas diversas, estruturas hidráulicas, e ordenamento de alguns de estes elementos e estruturas, revelam tanto condições sociais e económicas como valores que correspondendo, muitas vezes, a sinais de identidade colectiva contribuem para o sentimento de pertença a uma comunidade, e neste sentido, convertem a paisagem num elemento da identidade social e num valor cultural, pois como referem Pregill e Volkman<sup>114</sup> a componente intangível da paisagem correspondente ao desenho e à prática projectual introduz um valor acrescido que, no caso da paisagem herdada é, acima de tudo, um valor cultural.

Neste contexto, aceita-se e defende-se a ideia da paisagem como construção resultante de dinâmicas económicas, sociais e culturais, de carácter colectivo, representando um importante património e uma garantia da identidade nacional, pois a cultura e a identidade de uma sociedade reflectem-se permanentemente na paisagem, considerando-se esta um suporte indispensável à salvaguarda e ao desenvolvimento da cultura, da memória e da continuidade histórica de um povo, tal como esclarece Telles<sup>115</sup> ao considerar que “(...)a paisagem tradicional é uma herança que tem um valor cultural, social e económico insubstituível, indispensável à afirmação cultural das regiões e à independência do nosso país(...)”.

A concepção actual do desenho e organização do espaço deve basear-se numa matriz cultural que corresponda à paisagem tradicional de cada lugar e à tipologia dos seus elementos constituintes cuja base são os valores naturais e culturais, autóctones e tradicionais, definidos numa zonagem ecológica e numa compartimentação cultural, pois

---

<sup>114</sup>PREGILL, P., and VOLKMAN, N., *Landscapes in History. Design and planning in the western tradition*, ed. Van Nostrand, Nova Iorque, 1993.

<sup>115</sup>TELLES, G.R., “Agricultura, Ruralidade e Identidade Cultural” em CAETANO, J.O., ob. cit., 2003, pp.327-330.

como afirma o mesmo autor<sup>116</sup> “(...)A Paisagem vai sendo gradualmente transformada pelo homem e com essa transformação vai integrando-se cultura no território. A cultura é portanto património, imagem e expressão dessa evolução. As marcas culturais do passado são também Natureza(...)”.

Assim, e num contexto em que, pelo contrário, a paisagem sofre uma série de processos de homogeneização e simplificação associados à urbanização, à extensão das redes de infra – estruturas e às modificações dos agro – sistemas tradicionais, (constituindo-se como os mais significativos e os de maior incidência sobre as estruturas morfológicas e funcionais da paisagem); torna-se um imperativo:

a) entender a paisagem quer como herança das comunidades humanas que a construíram e transformaram ao longo do tempo, quer como produto da sociedade actual, pelo que é preciso uma visão dinâmica que ajude a compreender a paisagem contemporânea e a possibilidade de a adaptar às necessidades e estratégias da sociedade;

b) entender a arquitectura da paisagem como síntese do complexo processo de humanização do território responsável pela construção de uma paisagem estável, sustentável e bela, baseada no conhecimento e na compreensão da sua evolução, e na participação da natureza nas suas formas humanizadas de harmonia com as suas leis, devendo construir uma estrutura ecológica e cultural comum aos espaços urbano e rural, ambiental e territorialmente contínua;

c) a promoção de actuações específicas e integradas que favoreçam a interpretação e valorização da paisagem considerando-a como um recurso activo na identidade cultural e territorial;

d) a definição de medidas de ordenamento e gestão da paisagem dirigidas à preservação dos seus valores culturais e patrimoniais com vista ao aumento da qualidade da paisagem, para a qual se julga fundamental a implicação da população na definição de objectivos com ela relacionados;

e) a difusão e promoção dos valores culturais da paisagem como resultado de uma construção social histórica em permanente evolução e, ao mesmo tempo, reforçar o compromisso social das populações com a paisagem como património colectivo;

---

<sup>116</sup> TELLES, G.R., “A Propósito de Ecossistema Urbano e Conservação da Natureza” em Conservação da Natureza, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, p.128.

f) considerar que *cultura* e *natura* formam parte da interacção entre dois sistemas complexos que produzem um grau superior de complexidade que se manifesta na paisagem;

g) o reconhecimento de que, por um lado, a forma da paisagem constitui um compêndio da história da sua transformação e que é no âmbito dessa forma que cabe fundamentar a prática projectual e de desenho da paisagem, e por outro lado, que estes devem pressupor que na identidade da paisagem se fundamenta e se sintetiza a sua própria alternativa de transformação.

iv) economia - utilidade

A construção da ideia de paisagem é paralela à existência humana (esta deverá ser incluída no conceito de paisagem) pois a sobrevivência e bem-estar do homem sempre dependeu da sua relação com o meio, baseada fundamentalmente na exploração do espaço e na utilização dos seus recursos.

Com efeito e apesar de nem sempre as comunidades explorarem o território segundo parâmetros exclusivamente utilitaristas, ganhando expressão, muitas vezes, a sua contemplação e apreciação sensitiva, são no entanto motivações económicas as que em maior escala, têm contribuído para a transformação da paisagem ao longo da história.

Neste sentido a visão da paisagem sempre teve uma dimensão utilitarista para praticamente todos os povos e civilizações e em todas épocas, uma vez que os recursos naturais e culturais têm sido utilizados em estado bruto ou transformados pela humanidade, tanto para satisfazer necessidades, de todo o tipo, como para obter benefícios económicos.

Mas se durante a maior parte da sua história a exploração e utilização humana dos recursos se limitou a espaços muito concretos e se baseou no aproveitamento e ocupação equilibrados dos mesmos, a evolução das sociedades, das perspectivas económicas e dos valores dominantes ditaram, mais recentemente, alterações nas actividades económicas e nos sistemas de exploração do território e dos seus recursos, assim como nos meios e modos de vida que baseados numa visão de curto prazo e na procura do rápido rendimento têm sido responsáveis pela progressiva degradação paisagística e ambiental.

Esta pode, pois, ser explicada pelas relações frequentemente defeituosas que se estabelecem entre o sistema social e o sistema natural da paisagem e que se caracterizam, muitas vezes, pelas influências e impactes negativos do primeiro sobre o segundo.

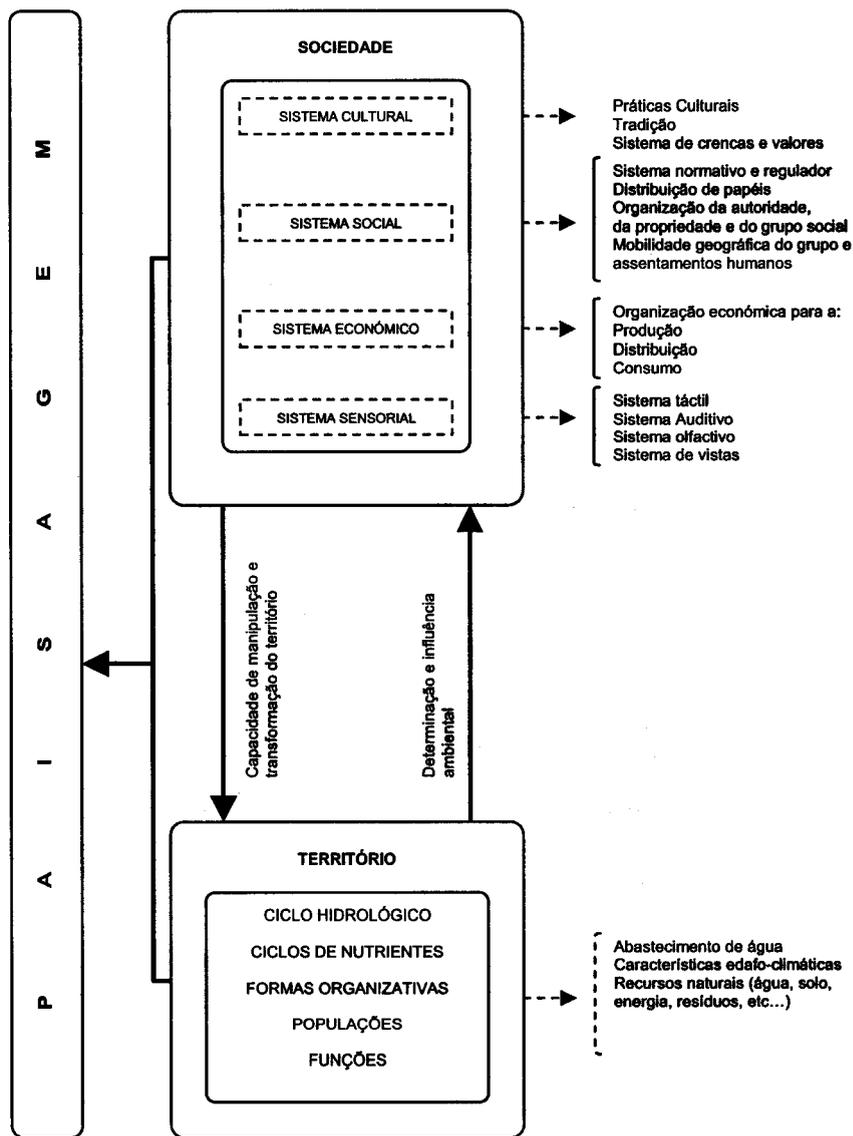


Figura 2.1. Paisagem: relações entre a Sociedade e o Território

Fonte: adaptado de BIFANI, P., 1984, p.101

Ainda que se entenda o homem como parte integrante do ecossistema global, no qual desempenha um papel cada vez mais importante e responsável, pode considerar-se como deficientemente integrado, sobretudo pela atitude antropocêntrica que demonstra perante a natureza e que se traduz no reduzido respeito pelo seu funcionamento e nos desequilíbrios e disfunções ambientais que provoca através da sua crescente capacidade de manipulação e transformação dos sistemas naturais (representada pela seta descendente).

Assim, e se as razões de utilitarismo económico explicam a degradação da paisagem, a procura de dar resposta e encontrar soluções para os problemas por ela gerados justifica o

aparecimento e o desenvolvimento de movimentos sociais e científicos que pretendem incrementar as políticas de protecção do ambiente e da natureza.

É entre estes movimentos proteccionistas (que maioritariamente surgem nos países e nas regiões que têm baseado grande parte do seu desenvolvimento económico e bem estar social na utilização abusiva dos recursos naturais e na degradação da paisagem) e a evolução da ciência e da tecnologia (que possibilita a exploração e transformação dos sistemas naturais e culturais até extremos que não são conhecidos em toda a sua extensão) que se expressa a actual dicotomia.

Dicotomia que continua a verificar-se, igualmente, tanto no que diz respeito à separação funcional entre os sistemas naturais sujeitos às leis da ecologia e os sistemas artificiais regidos pelas regras da economia (figura 2.2.), como em qualquer processo de análise de recursos naturais, pois como referem<sup>117</sup> Naredo *et al.*, este é abordado a partir de duas perspectivas: a ecológica – que consiste na aplicação dos conhecimentos das ciências da natureza na solução dos problemas relativos à gestão daqueles bens, e a económica – que orienta a gestão dos recursos para um horizonte de insustentabilidade atendendo apenas à valoração monetária dos mesmos ignorando os prejuízos físicos e sociais causados.

Assim, e apesar da origem comum dos termos economia e ecologia, o divórcio que se verificou entre as duas disciplinas, um pouco por todo o lado e até ao momento actual, parece advir, como explica Araújo<sup>118</sup>, do facto de “(...) a *Economia – como arte – se ter antecipado ao desenvolvimento da Ecologia – como ciência (...)*” o que no caso do nosso país se prende, ainda segundo este autor, com uma enorme tendência para agir e intervir primeiro e, pensar e planear depois, o que obriga a recorrer à ecologia para criticar e minorar os erros cometidos pela economia, por não ter sido chamada a fundamentar e justificar as orientações e decisões desta.

---

<sup>117</sup> NAREDO, J.M., y VALERO, A. (dirs), Desarrollo económico y deterioro ecológico, Fundación Argentaria, Madrid, 1999, p.17.

<sup>118</sup> ARAÚJO, I., “Ecologia, Economia da Paisagem e Desenvolvimento Ordenado” em AA.VV., O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1989, p.355.

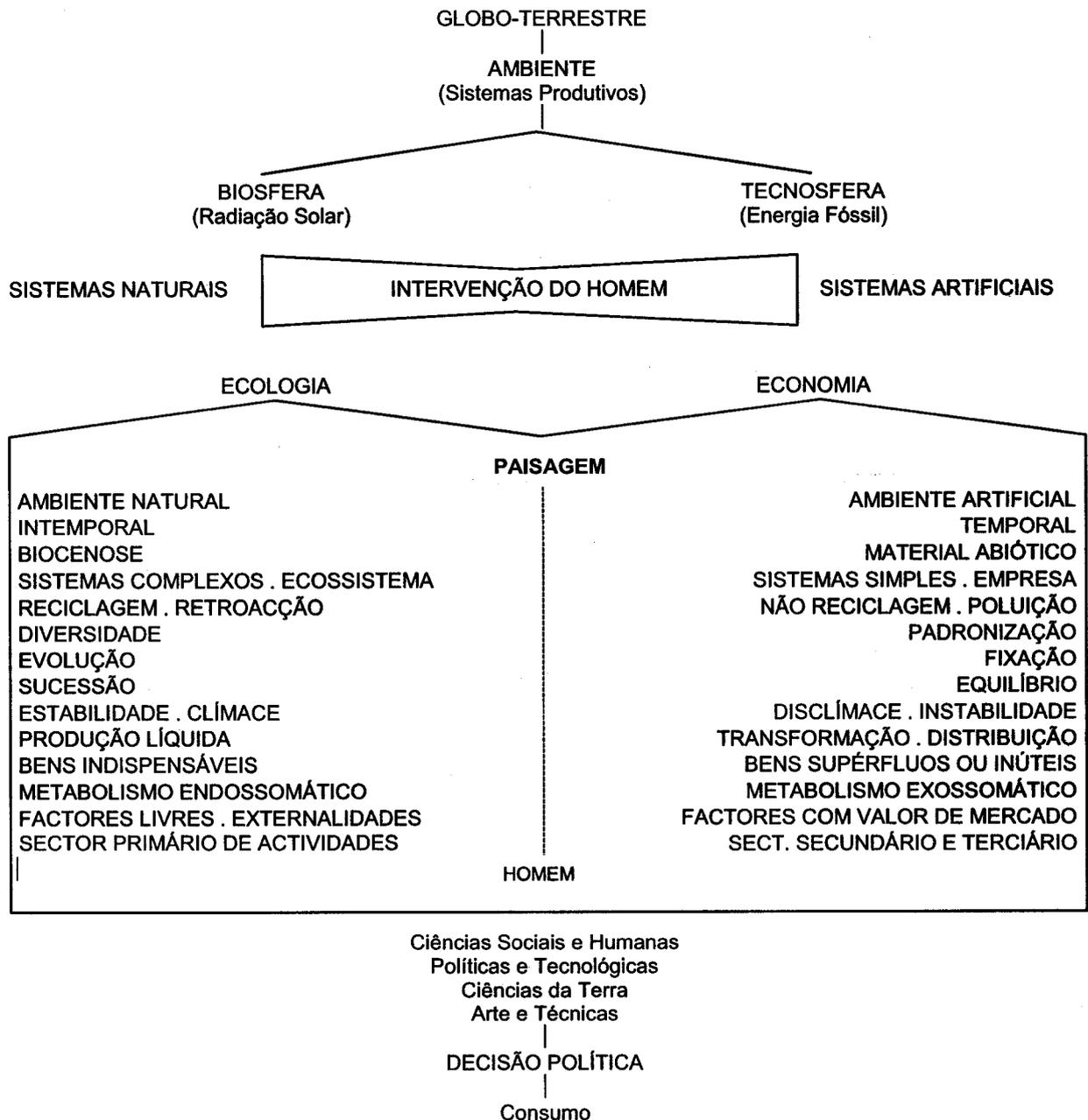


Fig.2.2. Diagrama com que se pretende mostrar a separação funcional, existente na Terra, entre Sistemas naturais da Biosfera, movidos pela energia do Sol, e Sistemas artificiais da Tecnosfera, movidos pela energia fóssil. Os primeiros estão sujeitos às leis da Ecologia; os segundos às regras da Economia.

Fonte: adaptado de GUERREIRO, M.G., 1999, p.77

Se etimologicamente o vocábulo economia deve ser entendido como a arte de formular as regras práticas de correcta ocupação, utilização e gestão da paisagem (ou do Oikos, do habitat) a partir do seu conhecimento empírico ou científico, então o aproveitamento utilitário da paisagem deverá fazer-se em consonância com o enunciado pela ciência ecológica, ao contrário do que muitas vezes sucede.

Pelo que, face, quer, às intervenções humanas na paisagem que atingem níveis de abrangência e de influência cada vez mais elevados e frequentemente pautadas pelo desrespeito pelas leis e limites da natureza, quer à falta de integração e compatibilização das distintas disciplinas implicadas na análise de recursos naturais, tem-se procurado encontrar novas abordagens (tentando conciliar interesses económicos e ecológicos numa perspectiva de desenvolvimento sustentável) e novas respostas aos processos que configuram, dinamizam e asseguram a gestão da paisagem contemporânea.

Neste contexto, Norgaard<sup>119</sup> interpreta o processo de apropriação e utilização dos ecossistemas como um processo de desenvolvimento co-evolucionista no sentido em que existe uma interdependência entre o sistema ecológico e o sistema económico, o que exige uma adaptação mútua entre ambos.

Este é, aliás, o entendimento da Economia Ecológica que surge no final da década de Oitenta do século XX com o objectivo de pretender compreender a posição do homem num mundo que está sendo criado e destruído, simultaneamente, por ele próprio esquecendo-se que "(...) *no seu antropismo sem sentido, ainda não se mentalizou que a protecção da Natureza, que pretende valorizar e liderar, é, afinal, a sua própria destruição(...)*"<sup>120</sup>.

Ao contrário da economia convencional para a qual a ecologia constitui uma limitação a ser superada pela ciência económica, a economia ecológica apresenta-se como um sistema de conhecimento alternativo que adopta uma abordagem transdisciplinar e integrada que contempla o estudo da inter-relação entre os sistemas económico, ecológico e social e, o modo como se influenciam mutuamente.

Esta linha de pensamento é corroborada por Odum<sup>121</sup> ao afirmar que "(...) *quando o estudo do habitat (ecologia) e a administração do habitat (economia) se possam fundir e quando os preceitos éticos se possam ampliar de modo a integrar o ambiente com os valores humanos, poder-se-á, então, ser optimista quanto ao futuro da humanidade. Consequentemente, o holismo essencial e a grande aprendizagem para o nosso futuro passa pela consideração conjunta dos três « És »: Ecologia, Economia e Ética (...)*"<sup>122</sup>.

Pelo que, perante o actual modelo de vida e a acção irracional de uma economia destrutiva responsáveis pela situação progressiva de degradação da paisagem e com nefastas consequências ambientais e sociais, tanto para o momento presente como para o futuro, torna-se imprescindível uma tomada de consciência ecológica que se traduza no

---

<sup>119</sup>NORGAARD, B.B., *Development Betrayed. The end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*, ed. Routledge, Londres e Nova Iorque, 1994, p.22.

<sup>120</sup>GUERREIRO, M.G., *O Homem na Perspectiva Ecológica*, Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, Faro, 1999, p. 83.

<sup>121</sup>ODUM, E.P., *Ecologia: bases científicas para un nuevo paradigma*, ed. Vedral, Barcelona, 1992, p.271.

<sup>122</sup>A que nós acrescentaríamos o quarto «É»: o da Estética, face à visão holística e integrada da paisagem que se desenvolve nesta dissertação.

planeamento do uso eficaz dos recursos garantindo a sua produtividade e funcionalidade baseado na conciliação do seu óptimo aproveitamento com a sua preservação.

Desde este ponto de vista a paisagem considera-se como um recurso que no seu sentido mais amplo, sintetiza e reflecte tanto as características bióticas e abióticas de um território, como as marcas que o homem nele imprimiu.

Esta emergente consideração é progressivamente aceite pela comunidade científica e pela sociedade em geral, desde uma dupla perspectiva:

a) como recurso natural e cultural – enquanto elemento de interesse patrimonial necessita de gestão e de protecção face às potenciais acções de degradação,

b) como recurso económico – enquanto elemento de carácter patrimonial e valoração social constitui um factor de atracção de actividades económicas muito rentáveis.

Nesta perspectiva, a paisagem é “(...) *um dos recursos de maior importância tanto pelo seu valor monetário como por ser uma componente essencial do património natural e cultural (...)*”<sup>123</sup> e, neste sentido, adquire uma dimensão utilitária que se prende quer com a procura e valoração social baseada numa visão patrimonial dos sistemas natural e cultural, quer com o valor de uso (consumista) considerando-se que a paisagem se apresenta como um produto de mercado com valor comercial.

Resulta, então, que o reconhecimento social e a identificação patrimonial da paisagem aparecem como factores imprescindíveis para a sua transformação em recurso cultural e para a sua valoração como recurso económico.

Este complexo processo depende largamente da consideração dos bens e recursos paisagísticos como elementos singulares e escassos por parte de acções e iniciativas sociais (individuais e colectivas) e, da mobilização das populações com vista à sua valoração e consequente preservação.

No caso das paisagens tradicionais, herdadas, para além dos valores de uso e dos valores culturais e patrimoniais há a considerar um valor económico acrescido: o de recurso escasso e não renovável, sendo esta circunstância que atribui ao património paisagístico um carácter económico destacado, uma vez que a raridade e escassez relativa deste bem cultural aumenta a sua valorização social e consequentemente as preocupações com a sua salvaguarda e protecção.

No entanto, a partir da consideração da paisagem como construção histórica e, portanto, como recurso não renovável, o seu consumo não regulado pode, em situações extremas, conduzir ao seu desaparecimento e à sua perda irreparável atendendo ao facto de a

---

<sup>123</sup>BERNÁLDEZ, F.G., “Ciência o Poesia: la temática específica del paisaje”, em Seminário sobre el Paisaje, Junta de Andalucía, Madrid e Sevilha, 1987 e 1989, p.33.

paisagem como produto histórico e cultural não ser reproduzível nem recuperável, salvo como simples e estrito vestígio arqueológico.

Neste contexto, torna-se fundamental considerar as estruturas e os elementos paisagísticos de interesse patrimonial como vector indispensável de um desenvolvimento sustentável<sup>124</sup>, quer pelo potencial económico que se lhes reconhece no âmbito das actividades ligadas ao turismo e ao lazer, quer pelo seu contributo na satisfação de necessidades sociais básicas e na preservação das memórias, facto indispensável à constante (re)construção das identidades individuais e colectivas.

Convém, então, sublinhar que se a consideração da paisagem como um recurso cultural e económico advém da sua recente e progressiva valorização como parte integrante do património cultural, a sua dimensão económica deriva tanto dos resultados da exploração comercial e mercantil desse mesmo património, como dos benefícios económicos daí resultantes quer através do emprego directo para as comunidades a ela vinculadas, quer de actividades indirectas com ela relacionadas.

No entanto, e como refere Telles<sup>125</sup> as paisagens ecologicamente equilibradas, socialmente úteis e belas, e com um extraordinário valor patrimonial são as que, paradoxalmente e ao mesmo tempo que motivam o interesse turístico das regiões, depressa sofrem por parte deste, na maioria das vezes, fortes impactes negativos que se traduzem na sua sistemática degradação e destruição.

---

<sup>124</sup> A análise bibliográfica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável permite identificar uma discussão crítica que decorre em dois níveis: por um lado, discussões ao nível da apreensão do conceito pelos distintos sectores da sociedade, designadamente sobre a sua importância e conteúdo, e por outro lado, discussões ao nível da aplicação do conceito mediante políticas e estratégias de planeamento e gestão, traduzidas quer ao nível da sua formulação, quer ao nível da sua operacionalização. Apesar de vários autores (Fidelis, 2001; Naredo, 1996; Van der Ryn, 1999) se referirem frequentemente à indefinição, ambiguidade e inoperacionalidade da noção de desenvolvimento sustentável, reconhecemos que o conceito se revela algo complexo, tanto na compreensão da sua definição como na aplicação dos seus objectivos, aceitando, no entanto, no âmbito desta dissertação, baseando-nos num conjunto muito importante de autores (CE; EEA; Ravetz, 2000; Partidário, 1999; Roseta, 1999; Williams *et al.*, 2000) que a definição integrada de desenvolvimento sustentável consagrada no relatório Brundtland (1987) como um processo de desenvolvimento económico, social e político de modo a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades, só pode ser considerado sustentável se atender à conjugação e interdependência das vertentes económica, social, institucional e ambiental, e se for baseado em princípios ecológicos, na manutenção de uma reserva de capital natural (ar puro, água pura, solos férteis, biodiversidade, etc.) e no respeito pelo património natural e cultural existente.

É neste sentido, que a compatibilização de critérios de eficiência económica e institucional, de equidade e justiça social, e de preservação da diversidade biológica e cultural é fundamental para a operacionalização do conceito. Esta depende, como refere Kruse (1996) da definição de um corpo teórico estrutural e da compreensão daquelas quatro vertentes em simultâneo de modo a ter conhecimento dos distintos padrões na relação Homem – Natureza e pela definição da capacidade de carga do sistema biofísico para as actividades humanas.

Os conceitos de capacidade de carga (nível máximo de utilização de um sistema sem alterar de forma significativa o seu funcionamento e sem deteriorar os seus recursos) e de pegada ecológica (território biologicamente produtivo ou ecossistema aquático, necessário para produzir os recursos utilizados e para absorver os resíduos gerados por um determinado sistema económico com base na tecnologia existente (Rees e Wakernagel, 1996), são capazes de lidar com a complexidade inerente ao desenvolvimento sustentável, pois traduzem num único valor o impacte que as necessidades individuais têm no nosso planeta. Assim, para que um sistema se mantenha sustentável num determinado contexto económico e ecológico, a área traduzida por este indicador não deverá ultrapassar a superfície de terra produtiva sem que se altere a capacidade de carga do sistema.

Mathis Wakernagel *et al.*, calcularam, no ano 2000, a pegada ecológica da totalidade do planeta Terra, concluindo que se na década de Sessenta do século XX a actividade humana consumia 70% do que o planeta era capaz de produzir, e na década de Oitenta se alcançava 100%, no início deste século consumimos acima das nossas possibilidades utilizando os recursos “poupados” ao longo dos séculos, ultrapassando a capacidade de carga do planeta e comprometendo a qualidade de vida e inclusive a sobrevivência das gerações futuras, ou seja, o actual modelo de desenvolvimento é insustentável.

<sup>125</sup> TELLES, G.R., “Paisagem Global” em ABREU, M.C., (coord.), Paisagem, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1994, p.37.

Assim, e para que a paisagem (que se pretende biologicamente equilibrada, com acentuada diversidade ecológica e com conteúdo estético de inegável valor cultural) continue a ter um importante papel económico e social na permanência das potencialidades produtivas das regiões e no desenvolvimento do seu valor intrínseco, (quer através da permanência da exploração racional dos recursos territoriais e sua compatibilidade com a preservação da natureza, quer através da conciliação da protecção dos recursos naturais e culturais com a sua utilização para o recreio, com base no equilíbrio entre os objectivos da conservação e os da usufruição), julga-se indispensável:

a) considerar a paisagem como um recurso económico, escasso e colectivo, cujo uso racional se deve organizar a partir do princípio de que é um elemento primordial para a permanência e qualificação de toda e qualquer actividade humana, nomeadamente a indústria turística sendo que esta deverá contribuir, em primeiro lugar, para a manutenção e valorização daquela;

b) assumir que a procura social determina o valor de uso da paisagem, a permanência do “uso original” e a adaptação a novos usos, sendo que no caso da paisagem com valor patrimonial, esse valor de uso deriva tanto do uso directo (residencial, recreativo, produtivo, etc.) como do uso indirecto (associado ao seu consumo como objecto cultural). Assim a procura social, de carácter cultural, possibilita uma exploração económica rentável que deverá assegurar a preservação da paisagem como património tratando-se, neste caso, de uma evidente valoração desta como recurso escasso e não renovável;

c) considerar que o processo de ordenamento, planeamento e desenho da paisagem contribui, de modo significativo, para a identificação, definição e revalorização cultural e económica da paisagem, assim como para a sua adequada gestão considerando quer a procura social existente, com objectivos de uma exploração económica compatível com a sua preservação, quer o possível estatuto legal de « paisagem protegida »;

d) que as conceptualizações contemporâneas de paisagem incorporem novas abordagens baseadas na conciliação entre interesses económicos e ecológicos na perspectiva do desenvolvimento sustentável ultrapassando anteriores visões utilitaristas e descritivas;

e) considerar que a paisagem é um bem escasso e limitado tanto em termos físicos como ecológicos, daí que o necessário equilíbrio biológico se torne imprescindível não só para a manutenção mas, também, para o incremento da biodiversidade como base da sustentabilidade do sistema.

### 1.1.2. Aproximação ao conceito de paisagem no direito português e internacional.

Terminamos a abordagem ao desenvolvimento e evolução do conceito de paisagem com a aproximação ao referido conceito no direito português e internacional.

Embora sem a expressão e a especificidade dada na legislação de alguns países europeus, nomeadamente em Itália, França e Holanda, podemos afirmar que o corpo legislativo nacional reconhece a relevância do conceito de paisagem e da sua utilização nos domínios do ambiente, do património e do ordenamento do espaço.

De facto e apesar da inexistência de legislação referida especificamente à paisagem, se exceptuarmos a recente Convenção Europeia da Paisagem (elaborada em Florença a 20 de Outubro de 2000 e ratificada, aprovada e publicada no Direito português através do Decreto nº 4/2005, de 14 de Fevereiro) surgem na legislação nacional e desde muito cedo, inúmeras referências explícitas à paisagem.

A primeira referência surge, muito provavelmente, na Lei nº2:032 de 11 de Junho de 1949, que relativa à criação da categoria dos Valores Concelhios estipula na Base I que “(...)As Câmaras Municipais devem promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos(...)”<sup>126</sup>.

Em Portugal, na década de Setenta do século XX, é criado o primeiro e, até agora, único Parque Nacional na sequência da Lei nº 9/70 de 19 de Junho que prevê a integração naquela “área protegida” de vários tipos de reserva (Base IV da referida Lei), nomeadamente Reservas de Paisagem. Este conceito evoluiu posteriormente para o de Paisagem Protegida, primeiro através do Decreto-Lei nº 613/76 de 27 de Julho e mais tarde no Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro é definida no Art.º 9º como sendo “(...)uma área com paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção do homem e da natureza que evidencia valor estético ou natural(...)”.

A própria Constituição Portuguesa, de 1976, contém referências directas à paisagem no seu Artº 66, segundo o qual “(...)Incumbe ao Estado (...) classificar e proteger paisagens(...)”, assim como “(...)ordenar e promover o ordenamento tendo em vista (...) paisagens biologicamente equilibradas(...)”

A Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85 de 6 de Julho) faz referências à paisagem no Artº 7º, ponto 3 “(...)O enquadramento orgânico, natural ou construído, dos bens culturais ou imóveis que afecte a percepção e leitura de elementos e conjuntos (...) deve ser sempre definido de acordo com a importância (...) paisagística do lugar, por constituir parte indispensável na defesa desses mesmos bens(...)”, e no Artº 8º alínea b)

---

<sup>126</sup> A incidência do Direito na paisagem regista-se, no início, fundamentalmente no âmbito da protecção de valores, baseado na preservação da paisagem (e na sua classificação), perante a sua possível degradação pela acção do homem.

*“(…)Conjuntos: agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão (...) e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem(…)”.* Mais recentemente, a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, apesar de se referir à paisagem no Artº 70º, não considera o conceito de paisagem, não a reconhecendo.

Por outro lado, a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 48/98 de 11 de Agosto) e o seu desenvolvimento regulamentar (Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro) referem-se explicitamente à paisagem ao longo do Artº 6º (“Objectivos do Ordenamento do Território e do Urbanismo” sendo um deles garantir que *“(…)As paisagens resultantes da actuação humana, caracterizadas pela diversidade, pela harmonia e pelos sistemas sócio-culturais que suportam, são protegidas e valorizadas(…)”*) no primeiro caso, e nos Artºs 13º e 54º, no segundo caso.

Por sua vez, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de Junho) contém apenas duas referências directas à paisagem nos Artº 21º e 31º. Neste, no ponto 3, alínea a) prevê-se a possibilidade de indeferimento das operações urbanísticas no caso de *“(…)A obra ser manifestamente susceptível de afectar a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens(…)”.*

Em ambos os casos verificam-se múltiplas indicações referentes ao ordenamento e gestão territorial que, a serem cumpridas, terão repercussões muito positivas sobre a paisagem em Portugal.

No entanto, é, de facto, na não aplicação ou na aplicação deficiente da legislação que enquadra a intervenção na paisagem que reside o seu maior problema, pois a legislação actual, neste âmbito, poderá ser considerada, em termos gerais, razoável e suficiente<sup>127</sup>. Aquilo que acaba por falhar sistematicamente é, ainda segundo o mesmo autor, a transposição dos instrumentos legais e do reconhecimento da relevância do conceito de paisagem e da sua utilização, para a realidade das actuações sobre a paisagem, pois os mecanismos de execução das disposições legais ou não se efectivam ou raramente são concretizadas no terreno.

E tudo isto apesar de um conjunto vasto e diversificado quer de documentos que enquadram políticas sectoriais relevantes para a paisagem, quer de diplomas legais em diversos âmbitos (ambiente, património, urbanismo, ordenamento) conterem, como já se referiu, variadíssimas referências directas à paisagem.

Esta está, aliás, devidamente definida na legislação portuguesa enquanto entidade autónoma como *“(…)a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima, e*

---

<sup>127</sup> ABREU, A.C., Entrevista dada ao Boletim da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, nº3, Dezembro de 2002, pp. 12-17; ABREU, A.C., *et al.*, ob. cit., 2004, p.25

*cultural*<sup>128</sup> quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica(...)" no Artº 5º, alínea c) da Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril). Esta Lei, para além de fazer referências à paisagem, contém dois artigos que lhe dizem directamente respeito (Artigo 18º - "Paisagem" e Artigo 19º - "Gestão da Paisagem") e onde se indicam actuações muito específicas (regulamentações, inventários e cartografia) mas que não tiveram desenvolvimento posterior.

Embora esta formalização aborde a problemática da paisagem de modo abrangente e integrador, parece-nos, no entanto, que o entendimento do conceito de paisagem que melhor se enquadra no âmbito e perspectiva deste trabalho é aquele que decorre da definição constante na Convenção Europeia de Paisagem (Decreto nº 4/2005 de 14 de Fevereiro) no seu Artº 1º "(...)«Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos(...)". Esta Convenção constitui, aliás, o culminar de um processo que a nível internacional nomeadamente europeu, se iniciou há algumas décadas atrás e que com a crescente importância e divulgação do conceito de paisagem o levou a ser considerado em estratégias e políticas definidas aqueles níveis.

Neste âmbito, e considerando as referências ao conceito de paisagem nas Convenções e Recomendações<sup>129</sup> da UNESCO salientam-se a Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios (Paris, 11 de Dezembro de 1962) e a Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea (Nairobi, 26 de Novembro de 1976). Esta refere-se à paisagem nos princípios gerais, ponto 6, ao considerar que "(...)Numa época em que a crescente universalização das técnicas de construção e das formas arquitectónicas apresenta o risco de criar paisagens uniformes em todo o mundo, a salvaguarda dos conjuntos históricos pode contribuir para manter e desenvolver os valores culturais e sociais(...)", e nas medidas

---

<sup>128</sup> O sublinhado é nosso. Na letra da referida Lei, origem soberana da definição legal, em lugar de cultural, lê-se natural, o que não pode deixar de ser lapso, como já havia notado MAGALHÃES, M.R., ob. cit., p.52.

<sup>129</sup> LOPES, F. e CORREIA, M.B., Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, p.16. De acordo com estes autores, as normas de âmbito internacional sobre o património podem agrupar-se da seguinte forma:

- as convenções, tratados ou pactos (uma vez aprovados pelos Estados têm carácter vinculativo pois aqueles obrigam-se a aplicar no seu território os princípios neles expressos);
- as recomendações (definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada Estado, mas sem carácter vinculativo);
- as resoluções do Conselho da Europa ( resultantes de conferências de ministros ou seus representantes, não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adopção das figuras anteriores);
- e os restantes actos: cartas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e «normas» (definem os princípios e os conceitos sobre determinada matéria, de modo a orientar a acção dos intervenientes, mas não têm carácter vinculativo).

técnicas, económicas e sociais no ponto 34 afirma que “(...) *Nas zonas rurais deverão ser criteriosamente controlados todos os trabalhos que provoquem a degradação da paisagem(...)*”.

É, no entanto, na Recomendação anterior redigida em 1962 que a paisagem surge como alvo de todas as atenções ao considerar-se que a beleza e o carácter das paisagens e dos sítios está a ser objecto de atentado por parte do homem. Este passou a ser visto como um importante factor de perturbação ambiental ao mesmo tempo que se considera que a protecção das paisagens e dos sítios é necessária à vida do homem para quem constituem tanto um poderoso regenerador físico, moral e espiritual, e portanto um elemento fundamental das suas condições de saúde, como um factor importante para o desenvolvimento económico e social das regiões e dos países.

Neste sentido, esta Recomendação entende por “(...) *protecção da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios, a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e dos sítios naturais, rurais ou urbanos, quer se devam à natureza, quer à obra do homem, que apresentam um interesse cultural e estético(...)*”, pelo que de acordo com os princípios gerais, ponto 5, “(...) *A protecção não deverá limitar-se às paisagens e sítios naturais, mas alargar-se também às paisagens e aos sítios cuja formação se deve na totalidade ou em parte, à obra do homem. Assim, deverão ser tomadas medidas especiais para assegurar a protecção de certas paisagens e sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos (...)*”.

Este documento revela-se de fundamental importância ao contribuir para o reconhecimento da ideia de paisagem enquanto elemento integrador dos aspectos naturais e culturais, ao mesmo tempo que considera que a protecção da paisagem só se tornará eficaz se alargada ao conjunto dos seus espaços, o que pressupõe a adopção de estratégias de preservação abrangentes e articuladas que incluam simultaneamente os ambientes naturais e os predominantemente humanizados ou culturais.

É, igualmente nesta perspectiva, que a partir de Década de Oitenta do século XX evoluíram as estratégias de conservação da natureza que ultrapassando o âmbito inicial das suas preocupações e do seu interesse, focalizado no ecossistema, reconheceram a necessidade de considerar a sua articulação com a matriz cultural onde se incluem e da qual o homem faz parte integrante, ou seja a totalidade da paisagem<sup>130</sup>.

É, também, este o entendimento em termos de ordenamento do espaço que na sua evolução (tanto do corpus teórico com na *praxis*) abandona a convencional perspectiva

---

<sup>130</sup> International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), World Conservation Strategy. Living Resources Conservation for Sustainable Development. IUCN-UNEP-WWF-FAO-UNESCO, 1980.  
World Commission on Environment and Development (WCED), Our Common Future, Oxford University Press, 1987.  
European Center for Nature Conservation (ECNC), The Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy, Council of Europe, UNEP e ECNC, Tilburg, 1996.  
ECNC, Action Theme 4: European Landscapes, ECNC, Tilburg, 1997.

parcelar para passar a adoptar uma perspectiva integrada que reconhece a importância e as ligações entre todas as componentes e partes que compõem a paisagem com especial relevo a inter-relação entre as cidades e os territórios de que dependem<sup>131</sup>.

Neste âmbito, o Conselho da Europa assume um papel de grande relevo ao produzir um importantíssimo conjunto de documentos normativos que contêm referências à paisagem relacionando-a com o ordenamento, e a conservação e valorização do património, e dos quais se destacam: a Resolução (68)12, de 3 de Maio de 1968, sobre a conservação activa de sítios, monumentos e conjuntos no âmbito do ordenamento do território; o Apelo de Granada (1977) sobre a arquitectura rural e o ordenamento do território, onde surgem como ideias chave a ecologia e o ordenamento integrado do território, no âmbito do processo de salvaguarda do património construído e da paisagem que o sustenta; a Carta Europeia do Ordenamento do Território (Torremolinos, 1983) que no apêndice se refere à paisagem no sentido da necessidade de tomar “(...)medidas para a conservação e ordenamento da paisagem(...)” nos espaços rurais próximos às grandes concentrações urbanas, surgindo como factor inovador o conceito de ordenamento da paisagem<sup>132</sup>.

Mais recentemente, importa salientar a Recomendação nº R(95)9 sobre a conservação de sítios culturais integrada nas políticas de paisagem, e a Recomendação nº R(2003)1 sobre a promoção do turismo relacionado com a valorização do património cultural na perspectiva do desenvolvimento durável, para além da já citada e verdadeiramente fundamental Convenção Europeia da Paisagem que “obriga” aos países que a assinam a “(...)integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento ... e de urbanismo(...)” (Artº 5º, alínea d)).

Contemporânea desta Convenção, a Carta de Cracóvia (Conferência Internacional, 2000) sobre a conservação e o restauro do património construído contribui de modo inequívoco para o reconhecimento da paisagem como património cultural considerando que “(...)as paisagens possuem uma relação histórica com o território e com as cidades(...)” pelo que

<sup>131</sup> ABREU, A.C., *et al.* ob cit., p.22

<sup>132</sup> Da relação entre os conceitos de território e de paisagem resulta não um confronto mas sim uma associação em que “ (...) o território é a componente física da paisagem que não abrange a sua forma (...)” (MAGALHÃES, M.R., ob. cit., p.53) pelo que “(...) ao deixar de se falar em paisagem, mas sim em território, deixou-se de entender a unidade ecológica e estética daquela para apenas se considerar a quantificação dos recursos disponíveis neste, a utilizar no mais curto intervalo de tempo(...)” (TELLES, G.R., Paisagem Global em Paisagem, ABREU, M.C. (coord.), DGOTDU, 1997, p.32). Podemos então afirmar que paisagem não é, sinónimo de território “(...) vocábulo que designa uma parcela da superfície terrestre, independentemente do seu conteúdo (...)” (ARAÚJO, I., Consideração sobre a gestão das paisagens em Paisagem, ABREU, M.C. (coord.), DGOTDU, 1997, p.124) sendo este conteúdo, material e fenomenal, identificado com a paisagem, conceito que implica sempre a intervenção do homem ( TELLES, G.R., Entrevista dada à Revista Documentos de Arquitectura, 03, 2000, p.48). Também Cancela d’Abreu (1989) considera que território é o objecto das transformações operadas pela acção humana, originando a paisagem. Assim, sendo esta a “marca de autor, a obra cultural” que o Homem deixa sobre o território, ela constitui a realidade sobre a qual o ordenamento deve versar. “(...) É então correcto afirmar que, embora paisagem não exista sem território, o ordenamento deste não implica o ordenamento daquela. O contrário sim, é válido (...)” (GOMES, G., Paisagem Global – a Ecologia da Paisagem enquanto ferramenta de ordenamento paisagístico, Tese de Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade do Algarve, 2006, p.19) (...) Neste sentido e atendendo à natureza holística e integradora do conceito deverá ser adoptado o termo de ordenamento da paisagem, pois entende-se que é incoerente e impraticável um modelo de entendimento, ordenamento e gestão das actividades humanas que, num inconcebível paradoxo, exclua o seu principal agente – o Homem. Este não pode ser afastado da realidade do meio sendo incompreensível a sua negação no processo de ordenamento, pois como refere, ainda o último autor, negar à paisagem o papel central no processo é remeter o próprio Homem para um papel inferior e essa é uma via divergente da sustentabilidade (...)” (GOMES, G., ob. cit., p.19).

*“(...)a intervenção na cidade...deve ter presente...a sua inter-ligação com o território e a paisagem envolvente(...)”*. Esta perspectiva remete-nos para o conceito de paisagem global que desenvolvemos mais à frente neste trabalho.

Também o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) tem produzido, ao longo das últimas décadas, vários textos normativos internacionais, fundamentais como contributos para a evolução do conceito de paisagem e para o reconhecimento desta enquanto elemento integrador do património num contexto de intenso desenvolvimento e rápidas transformações.

Entre aqueles cabe destacar a Carta sobre o património construído vernáculo (Cidade do México, 1999) cujos princípios de conservação e orientações práticas consideram que a relação entre o património construído e a paisagem deve ser tida em linha de conta nas intervenções e programas de conservação patrimonial.

É esta a perspectiva igualmente defendida quer pela Carta de Ename (2004), Carta sobre a interpretação de lugares pertencentes ao património cultural, ao referir que *“(...)A história da paisagem envolvente...forma parte integrante do património construído(...)”*, quer pela Declaração de Xi’an (2005) sobre a conservação das zonas de protecção dos monumentos, sítios e espaços patrimoniais, que contém referências à paisagem (urbana, rural e marítima) reconhecendo a importância da sua contribuição para o significado e carácter distintivo daqueles elementos.

Por outro lado, e a outro nível, embora corroborando da mesma linha de pensamento ao considerar que *“(...)a grande variedade de paisagens europeias é uma parte importante da nossa herança cultural, científica, histórica e sociológica(...)”*, o Relatório do Estado do Ambiente (Agência Europeia do Ambiente, 1995) contém um capítulo específico dedicado à paisagem onde defende o seu estudo considerando os principais tipos de paisagem na Europa e as suas principais tendências de transformação.

Nesse mesmo ano e na sequência da cooperação internacional e inter-disciplinar iniciada anteriormente entre vários organismos e entidades, o Conselho da Europa e o Centro Europeu para a Conservação da Natureza (ECNC) elaboram, no âmbito da Terceira Conferência «Ambiente para a Europa», a Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística<sup>133</sup> (adoptada por todos os países que integram aquele Conselho) que

---

<sup>133</sup> Resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e dos trabalhos relativos à Convenção sobre a Biodiversidade, esta Estratégia apoiada nos dispositivos e organismos internacionais, nomeadamente europeus: a Rede Natura 2000, as Convenções de Berna, Bona e Ramsar, as reservas biogenéticas do Conselho da Europa, as reservas da UICN e o modelo ECONET, tem quatro objectivos: 1- reduzir as ameaças sobre a diversidade biológica e paisagística a nível europeu; 2- aumentar a resiliência da biodiversidade e da diversidade paisagística na Europa; 3- reforçar a coerência ecológica em termos continentais e 4- assegurar a tomada de consciência e a participação pública na manutenção daquelas diversidades. Para alcançar estes objectivos a Estratégia apoia-se em seis acções principais a realizar nos próximos vinte anos; destacamos de entre estas a integração da diversidade biológica e paisagística em todos os sectores da economia, e a criação da rede ecológica europeia com vista à manutenção dos ecossistemas, habitats, espécies e elementos paisagísticos mais importantes.

reconhece a necessidade de gestão das paisagens com o objectivo da preservação, e defende a necessidade de uma política europeia para as paisagens, considerando não apenas a diversidade biológica, mas também a diversidade paisagística entendida como a expressão espacial e formal das inúmeras relações existentes, num determinado período de tempo, entre a sociedade e o território.

Desta Estratégia resultou igualmente o Plano de Acção para as Paisagens Europeias (ECNC, 1997) que reúne um conjunto diversificado de propostas para distintos tipos de projectos (analíticos e operativos/prioritários) e de acções<sup>134</sup> relacionados com o estudo, análise, ordenamento e gestão integrada da paisagem.

A Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística (1995), a Convenção Europeia da Paisagem (1998 e 2000) e os Princípios Orientadores para um Desenvolvimento Sustentável do Continente Europeu (Conselho da Europa, 2000) proporcionaram, aos níveis europeu e nacional, um debate decisivo sobre a necessidade do desenvolvimento de políticas da paisagem que se iniciou com a realização de estudos de identificação e caracterização da paisagem durante a última década e meia em vários países incluindo Portugal.

Estes estudos<sup>135</sup> têm contribuído para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das abordagens e metodologias a utilizar baseando-se na importância do reconhecimento e identificação de unidades de paisagem, a várias escalas, de modo a conseguir uma aproximação mais concreta a factores de gestão relevantes.

Indo ao encontro, como todos os outros, do que se determina na Convenção Europeia, o estudo português intitulado "*Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*" ao pretender a compreensão global da paisagem adoptou uma abordagem holística que integra as suas várias dimensões: a ecológica, a cultural, a sócio-económica e a sensorial, de cuja combinação parte para a identificação de unidades de paisagem, reconhecendo e consagrando o conceito de paisagem como elemento operacional de ordenamento e gestão.

---

<sup>134</sup> Como referem ABREU, A.C., *et al.* (ob. cit., pp.23-24,) os projectos analíticos relacionam-se com metodologias para reconhecimento, identificação e caracterização das paisagens assinalando valores, potencialidades, oportunidades, condicionantes, conflitos e tendências, e os outros projectos, relacionados com questões geográficas e outras consideradas relevantes no âmbito europeu, definem prioridades. No que diz respeito às acções, estas visam sobretudo o desenvolvimento da sensibilização e participação do público e a implementação de projectos-piloto de gestão integrada da paisagem.

<sup>135</sup> *Idem*, pp.24-25.

## 1.2. Paisagem natural e paisagem cultural

Embora se considere que conceptualmente, tanto em termos teóricos como práticos, o entendimento e tratamento da paisagem deva ser unitário baseando-se na sua consideração como um todo, aceita-se que as adjectivações ou divisões da paisagem (paisagem natural, paisagem cultural, paisagem rural, paisagem urbana) não devem supor um parcelamento ou diminuição do valor global do conceito, mas que podem, antes, ser encaradas como simplificações (e não como considerações parciais) que partindo do entendimento formalista e funcionalista da paisagem tratam de explicá-la.

Neste sentido, considera-se que a paisagem como construção resultante de dinâmicas culturais, sociais e económicas de carácter colectivo é a manifestação formal de um conjunto de factores e processos interactivos, quer naturais – directamente relacionados com a persistência de fenómenos e valores biológicos, ecológicos ou ambientais presentes em espaços já intervencionados pelo homem – quer culturais – referentes aos valores formais que num dado momento exprimem a herança que representa a natureza, a tradição ou o progresso enquanto testemunho da acção humana.

Tem sido, de facto, em função desta acção ou, melhor, segundo o grau em que esta se manifesta que distintos autores<sup>136</sup> têm procedido à classificação da paisagem verificando-se quase sempre uma grande tendência para a dividir em paisagem natural e paisagem cultural. Contudo, esta “separação” não implica necessariamente uma distinção ou segregação espacial dos dois tipos de paisagem uma vez que, por um lado, não se podem estabelecer limites entre fenómenos naturais e culturais porque eles se inter-penetraram, e por outro lado o grau de intervenção humana associado à capacidade de transformação, produz paisagens com diferentes dinamismos culturais que se traduzem em paisagens (marcadamente) culturais ou paisagens com componente cultural menos significativa, podendo ser consideradas, ainda, paisagens naturais pois são o resultado de uma remota e limitada intervenção antrópica.

As primeiras referências à noção de paisagem natural parecem residir em Sauer<sup>137</sup> ao considerar que o espaço anterior à introdução da actividade humana representado por um

---

<sup>136</sup> Segundo o grau de intervenção do homem encontramos diferentes designações para os principais “tipos” de paisagem, de acordo com os seguintes autores: CALDEIRA CABRAL, F., Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, editorial Verbo, 14º vol., s/d, p.1072 considera três: Paisagens primitivas – aquelas em que o homem não interveio; Paisagens naturais – onde se verifica um equilíbrio entre a intervenção do homem e os factores ecológicos; e Paisagens artificiais – em que da intervenção humana resulta um desequilíbrio permanente. FORMAN, R., e GODRON, M., Landscape Ecology, John Wiley&Sons, Inc., Nova Iorque, 1986, p.286, de acordo com o gradiente de crescente manipulação humana classificam as paisagens em cinco tipos: paisagem natural; paisagem pouco intervencionada ou controlada; paisagem cultivada; paisagem suburbana/ rurbana e paisagem urbana. NAVEH, Z., e LIEBERMAN, A., Landscape Ecology. Theory and Application., Springer-Verlag, Nova Iorque, 1984, p.18, recorrendo a outros autores consideram paisagens naturais (paisagens próximas das naturais, paisagens agromatúricas) e paisagens culturais (paisagens agrícolas e paisagens semi-culturais). VINK, A., Landscape Ecology and Land Use. Longman Group Limited, Londres, 1983, p.235, de acordo com um grau crescente de influência humana considera: paisagem natural; paisagem quase natural; paisagem semi-natural e paisagem cultural no sentido restrito.

<sup>137</sup> SAUER, C.O., The morphology of landscape, University of California Publications in Geography, Vol.2. Nº2, 1925, pp.19-53.

conjunto de factores de ambiente responsável por determinada forma corresponde à paisagem natural. A sua morfologia, subjacente à qual se encontram os factores causais e a dimensão temporal, pode ser, segundo o autor, representada graficamente do seguinte modo:

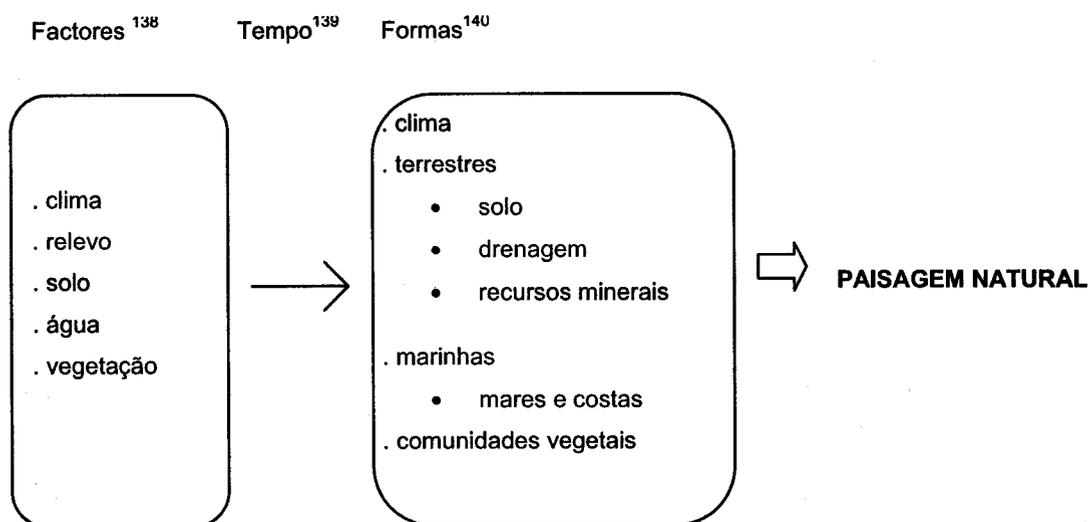


Fig.2.3. Paisagem natural

Fonte: adaptado de SAUER, C.O., 1925, p.43

Verifica-se, no entanto, que a ideia de paisagem natural evoluiu tendo transitado de uma aceção inicial como espaço natural, como “forma de natureza” anterior à sua apropriação pelo homem (isto é, como resultado da interacção exclusiva dos factores de ambiente anteriores à acção do homem) e, portanto, nunca influenciados por ele<sup>141</sup>, para outra em que se considera já a sua intervenção embora “(...)sem impacte humano significativo(...)”<sup>142</sup>. É, neste sentido, que Caldeira Cabral<sup>143</sup> distinguindo três graus de intervenção do homem na paisagem considera que “(...)as paisagens em que a intervenção do homem criou há muito um equilíbrio estável com os factores ecológicos(...)” correspondem a paisagens naturais.

---

As investigações de Sauer sobre paisagens culturais é uma constante ao longo da sua vida, surgindo em diversos textos como o publicado nos Anais da Associação de Geógrafos Americanos em 1956 com o título “Education of a Geographer” onde defende a necessidade de observar e reflectir sobre o significado e o carácter de cada paisagem, e diversos congressos como o que organiza em 1955 denominado “Man’s role in changing the face of the Earth” onde analisa com pormenor as transformações da paisagem por acção do homem e os efeitos desta sobre os recursos naturais.

<sup>138</sup> Ainda de acordo com o geógrafo americano os referidos factores de ambiente, considerados como um instrumento para a conexão das formas, ganham importância na definição do conceito de paisagem natural.

<sup>139</sup> Para Sauer o tempo é, ele próprio, um grande e importante factor.

<sup>140</sup> Na estrutura biofísica da paisagem o clima tem uma grande importância ao conectar as formas de vida da paisagem natural num só sistema (SAUER, C. O., ob. cit., pp.18-19).

<sup>141</sup> VINK, A., ob. cit., p.235.

<sup>142</sup> FORMAN, R., e GODRON, M., ob. cit., p.286.

<sup>143</sup> CALDEIRA CABRAL, F., ob. cit., s/d., p.1072.

Mais recentemente, Cancela d'Abreu *et al.*<sup>144</sup>, partindo do princípio de que as paisagens contemporâneas registam, em maior ou menor grau, a intervenção humana, consideram que, embora a paisagem natural pudesse ser identificada como aquela em que a combinação dos diversos factores naturais tivesse sido ligeiramente afectada pelas comunidades humanas (o que na Europa raramente acontece), admitem que este conceito está em desuso uma vez que se assume que a paisagem resulta da interacção de factores e processos naturais e culturais, corroborando da ideia de que se trata "(...)apenas de um conceito lógico, sem existência no mundo(...)"<sup>145</sup>, mas, no nosso entender, em permanente articulação com o conceito de paisagem cultural.

Este termo parece ter origem nos textos de geógrafos alemães e franceses de finais do século XIX, referidos anteriormente, e entre os quais cabe destacar Otto Schlutter e Siegfried Passarge que abordam a ideia de *Landschaft* que identifica quatro forças modeladoras da paisagem cultural: espaço, homem, cultura e história, e Vidal de la Blache que baseando-se no relacionamento do homem com o seu espaço físico aprofunda o significado do conceito de paisagem cultural.

No entanto a sua aceção actual surge apenas na segunda Década do século XX a partir da revisão que Carl Sauer faz da ideia de *Landschaft* no âmbito da geografia cultural, disciplina que analisa os processos de transformação da paisagem natural em cultural por acção do homem.

A noção de paisagem cultural considerada como o registo da acção do homem sobre o território passa a ser entendida como construção humana. Em a «Morfologia da Paisagem» Sauer<sup>146</sup> afirma "(...)A paisagem cultural é criada por um grupo social a partir de uma paisagem natural. A cultura é o agente, o espaço natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado ...A paisagem natural é, efectivamente, de fundamental importância pois proporciona os materiais a partir dos quais se constrói a paisagem cultural. A força modeladora, no entanto, radica na própria cultura (...)".

---

<sup>144</sup> ABREU, A.C., *et al.*, ob. cit., vol.1, p.29.

<sup>145</sup> CALDEIRA CABRAL, F., *et al.* Ordenamento da Paisagem Rural. Ensaio de Sistematização, DGPU, Lisboa, 1978 (dact.)

<sup>146</sup> SAUER, C., ob. cit., pp.22 e 48.

A morfologia da paisagem cultural, considerada obra do homem, pode ser representada, então, pelo seguinte diagrama:

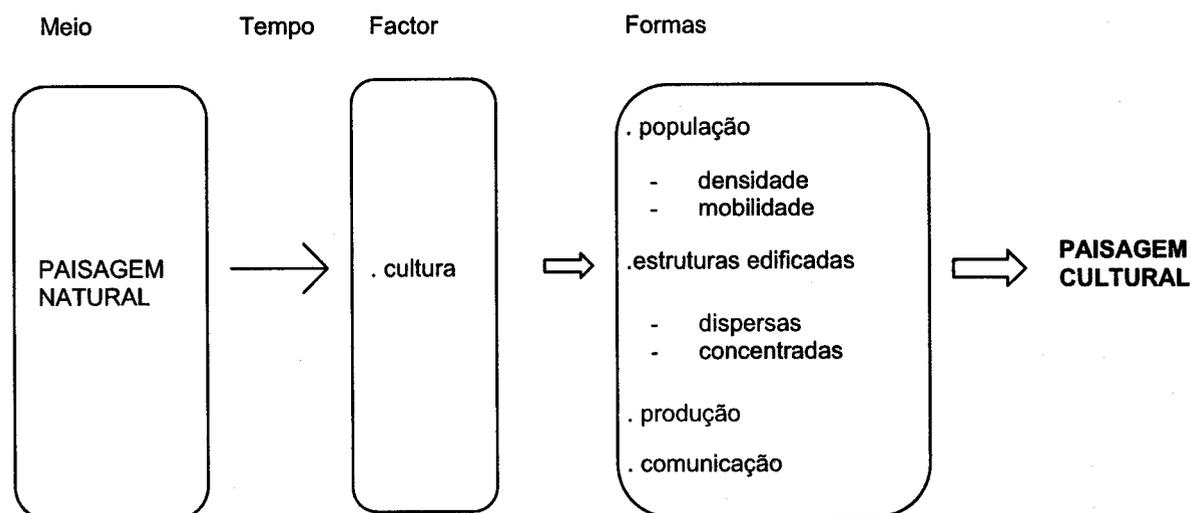


Fig. 2.4. Paisagem cultural

Fonte: adaptado de SAUER, C. O., 1925, p.48

O arquitecto paisagista John Jackson, professor nas Universidades de Harvard e de Berkeley, escritor e editor da revista *Landscape*, comparte com Sauer o interesse pela análise e interpretação das paisagens culturais sobre as quais detém uma visão abrangente e multidisciplinar, contribuindo de modo relevante para o seu estudo e divulgação.

A intervenção do homem na paisagem é múltipla e complexa sendo que ele umas vezes adapta-se, impõe-se, modifica, transforma e cria sobre o território com sensibilidade, harmonia e arte produzindo equilíbrio e beleza, e outras vezes actua com arrogância e ganância, desordenada e irracionalmente conduzindo à degradação e destruição.

Se é verdade que as actividades humanas e as infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento podem, cada vez mais, alterar os elementos que caracterizam e qualificam a paisagem, tanto em termos visuais e perceptivos como em termos ecológicos, podendo chegar a ter uma dimensão catastrófica, também é verdade que, pelo contrário, a transformação e construção de determinadas estruturas e elementos pode contribuir para o enriquecimento e valorização da paisagem ao ponto de se considerar que "(...)algumas das paisagens mais apreciadas são resultado da intervenção do homem(...)"<sup>147</sup> e que sob a designação de paisagens culturais têm vindo a ser classificadas pela UNESCO como património da humanidade.

<sup>147</sup> CALDEIRA CABRAL, F., 1980, p.2

O processo de apropriação, construção e transformação da paisagem considerando-a como uma criação do homem resultante da sua acção e da reacção da natureza, é descrito por Magalhães<sup>148</sup> "(...)Sobre a paisagem natural, caracterizada por determinado funcionamento ecológico, instalaram-se comunidades que aprenderam a utilizá-la, assegurando (em princípio) a sua perenidade, e, ao fazê-lo desenvolveram determinada cultura que deixaram inscrita na paisagem, dando origem à paisagem cultural(...)".

Aperfeiçoando e completando a teoria de Sauer, Magalhães baseia-se num importante conjunto de autores para avançar, meritoriamente, para a constatação de que ecologia e cultura, através das suas componentes, contribuem decisivamente para a forma da paisagem. E, a partir deste pressuposto, a autora considera que a arte de dar forma à paisagem exige para além da integração daquelas duas vertentes no sistema – paisagem, o recurso a outros dois níveis de conhecimento - o artístico e o técnico -, formalizando, do seguinte modo, as suas inter-relações:

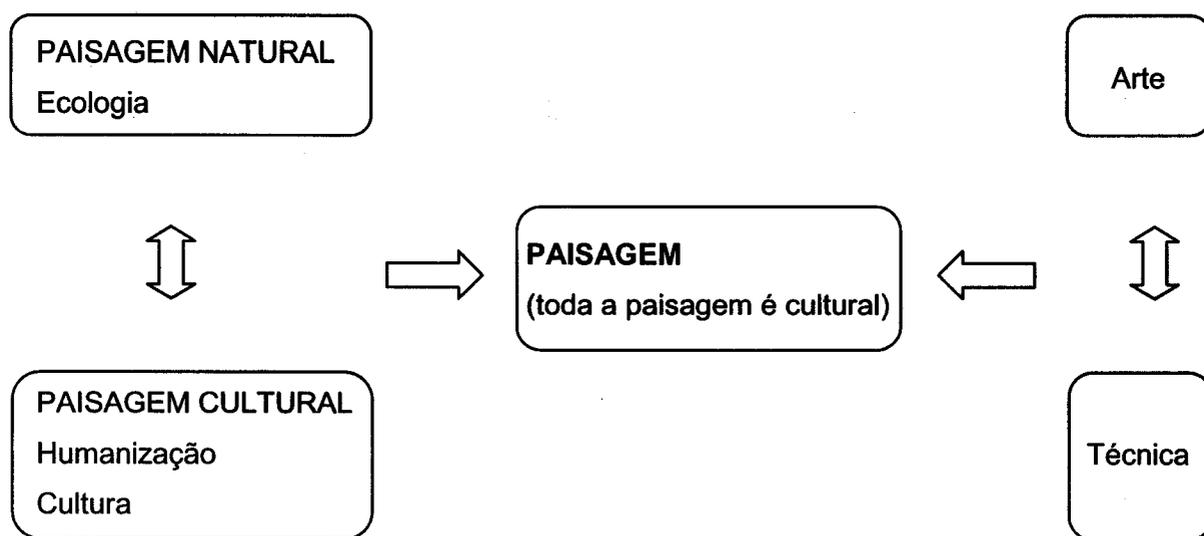


Fig. 2.5. Paisagem

Fonte: adaptado de MAGALHÃES, M.R., 2001, p.338

Por outro lado, e após o legado de Sauer e Jackson sobre o conceito de paisagem cultural ter evoluído para visões mais descritivas, a UNESCO, em finais do século XX, ao aprovar um documento de reconhecimento e protecção do património cultural de valor universal, propõe um conjunto de definições relativamente complexas de paisagem cultural<sup>149</sup>.

<sup>148</sup> MAGALHÃES, M.R., ob. cit., p.338

<sup>149</sup> SABATÉ, J., "Paisajes culturales, consecuencia de la postmodernidad?" em II Seminari Internacional sobre Paisatge, Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2004.

Considerando que este conceito se refere a uma diversidade de manifestações da interacção entre o homem e o seu ambiente natural, e que a ele correspondem áreas nas quais existem simultaneamente estruturas e elementos dos patrimónios natural e cultural com valor excepcional do ponto de vista da história, da ciência, da estética, da tecnologia, da antropologia, da conservação ou da beleza natural, a UNESCO<sup>150</sup> define três categorias ou classes de paisagens culturais:

- *Clearly Defined Landscape* – paisagens intencionalmente definidas, desenhadas e criadas pelo homem. Compreende, entre outros espaços, jardins e parques.
- *Organically Evolved Landscape* – paisagens organicamente desenvolvidas como resposta ao meio natural e resultantes de condicionantes sociais, económicas, administrativas e/ou religiosas. Compreende duas sub-categorias:
  - Paisagem Fóssil resultado de um processo evolutivo acabado, e
  - Paisagem Dinâmica, em permanente transformação, resultado tanto da tradição como do progresso.
- *Associative Cultural Landscape* – paisagens associadas a aspectos religiosos, artísticos ou culturais relacionados com os elementos e factores ambientais.

Face às diferentes abordagens e sentidos associados ao termo paisagem, julga-se importante referir que, em função do seu carácter essencialmente construído, especialmente no contexto europeu, a expressão paisagística se caracteriza pela diversidade e complexidade derivada da multiplicidade de processos e sistemas, resultado da acção do homem sobre a Natureza e da reacção desta.

Nesta perspectiva, e como consequência da relação biunívoca entre o homem e a natureza “(...)foram surgindo em substituição das paisagens naturais e primitivas, as paisagens mais ou menos humanizadas (...)a partir das modificações pelo homem da paisagem primitiva ou de alterações sucessivas de paisagens já humanizadas(...)”<sup>151</sup>, ou como afirma, ainda, este autor “(...)A Paisagem vai sendo gradualmente transformada pelo homem e com essa transformação vai-se integrando cultura no território...As marcas culturais do passado são

---

<sup>150</sup> UNESCO, Comité do Património Mundial, Guia Operativo para a Implementação da Convenção do Património Mundial, Paris, 1992.

Igualmente complexas são as categorias de paisagem cultural definidas pelo *National Park Service*, a entidade que mais propostas de classificação de paisagens culturais apresenta, e que são: *Historic Site* – paisagem com elevado significado histórico pela sua relação com um determinado acontecimento, actividade ou personalidade (por exemplo campos de batalha, propriedades e edifícios presidenciais ou da nobreza); *Historic Designed Landscape* – paisagem formalizada/criada por um especialista (arquitecto paisagista ou outro) de acordo com princípios de desenho, ou por alguém não especialista mas que segue um determinado estilo erudito ou tradicional, mas associado sempre a um “momento” importante da arte paisagista e dos jardins (por exemplo parques, jardins, campus); *Historic Vernacular Landscape* – paisagem que evoluiu com a sua utilização pelas comunidades humanas, cujas actividades e ocupação lhe deram forma (por exemplo paisagens urbanas, rurais ou industriais tradicionais); *Ethnographic Landscape* – paisagem que contém diversos elementos naturais e culturais que as populações, principalmente os seus habitantes reconhecem como recursos patrimoniais (por exemplo estruturas geológicas, sítios sagrados)

<sup>151</sup> TELLES, G.R., “Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem” em AA.VV., Uns Comem os Figos..., ed. Seara Nova, Coleção Ecologia e Sociedade, Lisboa, 1975, p.92.

*também Natureza...Só a cultura integra a Natureza na obra do homem...O futuro da Natureza é construído pelo homem(...)*<sup>152</sup>.

A interpretação do Professor Ribeiro Telles reivindica uma leitura global e transversal da paisagem baseada numa renovada e permanente dialéctica entre Natureza e cultura, entendendo-as como partes indissociáveis de um todo indivisível cujo desenvolvimento a longo prazo, tanto da Natureza – por ele considerada a segunda natureza de Cícero (*altera natura*)<sup>153</sup> - como da sociedade, pressupõe uma intervenção na paisagem comprometida com o *genius loci* e com a sustentabilidade.

Torna-se, por isso, uma exigência considerar a paisagem no seu sentido mais amplo, integrando os aspectos naturais e culturais, não como resultado final de uma cultura, mas como um sistema dinâmico em permanente transformação e, neste sentido, constituindo a expressão da memória e da identidade de um povo e de uma região.

### 1.3. Paisagem rural, paisagem urbana e metropolitana

A interacção entre os factores e os valores sociais e ambientais deu lugar a um mosaico mais ou menos diversificado e complexo de ecossistemas com diferentes graus de influência humana – ecossistemas naturais, ecossistemas rurais e ecossistemas urbanos – interligados e interdependentes que no seu conjunto representam a paisagem (global e intrinsecamente cultural).

Esta, ao ser considerada produto da dinâmica natural e das actividades humanas, expressa o «saber fazer», a evolução técnica e as necessidades do homem<sup>154</sup>, sendo o reflexo das interacções entre a sociedade e o meio, em cada momento da história.

Numa perspectiva sistémica, a paisagem é composta por dois grandes subsistemas: o social e o natural, interligados e em permanente diálogo, cujas relações, expressas na figura 2.2., tendem a ser cada vez mais defeituosas ao prevalecerem as influências negativas do primeiro sobre o segundo devido à crescente capacidade de manipulação e transformação antrópica do meio natural que, sem atender ao funcionamento dos seus componentes geossistémicos dos quais o próprio homem é parte integrante, tem conduzido à metamorfose da paisagem.

---

<sup>152</sup> TELLES, G.R., "A Propósito de Ecossistema Urbano e Conservação da Natureza" em Actas do Seminário sobre Conservação da Natureza, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, pp.128 e137.

<sup>153</sup> TELLES, G.R., Editorial do Boletim da APAP, nº4, Julho de 2003, p.3. Para justificar a consideração da paisagem como criação humana resultante da sua acção e da reacção da natureza, o autor recorre a Cícero argumentando que o "pensador" romano na sua obra «*De Natura Deorum II*» constata que: "(...) nós semeamos o trigo, plantamos árvores, fertilizamos o solo pela rega, domesticamos os rios, redefinimos o seu percurso. Em suma, pelos trabalhos das nossas mãos ensaiamos, por assim dizer, criar uma segunda natureza (*altera natura*) no seio do mundo natural (...)" acrescentando Telles que "(...) A *Arquitectura Paisagista, arte de ordenar o espaço exterior em relação ao Homem, consubstancia nos dias de hoje a frase do autor romano (...)*".

<sup>154</sup> BUREL, F., e BAUDRY, J., ob. cit., p.XVI.

De facto, desde que o Homem primitivo se ergueu sobre os membros anteriores, recolheu os primeiros frutos e caçou os primeiros animais, teve início, um lento mas profundo, processo de alteração da matriz biofísica cujo resultado é a transformação e construção de paisagens. O longo período pré-histórico caracterizou-se por uma transição, tardia e progressiva, ocorrida por volta do século VI a.C., de um modo de subsistência baseado na caça e na recollecção (sem consequências aparentes para o ecossistema natural apesar da redução pontual do bosque), para uma economia de produção, pastoril e agrícola, responsável, durante o Neolítico, por uma grande e intensa desflorestação com vista à obtenção de terras agrícolas.

A partir do momento em que o homem supera a fase de recollecção e começa a trabalhar o solo dos territórios conquistados aos ecossistemas florestais primitivos, representativos da paisagem natural, para modificar os seus produtos cria, como refere Meynier<sup>155</sup>, uma paisagem rural. Para este autor o conceito de paisagem rural implica a modificação profunda da vegetação natural de grande parte do espaço considerado e a sua substituição por culturas agrícolas, permanentes ou temporárias.

No mesmo sentido, Bertrand<sup>156</sup> define paisagem rural como o “(...) *meio natural ordenado para a produção agrícola no sentido lato por grupos humanos que nele assentam, total ou parcialmente, a sua vida económica e social*(...)”, razão pela qual Luginbuhl<sup>157</sup> a considera um produto social elaborado com fins económicos e sociais, e Cary<sup>158</sup> como um produto do passado determinantemente influenciada quer pelos factores naturais quer pelos sócio-económicos que condicionam a sua expressão e evolução.

Podemos, então, afirmar que a paisagem rural, encarada como o resultado da interacção entre determinismos ecológicos, sócio-económicos e agro-técnicos, é uma criação humana, dinâmica e permanentemente moldada ou condicionada pelo meio natural cujo aproveitamento e exploração se faz no sentido da produção agrícola, pecuária ou silvícola.

No entanto, o homem enquanto construtor da paisagem rural deve ser considerado tanto um elemento fundamental para o seu equilíbrio e conservação como pode contribuir para a sua degradação enquanto responsável pela incidência e dominância dos determinismos sócio-económicos.

Verifica-se que, no primeiro caso, a intervenção do homem foi limitada a sistemas agrícolas condicionados pelos determinismos naturais correspondendo a períodos de “quase

---

<sup>155</sup> MEYNIER, A., (1958) cit. BUREL, F., e BAUDRY, J., ob. cit., p. XXIII.

<sup>156</sup> BERTRAND, G., “Pour une Histoire Écologique de la France Rurale”(pp.34-113) in DUBY, G., e WALLON, A., Histoire de la France Rural. Des origines à 1340. Tom.1, Seuil, Paris, 1975, p.43.

<sup>157</sup> LUGINBUHL, Y., Paysages, textes de représentation du paysage du siècle des lumières à nos jours. La manufacture, Paris, 1989 ; « Le Paysagiste face aux Transformations du Paysage Rural. Ideologies et Pratiques » em Seminario sobre el Paisaje, Junta de Andalucia, Sevilha, 1989, pp.36-43.

<sup>158</sup> CARY, F:C., “Paisagem e Agricultura” em ABREU, M.C., (coord.), Paisagem, DGOTDU, Lisboa, 1994, p.49-65.

imutabilidade” das paisagens rurais<sup>159</sup>, e que pelo contrário, no último caso, o possibilismo e a praticabilidade económica e agrotécnica sobrepôs-se ao determinismo biofísico e conduziu à transformação do espaço rural. Recentemente, esta transformação processa-se a uma escala, ritmo e intensidade tais que contribui para que as paisagens rurais percam o seu carácter de “aparente imutabilidade” e muitos dos seus valores ecológicos e culturais.

Na realidade, motivações económicas responsáveis pela mudança de um sistema secular de exploração extensiva do meio, caracterizado pela situação de equilíbrio entre a comunidade rural e os recursos naturais, para outro de exploração intensiva de maior e mais rápida rentabilidade económica, ainda que de menor sustentabilidade produtiva e ecológica, tem provocado, no geral, grandes mutações paisagísticas ao longo da história. Na origem destas podemos encontrar a revolução tecnológica, a passagem de uma economia agrária pré-industrial a outra industrial e pós-industrial, e de uma sociedade predominantemente rural a outra urbana e as consequentes alterações no tipo de povoamento e nos modos de vida.

As paisagens rurais tradicionais, de organização secular, detentoras de uma composição na qual são tão importantes os agricultores e a produção agrícola como a natureza<sup>160</sup>, e responsáveis pelo aparecimento da cidade há cerca de 5 000 anos<sup>161</sup>, com a qual mantiveram, até finais do século XIX, uma relação de interdependência, harmonia e equilíbrio, foram substituídas a partir de então e pelas razões apontadas, por paisagens rurais caracterizadas cada vez mais pela homogeneidade, simplificação e fragmentação que a cidade utiliza para a sua expansão e como suporte de actividades e serviços indesejados, ao ponto de Becattini *et al.*<sup>162</sup> considerarem que o espaço anteriormente rural pode como resultado de um intensa influência urbana dar lugar ao «Campo Urbanizado».

Esta tendência iniciada com a Revolução Industrial acentua-se depois das grandes Guerras, mas sobretudo a partir da década de Sessenta de século XX com uma inversão de valores e processos que têm conduzido à descaracterização e adulteração dos espaços rural e urbano com o domínio deste sobre aquele, e o aparecimento, na transição entre uns e outros, de paisagens híbridas, mutáveis, suburbanas e rurbanas, em que a paisagem rural se

---

<sup>159</sup> Embora se considere a paisagem, pela sua própria natureza, um sistema dinâmico, em permanente transformação, entende-se que nas paisagens, ditas tradicionais, onde se verifica um acerto entre as circunstâncias do meio e a sua humanização, onde os usos do solo e os agro-ecossistemas característicos são o reflexo do saber e da ética de actuação das populações, persistem estruturas, elementos e usos do solo que parecem imutáveis ao longo de gerações, constituindo permanências, traços intrínsecos, referências fundamentais para o reconhecimento, identificação e individualização das paisagens e das regiões.

<sup>160</sup> FORMAN, R., Prefácio em BUREL, F., e BAUDRY, J., *ob. cit.*, p. XII.

<sup>161</sup> TELLES, G.R., “Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem” em AA.VV., *Uns Comem os Figos...*, Seara Nova, Lisboa, 1975, p.76. A este propósito o autor escreve “(...) após o caçador surgiu o pastor, e após este o agricultor. Com a agricultura surge a cidade. É primeiro refúgio contra os animais selvagens, contra as pilhagens, defesa contra os outros agricultores que cobiçavam melhores terras (...)”.

<sup>162</sup> BECATTINI, G. *et al.*, “L’Industrializzazione Diffusa in Toscana: aspetti economici”, em FUÁ, G., e ZACCHIA, C., *L’Industrializzazione senza fratture*, il Mulino, Bolonha, 1983, pp. 47-66.

apresenta em constante regressão e degradação, e a paisagem urbana, extensa e desqualificada, em acelerado e imparável crescimento.

A situação paisagística contemporânea caracterizada pela oposição e sobreposição de realidades de diferentes naturezas em que a distinção entre a cidade, a periferia e o campo se dissolve gradualmente, exige que se considere o funcionamento dos seus espaços e estruturas num sistema global e integrado, mantendo-os em conjunto quer na análise actual da paisagem quer na intervenção sobre a mesma.

Com efeito, as relações estabelecidas entre os espaços rural e urbano caracterizadas inicialmente pela complementaridade e interdependência consideradas essenciais para a sobrevivência mútua, evoluíram para a actual situação em que o “distanciamento” e cisão dos referidos espaços conduziu ao progressivo desaparecimento da unidade paisagística que urge contrariar, recuperando-a.

É neste sentido, que as novas abordagens tendem a não considerar a separação entre paisagem rural e paisagem urbana contemplando-as em simultâneo, baseando-se quer na própria noção holística de paisagem que considerada como o ecossistema total humano integra os espaços rural e urbano e as suas inter-relações, quer no facto de as diferenças de carácter e de identidade, e as fronteiras sócio-culturais entre ambos os espaços tenderem a diluírem-se ou mesmo a desaparecer, o que leva, por vezes, a uma identidade (ou falta dela) do conjunto, englobando a paisagem rural e urbana<sup>163</sup>.

Esta consideração não invalida, no entanto, que se reconheça e se adopte, com valor analítico, a divisão entre paisagem urbana e paisagem rural existindo obviamente diferenças entre ambas. Se a primeira corresponde a concentrações urbanas, a espaços edificados, de suporte da vida de relação que se caracterizam por uma intensa acção humana responsável pela transformação dos sistemas através da construção de edifícios, destinados ou adaptados a funções específicas, e de infra-estruturas diversas de apoio às relações comunitárias, a paisagem rural compreende os espaços que se caracterizam por uma menor ou “inexistente” acção edificante, em que predominam as actividades agrícolas, florestais e pastoris, e onde se incluem as infra-estruturas de comunicação e os espaços de reserva ecológica.

No entanto, ambas as paisagens podem ser entendidos como a expressão espacial e temporal dos esforços empreendidos pelo homem, em sociedade, na adaptação do território à sua sobrevivência e/ou afirmação, tendo a economia e a cultura como valores, e a agricultura (no caso da paisagem rural) e a arquitectura (no caso da paisagem urbana) como

---

<sup>163</sup> TELLES, G.R., “Paisagem Global” em ABREU, M.C. e PINTO-CORREIA, T.,(eds.), Actas do I Encontro Nacional de Ecologia da Paisagem, Montemor-o-Novo, pp. 37-41.

instrumentos. E para ambas se pretende, hoje em dia e cada vez mais, a multi-funcionalidade<sup>164</sup>.

O conceito de paisagem urbana surge, como refere Maderuelo<sup>165</sup> em finais do século XIX com a pintura impressionista ao conferir um carácter paisagístico à cidade, através da utilização do “ponto de vista” particular da pintura de paisagem do espaço natural, transferido agora para o âmbito urbano.

É já no século XX que, de forma sólida e definitiva, a ideia de paisagem transborda para a cidade adquirindo o conceito de paisagem urbana entidade própria na década de Sessenta a partir do contributo dos estudos e investigações realizados por Kevin Lynch e Gordon Cullen<sup>166</sup>, sobre a cidade. Consideram estes autores, quase simultaneamente, que a subjectividade da percepção e da valoração dos elementos da paisagem urbana levam a considerá-la não só como uma entidade física (aquilo que se vê) mas também como a imagem apercebida pelos transeuntes (como se vê).

Através da (re) leitura visual, sensorial e estética do espaço urbano, ambos entendem o conceito de paisagem urbana como a arte da relação dinâmica entre todos os elementos que constituem a cidade (estruturas, espaços, materiais inertes e vivos, objectos, pessoas e actividades) de modo a que a sua imagem se torne visualmente coerente, estruturada e harmoniosa.

Os estudos dos referidos autores constituem uma oposição e uma alteração profunda à perspectiva funcionalista e modernista da cidade<sup>167</sup>, divergindo, no entanto, na escala a que

---

<sup>164</sup> Acerca da multi-funcionalidade da paisagem rural PINTO-CORREIA T., “A multifuncionalidade da paisagem rural. Que desafio para o futuro?” em Pessoas e Lugares, Jornal LEADER, II Série, nº16, Jan/Fev., 2004, p.8, diz que desta se esperam, cada vez mais, várias funções:“(…)produção, não só em quantidade mas também de qualidade, de preservação dos recursos naturais, conservação da natureza, manutenção da identidade e património cultural, recreio e turismo, qualidade de vida...” acrescentando que “(…)Não se pode que o carácter de cada paisagem rural continue a depender exclusivamente da agricultura ou da comunidade que nela vive(…)” sendo necessário “(…)evoluir com base nas novas relações funcionais que se estabelecem hoje(…)” de modo a conseguir-se “(…)um novo carácter, que integre a herança do passado com a procura da várias funções no presente e as expectativas em relação ao futuro(…)”, através de um processo de redefinição da funcionalidade e padrão de cada paisagem.

Relativamente à polivalência da paisagem urbana defende-se, ao contrário do zonamento rígido da cidade, a adaptação do seu tecido à mistura de usos e funções diversas e à transformação das zonas monofuncionais em zonas multi-funcionais que integrem os espaços verdes e os equipamentos necessários junto à habitação (comércio, sociais, culturais, desportivos), pois um espaço urbano que permite uma determinada flexibilidade de usos é o que melhor se adapta à sua evolução e ao seu desenvolvimento.

<sup>165</sup> MADERUELO, J., “Mirar la ciudad, transformar su paisaje” em I Seminari Internacional sobre Paisatge, Universidad Politècnica de Barcelona, Barcelona, 2003.

Abandonando as excursões campestres à falésia de Diepre e à praia de Étretat onde encontrava motivos de inspiração paisagista para os seus quadros, Claude Monet transferiu-se em 1878 com a sua família para Paris substituindo aqueles temas por panorâmicas urbanas em que edifícios e boulevards passaram a ser contemplados e tratados com visão e pincelada paisagista própria do Impressionismo. Tanto ele como Camille Pissarro pintaram, de facto, autênticas paisagens urbanas sob o efeito das diferentes condições climáticas ao longo do dia e das estações do ano (da chuva e do nevoeiro, da tênue luz do amanhecer ou das cores quentes e fortes do ocaso). E, neste sentido, integraram a dimensão tempo e o dinamismo, no conceito de paisagem, como foi assinalado anteriormente neste trabalho.

<sup>166</sup> A propósito dos trabalhos de Lynch (The Image of the City) e de Cullen (Townscape) consultar LAMAS, J.R.G., Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., Lisboa, 2000, pp.397-8; e MAGALHÃES, M.R., ob.cit., pp.198-203 e 212-214.

<sup>167</sup> Fruto das diferentes mudanças estreitamente relacionadas e interligadas na tecnologia, arquitectura, planeamento e condições sócio-económicas, ocorridas a partir da década de Oitenta do século XIX, a paisagem urbana moderna tem, de acordo com RELPH, E., (A Paisagem Urbana Moderna (1987), Edições 70, Lisboa, 1990, pp. 214-222) as seguintes qualidades/características: a grandeza mega-estrutural “(…) as formas construídas modernistas são maiores largas do que a

operam<sup>168</sup>. Enquanto que Cullen faz incidir o seu estudo à pequena escala ou dimensão sectorial considerando que a rua, o largo e a praça dos centros urbanos passam a ter, outra vez, um novo significado (o da cidade tradicional, pré-industrial) e uma vez organizados entre si definem a morfologia da cidade a partir dos quais o indivíduo a vê, a sente e a vive, Lynch, pelo contrário, considerou a cidade como uma construção a grande escala (adoptando, no entanto, o controlo da sua forma e expansão por partes e não globalmente) e alertou para o facto de estarmos perante uma nova unidade espacial de actuação: a paisagem metropolitana<sup>169</sup>.

Esta evoluiu e é, hoje, uma realidade abrangente, múltipla, diversa e complexa, feita das inúmeras realidades existentes, com carácter híbrido, que tanto opõe como mistura modos de vida, espaços e estruturas: estruturas edificadas fundamentalmente urbanas, estruturas produtivas (industriais, turísticas, comerciais, agrícolas), espaços rurbanos, espaços “naturais” predominantemente não urbanos, sob o efeito de redes ecológicas e de infra-estruturas de produção e de comunicação que concorrem para a desejada organização de actividades, circunstâncias de relação e articulação espacial.

Consequência do processo de explosão urbana (responsável pela enorme difusão e dispersão dos assentamentos humanos, das actividades económicas e dos serviços) a paisagem metropolitana contemporânea, com uma estrutura e morfologia caracterizadas por uma alta fragmentação e uma diluição dos limites, é o resultado de um conjunto de diferentes fenómenos<sup>170</sup>:

i) existência de polaridades (serviços, produtivas, ócio) localizadas em função das acessibilidades: distribuição no território do potencial produtivo seja em forma compacta (polígonos produtivos) ou difusa, com a perda das actividades de produção material por

---

*maioria das suas antecessoras(...); os espaços exteriores, amplos ou estreitos “(...)são mal definidos...parecem ser o que restou depois da construção dos edifícios...raramente são locais agradáveis para o peão se sentar ou passear; são locais transformados em parqueamento ...por onde se deve passar a correr, em direcção ao carro ou a outro edifício(...); ordem racional e inflexibilidade “(...)as utilizações e as actividades encontram-se segregadas em todas as escalas, desde as zonas industriais e residenciais aos centros comerciais...eliminação da vibração da cena urbana e a imposição de formas e padrões rígidos(...); dureza e opacidade “(...)a dureza dos materiais reduz as texturas, a variedade e a as possibilidades do envolvimento público no design(...); a visão serial descontínua “(...)é uma questão de vistas e perspectivas separadas por disjunções abruptas...a visão serial do peão...compõe-se de vistas que se desvanecem como as linhas de um desenho em perspectiva, intercaladas com esquinas em ângulo recto que nos apresentam subitamente novas vistas semelhantes às imediatamente anteriores(...).”*

<sup>168</sup> TRICART, J.(1963);e ROSSI, A.,(1967) definem três escalas ou dimensões espaciais da forma urbana :dimensão sectorial – a escala da rua; dimensão urbana – a escala do bairro, e a dimensão territorial – a escala da cidade. Sobre esta matéria consultar LAMAS, J.R.G., op.cit., pp.73-78.

<sup>169</sup> Para INDOVINA, F., (“ La metropolització del territori. Noves jerarquies territorials” em FONT, A., (ed), L’explosió de la ciutat, Barcelona, 2004, p.39), as paisagens metropolitanas tradicionais são o resultado da conjugação dos seguintes processos: i) grandes concentrações do potencial económico e das actividades produtivas preferencialmente na cidade central; ii) dispersão de parte da população por cidades-dormitório e outros aglomerados urbanos de menor dimensão; iii) concentração na cidade central dos serviços superiores e das actividades comerciais de mais qualidade; iv) movimentos pendulares obrigatórios (trabalho e estudos) e não obrigatórios (comércio e serviços) uni-direccionais com destino ao coração da área metropolitana; v) os fenómenos anteriores provocam, isoladamente ou em conjunto, graves problemas de congestionamento rodoviário, e vi) relações maioritariamente materiais (fluxos de pessoas e bens) entre as diferentes partes do território metropolitano.

<sup>170</sup> INDOVINA, F., ob. cit, 2004, pp.38-40.

parte da cidade principal ou das cidades de maiores dimensões, e distribuição no território de pólos especializados de serviços (estes serviços têm a ver principalmente com as actividades comerciais – centros comerciais, hipermercados – mas também com as actividades desportivas – estádios de futebol, complexos desportivos – e recreativas – multi-cines, restaurantes, bares);

ii) evidente mobilidade pluri-direccional, tanto obrigatória (movimentos pendulares – trabalho e estudos) como ocasional, e consequente aumento do consumo de energia (devido ao uso do automóvel privado);

iii) tendência para soluções de continuidade e para a densificação de espaços urbanos soltos, não atingindo, no entanto, os índices de densidade de outras áreas da cidade, embora criando boas condições de habitabilidade;

iv) intensificação das inter-relações entre as diferentes partes do território, não apenas materiais, mas também imateriais (fluxos de informação, de dados, etc.);

v) utilização pelas populações dos espaços “rurais” e “naturais” (não edificadas: bosques, agrossistemas, cursos de água) como se fossem estruturas “urbanas”.

Neste sentido, Solá-Morales<sup>171</sup> considera o conceito de metrópole como o mais idóneo para designar de forma genérica as grandes concentrações urbanas, afirmando que: *“(...)Fenómenos de desterritorialização combinados com potentes sistemas de fluxos formam uma estrutura espacial inédita ...A metrópole estende-se em galáxias difusas...Não há centro senão multiplicidade de centros. Não há zonamento de funções mas antes uma elevada especialização funcional combinada com uma permanente mistura de actividades. Os espaços de conexão, vias, transporte, pontos de troca e intercâmbio telemático são, em certo sentido, os verdadeiros suportes da identidade metropolitana(...)”*.

Seguindo ainda Indovina<sup>172</sup>, cuja aceção de paisagem metropolitana é em tudo idêntica à do autor castelhano, aquela caracteriza-se por englobar diversas actividades produtivas difusas, centralidades e polaridades de serviços especializados, aglomerados urbanos tradicionais e novos espaços residenciais, quer concentrados quer difusos, dispersos numa matriz não edificada e conectados por uma densa rede viária por onde circulam pessoas, informação e mercadorias.

---

<sup>171</sup> SOLÁ-MORALES, I., territórios, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2002, p.71.

<sup>172</sup> INDOVINA, F., ob. cit., 2004, p.38.

Nesta nova realidade, que Koolhas<sup>173</sup> faz corresponder ao conjunto de sistema edificado, infra-estruturas e sistema de espaços abertos, ganha expressão e importância como elemento que articula a forma metropolitana, e como espaço estruturante do crescimento urbano, aquilo que Font *et al.*<sup>174</sup> designam vazio metropolitano, ou seja, o conjunto de espaços livres, de diferente natureza, vazios de edificação, que resistiu ao processo urbanizador e infra-estruturante, e que constitui, de acordo com os mesmos autores, o máximo património de qualidade ambiental da densa região metropolitana.

A interpretação e (trans) formação da sua paisagem exige, num contexto de acentuada dispersão, uma forte integração entre funções soltas pelo território e entre os diferentes espaços que o organizam, em que os espaços vazios, livres, exteriores, a céu-aberto, não edificados, desocupados ou como lhes queiramos chamar, aparentemente carentes de sentido, de significado são os verdadeiros protagonistas<sup>175</sup>.

Nesta perspectiva, e num momento em que devido à intensa presença e acção humana é cada vez mais controverso falar de paisagem rural e de paisagem urbana, o conceito de paisagem metropolitana pretende indicar a tendência à integração conjunta de ambas, relacionada com as actividades económicas e sociais, a cultura e a ecologia, constituindo-se como uma modalidade mais ampla de construir inter-relações e interdependências e, neste sentido, um modo diferente de produção de cidade (e de paisagem).

#### 1.4. Paisagem global

O conceito de paisagem global na perspectiva da interpretação e intervenção na paisagem contemporânea.

A máxima complexidade territorial e paisagística, e o mais alto nível de integração e inter-relação entre os vários sistemas, espaços, estruturas e funções, são considerados, no entanto, de modo ainda mais integrador no conceito de paisagem global.

O conceito de paisagem global considera o entendimento e visão globalizante da paisagem quer em termos espaciais “(...)tanto o espaço rural, como o urbano e suburbano, as infra-estruturas e os equipamentos fazem parte de um todo e dele são indissociáveis(...)”<sup>176</sup>, quer

---

<sup>173</sup> KOOLHAS, R., “What Ever Happened to Urbanism” em Hybrid Morphologies, Daidalos, nº73, 1999.

<sup>174</sup> FONT, A., *et al.*, La construcció del Territori Metropolità. Morfogenesi de la Regió Urbana de Barcelona, Barcelona, 1999, p.27.

<sup>175</sup> Neste sentido, Rem Koolhas considera que os espaços intersticiais, os espaços não edificados, os vazios, constituem as principais linhas de intervenção no planeamento contemporâneo já que são mais fáceis de controlar que o espaço edificado de carácter permanente e rígido, identificando-os como o potencial primordial das metrópoles europeias. (KOOLHAS, R., *et al.*, S.M, L, XL, 110 Publishers, Roterdão, 1995).

<sup>176</sup> TELLES, G.R., “Paisagem global” em ABREU, M.C. (coord.), Paisagem, ed. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1994, p.40.

em termos temporais “(...)procurando ligar o passado – tradição – à construção, no futuro, duma paisagem viável e propícia ao desenvolvimento(...)”<sup>177</sup>.

A realidade paisagística contemporânea alimenta-se de relações, mais ou menos estreitas, entre espaços ocupados por formas densas e edificadas, espaços predominantemente não urbanos embora infra-estruturados e espaços de transição entre uns e outros, exigindo considerar-se o seu funcionamento num sistema global obrigando a manterem-se tais espaços em conjunto na análise actual da paisagem e na sua construção.

Assim, e face a uma paisagem cada vez mais plural resultado da inter-penetração e sobreposição de realidades (in)distintas e (in)dependentes onde para além da cidade e do campo surgem novas e variadas configurações morfológicas (que não correspondem nem a um nem a outro), o professor Ribeiro Telles tem defendido a ideia de paisagem global na perspectiva da interpretação e intervenção na paisagem.

Com efeito, o conceito de paisagem global constitui simultaneamente uma constatação – demonstrada pela sua capacidade efectiva de compreensão e sistematização do “modelo” contemporâneo de ocupação e utilização do território pelas comunidades humanas e as suas relações com as matrizes biofísicas e os mosaicos culturais, – e uma estratégia de actuação –, a nova ideia representa, de facto, uma proposta alternativa de intervenção na paisagem. Por um lado, torna o processo de planeamento num processo conjunto de concepção que considera o espaço total da paisagem e promove a permanência das estruturas fundamentais (ecológicas, culturais e de mobilidade), a sua funcionalidade e sustentabilidade atribuindo aos vazios, aos interstícios uma maior importância na articulação das diferentes estruturas e elementos e uma maior flexibilidade no que diz respeito aos seus usos potenciais e, por outro lado, amplia a definição anterior (paisagem metropolitana) com o modo de construir a paisagem através, não da hibridação de características rurais e urbanas, mas antes da convivência e ligação de espaços de características distintas mas de identidade própria (individual e do conjunto) por forma a (re)aproximar os modos de vida rural e urbano, considerando Telles<sup>178</sup> que “(...)o espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana(...)”, acrescentando que para isso há que estabelecer o *continuum naturale* e o *continuum culturale* no espaço urbano e rural, como elo entre as respectivas paisagens permitindo, deste modo, a aproximação dos modos de vida e das pessoas, e a afirmação das duas ancestrais culturas.

---

<sup>177</sup> TELLES, G.R., Um Novo Conceito de Paisagem Global: Tradição, Confrontos e Futuro, Jubilação do Prof. Gonçalo Ribeiro Telles, Universidade de Évora, 1992, p.1.

<sup>178</sup> TELLES G.R., “Paisagem Global. Um Conceito para o Futuro” em Iniciativa, nº especial, Lisboa, Abril 1994.

Distintos autores têm avançado com um conjunto de perspectivas extremamente inovadoras sobre o entendimento e a consideração da noção de paisagem global ou total, contribuindo para o seu desenvolvimento e aceitação como processo integrado para uma revisão do modo de produção de espaço e de paisagem, baseado em novas abordagens conceptuais que introduzem um maior grau de complexidade e tendem a não considerar a separação entre paisagem rural e paisagem urbana.

De acordo com Telles<sup>179</sup>, o conceito de paisagem global "(...)tem raízes nas ideias e regras com que se organizaram as paisagens históricas e os respectivos sistemas de utilização dos recursos naturais(...)", pensamento anteriormente veiculado por Mumford<sup>180</sup> ao concluir que a afirmação de Jefferson (1931) de que o urbano e o rural, a cidade e o campo, não são dois elementos diferenciados mas uma única coisa, cumpre-se já no período neolítico testemunhado pela relação entre a forma ancestral de cidade e o território imediatamente envolvente.

No entanto, o entendimento e a concepção da cidade e do campo como uma unidade, da paisagem como um todo interligado e inter-actuante, ganha expressão e relevância na Antiguidade Clássica através do Direito Romano de organização e gestão do espaço que o definia em quatro categorias principais inter-dependentes: *urbe*, *ager*, *saltus* e *silva*, correspondentes a um gradiente de intensidade decrescente de manipulação humana. A *urbe* correspondia ao espaço da cidade, ao estruturalmente edificado com o qual o *ager*, o tecido agrícola onde se praticava a agricultura continuamente, mantinha uma relação estreita constituindo uma unidade (o *ager* abastecia a *urbe* de alimentos e o desenvolvimento (equilibrado) desta fazia-se à custa daquele). Esta estrutura organizacional do território<sup>181</sup>, expressa na figura 2.6., completava-se com o *saltus* onde se praticava temporariamente a agricultura e pecuária extensivas, e com a *silva* que designando os espaços em que a manipulação é mínima correspondia à mata, área não cultivada, em que o uso pelo homem se faz apenas através de actividades de recollecção (frutas, caça, lenha, etc.).

Na paisagem assim organizada e traduzida num mosaico de espaços de estrutura, função e expressão diferenciados, não era possível entender, no entanto, um espaço sem os outros que o complementavam.

---

<sup>179</sup> TELLES, G.R., "Um Novo Conceito de Paisagem Global: Tradição, Confrontos e Futuro" em Jubilação, Universidade de Évora, Évora, 1992, p.1.

<sup>180</sup> MUMFORD, L., ob. cit.

<sup>181</sup> TELLES, G.R., Entrevista dada a José Adrião e Pedro Pacheco, em Documentos de Arquitectura, nº 03, Lisboa, 2000, pp.30-63.

Acerca do significado das componentes da trilogia agrária tradicional da paisagem europeia e mediterrânica consultar CARVALHO, A.C., Variação de Diversidade Ecológica numa Paisagem Rural em Transformação. O caso do Vale da Ribeira de Seda-Raia, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor, Évora, 1994, pp.34-43.

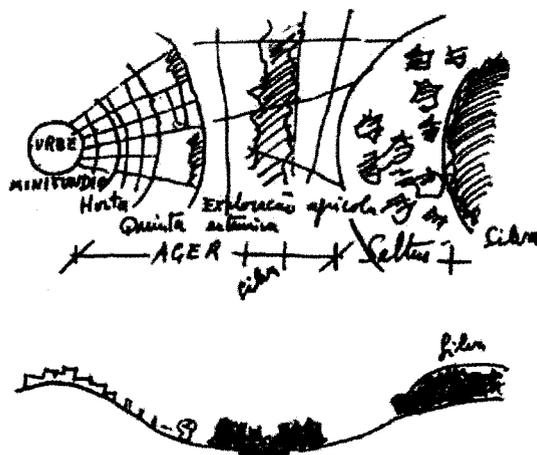


Fig. 2.6. A cidade e o campo como uma unidade.

Fonte: TELLES, G.R., 2000, p. 51

Desta estrutura organizacional resultou um processo de construção de paisagem, harmonioso e equilibrado, responsável pela criação e permanência, temporal e espacial, da paisagem histórica e tradicional da região mediterrânea, baseada no acerto entre a trilogia agrária milenar – *ager*, *silva* e *saltus*, e respectivos usos agro-silvo-pastoris – e os espaços urbanos.

No entanto, à fase de harmonia e ajustamento (característica das Civilizações Clássicas) a que correspondeu um aproveitamento dos recursos naturais, em certos casos extensivos, sem exceder a capacidade de regeneração dos mesmos, sucedeu a fase de controlo, a partir do Renascimento, com uma significativa capacidade de alteração do meio por parte do Homem, e posteriormente com a Revolução Industrial a fase de degradação e sujeição conduz, através de um modo de vida desajustado das reais possibilidades naturais, à regressão e retracção do espaço rural, e ao acelerado e desmesurado crescimento do espaço urbano e consequente destruição da ancestral unidade cidade – campo.

Neste contexto, Telles<sup>182</sup> considera que "(...)As relações de conflito e domínio entre a cidade e o campo criadas pela revolução industrial e tecnológica deverão desaparecer (...)A cidade sem se destruir e o campo sem se diminuir ou transformar num imenso parque simplesmente decorativo deverão vir a constituir um todo onde o homem do futuro encontrará a sua mais ampla maneira de habitar(...)", propondo para isso o planeamento global da paisagem, incluindo a urbe, e consequentemente o fim da oposição cidade/campo, urbano/rural através da sua inter-ligação e inter-penetração configurando, deste modo, um

<sup>182</sup> TELLES, G.R., "Da Industrialização e da Poluição em Lisboa" (1973) em CAETANO, J.O., A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles, ed. IPM, Lisboa, 2003, p.286.  
E, ainda, a citada entrevista do prof. Ribeiro Telles a Documentos de Arquitectura, nº03, Lisboa, 2000, p.50.

todo espacial e social, acrescentando, ainda, que “(...)A criação da paisagem global exige uma política urbanística onde o espaço natural e o espaço edificado tenham valor idêntico(...)”.

Este conjunto de considerações do professor Ribeiro Telles permite-nos concluir que no conceito de paisagem global, que integra as diferentes formas e funções das paisagens urbana e rural, desaparece a dicotomia entre ambas e a imposição do crescimento urbano sobre o espaço rural e natural, tornando-se uma obrigação o ordenamento destes espaços considerando a sua relação com a cidade, cuja expansão tem que estar sujeita à aptidão ecológica e à capacidade ambiental.

Desta perspectiva, resulta a inter-penetração orgânica entre os espaços edificado e não edificado, quer seja rural ou urbano, complementando-se mutuamente, de modo dinâmico através da continuidade de fluxos de matéria e energia existentes neles e entre eles<sup>183</sup>.

A preocupação por eliminar as rupturas entre a cidade e o campo, sentidas na paisagem sob a forma de fortes seccionamentos aos níveis espacial, ecológico, cultural e social, de modo a restabelecer a sua conexão e inter-ligação e uma nova qualidade ambiental e de vida, tanto num como noutro, tem merecido a atenção de outros autores, nacionais e estrangeiros, entre os quais destacamos Caldeira Cabral, Kevin Lynch, Hans Scharoun e Rem Koolhaas.

Pioneiro na forma de entender e conceber a transformação da paisagem, o Professor Caldeira Cabral apresentou no Congresso da Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas, em 1962, uma comunicação intitulada «O Projecto da Paisagem Multifacetada», onde defende que “(...)A nossa tarefa será conseguir que a paisagem seja de novo um todo – a cidade, o campo e a indústria – um todo em beleza, na colaboração das suas funções próprias, e na compreensão das pessoas(...)” sendo que para isso “(...)é da maior importância para o crescimento da cidade que os bons solos (agrícolas) sejam preservados como espaços abertos, num sistema contínuo que chegue até ao centro da cidade(...)” e “(...)a procura de um equilíbrio novo que favoreça a actividade humana, preservando a actividade da Natureza na paisagem, quer urbana quer rural(...)”.

Este pensamento, que acabou por não ser considerado pelas políticas urbanas e de ordenamento do território desenvolvidas no nosso país ao longo da segunda metade do século XX até aos nossos dias, continua, quatro décadas e meia depois, a mostrar-se extremamente actual, oportuno e válido como solução<sup>184</sup> para a problemática paisagística contemporânea.

---

<sup>183</sup> MAGALHÃES, M.R., ob. cit., p.320.

<sup>184</sup> Na referida comunicação CALDEIRA CABRAL F. (em Fundamentos da Arquitectura Paisagista, ICN, Lisboa, 1993, p.197) afirma: “(...) A paisagem histórica não era especializada. Uma das grandes dificuldades dos técnicos modernos é que não compreendem que as soluções orgânicas tradicionais representavam...o equilíbrio entre finalidades diferentes, e por vezes contraditórias...Temos de aprender novamente que, mesmo no nosso mundo tão especializado a solução multifacetada é, para a paisagem, a única satisfatória, aceitável e duradoura (...)”. Opinião que corroboramos plenamente.

Também Kevin Lynch<sup>185</sup>, adoptando uma visão global do mundo baseada na constatação de que a cidade e o campo ligados entre si social, económica e politicamente, sempre constituíram uma unidade, é peremptório na defesa desta abordagem ao reivindicar que só “(...)Quando conseguirmos admitir que a cidade é tão natural como a quinta e tão susceptível de conservação e de melhoria, poderemos trabalhar sem as falsas dicotomias entre a cidade e o campo, entre o artificial o natural, entre o homem versus outros seres vivos(...)”.

Esta linha de pensamento havia sido desenvolvida anteriormente pelo arquitecto alemão Hans Scharoun (1893-1972)<sup>186</sup> que, na análise que faz aos sistemas urbanos (artificiais), entende o seu funcionamento de modo similar ao dos sistemas naturais, considerando-os sistemas abertos em permanente mutação e interacção, influenciando-se mutuamente, e neste sentido, fazendo corresponder a ideia de paisagem global ao termo «*urban-landscape-space*», conceito que propõe como condição básica para a interpretação e intervenção na região urbana, na cidade, considerada esta como uma entidade dinâmica constituída por espaços (edificados e abertos) com identidades diferenciadas mas em constante articulação e ligação.

Baseando-se nas ideias de Scharoun e na constatação de que o binómio paisagem urbana – paisagem rural constituem não entidades separadas, mas uma única entidade (tal como pode ser entendido nas línguas inglesa – *townscape* e *landscape* – e alemã – *stadtschaft* e *landschaft* – que compartilham parte da palavra), Rem Koolhaas<sup>187</sup> introduz o conceito de «*scape*» para traduzir, exactamente, a conjugação e integração daquelas realidades na formação de um contínuo espacial, inter-ligado e dinâmico, onde deixa de fazer sentido a distinção entre aquelas paisagens.

Nesta perspectiva, e como acertadamente deduz Alfaiate<sup>188</sup> “(...)não se pode deixar de identificar uma certa coincidência entre o conceito de «*scape*» e o conceito de *Paisagem Global*(...)” pois ambos consideram, por um lado a inter-ligação e interacção de espaços com qualidades diferentes (urbanos, suburbanos, rurais, naturais), e por outro lado, identificam o sistema de novos espaços de contacto e de ligação (funcional e paisagística) como o principal protagonista na (re)organização e (re)estruturação da cidade contemporânea.

Perante a (des)ordem paisagística actual (como condição generalizada de contemporaneidade derivada do novo processo de urbanização responsável pela dispersão pelo território das actividades e dos fluxos, assim como da transformação “interna” dos

---

<sup>185</sup> LYNCH, K., *A Boa Forma da Cidade* ( *Good City Form*, 1981), Edições 70, Lisboa, 1999, pp.244-245.

<sup>186</sup> Acerca do pensamento do autor alemão consultar ANGÉLIL, M., e KLINGMANN, A., *Híbrid Morphologies*, Daidalos, 1999, pp.21-22; ALFAIATE, T., *Expressão dos Valores do Sítio na Paisagem*, Dissertação de Doutoramento, ISA-UTL, Lisboa, 2000, pp.98-99.

<sup>187</sup> KOOLHAS, R., ob. cit., 1995 e 1999.

<sup>188</sup> ALFAIATE, T., ob.cit., p.98.

aglomerados urbanos), aquilo que parece comum e significativo, entre as várias perspectivas e autores, é, de facto, a corroboração da ideia de que há, hoje, uma necessidade de entender e intervir na paisagem na sua totalidade e, fundamentalmente, na dinâmica das suas relações territoriais estabelecidas entre os sistemas e os espaços de características (morfológicas e funcionais) e de qualidades diferentes, que a compõem.

### 3. CIDADE

Formulação de uma abordagem holística ao desenvolvimento e evolução do conceito de cidade

Ao questionar-se “(...)Que é, na realidade uma cidade? (...)” Mela<sup>189</sup> responde: “(...)O mínimo que se pode dizer é que se trata de um tema assaz singular e difícil de definir ou mesmo de explicar(...)”, opinião compartilhada por Domingues<sup>190</sup> ao considerar que actualmente “(...)não abundam consensos sobre o que seja a cidade, a sua forma e os seus limites(...)”, apesar da contribuição de sociólogos, geógrafos, historiadores, urbanistas, economistas, com as perspectivas oriundas das suas respectivas disciplinas para as definições de cidade. Considerando-as, integrando-as e, portanto, sem pretender de algum modo substituí-las, a formulação de uma abordagem holística de cidade pode servir para fazer destacar as inter-relações existentes entre essas definições e, neste sentido, contribuir para a sua aceitação como uma entidade plural e multifacetada, detentora, tal como a noção de paisagem, de uma dimensão poliédrica (cultural, sócio-económica, ecológica e sensorial). Nessa medida, o conceito de cidade que se defende, ao invés de a encarar de muitos pontos de vista que reivindicam com frequência, polemicamente, a prioridade da sua perspectiva, atravessa e integra as diversas perspectivas disciplinares e as distintas dimensões da questão paisagística.

É importante sublinhar, então, que uma abordagem contemporânea da cidade não poderá deixar de assumir a paisagem<sup>191</sup> – na sua singularidade, que especifica a cidade ou na sua pluralidade, que multiplica a diversidade urbana – como parte integrante do próprio conceito de cidade.

Neste contexto, partindo do conceito de paisagem como elemento agregador e de síntese, superador do antagonismo cidade – campo, propõe-se, através de uma visão transversal e

<sup>189</sup> MELA, A., A Sociologia das Cidades (1996), ed. Estampa, Lisboa, 1999, p.14.

<sup>190</sup> DOMINGUES, A., (coord.), Cidade e Democracia, Argumentum Edições, Lisboa, 2006 (verso contra-capas).

<sup>191</sup> De acordo com a Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (vol. 5, p.432) “(...)a verdadeira definição de Cidade parece dever nascer da conjugação da sua importância no espaço e no tempo com a percentagem dominante dos seus habitantes, possuidores de géneros de vida não rurais. Todavia, o facto de juntarmos à definição um critério socioprofissional nada afecta a principal característica da cidade – a sua paisagem (...)”. Nesta perspectiva, considerando a cidade um caso particular da paisagem (global), as quatro dimensões essenciais interligadas no conceito de paisagem integram igualmente o conceito de cidade, adoptado nesta dissertação.

integrada, a ideia de cidade como entidade global simultaneamente histórica, sociológica, arquitectónica, paisagística, construída com a “sabedoria” de uma cultura territorial, simultaneamente urbana e rural, cujos traços se encontram misturados indissoluvelmente, ainda que em diferentes dosagens, na nova organização espacial.

Apesar de se considerar que a noção de cidade por ser complexa e rica de facetas, corresponde a uma família de conceitos ainda não estabilizados cujo desenvolvimento é permanentemente actualizado com a contribuição de diferentes abordagens teóricas, muitas vezes apresentando versões contraditórias<sup>192</sup>, é, neste momento, possível e indispensável a sua compreensão como um sistema complexo, dinâmico e global (em que se estabelece um equilíbrio frágil entre actividades sociais e recursos naturais e culturais), pois sem se apreender totalmente o seu corpo e o modo como interage com o território e a paisagem envolvente não se pode compreendê-la, e sem essa compreensão não se pode reflectir sobre a adaptação de novas estratégias de intervenção urbana e territorial, e, neste sentido, organizar o modo como nela se há-de actuar.

Nesta perspectiva, pretende-se superar a inicial rigidez conceptual e operativa da noção de cidade baseada na oposição urbano / rural, centro / periferia, interior / exterior, recorrendo a uma ideia emergente (de cidade) que não poderá deixar de assumir a sua actual dimensão paisagística onde prevalece a ideia de contínuo urbano – rural, identificada quer através das palavras de Telles<sup>193</sup>: “(...)a cidade penetra em todas as estruturas físicas, sociais e económicas do mundo rural(...)”, quer das de Mela<sup>194</sup>: “(...)uma grande parte do mundo contemporâneo tem efectivamente as conotações especiais do mundo urbanizado(...)”.

Num tal quadro, a cidade é, cada vez mais, um sistema espacial de grande complexidade que apresenta no seu “seio” e nas relações dinâmicas que estabelece com o vasto território circundante, o conjunto das dimensões e componentes, e a quase totalidade dos fenómenos característicos de sistemas de dimensões mais amplas (atendendo à hierarquia de escalas de análise) como as paisagens e as regiões.

No sentido de chegar à compreensão global da cidade e das suas inter-relações com o *hinterland*, o conceito de cidade que se adoptou é, como o conceito de paisagem (como aliás já se referiu), um conceito holístico e integrador das dimensões cultural, socio-económica, ecológica e sensorial.

---

<sup>192</sup> Como analisaremos adiante, os conceitos de cidade difusa, urbanização rural dispersa, etc., embora aceites como um facto inegável, pelo menos ao nível do seu reconhecimento e da interpretação da sua dinâmica, o mesmo não acontece ao nível da definição de políticas urbanas coerentes com a forma e dinâmica daqueles “modelos” permanecendo, ainda, um grande vazio.

<sup>193</sup> TELLES, G.R., “Da formação do solo à socialização da paisagem” em AA.VV., *Uns Comem os Figos...*, ed. Seara Nova, Lisboa, p.75.

<sup>194</sup> MELA, A., ob. cit., p.15.

### 3.1. Análise dos aspectos mais relevantes da actual discussão em torno da noção de cidade

No entanto, mais do que dar uma definição de cidade pretende-se contribuir, sim, para o aprofundar do(s) seu(s) significado(s) procurando analisar alguns dos aspectos mais relevantes da actual discussão em torno deste conceito. Para conseguir dar uma visão dessa diversidade de perspectivas e interpretações, e de modo a podermos, também, dar conta da evolução e do desenvolvimento que a ideia de cidade tem tido, e que se mantém em aberto, como resultado desse debate, recorreremos à investigação de inúmeros autores de distintas áreas do saber sobre esta temática, colocando em evidência o sentido da tarefa científica em que a Arquitectura Paisagista está empenhada.

Importa, contudo, referir que a presente abordagem ao conceito de cidade privilegia conscientemente a, já de si complexa, base física dos assentamentos, enquanto suporte activo ou passivo da actividade humana, seja económica, cultural ou social.

A etimologia do termo cidade parece indicar que a sua origem teve fundamentalmente um carácter político – religioso e territorial<sup>195</sup>, pois tanto a *polis* (grega) “(...)assenta em bases religiosas(...)” e é composta “(...)por um território não muito extenso – base da sua economia, fundamentalmente agrária – que comporta uma cidade(...)” à qual “(...)cabe o poder legislativo, jurisdicional e administrativo(...)”, como a *civitas* (romana) “(...)era a associação religiosa e política (...) de uma comunidade populacional congregando as várias classes sociais de cidadãos(...)” que ocupava a *urbs* “(...)uma determinada zona habitada (...)a *urbs* era o lugar de reunião(...)da *civitas*(...)”.

Neste sentido, poderemos concluir que o conceito de cidade engloba para além do sítio onde se localiza e se ergueu – componente física e espacial –, a comunidade que nela habita – componente social e cultural.

Entre ambas estabeleceu-se, desde o início, uma relação simbiótica que a noção de cidade integra e que se manifestou, por um lado, na influência do contexto ecológico sobre os seres humanos e a construção dos espaços urbanos e, por outro lado, no reconhecimento e na atribuição de um carácter e atmosfera específicos traduzidos no espírito do lugar, no *genius loci*, por parte da comunidade que neles habita, transformando o sítio em lugar<sup>196</sup>

De facto, o processo dinâmico da transformação do território em paisagem, concebendo-a como nosso habitat através da construção de espaços, a diferentes escalas, nomeadamente

---

<sup>195</sup>Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Editorial Verbo, Lisboa, s/d., vol.5º, pp.432 e 438.

Para BORJA, J., e MUXÍ, Z., (El espacio público: ciudad y ciudadanía, Electa, Barcelona, 2003, p.35) a cidade é simultaneamente *urbs* – concentração de população -, *civitas* – cultura, comunidade, coesão – e *polis* – lugar de poder, da política como organização e representação da sociedade.

<sup>196</sup>Norberg-Schulz considera que “...O objectivo da construção (da arquitectura) é o de transformar um sítio num lugar...”

da cidade, pressupõe a atribuição de sentidos e significados aos sítios que passamos a viver e valorizar enquanto lugares de qualidades únicas.

Para Goitia<sup>197</sup> “(...)O facto de uma cidade ter as suas raízes na terra – mãe, e de nela se implantar de determinada maneira, diferencia-a e diferenciá-la-á sempre(...)a cidade(...)enraíza-se como o vegetal(...)a cidade adapta-se à forma da natureza(...)”, o mesmo será dizer que a forma urbana se relaciona intimamente com o seu suporte territorial pré-existente constituindo este, sempre, um elemento determinante na criação arquitectónica (urbana ou paisagística).

A este respeito, Lamas<sup>198</sup> é afirmativo ao concluir que “(...)não se pode falar de forma urbana sem lhe associar o suporte geográfico, porque a forma urbana é indissociável do seu sítio e do território(...)”, discurso baseado nas palavras de Rossi<sup>199</sup> para quem o conceito de *locus* – entendido como a relação singular e no entanto universal estabelecida entre o sítio e as construções que o ocupam – se torna o próprio contexto urbano, se identifica com a cidade, determinando-a e dela sendo inseparável.

Já anteriormente, McHarg<sup>200</sup>, no âmbito da elaboração do Plano Paisagístico Global para a cidade de Washington, havia afirmado que é fundamental entender a cidade como uma forma derivada, em primeiro lugar, do conjunto dos processos naturais (evolução geológica e biológica), ou seja, a forma recebida – a identidade natural – posteriormente adaptada e explorada pelo homem, responsável pela forma elaborada – a identidade cultural – ou seja, a cidade criada.

A interpretação e o entendimento de que a cidade é, acima de tudo, uma construção cultural, de que a cidade tradicional é, sobretudo, cultura, perpassam as teorias e as propostas de um vasto conjunto de autores, compreendidas entre meados do século XIX e a actualidade. Choay<sup>201</sup> denominou “culturalistas” os pensadores que entre as décadas de Sessenta dos séculos XIX e XX se ocuparam da cidade privilegiando o estudo e a consideração do seu sentido estético e artístico (de John Ruskin e William Morris, ainda no séc. XIX, Camillo Sitte e Raymond Unwin, nos inícios do séc. XX, e Lewis Mumford, Jane Jacobs ou Kevin Lynch nas décadas posteriores), opondo-se à lógica funcional da cidade industrial, que mereceu a atenção dos “progressistas”.

Substituindo a oposição à civilização e sociedade industriais pela oposição à globalização e cultura de massas, a actual visão culturalista da cidade (expressa na obra de diversos

---

<sup>197</sup> GOITIA, C.F., Breve história do urbanismo, Editorial Presença, Lisboa, 1982, p.30.

<sup>198</sup> LAMAS, J.R.G., ob. cit., p.64.

<sup>199</sup> ROSSI, A., ob. cit., p.165.

<sup>200</sup> McHARG, I., ob. cit., p.175.

<sup>201</sup> CHOAY, F., L'Urbanisme, Utopies et Realités, Éditions du Seuil, Paris, 1965. A arquitecta de origem belga, professora honorária da Université Paris VIII, pioneira no estudo da história do pensamento urbanístico, para além de propor dois períodos na história do urbanismo: o “pré-urbanismo” (séc. XIX) e o “urbanismo” (séc. XX), estabeleceu dois modelos nascidos no século XIX como resposta aos requisitos da civilização e cidade industrial: o “progressista”, defensor desta, e o “culturalista” defensor da cidade histórica, pré-industrial. O que caracterizava e diferenciava os “culturalistas” dos “progressistas” eram os valores espirituais, as tradições, os costumes e identidades.

autores como Aldo Rossi - e a *Tendenza* -, Carlos Aymonino, Bernardo Secchi, Léon Krier – *neotraditional town planning* – e Vicent Scully que, conjuntamente com o autor anterior, são considerados os grandes mentores do *new urbanism*<sup>202</sup>) herdou daqueles (dos “culturalistas” de Choay) a reivindicação da história, da tradição e da identidade locais, e a defesa, acérrima, da cidade histórica e tradicional.

O entendimento da cidade como construção cultural e a sua visão global, mereceu a análise cuidada, a atenção particular de Orlando Ribeiro<sup>203</sup>, para quem “(...)uma cidade é sempre uma criação, um elemento fundamental da organização do espaço (...)uma obra humana inscrita num pedaço de solo, um facto(...)da maior significação pelas conexões que estabelece(...)” e tentar explicá-la exige, como diz o autor “(...)inseri-la neste contexto complexo: posição no espaço, lugar que ocupa entre as suas congéneres, sítio onde se implantou (...)”.

Nesta perspectiva, poderemos entender que a cidade, pelas suas inter-relações formais, culturais, funcionais e simbólicas, tem todas as qualidades da paisagem onde se integra e com a qual forma um corpo inseparável<sup>204</sup>.

As formas das cidades cristalizam e reflectem, simultaneamente, quer as características e os valores do seu sítio e do território, quer as lógicas das sociedades que acolhem.

A identificação da cidade com a sociedade que a habita constitui a essência da visão sociológica da cidade cujas origens remontam a meados do século XIX quando surgiram as primeiras teorias de Karl Marx e Friedrich Engels. É a partir da teoria marxista (de que era necessário exercer sobre a cidade uma crítica social de modo a revelar a sua verdadeira identidade) que se desenvolveu, ao longo do século XX, a visão sociológica da cidade (através de autores como Georg Simmel, Max Weber, Walter Benjamin e a Escola de Chicago<sup>205</sup>) fundamentada na identificação cidade/capitalismo/injustiça social.

---

<sup>202</sup>Tal como o urbanismo neo-tradicional o *new urbanism* defende a aplicação do paradigma da cidade tradicional às periferias urbanas, aos subúrbios das cidades americanas. Este movimento considera-os responsáveis pela degradação ambiental, abandono dos centros históricos, padrões de desenvolvimento insustentáveis, segregação social, aumento da criminalidade nas cidades. Peter Katz et al. (The new urbanism. Toward an Architecture of Community, McGraw-Hill, Nova Iorque, 1994) considera os professores da Miami University, Andres Duany e Elizabeth Plater-Zyberk, e o arquitecto e urbanista californiano Peter Calthorpe os seus principais protagonistas.

<sup>203</sup>RIBEIRO, O., Ensaio de Geografia Humana e Regional, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1970, p.64.

<sup>204</sup>Carlo Cattaneo (cit. ROSSI, A., op. cit., pp.49 e 189) a propósito dos problemas da paisagem, tema a que se debruçou nas primeiras décadas do século XX, propõe através de uma análise conjunta e integrada daqueles, que a concepção e construção dos “factos naturais” deve merecer por parte da população a mesma atenção que a construção dos “factos artificiais” afirmando “(...)um povo deve edificar os seus campos como as suas cidades(...)” e reforça a ideia acrescentando “(...)A cidade formou com o seu território um corpo inseparável (...)”, adivinhando-se neste enunciado a consideração da cidade e do campo como uma unidade, obra do homem, e, como tal, toda ela construída (para o autor o agricultor é um construtor). Podemos identificar muitas semelhanças com a nossa perspectiva tanto na inter – dependência dos vários espaços que compõem a paisagem como na sua aceitação como construção, quer se trate de uma paisagem construída com materiais vivos, quer de uma paisagem construída essencialmente a partir de elementos inertes (urbana).

<sup>205</sup>Utilizando a teoria ecológica, os representantes da Escola de Chicago, dos quais se destacam Robert Park e Ernest Burgess, construíram a ecologia humana, a partir da qual sustentam que a cidade não deve ser entendida como um produto meramente artificial mas, pelo contrário e num certo sentido, como um organismo, como algo que se transforma e se desenvolve. O contributo desta teoria é o de ter apreendido a interdependência entre ordenamento urbano, organização espacial da cidade e os modos de vida que nela se verificam (DONNE, M.D., Teorias sobre a Cidade, edições 70, Lisboa, 1990, pp.45-47). A perspectiva ecológica da Escola de Chicago, que considera a cidade como um ecossistema de grupos humanos, temporariamente abandonada, tem vindo a ser reintroduzida, nas últimas décadas, nos estudos sobre a cidade, sob uma forma mais complexa (LYNCH, K., A Boa Forma da Cidade, edições 70, Lisboa, 1999, p.308).

Esta visão ressurgiu nas últimas décadas impulsionada pelo processo de reestruturação económica derivada da Crise do Petróleo de 1973 e por um modo de desenvolvimento denominado “informacional”, baseado nas novas tecnologias como a informática e as telecomunicações, e teve como principais mentores Manuel Castells e François Ascher.

As suas reflexões partem da constatação de que o crescimento das grandes cidades contemporâneas se faz não por dilatações mas pela integração no seu funcionamento de espaços afastados, não contíguos e não metropolitanos, vinculados ao uso do automóvel, ao aparecimento dos transportes colectivos de alta velocidade (como o TGV) e às redes de informação, que configuram uma nova espacialidade: o “espaço dos fluxos”<sup>206</sup>, colocando as questões da escala e das infra-estruturas no debate da visão sociológica.

Deste modo, as lógicas na concepção, construção e funcionamento das cidades alteraram-se ao longo do tempo. Se a forma da cidade “antiga” se ligava estreitamente a um sítio (defesa, facilidade de comunicação e de abastecimento de água e de alimentos, disponibilidade de materiais de construção, protecção e/ou adaptação aos factores ambientais) e a limites (defensivos, administrativos e de fiscalização) que estabeleciam uma “fronteira” entre o espaço rural, que constituía a fase contínua, e o espaço urbano, que a ocupava pontualmente, actualmente esta situação inverteu-se e a cidade marcada pelo desenvolvimento das técnicas de transporte e “armazenamento” de bens, informação e pessoas<sup>207</sup> transbordou aqueles limites (cada vez mais imprecisos e instáveis) diluindo-se a distinção entre edificado e não-edificado, tendo a(s) sua(s) forma(s), espacialmente descontínua e não homogénea, evoluído para um conjunto diversificado de configurações urbanas e territoriais inter-relacionadas entre si.

Neste contexto, “(...) a cidade contemporânea configura-se, cada vez mais, como uma estrutura compósita de “cidade” (ou cidades) reconhecíveis pela sua história, e de “urbanizações” sem história(...) impondo-se agora a gestão de ambas, como se de vasos comunicantes se tratasse(...)”<sup>208</sup>, o que exige, por um lado, a análise e a compreensão da cidade como realidade global resultante, não da mera justaposição das partes mas, da integração e relação destas enquanto realidades urbanas vivas e fundamentais – a cidade

---

<sup>206</sup> CASTELLS, M., La ciudad informacional. Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional (1989), Alianza Editorial, Madrid, 1995, pp.110 e ss.; A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. I, (1996), ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002. Nesta última obra refere o autor que “(...)a Era da Informação está a introduzir uma nova forma urbana, a cidade informacional (...)” que mais do que uma forma, acrescenta, é um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos. Este “(...)é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos ... (de capital, de informação, de tecnologia, de interacção organizacional, de imagens, sons e símbolos (...))” correspondente, em última análise, a mega - cidades, consideradas “(...)os pontos-chave e os centros de poder da nova forma/processo da Era da Informação: o espaço de fluxos (...)” (pp.520, 532, 534-540).

<sup>207</sup> ASCHER, F., Les nouveaux principes de l’urbanisme. La fin des villes n’est pas à l’ordre du jour, Éditions de l’Aube, Paris, 2001, p.20

<sup>208</sup> PORTAS, N., DOMINGUES, A., e CABRAL, J., Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, p.16.

do passado (com mais história) e a cidade do presente (com menos história), estando aquela na origem desta – e, por outro lado, do ponto de vista da estratégia de intervenção estas dualidades devem ser confrontadas e articuladas sem privilegiar à partida qualquer dos referidos tipos de urbanização (ao contrário do que sucede habitualmente), quer porque as questões ambientais ou da acessibilidade se relacionam directamente com ambas, quer porque as oportunidades de (re)qualificação se complementam através dos chamados efeitos induzidos ou catalíticos<sup>209</sup>.

Assim, a superação do dualismo urbanístico que configura a cidade actual requer estratégias e soluções que conformem as relações reticulares de sistemas naturais e de fluxos, em e entre ambas “cidades”, (este constitui o maior desafio que se coloca, hoje, à arquitectura e ecologia da paisagem) com a nova visão de rede e de reequilíbrio das potencialidades do conjunto, assumindo o espaço aberto, nomeadamente o espaço colectivo (que tradicionalmente mantinha a coesão física e social das sucessivas adições) a maior importância como estrutura e suporte da morfologia urbana, devido à sua capacidade conectora e vertebradora, mas também polarizadora e qualificadora, entendendo-se como fundamental na estruturação e organização da cidade, conjuntamente com a rede de infra-estruturas e de comunicações, e que há-de facilitar o fluxo e a troca de matéria, recursos, informação e conhecimento entre as diferentes partes que compõem a cidade.

Este é, aliás, o entendimento da abordagem ecossistémica da cidade que ao considerá-la como um sistema complexo, caracterizado por processos contínuos de desenvolvimento e de transformação, adopta como princípio básico para alcançar a sustentabilidade urbana a implementação de uma rede dual que, baseada nos princípios da teoria de (eco)sistemas, integra a rede de infra-estruturas e a rede hidrológica<sup>210</sup>.

Esta, é considerada por Telles<sup>211</sup> “(...)das mais importantes a ter em conta no desenho da cidade não só porque a água é essencial no fenómeno da vida como também pelas inúmeras situações que a sua utilização pode criar na melhoria da qualidade de vida das cidades(...)”.

A referida teoria, que apoia a visão sócio-ecológica da cidade, ao considerar fluxos quer aspectos físicos como a energia e a matéria (recursos e resíduos), quer aspectos sociais como o desenvolvimento de nichos (para diferentes grupos de pessoas e de actividades), parasitismo e simbiose (diversidade e tipos de dependência), permite-nos encarar a cidade como um espaço de inter-dependências e de interacções entre as componentes ecológica e social que associadas representam um papel fundamental na sua formação e regulação.

---

<sup>209</sup> *Idem*, p.18.

<sup>210</sup> Grupo de Peritos em Ambiente Urbano, Resumo do Relatório sobre Cidades Europeias Sustentáveis, Comissão Europeia, D.G.XI, Bruxelas, 1996.

<sup>211</sup> TELLES, G.R., “Um Novo Desenho Urbano” em *Urbanismo*, nº1, C.M.Lisboa, 1998, pp.6-7.

Menezes<sup>212</sup> segue esta linha de pensamento e propõe, também, um olhar socio-ecológico sobre a cidade, entendida igualmente como um conjunto complexo e multifacetado, integrando as dimensões: física (Arquitetura, Geografia Física, Biologia, etc.), social (Sociologia, Geografia Humana, Antropologia, História, Economia, etc.) e mental (Psicologia, Filosofia, etc.).

Efectivamente, só a adopção de metodologias e abordagens holísticas e integradas será capaz de enquadrar a compreensão, análise e apresentação de estratégias e desenho de soluções que contemplem toda a complexidade e diversidade que caracteriza a actual realidade urbana e paisagística.

Neste sentido, Ferrão<sup>213</sup> propõe que a compreensão e a gestão das cidades se faça considerando, respectivamente, três ingredientes básicos: os lugares, as redes e o espírito cosmopolita, e três grandes valores: paisagem global, democracia e abertura, inter-relacionados do seguinte modo:

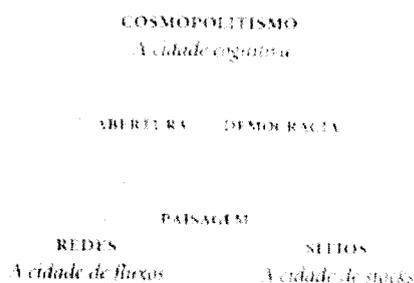


Fig.3.1. Relação entre os ingredientes e os valores urbanos

Fonte: FERRÃO, J., 2003, p.222

Os *lugares* (bairros históricos, frentes ribeirinhas, praças, jardins, equipamentos colectivos, etc.) são responsáveis pela morfologia, imagem, paisagem urbana, e permitem-nos captar a cidade dos elementos, das existências, constituindo o *corpo* da cidade.

As *redes* (ecológicas: ecossistemas, corredores verdes, linhas de drenagem natural; sociais e técnicas: infra-estruturas de saneamento ou transporte) ao conferirem movimento às cidades tornando-as palcos dinâmicos de circulação e interacção, suportam a cidade dos fluxos dando *vida* à cidade.

Por último, a *atmosfera cosmopolita* sustenta a cidade cognitiva, aquela que pensa, intui e sente, proporcionando-lhe o *espírito*, o *génio* que lhe garante sentido, significado e, simultaneamente, a distingue das outras cidades.

<sup>212</sup>MENEZES, M., Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1994, p.1.

<sup>213</sup>FERRÃO, J., "Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo" em PORTAS, N.; DOMINGUES, A., e CABRAL, J., Políticas Urbanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, pp.219-225.

Acerca dos valores urbanos que reforçando-se mutuamente devem orientar o desenvolvimento das cidades, João Ferrão continua a esclarecer-nos de modo verdadeiramente convincente. A *paisagem global* traduz, ao mesmo tempo, a cidade dos lugares e das redes configurando-se como a infra-estrutura que suporta a cidade cosmopolita, cognitiva. Na relação que estabelece entre ambas, propõe a paisagem como barómetro da saúde da cidade afirmando que “(...) *Uma paisagem degradada, desordenada, fragmentada, revela uma cidade doente, que não soube gerir o seu passado recente e que, por isso, se confrontará no futuro com dificuldades acrescidas(...)*”.

A propósito da *democracia*, se ela nasceu e se diversificou nas cidades, os seus valores e práticas – democracia representativa, participativa e deliberativa – encontram na cidade cognitiva e dos lugares, os cenários mais idóneos para o seu desenvolvimento, assumindo-se, igualmente, como cidade democrática (do bairro à escala metropolitana, tanto no que diz respeito às respostas às tensões e necessidades que as cidades impõem, como às expectativas e aspirações das pessoas que aí vivem e trabalham).

Por fim, o último grande valor urbano: a *abertura* aos outros, isto é, a abertura à diferença e ao exterior que encontra na articulação entre a cidade cosmopolita e a cidade das redes o contexto mais propício ao seu desenvolvimento, ao permitir quer as boas condições para o funcionamento urbano eficiente em termos de acessibilidade, mobilidade e conectividade, quer as melhores condições para partilhar informação e conhecimentos, e capacitar pessoas e organizações.

O autor relaciona, de forma sábia e concisa, os três grandes valores urbanos, de cujo reforço recíproco faz depender o melhor desenvolvimento das cidades, concluindo que se a paisagem é o barómetro, por excelência da saúde da cidade e a democracia constitui, certamente, o melhor revelador da sua vitalidade, então a abertura aos outros, reflecte, sem dúvida, o potencial de criatividade e de inovação, e o nível de solidariedade e cooperação que cada cidade possui.

Esta proposta que, como já se referiu, pretende contribuir quer para a compreensão e gestão da cidade, quer para a definição do modo de nela intervir, tem o mérito de, recusando as dicotomias que têm caracterizado o nosso pensamento ao longo do século XX (a cidade e o campo, o global e o local, o colectivo e o individual, o económico e o ecológico, etc.), e apoiando-se tanto numa abordagem integrada e sistémica (quer das diferentes visões disciplinares, quer dos múltiplos problemas que a cidade apresenta), como na conjugação e articulação de conceitos essenciais – “clássicos” e emergentes (lugar e espírito do lugar, rede e fluxos, paisagem global e identidade, democracia e solidariedade, etc.) – avançar com convicção e rigor para o debate sobre a necessidade de se adoptar uma visão global e inter-sectorial do sistema urbano a longo prazo.

Na realidade, face à complexidade da nova condição urbana, só o estabelecimento de uma visão prospectiva apoiada numa cultura de ordenamento e gestão do espaço e num processo de planeamento cada vez mais estratégico e sistémico, mais participado e responsabilizador, mais guiado por valores, feito ao mesmo tempo de grandes e pequenas iniciativas, permitirá definir outros rumos para a cidade contemporânea.

Perante os défices de infra-estruturas, de equipamentos, de serviços e de qualidade do ambiente urbano, que se acumularam na cidade, condicionando, directa ou indirectamente, a coesão social e espacial, a criação de oportunidades e a sustentabilidade do desenvolvimento<sup>214</sup>, a recomposição da cidade baseada na referida proposta constituirá, sem dúvida, a condição necessária para o aprofundamento da cidadania<sup>215</sup> garantindo esta a articulação que tem faltado entre a *urbs* e a *civitas*.

Desde este ponto de vista a cidade é, sobretudo, espaço público, pois é neste ou através deste que se realiza a síntese de lugares (lugar da política como organização e representação da sociedade<sup>216</sup>, lugar da cidadania e da coesão social, lugar das trocas e das identidades), e de fluxos<sup>217</sup> (de transporte: pessoas, bens e informação; geoquímicos: matéria, ar e água; de natureza variada: imagens, símbolos e sons, entre outros).

Assim, e num momento em que os limites e as diferenças físicas e sociais entre rural e urbano se tornam cada vez mais imprecisos, a cidade de lugares e fluxos actual, a cidade do espaço aberto e público “(...)pretende construir tecidos urbanos com vocação igualitária e aberta, com elementos referenciais produtores de sentido, com diversidade de centralidades e com capacidade de articular peças e funções diferentes(...)”<sup>218</sup>.

No mesmo sentido, e como defende Solá-Morales<sup>219</sup>, a intervenção na cidade a partir dos espaços intersticiais deveria produzir-se desde a contraditória cumplicidade de não romper os elementos perceptivos que mantêm a continuidade, no tempo e no espaço, através (também) da consideração dos fluxos, das energias, dos ritmos que o passar do tempo e a

---

<sup>214</sup>No actual contexto de mudanças e transformações, os modelos e as dicotomias anteriores perderam sentido, pelo que nos referimos ao desenvolvimento integrado e durável no sentido de que todas as dimensões estão intimamente articuladas não fazendo sentido continuar a considerar o território por um lado, o social por outro, ou ainda o ambiente, ou o económico, etc. Abordagem que nos permite entender a complexidade sistémica dos problemas e a cidade como uma totalidade.

<sup>215</sup>Recorremos a BORJA, J., e MUXÍ, Z., (ob. cit., pp.105-106) para definir cidadania como um estatuto que reconhece os mesmos direitos e deveres para todos os indivíduos que utilizam o mesmo território caracterizado por uma forte continuidade física e relacional e com uma grande diversidade de actividades e funções.

<sup>216</sup>O espaço público quanto mais aberto esteja a todos mais expressará a democratização política e social.

<sup>217</sup>Manuel Castells (A Sociedade em Rede, vol. I,(1998), FCG, Lisboa, 2002, p.535) considera que os fluxos (de capital, de informação, de tecnologia, de interacção organizacional, etc.) mais que a representação de um elemento da organização social, são a expressão dos processos que dominam a nossa vida económica, política e simbólica.

Por sua vez Solá-Morales (territórios, G.Gili, Barcelona, 2002, p.89) amplia esta abordagem ao considerar que o fenómeno da distribuição constitui o verdadeiro centro da cultura contemporânea formada por redes que acumulam inter-conexões através da justaposição e associação de uma multiplicidade de fluxos: materiais e imateriais, físicos e reais ou puramente informacionais ou simbólicos.

Atendendo à noção de cidade que temos vindo a defender, baseada numa visão holística e integradora, consideramos para além das acepções dos referidos autores, e apoiados nos princípios da ecologia da paisagem que os fluxos de energia, materiais e espécies entre os diferentes elementos espaciais da actual cidade deverão ser contemplados na análise da sua estrutura, funcionamento e mutabilidade.

<sup>218</sup>BORJA, J., e MUXÍ, Z., ob. cit., p.84.

<sup>219</sup>SOLÁ-MORALES, I., ob. cit., p.192.

perda dos limites estabeleceram; entendimento igualmente partilhado por Telles<sup>220</sup> ao considerar que o desenho da cidade contemporânea "(...)deve comportar todo um sistema espacial definido por circunstâncias geográficas, ecológicas e culturais inter-relacionadas(...)", baseado na aplicação do princípio da continuidade<sup>221</sup>, tanto do *continuum naturale* como do *continuum culturale*, no estabelecimento da integração cidade – campo e da conexão urbanismo – ecologia, pois como refere o mesmo autor (na mesma obra e página) "(...)O homem de hoje tende a deixar de ser rural ou urbano para alcançar uma visão cultural que abrange tanto os valores da ruralidade como os da cidade. E quem diz os valores diz também as actividades. O conceito de paisagem global tende a informar todo o processo de ordenamento do território e o próprio urbanismo (...)"

Nesta perspectiva, se a cidade surge como um sistema complexo de relações resultado do modo como os lugares, as redes – e os fluxos – e o *genius loci* (ingredientes básicos), a paisagem global, a democracia e a abertura (grandes valores urbanos) se articulam entre si, a sua gestão requer saber em que medida é possível e desejável intervir naquele sistema. Ou seja, a visão holística do funcionamento da cidade exige sistemas integrados para a sua gestão, incluindo uma estrutura contínua de funcionamento e gestão dos ecossistemas naturais e humanizados (agrossistemas e espaços de recreio e desporto).

A intervenção sobre a nova e complexa condição urbana, em evolução intensa e sem delimitação clara, que tanto reflecte como condiciona as sociedades e economias contemporâneas, que não é democrática, não valoriza suficientemente os outros, nem produz paisagens globais, implica uma visão estratégica capaz de olhá-la total e selectivamente, considerando, sempre, os elementos que lhe conferem forma (uma estrutura topológica onde se relacionam dialecticamente tecidos urbanos e mosaicos culturais, formando um contínuo espacial, através da integração e articulação harmoniosa de espaços contrastantes – edificadas e não-edificadas – com identidade própria), lhe conferem vida (redes de fluxos ecológicos, de pessoas, bens, capitais, informação, ideias) e distinção (o espírito, o génio que revela o carácter e expressão única da cidade, a sua dimensão multi – sensorial incluindo para além do visível os aspectos sonoros, tácteis e olfactivos).

---

<sup>220</sup>TELLES, G.R., "A Cidade e a Paisagem Global do séc. XXI" em TELLES, G.R., Utopia e os Pés na Terra, ed. IPM, Lisboa, 2003, p.332-340.

<sup>221</sup>Como refere o professor Ribeiro Telles (*idem*, p.334) o ordenamento da paisagem, que abrange o planeamento e desenho da cidade, deverá assentar, entre outros, nos seguintes princípios: i) *Continuum naturale* – "...sistema contínuo que permite o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas, através de estruturas que garantem a presença da Natureza e da vida silvestre, a diversidade do potencial genético (biodiversidade), a circulação natural da água e do ar, a regulação das brisas, a protecção do vento e a estabilidade física do território...", ii) *Continuum culturale* – sistema contínuo de espaços e elementos que foram construídos com um enorme conhecimento do meio deixando marcas na paisagem que podem e devem ser recuperadas e reintegradas numa estrutura cultural (MAGALHÃES, M.R., ob. cit., 2001, pp.430-433. Acrescentando, o professor Caldeira Cabral (ob. cit., 1982, p.37) "(...)Só no entendimento destes dois Contínuos...se poderá encontrar a posição correcta em relação ao Homem, que queremos servir..." pois "...a continuidade cultural e ecológica é uma condição sine qua non de qualquer evolução (...)"

Ao questionar-se sobre “(...)O que é hoje uma cidade?(...)” Ferrão<sup>222</sup> contesta de modo assaz pragmático e esclarecedor “(...)Durante séculos, a sua delimitação geográfica não colocou problemas: a trilogia um território/uma população/ uma circunscrição político-administrativa conferia a necessária unidade física a um espaço ao mesmo tempo morfológico, funcional, social e político, espaço esse que, mesmo quando não muralhado, em tudo contrastava com o mundo rural envolvente. Unidade interna e distinção constituíam, pois, traços essenciais da condição urbana. E essa condição tinha um rosto: uma paisagem própria, cartografável nas suas formas e limites.

*Hoje vivemos cada vez mais em cidades sem confins, palimpsestos complexos onde cascos históricos, subúrbios massificados ou de luxo, interstícios rurais, cidades de média dimensão ou parques naturais se articulam entre si no quadro de dinâmicas urbanas de extensão geográfica muito diversificada (...).*

Com efeito, à anterior ordem urbana estruturada pela cidade contínua, pela proximidade física, pela contiguidade do tecido edificado, pela oposição centro/periferia, pelo equilíbrio urbano/rural, sobrepôs-se uma “nova ordem urbana”: alargada, expansiva, descontínua, fragmentada, estilhaçada.

Perante esta nova realidade urbana, manifestamente diferente da cidade tradicional, a recente literatura da especialidade introduziu novas denominações com a intenção de conceptualizar os fenómenos em curso. Neste sentido, a cidade emergente tem merecido os adjectivos de (para além dos já referidos) “extensiva”, “dispersa”, “genérica”, “mosaico”, etc., ou ainda qualificada como banal, sem lugares nem limites, de baixa densidade, cidade-outra. Acerca desta questão, Solá-Morales<sup>223</sup> assinala que um vasto conjunto de neologismos – megapolis, ecopolis, metapolis, suburbia – formados a partir dos termos clássicos de origem greco-latina *polis*, *urbs* e *civitas*, iniciou a proposta permanente de novos termos que permitem denominar uma realidade que é diferente da que caracteriza a cidade histórica.

É, no entanto, partindo desta, não só porque as cidades com (mais) história estão na origem dos actuais complexos urbanos, mas também porque representam neles papéis (culturais, sociais, económicos) insubstituíveis, agora num quadro territorial mais alargado, que nos propomos analisar e, compreender e caracterizar as principais conceptualizações que ao longo do último século e no início deste, têm procurado “decifrar” as novas totalidades territoriais, mutáveis e multiformes, constituídas quer por assentamentos com mais ou menos história, quer por espaços intersticiais mais ou menos extensos e fragmentados, resíduos da matriz rural e natural.

---

<sup>222</sup>FERRÃO, J., “Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo” em PORTAS, N.; DOMINGUES, A., e CABRAL, J., Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, p.220.

<sup>223</sup>SOLÁ-MORALES, I., territórios, Gustavo Gili, Barcelona, 2002, p.24.

### 3.2. Cidade compacta e cidade difusa.

Análise dos dois modelos de ocupação e organização espacial.

A história da cidade e da sua evolução, assim como dos processos políticos, económicos e sociais que estiveram na sua origem, tem sido objecto de estudo e investigação por parte de diversos autores<sup>224</sup>. Nós pretendemos, sobretudo, enquadrar e analisar o fenómeno urbano nas principais transformações paisagísticas, territoriais, económicas, sociais e culturais, de modo a identificar os principais problemas da cidade contemporânea considerando que esta integra tanto a cidade antiga, densa e centripeta, como os novos e imensos tecidos urbanos, descontínuos e debilmente hierarquizados.

Só depois estaremos em condições para orientar a intervenção e a acção sobre a cidade, e para estabelecer dialécticas positivas quer entre as “duas cidades”, quer entre os espaços edificados e os espaços exteriores. De facto, qualquer tentativa de melhor organizar a cidade actual terá que partir do conhecimento das suas realidades, dinâmicas, problemas e contradições.

Assume-se, por um lado que a cidade e o seu *hinterland* se necessitam mutuamente formando um todo orgânico<sup>225</sup> e, por outro lado, a cidade tal como se apresenta actualmente: dispersa, fragmentada e policêntrica, mas fortemente referenciada e por vezes dominada pela presença física e simbólica da antiga cidade contínua.

Convém esclarecer que isto não significa assumir uma ideia dualista desta nova ordem urbana, segundo a qual a cidade emergente é constituída por um centro – a matriz histórica, o lugar da identidade e da concentração de equipamentos, serviços e actividades – e o território envolvente, vago e instável, labiríntico (zonas residenciais, comerciais, industriais, aeroportos, *campus*, restos da matriz rural...), e sem forma e identidade definida. Significa, antes, negando a dicotomia centro e periferia, cidade e campo, integrá-los num único discurso que baseado no reconhecimento do que é a complexidade, a(s) forma(s), a(s) dinâmica(s), a extensão territorial e a coesão funcional da nova condição urbana, permita a compreensão do conjunto e a sua posterior qualificação. Trata-se de encarar a cidade numa perspectiva globalizante mas considerando as suas diversas escalas territoriais.

A visão global e integrada que orienta actualmente o nosso modo de construir a análise, a interpretação e a intervenção nos cenários, nos contextos que habitamos ou que nos

---

<sup>224</sup>BENEVOLO, L., La ville dans l'Histoire Européenne, Éditions du Seuil, Paris, 1993; As origens da urbanística moderna, Editorial Presença, Lisboa, 1987; GOITIA, F.C., Breve História do Urbanismo, Editorial Presença, Lisboa, 1992; HALL, P., "Redefining Europe's Cities" em BELLET, C., y LLOP, J.M., (Eds.), Ciudades Intermedias. Urbanización y sostenibilidad, Editorial Milenio, Lérida, 2001, pp.93-108; LAMAS, J.R.G., Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000; MUMFORD, L., The City in History, Chicago, 1961; PELLETIER, J., e DELFANTE, C., Cidades e urbanismo no Mundo, Instituto Piaget, Lisboa, 2000; ROSSI, A., A Arquitectura da Cidade (1977) Edições Cosmos, Lisboa, 1999.

<sup>225</sup>BERG, L. Van der, Governing metropolitan regions, Ed. Avebury, Londres, 1993, p.2; Comissão das Comunidades Europeias, Livro Verde sobre o Ambiente Urbano, COM (90), Bruxelas, 1990, p.12.

envolvem, cuja gênese resultou do pensamento ecológico e da noção de que todas as coisas estão inter-ligadas, permite considerar e entender a cidade como um organismo complexo. Sendo um organismo, a sua forma (muito do que a cidade é resulta dela) encontra-se em permanente transformação, embora, dependendo dos casos, de modo mais ou menos lento ou acelerado.

Porque "(...)a cidade somente pode ser definida referindo-a ao espaço e ao tempo(...)"<sup>226</sup>, se recuarmos neste vamos reduzindo no espaço (área) da cidade e, simultaneamente, vamos determinando as condicionantes, as razões que em cada período motivaram uma certa morfologia, e diminuindo o *zoom* vamos reconhecendo os elementos que há muito sedimentados se tornaram estruturantes – cujo conjunto bem delimitado e relativamente estabilizado, com identidade bem definida, designamos, hoje, cidade histórica.

As estruturas urbanas de fundação antiga são resultado de uma evolução histórica determinada pela geografia, pelos acontecimentos políticos e pelo contexto cultural, o que, na Europa, deu lugar a uma cidade compacta, com limites claramente definidos, organização interna complexa e hierarquizada, propícia ao desenvolvimento da vida em comunidade<sup>227</sup>.

De facto, no continente europeu e até ao século XIX, o crescimento urbano processou-se de modo lento e contínuo originando cidades compactas, com uma estrutura geral em coroa sucessivas, mais ou menos concêntricas, desenvolvidas a partir do centro histórico.

Na origem deste modelo de ocupação e organização territorial parece estar, de acordo com Mumford<sup>228</sup>, uma forma ancestral de cidade surgida no período neolítico, resultado da nova economia agrícola e que, embora carecendo da complexidade e da extensão da cidade, exibia já as suas principais características: um perímetro "fortificado" separando-a do campo circundante com o qual mantinha uma relação de inter-dependência, e envolvendo uma "estrutura urbana", ainda que rudimentar, formada por casas/refúgios permanentes e anexos/armazéns para guardar os bens, assim como por "cemitérios" e "lixeiros".

Por sua vez, o professor Ribeiro Telles interpreta o início do processo de colonização do espaço que levou ao aparecimento do aglomerado urbano fisicamente limitado, do seguinte modo<sup>229</sup>: "(...)Com a agricultura sedentária surge a cidade. É primeiro um refúgio contra os animais selvagens, contra as pilhagens, defesa contra os outros agricultores e pastores que cobiçavam melhores terras. A cidade foi portanto rodeada por paliçadas e muros de terra. Surgiu a muralha(...)A religiosidade das populações agrárias transformou a cidade na residência do Deus-protector, surgindo o templo(...)O templo e a muralha são respectivamente o coração e a fronteira da cidade. O campo agricultado constitui a sua

---

<sup>226</sup>ROSSI, A., ob. cit., p.203.

<sup>227</sup>BUDISTEANU, I, and SKOVBRØ, A., "Improving Urban Performance: Urban Structure and Ecosystems" em Sustainable and Liveable Cities, Ninth conference on urban and Regional Research, ONU, Leeds, 2002, pp.13-29.

<sup>228</sup>MUMFORD, L., ob. cit., 1961, 427.

<sup>229</sup>TELLES, G.R., "Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem" em ob. cit., p.76.

*possibilidade de subsistir e de se desenvolver. O comércio e as trocas permitem a universalidade da sua presença (...)*".

Podemos concluir, então, que: a) o nascimento do fenómeno urbano<sup>230</sup> deveu-se à revolução agrária do neolítico que permitiu a existência de assentamentos permanentes frente ao carácter nómada dos grupos humanos em períodos anteriores; b) a cidade surge e desenvolve-se com contornos nítidos – a muralha -, com um centro de gravidade – o templo – mantendo uma relação simbiótica com o campo agricultado com o qual constitui um todo harmonioso e equilibrado.

3.2.1. Caracterização do modelo de cidade compacta do ponto de vista económico, social, espacial e ambiental.

Esta imagem do território, onde a cidade (apesar da importância que desde o seu aparecimento teve na evolução do Mundo) constitui fisicamente uma ocupação pontual e dominante na paisagem, manteve-se praticamente inalterada durante mais de sete mil anos. Durante este longo período de tempo compreendido entre o aparecimento da cidade e a Revolução Industrial<sup>231</sup>, o modelo de ocupação e de organização do território dominante e exclusivo corresponde ao modelo de cidade compacta<sup>232</sup> que do ponto de vista económico, social, espacial e ambiental é possível caracterizar, de um modo geral, pelos seguintes fenómenos:

i) predomínio de "economias de escala" no que diz respeito ao uso dos recursos e do território, e mercados (económicos) de dimensão e segmentação local e hierarquizado. O modelo de cidade compacta repousa sobre a ideia de que as economias de escala realizadas graças à concentração de infra-estruturas no seio de vastas unidades aumentam a eficácia da distribuição de água, do aprovisionamento energético, dos transportes, etc.;

ii) a contenção espacial promove a proximidade física, funcional e social que se reflecte no consumo equilibrado dos recursos, espaço e tempo, e num forte sentimento de comunidade. De facto, a mistura de usos e funções, actividades, instituições e associações permite o

---

<sup>230</sup>O nascimento do fenómeno urbano terá ocorrido de acordo com TOBEY (G.B., A History of Landscape Architecture. The relationship of people to environment, American Elsevier Publishing Company, Nova Iorque, s.d., pp.15-24) na região designada «Crescente Fértil» que compreende os vales dos Rios Tigres e Eufrates, Nilo e Indus, entre 4000 e 2000 A.C. (figuras 6 e 7, p.16)

<sup>231</sup>Considerada uma das grandes revoluções da humanidade a Revolução Industrial iria ter repercussões na forma de programar a cidade rompendo com o ritmo da cidade tradicional e dando início à quebra da sua continuidade.

<sup>232</sup>Embora ao modelo de cidade compacta e contínua possa corresponder uma determinada morfologia urbana porque se mantém, no essencial, o sistema de relações entre os elementos morfológicos da cidade (rua, quarteirões e lotes, edifícios e fachadas e logradouros, monumentos, fortificações/muralhas, jardins e árvores, mobiliário urbano), é possível, no entanto, identificar várias formas urbanas que dependem muito da sua génese, da data da sua fundação, do sítio onde se construíram, das funções que foram desempenhando, das circunstâncias mais ou menos planeadas que foram ocorrendo no seu processo de transformação, do modo de combinação e justaposição dos elementos morfológicos e as suas particularidades.

contacto próximo, a interacção e a comunicação, ou seja, a essência da cidade<sup>233</sup>, reflexo da sua complexidade;

iii) organização da cidade – baseada no urbanismo dos nós – como mistura de usos e funções em que as regras são a sedentariedade, constituindo a mobilidade um seu complemento, e a sociabilidade de vizinhança ocorrendo as relações sociais e funcionais entre o quarteirão, bairro e o centro único. Neste sentido, uma cidade compacta e densa, com actividades sobrepostas, é uma cidade equitativa, pluralista e integrada, diversificada e coesa, e “(...)ainda bela na qual arte, arquitectura e paisagem possam emocionar e satisfazer o espírito humano (...)”<sup>234</sup>;

iv) a organização em quarteirões permite, ainda hoje, a existência no seu interior de espaços verdes tanto de carácter público (jardins), como privado (hortas, pomares), que contribuem tanto para a valorização da imagem e identidade da cidade, como para o aumento da qualidade do ambiente urbano. Com efeito, para além da continuidade formal, a cidade compacta caracteriza-se pela continuidade simbólica expressa pela posição de destaque de espaços (edificados e abertos) que pelo seu valor patrimonial e cultural contribuem para o carácter e simbolismo do lugar;

v) complexo espacial (edificado e não-edificado) contínuo, claramente estruturado e delimitado, ditado por uma cultura racionalista promotora do interesse público, da comodidade e segurança, e da estética, num todo uníssono. Neste, ganha expressão o cariz ordenador, formal e sequencial de espaços públicos urbanos que constituem um sistema complexo de espaços diversos cuja estrutura forma, no geral, “anéis” nos quais se integram os edifícios dispostos à volta de espaços exteriores privados<sup>235</sup>;

vi) organização espacial unicentrada caracterizada pelos seus espaços sedimentados ao longo de séculos, que lhe conferem harmonia e unidade formal. O desenho urbano a partir do qual o território se estrutura e se organiza, baseia-se fundamentalmente no recurso a tipos identificáveis e reconhecíveis como a rua, a praça, a avenida (pese as possíveis

---

<sup>233</sup> A essência da cidade corresponde à relação de interacção entre as populações, actividades e instituições. O contacto, o intercâmbio e a comunicação são a base da relação entre as pessoas, os diferentes colectivos e entidades que se regulam, mantêm e controlam através da transferência de informação múltipla entre eles (Rueda, 1996). Pelo que, na cidade, o objectivo é aumentar estas probabilidades de contacto sem comprometer a qualidade de vida e a capacidade de carga dos ecossistemas nas diversas escalas territoriais.

<sup>234</sup> ROGERS, R., Cidades para um pequeno planeta (1997), ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p.vii.

<sup>235</sup> ALVES, F.B., Avaliação da Qualidade do espaço Público Urbano. Proposta Metodológica, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, p.32.

variações no seu aspecto) e na existência de coerência, integração e dependência recíproca entre os vários elementos morfológicos e as várias partes que compõem uma cidade<sup>236</sup>;

vii) relação recíproca entre a cidade e o campo que constituem um todo espacial e social em que aquela, de extensão “reduzida”, está intimamente ligada a este, contribuindo para a preservação dos sistemas agrícolas e naturais, e estabelecendo-se entre ambos um equilíbrio estável, nomeadamente em termos ecológicos e ambientais;

viii) o desenvolvimento urbano (a escala e a forma da cidade compacta) é ditado por quatro limites: o limite nutricional estabelecido pelo abastecimento de água e de alimentos; o limite defensivo determinado pelo perímetro amuralhado; o limite da mobilidade condicionado pelos lentos meios de transporte; e o limite energético vinculado à existência de correntes de água, da intensidade do vento e da tracção animal<sup>237</sup>;

ix) assimilando os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo dos milénios de modo a aproveitar as melhores condições ambientais com o mínimo consumo de recursos e de energia, a construção das formas urbanas compactas e contínuas, baseou-se no entendimento específico da paisagem tirando o máximo partido das condições bioclimáticas no desenho urbano e da sua confrontação com a escala, proporção e composição dos espaços edificado e exterior.

Se, por um lado, como tivemos oportunidade de analisar, a agricultura esteve na origem do fenómeno urbano tendo sido responsável pelo aparecimento da cidade e seu desenvolvimento (em associação com o comércio), baseado quer numa estrutura urbana compacta e densa (com continuidade formal e simbólica, multi-funcional, diversa e complexa), quer numa relação de equilíbrio e harmonia com a envolvente rural e natural, por outro lado, como assinala Ascher<sup>238</sup>, a revolução agrícola do século XIX – que incrementou a produção de alimentos mas originou o movimento migratório das populações rurais em direcção ao meio urbano – e o desenvolvimento simultâneo do capitalismo industrial, irão provocar um enorme crescimento demográfico originando quer a expansão espacial

---

<sup>236</sup> LAMAS, J.R.G., ob. cit., p.136. A este propósito refere o autor (*idem*, p.125) que o desenho urbano deve ser o desenho daquilo que une e relaciona os diferentes elementos morfológicos e as diferentes partes da cidade. Dá como exemplo a rua que sendo definida pelos edifícios constitui com estes uma unidade em que as várias partes são indissociáveis, fazendo-a corresponder a um espaço que tem a função de circulação: viária, de bens, pessoas e ideias. Também no quarteirão diz o autor, existe também uma total interdependência entre os elementos que o constituem: traçados, lotes, edifícios, fachadas, logradouros, etc., sendo sobre este que vão incidir, aliás, as maiores transformações até ao seu quase desaparecimento no séc. XX.

<sup>237</sup> MUMFORD, L, *The City in History*, Chicago, 1961, p.424.

<sup>238</sup> ASCHER, F., *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*, Éditions de l'Aube, Paris, 2001, p.24.

acelerada dos aglomerados urbanos, quer o agravamento dos seus problemas económicos, sociais e ambientais.

### 3.2.2. Factores cuja conjugação está na origem do modelo de cidade difusa.

A cidade da Revolução Industrial corresponde a uma alteração profunda nos modos de pensar, produzir, utilizar e gerir as paisagens, em geral, e as cidades, em particular, que se traduz no aparecimento de um novo modelo de ocupação e organização espacial caracterizado pela dilatação dos territórios urbanos e pela sua recomposição a grande escala ganhando importância, desde logo, a mobilidade de pessoas, bens e informação<sup>239</sup>.

A paisagem, as cidades e o urbanismo experimentaram, a partir de então, uma verdadeira transformação face ao modelo e aos conceitos arquitectónicos e espaciais anteriores, apesar da capacidade demonstrada pelas cidades para sedimentar as diferentes e sucessivas camadas da sua história<sup>240</sup>.

A cidade histórica e tradicional, compacta e diversa, monocêntrica e de limites mais ou menos precisos, passou a “conviver” numa relação dinâmica com uma outra cidade constituída por um padrão desigual de compactação e dispersão, de continuidade e fragmentação, de pluri e mono-funcionalidade.

O processo de urbanização iniciado com a Revolução Industrial, verificado ao longo do século XX e que está na origem do emergente modelo de ocupação e organização do território, é resultado da conjugação dos seguintes factores:

i) o desenvolvimento económico no referido período, nos países desenvolvidos pode ser organizado, de acordo com Soja<sup>241</sup>, em três fases: a primeira ocorre durante o século XIX até à Grande Depressão americana de 1929 e corresponde ao desenvolvimento do capitalismo industrial com grande competitividade entre os mercados; a segunda abrange o período compreendido entre o final dos anos 20 e o fim da II Guerra Mundial; e a terceira abrange o final dos anos 40 até ao processo de globalização da economia mundial em curso.

Se nas primeiras fases os aspectos económicos mais marcantes na cidade (massificação da produção industrial e concentração dos meios de produção; formas de organização do trabalho em série e a sua relação com o consumo de massas; progressiva

---

<sup>239</sup> *Idem*, pp.25-26.

<sup>240</sup> As transformações urbanas operadas com a Revolução Industrial com o objectivo de adaptar as cidades à sociedade industrial deixaram marcas indeléveis nas cidades pré-existentes quer através da eliminação de partes/bairros dessas cidades, como por exemplo as destruições massivas levadas a cabo em Paris por Haussmann ou as “renovações bulldozer” ocorridas noutras cidade europeias entre as décadas de Cinquenta e Setenta do século XX, quer nas profundas alterações provocadas na imagem e funcionamento daquelas mesmas cidades.

<sup>241</sup> SOJA, E., *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*, ed. Blackwell, Oxford, 2000, p.123

internacionalização do capital dominado pelas macroeconomias e grande importância do comércio externo), a obrigam a adaptar-se às exigências da produção, do consumo e das trocas comerciais sendo para isso necessário uma rede de grandes vias de comunicação (rodovia e ferroviária) e redes para o abastecimento de água, de energia (electricidade, gás, vapor), de informação (telégrafo, telefone, telegramas), e rede de esgotos, na fase posterior observa-se uma mudança generalizada na estrutura económica da sociedade<sup>242</sup>, passando os serviços (com a grande e crescente importância dos serviços financeiros e às empresas) a ser o principal motor do desenvolvimento – dando origem ao fenómeno das cidades pós-industriais<sup>243</sup> –, a produção é segmentada e flexível, e a cidade centrifuga actividades (as novas actividades económicas: novas tecnologias de informação e indústrias, nomeadamente informática, telecomunicações e biotecnologia, mas também a indústria turística) e fluxos, tendo como resultado a constituição de mosaicos metropolitanos<sup>244</sup>, processo que corresponde a um modelo diferente de produção de cidade, de uma nova cidade.

Esta, devido aos fenómenos de globalização na dinâmica mundial e ao desenvolvimento da nova economia (informacional, global e em rede)<sup>245</sup>, onde a rede urbana transita de uma hierarquia regional e nacional para uma hierarquia organizada com uma lógica mundial, passa a ser considerada numa lógica de internacionalização, ou seja, numa perspectiva de desenvolvimento urbano e territorial à escala mundial: a cidade global, caracterizada pela

---

<sup>242</sup>Segundo Ascher (2001, pp.44-53) as alterações económicas em curso neste período traduzem-se na substituição de um sistema económico baseado fundamentalmente na indústria (sem implicar, contudo, o seu desaparecimento) por outro baseado na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, informação e procedimentos em que a produção industrial depende cada vez mais das lógicas e dos poderes da economia cognitiva; esta nova economia, mais urbana, transforma as cidades e os territórios em espaços produtivos. E neste sentido o desenvolvimento económico das cidades baseia-se cada vez mais na sua acessibilidade, na sua conexão com as grandes redes de transporte terrestre e aéreo.

<sup>243</sup>Em conformidade com o que foi referido na nota anterior, a cidade pós-industrial desenvolve-se no contexto da emergência dos centros urbanos como pólos dinamizadores do espaço geográfico em substituição da região adquirindo uma importância marcante como centros de decisão, poder e inovação.

<sup>244</sup>INDOVINA, F., "The metropolisation of the territory. New territorial hierarchies" in FONT, A. (coord.), *The Explosion of the City*, Forum Universal de les Cultures, Barcelona, 2004, pp.20-47. Como refere o autor com o termo "metropolização" pretende-se indicar a tendência à integração de diversos agregados urbanos e territórios de urbanização dispersa. A localização das novas actividades económicas é periférica à cidade, em novas áreas suburbanas (o caso dos parques tecnológicos).

<sup>245</sup>CASTELLS, M., *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (2000), vol.I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002. Na página 25 da referida obra Manuel Castells formula uma distinção analítica entre as noções de sociedade da informação – conceito que salienta o papel da informação na sociedade – e de sociedade informacional termo que caracteriza a sociedade contemporânea e que indica "(...)o atributo de uma forma específica de organização social na qual a produção de informação, o seu processamento e transmissão se tornam nas fontes principais da produtividade e do poder em virtude das novas condições tecnológicas emergentes no actual período da história(...)", acrescentando que a sociedade em rede não esgota, no entanto, todo o significado de sociedade informacional, pois "(...)as nossas sociedades estruturam-se, cada vez mais, em torno de uma oposição bipolar entre a Rede e o self(...)" ou seja, entre globalização e identidade (individual ou colectiva). François Ascher aborda esta questão de modo similar ao considerar que na actualidade a sociedade está estruturada e funciona como um conjunto de redes inter-conectadas que asseguram uma mobilidade crescente de bens, informações e pessoas. Estas deslocam-se, real ou virtualmente, por universos sociais distintos formando o que o autor designa por hiper-texto: "(...)As pessoas encontram-se em campos sociais distintos como as palavras nos diferentes documentos de um hiper-texto (neste cada palavra pertence simultaneamente a vários textos). Num interactuam com os companheiros de trabalho de acordo com uma «sintaxis» profissional, noutra com os familiares segundo uma sintaxe familiar, num terceiro com os colegas de equipa segundo uma «sintaxis» desportiva, etc. Estamos perante os «individuos-palavras» que constituem por si mesmos os principais vínculos entre estes «textos-campos sociais»(...)", configurando deste modo um hiper espaço com n dimensões e com múltiplas pertenças sociais, aquilo que denomina a sociedade hiper-texto.

dispersão desde o ponto de vista espacial e pela concentração desde o ponto de vista das relações<sup>246</sup>;

ii) alterações sociais e culturais que se reflectem na transição da sociedade industrial, urbana para a sociedade informacional, hipertexto<sup>247</sup>. Esta transição consiste fundamentalmente:

a) na passagem do emprego industrial para o emprego nos serviços o que altera radicalmente a estrutura social da cidade; a organização da sociedade dividida em classes sociais bastante homogêneas internamente, o que promove a segregação social e o desenvolvimento de guetos sociais com expressão espacial, dá lugar à pulverização e fragmentação das classes que passam a ser distinguidas pelos estilos de vida e padrões de consumo, assumindo cada vez mais relevância o indivíduo e a individualidade. Como refere Ascher<sup>248</sup> a sociedade compõe-se, hoje, de indivíduos que estabelecem vínculos sociais cada vez mais numerosos, diversificados, especializados, mas também mais frágeis, que se desenvolvem em campos sociais diferenciados (trabalho, família, organizações religiosas e sócio-políticas, etc.), constituindo um tecido social e culturalmente heterogêneo. Por sua vez, os aspectos relacionados com a cultura e o lazer derivado do aumento dos tempos livres e do poder de compra ganham grande desenvolvimento assumindo uma importância social crescente. Também a organização da estrutura familiar sofre alterações com a diminuição do número médio de membros da família e com o aumento das famílias monoparentais e dos indivíduos isolados. Verifica-se, por outro lado, o aumento do número de agregados familiares com baixos rendimentos podendo chegar a constituir grandes bolsas de pobreza (tornando-se o problema da exclusão social cada vez mais grave), o que em conjunto com fenómenos de *gentrification*<sup>249</sup> determina a redistribuição dos grupos sociais na cidade;

b) na substituição do «Welfare State» (Estado Providência) em que o Estado tem um papel importante no desenvolvimento e qualidade de vida das populações a quem providencia os serviços essenciais, pelo «Workfare State» em que o Estado assume cada vez mais o papel de regulador das actividades económicas, deixando as questões sociais de ter o carácter prioritário que detinham anteriormente;

---

<sup>246</sup> SASSEN, S., *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton University Press, Nova Jersey, 1991.

<sup>247</sup> ASCHER, F., ob. cit. (2001), pp.39-43; CASTELLS, M., ob. cit. (2002), pp.497.

<sup>248</sup> *Idem*, pp.40-43.

<sup>249</sup> A *gentrification* é um processo simultaneamente social, físico e cultural. Socialmente corresponde à substituição da população tradicional por um novo grupo social economicamente mais favorecido que promove a recuperação e reabilitação arquitectónica dos edifícios que adquire, sendo que culturalmente a opção recai sobre espaços urbanos com carácter histórico. Relacionado com a reestruturação económica, política e geográfica da vida urbana nas pequenas cidades este fenómeno tornou-se, igualmente, a imagem da cidade global.

c) nas alterações demográficas profundas que se reflectem no aumento exponencial de população urbana (que entre o início do século XX e o início do século XXI passou de menos de 10% para mais de 50% da população mundial, estimando-se que actualmente na Europa 80% da população viverá em zonas urbanas), resultado dos seguintes factores: aumento da população mundial relacionado com altas taxas de natalidade, com a diminuição das taxas de mortalidade e o aumento da esperança média de vida; migração da população rural e emigração da população de países menos desenvolvidos para áreas urbanas e, por último, a classificação de inúmeros aglomerados rurais em urbanos devido à expansão das cidades no território envolvente.

iii) alterações ambientais e ecológicas decorrentes das transformações económicas, sociais, demográficas e urbanas, e provocadas essencialmente pela mudança dos usos do solo rural (florestais e agrícolas) e natural ( sistemas naturais: dunas, falésias, leitos de cheia, etc.) em urbano.

O processo de dispersão urbana provoca a fragmentação e isolamento dos espaços não-edificados e tem como consequências, por um lado, a desestruturação e simplificação dos ecossistemas e a perda de biodiversidade e, por outro lado, o consumo excessivo de solo e de energia, a produção de resíduos, efluentes líquidos e da poluição, e níveis elevados de tráfego, congestionamento e ruído.

Durante o período de desenvolvimento directamente ligado à industrialização, esta actividade, os sistemas de transportes implementados, e em geral, a exploração e utilização não racional dos recursos, constituem as principais causas da degradação da qualidade do ambiente.

Na cidade, esta era, em geral, má, devido sobretudo aos elevados níveis de poluição industrial do ar e da contaminação da água (superficial e aquíferos subterrâneos) e dos solos.

Surge, ainda, um novo problema relacionado com a destruição dos valores e atributos da qualidade estética da paisagem provocado pelo aumento da superfície dos conjuntos fabris e seu alastramento pelos territórios circundantes às cidades. Passa a haver, portanto, um problema de localização e de presença da indústria na paisagem<sup>250</sup> devido sobretudo à falta de enquadramento e valorização paisagística das instalações industriais e sua relação com os espaços envolventes, verificando-se apenas a preocupação com os aspectos funcionais propriamente ditos.

---

<sup>250</sup> TELLES, G.R., "Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem" em ob. cit., 1975, p.116.

Nas décadas de Cinquenta, Sessenta ou Setenta do século XX, dependendo dos autores, dá-se a passagem das sociedades para a época pós-industrial e das culturas para a época pós-moderna<sup>251</sup>, acentuando-se o processo de diluição dos limites e das diferenças físicas e sociais entre campo e cidade, com o aumento da dispersão urbana e da extensão da cultura urbana ao conjunto do *hinterland* das cidades. A maioria destas passam, com o decorrer do tempo, a confrontar-se com um conjunto de problemas ambientais comuns (já identificados) cujas causas, interligadas, abrangem as alterações demográficas e do estilo de vida (dependência crescente em relação ao transporte particular, aumento do número de agregados familiares monoparentais, utilização mais intensiva dos recursos *per capita*).

Verifica-se uma grande e crescente preocupação (não apenas de alguns sectores técnicos mas da população em geral) com a qualidade do ambiente urbano (ar, ruído, espaços verdes) e a tomada de consciência da sua importância na qualidade de vida.

A melhoria do ambiente urbano e do (re)equilíbrio da qualidade ambiental da cidade no domínio da saúde pública exige, por parte dos responsáveis pela gestão urbanística, a requalificação do espaço urbano promovendo a mistura de usos e funções, a recuperação e reabilitação de zonas industriais degradadas, a revalorização do transporte público de qualidade, não poluente, e a promoção de espaços colectivos e de percursos pedonais.

Reconhece-se, assim, a importância fundamental que as questões ambientais têm na problemática da requalificação da cidade, no seu desenvolvimento sustentável e na sua relação com as questões económicas e sociais.

A evolução tecnológica e o desenvolvimento dos transportes influenciaram, desde sempre, os padrões de crescimento da cidade. No entanto, a partir da última década do século XX, as novas tecnologias de informação, comunicação e mobilidade, em interacção com as estratégias económicas, os interesses sociais, os valores culturais e as lutas de poder, vieram alterar os dois valores fundamentais da sociedade humana – o tempo e o espaço<sup>252</sup> – emergindo um novo modelo de organização do território baseado na relação distância, velocidade e tempo. Esta relação acaba por definir os “limites” da cidade contemporânea, estruturada em redes de diferentes escalas, da local (espaço de lugares) à global (espaço de fluxos)<sup>253</sup>.

---

<sup>251</sup> A década de Cinquenta do século XX como data da transição para o pós-modernismo é considerado por LYOTARD, J.F., *O Pós-Moderno Explicado às Crianças* (1986), Publicações D.Quixote, Lisboa, 1993. A década de Sessenta do mesmo século é considerada por PORTOGHESI, P., *Depois da Arquitectura Moderna*, Edições 70, Lisboa, 1985 e por ROSSI, A., ob. cit. (1966), 2001; Por outro lado, a década de Setenta é considerada por ASCHER, F., ob. cit., 2001, por MARCUSE, P., “Not Chaos, but Walls: the Postmodernism and ...” em WATSON, S. and GIBSON, K., (eds.), *Postmodern Cities and Spaces*, Blackwell, Cambridge, 1994, pp.243-254, e ainda por RELPH, E., ob. cit., 1987.

<sup>252</sup> CASTELLS, M., “The education of city planners in the information age” in *Berkeley Planning Journal*, 12, 1998, pp.25-31; *A Sociedade em Rede (The Rise of Network Society, 1996 – 2000)*, vol.1, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001.

<sup>253</sup> Na nossa sociedade actual, em rede, o espaço modela o tempo, invertendo assim uma tendência histórica; se por um lado, o espaço de fluxos, que não nega a existência de lugares, dissolve o tempo tornando os acontecimentos simultâneos (comunicação virtual), por outro lado, o espaço de lugares múltiplos, espalhados, fragmentados e desconexos (limitados ao

Nesta nova realidade territorial, cada vez mais complexa, extensa e fragmentada (com diferenciação espacial), os tempos e os lugares da mobilidade tornam-se cada vez mais importantes<sup>254</sup>, razão pela qual o transporte (público e privado) que tende a ser cada vez mais seguro, económico e ecológico, é uma questão chave para o desenvolvimento urbano sustentável.

As estratégias adoptadas nesta matéria passam a obedecer ao princípio da sustentabilidade ambiental baseando-se numa abordagem de precaução, na utilização eficiente dos recursos naturais e na minimização da produção de resíduos e poluição, de modo a reduzir o impacto ambiental total das actividades urbanas, reforçando simultaneamente as ligações entre a qualidade ambiental e melhorias sociais, económicas e da qualidade de vida na cidade<sup>255</sup>.

A constatação de que no limiar do século XX as cidades utilizam mais de 70% da energia consumida pela humanidade e que contribuem para a contaminação total numa proporção superior a 75%, passando a ser consideradas a principal causa da degradação ecológica global, exige a adopção de abordagens e acções holísticas, integradas e ambientalmente sustentáveis que tenham em conta os ecossistemas (artificiais e naturais), e reconheçam a dependência recíproca entre as cidades e um vasto território envolvente cada vez mais amplo e distante, rumo à sustentabilidade local e global.

O desenvolvimento, o funcionamento e a configuração da cidade contemporânea, global na sua influência, regional na sua extensão e difusa na sua forma, diversa e complexa (simultaneamente compacta e alargada, com mobilidade pluridireccional, uso intensivo dos espaços intersticiais, polaridades especializadas, etc.), apoia-se cada vez mais na contribuição da ecologia – entendendo a cidade como um complexo ecossistema, um biótopo para uma grande diversidade de seres vivos ( o Homem, animais, aves, plantas ) e cujo impacto sobre o território envolvente deve ser rigorosamente gerido – e da tecnologia, tanto a tecnologia limpa, verde (que permite o uso mais racional das fontes de energia renováveis e não renováveis, a reciclagem de resíduos sólidos e líquidos, a utilização de fontes alternativas de energia ou a criação de microclimas), como a tecnologia nos campos da informática, telemática e telecomunicações cuja convergência possibilita outras formas de utilização do tempo e do espaço<sup>256</sup> com consequentes benefícios para o ambiente aos níveis local e global.

---

tempo) encerra temporalidades diversas, desde o domínio mais “primitivo” dos ritmos da Natureza até à estrita “tirania” do tempo cronológico. (CASTELLS, M., ob. cit., 2001, pp. 597-602)

<sup>254</sup> Opinião de François Ascher (“Multi-Mobility; Multispeed Cities: a challenge for architects, town planners and politicians” em FONT, A., ob. cit., 2004, p.363) e que corroboramos, contrária à de outros autores para quem a conectividade entre os espaços (cada vez mais afastados geograficamente mas também mais interligados através de vias de comunicação (física e virtual)) assume maior importância que a continuidade, uma vez que não existe a necessidade de deslocação física.

<sup>255</sup> Comissão das Comunidades Europeias (CCE), Desenvolvimento Urbano Sustentável: Um Quadro de Acção, Comunicação da Comissão, COM(1998)605, Bruxelas, 1998, p.11.

<sup>256</sup> RUANO, M., *Ecurbanism. Sustainable Human Settlements: 60 case Studies*, ed. G.Gili, Barcelona, 1999, pp.9-10.

iv) alterações físicas e espaciais directamente relacionadas com a evolução da organização e estruturação dos espaços e morfologia urbana. A partir do século XIX a sociedade e o território têm estado sujeitos a processos de transformação rápidos e profundos, observando-se ao mesmo tempo uma alteração nos paradigmas e nos processos de construir a cidade.

A Revolução Industrial (numa primeira fase) e a falta de “regulação urbanística”/ o *laissez-faire* (posteriormente) provocaram o êxodo rural em direcção às cidades, problemas de higiene e salubridade, mas também a revolução tecnológica (primeiro o comboio e a electricidade, depois o automóvel e as novas tecnologias de informação e de comunicação); esta irá permitir estender a rede de infra-estruturas e a conseqüente dispersão urbana.

Nos finais do século XIX e já no século XX, as cidades sofreram, de facto, um processo de enorme crescimento<sup>257</sup> cujo ordenamento, iniciativa da intervenção pública, recorreu a distintas formas (ortogonal, radiocêntrica, linear, irregular/ em mancha de óleo) reconhecendo-se, no entanto, nestes modelos, a ausência de compacidade mas, ainda, alguma continuidade.

A continuidade espacial é dada não pelo traçado, pela rua como elemento configurador do espaço, mas pela rede viária (estradas, circulares urbanas) que, como sistema independente, flui por entre os edifícios soltos (autonomizando edificação, espaço público e malha viária) adquirindo o automóvel um papel crucial na organização espacial da cidade. Esta, é considerada como um conjunto de sistemas (de circulação, de habitação, de trabalho, de recreio, etc.) que se localizam no território de acordo com o zonamento da ocupação do solo e respectivos índices urbanísticos, onde o zonamento industrial (considerado uma necessidade incontornável) localiza a fábrica em zonas isoladas e o zonamento residencial promove o desenvolvimento de grandes subúrbios habitacionais, monofuncionais.

As zonas homogêneas, socialmente bem marcadas, constituem, aliás, uma das principais características físicas das cidades que se desenvolveram ao longo do século XX, com o domínio no seu centro do comércio e dos serviços. Estas regras de zonamento retiraram às cidades a complexidade funcional e formal promovendo a monotonia visual e a falta de legibilidade e simbologia dos espaços.

Por outro lado, os bairros antigos detentores de riqueza formal e significação dos espaços perdem prestígio com a substituição dos grupos sociais mais privilegiados por população

---

<sup>257</sup> No período directamente ligado à industrialização foram desenvolvidos vários modelos ideais de cidade (as propostas culturalistas de John Ruskin e Camillo Sitte, os modelos naturalistas de Ebenezer Howard e de Frank Lloyd Wright ou os modelos progressistas de Tony Garnier e de Le Corbusier, entre outros) que, embora muito diferentes entre si, defendiam um sistema hierarquizado de vias, uma separação das funções e usos baseados no zonamento, uma procura da integração da Natureza e dos espaços verdes na cidade, e de um ou outro modo, a sua fragmentação.



desfavorecida e em casos extremos chegam a ser demolidos no âmbito do desenvolvimento de grandes operações de renovação urbana.

Na origem das características físicas e espaciais da cidade industrial está o movimento moderno na arquitectura e a ligação desta a uma visão funcionalista da cidade representada, entre outros, por Le Corbusier e expressa na Carta de Atenas<sup>258</sup>.

A partir de meados da Década de Setenta do século XX, (ou inclusive antes se considerarmos a diversidade de opiniões anteriormente apontadas), a crítica à modernidade (objecto de reacções hostis de todo o tipo) e à cidade industrial, funcionalista, tomou uma nova forma chamada pós-moderna. Correspondente a um novo modelo sociocultural associado ao “tardo-capitalismo”, a pós-modernidade caracteriza-se por uma pluralidade de percursos formais.

Neste sentido, nas cidades pós-modernas (pólos dinamizadores do espaço geográfico com uma importância marcante como centros de decisão, poder e inovação) assistimos quer à continuação do desenvolvimento de processos de periurbanização e suburbanização com a consequente ocupação disseminada de vastas áreas do território, quer a processos de reurbanização e transformação interna com o consequente retorno à cidade.

No primeiro caso, a arquitectura pós-moderna (que se manifesta utilizando tanto a linguagem formal do modernismo, embora o conteste<sup>259</sup>, como recorre ao revivalismo arquitectónico desenvolvendo um gosto nostálgico pelas formas urbanas clássicas que os movimentos *new urbanism* americano e o urbanismo neo-tradicional britânico põem em evidência ao pretenderem recriar a cidade pré-industrial no período pós-industrial), e a arquitectura desconstrutivista (com formas arquitectónicas apropriadamente caóticas que pretendem expressar a nossa realidade existencial também considerada caótica), encontram o meio propício à sua expansão.

No segundo caso, a intervenção na cidade antiga tendo em vista a reabilitação urbana e arquitectónica, e a salvaguarda e conservação do património, baseia-se no reconhecimento das suas qualidades intrínsecas e na compreensão dos valores paisagísticos, culturais e sociais do tecido urbano, adoptando os conceitos fundamentais (a própria evolução e valorização do conceito de património – cultural, urbano, paisagístico – de salvaguarda

---

<sup>258</sup>Redigida em 1933 como documento síntese das posições do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna sobre a organização e planeamento das cidades, a Carta de Atenas é tornada pública em 1941 pela mão de Le Corbusier acabando por ter grande influência na produção teórica e nas realizações urbanísticas do pós 2ª Grande Guerra. A aplicação dos seus princípios (de carácter social, cultural e urbanístico) e postulados, embora impregnados das melhores intenções (preocupações higienistas e ambientais, melhorar a salubridade das edificações e dos espaços abertos, a introdução de vegetação e a sua utilização para o desporto e o recreio) conduziu à “cidade funcionalista” com a separação de funções (a cada função a sua área de solo exclusiva e o seu edifício), a separação entre os edifícios e o espaço exterior (que verde ou pavimentado surge como o espaço residual daqueles, sem referências formais ou funcionais, sem estrutura nem identidade), o desaparecimento da rua (como suporte da vida colectiva e elemento fundamental na formação da imagem da cidade) e a sua substituição por amplas e extensas rodovias para uma circulação rápida (que passou a organizar a cidade), etc.

Acerca da Carta de Atenas e sua influência no planeamento, urbanismo e arquitectura, consultar, entre outros autores, LAMAS, J.R.G., ob. cit., 337-346; e MAGALHÃES, M.R., ob. cit., pp. 115-121.

<sup>259</sup>Cf., MAGALHÃES, M.R., ob. cit., 2001, p.149.

activa, conservação integrada, etc.) veiculados pelos vários documentos e instrumentos internacionais<sup>260</sup>.

Com efeito, nos últimos anos, a História, as pré-existências, o património, ganharam um lugar de destaque no urbanismo contemporâneo. De facto, a "manipulação" do passado nas cidades não se circunscreveu aos centros históricos, também os subúrbios, em determinados casos, têm sido palco de um fenómeno similar.

Nesta perspectiva, a preocupação com o desenho urbano e a imagem da cidade (preocupação estética e formal) tem vindo a aumentar reflectindo-se na recuperação dos elementos morfológicos tradicionais como o quarteirão, a rua e a praça, e na consideração dos conjuntos edificados em detrimento da peça arquitectónica isolada.

Os centros antigos identificados por Marc Augé<sup>261</sup> com o conceito de lugar – espaço identitário, relacional e histórico – encontram-se, no entanto, paradoxalmente, em crise, caracterizados pela desertificação, terceirização, congestionamento e degradação física e social. Continuamos a assistir, ao mesmo tempo, à ruptura, cada vez mais acentuada, com a lógica de crescimento e da formação de padrões de aglomeração próprios da cidade (mais ou menos) histórica e a emergência de um novo padrão de urbanização caracterizado pelo aumento da fragmentação, descontinuidade, diversidade de formas e usos do solo, e da centrifugação dos sucessivos limites do urbano, o que levou Choay<sup>262</sup> a admitir a morte da cidade (tradicional) e Augé a considerar o desaparecimento dos lugares e a proliferação dos não-lugares<sup>263</sup>. Estes são definidos pelo antropólogo francês e professor na École des Hautes Etudes de Paris, como espaços sem carácter, sem relação (contextual e social) e sem história, identificados como a negação do lugar antropológico tradicional e com a condição super-moderna.

Para descrever esta condição, a condição social, cultural, económica e urbana contemporânea, a condição actual de dispersão, surgiu na década de Noventa do século XX, introduzido, segundo Ibelings<sup>264</sup> por Marc Augé, o super-modernismo marcado pelo desconstrutivismo, pela globalização e pela complexidade.

---

<sup>260</sup>Entre outros: Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios (1964); Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural (1972); Carta europeia do património arquitectónico (1975); Carta de Florença sobre a salvaguarda de jardins históricos (1976); Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas (1987); carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada (1995), Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e o restauro do património edificado (2000).

<sup>261</sup>AUGÉ, M., *Non-lieux: introduction a une anthropologie de la surmodernité*, Éditions du Seuil, Evreux, 1992.

<sup>262</sup>CHOAY, F., *L'Urbanisme. Utopies et réalités. Une anthologie*, Éditions du Seuil, Paris, 1965 ; « El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad » (1994) em MARTÍN, A.R., *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, Edicions Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2004, pp.61-72.

<sup>263</sup>AUGÉ, M., *ob. cit.*, 1992. O conceito de não-lugar introduzido por autores como Jacques Divignaud, Michel de Certeau e, em certa medida, também Melvin Weber, foi difundido e divulgado fundamentalmente por Marc Augé para identificar os espaços característicos da cidade contemporânea (aeroportos, hotéis, hospitais, centros comerciais, auto-estradas e meios de transporte) onde tem primazia o anonimato, a solidão, o efémero e cuja essência é o desenraizamento.

<sup>264</sup>IBELINGS, H., *Supermodernismo. Arquitectura en la era de la Globalización*, Gustavo Gili, Barcelona, 1998.

Também Soja<sup>265</sup>, da interpretação que faz de certas manifestações da evolução do fenómeno urbano, considera que aquilo que se observa nos anos 90 do século passado representa uma ruptura emergente na reestruturada pós-metrópole e no urbanismo pós-moderno acrescentando que existem fortes indícios de que as formas predominantemente neo-conservadoras e neo-liberais da sociedade e da cidade pós-moderna que se consolidaram durante três décadas de reestruturação global e local, iniciaram o seu próprio declínio o que exige o desenvolvimento de estudos urbanos críticos ajustados de modo adequado e eficaz às hiper-realidades do momento contemporâneo.

Os conceitos pós-modernos de lugar, simbolismo e contextualidade convertem-se agora em não-lugar, significado global e neutralidade, se considerarmos que os espaços criados com finalidades de passagem (gares, aeroportos), de comércio (centros comerciais, hipermercados), de prazer (parques temáticos, casinos) são precisamente os espaços onde os indivíduos deixam de interactuar directamente, explorando-os individualmente; que os espaços que pretendendo ser acessíveis a todos detêm elementos e imagens com significados globais; que os espaços (periféricos) nos quais a arquitectura se aceita pelo que é, independentemente do contexto, partilhando aliás, a falta de significado e de contextualidade, impondo-se pela sua neutralidade<sup>266</sup>.

François Ascher<sup>267</sup> considera, no entanto e sem deixar de criar polémica, que o conceito de não-lugar e a visão pessimista da super-modernidade, associados ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, aos espaços que estes produzem e às relações sociais que suprimem, correspondem a teorias que seduzem sobretudo os nostálgicos de certas formas antigas de urbanidade, da cidade tradicional europeia e dos seus valores de sociabilidade.

Neste sentido, e em face de uma abordagem actual em que os novos territórios urbanos dispersos surgem como uma categorização pela negativa, remetendo para eles uma espécie de negação da ideia de cidade tradicional tomada como modelo da boa forma urbana, Secchi<sup>268</sup> defende que a cidade descontínua deve ser encarada como uma oportunidade e não como um obstáculo ou como um erro. Idêntico juízo é proferido por Domingues<sup>269</sup> ao

---

<sup>265</sup>SOJA, E.W., "Seis discursos sobre la postmetrópolis" (1994) em MARTÍN, A.R., (ed.) Lo urbano en 20 autores contemporáneos, Edicions UPC, Barcelona, 2004, pp. 91-98; Postmetropolis: Critical studies of Cities and regions, Oxford, 2000.

<sup>266</sup>Para IBELINGS (ob. cit.) esta neutralidade surge como reacção à profusão de símbolos da arquitectura pós-moderna. Por sua vez MAGALHÃES, M.R. (ob. cit., p.193) assinala que no super-modernismo "(...)A neutralidade na arquitectura não resulta da máxima moderna em que a forma seguia a função, mas retoma o «menos é mais» de Mies Van der Rohe (...)" acrescentando que, no entanto, "(...)esta redescoberta da simplicidade evoca fortemente o modernismo (...)". Rem Koolhaas ("La ciudad genérica" (1994) em MARTÍN, A. R., ob. cit., 2004, pp. 73-82), por seu lado, considera a cidade periférica (criticada negativamente pelo pós-modernismo) sem plano, sem estrutura, sem forma, sem centro, sem identidade e sem significado, o espaço idóneo para a arquitectura se impor pela sua neutralidade e desconxualidade.

<sup>267</sup>ASCHER, F., "Multi-Mobility, Multispeed Cities: a challenge for architects, town planners and politicians" em FONT, A., (ed.) The Explosion of City, COAC Publicacions, Barcelona, 2004, pp.352-363.

<sup>268</sup>SECCHI, B., "Urban Scenarios and Policies" em PORTAS, N.; DOMINGUES, A., e CABRAL, J., ob. cit., 2003, pp.274-283.

<sup>269</sup>DOMINGUES, A., Cidade e Democracia, Argumentum, Lisboa, 2006, p.29.

afirmar que a cidade dispersa não é uma perversão da «outra» (qualquer que ela seja), mas sim um modo diferente de pensar o urbano e a sua forma.

Também Ascher<sup>270</sup>, contrário à opinião de Marc Augé, afirma que actualmente não assistimos a um processo de dissolução dos lugares em não-lugares, mas antes a um processo de formação de novos lugares urbanos: os hiper-lugares.

Produzidos pela «sociedade hiper-moderna», os hiper-lugares são espaços potenciais, de múltiplas dimensões físicas e sociais, onde as pessoas podem realizar, de modo quase simultâneo se assim o desejarem, actividades diferentes em campos sociais distintos e na companhia de pessoas cuja presença pode ser real ou virtual.

Ao considerar, para além disso, que os processos económicos contemporâneos caracterizados pela fragmentariedade e flexibilidade, projectam sobre a cidade formas e funções extremamente complexas, entende (o mesmo autor na mesma obra) que assistimos, hoje em dia, ao surgimento de uma grande diversidade de lugares urbanos: a) os espaços públicos tradicionais como a praça e as avenidas; b) o interior “a céu aberto” de espaços semi-públicos como os “pátios/praças” dos centros comerciais onde podem ocorrer espectáculos distintos, e c) os novos espaços efémeros onde se podem realizar festivais de dança, música, festas *rave*, etc.

É da adequação entre os lugares, os ambientes, as práticas e as relações que se constrói, diz, a nova urbanidade da cidade contemporânea, hiper-moderna que integra tanto a da cidade descontínua, dos espaços urbanos de baixa densidade, dos *speedy citizens*, como a da cidade compacta, contínua e pedestre.

Estão, então, servidos a discussão, o debate e a falta de consenso sobre a condição paisagística e urbana contemporânea que, quer se apelide de modernidade avançada ou radical, super-modernidade ou hiper-modernidade, parece-nos associar-se, antes de mais, a uma realidade que se caracteriza pela complexidade da natureza e formas da nova territorialidade (lugares, não-lugares, hiper-lugares), pela diversidade no uso social do território e nos modelos de ocupação e organização espacial (compacta-monocêntrica-centrípeto; difusa-policêntrica-centrífuga) e pela sustentabilidade (ou falta dela) das formas actuais do nosso habitat e dos comportamentos sociais nos novos cenários da vida humana.

- Fenómenos, processos e formas responsáveis pela sua configuração.

O processo histórico que conduziu à actual situação paisagística e territorial pode caracterizar-se de modo esquemático pela sucessiva explosão dos limites urbanos, desde a

---

<sup>270</sup>ASCHER, F., *Idem*, p.360.

cidade histórica e da cidade industrial, moderna, à cidade metrópole convencional<sup>271</sup>, predominantemente terciária, apoiada no modelo de mobilidade monocêntrico, até à presente fase em que a fragmentação e diversificação dos assentamentos para os mais distintos fins, cria novas centralidades e/ou organiza as anteriores em rede, aumentando consideravelmente, em número e extensão, os espaços abertos intersticiais. A presença, cada vez mais evidente, destes espaços revela a condição de fragmentação que caracteriza actualmente a paisagem.

Como assinala Secchi<sup>272</sup> a ideia e a figura do fragmento são, aliás, o que em qualquer escala se representa na cultura e na «cidade contemporânea», designação que considera como a mais idónea para denominar a nova forma urbana que integra tanto a cidade antiga e a cidade industrial, contínuas, como a cidade difusa, descontínua.

Neste sentido, a explosão daqueles limites “afectou” o conceito de cidade, o modelo de ocupação e organização espacial e os conteúdos tradicionais da disciplina urbanística, tornando necessárias, outras denominações para a identificação e interpretação das novas configurações urbanas, assim como para a sua intervenção, relativamente às quais a ideia tradicional de cidade (compacta, contínua) resulta insuficiente.

Os numerosos estudos e trabalhos de investigação que na última década, tanto na Europa como na América e sob distintos enfoques disciplinares, procuram compreender as rupturas morfológicas em relação aos atributos de contiguidade, compacidade e limite, do modelo histórico, têm em comum a consideração como objecto de análise, a descontinuidade e fragmentação ou dispersão das distintas partes, dos diversos espaços que por razões funcionais ou outras, (de)compõem a nova cidade, extensiva, alargada.

O reconhecimento e a interpretação deste novo estágio de organização e estruturação do espaço reclama uma nova elaboração conceptual, o que levou Francesco Indovina a propor, em 1990, o conceito de cidade difusa como modo operativo na interpretação de uma fenomenologia específica de organização do território<sup>273</sup>.

Consequência da reorganização dos processos sócio-económicos, esta nova estrutura territorial definida como cidade difusa (considerada pelo autor italiano a resposta europeia aos problemas que deram lugar aos subúrbios norte-americanos identificados com o termo

---

<sup>271</sup>De acordo com INDOVINA, F. (ob. cit., em FONT, A., (ed.), ob. cit., 2004, p.39) as estruturas metropolitanas tradicionais caracterizam-se pelos seguintes fenómenos: grandes concentrações do potencial económico e da produção na cidade central, assim como dos serviços superiores e das actividades comerciais com maior qualidade; elevada densidade dos assentamentos e conseqüente congestionamento; dispersão de parte da população pelas cidades-dormitório e conseqüentes movimentos pendulares obrigatórios (trabalho e estudos) e não obrigatórios, ambos mono-direccionais; relações entre as diferentes partes do território maioritariamente materiais (fluxos de pessoas e bens).

<sup>272</sup>SECCHI, B., “Città moderna, città contemporanea e loro futuri” em DEMATTEIS, G., *et al.*, I futuri della città. Tesi a confronto, ed. Franco Angeli, Milão, 1999, pp.41-70.

<sup>273</sup>INDOVINA, F. *et al.*, La città diffusa, DAEST, Venezia, 1990, pp.19-43. A investigação desenvolvida pelo autor pretende verificar a operatividade do conceito de cidade difusa, ou seja, constatar se na realidade este conceito permite apreciar e interpretar a fenomenologia específica de organização espacial no Veneto central, região do norte de Itália que integra as províncias de Venezia, Pádua, Treviso, Verona, Vicenza, Rovigo e Belluno. Apesar de ter sido nesta região que assumiu um carácter evidente, tal fenomenologia territorial manifesta-se, de acordo com o autor, noutras regiões em geografias e culturas diversas.

*sprawl*<sup>274</sup>), integra formas de organização do espaço que evoluíram através de três estádios: a) cidades inseridas no espaço agrícola; b) cidades envolvidas por “campo urbanizado” (isto é, campo com edificação, residencial ou não residencial, disseminada), e c) uma “única grande cidade” com espaços rurais e naturais incorporados<sup>275</sup>.

As causas da nova fenomenologia de assentamento humano, derivada de importantes transformações que se apresentam quase como uma “mutação de estado” e não como o prolongamento da estrutura territorial anterior, foram identificadas por Indovina, correspondendo aos seguintes fenómenos:

a) crescimento e localização dispersa da habitação e da actividade produtiva baseada em novas tipologias: a moradia unifamiliar isolada e as pequenas empresas produtivas, como resultado da melhoria das condições económicas da população (transição do sector primário para o secundário) e dos seus movimentos, em várias fases e por distintas razões, para fora da cidade;

b) a crescente difusão e utilização do automóvel particular contribuíram para o aumento significativo da mobilidade e da extensão do território acessível, dilatando os limites espaciais da cidade difusa que “(...)se origina e vive enquanto cidade automobilística(...)”<sup>276</sup>;

c) a conjugação do assentamento difuso da população (numericamente bastante importante) com a propensão desta à mobilidade, determina a localização, no contexto da urbanização difusa, de serviços de tipo metropolitano (centros comerciais, hiper-mercados, equipamentos recreativos e desportivos de grandes dimensões), de actividades produtivas e de serviços às empresas (consulta, marketing, projecto) e de pontos de venda especializados ou conectados directamente com a produção, que dão origem a uma configuração distinta de urbanização de baixa densidade designada cidade difusa.

Esta nova fenomenologia territorial mereceu a atenção de distintos autores, maioritariamente italianos, entre os quais, para além do citado Indovina cabe destacar Stefano Boeri e Arturo Lanzani, e mais recentemente, A. Detragiache<sup>277</sup>.

---

<sup>274</sup>De acordo com INGERSOLL (R., *Sprawl*, ed. Meltemi, Roma, 2004) cit. em DOMINGUES, A., ob. cit., 2006, p.28, o termo *sprawl*, sem equivalente na linguagem europeia (substituída por periferia, subúrbio, nebulosa urbana, etc.) foi introduzido nos EUA na década de Sessenta do século XX para designar a expansão urbana sem forma, e significa literalmente “espalhar”, “estender”.

<sup>275</sup>Para Indovina (*idem*, p.20) estes estádios, que individualmente fazem referência a ciclos específicos de desenvolvimento sócio-económico e constituem o resultado tanto de actividades programadas como de actividades espontâneas, correspondem a distintos modos de reagir face ao aparecimento de exigências de tipo produtivo ou à manifestação de novas aspirações sociais. Assinala, ainda, que os três estádios referidos não correspondem a etapas obrigatórias de um percurso evolutivo pré-estabelecido, afirmando que cada forma de organização do território não tem, necessariamente, que passar pelos três estádios.

<sup>276</sup>INDOVINA, F., *idem*, *ibidem*, p.37

Baseando-nos no trabalho deste grupo de estudiosos e projectistas de reconhecido mérito internacional, podemos caracterizar o emergente território da cidade difusa<sup>278</sup> pelo seguinte conjunto de fenómenos:

i) a presença do fenómeno da conurbação, a dispersão da edificação pela paisagem atravessada por uma densa rede de infra-estruturas, e a “distribuição” pelo vasto território de uma quota de população e de actividades equiparável à de uma “grande cidade”, constituem, numa primeira estratégia de observação, os indicadores da nova fenomenologia urbana<sup>279</sup>;

ii) uma *massa* consistente (de capital produtivo, de serviços, de população e de fluxos multi-direccionais) dispersa num vasto território cuja configuração espacial não dá, muitas vezes, lugar a fenómenos significativos de densidade e intensidade de tipo marcadamente urbano;

iii) uma alta conexão entre os distintos pontos do território apresentando estas ligações múltiplas de tipo horizontal, ou seja, uma rede diversa de infra-estruturas que garantem a possibilidade de uma elevada mobilidade. Neste sentido a cidade difusa, integrada no contexto das “velhas” e novas hierarquias territoriais, pressupõe uma organização espacial caracterizada por conexões horizontais<sup>280</sup> que lhe asseguram as inter-relações territoriais gerais;

iv) a fragmentação quer do território edificado quer dos espaços não edificados, responsável pela construção de uma complexa figura territorial ainda que frequentemente de qualidade e intensidade modestas;

v) multiplicidade de configurações espaciais que correspondem a distintas morfologias urbanas, territoriais: a «estrada-mercado», as antigas e novas centralidades e os espaços abertos intersticiais.

---

<sup>277</sup> BOERI, S. e LANZANI, A., “Gli orizzonti della città diffusa” in Casabella, num.588, Mondadori, Milão, 1992, pp.44-59; BOERI, S.; LANZANI, A., e MARINI, E., Il território che cambia. Ambienti, paesaggi e immagini della region milanese, Editrice Abitare Segesta, Milão, 1993; DETRAGIACHE, A., (coord.) Dalla città diffusa alla città diramada, Franco Angeli, Milão, 2002.

A nível nacional importa destacar o importante contributo do Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto através de inúmeros estudos e trabalhos coordenados, entre outros, pelos professores Nuno Portas e Álvaro Domingues.

<sup>278</sup> Indovina (ob. cit., 1990) chama a atenção para o facto de ser necessário distinguir os conceitos de urbanização difusa e de cidade difusa que correspondem, diz, a dois fenómenos que se apresentam completamente distintos, tanto em termos territoriais como no âmbito económico-social, constituindo estádios distintos de organização do espaço.

<sup>279</sup> BOERI, S., e LANZANI, A., ob. cit., 1992, p.45.

<sup>280</sup> Contrariamente à estrutura metropolitana tradicional que corresponde a um território fortemente hierarquizado caracterizado por conexões verticais que estabelecem a ligação através de linhas hierárquicas entre um centro (a grande cidade) e um conjunto de cidades satélites (pequenas e médias) disseminadas no território.

Uma das morfologias mais recorrentes da urbanização extensiva, à escala regional, corresponde aquilo que os referidos autores baptizaram como *strada mercato* – forma de urbanização linear ao longo de eixos viários preferenciais que reúne actividades comerciais e expositivas que não encontram espaço disponível na cidade compacta (discotecas, fast-food, concessionários de carros, etc.). A estrada-mercado oferece a estes usos o pouco que eles exigem: acesso, alguma rede de serviços e visibilidade. A falta de relação física e funcional entre os distintos “edifícios-montra” e a sua arquitectura-anúncio de “baixa” qualidade não impedem, no entanto, de transformar a estrada-mercado num elemento alternativo em termos sociais, comerciais e recreativos, relativamente a outras centralidades mais convencionais<sup>281</sup>.

Outra tipologia, característica da cidade difusa, de formação antiga ou recente, corresponde aos centros (“históricos” e periféricos, respectivamente) entendidos como lugares de aglomeração de funções e de produção de efeitos de polarização. As novas centralidades desenvolvem-se a partir dos nós de forte conexão entre as diferentes redes viárias e correspondem às intersecções dos eixos principais que estruturam a paisagem da cidade difusa, estando associados à condição policêntrica que a caracteriza.

Por último, a tipologia de espaços abertos completa o mosaico da nova condição urbana na qual constituem peças fundamentais, embora geralmente ignorados pelos processos de planeamento e ordenamento, por serem demasiados extensos (corredores fluviais, agro - sistemas tradicionais, matas, etc.) para se tornarem parques e jardins, ou demasiado reduzidos (espaços segmentados pela malha urbana) para continuarem a ter um uso agrícola compatível<sup>282</sup>. As qualidades e potencialidades próprias (económicas, culturais e ecológicas) que possuem obrigam, no entanto, à sua apreensão e consideração no contexto da descontinuidade formal e da pulverização dos espaços (edificado e não edificado) que caracterizam a cidade emergente e nova ordem paisagística;

vi) relacionada com as conotações socio-económicas da nova fenomenologia de organização espacial, com as tipologias sociais e os processos estruturantes, com a oferta de infra-estruturas e serviços, e com as novas hierarquias territoriais, surge uma questão crucial: a delimitação e a identificação do território da cidade difusa. Assim, e ao contrário da cidade compacta cujos limites, claros e precisos, são definidos pelas próprias fronteiras administrativas, na cidade difusa a solução dos limites administrativos não se adequa, sendo que neste caso verifica-se exactamente o processo inverso, ou seja, é a definição dos “limites” da cidade difusa que por uma lado permite determinar quais são as unidades

---

<sup>281</sup> BOERI, S., e LANZANI, A., ob. cit., 1992, p.51.

<sup>282</sup> *Idem*, p.53

administrativas a considerar no seu "interior" e, por outro, é determinante para a própria identificação do fenómeno<sup>283</sup>.

Ao constatar que a malha administrativa não coincide com os limites (móveis) do espaço urbanizado alargado e que neste sobrepõem-se diversas tutelas, especializadas e com níveis de decisão territorial sobrepostos, desarticulados e com desigual poder e recursos, Indovina<sup>284</sup> propõe um conjunto de variáveis analíticas a considerar (no âmbito da investigação a realizar em cada estudo de caso) no processo de delimitação e identificação do território da cidade difusa: a) os movimentos da população, a sua mobilidade e inter-relações, b) a localização e desenvolvimento das actividades produtivas e dos serviços às empresas, c) a localização dos serviços às populações, de tipo metropolitano e não metropolitano, d) a infra-estruturação e e) os modos ou estilos de vida e de consumo.

Através dos estudos e projectos dos vários autores italianos, por distintas vias disciplinares (desde a geografia à arquitectura ou à urbanística) e identificada em diferentes contextos territoriais (dos EUA ao Japão passando pela Europa), a cidade difusa (cidade dispersa, cidade de baixa densidade, conurbação, etc.) sem limites consolidados e estáveis; é hoje, unanimemente aceite como uma realidade incontornável, como um facto inegável, tanto ao nível do seu reconhecimento como da interpretação da sua dinâmica.

Neste âmbito, considerando o espaço europeu meridional (onde Portugal se insere) e embora as transformações territoriais adquiram características específicas em cada região urbana em função da (sua) paisagem e dos factores históricos e culturais relevantes, podemos resumir os processos e as formas que se estão produzindo e que são responsáveis pela configuração da cidade difusa emergente:

i) alterações nas dinâmicas convencionais do crescimento urbano em função do qual se produz um aumento de população e da sua disseminação em territórios cada vez mais dilatados, processo apoiado nas infra-estruturas, sistemas e tecnologias de mobilidade que constituem, muito possivelmente, o principal elemento de ruptura com a lógica de crescimento própria da ordem urbana anterior. O contexto alargado da urbanização difusa não constitui, no entanto, um padrão homogéneo cruzando-se nele tanto dinâmicas de sobre-aglomeração como de dispersão<sup>285</sup>, verificando-se, contudo, a dominância destas últimas;

---

<sup>283</sup> INDOVINA, F., ob. cit., 1990, pp.42-43.

<sup>284</sup> *Idem*, p.43.

<sup>285</sup> DOMINGUES, A., ob. cit., 2006, pp.17 e 30. No caso do território continental português este autor faz corresponder a dinâmicas e formas «genéricas» que se podem encontrar um pouco por todas as cidades, as seguintes formas de dispersão: a dispersão por concentrações contínuas; a dispersão linear ao longo de eixos preferenciais; a dispersão estruturada a partir da coalescência de antigos assentamentos periféricos; a dispersão por densificação e mistura funcional do território rural; a dispersão *ex-novo*, etc.

ii) a condição de fragmentação resulta da elevada diversificação das morfologias e tipologias dos tecidos edificados, da incompatibilidade de usos e funções, da “grandeza” dos vazios urbanos, dos espaços expectantes ou dos resíduos da matriz rural, mas também da preservação de espaços ecologicamente sensíveis (sistemas dunares, corredores fluviais, bosques, geo-monumentos, etc.) ou culturalmente significativos (agrossistemas tradicionais, sítios arqueológicos, etc.)<sup>286</sup>; relativamente a estes espaços observa-se a sua contínua, a sua permanente perda, simplificação e insularização, e a tendência à excessiva inertização dos espaços livres intervencionados;

iii) o elevado incremento dos fluxos de pessoas, mercadorias e informação que se reflecte no uso cada vez mais alargado e intensivo do território, consequência da dispersão territorial da residência, do trabalho, das funções comerciais, dos serviços, etc., apoiado na nova mobilidade (a crescente possibilidade de mobilidade individual) que dilata os factores de tempo/distância/esforço das comunicações de todo o tipo e multiplica as opções de localização das actividades de acordo com os modos e estilos de vida<sup>287</sup>;

iv) o aparecimento de novas localizações do terciário e dos grandes equipamentos (constituindo muitas vezes pólos especializados), próximos dos eixos de maior acessibilidade como elementos emergentes da nova paisagem da cidade difusa sobreposta às anteriores situações de aglomeração ou dispersão territorial, materializam a passagem da mono-centralidade ao policentrismo que caracteriza a nova condição urbana. Esta é marcada pela propensão em formar condensações de actividades diversificadas (junto a nós rodoviários de alta capacidade) que constituem novos sistemas de centralidades “em rede”, competitivas, mas também complementares; na nova situação a força principal é centrífuga no que diz respeito às produções materiais e aos serviços “banais” e centrípeta relativamente às funções de direcção e de governo (centros de governo da economia, das finanças, da cultura, da administração, da informação, etc.) constituindo, estas, os instrumentos de construção das novas hierarquias que, por um lado, reforçam as tradicionais (os centros das cidades) e, por outro lado, permitem a criação dos novos centros<sup>288</sup>.

Se, como ficou demonstrado, o conceito e o modelo de cidade difusa correspondem actualmente a uma realidade que não se pode negar ao nível do seu reconhecimento e da interpretação da sua dinâmica, o mesmo não sucede com as propostas de intervenção, de

---

<sup>286</sup>PORTAS, N., “De una ciudad a otra: perspectivas periféricas” em MARTÍN, A.R., (ed.) Lo urbano en 20 autores contemporaneos, Edicions UPC, Barcelona, 2004, pp.221-229.

<sup>287</sup>FONT, A., ob. cit., 2004, p.11 ; INDOVINA, F., ob. cit., 2004, p.25 ; PORTAS, N., ob. cit., 2004, p.227.

<sup>288</sup>FONT, A., ob. cit., 2004, p.11 ; INDOVINA, F., ob. cit., 2004, p.25 (nota de roda-pé 11) e p.41; PORTAS, N., ob. cit., 2004, p.228.

regulação e de qualificação desta nova realidade territorial emergente, que acabam por ser, efectivamente, menos consensuais.

De facto, ao nível de definição de políticas urbanas e territoriais e das suas aplicações, coerentes com a complexidade, a forma, a extensão territorial, a coesão funcional e a dinâmica da cidade difusa, permanece, ainda, um grande vazio e uma falta, generalizada, de consenso.

Para isso tem contribuído, em larga medida, a persistência da ideia de centro e de periferia, de cidade e de arredores, a insistência num modelo dualista que opõe a concentração à dispersão baseando-se na identificação pela negativa de que a cidade difusa é um antagonismo perverso da “boa forma urbana” conotada com a cidade histórica e, neste sentido, continua a definir-se e a pensar-se as políticas de requalificação urbana e paisagística tendo por base essa dicotomia, quando é hoje aceite, pelo contrário, que o dualismo centro – periferias, compactação – dispersão, se esgotou para dar lugar a situações muito mais complexas que, uma vez reconhecidas e interpretadas, exigem a articulação e gestão de ambas como partes indissociáveis de um todo interligado e interdependente.

A obrigatória compreensão do conjunto e a adopção de estratégias de reequilíbrio do novo mosaico urbano e paisagístico não se coaduna mais com visões sectoriais e localistas<sup>289</sup> que continuam a propor soluções para os territórios dispersos como se da cidade compacta se tratasse, na maioria das vezes através de intervenções pontuais de um urbanismo (de transformação, de qualificação, de preenchimento de vazios) por projectos (sejam de reabilitação de bairros sociais periféricos degradados, de parques urbanos, de frentes de água, de interfaces logísticos, etc.) desligados de um plano ou estratégia de conjunto.

Não significa, isto, que a nova “cidade-território” se venha a configurar por qualquer forma global ou homogeneidade de tecidos, mas sim e sobretudo pelas articulações, relações e conexões entre as distintas partes que a compõem e onde a conformação das relações em rede de fluxos e corredores e sistemas ecológicos, e a sustentabilidade, a prazo, da região urbana, constituem os principais desafios.

Neste sentido, e em face de uma realidade urbana e paisagística simultânea e paradoxalmente complexa e multiforme mas, também, simplificada e isomorfa, urge pensar e desenvolver políticas (e, portanto, o planeamento) de âmbito mais abrangente, que contemplem estratégias e o desenho de soluções, que não continuem a tomar falaciosamente a parte pelo todo (considerando a cidade antiga a “verdadeira” e a(s) outra(s)

---

<sup>289</sup> Isto não quer dizer que não se dê resposta a necessidades sectoriais ou locais urgentes através de acções concretas de planeamento e intervenção com capacidade estruturante.

o resto) mas sim a articulação das “duas” cidades e a adopção de uma nova visão de rede e reequilíbrio das potencialidades do conjunto<sup>290</sup>.

Nesta perspectiva, a superação do dualismo urbanístico instalado no território através da integração e articulação dos seus modelos – cidade compacta e cidade difusa – confrontando-os, sem eliminar ou privilegiar à partida qualquer dos tipos de urbanização em presença (ao contrário do que sucede habitualmente), requer o conhecimento do funcionamento físico e territorial e do comportamento do metabolismo urbano (conjunto de disfunções e conflitos criados), no pressuposto de que as cidades são ecossistemas interdependentes de outros sistemas que constituem o seu *hinterland* formando com este uma unidade indissociável.

Do ponto de vista da estratégia de conjunto, as disfunções, as potencialidades e as dualidades devem ser comparadas e confrontadas quer porque as questões do ambiente e da ecologia, da sustentabilidade ou da acessibilidade as “atravessam”, quer porque a avaliação das práticas e a construção de cenários alternativos para as políticas, os planos ou os projectos de intervenção (que sobre eles incidem) o exigem.

Através da análise já efectuada aos dois modelos de ocupação e organização espacial, podemos, simplificando, afirmar que na cidade compacta, no modelo anterior à explosão de cidade dominava uma lógica urbana de centrifugação, de continuidade, de densidade, de mobilidade reduzida, de definição precisa de centro e de limites, de relação simbiótica positiva entre a cidade e o território envolvente, enquanto que a cidade difusa, o modelo associado à explosão urbana se pode caracterizar, sucinta e genericamente, pela diversidade e complexidade de padrões de povoamento, pela ausência de limites claros e estáveis, pela descontinuidade do tecido edificado e rarefacção da densidade, pelo défice de infra-estruturação e de desenho urbano, por processos de alteração do uso do solo (consumo excessivo de espaço, fragmentação da paisagem, perda da diversidade biológica e cultural) e relação de menor equilíbrio com o ambiente e a região envolvente.

Por outro lado, a necessária simplificação da análise dos aspectos básicos de ambos modelos prende-se com o facto de não existirem na realidade em estado puro, correspondendo antes a dois pólos extremos entre os quais se pode encontrar cada forma urbana<sup>291</sup>.

---

<sup>290</sup>PORTAS, N.; DOMINGUES, A. e CABRAL, J., ob. cit., 2003, p.17.

<sup>291</sup>RUEDA, S., “City models: basic indicators” in *Quaderns d’arquitectura i urbanisme*, Col·legi d’Arquitectes de Catalunya, Barcelona, 2000, pp.25-32.

### 3.2.3. Avaliação comparativa do nível de organização e confrontação de ambos modelos.

Neste sentido, é possível, recorrendo a distintos autores<sup>292</sup>, proceder à comparação, à confrontação de ambos modelos (Quadro 2.1.), utilizando um conjunto de indicadores<sup>293</sup> que permitem “avaliar”, comparativamente, o nível de organização dos respectivos sistemas urbanos e os níveis de pressão que estes exercem sobre os ecossistemas naturais quer por exploração, quer por impacte.

Quadro 3.1. – Comparação entre os modelos de cidade compacta e cidade difusa

INDICADORES	MANUTENÇÃO / AUMENTO DA ORGANIZAÇÃO SISTEMA URBANO		MODELO DE CIDADE COMPACTA	MODELO DE CIDADE DIFUSA	
	NÍVEL	CAUSA	NÍVEL	CAUSA	
Sociais	Complexidade	>	Mistura de usos e funções, maior diversidade de relações de interacção entre as populações, actividades e instituições, e maior diversidade de portadores de informação em todas as partes do Sistema Urbano.	<	Segregação espacial dos usos e funções, as partes do sistema urbano simplificam-se e em cada uma delas só contactam os portadores de informação de características similares.
	Compacidade e proximidade	>	A contenção espacial promove a proximidade física, funcional e social; a concentração da edificação origina tecidos urbanos densos.	<	A dilatação dos limites proporciona urbanizações de baixa densidade e a dispersão de usos e funções.
	Coesão social A cidade é equitativa, pluralista e integrada, diversificada e coesa.	>	Maior estabilidade social derivada de um forte sentimento de comunidade, resultado da mistura de pessoas e famílias, económica e socialmente diferentes.	<	Elevado grau de fragmentação e segregação social; divisão de grupos por distintos estilos de vida e modelos de consumo. A sociabilidade de vizinhança é substituída por uma outra, dispersa, organizada por afinidades.
Qualidade Ambiente Urbano	Poluição atmosférica	<	O uso mais intenso do tecido urbano determina níveis de emissão e poluição superiores.	<	A dispersão e separação de actividades permite obter níveis de emissão e poluição menores.
	Poluição hídrica	<	Os níveis de contaminação (física e química) dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) são localmente elevados.	<>	A dispersão dos usos e actividades permite obter níveis de poluição hídrica menores; a degradação do “ecossistema fluvial”, devido à artificialização da maioria dos rios/ribeiras é, no entanto, superior.
	Poluição sonora	<	A concentração e o congestionamento do tráfego rodoviário provoca níveis de ruído superiores.	<>	Dependendo dos tecidos urbanos, os níveis de ruído podem ser menores, idênticos ou superiores.
	Espaço Público	>	O sistema de espaços públicos tradicionais (a rua, a praça e o jardim) constitui o espaço de estadia e convívio, por excelência.	<	O espaço público é substituído por espaços privados e/ou semi-públicos em grandes equipamentos urbanos, desportivos, comerciais, de transporte, etc..

(continua)

<sup>292</sup> BREHENY, M., “The contradictions of the compact city, a review” em BREHENY, M., (ed.) *Sustainable Development and Urban Form*, Pion Limited, Londres, 1992, pp.138-159; CAMAGNI, R., *et al.*, *I costi collettivi della città dispersa*, Alinea Editrice, Milão, 2002; CHALAS, Y., *Les figures de la Ville Émergente*; FREY, H., *Designing the City. Towards a more Sustainable Urban Form*; E&FN Spon; Londres, 1999; *Achieving sustainable Urban Form*, E&FN Spon, Londres, 2000; JENKS, M., *et al.*, (eds.) *The Compact City- a sustainable Urban Form*, E&FN Spon, Londres, 1996; RUEDA, S., *ob. cit.*, 2000.

<sup>293</sup> Apesar da discussão continuar em aberto sobre a diversidade de tipos, o grau de objectividade, a relevância e significância dos indicadores, reconhece-se a sua importância como instrumento o funcionamento ambiental (consumos energéticos, usos de materiais, de água, de solo, etc.). Esta temática será desenvolvida, como ferramenta indispensável para medir e prever possíveis impactos das actividades humanas e, neste sentido, para orientar as políticas económicas, sociais, urbanas e ambientais. Os indicadores de sustentabilidade para as cidades utilizados para analisar a organização dos sistemas urbanos relativos a cada um dos modelos (cidade compacta e cidade difusa) e as interacções entre aqueles sistemas e o ambiente, relacionaram a estrutura urbana (densidade de população, concentração e complexidade, etc.), a qualidade do ambiente na cidade (qualidade do ar, ruído, congestionamento do tráfego, etc.) e mais à frente neste trabalho.

		MODELO DE CIDADE COMPACTA		MODELO DE CIDADE DIFUSA	
INDICADORES	PRESSÃO SOBRE ECOSISTEMAS NATURAIS POR EXPLORAÇÃO	NÍVEL	CAUSA	NÍVEL	CAUSA
Consumo de materiais	Para a construção e manutenção da cidade	<	Predomínio de economias de escala no que diz respeito ao uso dos recursos e do território; a proximidade entre usos e funções pressupõe um menor consumo de materiais; a superfície edificada por habitante é menor e a sua manutenção também.	>	A dispersão do edificado e das infra-estruturas promove um maior consumo de materiais; a superfície edificada por habitante é superior; tipologia edificada com maior manutenção.
Consumo de energia	Em relação à construção e gestão da cidade.	<	Tecidos urbanos densos e concentrados proporcionam gastos energéticos menores.	>	A urbanização de baixa densidade e as tipologias edificadas unifamiliares promovem o aumento do consumo energético.
	Em relação ao modelo de mobilidade.	<	A mobilidade, sendo um complemento da sedentariedade, consiste em deslocações a pé, de bicicleta, ou de transporte público.		O modelo de mobilidade baseia-se no automóvel privado, o que provoca consumos de energia superiores.
	Em relação aos serviços.	<	A proximidade das redes assegura consumos de energia menores.		A dispersão das redes faz aumentar o consumo de energia.
Consumo de água	Em relação às tipologias dos edifícios.	<	Na habitação plurifamiliar o consumo de água é menor.	>	Em moradias unifamiliares com jardim e piscina o consumo de água é superior.
INDICADORES	PRESSÃO SOBRE ECOSISTEMAS NATURAIS POR IMPACTE	NÍVEL	CAUSA	NÍVEL	CAUSA
Consumo de solo	Consumo e perda de solo fértil.	<	A cidade e o campo constituem um todo espacial; a compacidade urbana contribui para a preservação dos sistemas agrícolas e naturais.	>	A "explosão" da cidade, mesmo sem crescimento demográfico, ocupa e degrada áreas cada vez maiores.
Preservação versus Degradação da paisagem	Perda de diversidade biológica e cultural.	<	Conservação da estrutura agro-silvo-pastoril e dos mosaicos culturais; preservação das estruturas ecológica e cultural.	>	Fragmentação e insularização dos ecossistemas naturais e rurais motivada pela dispersão dos espaços edificados e pela expansão das infra-estruturas de mobilidade.
	Alteração do ciclo hidrológico (perda da capacidade de infiltração e aumento do escoamento).	= <	O grau de contaminação que introduz no ciclo hidrológico global é similar; conservação das áreas de infiltração e dos leitos de cheia.	= >	Impedimento das áreas de infiltração, entre outras, e encanamento das linhas de drenagem natural.
Qualidade do ar	Emissão de gases com efeito de estufa.	<	O menor consumo energético determina uma emissão de gases inferior.	>	Um maior consumo energético é responsável por uma emissão de gases superior.
	Emissão de poluentes atmosféricos.	<	Um menor consumo de energia e uma acessibilidade mais racional reduzem a emissão de partículas poluentes.	>	Devido ao modelo de mobilidade e ao modelo energético, a emissão de poluentes é superior.

A informação precedente e a leitura do Quadro anterior permitem-nos reter algumas considerações importantes:

i) a cidade compacta e a cidade difusa correspondem a modelos de organização e gestão territorial antagónicos mas não excludentes, antes complementares, entre outras pelas seguintes razões:

- os processos de dispersão da edificação (destinada maioritariamente à habitação mas também à produção e aos serviços) são consequência, entre outros, dos problemas e das limitações da cidade compacta tradicional, em que o congestionamento do tráfego, o ruído, a fraca qualidade do ar, a falta de privacidade e o controlo social, associado aos elevados

preços dos produtos imobiliários em geral e à escassez de uma oferta de habitação condizente com os novos padrões de consumo (moradia unifamiliar com jardim) são alguns dos motivos (para além da deslocalização do emprego) que determinam a procura de um habitat diferente ao que oferece a cidade antiga;

- a crescente difusão urbana não se produz em detrimento da cidade convencional nem anuncia a “morte” do modelo pré-existente pois continua a depender de um conjunto de actividades terciárias fundamentais (as especializadas, as mais directamente relacionadas com as funções de capitalidade, etc.) que continuam a necessitar de condições de concentração e condensação urbana, ou seja, da cidade compacta, complementando-se;

- neste sentido, os processos de ocupação difusa do território estão ligados às contradições que a cidade compacta produz, pois esta se, por um lado, exalta as vantagens derivadas da concentração (de população, de capacidade produtiva, de serviços, etc.), por outro lado, exagera os efeitos negativos da densidade, do congestionamento, da baixa qualidade ambiental, etc.<sup>294</sup>;

ii) face quer à condição de complementaridade e de inter-dependência que se verifica entre os dois modelos, quer às vantagens e desvantagens que cada um deles apresenta e, ainda, à estratégia de intervenção a adoptar baseada na articulação das “duas cidades”, não podemos, ou melhor, não devemos privilegiar a primeira conotando-a com a “cidade com qualidade” em detrimento da segunda associando-a, negativamente à cidade “sem modelo”, sem qualidade;

iii) no entanto, os indicadores urbanos de ocupação do território utilizados no confronto directo cidade compacta – cidade difusa apontam para os seguintes resultados: o consumo de energia<sup>295</sup> e de recursos utilizados na manutenção/aumento da organização (complexidade) urbana é superior na cidade difusa, assim como o consumo de solo e o nível de degradação da paisagem (ecossistemas naturais e rurais); o mesmo sucede com as

---

<sup>294</sup> INDOVINA, F., “The metropolisation of the territory. New territorial hierarchies” em FONT, A., (ed.) *The Exploitation of the City*, COAC, Barcelona, 2004, pp.20-47.

<sup>295</sup> Sobre o consumo de energia associado ao modelo de mobilidade multi-direccional próprio da dispersão urbana Peter Hall (“Megaciudades, Ciudades Mundiales y Ciudades Globales (1997) em MARTÍN, A., ob. cit., 2004, pp.117-132) confronta resultados obtidos por grupos de investigadores distintos. De um lado estão Peter Newman e Jeffrey Kenworthy que consideram que no modelo de cidade difusa o consumo de energia é substancialmente mais elevado que no modelo de cidade contínua e, no outro lado, estão Peter Gordon e Harry Richardson que, baseando-se no facto do emprego acompanhar a deslocalização da residência para fora da cidade, defendem que o processo se auto-equilibra, sendo o consumo entre os dois modelos, é idêntico. Peter Hall, por seu lado, relacionado a densidade quer com o transporte público quer com o privado, parece dar razão ao primeiro ponto de vista, ou seja, o consumo de energia associado ao tráfego rodoviário é superior no caso do modelo difuso de ocupação espacial.

emissões de poluentes que ambos modelos “projectam” sobre os referidos sistemas, devido aos tipos de mobilidade, de edificação e de serviços associados a cada um deles<sup>296</sup>.

iv) por último, considera-se que os actuais processos de dispersão, geralmente deficitários em infra-estruturas imprescindíveis (viárias, transporte público e outros serviços urbanos, equipamentos, espaços livres, etc.), produzem externalidades negativas a que se somam elevados custos económicos, paisagísticos e ambientais, derivados do elevado consumo de espaço e de energia, modernização da rede viária e custos de outras infra-estruturas, argumentos que no seu conjunto recomendam que a dinâmica de dispersão urbana seja ordenada e integrada, pois, como afirma Indovina<sup>297</sup>, a “imagem-de-marca” dos novos mosaicos urbanos e territoriais corresponde a uma forte integração num contexto de dispersão.

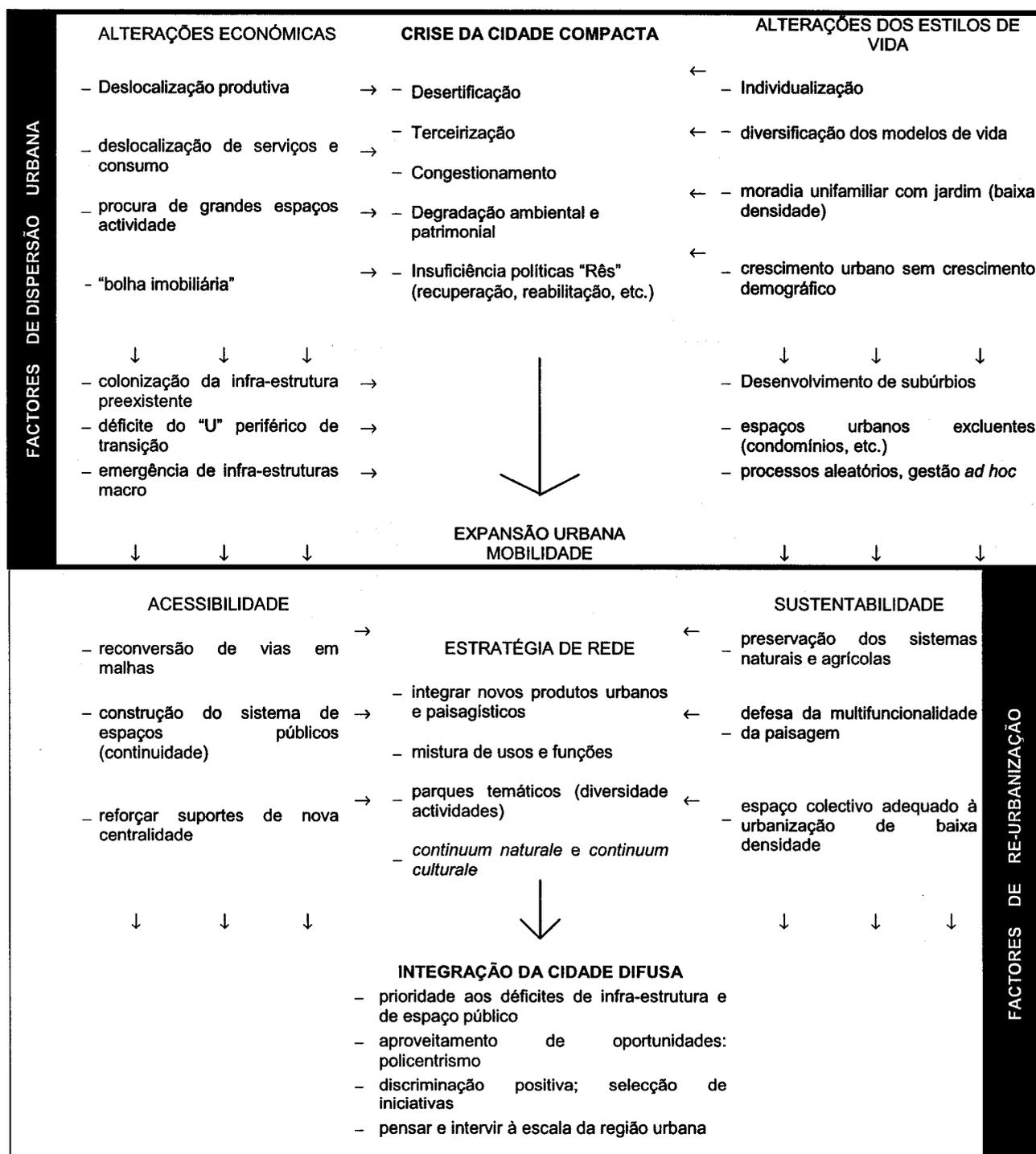
A relação de complementaridade e inter-dependência existente entre os modelos de ocupação e organização territorial analisados, e a necessidade de intervenção tendo em vista a articulação entre ambos e a sua integração no espaço regional onde se inserem, pode ser expresso gráfica e sucintamente, do seguinte modo:

---

<sup>296</sup>RUEDA, S., ob. cit, 2000, p.28.

<sup>297</sup>INDOVINA, F., ob. cit., em MARTÍN, A., ., 2004, p37.

Quadro 3.2. Factores de dispersão e de “re-urbanização”. Da crise da cidade compacta à integração da cidade difusa



Fonte: adaptado de PORTAS, N., 2004, pp.221-229

Três paisagens distintas: cidade compacta, cidade difusa e cenários em rede, constituem, enquanto camadas sobrepostas e inter-actantes, a estrutura espacial resultante da cidade contemporânea. Esta, devido à progressiva ocupação do território a partir da construção de

espaços contíguos ao aglomerado urbano pré-existente ou em áreas afastadas deste, e suportada por um conjunto diversificado de redes, apresenta hoje uma dimensão regional.

### 3.3. Cidade-região.

O conceito de cidade-região na perspectiva da interpretação e intervenção nos territórios urbanos contemporâneos.

A nova condição urbana (seja mais ou menos contínua ou dispersa, mas em rede) alimenta-se de relações, mais ou menos intensas entre espaços edificados e densos, espaços rurais e naturais embora infra-estruturados e espaços de transição entre uns e outros, exigindo considerar-se o seu funcionamento num contexto ecológico e cultural mais amplo, obrigando a manterem-se tais espaços em conjunto na análise actual da cidade e na sua construção.

A emergência de uma nova esfera de intervenção ao nível das relações entre as cidades e entre estas e a sua região, tornando necessário pensar e intervir não só a uma escala local mas, sobretudo, à escala regional<sup>298</sup>, está materializada na ideia de cidade-região na perspectiva da interpretação e intervenção nos novos territórios urbanos.

O termo cidade-região surge, pela primeira vez, na obra de Patrick Geddes «Cities in evolution» de 1915<sup>299</sup> com o objectivo de traduzir uma nova configuração urbana resultante da transformação das cidades. Ao constatar que favorecidas pela produção em grande escala da energia eléctrica e pela tecnologia do transporte, as cidades se expandem e dispersam pelo território ao longo das rodovias e ferrovias, provocando, em última análise, a sua aproximação e fusão, o autor britânico propõe as noções de cidade-região e conurbação para designar o fenómeno urbano emergente.

Aceita, deste modo, o crescimento da cidade que pode perder os seus limites e expandir-se no território passando a urbanização extensiva da cidade-região a ser estruturada pelos novos sistemas produtivos e de comunicação e, neste sentido, como assinala Pavia<sup>300</sup>, a sua atenção centra-se nas redes e nos fluxos, o que constitui, segundo este autor, um avanço conceptual de grande alcance. Para ele concorre também o facto de Geddes, ao assumir o crescimento da metrópole como um dado importante da nova condição urbana, ter como objectivo orientar o desenvolvimento da cidade através da análise dos seus factores, a previsão dos seus impactes no ambiente e o recurso às inovações científicas e à técnica.

---

<sup>298</sup> REES, W. e WACKERNAGEL, M., "Urban Ecological Footprints: why cities cannot be sustainable and why they are a key to sustainability" em *Environmental Impact Assessment Review*, 16, 1996, pp.223-248.

<sup>299</sup> GEDDES, P., *Ciudades en evolución (Cities in evolution: na introduction to the town planning movement and to the study of cities*, Williams and Norgate, Londres, 1915), Infinito, Buenos Aires, 1960, p.178.

<sup>300</sup> PAVIA, R., "El miedo al crecimiento urbano" (1996) em MARTÍN, A., ob. cit., 2004, 105-115.

Adoptando o pensamento de Geddes e face à evidência da nova realidade urbana e territorial, Lewis Mumford<sup>301</sup> faz evoluir a ideia de cidade-região concebendo-a, num quadro territorialmente alargado, como uma rede regional aberta que compreende e integra cidades de diversa dimensão com o objectivo de estruturar um sistema inter-dependente, mais vasto, considerando que o reequilíbrio ambiental e funcional da cidade só será possível à escala regional: cidade e campo são um todo único onde se verifica a manutenção da complexidade e da diversidade ecológica e se alcança um novo tipo de equilíbrio ecológico dinâmico e uma íntima cooperação social.

A noção holística e integradora de cidade-região, tal como é entendida actualmente, foi proposta, no entanto, por Giancarlo de Carlo em 1962 num Seminário realizado em Stresa (Itália) sob sua direcção, intitulado “A nova dimensão da cidade: a cidade-região”.

Desenvolvido e aplicado no estudo, análise e definição de estratégias de intervenção em conurbações e territórios urbanos de maior desenvolvimento, o conceito de cidade-região constitui uma das elaborações mais interessantes então propostas e, o que é mais importante, constitui uma visão antecipada dos fenómenos que se manifestariam plenamente e de forma generalizada mais de trinta anos depois<sup>302</sup>, ou seja, a partir da última década do século XX, transformando-o num conceito de extrema contemporaneidade e utilidade quer na análise e interpretação, quer na intervenção nos territórios urbanos emergentes.

Na definição original do conceito, De Carlo considera a cidade-região como uma relação dinâmica que substitui a condição estática da cidade convencional, configurando-se como o lugar de situações em constante mutação onde cada parte se articula com as outras, no âmbito de uma relação que muda em cada fase do desenvolvimento: a interpretação dos fenómenos e as intervenções têm de ser necessariamente globais e flexíveis (elásticas), acrescentando que, conseqüentemente, a cidade-região se caracteriza por uma multiplicidade de interesses que se difundem por todo o território num estado de permanente dinamismo<sup>303</sup>.

A formulação desta nova ideia de cidade (-região), contrária ao modelo espacial da utopia e ao modelo da urbanística progressista, ambos estáticos, fixos e eternos<sup>304</sup>, considera a paisagem como um sistema intensamente inter-relacionado e inter-conectado, como um mosaico complexo composto por uma mistura de usos urbanos e usos rurais, estruturado pelas novas redes tecnológicas (infra-estruturas de transporte e de comunicação, etc.) e ecológicas (contínuas e activas), transitando-se do estatismo da cidade pré-existente para a

---

<sup>301</sup> MUMFORD, L., *The City in History*, Chicago, 1961, p.424.

<sup>302</sup> INDOVINA, F., ob. cit. (1992) em MARTÍN, A., ob. cit., 2004, p.27.

<sup>303</sup> DE CARLO, G., cit. em INDOVINA, F., ob. cit. em MARTÍN, A., ob. cit., 2004, p.27.

<sup>304</sup> PAVIA, R., “El miedo al crecimiento urbano” (1996) em MARTÍN, A., ob. cit., 2004, pp.105-115.

mobilidade e a conectividade do organismo vivo, do ecossistema global que é a cidade-região.

No âmbito deste conceito, e face à problemática da cidade difusa, descontínua e grande consumidora de espaço e de recursos (e que tem provocado inúmeros impactos (negativos) espaciais, ambientais e sociais na paisagem), a sua compreensão e superação requer a consideração da perspectiva regional na relação entre as cidades – organização em rede – e entre estas e o seu *hinterland*, uma vez que o espaço urbano e o espaço rural são mutuamente dependentes, sendo para isso necessário compreender que a(s) cidade(s) se insere(m) numa região urbana cujos recursos naturais e culturais disponíveis condicionam a sua evolução, e fundamental integrar em estratégias de desenvolvimento territorial (considerando as escalas local e regional) o dinamismo, a complexidade, a diversidade e a multi-funcionalidade da paisagem.

É este cenário urbano e paisagístico, complexo, extenso e globalizante, constituído de uma multiplicidade de espaços urbanizados, heterogéneos, cada vez mais articulados e contínuos e onde a diversidade – morfológica, ecológica e cultural – e o funcionamento dinâmico dos sistemas sociais (a facilidade de deslocação, de comunicação e de informação no interior destes territórios), dos sistemas naturais e dos agrossistemas tradicionais se realiza ininterruptamente, que a ideia de cidade-região explica e propõe como “modelo de intervenção”.

Ideia que o professor Ribeiro Telles, associando-a ao conceito de paisagem global, tem defendido na perspectiva da interpretação e intervenção na(s) cidade(s) e na região da sua influência. Assim, e face a uma cidade cada vez mais regional quanto à sua extensão e plural (simultaneamente compacta, difusa e em rede, onde se incluem espaços rurais e naturais) quanto à sua forma física, o conceito de cidade-região constitui, ao mesmo tempo, uma constatação – demonstrada pela sua capacidade efectiva de compreensão e sistematização do modelo contemporâneo de organização e gestão territorial pelas comunidades humanas e as suas relações com a matriz biofísica e os mosaicos culturais – e uma estratégia de intervenção no território, preconizando um tipo de urbanismo de base sistémica que promove a articulação entre os espaços urbano, rural e natural e, a permanência das estruturas fundamentais da paisagem (estruturas ecológica e cultural, e estruturas da mobilidade), desempenhando os espaços não-edificados um papel preponderante nas novas configurações e imagéticas urbanas e territoriais.

Nesta perspectiva, e face à actual dimensão regional das cidades e à sua compreensão no âmbito da noção holística de cidade-região como um sistema complexo e dinâmico que integra tanto os espaços urbanos, como os rurais e as relações que se estabelecem entre

ambos, Telles<sup>305</sup> constata que o restabelecimento da conexão entre as áreas urbanas e a paisagem rural, ou seja, o restabelecimento da unidade cidade – campo, resultante de um longo processo de humanização, é de evidente oportunidade porque respeita a diversidade e o funcionamento dos sistemas ecológicos de que a cidade nunca poderá estar desligada, razões, pelas quais, acrescenta, se deve substituir um urbanismo funcionalista de base zonada por um urbanismo de base sistémica onde os ecossistemas naturais e os sistemas agro-silvo-pastoris se articulam com o fâcies edificado da cidade, concluindo em forma de proposta que “(...)é esta a diversidade espacial que hoje deve presidir à cidade-região(...)”.

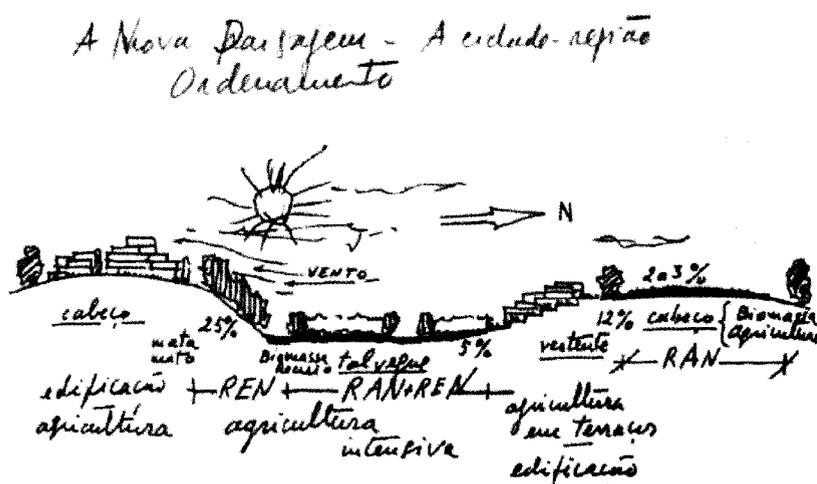


Fig. 3.2. Paisagem global e cidade-região

Fonte: TELLES, G.R., 2003, p.111

A cidade-região apresentará, então, uma estrutura conceptual forte, coesa e aberta que integrando o *continuum naturale* e o *continuum culturale*<sup>306</sup> a transforma em organismo cujo desenvolvimento se baseia no equilíbrio e na dinâmica dos processos naturais como contraposição ao estatismo próprio dos artefactos.

Visão adoptada e ensaiada por McHarg no modelo de interpretação e intervenção que aplicou à paisagem urbanizada de Minneapolis e St. Paul (1969), e Denver (1972) sob a

<sup>305</sup>TELLES, G.R., “A Cidade e a Paisagem Global do século XXI” em CAETANO, J.O., A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2003, pp.332-340.

<sup>306</sup>De acordo com Telles (ob. cit., 2003, p.344) entende-se por *continuum naturale* o “...sistema contínuo que permite o funcionamento e o desenvolvimento dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas, através de estruturas que garantem a presença da Natureza e da vida silvestre, a diversidade do potencial genético (biodiversidade), a circulação natural da água e do ar, a regulação das brisas, a protecção do vento e a estabilidade física do território...”. Por sua vez, o *continuum culturale* é definido como o sistema contínuo de espaços e elementos culturalmente significativos, que o Homem construiu interpretando o meio de modo a que este lhe fosse útil, quer de âmbito urbano e arquitectónico: centros históricos, conjuntos urbanos tradicionais, valores culturais representativos da arte paisagista e dos jardins, quer de âmbito rural e natural: matas, agrossistemas tradicionais, ocorrências biológicas e geológicas. Por corresponderem a espaços e elementos que para além do interesse cultural que encerram terem acrescido um valor ecológico intrínseco, podem integrar simultaneamente o *continuum naturale* e o *continuum culturale* sendo que “(...) só no entendimento destes dois contínuos (...) se poderá encontrar a posição correcta em relação ao Homem, que queremos servir (...)” (CALDEIRA CABRAL, F., ob. cit., 1982, pp.35-54.

formulação de “um plano estratégico simples para o homem e a natureza” baseando-se quer na consideração da cidade e do campo como dois bens indispensáveis, diferentes e complementares, quer na concepção mais ampla de processo natural para o desenvolvimento urbano e a distribuição do sistema de espaços não-edificados, através da inter-penetração, de forma radial, da cidade e do seu *hinterland*<sup>307</sup>; proposta que pretende obter a máxima superfície de contacto entre edificação e natureza, e promover a continuidade ecológica e cultural e dos espaços de circulação, nos quais os movimentos, de todo o tipo, são tão importantes como a comunicação simbólica e visual, que expressa a escala regional da cidade.

Concepção idêntica é formulada, anos mais tarde, por Christopher Alexander na sua proposta da *linguagem dos padrões* na observação e actuação na unidade cidade – campo, baseada numa estrutura alternada de “dedos urbanos e dedos rurais” entrelaçados<sup>308</sup>, que o *Finger Plan* para o planeamento da região urbana de Copenhaga já havia idealizado no final da primeira metade do século XX, e que, de certa forma, é de novo ensaiado, já neste milénio, por Richard Forman, na sua proposta para o mosaico paisagístico para a região metropolitana de Barcelona (que se aborda no capítulo 5).

Perpassando a teoria e a *praxis* urbanística ao longo das últimas décadas sem, no entanto, se ter generalizado como prática e modelo a seguir, a ideia de cidade-região ganha uma extrema actualidade uma vez que a ênfase posta nas possibilidades da paisagem global como conceito integrador, pressupõe um novo modelo de intervenção que, contemplando os complexos sistemas de relações entre as escalas de intervenção, se baseia numa estratégia clara referida a um conceito forte e a um projecto de imagem global que expressam a dinâmica da sociedade e cultura territorial, que abrange tanto os valores como as actividades quer da cidade, quer do campo.

Traduzida por um conjunto de relações dinâmicas, de interacções entre espaços (urbanos, rurais, de transição) e entre partes (centros, bairros, periferias), e de situações de inter-penetração – inter-comunicação, a cidade (região) precisa cada vez mais de arquitectura da paisagem onde o sistema de espaços não-edificados como suporte da estrutura fundamental da paisagem cumpre a função estruturante de condutor arquitectónico e ambiental, e o sistema de mobilidade se considera um elemento primário-chave de continuidade regional.

Face à mudança de escala da área do urbano, não apenas no espaço – distribuição do edificado sob formas mais homogéneas ou mais complexas por vastos territórios – mas também no tempo – diminuição do tempo / distância e uma maior facilidade de comunicação e de informação – deparamo-nos, hoje, com a necessidade, quanto aos objectivos e

---

<sup>307</sup> McHARG, I., *Design with Nature*, John Wiley & sons, Inc., Nova Iorque, pp.2 e 65.

<sup>308</sup> ALEXANDER, C., *Un lenguaje de patrones*, Gustavo Gili, Barcelona, 1980. Nesta estrutura alternada os “dedos urbanos” teriam um comprimento máximo de 1,6 km e os corredores verdes pelo menos a mesma distância.

métodos que convenham à actuação nesta nova escala, de dar estrutura e forma na organização e inter-dependência de sequências de conjuntos de edifícios e de espaços vazios de edificação, num território cada vez mais amplo, ocupado pela cidade-região, onde a complexidade e a diversidade – morfológica, ecológica, cultural – e o funcionamento dinâmico e contínuo dos ecossistemas e agrossistemas garante a estabilidade física e a sustentabilidade ambiental da paisagem, e a perpetuidade da qualidade vida das populações.

Neste sentido, o desenvolvimento urbano e territorial baseado no conceito e no modelo de cidade-região considera (contrariamente ao urbanismo convencional baseado na dispersão da edificação e na máxima volumetria a construir) quer a morfologia da paisagem e os sistemas ecológicos, indispensáveis à sustentabilidade do espaço, quer os valores culturais e patrimoniais das paisagens tradicionais que, sabiamente, integram o tecido urbano, o subúrbio e o campo.

A metodologia e a estratégia de “arquitectar a paisagem “ à escala da nova dimensão territorial da cidade implica o (re)desenho e a reconstrução do organismo antes desmembrado (cidade difusa), possibilitando o seu reencaixe, reabsorvendo as suturas e, deste modo, promovendo o seu aparecimento (e configuração) com a força de uma expressão de unidade que, baseada no respeito por todas as características e condicionantes físicas, ecológicas e culturais do território, se afirma na vasta região em que influi.

No prefácio da obra de Nuno Portas intitulada «*a cidade como arquitectura*», editada em 1969 e oportunamente reeditada em 2007, Fernando Távora define cidade-região como o quadro físico do Homem no seu grau mais complexo, implicando neste conceito, por complementaridade e inter-dependência, o do próprio campo que fornece o espaço e elementos materiais e espirituais para o seu desenvolvimento e subsistência, e dela recebe, simultaneamente, importante contributo para o seu espírito e o seu corpo, destruindo assim a dicotomia cidade – campo que se afirma cada vez mais fortemente como um quadro único. Enunciado que, quatro décadas depois, consideramos de plena actualidade como ideia para o modelo contemporâneo de organização e gestão espacial, no sentido em que, baseando-se na maior complexidade paisagística e social da nova realidade, e nas relações territoriais em rede, de acentuada mobilidade e menor hierarquia (que “afectam” não só a esfera da produção mas também dos serviços, das actividades culturais e de lazer, o património paisagístico, etc.), pressupõe um sistema eficiente no uso dos recursos espaciais e dos recursos ambientais e económicos, e um sistema eficaz de resposta às necessidades da sociedade (famílias, empresas, etc.) sob um critério de ordenamento dos usos do solo e redistribuição dos recursos que permitem a sustentabilidade ambiental e a equidade social.

Face ao actual paradigma fenomenológico: uma região urbana polifacética que evidencia múltiplas configurações e morfologias tanto no que diz respeito à composição, estruturação e organização social como em relação à fenomenologia dos espaços que a constituem – múltiplos territórios e múltiplas formas de urbanização entrelaçadas por redes de infra-estruturas diversas dentro de uma cidade de cidades –, o conceito de cidade-região, demonstrando, uma capacidade efectiva de análise e compreensão, constitui, ao mesmo tempo, uma estratégia de intervenção no território que, utilizando o novo desenho urbano de base sistémica, promove a coesão da paisagem global através da permanência das suas estruturas fundamentais (ecológica, cultural e patrimonial, edificada e de mobilidade), contribuindo para a integração de estruturas e elementos patrimoniais (de origem natural e cultural) na cidade e para o desenvolvimento de uma nova concepção de património mais inclusiva e abrangente.

#### 4. PATRIMÓNIO

Contributos para a análise etimológica e conceptual da noção de património.

A tomada de consciência de crise da disciplina urbanística convencional e do actual modelo de desenvolvimento social e económico, responsáveis, nas últimas três décadas, pelo crescimento urbano arbitrário grande consumidor de sistemas e recursos naturais, e pelo conjunto de problemas ambientais, “obrigou” à reivindicação de um novo modelo de desenvolvimento territorial e urbano mais atento aos valores patrimoniais, num sentido amplo, e à incorporação de novas acepções sobre os conceitos de paisagem, cidade e património.

Nesta perspectiva, iniciou-se um processo de reflexão sobre a utilização racional e a rentabilização dos recursos sociais, económicos e ambientais, existentes, processo que ficou marcado de modo significativo pela evolução da noção de património entendido como uma herança, como um legado que deve preservar-se, valorizar-se e incorporar-se, activa e dinamicamente, nos futuros processos de desenvolvimento, sob critérios de sustentabilidade.

Por outro lado, o conceito de património tem sido um tema muito debatido quer no direito civil que o associa à pessoa, sendo a titularidade um elemento essencial na sua análise, quer no direito público que configura o património como aquele conjunto de bens cuja titularidade corresponde a uma administração pública. É, pois, sobre esta base conceptual,

concebido como domínio e bem público, não enquanto à sua propriedade mas no que diz respeito à sua fruição, que se apoia toda a doutrina actual do património<sup>309</sup>.

Sendo este o contexto geral em que se inscreve o importante debate disciplinar actual em torno da definição e delimitação da noção de património, pretendemos contribuir, deste modo, para a análise da sua evolução terminológica e conceptual sem perder de vista a sua relação com o ordenamento e planeamento paisagístico.

Por ter uma dimensão poliédrica o conceito de património é, tal como o de paisagem, complexo e polissémico adquirindo distintos significados ao longo do tempo. A concepção de património tem estado sujeita, historicamente, a diferentes delimitações segundo o momento ou época que se considere.

A análise etimológica indica-nos que o sentido original do termo é do latim *patrimonium*<sup>310</sup> e refere-se ao conjunto de pertences, aos bens de família, remetendo para a ideia de herança que se manifesta na continuidade pela transferência de uma posse.

Neste primeiro sentido, o "(...) *Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (...)*"<sup>311</sup>.

Recorrendo ainda a palavras de Choay (na mesma obra e página) "(...) *Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente (...)*, o conceito de património "(...) *é o revelador, negligenciado e, contudo, incontestável, de um estado da sociedade e das questões que nela existem (...)*".

É nesta perspectiva que, já no século XIX e, face aos dinâmicos processos de transformação vinculados com a reforma urbana de algumas cidades europeias apoiada na substituição dos tecidos mais antigos (o que pressupõe um corte radical respeito ao passado), que se verifica que é esta consciência de ruptura e descontinuidade a que suscita o aparecimento de uma cultura da preservação que procura manter a memória do passado comum, convertido em referência cultural da própria sociedade moderna<sup>312</sup>.

É este paradoxo da cultura modernista, que por um lado destrói e substitui as estruturas e os elementos das sociedades pré-existentes e, por outro, aposta na preservação de outras manifestações (dessas mesmas sociedades) em processo de desaparecimento, que caracteriza o desenvolvimento daquilo que se pode chamar «cultura do património»: uma cultura que incorpora a preservação do passado como um símbolo da sua própria modernidade<sup>313</sup>.

---

<sup>309</sup> HERNÁNDEZ, F.F., *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Ediciones trea, Gijón, 2002, pp.168 e 170.

<sup>310</sup> MACHADO, J.P., *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977, p.323.

<sup>311</sup> CHOAY, F., *L'Allégorie du Patrimoine*, Éditions du Seuil, Paris, 1992, p.9.

<sup>312</sup> ROSS, M., *Planning and Heritage*, E.F.N.Spon, Londres, 1991, p.5.

<sup>313</sup> VALCÁRCEL, J.O., *ob. cit.*, 2000, p.33.

Neste contexto, podemos intuir que as origens desta cultura da conservação traduzida na reivindicação de um passado, de um legado em vias de destruição e desaparecimento, estão no fundamento do conceito de património.

Assim e ao mesmo tempo que ganha expressão a sua acepção como bem cultural, como dádiva do passado para o futuro, aumenta a preocupação pela sua conservação.

Neste sentido, e face às ameaças de destruição e degradação dos bens do passado por parte do desenvolvimento da sociedade industrial, iniciou-se um movimento conservacionista que se manifestou em duas tendências distintas quanto aos respectivos conteúdos e objectivos: o interesse pelo património edificado e sua salvaguarda, na Europa, e a preferência pelo património natural e sua preservação, nos Estados Unidos da América, reconhecendo ambas, no entanto, os vínculos que unem o mundo moderno com o mundo antigo e a importância da manutenção e recuperação das suas manifestações mais relevantes.

Com efeito, esta preocupação pelo património ameaçado consolida-se no período da Revolução Industrial quando nas principais cidades europeias e americanas se dá início a um processo de criação de recintos especializados onde se “expõem” manifestações patrimoniais diversas, tanto naturais como culturais: jardins botânicos e zoológicos, museus arqueológicos e etnográficos, etc., com objectivos de preservar determinados elementos e generalizar o seu acesso e fruição, ainda que à custa da desvinculação do património do espaço onde se produziu, do território do qual fazia parte integrante.

No entanto, cada uma destas cidades europeias possuía, ao mesmo tempo, um passado mais ou menos glorioso de que não podia desligar-se facilmente e cujos elementos, sendo expressão desse passado, se converteram em parte fundamental do seu património.

O século XIX, no qual este conceito é considerado, ainda, vago e indefinido ao ser utilizado com o mesmo significado de termos como arqueologia, belas artes e arquitectura, representou, contudo, uma tomada de consciência social sobre o património ao corresponder a um momento histórico extremamente positivo na produção das primeiras medidas efectivas de protecção do património e no seu estudo, divulgação e difusão<sup>314</sup>.

Efectivamente, como assinala Jokilehto<sup>315</sup>, ao longo do século XIX e até ao início da 1ª Guerra Mundial, praticamente todos os países europeus publicaram legislação e criaram organismos responsáveis pela salvaguarda e protecção do seu património edificado, enquanto que os EUA são, na mesma época, o primeiro país a proteger o seu património natural através da criação do Parque Nacional de Yellowstone.

---

<sup>314</sup> HERNÁNDEZ, F., ob. cit., 2002, p.80.

<sup>315</sup> JOKILEHTO, J.I., *A History of Architectural Conservation* (1999), Butterworth-Heinemann, Oxford, 2002, pp.69-281.

Se, durante muito tempo, a noção de património esteve ligada a fragmentos inicialmente chamados «antiguidades» e depois «monumentos históricos»<sup>316</sup>, concebidos e valorizados de uma forma isolada e descontextualizada no âmbito de uma concepção esteticista e restringida, é já no século XX, depois da 2ª Grande Guerra Mundial que se manifesta a consolidação de uma progressiva concepção muito mais ampla de património enquanto legado da experiência e do esforço de uma comunidade, deixando o domínio patrimonial de estar recluso em recintos e cidades privilegiadas, e limitado aos edifícios individuais, passando a compreender "(...) *os conjuntos edificadas e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades (...)*"<sup>317</sup>, a partir da ideia de que o património só poderia ser compreendido, estudado e preservado no contexto paisagístico em que foi construído e vivido.

Será a partir dos anos Sessenta do século XX que se consolida a ideia de património como uma herança que não pára de aumentar por via da anexação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e geográfico no âmbito dos quais se inscrevem estes bens<sup>318</sup> e, nesta perspectiva, se reforça a tomada de consciência do seu valor como legado de uma sociedade e do seu carácter indissolúvel quer da própria sociedade, quer do território onde se insere, exigindo um reconhecimento vinculado ao âmbito espacial onde se produziu e que reafirme a sua identidade.

Será, nas décadas posteriores que, por um lado pela via da arqueologia e do ordenamento do território através da ideia de compreensão global do espaço cujo elemento essencial de análise passa a ser a paisagem, e por outro no alargamento da tomada de consciência social e política, que se estabelece, de modo sólido e inequívoco, uma concepção mais abrangente de património baseada na ideia de integração do património cultural com o natural como duas realidades complementares e estritamente unidas em que a paisagem surge como o elemento integrador.

Com esta emergente concepção surgem novos instrumentos (parque cultural, parque arqueológico, parque agrícola), conceitos (paisagem cultural, paisagem global, património industrial, património paisagístico) e critérios (ao estético juntam-se o científico e ecológico) que o pensamento contemporâneo sobre a preservação do património (evolutivo e dinâmico) passa a incorporar.

Assim, e face ao crescente interesse pela identificação, preservação e divulgação do património – centrado inicialmente nas «antiguidades», nos «monumentos» da História

---

<sup>316</sup> Choay (ob. cit., 1992, pp.9-10) considera que embora o termo «monumento histórico» surja pela primeira vez durante a Revolução Francesa, em 1760, o alargamento do seu significado – vestígios da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos que façam referência à história nacional – e a tomada de consciência de que enquanto património nacional, é necessário preservá-lo para o futuro, de acordo com o conceito moderno de conservação e restauro, tem lugar na Década de Trinta do século XIX aquando da criação em França da primeira Comissão dos Monumentos Históricos.

<sup>317</sup> CHOAY, F., ob cit., 1992, p.10.

<sup>318</sup> *Idem*, p.10.

Humana e Natural, posteriormente nos centros históricos e mais recentemente na consideração e valoração da totalidade da herança através de abordagens holísticas de carácter ambiental – a salvaguarda do conjunto do património natural e edificado só parece possível à luz das “teorias” do ordenamento da paisagem global e do planeamento da cidade-região, e da conservação integrada do património que preconizam a necessidade de planear e agir em simultâneo sobre as estruturas físicas, os sistemas sociais e naturais num contexto sócio-económico, ecológico e cultural mais amplo que passa a integrar as relações entre a(s) cidade(s) e a região onde se insere(m) com vista ao seu desenvolvimento global e sustentável.

Pretende-se, através de uma visão globalizante dos bens patrimoniais baseada no reencontro entre o «artificial» e o «natural», e dos problemas que advêm da sua incorrecta utilização e gestão, eliminar as contínuas ameaças de destruição e contrariar agressões a que ambos patrimónios (natural e cultural) estão sujeitos consequência dos intensos e pouco qualificados processos de ocupação do território (urbano-turístico, industrial, agro-florestal, etc.).

Nesta perspectiva, e após sucessivas ampliações conceptuais consideramos, por um lado, que a actual acepção de património reivindica uma consideração alargada que incorpora a paisagem como construção histórica, e por outro, a delimitação operativa do património paisagístico como o conjunto de manifestações resultado das relações sociedade – natureza que possua valor cultural reconhecível socialmente e identificável em termos de equilíbrio ambiental no território em que se integra.

Assim entendido, o património deixa de ser considerado um elemento passivo de orientação museológica para, como elemento activo e dinâmico, passar a integrar os processos de desenvolvimento social e económico, sob critérios de sustentabilidade, de modo a que a herança recebida possa ser transmitida a longo prazo.

O património, na acepção global e integrada, surge, assim, como vector indispensável de um desenvolvimento sustentável, quer pelo potencial económico que se lhe reconhece como factor de atracção de actividades muito rentáveis ligadas ao turismo e ao lazer, quer pelo seu contributo na satisfação de necessidades sociais básicas na preservação das memórias e identidades, individuais e colectivas.

Com efeito, as conceptualizações contemporâneas de património para além de incorporarem novas abordagens baseadas na valorização deste como recurso escasso e não renovável, e na conciliação entre a sua exploração económica e a sua preservação, consideram-no um elemento pleno de vivências e significado que contribui quer para a manutenção da nossa identidade, quer para um maior equilíbrio espiritual e uma melhor qualidade de vida.

Neste sentido, considera-se que o património como conjunto de todos os bens naturais ou criados pelo homem, sem limite de tempo nem de lugar<sup>319</sup> e, deste modo, entendido num sentido amplo: monumentos, cidades históricas, arquitectura popular, jardins históricos, sítios arqueológicos, paisagens naturais e culturais, património industrial, itinerários culturais, etc., compreende tanto valores tangíveis – que se relacionam tradicionalmente com os materiais, as formas e, em certo modo, também com as funções – como valores intangíveis – que desvelam as razões históricas às que responde a criação de tais bens, assim como as crenças, motivações, modos de organização, etc., que regeram em cada comunidade ou grupo social o curso da sua evolução.

O valor intangível do património, que poderá definir-se como a “alma” ou espírito que o caracteriza e lhe outorga a sua atmosfera singular, o seu *genius locci* enraizado na memória histórica e colectiva das populações, é inseparável dos componentes materiais, imóveis, dos valores tangíveis desses mesmos bens e da forma tradicional como cada sociedade plasmou e reconheceu a sua identidade, constituindo o conjunto de ambos a unidade digna de conservação<sup>320</sup>.

Nesta perspectiva, a mais recente conceptualização de património veio anexar ao entendimento e ao valor tradicionalmente concedido aos bens patrimoniais como conjuntos de componentes físicos, materiais, de carácter cultural, a sua dimensão social como elemento de pertença histórica colectiva, pela sua capacidade de produzir benefícios económicos e pelo seu valor intangível como factor de identificação, enriquecimento e solidariedade da comunidade humana a que pertence (a população vinculada ao património constitui uma das razões mais sólidas para a sua conservação já que se trata de um bem social de pertença colectiva).

Como sublinha Lowenthal<sup>321</sup>, o conceito de património veio a aplicar-se também ao intangível: ao conhecimento e a todo o acervo histórico e cultural de uma colectividade.

Contudo, a evolução conceptual da noção de património através do progressivo deslizamento do inicial conceito limitado ao campo estético e “encerrado” na obra singular e excepcional criação do homem ou da natureza até ao actual conceito holístico correspondente a uma entidade global e integradora, conjunto das manifestações de carácter cultural resultantes da interacção sociedade – natureza, detentor de valores intrínsecos e potenciais de interesse concelhio, nacional ou mundial, e entendido como um recurso cultural, social, económico e espiritual, inscreve-se numa fase em que o debate continua activo, os conceitos e os critérios não estão definitivamente fixados e as linhas de reflexão permanecem abertas.

---

<sup>319</sup> ELISSEFF, V., cit. em DESVALÉES, A., “Emergence et Evolution du terme Patrimoine”, *Revue Musées*, nº208, Paris, 1995.

<sup>320</sup> ICOMOS, Seminário “El valor intangible del Patrimonio”, Sevilha, Outubro, 2001; <http://www.esicomos.org>

<sup>321</sup> LOWENTHAL, D., “Heritage and its Interpreters” em *Heritage Communicator*, 2(1), Canadá, 1988, pp.4-9.

Neste início do milénio e desde uma perspectiva simultaneamente global e local, de presente e de futuro, a identificação, definição e revalorização cultural e económica de todos os «patrimónios» e a adequada gestão dos mesmos, tornando compatível a sua protecção com a sua utilização sustentável, nomeadamente para o turismo, cultural e ecológico, com base no equilíbrio entre os objectivos da preservação com os da usufruição, exige a integração das questões do Património no processo de ordenamento da paisagem e nos instrumentos de planeamento e desenho urbano.

A «consciência do património» nos profissionais do planeamento urbanístico e paisagístico torna-se uma condição essencial para uma política de valorização e preservação do «património global» herdado, de carácter relevante, entendido não como uma soma de componentes isoladas, mas como um todo integral que abarca todos os patrimónios (bens móveis e imóveis, materiais e imateriais e respectivos valores tangíveis e intangíveis) nas suas inter-relações e inter-dependências.

#### 4.1. Património natural e património cultural

Face às ameaças de destruição dos espaços, estruturas e elementos de carácter natural ou cultural, provocadas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista industrial cuja incidência afecta no contexto americano um espaço natural, primitivo, enquanto que no âmbito europeu recaem sobre um território marcadamente humanizado, assistiu-se a partir do último quartel do século XIX, a um crescente interesse quer pela identificação, preservação e divulgação dessas pré-existências (naturais e culturais), quer pelo controlo das agressões que sobre elas incidem.

È num contexto marcado pela progressiva consciencialização dos problemas e desafios inerentes à protecção do património, por um lado, e pela necessidade de um debate alargado e permanente sobre o património na perspectiva global, por outro lado, que abordaremos as principais ideias e os principais conceitos veiculados quer pelos documentos nacionais e internacionais de maior difusão e significado, quer pelas distintas abordagens de diversos autores.

Ost<sup>322</sup> considera que as análises teóricas do património não fazem senão demonstrar o que, desde logo, anuncia o sentido comum da palavra, pois quando falamos, como sucede cada vez com mais frequência, de «património natural», «património cultural», «património urbano», «arquitectónico», «arqueológico», «paisagístico», que fazemos senão designar uma ordem de realidade que nos supera, que é comum e querida por todos?

---

<sup>322</sup> OST, F., La nature hors la loi. L'écologie à l'épreuve du droit, Editions La Découverte, Paris, 1994, p.297.

Tradicionalmente, tais expressões do património são apresentadas separadamente, de forma dividida por sub-categorias ou sub-classes correspondentes às distintas áreas ou disciplinas do conhecimento científico enquanto expressões específicas aparentemente autónomas mas, efectivamente e em qualquer caso, inter-relacionadas e inter-dependentes. Pelo que se coloca a necessidade de estabelecer uma convergência destas sub-categorias ou divisões no sentido de enfatizar a salvaguarda, preservação e valorização do património enquanto um processo holístico que tem como referência o ambiente total, a paisagem como uma unidade.

Nesta perspectiva, embora se considere que conceptualmente, quer ao nível teórico, quer prático, a consideração e o tratamento multi-disciplinar do património deva ser unitário, baseando-se no seu entendimento como um todo, aceita-se que as adjectivações ou divisões do património atrás referidas, não devem supor um parcelamento ou diminuição do valor global do conceito mas que podem, antes, ser encaradas não como considerações parciais mas como “simplificações” que, partindo do entendimento integral, tratam de explicá-lo.

A evolução semântica do conceito de património é influenciada pelos diferentes contextos históricos e sociais. No decurso do século XX os entendimentos de cultura e história passaram por modificações significativas que se repercutiram na compreensão dos bens considerados património.

Ora, a revisão de significados da noção de património então operada, baseada na ideia de convergência e complementaridade das noções de cultura e natureza<sup>323</sup>, possibilitou, a partir de determinado momento, a integração definitiva da natureza nas políticas culturais, sendo no âmbito destas que se devem procurar os elementos para compreender a evolução e significados do conceito de património natural.

O conceito de património natural terá surgido ainda no século XIX quando em 1872 foi criado nos EUA o Parque Nacional de Yellowstone (o primeiro a nível mundial) como um instrumento para a preservação de espaços naturais e cuja matriz conceptual integrou três aspectos fundamentais: (i) o reconhecimento da importância de um território natural no seu estado primitivo, (ii) a sua consideração como um bem natural de interesse público com “valor nacional” e, neste sentido, objecto de protecção pelo Estado, e (iii) a valorização da qualidade estética da paisagem natural como principal fundamento para a sua classificação como área de paisagem protegida.

Este modelo foi, a partir de então, adoptado por diferentes países nos distintos continentes em função das respectivas características geográficas e territoriais e das condicionantes

---

<sup>323</sup> A UNESCO (1985) considera que, na verdade, natureza e cultura se complementam, pois a identidade cultural dos povos é “construída” no meio em que vivem, sendo que parte da beleza das mais belas obras criadas pelo homem provém exactamente da integração com o lugar em que se encontram.

políticas e sócio-económicas, conduzindo à instituição de distintas categorias ou classes de áreas naturais protegidas (parques nacionais, parques naturais, reservas naturais, etc.) quer de carácter público, quer privado.

A importância e a necessidade da preservação do aspecto original das paisagens e sítios naturais atendendo à sua importância estética e científica, e ao facto de constituírem um património considerado um factor essencial na qualidade de vida das populações, esteve na origem da Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e dos Sítios, emanada pela Conferência Geral da UNESCO reunida em Paris de 9 de Novembro a 12 de Dezembro de 1962.

Este documento irá contribuir para o alargamento da noção de património natural que passa a integrar as paisagens e sítios naturais cuja formação se deve, na totalidade ou em parte, quer à natureza, quer à obra do homem, considerando que os estudos e as medidas a tomar com vista à sua protecção deverão alargar-se a todo o território.

Nesta perspectiva, prevê a criação de parques nacionais e de reservas naturais, parciais ou integrais que, para além da protecção da natureza e do património natural, permitam enquanto zonas experimentais a investigação, a formação e o restauro deste património.

Por outro lado, na sua evolução dinâmica ao longo do século XX, o pensamento sobre a preservação do património natural redefine os objectivos desta que passa a considerar para além da beleza excepcional e da qualidade estética das paisagens, critérios científicos e ecológicos expressos numa abordagem sistémica ao funcionamento e às relações entre os elementos da natureza.

Em 1970 é lançado pelo Conselho da Europa, o Ano Europeu da Conservação da Natureza que mobilizando a opinião pública, no velho continente, contra a utilização incorrecta dos espaços e recursos naturais, contribuiu de forma decisiva para os problemas do ambiente e para a necessidade prioritária da gestão racional e preservação do património natural.

Com objectivos de conservação deste património (solo, água, flora, fauna) tendo em vista finalidades didácticas, científicas e turísticas (D.L. 187/71 de 8 de Maio), é criado, no ano seguinte, em Portugal, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, a primeira e única área protegida que no nosso país possui o nível mais elevado de classificação de áreas de paisagem protegida.

Face à crescente preocupação pela preservação do património motivada pelo aumento e rapidez dos processos da sua destruição, degradação e adulteração, e ao interesse universal pelos bens culturais e naturais, do passado e de valor excepcional, a UNESCO realiza em 16 de Novembro de 1972, em Paris, uma nova Conferência Geral da qual resulta a elaboração da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Documento que amplia, ainda mais, o âmbito conceptual de património natural ao mesmo tempo que possibilita a integração definitiva da natureza nas políticas culturais, à escala internacional, generalizando as práticas preservacionistas de origem norte-americana e europeia, difundidas pelos critérios e princípios estabelecidos.

Entendendo de forma inovadora a cultura e a natureza como valores indissociáveis, assume que o património cultural e o património natural constituem um todo harmonioso e homogéneo, considerando (no Artigo 2º) como património natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies da fauna e da flora ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os sítios de interesse natural ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

A definição de património natural, consagrada pela referida Convenção, como as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, os biótopos de espécies faunísticas e florísticas ameaçadas, e os espaços naturais notáveis, baseia-se em três critérios essenciais: o valor estético, o valor científico e o valor ecológico<sup>324</sup>, que justificam o seu reconhecimento internacional e as razões da sua preservação.

Ao contrário dos valores estético e científico presentes e articulados no conceito de património natural desde as primeiras Décadas do século XX na legislação de distintos países europeus<sup>325</sup>, o valor ecológico revela-se como um critério muito mais recente, introduzido na Década de Sessenta, em função do desenvolvimento das ciências naturais.

Se os primeiros correspondem a atributos, qualidades e valores formais que devem ser preservados, o critério instituído pela ecologia adoptando uma visão dinâmica e sistémica sobre o território assume a sua preservação considerando os processos e dinâmicas naturais, e as inter-relações entre os ecossistemas e elementos da natureza.

Se o valor estético se expressa na extraordinária e excepcional beleza de espaços e sítios naturais como é o caso da Reserva Natural de Scandola e dos Cabos Girolatta e Porto, na Córsega, o valor científico manifesta-se nas zonas que contendo formações e elementos naturais com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação,

---

<sup>324</sup> Estes foram estabelecidos e reforçados em 1977 através do documento intitulado Directrizes Operacionais para Implementação do Património Mundial (o que permitiu a realização das primeiras inscrições de bens na lista do património Mundial) com a contribuição da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, no original IUCN e, a partir de 1990, The World Conservation Union) organização que colabora com a UNESCO na avaliação técnico-científica do património natural.

<sup>325</sup> Se em França a Lei de 02/05/1930 prevê o estabelecimento de uma lista de monumentos e sítios naturais de importância científica, pitoresca, histórica e artística, em Itália a Lei 1497 de 29/06/1939 considera para a classificação de um bem natural como património o seu "(...) notável carácter de beleza natural ou de singularidade geológica (...)". Por sua vez no nosso país a Lei nº2:032 de 11 de Junho de 1949 considera como monumentos nacionais todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico.

são consideradas fundamentais para a compreensão e conhecimento científico da história dos processos naturais do nosso planeta, sendo exemplo as Montanhas Rochosas nos EUA e Canadá. O valor ecológico, por sua vez, prende-se com a importância dos locais como habitat de espécies em perigo de extinção ou como detentores de processos ecológicos e biológicos, importantes, como é o caso da Floresta Laurissilva da Madeira (o critério científico também foi utilizado como critério para a sua classificação como património natural, mundial).

A construção da noção de património natural revela dois caminhos ou sentidos complementares testemunhados pelas práticas institucionais responsáveis pela sua preservação. Ao mesmo tempo que no âmbito mundial a ideia de património natural afirmou-se, como acabámos de ver, como expressão de monumentalidade e beleza derivada de um sentido de grandiosidade como preocupação estética e representação dos máximos testemunhos da natureza cuja integridade e intocabilidade é proposta pela ciência ecológica, no plano nacional e ainda sob os auspícios da UNESCO, a Recomendação sobre a Protecção, no âmbito Nacional, do Património Cultural e Natural (Paris, 16 de Novembro de 1972) entende-o como um bem natural de valor especial que fazendo parte do quadro de vida humana no qual desempenha uma função activa e com um significado ligado às práticas sociais e à memória colectiva, a sua preservação e valorização deverá ser integrada, como um dos aspectos fundamentais, nos processos de ordenamento e planeamento paisagístico aos níveis nacional, regional e local.

Apesar do que defende Lefeuvre<sup>326</sup>, ao considerar que a Convenção do Património Mundial evidencia uma estratégia elitista de raridade e grandiosidade que sublinha a ideia de que existem duas categorias de natureza: a de valor excepcional a preservar, a verdadeira natureza – a natureza primitiva – e a que ela se opõe – a natureza humanizada –, e que pode ser degradada, pensamos que as ditas Convenção e Recomendação, ambas da UNESCO e redigidas na mesma data, veiculam uma estratégia de complementaridade na concepção de património que se expressa tanto no alargamento do quadro geográfico abarcando quer o âmbito mundial (não só a Europa), quer o nacional e o local, como no quadro cronológico e tipológico passando a incorporar quer os bens do passado, quer os mais recentes, tanto os de valor universal como os de valor especial e nacional, chegando a recomendar aos Estados membros a elaboração de políticas e programas visando o restauro de espaços naturais entretanto degradados pela acção humana, nomeadamente pela indústria.

---

<sup>326</sup> LEFEUVRE, J.C., "De la protection de la nature à la gestion du patrimoine naturelle" em JEUDY, H., (coord.), *Patrimoines en folie*, Editions de la Maison des Sciences de L'Homme, Paris, 1990, pp.29-76.

Nesta perspectiva, a partir de então, o reconhecimento do património natural considera quer a visão holística e sistémica do espaço, exigindo o estudo e a intervenção em escalas territoriais mais amplas, contemplando o estudo e as condições de integração dos bens naturais cuja preservação deverá ter em conta tanto os elementos individualizados, como a globalidade desse património, quer o processo e o grau de degradação do planeta, podendo a *praxis* reverter uma área degradada num ecossistema natural, pelo que "(...) *no que respeita ao património natural devem ser elaborados programas para o restauro de zonas (...) que tenham sido degradadas pela indústria ou por outras actividades humanas (...)*"<sup>327</sup>.

Consequentemente, as últimas três décadas do século XX foram marcadas por alterações significativas na concepção do património resultando na incorporação de novas categorias de bens, nomeadamente de bens naturais, concepção que foi fundamental para o fortalecimento das práticas e da noção de património natural.

Através de uma visão renovada que concebe natureza e cultura como dimensões dependentes e articuladas exigindo uma abordagem conjunta, os bens naturais – espaços, estruturas e elementos – passaram a ser entendidos quer como testemunho da evolução de processos ecológicos e biofísicos, quer como resultado do processo histórico da apropriação social da natureza.

E, neste sentido, o património natural consequência da interacção entre sociedade e o território inscreve-se, assim, na memória colectiva dos distintos grupos sociais ao adquirir, para estes, significado e sentido, tornando-se uma referência histórica.

Razão pela qual o conceito de património natural integra actualmente, quer os sistemas ecológicos pouco transformados pela acção do homem – e que expressam a sua dimensão natural –, quer os espaços e elementos que correspondem fundamentalmente ao resultado daquela acção – e que representam a sua dimensão cultural.

Pelo que na preservação do património natural passam a convergir três tipos de interesse: o interesse produtivo da actividade económica; o interesse ecológico da biodiversidade; e o interesse sócio-cultural das estruturas e das práticas recreativas e didácticas a ele associadas<sup>328</sup>.

Efectivamente, a interpretação contemporânea reivindica uma leitura, global e transversal do património, baseada numa renovada e permanente dialéctica entre *natura* e *cultura*, entendendo-as como parte indissociáveis de um todo indivisível cujo desenvolvimento a longo prazo, tanto da natureza como da sociedade, pressupõe uma intervenção no património comprometida com o *genius loci* e com a sustentabilidade.

---

<sup>327</sup> UNESCO, Recomendação sobre a Protecção, no âmbito Nacional, do Património Cultural e Natural, Paris, 16 Nov. 1972, Introdução, p.1.

<sup>328</sup> SABATÉ, J., "El Parc Agrari del Baix Llobregat" em área - Revista de debats territorials, nº8, Diputació de Barcelona, barcelona, Março de 2000, pp.251-282.

Para ela concorreram, para além da referida Convenção que outorga igual importância aos bens culturais e aos bens naturais que passaram a ser objecto de igual atenção: (i) a Carta Mundial para a Natureza (ONU, Estocolmo, 1982) que adopta o princípio de que os organismos e recursos naturais – que no seu conjunto constituem o património natural – devem ser geridos de modo a manter uma produtividade sustentável; (ii) A Convenção da Biodiversidade (Rio de Janeiro, Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento, UnCED, 1992), cujos objectivos são a preservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a distribuição equitativa e justa dos benefícios provenientes da utilização de recursos genéticos, e (iii) a Carta da Terra (ONU, Paris, 2002) que baseada numa visão ética e holística considera as inter-dependências entre a sociedade e a natureza na configuração de um todo indivisível, e configurando-se como um código universal de conduta para orientar os povos e as nações no sentido de alcançar um futuro sustentável para o planeta e a humanidade.

Na realidade, essa interacção entre as dimensões natural e cultural do património apresenta importância prática e significativa na construção desse futuro, verificando-se que a importância da cultura e a sua relação intrínseca com a natureza tem sido reconhecida pela UNESCO como instrumento do processo de desenvolvimento a longo prazo.

No entanto, e face ao facto de cultura e natureza continuarem, ainda hoje, tanto uma como outra, ameaçadas pelo facto de estarem separadas num momento em que a preocupação pela protecção e valorização do nosso património – quer natural, quer cultural – ter tomado uma amplitude sem precedentes, só o laço formal entre elas, só a nova aliança necessária entre estes fundamentos da vida, humana e planetária, constituirá o paradigma a adoptar na interpretação e intervenção no património<sup>329</sup>.

Esta ideia de integração do património natural com o cultural foi, paulatinamente, assimilada pelos documentos normativos internacionais que passaram a tratá-los de forma “unificada”<sup>330</sup>, considerando que no renovado conceito de património, aquele que contribui para a definição da identidade e para a construção da memória, a conexão entre as dimensões natural e cultural, é fundamental na compreensão, estudo, valorização e gestão do património ao qual se atribui um novo papel no processo de ordenamento da paisagem<sup>331</sup>.

---

<sup>329</sup> BATISSE, M., “Conservation du Patrimoine : vingt ans après ” em Sources UNESCO, nº39, Jul/Ago., Paris, 1992, pp.7-8.

<sup>330</sup> BARATA, F.T.; MASCARENHAS, J.M., ob. cit., 2002, p.12.

<sup>331</sup> Nesta linha de acção, com objectivos de projectar o futuro através da reactivação e reestruturação de determinados territórios, o Governo holandês integrou em 1999 no 5º Documento de planeamento biofísico do país, o Programa-plano *Belvedere Nota* que, como estratégia, baseando-se na utilização dos recursos patrimoniais para melhorar a qualidade das paisagens e dos ambientes, urbano e rural, propôs-se incorporar a identidade histórico-cultural no âmbito dos processos de ordenamento e planeamento paisagístico.

Nesta perspectiva, opondo-nos a uma visão parcial e redutora, e ao entendimento e tratamento fragmentado do património e dos seus problemas (que impedem, por exemplo, a apreensão de questões imateriais, igualmente relevantes, como a crise de identidade cultural), consideramos imprescindível a aceitação e consolidação da nova abordagem integrada ao conceito de património cujos bens, naturais e culturais, se consideram complementares, sinérgicos e indissociáveis.

Ora, o património natural enquanto conceito lógico e em permanente articulação com a noção de património cultural, intervém na sua definição e valorização<sup>332</sup>.

Considerando este pressuposto, propomo-nos iniciar a discussão à volta da temática interdisciplinar do património cultural, situando, no tempo e no espaço, a génese e a evolução deste conceito, produzidas no âmbito das tutela da sua protecção institucional.

O conceito de património cultural terá surgido ainda no século XVIII associado na sua aceção inicial ao conjunto de obras, criadas pelo homem, de grande prestígio histórico e simbólico e, por isso, apreciadas como valiosas e legítimas, conceptualização que se impôs baseando-se na história, arqueologia, arquitectura e técnicas de conservação e restauro<sup>333</sup>.

A monumentalidade, a grandiosidade e o valor excepcional vinculados ao significado original do termo, impõe barreiras à sua apropriação pelas populações e conduz a uma visão museologista e contemplativa do património.

Significado e visão que permanecerão ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do Século XX, com a conotação da noção de património cultural ao património edificado, representado pelos monumentos de maior significado histórico, constatando Choay que no final da Segunda Guerra Mundial, apesar do número de bens culturais inventariados e classificados ter sido multiplicado por dez, a sua natureza (arqueológica e arquitectónica, de carácter erudito) não tinha mudado nada<sup>334</sup>.

O século XX acabará por supor a tomada de consciência de que é necessário e obrigatório garantir a salvaguarda e conservação do património cultural, assumindo-a como uma preocupação social e institucional primordial.

Verifica-se, então, um crescente interesse pela identificação, preservação e difusão do património, centrado inicialmente na conservação dos monumentos históricos e posteriormente alargado a outros tipos de bens e a outras épocas e regiões onde se inscrevem.

Com efeito, a preservação dos bens culturais como preocupação principal dos organismos internacionais (mas também nacionais) encontra-se plasmada num vasto e diversificado

---

<sup>332</sup> THOMAS, R.C.; WELLS, D., "Nature Conservation and Historic Properties: an integrated approach" em GRENVILLE, J. (ed.), *Managing the Historic Rural Landscape*, Routledge, Londres, 1999, pp.140-162.

<sup>333</sup> AIRES-BARROS, L., "Património cultural, novos enfoques e paradigmas" em AA.VV., *Património, território e Sociedade*, Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, Cascais, 2004, pp.7-25.

<sup>334</sup> CHOAY, F., ob. cit., 1992, p.10.

conjunto de documentos cujos textos apresentam um carácter jurídico e, portanto, obrigatório como é o caso das Convenções uma vez aprovadas e ratificadas pelos distintos governos; um carácter orientador como as Cartas, Recomendações e resoluções; territorial, no sentido de poder ser nacional, continental ou mundial; e conceptual ao abarcar bens materiais e imateriais, imóveis e móveis, tangíveis e intangíveis, que vão dos monumentos e obras de arte, aos centros históricos e paisagens, mas também valores, tradições e lugares de memória, entre outros.

Por outro lado, à ampliação do conceito de cultura que passou a incluir para além do elitista o popular, o tradicional e o moderno, o público e o privado, e às alterações na sua produção, circulação e consumo, correspondeu uma modificação da concepção de património cultural cuja construção enquanto operação dinâmica<sup>335</sup>, possibilitou o alargamento do conceito "(...) *para que nele se possam reconhecer todos os grupos sociais (...) incluindo não só os produtos das elites, mas também os populares, não só os artefactos tangíveis mas também o património intangível, não só produzido pelo Homem, mas também derivado da Natureza e ainda permitir a sua contínua actualização possibilitando que se estenda não só ao património criado no passado, mas também às expressões culturais do presente (...)*"<sup>336</sup>.

Na realidade, os conceitos e as doutrinas sobre o património evoluíram significativamente ao longo do último século.

Considerado o primeiro documento internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos artísticos e históricos, a Carta de Atenas (1931) consagra, desde logo, um conceito de património que se caracteriza por considerar as relações dos elementos edificados de importância histórica com o espaço contíguo, ao recomendar no Art.7º, o respeito pelo carácter e fisionomia da cidade especialmente na área envolvente aos monumentos antigos o que representa um passo importante, embora bastante restringido, para o alargamento do domínio patrimonial.

Este será decisivamente instituído pela Carta de Veneza (1964) onde se afirma expressamente que a noção de monumento histórico compreende tanto o elemento arquitectónico isolado como a envolvente urbana ou natural que seja expressão de uma determinada civilização ou acontecimento histórico, ao afirmar que a conservação de um monumento implica igualmente a das condições ambientais que o envolvem (art.6º e 14º) e que, em nenhum caso, pode ser separado da história de que é testemunho, nem do ambiente em que se encontra (art.7º).

---

<sup>335</sup> Entende-se que a construção do património cultural é uma operação dinâmica no sentido em que em vez de "tomar" a herança, o legado como algo imóvel, estático valorado apenas pelo seu valor intrínseco (raridade, beleza, estilo, material) passou-se a considerar o processo da sua produção e circulação social, revendo-o na sua dinâmica própria; e neste sentido, uma sociedade que não integra novas ideias ou se adapte a novas condições corre o perigo de retrocesso cultural.

<sup>336</sup> AIRES-BARROS, L., ob. cit., 2004, p.13.

Alguns anos antes (1954), a Convenção de Haia (para a Protecção dos Bens Culturais em caso de conflito armado) havia contribuído para a definição do conceito de património cultural associando-o aos bens culturais, móveis (as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as importantes colecções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens referidos) ou imóveis (monumentos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentam um interesse histórico ou artístico, os edifícios – museus, bibliotecas, arquivos – onde se conservam ou expõem os referidos bens móveis, e os centros monumentais) que apresentam uma grande importância para a humanidade, razão pela qual a sua protecção e conservação devem ser asseguradas internacionalmente.

Depois de, no mesmo ano, a Convenção Cultural Europeia propor aos países do velho continente tomarem as medidas adequadas para a salvaguarda do património cultural comum da Europa.

A responsabilidade planetária, mas também nacional, pela salvaguarda e valorização activa do património cultural e o alargamento da sua conceptualização são veiculados, respectivamente, pela Convenção do Património Mundial e pela Recomendação no âmbito nacional. Ambos os documentos (1972) consideram o património natural e cultural como duas realidades complementares estreitamente unidas cuja salvaguarda aos níveis mundial e nacional deverá ser considerada como um dos aspectos fundamentais do planeamento e ordenamento paisagístico e contribuir para o desenvolvimento harmonioso do Homem.

Conceptualmente o património cultural passa a estar integrado por três grupos de bens:

- os monumentos – obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estrutura de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor<sup>337</sup> universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos – grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios – obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Verifica-se, pois, a ampliação do conceito e do âmbito de património cultural que, considerado globalmente como um todo homogéneo, compreende para além das obras de

---

<sup>337</sup> Na definição de património cultural proposto pela Recomendação sobre a Protecção, no âmbito nacional, do Património Cultural e Natural, o valor universal excepcional atribuído aos bens culturais deve ser substituído pelo valor especial dos mesmos.

grande valor intrínseco, os elementos mais modestos, sendo que nem uns nem outros deverão ser dissociados do seu contexto social, territorial e ambiental.

Trata-se de uma evolução, de uma transição importante, desde uma perspectiva inicial baseada numa percepção cultural estética, numa «cultura esteta» e numa identificação com o singular e o excepcional, para uma perspectiva mais aberta e integrada baseada numa cultura histórica em que se integra não apenas a obra do homem, a obra erudita, do artista, mas também a obra conjunta do homem com a natureza, a do criador popular anónimo, sendo que é neste reencontro com o «natural» e o vernáculo onde se reconhece a identidade de toda uma comunidade.

Produz-se, assim, uma outra forma de entender o património que o considera como aquilo que é conquistado, que é construído através da organização social e da interacção com a natureza, configurando-se um conceito ligado às práticas sociais e à memória colectiva e, neste sentido, inserido na vida sócio-económica, científica e cultural, presente e futura.

Esta progressiva derivação conceptual, por um lado, aproximou o património da experiência de vida da Humanidade e da dimensão do seu quotidiano, considerando que a participação e envolvimento das populações locais são indispensáveis para levar a cabo a sua salvaguarda e gestão e, por outro lado, incorporou a natureza como parte integrante do conceito de património cultural ao considerar para além dos bens em si mesmos, o meio no qual foram produzidos e que com ele estabelecem uma relação de inter-dependência.

Apoiada numa política de desenvolvimento da sociedade, a longo prazo, baseada no respeito pelas relações harmoniosas entre o Homem e a Natureza e, numa visão que concebe natureza e cultura como termos dependentes e convergentes, a evolução conceptual em curso afirma-se e consolida-se no último quartel do século XX.

Com efeito, adoptando a noção de cultura considerada quer pela abordagem antropológica das ideias, valores e símbolos, quer pelas práticas humanas no processo de apropriação e transformação da natureza, o património cultural passa a ser identificado, no seu sentido mais amplo, como um sistema complexo que integra tanto os elementos cuja expressão material se manifesta nos centros históricos, nos sítios naturais, no habitat humano, como as expressões não materiais portadoras de interesse cultural relevante ou com valor de civilização ou de cultura e que são parte integrante da memória colectiva.

De acordo com Aires-Barros<sup>338</sup>, para este novo enfoque conceptual de património cultural contribui um triplo movimento que considera:

- (i) que o património cultural inclui não só os bens culturais do passado – monumentos históricos e artísticos: castelos, mosteiros, palácios, estruturas arqueológicas, etc. – mas

---

<sup>338</sup> AIRES-BARROS, L., ob. cit., 2004, p.8.

também os bens culturais actuais, tangíveis – arquitectura contemporânea, *industrial heritage*, etc. – e intangíveis – as línguas e a sua evolução viva, os conhecimentos e vivências actuais, as tradições e os lugares de emoção religiosa, histórica e simbólica;

(ii) que o conceito de património cultural integra, atribuindo igual importância e valor, quer os elementos e produtos eruditos das classes hegemónicas (da Igreja, nobreza, artistas), quer os bens da cultura popular, no âmbito das suas diversas manifestações: música, dança, usos e costumes, sistemas e técnicas de construção, etc.; e, tanto o conjunto destas “obras” como os artefactos e objectos submersos que apresentam um carácter cultural, histórico ou arqueológico;

(iii) que a política de salvaguarda, valorização e gestão do património cultural, integrando em conjunto os bens culturais e naturais, e entendendo-o como um recurso simultaneamente material e espiritual, considera-o vector de desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social, nomeadamente das comunidades onde se insere.

Se face às rápidas e profundas transformações urbanas e paisagísticas ocorridas nos últimos Trinta anos, a sociedade respondeu com uma atenção e interesse crescente pelas políticas patrimoniais na procura de uma nova relação, mais harmoniosa e equilibrada, com o contexto natural e edificado onde vive, para o contínuo e vasto alargamento da noção e do âmbito de património cultural concorreu um rápido e sólido enquadramento legal e uma adequada institucionalização.

Com enfoques e conteúdos similares apresentamos duas definições de património cultural desenvolvidas, recentemente, ao nível nacional e internacional.

No nosso país, a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, considera, no Artigo 2º, que integram o património cultural todos os bens materiais que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante (designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico) que reflecta valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, assim como os bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas, e os respectivos contextos (de ambos os bens) que, pelo seu valor de testemunho possuam com eles uma relação interpretativa e informativa.

No âmbito internacional, a Carta de Cracóvia 2000 (que estabelece os princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído) emanada da Conferência Internacional sobre Conservação e da sua Sessão Plenária intitulada “O *património cultural como*

*fundamento do desenvolvimento da civilização*”, define património cultural como o conjunto das obras do homem e das obras conjuntas do homem com a natureza nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares, e com os quais se identifica, entendendo-o como um conceito vasto que abrange quer o meio ambiente natural, quer o cultural, e engloba as noções de cidade e aldeias históricas, paisagens e património arqueológico, bem como as noções de biodiversidade, de práticas culturais, tradicionais ou actuais e de conhecimento.

Nas últimas décadas se, por um lado, o conjunto dos países europeus tem procurado sensibilizar a opinião pública para os insubstituíveis valores culturais, sociais, económicos e ecológicos dos bens herdados, cientes de que a progressiva ampliação do conceito de património só poderá ser encarada, na prática, com um correspondente alargamento da participação das populações na adopção de modelos de desenvolvimento mais humanos e sustentáveis, por outro lado, a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da Europa estão na origem de novos princípios e filosofias de abordagem do património e da actual concepção, holística e dinâmica, que engloba as novas categorias de bens e os emergentes conceitos: centros históricos, paisagens culturais, jardins históricos, património cultural subaquático, património arqueológico, património arquitectónico, património urbano.

### 3.2. Património urbano, património arquitectónico e arqueológico.

Temos vindo a recorrer e a invocar, com alguma frequência, o pensamento de Françoise Choay e a sua obra emblemática *«Alegoria do Património»*. Através da sua investigação simultaneamente histórica, urbanística e literária, sobre a transformação das cidades (particularmente europeias) temos a possibilidade de traçar o perfil evolutivo e o desenvolvimento, difíceis, da noção de património urbano.

Esta terá surgido em meados do século XIX, na Grã-Bretanha, através dos escritos de Jonh Ruskin (1819-1900), embora o seu aparecimento, munido de um projecto de conservação, tenha ocorrido nos finais de década de 1860, altura em que a delimitação do campo espaço – temporal dos monumentos históricos incluía já o tecido urbano<sup>339</sup>.

No entanto, o entendimento da cidade enquanto objecto patrimonial autónomo, da cidade histórica enquanto objecto de conservação na sua totalidade, não redutível à soma das suas partes, vingará apenas nas primeiras décadas do século XX, uma vez que será a

---

<sup>339</sup> CHOAY, F., ob. cit., 1992, pp.137 e 132. Como afirma a autora, Ruskin é o primeiro, rapidamente seguido por Morris, a incluir os «conjuntos urbanos» na mesma categoria de monumentos individuais, que é a do campo da herança histórica a preservar (p.109).

transformação do espaço urbano consequência da revolução industrial que torna a cidade antiga objecto de investigação e de preservação.

Esta, ao tornar-se num obstáculo ao livre desenvolvimento de novas modalidades de organização do espaço urbano adquire a sua identidade conceptual, constituindo-se a noção de património urbano na contracorrente do processo de urbanização dominante<sup>340</sup>.

Ainda de acordo com a mesma autora, o conceito de património urbano assume-se como a resultante de uma dialéctica entre a história e a historicidade que se joga entre três figuras (ou abordagens sucessivas) da cidade antiga, denominadas respectivamente de *memorial*, *histórica* e *historial*.

A primeira figura analítica que tem como principal interprete Ruskin, decorre de um enfoque em que a cidade antiga representa o papel memorial de monumento, considerando o autor inglês que a estrutura urbana definida pela contiguidade e continuidade dos modestos edifícios habitacionais, correspondente à essência da cidade, constitui um objecto patrimonial inatingível a proteger incondicionalmente.

No entanto, "(...) *Ao querer viver a cidade histórica no presente, Ruskin, encerra-a, de facto, no passado e deixa escapar a cidade historial, a que se encontra comprometida com o futuro da historicidade (...)*"<sup>341</sup>.

Choay diferencia a abordagem propriamente histórica do património urbano que encontra a sua expressão privilegiada na obra de Camillo Sitte (1843-1903) em duas direcções: por um lado, uma abordagem de morfologia urbana (a partir do paradigma da praça pública) que se assume sobretudo com um «papel propedêutico» em relação à cidade antiga e, por outro lado, uma abordagem (igualmente histórica) de dominante "museológica" da cidade antiga que "(...) *ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objecto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, tal como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Ao tornar-se histórica, ela perde a sua historicidade (...)*"<sup>342</sup>

Como oportunamente assinala Ferreira<sup>343</sup>, é esta mesma concepção da cidade histórica no sentido museológico a que tem dominado entre nós e que "(...) *tem implicado várias consequências, com efeitos manifestamente perversos, resultantes de um comportamento politicamente maniqueísta em que se acaba por preservar algum património (considerado então como "histórico") mas quase sempre ignorado (?), se não mesmo desprezando, o próprio contexto social e cultural em que aquele património se encontra inserido (...)*".

Face à perda de historicidade da cidade antiga e do seu património urbano que as abordagens precedentes "encerram", a autora que nos tem orientado avança, baseando-se

---

<sup>340</sup> *Idem*, p.139

<sup>341</sup> *Idem ibidem*, p.140

<sup>342</sup> *Idem ibidem*, p. 148.

<sup>343</sup> FERREIRA, V.M., *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Centro de Estudos Territoriais (ISCTE) e Ler Devagar, Lisboa, 2004, pp.87-88.

numa avaliação crítica sobre os respectivos posicionamentos analíticos, com o que considera uma abordagem *historial* da cidade antiga, figura que apareceu na obra teórica e prática de Gustavo Giovannoni (1873-1943) e “(...) *que concede simultaneamente um valor de utilização e um valor museológico aos conjuntos urbanos, ao integrá-los numa concepção geral da organização territorial (...)*”<sup>344</sup>.

Este duplo postulado que considera a cidade histórica, ao mesmo tempo, um monumento e um tecido vivo, numa relação dinâmica com o território envolvente, permite a síntese e a superação das abordagens, das figuras anteriores e a “criação” de uma doutrina da conservação e do restauro do património urbano, baseada em três princípios fundamentais:

(i) o dever de integrar qualquer fragmento urbano antigo nos planos de ordenamento às distintas escalas: local, regional e territorial, articulando-o com as principais redes de organização espacial e com o contexto socio-económico e cultural onde se insere;

(ii) considerar que o conceito de monumento histórico inclui o contexto edificado no qual se insere e com o qual mantém uma relação essencial, sendo que a envolvente da cidade antiga e dos conjuntos urbanos tradicionais resulta dessa dialéctica entre a arquitectura e o que a rodeia;

(iii) assumidas as orientações precedentes, respeitar a escala e a morfologia dos conjuntos urbanos antigos e preservar as relações originais com as imediações através do respeito do *ambiente* e do espírito lugar, no pressuposto de que para a cidade devem ser utilizadas as metodologias de conservação e de restauro análogos às definidas por Camillo Boito<sup>345</sup> (1836-1914) para os monumentos.

O «património urbano», termo introduzido por Giovannoni em 1913 referido à cidade antiga e aos conjuntos urbanos tradicionais e suas relações com o contexto social, cultural e territorial onde se inserem, deixa de ficar relegado a funções museológicas para adquirir usos contemporâneos desde que compatíveis com a sua morfologia, passando a integrar os planos de ordenamento urbano e paisagístico.

---

<sup>344</sup> CHOAY, F., ob. cit., p.

<sup>345</sup> Para Boito existem três métodos de restauro – arqueológico, pictórico e arquitectónico – segundo três classificações cronológicas – Antiguidade, Idade Média e Renascimento – que respondem a três valores – importância arqueológica, aparência pitoresca e beleza arquitectónica. O escritor, político e crítico de arte italiano fundamenta as suas reflexões arquitectónicas num princípio básico: a necessidade de conservar a autenticidade histórica do monumento considerando a sua integridade, ou seja, tendo em conta a diferenciação das partes originais das anexadas ou modificadas. Neste sentido, aceita o restauro como o meio para melhorar a capacidade interpretativa ou legibilidade do monumento e como contributo para restabelecer a unidade artística do mesmo, recusando qualquer outro procedimento que favoreça o «falso histórico» uma vez que está adulterando a parte física do monumento original.

Adoptando uma atitude prospectiva ao alargar o âmbito e a escala do estudo, análise e intervenção na cidade (que adquire uma dimensão territorial integrada nas grandes redes que estruturam a paisagem e entendida como um organismo cinético em permanente movimento), o pensamento, inovador, e a *praxis*, percursora, de Giovannoni, baseados na relação entre organização do território e património urbano, mantêm uma profunda actualidade.

Com efeito, a formação multidisciplinar do autor italiano (engenheiro, arquitecto e historiador de arte) permite-lhe atribuir um papel inédito ao antigo património urbano integrando-o no contexto espacial e ambiental da cidade e na dinâmica do seu desenvolvimento, o que implica uma dialéctica entre as escala local e territorial de ordenamento, e formular um conjunto de hipóteses que, ainda hoje, podem servir de princípio orientador e regulador na concepção de novos tipos de implantações humanas nas sociedades técnicas avançadas<sup>346</sup>.

A abordagem de Giovannoni<sup>347</sup> sobre “urbanismo das cidades antigas”, centrada no que designou de património urbano, como forma de enfatizar a análise da cidade e dos conjuntos edificados no respectivo contexto urbano e ambiental, e os princípios da doutrina da sua conservação e restauro (anteriormente expostos) serão internacionalmente aceites em 1964 pela Carta de Veneza.

Este documento contribui para a ampliação da noção de monumento que passa a compreender tanto a criação arquitectónica isolada como o sítio, rural ou urbano, que seja expressão de uma determinada civilização, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico e é aplicada não só às grandes criações mas também às obras mais modestas que com a passagem do tempo, adquiriram um significado cultural (Art.1º).

O alargamento da noção de monumento ao seu contexto urbano e paisagístico exige a necessidade da conservação das suas condições ambientais e do enquadramento tradicional (Art. 6º), tal como havia idealizado Giovannoni na sua concepção de património urbano.

A maioria dos princípios sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios estabelecidos pela Carta de Veneza são, ainda hoje, assumidos simultaneamente com as novas abordagens que as emergentes concepções dinâmicas de património exigem.

Neste sentido, considerando sempre o âmbito evolutivo da noção de património e procurando aprofundar e actualizar aqueles princípios integrando-os com novos princípios e

---

<sup>346</sup> CHOAY, F, “El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad” (1994) em MARTÍN, A., (ed.), Lo urbano en 20 autores contemporaneos, Ediciones UPC, Barcelona, 2004, pp.61-72.

<sup>347</sup> Claude Soucy (« Le Patrimoine ou l’avers de l’Aménagement », em Les Annales de la Recherche Urbaine, nº72, Paris, 1996, pp.135-145) considera que existem duas Cartas de Atenas: a primeira de 1931 (em cuja elaboração participou activamente Giovannoni) cuja importância se deve sobretudo pelo papel representado em relação à problemática do património urbano e do espaço público, que proclama, pela primeira vez, o dever de proteger os conjuntos urbanos entendidos como um todo, e a segunda de 1933 sobre o urbanismo moderno que sintetiza as conclusões do congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM) proclama a necessidade de modernizar a cidade antiga, o que no limite terá levado, de acordo com vários autores, à sua destruição.

filosofias de abordagem do património que defendem uma visão que se tem alargado progressivamente, o ICOMOS e o Conselho da Europa manifestaram, nas três últimas décadas, o seu crescente interesse e preocupação no amplo material doutrinário produzido e que contribuiu para construir a actual concepção europeia sobre o património urbano e a sua salvaguarda e valorização.

Como complemento da Carta de Veneza cujos princípios de conservação e restauro assume em relação aos conjuntos urbanos históricos, a Carta de Washington ou Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1987) refere-se a conjuntos urbanos históricos, de maior ou menor dimensão, incluindo as cidades, vilas e os centros ou bairros históricos com a sua envolvente natural ou edificada, e que constituem a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Quanto aos objectivos propostos pretende-se preservar uma série de valores que expliquem o carácter histórico da cidade ou conjunto, nomeadamente todos os elementos, tanto materiais como espirituais, que configuram o seu património urbano e a sua imagem: a) a forma urbana definida pelo traçado das ruas e pelo parcelamento fundiário; b) as relações entre diversos espaços urbanos: espaço edificado, espaço verde e espaço livre; c) a forma e o aspecto dos edifícios (tanto no que diz respeito ao interior como ao exterior) definidos através da sua estrutura e volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; d) as relações entre a cidade e a paisagem envolvente; e) as diferentes funções da cidade, adquiridas ao longo da sua história.

A conservação deste conjunto de valores e elementos configurador da dimensão patrimonial da cidade, compreende as medidas necessárias para a sua protecção e restauro, assim como para o seu desenvolvimento coerente e adaptação harmoniosa à vida contemporânea contando para isso com a participação e o compromisso das populações, entendendo-se a conservação como uma realidade integradora que abarca todo o conjunto urbanístico, social e ambiental que compõe a base estrutural da cidade e do território com o qual se relaciona, sendo que a conservação será, efectivamente, válida quando devidamente integrada numa política coerente de desenvolvimento económico e social e sempre que se tome em consideração no planeamento urbano e paisagístico, nos seus diferentes níveis.

A conceptualização holística e dinâmica do património urbano, a visão globalizante dos problemas que o afectam e a sua protecção encarada desde uma perspectiva global, a sua conservação contínua e integrada como objectivo do processo de ordenamento do território e do planeamento urbano, assim como a sua integração na vida social, são retomados e enfatizados na Carta de Cracóvia 2000 que estabelece os princípios para a conservação e o restauro do património construído.

Herdeira do espírito e dos valores das duas Cartas anteriores e tendo objectivos idênticos, o novo documento considera que o património urbano, assim como os elementos que o

compõem, resultam de uma dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos sócio-culturais e, neste sentido, o património é entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, tê-lo no futuro.

Nas cidades, vilas e aldeias históricas, o património urbano apresenta-se em toda a sua diversidade e complexidade pelo que a preservação destas áreas envolve, para além do monumento histórico e das características e valores arquitectónicos dos edifícios, o próprio traçado urbano, o espaço público e o mobiliário urbano, mas também a manifestação imaterial, o bem móvel e os produtos da cultura popular.

Representada pelos conjuntos urbanos antigos no seu contexto social e territorial, a actual concepção de património urbano considera cada um destes conjuntos patrimoniais como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços, e as suas características sócio-económicas, em processo de contínua evolução e mudança.

A conservação deste património incluído num processo de planeamento integrado (planeamento económico e gestão das comunidades) tem por objecto quer os conjuntos edificados, quer os espaços exteriores, e pode incidir sobre uma pequena aldeia, a totalidade de uma cidade ou uma parcela de um grande aglomerado urbano, pelo que a intervenção na cidade histórica deve considerar a morfologia, as estruturas e as funções urbanas, na sua inter-ligação com o território e a paisagem envolventes.

Neste sentido, o «projecto de restauro»<sup>348</sup> do património dos conjuntos urbanos históricos deve garantir, a longo prazo, a validade das opções estratégicas que assume, assim como a gestão das possíveis alterações no futuro, ligando as questões da conservação do património aos aspectos económicos e sociais.

Nesta perspectiva, a Carta de Cracóvia parte do pressuposto de que é imprescindível definir uma série de estratégias que integrem a “previsão e o controlo” da evolução dos conjuntos urbanos e paisagem envolvente e a sua conservação, no âmbito de uma política global de protecção e salvaguarda, simultaneamente, dos interesses culturais, estéticos, ecológicos, sociais e económicos de uma determinada região.

À ampliação da noção de património urbano, desde a identificação inicial com o monumento e área imediatamente envolvente ou o conjunto histórico a “classificar” para evitar a demolição ou adulteração e tratar como objecto de conservação e restauro, até à actual concepção, mais abrangente, que procura a integração física e social de cada área no

---

<sup>348</sup> Definições de *conservação*, *restauro* e *projecto de restauro* veiculadas pela Carta de Cracóvia (Anexo) : (i) *conservação* – é o conjunto das atitudes e das acções de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados; (ii) *restauro* – é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade; (iii) *projecto de restauro* – o projecto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído quer por materiais inertes, quer por materiais vivos são realizados com sucesso.

contexto urbano, territorial e paisagístico<sup>349</sup>, correspondeu a uma evolução significativa, ao longo das últimas décadas, dos conceitos e processos de intervenção na cidade antiga e, conseqüente mudança de intenção e de figuras nos instrumentos de planeamento e projecto<sup>350</sup>.

As políticas para os conjuntos urbanos antigos passaram a utilizar palavras começadas por “re” (reabilitar ou recuperar, revitalização e re-uso, reconversão e reanimação) para falar do que é preciso fazer pelo património urbano<sup>351</sup> e que a Carta de Lisboa (1995) incorporou sob o conceito de reabilitação urbana integrada, como contributo inovador para a preservação e vivificação do património das cidades, tanto na vertente do tecido urbano, como do tecido social que o habita e lhe assegura identidade.

Distinguindo-se da produção urbana, de raiz, e da renovação da cidade existente, mas também das intervenções que visam exclusivamente o seu restauro monumental, este conceito adopta uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade herdada através de intervenções múltiplas, baseadas numa série de programas e projectos (públicos, privados ou de iniciativa conjunta) tendo em vista: a sua revitalização funcional (actividades e redes de serviços de modo a relançar a vida económica e social); a sua reabilitação (quer urbana – melhoria das condições físicas de equipamentos, infra-estruturas e espaços não-edificados, nomeadamente de uso público, quer arquitectónica – recuperação e beneficiação do parque edificado, nomeadamente habitacional); a sua reapropriação social e cultural (actuações no âmbito da educação, desporto, lazer, etc.) e, deste modo, contribuir para a valorização das potencialidades sociais, económicas e funcionais da cidade a fim de melhorar a qualidade de vida das populações.

Investigador e estudioso incansável das questões urbanas que se tornaram dominantes nas suas preocupações disciplinares, o professor Nuno Portas tem produzido, nas últimas quatro décadas, um conjunto de textos sobre as cidades e as suas políticas que testemunham a enorme lucidez, alcance e carácter “visionário” do seu pensamento.

No início da década de 1980 (portanto muito anterior à data de elaboração da Carta de Lisboa) escreve dois excelentes artigos: “Velhos centros vida nova” e “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, onde sob o lema «conservar renovando» ou «renovar conservando» defende uma política de recuperação física e de reutilização social das áreas

---

<sup>349</sup> A actual concepção não proíbe, no entanto, intervenções pontuais, operações cirúrgicas mais ou menos profundas, sobre os tecidos urbanos antigos, com a conseqüente marca formal contemporânea dos respectivos autores ou utentes. Entende-se, nesta perspectiva, que conservação do património não significa “congelamento” mas, antes, a defesa de espaços, estruturas e elementos que enquanto testemunhos de memórias colectivas, o mereçam.

<sup>350</sup> PORTAS, N., “Notas sobre a intervenção na cidade existente” (1982) em PORTAS, N., ob. cit., 2005, pp.171-183.

<sup>351</sup> PORTAS, N., “À volta da cidade” (2003) em PORTAS, N., ob. cit., 2005, pp. 195-201.

antigas<sup>352</sup> das cidades, vilas ou aldeias que se opõe quer à ideia de que as áreas antigas são museus mortos, quer à ideia de que são “campo” para a modernização indiscriminada. Considerando que, por um lado, renovação urbana não quer dizer substituição pura e simples das estruturas físicas existentes como condição da adaptação das cidades herdadas às actuais necessidades e que, por outro lado, conservação do património não significa “congelamento” mas, sim, a defesa de espaços, estruturas e elementos que, enquanto testemunhos de memória colectiva, o mereçam, afirma que as novas palavras de ordem são agora “recuperar”, “revitalizar”, “reabilitar” os conjuntos urbanos antigos permanentemente sujeitos à degradação e à mudança dos usos e das pessoas.

Assim, tomando a estrutura e forma da cidade, dos seus bairros, dos seus edifícios e espaços exteriores como um dado económico e cultural, e a trama de relações sociais e de actividades que estas estruturas físicas suportam e reflectem como um dado social, e identificando os conflitos típicos e os sintomas de crise da cidade histórica e tradicional (degradação física e social, perda demográfica, congestão, etc.), o autor propõe, no âmbito das novas políticas urbanas, o renascimento das cidades como um todo não só de ambiente físico mas também social e cultural, baseado na reabilitação urbana que, num sentido global, consiste no desenvolvimento das potencialidades intrínsecas da cidade devendo encontrar-se para cada caso, a solução mais adequada e não uma solução genérica preconcebida.

Entretanto, mais recentemente, partindo desta visão alargada da cidade e tendo presente que, por um lado, património não é exclusivo dos centros históricos nem se limita ao edificado e que, por outro lado, a cidade contemporânea é cada vez mais um espaço de mobilidades de pessoas e actividades, no espaço e no tempo, considera, ainda o mesmo autor, que se devem manter os esforços para os anteriores “rês” (requalificar, revitalizar, reanimar, renovar-conservando) através de uma estratégia de intervenção por *layers* – que contemple simultaneamente a reestruturação e reconstrução do sistema de espaços não-edificados e a reabilitação do edificado – chegou o momento de aplicar uma nova política de “rês” às periferias que contribua para a regeneração da “cidade de fora”, pois nesta sociedade de mobilidades em vasos comunicantes e de centralidades em rede (que configura a nova condição urbana) a batalha do centro urbano e do seu património só se ganha desde as periferias<sup>353</sup>.

Nesta perspectiva, as políticas urbanas integradas da reabilitação e da regeneração, incidindo simultaneamente na cidade consolidada e na cidade alargada, e na valorização

---

<sup>352</sup> Refere o autor que ao escrever “antigas” e não “históricas” pretende considerar e encarar o conjunto de problemas das referidas áreas urbanas na sua totalidade e não apenas aquelas partes a que se atribui um valor histórico ou monumental; e que ao escrever “áreas” e não “centros” lhe interessa tratar não apenas a área central mas também os bairros residenciais mais ou menos antigos, com maior ou menor valor patrimonial que não constituem propriamente o centro e que não são considerados necessariamente como património nacional, mas que são importantes porque é através deles que o cidadão a identifica frequentemente como a sua terra e que constitui, por isso, um grande valor de cultura arquitectónica, histórica e emocional, de âmbito local ou regional.

<sup>353</sup> PORTAS, N., “À volta da cidade” (2003) em ob. cit., 2005, pp.195-201.

patrimonial (e quer nas áreas restritas onde incidem, quer na sua articulação com o sistema sócio-territorial mais vasto onde se inserem), e utilizando o «projecto urbano» e o «projecto de paisagem» como instrumento de planeamento e desenho da cidade, compreendem as seguintes intervenções:

(i) reabilitação dos centros históricos reforçada pela identidade cultural expressa nas formas sociais e patrimoniais e pela dinamização dos sectores económicos em expansão nas áreas do turismo e da cultura; acção que deve ser simultânea à revitalização urbana de “outras centralidades” (mais ou menos periféricas) de modo a atribuir uma “nova” estrutura funcional e relançar a vida económica e social dessas partes da cidade em decadência;

(ii) regeneração dos tecidos urbanos periféricos potenciando centralidades embrionárias enquadrando-as numa rede legível onde os centros com mais história e prestígio ocupariam um ou mais nós, e numa “malha” coerente de mobilidades e continuidades paisagísticas: ecológicas, culturais e patrimoniais;

(iii) recuperação do parque edificado, residencial ou comercial, devoluto ou degradado, de modo a inverter a crise do comércio tradicional e de proximidade, assegurar a manutenção das estruturas sociais de vizinhança evitando a fuga da população residente ou a degradação física e social dos bairros críticos (centrais ou periféricos);

(iv) revitalização de espaços, estruturas e elementos edificados que se tornaram obsoletos particularmente os situados em locais de elevado valor simbólico, de forte visibilidade e impacto social e ecológico (zonas portuárias, industriais, etc.);

(v) reconstrução do sistema de espaço colectivo como estrutura e suporte da morfologia urbana da cidade antiga e sua articulação com os sistemas de mobilidade mais extensivos e os incentivos à reanimação social e económica (comércio, artesanato, turismo); acção que deve ser simultânea à reestruturação dos grandes espaços da cidade-região através dos elementos de continuidade ambiental e cultural da nova dimensão do espaço público como estruturas de sustentabilidade da paisagem.

Concluimos que o progressivo alargamento do âmbito conceptual de património urbano é convergente com a actual configuração integradora da noção de cidade e que existe uma forte correlação entre aquele enunciado de património e os processos e os instrumentos de intervenção nesse mesmo quadro patrimonial.

Por outro lado, a actual noção de património urbano e a necessidade de um olhar sobre a cidade, na sua globalidade, está estritamente relacionado com a concepção dinâmica e abrangente da noção de património arquitectónico e arqueológico e a evolução dos conceitos da sua protecção.

A origem do conceito de património arquitectónico poderá estar associada à expressão «monumentos históricos» utilizada pela primeira vez em 1790 aplicada aos edifícios com valor cultural<sup>354</sup>.

Concepção que irá permanecer até 1913, ano em que Giovannoni elaborou o conceito de arquitectura menor que numa perspectiva mais global, historicista e esteta, engloba a noção de arquitectura doméstica, tornando-se parte integrante de um novo monumento: o conjunto urbano antigo<sup>355</sup>, com o qual se passa a identificar o conceito mais abrangente de património arquitectónico.

Será após esta data, já no final da Década, que surgiram as primeiras normas internacionais especificamente consagradas à salvaguarda do património arqueológico e arquitectónico.

Relativamente a este, um dos maiores avanços teóricos e normativos foi o abandono da aceção inicial orientada para as configurações directamente visualizáveis e de grande prestígio – os monumentos – e dos princípios da sua protecção isolada, para uma concepção que, para além da forma e do feitio dos objectos e dos conjuntos, procura as relações entre eles, e para uma protecção que passa a abranger o tecido urbano ou a paisagem rural envolvente.

Para a compreensão do pensamento contemporâneo sobre o património arquitectónico contribuiu, de modo decisivo, um conjunto de documentos normativos emanado do Conselho da Europa nas três últimas décadas do século XX<sup>356</sup>.

No plano filosófico, o conceito de património arquitectónico não é unidimensional, isolado ou circunscrito a determinados objectos ou épocas históricas, verificando-se o seu alargamento progressivo, passando do monumento histórico importante e individualizado, para os conjuntos arquitectónicos mais modestos, urbanos ou rurais, inseridos na sua envolvente, natural ou edificada, abrangendo, ainda, as contribuições contemporâneas.

Ao ser considerado uma expressão da história e ajudar-nos a compreender a importância do passado (mais ou menos recente) na nossa vida actual, o património arquitectónico forma parte essencial da memória do nosso tempo pelo que necessita ser transmitido às gerações

---

<sup>354</sup> JOKILEHTO, J., ob. cit., 2002, p.69.

<sup>355</sup> CHOAY, F., ob. cit., 1992, p.110.

<sup>356</sup> Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975); Declaração de Amesterdão (1975); Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território (1977); Recomendação 813 sobre a Arquitectura Contemporânea (1983); Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Granada, 1985); Recomendação N°R(89) sobre a Protecção e valorização do Património Arquitectónico Rural, e respectivo Anexo; Recomendação N°R(91)13 sobre a Protecção do património Arquitectónico do Século XX (1991).

futuras, razão pela qual resulta óbvio constituir um capital espiritual, cultural, económico e social que, ameaçado de degradação e destruição, exige cooperação de todos com vista à sua protecção.

No plano jurídico, a consagração dos aspectos fundamentais das políticas de salvaguarda e valorização do património arquitectónico, marcada por aqueles documentos internacionais e incorporados a nível nacional na Lei do Património Cultural Português, traduz-se num conjunto de preocupações, princípios e medidas concretas.

Assim, face à especulação fundiária e imobiliária, considerada a principal causa de delapidação do património arquitectónico, é reconhecido que só a *conservação integrada*<sup>357</sup> como objectivo do planeamento urbano e regional no âmbito de uma política global e democrática do ambiente e de uma política social de habitação, poderá permitir resultados satisfatórios no que diz respeito à protecção dos conjuntos arquitectónicos e dos bens patrimoniais, concebida desde uma perspectiva global.

Actualmente, o significado do património arquitectónico e a legitimidade da sua conservação são melhor compreendidos atendendo ao facto de o “novo urbanismo e a nova arquitectura” procurarem reencontrar espaços mais confortáveis e sustentáveis, escalas humanas, a mistura de usos e funções e a diversidade sócio-cultural que caracteriza os conjuntos arquitectónicos tradicionais, admitindo que a sua reabilitação contribui para reduzir o crescimento das periferias urbanas e atenuar as pressões que estas exercem quer sobre aqueles, quer sobre os espaços ecologicamente sensíveis, pelo que as políticas de ordenamento da paisagem, aos vários níveis, devem integrar as exigências do património arquitectónico e contribuir para a sua conservação integrada, cujos princípios se mantêm válidos até aos nossos dias, pois “(...) *sem a disponibilização dos meios adequados e sem a concertação de todos os intervenientes nos processos de ordenamento do território, não será possível preservar os bens que a nossa actual sensibilidade e cultura levam a considerar como «património arquitectónico», nem se poderão atingir os objectivos sociais de melhoria das condições de vida (...)*”<sup>358</sup>.

Como vimos, em resposta às emergentes preocupações e interesses sobre o património arquitectónico produziu-se a ampliação do seu âmbito conceptual e o indispensável alargamento da sua protecção.

---

<sup>357</sup> Introduzida em 1975 pela Carta Europeia do Património Arquitectónico e pela Declaração de Amesterdão (que reúne as conclusões do Congresso sobre o património arquitectónico europeu) a conservação integrada é entendida como o resultado da acção conjunta dos métodos e técnicas de restauro e de reabilitação de edifícios e conjuntos urbanos antigos, sendo que a manutenção permanente do património arquitectónico permitirá, a longo prazo, evitar custosas operações de reabilitação cujos materiais e técnicas só deverão ser aplicados após o parecer favorável de instituições científicas independentes. Para além de promover os métodos, as técnicas e as competências profissionais ligadas ao restauro e à reabilitação, a conservação integrada exige meios financeiros apropriados, uma adaptação das medidas legislativas e administrativas, responsabiliza o poder local e apela à participação dos cidadãos, implica a sua integração na vida social e constitui um dos principais objectivos do planeamento urbano e do ordenamento do território.

<sup>358</sup> LOPES, F., e CORREIA, M.B., ob. cit., 2004, p.33.

A definição de património arquitectónico consagrada pela Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa relaciona-o com os seguintes bens imóveis:

- os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;
- os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica;
- os sítios: obras combinadas do homem e da natureza que constituam espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.

A defesa e salvaguarda destes bens exige o alargamento da protecção quer aos elementos decorativos, interiores e exteriores, aos equipamentos e mobiliário urbano que concebidos em simultâneo com a arquitectura conferem significado à criação arquitectónica, tanto antiga como a mais recente e tanto a erudita como a popular, quer ao conjunto das componentes do meio envolvente, natural ou edificado, englobando a paisagem rural, os elementos edificados isolados, os grandes conjuntos edificados e inclusive cidades contemporâneas incluindo os espaços públicos.

Razão pela qual, as políticas de conservação, entendendo o património no seu todo e contemplando diferentes tipos de intervenção (controlo ambiental, recuperação paisagística, reparação, restauro, reabilitação, de modo a mantê-lo num contexto adequado e adaptando-o às necessidades da sociedade) devem incluir a protecção do património arquitectónico nos objectivos essenciais do planeamento e desenho da cidade e da paisagem.

No mesmo sentido, e acompanhando as tendências de maior abrangência e integração relativas ao património arquitectónico (de cujas estruturas alguns elementos do património arqueológico fazem parte), regista-se o alargamento contínuo da noção de património arqueológico e a evolução dos conceitos e metodologias sobre a sua protecção:

(i) a importância da participação activa das populações na protecção e conservação do património arqueológico (Carta Internacional sobre a Protecção e Gestão do Património Arqueológico, 1990), mas também na tomada de consciência do seu valor para uma melhor compreensão do passado e dos perigos que o ameaçam, assim como na sua fruição através da promoção do acesso público a testemunhos importantes desse património (Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, 1992);

(ii) a necessidade de conciliar e articular a arqueologia com o urbanismo e o ordenamento do território com base na defesa dos princípios da conservação integrada (ambos os documentos anteriores) e na defesa de paisagens arqueológicas (Carta de Cracóvia, 2000);

(iii) a utilidade da manutenção dos inventários e a criação de parques arqueológicos com vista à conservação dos bens patrimoniais no seu local de origem (Carta Internacional e Convenção), no pressuposto de que qualquer intervenção que afecte o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem (Carta de Cracóvia).

Perspectiva que se baseia quer no reconhecimento do património arqueológico como testemunho essencial sobre as actividades humanas do passado, quer na convicção de que é uma riqueza cultural frágil e não renovável, considerando-o como um conceito que se aplica às estruturas, construções, conjuntos edificados e respectivo contexto, e aos vestígios de toda a espécie, à superfície, no subsolo ou submersos, bem como a todos os objectos culturais móveis que lhe estejam associados e cuja preservação e estudo permitem traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente.

Estas encontram-se expressas na paisagem que, encarada como produto da história, humana e ecológica, e como verdadeiro arquivo histórico e natural, “contém” os vestígios e as marcas nela inscritos pelos nossos antepassados e que configuram o património no seu conjunto: natural e cultural, urbano, arquitectónico e arqueológico.

Reflexão que se baseia num duplo reconhecimento: o do conceito de património numa perspectiva global abarcando tanto a sua vertente histórica e cultural como a sua componente natural, e o de que a paisagem integrando as distintas tipologias de património encerra, em si, uma ideia unificadora do conceito de património – o património paisagístico.

### 3.3. O património paisagístico: a ideia unificadora do conceito de património.

Da harmonização de conteúdos e objectivos dos conceitos de paisagem, cidade e património às novas formas de entender a paisagem como património.

A noção de património tem evoluído como as noções de cidade e de paisagem, verificando-se uma convergência do progressivo alargamento do âmbito conceptual de património com a actual configuração, holística e integradora, das ideias de cidade (região) e de paisagem (global), e a correspondente harmonização de conteúdos e objectivos dos três conceitos.

Neste sentido, se na evolução conceptual de património se transitou de uma preocupação mais parcial e específica pela protecção do que se reconhecia como património cultural (urbano, industrial, arquitectónico, arqueológico) para uma visão mais global e generalista

que reconhece, também, a própria construção da paisagem como componente intrínseca da esfera patrimonial, ao mesmo tempo, considera-se que toda a paisagem é cultural, com maior ou menor grau de intensidade da presença humana, constituindo-se como a nossa herança, o nosso património, pelo que, hoje em dia, o património de um povo ou de uma região, está inscrito sobretudo na paisagem, com a qual se “confunde” (uma vez que ela contém todos os traços deixados pelo trabalho das gerações que nos precederam), elevando-a à condição de património na sua acepção mais ampla e integradora: a de património paisagístico.

Por outro lado, na prática do planeamento urbano e do ordenamento do território, isto traduziu-se na consideração e na protecção não apenas das áreas urbanas antigas ou detentoras de um património arquitectónico de interesse, mas também do espaço rural e natural que passou a ser considerado parte integrante do património paisagístico herdado e elemento indissolúvel dos espaços urbanos na constituição e formalização da paisagem como uma unidade, não sendo possível entendê-los separadamente, pois trata-se de conservar a forma cultural que se configura na estrutura global da paisagem e que é comum à totalidade dos espaços.

A incorporação de todos os valores e novas acepções, tanto sobre as noções de cidade e de paisagem, como sobre a de património, relaciona-se com a reivindicação de um novo modelo de desenvolvimento territorial e urbano que, ao mesmo tempo que reincorpora a (re)valorização do património entendido no seu sentido mais amplo, superando a óptica estritamente conservacionista e contemplando outros conceitos e metodologias de intervenção, nega a falsa oposição campo e cidade concebendo a paisagem como espaço histórico e cultural, contínuo, vivo e dinâmico, cuja evolução está directamente “comprometida” pela sua própria complexidade e diversidade biológica e cultural.

Nesta perspectiva, e num momento em que, por um lado, devido à intensa presença e acção humana é cada vez mais controverso falar de património cultural e de património natural e, por outro lado, se exige a elaboração de estratégias conjugadas de salvaguarda e de valorização conjunta do património edificado e natural, planeando de forma articulada estes dois aspectos indissociáveis do património paisagístico, este conceito pretende indicar a tendência à integração simultânea de ambos, relacionado com as actividades económicas e sociais, a cultura e a ecologia, constituindo-se como uma modalidade mais ampla e integradora de construir inter-relações e interdependências e, neste sentido, um modo diferente de produção de cidade e de paisagem, baseado na ideia e no valor destas como património.

De acordo com Di Méo<sup>359</sup> a existência de um parentesco conceptual entre as noções de património e de paisagem está na origem da extensão da ideia de património ao espaço da paisagem, no início do século XX e progressivamente estendido, ao longo do século, a territórios e regiões cada vez mais amplas.

Dinâmica que Silvano<sup>360</sup> designa por *patrimonialização do espaço* e que nós denominaremos, atendendo às reflexões e à linha de pensamento que temos vindo a desenvolver, por *patrimonialização da paisagem* associando-a a essa partilha conceptual: o território quando transformado, pela acção do homem, em paisagem é, particularmente, vocacionado para incorporar os atributos do património (conotando esse trabalho cultural com a transformação do território em paisagem e simultaneamente em património), processo de construção cultural responsável pela “construção” do património paisagístico.

Este, entendido na sua acepção mais abrangente, construído tanto por materiais vivos como por materiais inertes, é, sem dúvida, o legado mais visível no nosso território que se depara hoje com novos desafios resultantes sobretudo de conceitos e escalas de intervenção que remetem para a própria paisagem como património.

A integração da paisagem no âmbito conceptual de património cujo início terá ocorrido, como vimos, no início do século XX, consolidou-se no decurso da segunda metade do século, proporcionada pelos novos entendimentos de cultura, de história e de ecologia, que conduziram à reformulação do conceito de património, ampliando-o consideravelmente.

A associação do património cultural com a natureza, à escala internacional, iniciou-se em 1956 quando a UNESCO por meio do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (ICCROM), propõe a abordagem conjunta dos bens patrimoniais de origem cultural ou natural.

Será, no entanto, em 1962 que se dá um passo decisivo na compreensão e aceitação da paisagem como património, através da Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e Carácter das Paisagens e dos Sítios que tem como objectivo a preservação e o restauro do aspecto original das paisagens naturais, rurais e urbanas, quer sejam obra do homem ou da natureza, chamando a atenção para a importância científica e estética daquelas paisagens, e para o facto de constituírem um património considerado um factor fundamental nas condições de vida das populações.

Considera, ainda, que face aos perigos que a vida moderna implica para o património paisagístico, devem ser adoptadas medidas de protecção por parte dos planos de urbanização e de ordenamento do território, para além do envolvimento do público na defesa desse mesmo património.

---

<sup>359</sup> DI MÉO, G., « Patrimoine et Territoire, une parenté conceptuelle » em *Espaces et Sociétés*, nº78, Paris, 1995, pp.21-29

<sup>360</sup> SILVANO, F., “Patrimonialização do Espaço e Afirmação Identitária” em *Almadan*, nº12, III Série, Centro de Arqueologia de Almada, Dez. 2003, pp.129-134.

Também foram relevantes no processo de concepção e ampliação do que se compreende por património paisagístico, as conclusões dos estudos para a tutela e valorização do património realizados em Itália pela Comissão Franceschini, entre 1964 e 1967.

Numa Declaração de Princípios, considera esta Comissão<sup>361</sup> que os bens patrimoniais a classificar e preservar integram os bens culturais e os bens ambientais, incluindo, os últimos, bens urbanísticos ou bens paisagísticos, definidos estes como aqueles especificamente naturais, ou seja, espaços naturais de carácter geográfico ou ecológico unitário e de interesse relevante para a história natural, ou que testemunham a transformação daqueles espaços pela acção humana, exemplo da paisagem urbana e rural.

A definição de património pelo duplo aspecto, cultural e natural, baseada na compreensão de que o homem interage com a natureza, no espaço e no tempo, em toda a sua diversidade e criatividade sendo necessário preservar o equilíbrio entre ambos, foi consagrada pela Convenção para a protecção do Património Mundial.

A partir da Década de Setenta do século XX estabelece-se, pela via da ecologia da paisagem e da relevância do ordenamento do território, através da visão globalizante do espaço, cuja unidade básica de análise passa a ser a paisagem, uma concepção mais dinâmica e abrangente de património baseada na ideia de integração da cultura e da natureza como duas realidades complementares e inseparáveis na configuração do património paisagístico enquanto ideia unificadora da noção de património.

Nesta perspectiva, o conceito de património paisagístico encerra, em si, uma ideia integradora e unificadora, abrangendo os distintos tipos de bens, tanto as criações da cultura como as da natureza que, considerados escassos e não renováveis, devem ser geridos de forma integrada e articulada no âmbito dos processos de planeamento e ordenamento dos recursos e usos do solo.

A consideração da paisagem como unidade patrimonial e elemento essencial de análise, integrada no processo de desenvolvimento sustentável, é assumida pelos documentos internacionais nas últimas três décadas<sup>362</sup>.

---

<sup>361</sup> GONZALEZ, I.V., *Conservación de bienes culturales*, ed. Cátedra, Madrid, 2003, p.46.

<sup>362</sup> Numa época em que a crescente universalidade das técnicas de construção e das formas arquitectónicas apresenta o risco de criar paisagens uniformes em todo o mundo, a Recomendação de Nairobi sobre a Salvaguarda dos Conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea (UNESCO, 1977) alerta para a necessidade de preservar a integridade das comunidades rurais históricas no seu enquadramento natural, e evitar-se, deste modo, a degradação da paisagem, pelo que se deve adoptar uma política de salvaguarda integrada dos conjuntos históricos e do contexto paisagístico, aplicável em todo o território. No mesmo ano o Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território (Conselho da Europa) reconhece os graves perigos que os desequilíbrios ambientais criados pela exploração intensiva dos recursos naturais estão a causar no espaço rural, e apela para a preservação conjunta da arquitectura rural e a sua paisagem, no âmbito do planeamento económico e do ordenamento do território.

O alargamento contínuo da percepção integrada do património é assumido pela Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos (ICOMOS, 1981) que materializa as preocupações sobre este novo património (paisagístico) e que requerem regras doutrinárias específicas para a sua preservação e valorização.

Definindo políticas patrimoniais respeitadoras dos princípios da Carta Europeia do Ordenamento do Território (1983) outros documentos, que vão da Recomendação N°R(89)6 sobre a Protecção e a Valorização do Património Arquitectónico Rural (Conselho da Europa, 1989) à Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS, 1999), propõem a elaboração de estratégias conjugadas de salvaguarda e de valorização conjunta do património edificado e natural, planeando de forma

Comum a todos eles, a ecologia, o urbanismo e o ordenamento da paisagem aparecem como ideias-chave, e os princípios da conservação integrada enquadram a salvaguarda e valorização do património paisagístico no sentido da intervenção simultânea sobre os sistemas sociais e naturais, preconizando o desenvolvimento global das regiões aos níveis económico, cultural e ambiental.

Baseando-se no reconhecimento de que a paisagem, resultado e reflexo da interacção entre a sociedade e a natureza, integra o património natural e cultural e possui uma relação histórica com o território e as cidades, sendo um elemento fundamental na qualidade de vida das populações, a Carta de Cracóvia e a Convenção Europeia da Paisagem (ambas de 2000) contribuem para a relevância e a consolidação da ideia de património paisagístico como parte importante da identidade colectiva, como um recurso económico fundamental para o desenvolvimento e como um atributo intrínseco a todo o território que há que saber preservar e gerir, integrado nas políticas de ordenamento e de urbanismo, nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, tal como em todas as políticas que tenham um efeito directo ou indirecto sobre a paisagem.

A nível nacional e apesar de em distintos diplomas legais, quer no âmbito do ordenamento, quer do ambiente, surgirem inúmeras referências directas à paisagem, esta está omissa como património inclusive na actual Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e de valorização do património cultural, constituindo, tal facto, uma das causas de degradação gratuita das nossas paisagens tradicionais, o desaparecimento da sua zonagem e compartimentação (destruição abusiva de montados e de outros sistemas agro-silvo-pastoris, de sebes vivas, etc.) ou da adulteração paisagística das quintas de recreio e jardins históricos considerando-se apenas como património, o edifício<sup>363</sup>, renegando a concepção contemporânea e universal de património no sentido lato do termo.

Embora a Lei de Bases do Ambiente esteja mais próxima desta visão integrada ao qualificar o património natural e edificado como componente ambiental humana e inter-relacionar a sua protecção com a defesa da paisagem rural e urbana, no âmbito do ordenamento do território e da conservação da natureza, o que é certo é que a Lei do Património, ao não reconhecer aquela Lei, é bem representativa das visões sectoriais que têm orientado e dominado as políticas nacionais de planeamento, manifestando a situação pouco clara e amadurecida da nossa legislação respeitante ao património que continua a não contemplar a noção de património paisagístico.

---

articulada estes dois aspectos indissociáveis do património, conceito vasto que abrange quer o ambiente natural, quer o cultural e que engloba as noções de paisagem, de sítios naturais e "construídos" e de biodiversidade.

<sup>363</sup> TELLES, G.R., "Património e paisagem. De quem é a responsabilidade na degradação da paisagem?" em AP-Boletim da APAP, nº2, Out. 2002, p.2.

Recorremos mais uma vez ao pensamento, extraordinariamente esclarecedor, do Professor Ribeiro Telles<sup>364</sup> para, partindo da ideia integradora de paisagem, por um lado, como elemento agregador e de síntese, superador da oposição artificial – natural e, por outro lado, como o primeiro e mais importante património de um país, considerar que no conceito, holístico e integrador, de património paisagístico as noções de património natural e cultural se associam no binómio “território/espço – tempo”, correspondente à intervenção do homem, e reproduzido numa estrutura permanente, o *continuum naturale* e numa estrutura produtiva, o *continuum culturale*.

Nesta perspectiva, pretende-se superar a inicial rigidez conceptual e operativa da noção de património baseada no antagonismo elemento – conjunto, ponto – área, edificado – natural, recorrendo a uma ideia emergente (de património) que não poderá deixar de assumir a sua dimensão paisagística e onde prevalece a ideia de que há, hoje, uma necessidade de entender e intervir no património na sua totalidade e, essencialmente, na dinâmica das relações territoriais estabelecidas entre os sistemas, as estruturas e os espaços, de características e de qualidades diferentes, que compõem a paisagem.

Contexto em que se propõe, através de uma visão transversal e integrada, a noção de património paisagístico como entidade global simultaneamente histórica, natural, urbana, arquitectónica, arqueológica, construída com a “sabedoria territorial” na organização da paisagem.

Neste sentido, o património paisagístico é entendido, hoje, desde distintas leituras, não antagónicas mas complementares, que revelam a sua riqueza conceptual. As novas formas de entender a paisagem como património, considerando a diversidade de valores e atributos que o próprio conceito encerra, a sua relação com o actual debate disciplinar e a sua influência sobre as futuras propostas de intervenção urbana e paisagística, podem ser resumidas do seguinte modo:

i) a paisagem como património global – o património paisagístico considerado como reflexo cultural de uma determinada sociedade no território onde se instala, detém duas dimensões: a ambiental, representada fundamentalmente pelos espaços e recursos naturais de interesse, e a social manifestada por uma particular organização e configuração espacial (urbana, arquitectónica, rural), caracterizando e marcando culturalmente, em ambos os casos, de forma singular o território e a paisagem, sendo que, neste sentido, a noção de património paisagístico compreende a de património cultural.

---

<sup>364</sup> TELLES, G.R., “Paisagem e património”, exposição oral em Curso de Especialização de Direito do Ambiente, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 1994/5; “Que Planeamento Urbano temos em Portugal?” em Almadan, III Série, nº12, CEAA, Almada, Dez. 2003, pp.95-102.

Deste modo, a componente artificial, o edificado sobre determinado lugar complementa o natural, o não-edificado, a matriz ecológica pré-existente, através de um equilíbrio entre o projectado, o construído (quer por materiais inertes, quer por materiais vivos) e as características biofísicas do sítio, embora como refere Ortega Valcárcel<sup>365</sup>, o que determina o valor patrimonial da paisagem, que conduz ao seu reconhecimento e preservação, é a sua aceitação social como legado cultural.

É este o entendimento da Convenção Europeia da Paisagem que se baseia no reconhecimento de que a paisagem integra o património natural e cultural e, neste sentido, é uma componente importante da sua identidade;

ii) a paisagem como sobreposição e articulação de estruturas – a nova forma de entendimento da paisagem como espaço de organização complexa produto da adição e interacção de múltiplos processos, naturais e antrópicos, apoia-se na leitura da paisagem a partir da sua estrutura formal, da sua imagem física e da sua construção histórica. Desta, resulta a paisagem compreendida como um sistema, dinâmico e complexo, constituído por estruturas – edificada, ecológica, cultural, patrimonial, de mobilidade – justapostas e entrelaçadas.

Esta concepção da paisagem como estruturas sobrepostas e articuladas permite a superação da dicotomia campo – cidade, urbano – rural, centro – periferia, a favor do entendimento da paisagem como espaço contínuo e estruturado, mosaico de cheios e vazios, com edifícios e elementos não-edificados, em constante transformação, adaptando-se progressivamente às aspirações e necessidades sociais.

Neste sentido, a análise morfológica da paisagem e do processo da sua construção, a partir do reconhecimento das distintas estruturas que a conformam, permite apreender lógicas de desenvolvimento espaciais úteis ao processo de planeamento orientando a formulação de novos objectivos para a preservação e transformação da paisagem.

Considerando que na intervenção paisagística à grande escala, o que se pretende, é fazer ressaltar, tanto as estruturas ecológicas como as antrópicas, dando-lhes coerência e legibilidade<sup>366</sup>, julga-se fundamental garantir uma estrutura de continuidade cultural e ambiental que constitua uma rede de vertebração paisagística de preservação do património;

iii) o sistema de espaços não-edificados como património – os espaços vazios de edificação da cidade regional contemporânea, constituem um elemento fundamental do património paisagístico, em virtude de várias das suas dimensões históricas: como elemento articulador

---

<sup>365</sup> ORTEGA VALCÁRCCEL, J., ob. cit., 2000, p.95.

<sup>366</sup> MAGALHÃES, M.R., (coord. geral), Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e delimitação, ed. ISAPress, Lisboa, 2007, p.26.

e vertebrador da paisagem global, como unidade de desenvolvimento económico e social, e como suporte para a continuidade ecológica e cultural na organização espacial, contribuindo de modo particularmente importante para a sustentabilidade da paisagem.

Devidamente articulados e relacionados com o edificado, e integrados na estrutura ecológica e cultural da paisagem, os espaços não-edificados de valor e interesse patrimonial, representam lugares significativos por assumirem, por um lado, um papel-chave na reestruturação da paisagem urbanizada e, por outro lado, o carácter de símbolos de reafirmação da identidade cultural e da memória colectiva através de uma relação de apropriação por parte das populações.

A valorização destes espaços como património paisagístico revelando o seu valor ambiental, cultural, cénico e simbólico, e convertendo-os num contínuo natural e cultural, preferencialmente *non aedificandi*, através dos sistemas rurais e naturais e dos interstícios da edificação de modo a interrelacionar a “cidade e o campo”, pressupõe a adopção de importantes estratégias territoriais:

a) controlar e regular os processos de fragmentação e homogeneização (da paisagem) mais activos actualmente, nomeadamente a tendência à conurbação e expansão da urbanização e da edificação difusa, através do estabelecimento de um «mosaico territorial» que estrutura e ordena o espaço da região por meio de propostas específicas relacionadas com a gestão da água, a agricultura, a mobilidade, uma rede de espaços naturais e de ócio, e o desenvolvimento urbano, ou seja, a organização dos usos do solo que permita a harmonização e sustentabilidade dos sistemas naturais e sociais;

b) compatibilizar a urbanização com o património na sua dimensão paisagística, o que pressupõe a necessidade de planear introduzindo as lógicas de funcionamento dos sistemas naturais e do sistema de espaços livres, evitando a quebra e o isolamento destes em ilhas, conferindo-lhes estrutura de continuidade territorial e ambiental entendendo-os como uma rede cuja conectividade através dos diversos espaços de ligação e corredores biológicos deverá atender à sua relação quer com o resto dos espaços naturais à escala supra-municipal, quer com os espaços urbanizados em termos de processos que ocorrem no interface edificado – não-edificado e cujos limites são de dinâmica tão complexa;

c) manter e fomentar a diversidade e complexidade paisagística face aos processos de simplificação e homogeneização, e garantir, deste modo, a multi-funcionalidade e a valoração dos recursos patrimoniais da paisagem<sup>367</sup>;

---

<sup>367</sup> Os recursos patrimoniais da paisagem integram: os recursos culturais – testemunho de várias civilizações são de grande riqueza e natureza muito diversa correspondendo a elementos (do património industrial e artesanal: moinhos, azenhas, noras,

d) reclamar o reconhecimento dos valores morfológicos, naturais, culturais e produtivos dos espaços não-edificados, entendendo-os como factores e como processo a partir da sua estrutura e da sua construção histórica, guiados pela convicção de que na sua identidade está e deve fundamentar-se a sua própria alternativa de ordenamento; neste sentido, a reestruturação, o reordenamento do sistema de espaços não-edificados, de modo a que seja capaz de dar resposta às solicitações a que está submetido, requer a descoberta e a actualização da estrutura que informou a sua construção: “modelação” do relevo, parcelamento fundiário e compartimentação da paisagem (sebes, muros, etc.), organização do sistema viário e das estruturas hidráulicas, sistema de drenagem natural, implantação das edificações;

e) manter e completar a estrutura formal da paisagem, nomeadamente da rural, com o estabelecimento de acções e iniciativas como a reflorestação, a protecção de elementos tradicionais (muros, sebes, caminhos, estruturas hidráulicas, edifícios), a preservação das linhas de água a céu-aberto e galerias ripícolas, e a previsão e controlo das “consequências” ecológicas e formais dos elementos novos introduzidos, de modo a garantir a manutenção da identidade e carácter da paisagem;

f) potenciar a apropriação visual e perceptiva da paisagem, e valorizar o património do sistema de espaços não-edificados, reconhecendo a sua importância na formação individual e colectiva e no enriquecimento das estruturas da paisagem, através de uma rede de miradouros e de percursos culturais que contribuem para que o património (paisagístico) participe e se integre no presente constituindo uma mais valia para o desenvolvimento cultural das comunidades;

g) estabelecer as prioridades das políticas paisagísticas e patrimoniais, identificando em cada âmbito e escala de ordenamento aqueles espaços de maior necessidade e urgência das mesmas, tanto pelo seu estado de degradação (centros históricos, periferias urbanas, zonas industriais e agrícolas abandonadas, lixeiras, pedreiras, etc.), como pelo seu dinamismo (frentes ribeirinhas, corredores fluviais, etc.).

---

caleiras, etc., da arquitectura popular, do sistema viário tradicional: caminhos, calçadas, vias pecuárias, etc.) que oferecem diversas oportunidades para a revalorização turística e cultural do espaço rural; recursos ambientais – a relação entre o homem e o meio determina que a paisagem rural nas suas diversas manifestações (matas, montados, hortas, “montes”, aldeias, etc.) detenham uma elevada qualidade ambiental que os converte num elemento atractivo para as populações e para o desenvolvimento de actividades lúdicas e recreativas; e recursos antropológicos – o meio rural conserva costumes e tradições culturais genuínos em vias de extinção cuja utilização como recurso turístico ou cultural pode servir tanto para a sua preservação, como contribuir para o desenvolvimento sócio-económico da região.

iv) o património paisagístico como suporte para o desenvolvimento – ao poder ser comparado, em sentido figurado, a um palimpsesto no sentido em que nele se podem rastrear e interpretar as marcas, os sinais de vários períodos históricos e de diferentes intervenções humanas, o património paisagístico é entendido, actualmente, por uma acumulação contínua e diversa de causalidades naturais e culturais (formações, ocorrências, objectos, saberes, conhecimentos, lugares, paisagens) e que, se por um lado, estabelece uma ligação ao passado permitindo a identidade cultural de um povo, por outro lado, representa um suporte para o futuro.

Nesta perspectiva, se a noção de património paisagístico pressupõe a existência de relações equilibradas e harmoniosas entre a sociedade e o território, a qualidade da paisagem constitui um elemento essencial para o êxito das iniciativas económicas e sociais de carácter público e privado.

Para isso tem contribuído a emergente compreensão da paisagem como património que implicou a superação da etapa estática de entendimento do património como objecto de contemplação e deleite, para uma concepção mais dinâmica que consiste na sua incorporação activa nos processos de desenvolvimento social e económico.

Num momento em que desenvolvimento e conservação não podem ser entendidos como termos antagónicos mas antes como realidades necessariamente compatíveis fruto de novas formas de utilização, gestão e valoração do património e da sua revalorização produtiva, é a própria paisagem que enquanto património adquire a condição de recurso, valor e agente chave para o desenvolvimento.

Nesta ordem ideias, o património paisagístico cumpre a função de ser um elemento de dinamização das economias locais e regionais sob modalidades que abrangem desde a preservação da natureza e dos agrossistemas tradicionais em parques naturais ou agrícolas, até à reabilitação de edifícios e terrenos para novas actividades empresariais ou para projectos de turismo cultural e da natureza, sem esquecer acções de requalificação urbana e ambiental como catalizadores das actividades económicas e sociais.

Deste modo, o património paisagístico incorpora-se como elemento activo nas estratégias de desenvolvimento sócio-económico e no sistema operativo do poder e da sua base económica, e caracteriza formas de desenvolvimento endógeno.

Com efeito, o conhecimento dos modelos de construção da paisagem na sua evolução histórica e na sua inter-relação com as actividades económicas, constitui a “chave” fundamental no processo de ordenamento que passa a defender, ao contrário da conservação museológica, a necessidade da salvaguarda activa dos valores patrimoniais da paisagem mediante a sua incorporação dinâmica nos processos socioeconómicos e espaciais em curso, sob critérios de sustentabilidade.

Razão pela qual recalcamos a ideia de que a paisagem é o património ao mesmo tempo mais importante e mais ameaçado porque é o espaço de suporte da vida e das pressões e éticas culturais de administrar o desenvolvimento sócio-económico.

A consideração da paisagem como um recurso cultural e económico advém da sua recente e progressiva valoração como parte do património paisagístico, conceito integrador e inclusivo que resulta quer da evolução conceptual da própria noção de património, quer da progressiva reelaboração teórica do conceito de paisagem.

Ambos convergem na identificação e qualificação da própria construção do espaço, para além do edifício, da própria construção da paisagem no seu todo, como património paisagístico, e na consideração dos seus valores estruturais e no património da morfologia urbana e paisagística como critério para o ordenamento da região urbana.

Na prática do ordenamento e do urbanismo isto traduziu-se na consideração e protecção, não apenas das áreas urbanas detentoras de património arquitectónico de interesse, mas também do espaço rural e natural que passou a ser considerado parte desse património cultural herdado, elemento indissolúvel das áreas urbanas na constituição e formalização da paisagem global, não sendo mais possível entender um sem o outro, uma vez que se trata de conservar a forma cultural que se materializa na estrutura global da região urbana.

Perspectiva que nos permite constatar a existência de uma evolução terminológica e conceptual paralela das noções de paisagem, cidade e património e a consequente harmonização de conteúdos e objectivos expressa nos emergentes conceitos, holísticos e integradores, de paisagem global, cidade-região e património paisagístico.

A incorporação dos novos valores e acepções no *corpus* teórico e na *praxis* do ordenamento e do urbanismo, que os inter-relaciona e articula enfatizando a sua contribuição enquanto instrumentos para a (re)invenção da paisagem, a (re)descoberta do património e o (re)desenho da cidade, está directamente vinculada à reivindicação de um novo modelo de desenvolvimento territorial e de organização e gestão espacial mais atento à identidade e carácter da paisagem, à nova escala dos territórios urbanizados e aos valores patrimoniais num sentido amplo.

## 5. PAISAGEM E PATRIMÓNIO: O (RE) DESENHO DA CIDADE.

O contributo das noções, holísticas e integradoras, de paisagem, cidade e património na definição de outros rumos para a *urbe* contemporânea.

A visão global e inter-sectorial da cidade, a longo prazo, e a definição de uma estratégia de intervenção considerando a sua actual dimensão regional exige, por um lado, a recusa das dicotomias urbano – rural, centro – periferia, global – local, económico – ecológico e, por outro lado, a adopção quer de uma abordagem integrada e sistémica (tanto das distintas visões disciplinares, como dos múltiplos problemas que a cidade apresenta), quer da conjugação e articulação de conceitos essenciais: “clássicos” e emergentes (lugar, identidade, rede, fluxos, paisagem global, património paisagístico, sustentabilidade, ecossistema urbano, etc.) operantes.

Com efeito, só o estabelecimento de uma visão holística e prospectiva apoiada numa cultura do ordenamento e gestão da paisagem, e num processo de planeamento urbano cada vez mais estratégico e sistémico, permitirá definir outros rumos para a cidade contemporânea e para os quais concorrem: (i) o conceito de paisagem global como elemento agregador e de síntese superador do antagonismo campo – cidade, e como valor associado à qualidade do ambiente urbano; (ii) a ideia de cidade-região que assume a sua actual dimensão paisagística onde prevalece a ideia de contínuo espacial urbano – rural, e (iii) a noção de património paisagístico quer como ideia inovadora de cidade, quer como reflexo de relações harmoniosas entre a sociedade e o território, e ainda como elemento de dinamização da economia local e regional.

Neste perspectiva, o novo desenho urbano para o melhor desenvolvimento das cidades não poderá deixar de integrar a paisagem – quer na sua singularidade que especifica a cidade, quer na sua pluralidade que multiplica a diversidade urbana – e o património que, não sendo exclusivo dos centros ou bairros históricos nem se limitar ao edificado, uma vez incorporado no perfil de cidade (partindo da sua visão alargada), é um vector activo no seu desenvolvimento.

Neste sentido, a diversidade espacial da paisagem urbanizada traduzida na polivalência e multi-funcionalidade, e a conectividade ecológica e social apoiada nos “*continuum*” e nas estruturas, dependem da integração cidade – campo e da conexão urbanismo – ecologia – tecnologia<sup>368</sup>.

Estes constituem, aliás, os paradigmas que sustentam as ideias que devem presidir, hoje, ao desenho da nova cidade que, considerando a natureza e a cultura e, portanto, a paisagem, passa a comportar uma nova relação entre esta e a cidade, e um sistema

---

<sup>368</sup>RUANO, M., ob. cit., 1999, pp.9-11.

espacial, global e contínuo, definido por circunstâncias geográficas, ambientais e sociais inter-relacionadas, agora num quadro supra-municipal, de redes de diversidades complementares em que as relações reticulares de fluxos e sistemas ecológicos assumem particular importância, na medida em que os espaços intersticiais – agricultados, florestados, *terrain vague*, *drosscapes*, *interscapes*<sup>369</sup> - passam a ser entendidos como parte integrante do novo modelo de urbanização.

Nesta perspectiva, tanto a dimensão supra-municipal da nova condição urbana e sua diversidade, como o reconhecimento da necessidade de compatibilização ou articulação estratégica de vários níveis (territoriais e sectores de competências/intervenção) e fórmulas de concertação (entre os vários níveis da administração pública e entre estes e o sector privado), exigem sistemas de regulação, modelos de governância mais flexíveis e eficazes, e figuras de planeamento ecológico e de desenho urbano e ambiental, operacionais, que no âmbito de um «plano global de estrutura»<sup>370</sup> contemplem, numa fusão de escalas, a definição das grandes opções quanto ao *layout* das redes – tecnológicas (dentro destas os nós e os sistemas de acessibilidade), ecológicas e culturais – que constituem a coesão funcional e formal da cidade-região.

Razão pela qual, a intervenção sobre a complexa realidade urbana e territorial – que tanto reflecte como condiciona as actuais dinâmicas sociais e económicas, e que se pretende democrática, multicultural e produtora de paisagens globais – requer uma visão estratégica e flexível, capaz de a entender global e selectivamente considerando quer as suas diversas escalas territoriais, quer os elementos que lhe conferem forma – estrutura edificada, de mobilidade, ecológica, cultural e patrimonial –, vida – redes de fluxos geoquímicos, de pessoas, bens, capitais, informação, ideias – e distinção – espírito do lugar, identidade, carácter e dimensão multi-sensorial.

---

<sup>369</sup>SOLÁ-MORALES, I., *territórios*, Gustavo Gili, Barcelona, 2002, p.103. Considera, este autor, que a expressão francesa *terrain vague*, rica de significados, compreende os lugares, os territórios e os edifícios que detêm uma dupla condição, por um lado *vague* no sentido de vazio, livre de actividade, improdutivo, em muitos caos obsoleto, e por outro lado *vague* no sentido de indefinido, vago, sem limites determinados, a que correspondem espaços abandonados pelas actividades industriais, portuárias, ferroviárias; espaços residuais nas margens dos rios e das auto-estradas, lixeiras, pedreiras, etc.

O conceito *drosscapes* – “paisagens de desperdício”- introduzido pelo arquitecto paisagista norte-americano Alan Berger na sua recente obra *Drosscapes – Wasting Land in Urban América* (ed. Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 2006), identifica e caracteriza os espaços degradados da paisagem urbanizada resultado quer da acumulação de resíduos produzidos pela sociedade contemporânea, quer pela obsolescência de estruturas edificadas pré-existentes (e que assim se tornam um desperdício). “As paisagens de desperdício” ou os espaços de acumulação de resíduos, consequência do processo de crescimento urbano disperso e da alteração dos padrões de produção e consumo da sociedade actual apresentam uma grande diversidade tipológica podendo corresponder a aterros sanitários, etar’s, sucatas, vazios entre urbanizações e infra-estruturas, aeroportos, bases militares, minas, etc, que uma vez desactivadas e desocupadas se convertem em novas oportunidades de projecto que possibilitam a (re)invenção de uma nova paisagem, a construção de um novo futuro.

No mesmo sentido Peter Lang introduziu o conceito *interscapes* (“Interscapes. Cartografando o inframundo suburbano” em COLAFRANCESCHI, D., *Landscape +*, G.Gili, Barcelona, 2007, pp.110-112) para descrever os espaços ambíguos que existem como barreira territorial entre as estruturas suburbanas e que como um interstício inclui desde as zonas não reclamadas sob os viadutos, ao redor dos assentamentos industriais, lixeiras e outras cunhas territoriais fragmentadas que existem como “colchões” de ambiguidade onde se desenvolvem actividades sociais proscritas e cujo conhecimento resulta fundamental para compreender a paisagem e a cultura suburbana contemporânea.

<sup>370</sup>Contrário aos planos racionalistas e à regulação de tipo excessivamente holístico e rígido a eles associado, o “macro-plano” de estrutura pressupõe a identificação, explicitação, qualificação e/ou construção de elementos estruturantes (ocorrências biofísicas, topográficas, geológicas, etc.) entendidos a várias escalas territoriais (a da conurbação à do bairro ou à do povoamento disperso).

As dinâmicas sociais, económicas e territoriais da região urbana exigem, assim, um novo modelo de planeamento e desenho urbano assente numa visão sistémica e integradora sobre a paisagem que inclua tanto as diversas formas e funções das paisagens urbana e rural, como as distintas (infra)estruturas que as configuram: viárias, tecnológicas, verdes e ecológicas, edificadas e culturais, e neste sentido, reclamam uma mudança nas estratégias e metodologias de desenho da cidade que, entendida como conjunto de múltiplos processos, requer uma aproximação criativa ao projecto e gestão dos sistemas da paisagem, considerando que é necessário compreender quer as relações estruturais e funcionais, e as conexões entre as redes (sobrepostas) naturais, tecnológicas e culturais, de organização territorial, social e económica, quer a interacção entre morfologia e processo, e distinguir as configurações que tendem à degradação, à entropia das que tendem para o equilíbrio e a harmonia, para a criatividade e diversidade.

#### 5.1. Para um novo desenho urbano: global, estratégico e sistémico.

As rápidas e intensas transformações da sociedade e do território implicam e tornam necessárias mudanças importantes no conceito, produção e gestão da cidade e da paisagem.

Com efeito, a sociedade deve dotar-se, hoje, com novos instrumentos conceptuais, técnicos e políticos que, de acordo com as novas formas de pensar e intervir, procurem compreender as lógicas sociais e espaciais que se estabelecem, tanto na sociedade como no território, de modo a tentar dominar, limitar ou potenciar os seus efeitos, o que exige um novo urbanismo, um novo desenho urbano e paisagístico capaz de dar uma resposta, pronta e eficaz, aos desafios que se colocam actualmente ao desenvolvimento sustentável da região urbana.

É, neste sentido, que ultimamente – face à actual realidade paisagística, complexa e heterogénea, em permanente mutação, à actual dinâmica da sociedade e à visão cultural que abrange quer as actividades, quer os valores tanto da cidade como da ruralidade – um importante conjunto de autores, ao nível nacional e internacional, de distintas áreas disciplinares (da sociologia urbana à geografia, passando pela arquitectura, urbanismo e arquitectura paisagista) têm reivindicado um novo modelo de ordenamento urbano que, orientando a acção sobre a cidade na sua dimensão paisagística, procura, através da formulação de um novo desenho urbano, estabelecer dialécticas positivas entre as cidades e entre estas e o *hinterland*, entre os espaços edificados e os espaços não-edificados, e entre estes e os comportamentos e as necessidades das populações, e contribuir, assim, para a sustentabilidade ambiental e equidade social da cidade-região.

### 5.1.1. Formulação de novas abordagens de planeamento e desenho urbano apoiadas em princípios de sustentabilidade.

Na sua mais recente obra intitulada «*Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*», o sociólogo urbano François Ascher, professor no Instituto Francês de Urbanismo (Universidade Paris-VIII), considera que a importante evolução verificada nas últimas quatro décadas na sociedade, na economia e no território, traduzida na mudança de escala e de forma da cidade, na sua recomposição social, na transformação do sistema de mobilidade urbana, na redefinição das relações entre interesses individuais, colectivos e gerais, e nas atitudes dos cidadãos face à natureza, à paisagem e ao património, exige novas e diferentes formas de pensar e intervir na cidade, novos projectos e comportamentos para o futuro da cidade, que integrou sob o conceito de neo-urbanismo. O novo urbanismo concebido pelo autor francês<sup>371</sup> apoia-se em dez novos princípios e num novo desenho urbano (à escala territorial e que contempla os efeitos e as exigências do desenvolvimento sustentável) baseados sobretudo:

- a) na necessidade de uma gestão urbana estratégica e interactiva que articula o curto e longo prazo, a grande e a pequena escala, os interesses públicos e privados, e utiliza o projecto tanto como ferramenta de análise como de negociação;
- b) dá prioridade aos objectivos e aos resultados para toda a comunidade, nos quais implica tanto os actores públicos como os privados, e utiliza novos tipos de formulação de projectos e de regulamentos baseados no princípio da equidade e num desenho urbano mais criativo e participativo;
- c) contrário ao zonamento e especialização espacial promovidos pelo urbanismo moderno, o neo-urbanismo conjuga territórios e realidades complexas apostando na multi-funcionalidade, na multi-centralidade, na inter-modalidade nos transportes e na complexidade da cidade de redes, e ainda na utilização racional dos recursos não renováveis, na preservação do património natural e cultural, e na luta contra o efeito de estufa, adoptando modelos urbanos que se baseiam nas mudanças de uso, na reutilização dos espaços urbanizados e no controlo da ocupação do solo, recorrendo para isso a dispositivos pluridisciplinares (equipas multi-disciplinares na elaboração de planos de

---

<sup>371</sup> Importa referir que o novo urbanismo reclamado por Ascher nada tem a ver com o urbanismo neotradicional britânico ou o *new urbanism* americano que Peter Katz *et al.* (*The New Urbanism. Toward an Architecture of Community*, McGraw Hill, Nova Iorque, 1994) consideram como uma linha de pensamento que defende a aplicação do paradigma da cidade tradicional aos subúrbios, convencida de que os assentamentos físicos determinam a sociedade que os habita, e que tem como principais mentores autores como Jane Jacobs, Léon Krier, Vicent Scully ou, mais recentemente, os californianos André Duany, Elizabeth Plater-Zyberk e Peter Calthorpe.

ordenamento e projectos urbanos, serviços técnicos locais, etc.), e ao desenvolvimento da ciência e da técnica nos diversos campos do urbanismo;

d) na adaptação das cidades às diferentes necessidades e aspirações das populações, possibilitando tanto a oferta de equipamentos colectivos, como a personalização dos serviços através da implementação de redes e sistemas técnicos mais complexos, baseados no recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação;

e) na concepção de espaços múltiplos com  $n$  dimensões sociais e funcionais, que combinam o real e o virtual, e são propícios tanto à intimidade como à socialização, o que requer a incorporação das exigências da gestão futura dos espaços no processo de desenho urbano;

f) face à tendência estrutural do urbanismo convencional a negar as especificidades, as singularidades de cada cidade, lugar e cultura ou reduzi-las a um simples cenário decorativo, o neo-urbanismo procura resolver os problemas caso a caso e definir soluções adaptadas a cada situação, substituindo a administração pela regulação, no sentido de limitar os problemas de funcionamento e as incoerências dos sistemas de actores urbanos, utilizando e conciliando as suas ideias em benefício dos projectos de carácter público e, deste modo, produzindo sinergias e arbitrando as iniciativas e as acções;

g) contrariamente ao urbanismo moderno, funcionalista, que ao mesmo tempo que faz “tábua rasa” da cidade herdada procede à sua conservação (monumentos, vestígios e elementos notáveis) como objecto de contemplação, o neo-urbanismo patrimonializa a cidade considerando a sua complexidade e integrando-a na nova economia do turismo urbano e cultural; neste sentido, o novo urbanismo, proposto por Ascher, baseado num desenho urbano atractivo, aproveita as distintas formas e ambientes urbanos e arquitectónicos para criar cidades diversificadas, para uma sociedade cada vez mais plural e dinâmica;

h) na promoção de uma nova e superior qualidade urbana, baseando-se na oferta de espaços públicos com uma qualidade equivalente ao espaço privado, “manipulando” não só os aspectos físicos, visíveis mas também os aspectos sonoros, tácteis e olfactivos, através daquilo que considera o desenho multi-sensorial das cidades e que possibilita a criação de ambientes diversos e mais cómodos para todos os cidadãos, incluindo os que sofrem “menos valias” sensoriais e motoras;

i) face a territórios social e espacialmente heterogêneos, o neo-urbanismo substitui o governo centralizado das cidades pela «governância urbana» – democrática, solidária e participativa – entendida como um sistema de dispositivos e de modos de actuação que reúne instituições e representantes da sociedade civil no processo de elaboração e de implementação de políticas urbanas e territoriais à escala da região urbana, considerada pelo autor como a escala a que devem ser tomadas as decisões urbanas estruturais e estratégicas.

Intuímos das palavras e do pensamento do autor francês que para o desenho da cidade contemporânea importa conhecer em profundidade os modelos de cidade compacta e cidade difusa, tanto nas suas características morfológicas como nos processos culturais e sociais da sua formação, devendo o desenho urbano assentar em bases sólidas de conhecimento da cidade e da paisagem, dos seus sistemas, estruturas, espaços e formas, e dos seus processos de formação e transformação.

Perspectiva que nos conduz para a necessidade do conhecimento dos «processos de fazer cidade e paisagem» e do estudo das morfologias urbanas e paisagísticas como ferramenta indispensável do novo desenho urbano, razão pela qual, Lamas<sup>372</sup> havia notado, com anterioridade, que a concepção da forma urbana mudara claramente de escala passando a orientar-se para uma concepção da paisagem como um todo construído, sublinhando que não se pode falar de morfologia urbana sem lhe associar o suporte geográfico, uma vez que a forma da cidade é indissociável do seu sítio e do território, ou seja, a morfologia urbana passa a ser considerada uma parte da morfologia da paisagem.

Razão pela qual é necessário, como afirma o professor Ribeiro Telles, abandonar o modelo e o processo em curso e realizar a cidade-região cujo desenho, ao mesmo tempo que contribui para a definição da estrutura edificada e das infra-estruturas artificiais que ela exige, assegura a presença de uma estrutura natural e cultural indispensável à sustentabilidade ecológica e estabilidade física da paisagem, ao conforto ambiental, recreio, cultura e imagem da cidade.

O mesmo autor conclui, através de dois textos, concisos e esclarecedores, intitulados «*Um novo desenho urbano*» (1998) e «*A Cidade e a Paisagem Global do Século XXI*» (2003) que, hoje, contrariamente ao planeamento urbano baseado no zonamento de áreas independentes, monofuncionais, bem definidas cartograficamente e unicamente caracterizadas e identificáveis pela forma sistemática como a estrutura viária se relaciona com o tipo de edificação, há que considerar no ordenamento da paisagem urbanizada uma

---

<sup>372</sup> LAMAS, J.R.G., ob. cit., 2000, pp.63-66.

estrutura contínua de funcionamento e gestão dos ecossistemas naturais e humanizados (agrossistemas e espaços de recreio).

Pelo que, acrescenta, no planeamento da cidade a presença da natureza caracterizada pela diversidade e continuidade dos sistemas, obriga a um novo conceito de desenho urbano e de concepção do espaço não-edificado, bem como a uma nova relação com a paisagem envolvente onde a sua multi-funcionalidade como espaço de produção, protecção, cultura e recreio, deverá ser assegurada.

Depreendemos do seu discurso que o desenho (e as ideias a ele subjacentes) que deve presidir à criação da nova cidade, informado pelo conceito de paisagem global, tem como paradigmas a integração cidade – campo e a conexão urbanismo – ecologia, e comporta um sistema espacial, diversificado e contínuo, definido por circunstâncias geográficas, ecológicas e culturais inter-relacionadas.

O novo desenho urbano que integra a delimitação da estrutura ecológica urbana e regional, corresponde, deste modo, a um desenho global que inspirado na natureza, na cultura e na paisagem, tem como objectivo fundamental recriar a unidade *urbe – ager* (cidade – campo) e desenvolve forças que permitam a vida, no sentido de uma cada vez maior actividade biológica dos sistemas que integram a paisagem, e respondem à inquietação estética e às necessidades sociais e culturais da actualidade.

Esta nova visão do planeamento e do desenho – global, estratégico e sistémico – da cidade-região, baseada na integração da ecologia no urbanismo, é partilhada, nos campos da teoria e da *praxis*, por distintos autores (de diferentes áreas disciplinares) de mérito internacional como é o caso, entre outros, de Richard Forman, Michael Hough e Miguel Ruano.

O primeiro autor, prestigiado professor da Universidade de Harvard, estabelece uma visão futura do desenho e do planeamento da paisagem urbanizada a partir da conjugação e da integração de três premissas essenciais:

- (i) o desenho e o planeamento constituem o instrumento chave na resolução dos problemas e dos conflitos causados pelo acelerado processo de degradação do território;
- (ii) o desenvolvimento, a longo prazo, tanto da natureza como da sociedade, depende da efectiva incorporação da ecologia e da cultura no processo de desenho e de planeamento com vista à procura de soluções criativas e duradouras;
- (iii) neste, sentido, a ecologia da paisagem proporciona, no campo teórico e da prática, a base para a conexão entre *natura* e *cultura* na criação de paisagens social e ambientalmente sustentáveis<sup>373</sup>.

---

<sup>373</sup> FORMAN, R., "The Missing Catalyst: Design and Planning with Ecology Roots" em JOHNSON, B., and HILL, K. (eds.), *Ecology and Design*, Island Press, Nova Iorque, 2001, pp.85-109.

Estes princípios foram ensaiados, recentemente pelo referido autor, na região metropolitana de Barcelona (como teremos oportunidade de analisar adiante, neste trabalho), através da aplicação concreta da óptica integradora e sistémica da ecologia da paisagem, e da compreensão das relações estruturais e funcionais, e das conexões existentes entre as redes naturais, sócio-culturais, tecnológicas e económicas que sobrepostas configuram a paisagem, chegando a propostas específicas relacionadas com a conservação da natureza, a manutenção do papel da agricultura, a gestão da água e o desenvolvimento urbano, sob critérios de sustentabilidade.

Este «projecto urbano – territorial» para aquela região constitui, sem dúvida, uma referência fundamental no âmbito internacional, quer pela formulação de uma proposta simples e clara para o conjunto da paisagem global, quer pela nova metodologia que adopta no planeamento estratégico, de base ambiental, de áreas metropolitanas, ao integrar a preservação de valores naturais e culturais com as necessidades de desenvolvimento e a melhoria de qualidade de vida das populações.

Por sua vez, Michael Hough, arquitecto paisagista e professor na Universidade de York, considera, na sua obra mais emblemática, universalmente referenciada, intitulada «*Cities and Natural Process*», datada de 1995, que uma vez que a ecologia se converteu recentemente na base indispensável para o planeamento da paisagem urbanizada, torna-se imprescindível que os processos naturais, na sua interacção com os processos antrópicos, se convertam no tema central do novo desenho urbano, defendendo de forma veemente, a ideia de que os princípios baseados na ecologia urbana e aplicados às oportunidades que proporciona a cidade através dos seus próprios recursos, constituem a base para uma estratégia alternativa de desenho que reconhece a interdependência do Homem e da Natureza nas realidades ecológicas, económicas e sociais da cidade.

Nesta perspectiva, assume o autor, que a integração do urbanismo e da ecologia conseguida através de estratégias de desenho e de planeamento, e a visão que proporciona a ecologia urbana conjugada com os objectivos sociais e económicos, criam uma base racional que “sustenta” o processo de dar forma à paisagem da cidade.

Reconhecendo que a forma de um lugar revela a sua história natural e humana, e o ciclo contínuo dos processos naturais, sendo a consequência de um dinâmico processo evolutivo resultado das mudanças económicas, políticas, demográficas e culturais, Hough avança com o que considera o conjunto de princípios fundamentais do novo desenho urbano:

a) baseando-se no princípio de que não há soluções *standard*, mas que estas devem, antes, adaptar-se ao lugar com o intuito de preservar as suas especificidades e singularidades, os valores do desenho urbano, durante muito tempo ditados pelas convenções estéticas,

devem passar a incluir os princípios da sustentabilidade ambiental, a partir do reconhecimento de que esta está determinada, em grande medida, pelas cidades;

b) considerando que, por um lado, os processos ecológicos e sociais são responsáveis pela constante transformação da paisagem e que, por outro lado, o desenho está directamente relacionado com a noção de mudança e com as oportunidades de projecto que esta proporciona, o espírito do desenho urbano deve ter a ecologia e os seres humanos na base da sua actuação;

c) baseado na constatação de que o desenho inspirado na ecologia proporciona soluções com um menor esforço e mais baratas, adopta o princípio da economia ou do mínimo esforço do qual emerge uma nova linguagem de desenho que ao prover a criação de novas formas na cidade, de baixo custo em termos de economia e de energia, contribui para a saúde ecológica e a qualidade de vida urbana como uma enriquecedora experiência social, ambiental e sensorial, e tem um grande significado para o desenvolvimento da região urbana, baseado na gestão racional dos recursos energéticos, na perpetuação no tempo dos recursos ambientais e culturais e na relevância do papel da natureza nas cidades;

d) para além de benefícios na economia de energia, de materiais e mão-de-obra baseado no princípio do mínimo esforço, o novo desenho urbano à escala regional deve apoiar-se no princípio da diversidade – ambiental, espacial, social e estética – ditado pela conexão e inter-dependência entre as áreas urbanas e rurais na configuração da cidade; as bases do “desenho ao longo do tempo”, num processo continuado de gestão, devem, portanto, ser multi-funcionais e multi-culturais, considerando a diversidade de espaços (bosques urbanos, parques urbanos e agrícolas, corredores ecológicos, etc.), usos, actividades e utentes, a sua participação no processo de desenho, e contribuir, deste modo, para o desenvolvimento de uma “estrutura paisagística”, de uma grande estrutura dos espaços colectivos da cidade que, reunindo os processos ecológicos e os comportamentos humanos, ao mesmo tempo que proporciona uma paisagem mais diversa, de maior produtividade económica e ambiental, e de maiores valores sociais e educativos, orienta o processo de expansão urbana considerando a interdependência dos sistemas naturais e culturais;

e) as soluções criativas propostas pelo novo desenho urbano, que surgem da integração entre a ecologia e o desenvolvimento humano com a contribuição positiva deste para o meio que transforma, adoptam o princípio da visibilidade aplicada aos processos naturais e culturais que sustentam a vida urbana, considerando-o uma componente essencial da

consciência ambiental e uma base necessária para a criação de um sistema urbano sustentável.

É neste sentido que Miguel Ruano, urbanista e professor nas Universidades da Catalunha e de Harvard, explica e demonstra através de sessenta projectos ou estudos de caso relativos a assentamentos humanos sustentáveis<sup>374</sup>, como o «ecourbanismo» se está convertendo num conceito básico essencial para todo o processo de planeamento e desenho urbano realmente interessado na resolução dos actuais problemas sociais e ambientais.

Considerando que estes problemas se devem abordar e resolver em primeiro lugar e principalmente nas cidades, uma vez que estas são as principais responsáveis pela destruição ecológica global, o autor defende o entendimento e a concepção das cidades como complexos ecossistemas artificiais em equilíbrio com a paisagem envolvente, e com a capacidade quer para satisfazer as necessidades humanas, quer para proporcionar biótopos a outras espécies.

Perspectiva que o leva a concluir que o novo processo de planeamento e desenho urbano, baseando-se na visão integrada e unificada do urbanismo, deve incluir, desde o seu início, como componentes estruturais, quer a “eco-tecnologia” (fontes alternativas de energia, reciclagem de resíduos sólidos e líquidos, criação de microclimas, etc.), quer a convergência de tecnologias nos campos da informação, das telecomunicações e dos meios de comunicação.

Superando a compartimentação clássica do urbanismo convencional, o ecourbanismo é apresentado como uma nova disciplina que integra e articula as múltiplas e complexas variáveis que intervêm numa aproximação sistémica ao desenho urbano:

a) recursos – os mais importantes na construção e funcionamento da cidade são, para além das ideias, a água, o solo, a energia, os resíduos e os materiais.

Para o novo desenho da cidade que tem como objectivo otimizar o ciclo hidrológico, qualquer classe ou tipo de água, independentemente da sua origem, é contemplada como um recurso.

Relativamente aos recursos energéticos e retomando a tradição quase esquecida que remonta a séculos atrás, em que numa época em que era difícil obter energia as cidades se planeavam e construíam considerando o sol, o vento e o relevo como factores dominantes do projecto, o novo desenho da forma e da estrutura urbana adopta estratégias ao nível do

---

<sup>374</sup> RUANO, M., *Ecourbanism. Sustainable Human Settlements: 60 Case Studies*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1999.

A obra apresenta de forma objectiva e acessível os actuais desenvolvimentos no âmbito do urbanismo de base ambiental mostrando, num formato eminentemente gráfico, sessenta exemplos das melhores realizações práticas sobre esta matéria da responsabilidade, entre outros, de autores de renome internacional como Richard Rogers, Norman Foster, Daniel Libeskind e Renzo Piano.

bairro ou da cidade, dirigidas a poupanças energéticas através de soluções tradicionais ou inovadoras (orientação ao quadrante sul, ventilação natural, utilização de árvores de folha caduca no espaço público, sobretudo na fachada oeste, etc.) que contribuem para melhorar a eficiência energética, tanto dos edifícios como do aglomerado urbano e a reduzir o impacto sobre o ambiente.

É, nesta perspectiva, que no modelo de “urbanismo ecológico”, os resíduos, os desperdícios, tanto sólidos como líquidos, são considerados como mais um recurso que pode ser reciclado num processo articulado com os ciclos de outros recursos, onde os resíduos sólidos, por exemplo, podem produzir energia (como gás metano e calor), podem utilizar-se como materiais de construção (entulhos de demolições, metais e plásticos reciclados), ou combinar-se com as lamas resultantes do tratamento de águas residuais para a produção de composto orgânico;

b) mobilidade – utilizando o transporte um quarto da energia total consumida pelos seres humanos, o que o converte numa questão chave para o desenvolvimento sustentável, o planeamento e o desenho urbano de base ambiental, para além de desincentivar o uso do automóvel particular e a fomentar os sistemas de transporte público, a circulação pedonal e a bicicleta, conclui que é praticamente desnecessário o uso de qualquer transporte motorizado.

Para isso adopta estratégias de planeamento baseadas no transporte colectivo em que a mobilidade se relaciona com conceitos como corredores de transporte público, tecidos urbanos densos, compactos e multi-funcionais, zonas pedonais e cicláveis, o desenvolvimento de ambientes comunitários e a incorporação de infra-estruturas de telecomunicação avançadas.

c) participação pública – face a um processo de planeamento que, ao não considerar os verdadeiros interesses, necessidades e preferências das populações, tem conduzido a uma falta de identificação destas com o meio urbano onde vivem, o desenho ambiental da cidade, baseando-se nos processos tradicionais de desenvolvimento urbano que procuravam satisfazer as necessidades e aspirações imediatas da sociedade, utiliza métodos de participação activa e continuada que, num nível mais elevado de colaboração, permite o desenho e a construção dos edifícios e dos bairros por parte das populações residentes, chegando a utilizar sistemas participativos abertos de modo a garantir o desenvolvimento de comunidades humanas sustentáveis, no seio de territórios urbanos harmoniosos e equilibrados;

d) comunidade – o desenvolvimento de comunidades humanas equilibradas e com um autêntico sentido de pertença a um grupo social e a um lugar, sentimento considerado essencial para a sustentabilidade, a longo prazo, destas comunidades, constitui um objectivo do novo desenho da cidade que, ao prestar especial atenção ao espaço público e à interacção humana orientado para os peões, os ciclistas e o transporte colectivo, a escala humana e os bairros compactos com uma rica diversidade e mistura de usos e funções, procura criar territórios urbanos indutores de interacção social e de vida comunitária;

e) *ecoresorts* – perante a massiva degradação paisagística causada pelas urbanizações e edificações turísticas sobredimensionadas, responsáveis pela destruição de milhões de km<sup>2</sup> de ecossistemas em todo o mundo (sistemas dunares, húmidos, agrícolas, florestais, etc.), por um lado, e as alarmantes previsões de crescimento da indústria turística, por outro lado, os desenvolvimentos urbanísticos relacionados com o turismo que consideram os critérios ecológicos e ambientais, baseiam-se em soluções de desenho e de projecto que, inspirados na arquitectura popular como opção mais respeitosa com a paisagem, procuram a sua preservação, a melhoria do conforto bioclimático e o aumento da qualidade de vida e ambiental das estâncias turísticas;

f) revitalização – substituindo a ocupação edificada e urbanização de valiosos e cada vez mais escassos espaços naturais e rurais, pela reabilitação e recuperação de zonas urbanas degradadas (que adopta como princípio de intervenção), o urbanismo de base ecológica, o planeamento urbano integrado e sistémico, tem como objectivo a revitalização do ecossistema urbano deteriorado ou abandonado, através da requalificação urbana e valorização ambiental, e introdução de um novo equilíbrio socio-económico, evocando a acção de promover, para além da renovação física e dinamização cultural e económica, a introdução de uma nova vida a um tecido urbano obsoleto ou degradado;

g) *teleurbe* – dotada de infra-estruturas de telecomunicação avançadas (teleportos, fibras ópticas, plataformas satélite, etc.) e de modernos dispositivos de telecomunicação (telefone digital, redes de computadores, televisão interactiva) que permitem às populações estarem conectadas com o mundo em tempo real e realizarem trocas de informação rápidas e fiáveis (mediante a Internet, por exemplo), a *teleurbe* consiste num novo paradigma urbano que se baseia em novos modos de trabalho, educação e ócio (tele-trabalho, ensino interactivo, tele-medicina, compras através do computador e da televisão, etc.) que não necessitam de deslocação uma vez que está facilitado o acesso da população à tecnologia (tanto financeira como culturalmente) e integra uma rica e expressiva diversidade social.

Este novo modelo urbano, este novo conceito urbanístico directamente implicado com a sustentabilidade urbana e paisagística, ao ser capaz de alterar significativamente as tendências de mobilidade actual e ao poder ser integrado sem causar impactes significativos nos tecidos urbanos existentes, permite igualmente o reequilíbrio territorial através do repovoamento de zonas rurais, entretanto despovoadas com a mecanização da agricultura, e agora mais atractivas e menos isoladas graças às novas tecnologias da comunicação e da informação.

Contrário ao desenho fragmentário e difuso das actuais paisagens urbanizadas caracterizadas pela oposição urbano – rural, cidade compacta – cidade difusa, o novo desenho urbano apoiado em novas estratégias e práticas projectuais ajustadas à ordem urbana e paisagística proposta pelo conceito de cidade-região, procura, através da necessária visão de conjunto e das complementaridades física e funcional entre aqueles modelos de ocupação e gestão espacial, estabelecer relações positivas entre estes e o território envolvente, entre os espaços edificados e os espaços exteriores, e entre estes e os comportamentos e as necessidades das populações, e neste sentido, contribuir quer para a equidade e coesão social da região urbana, quer para a estabilidade física, a sustentabilidade ecológica e o equilíbrio biológico da sua paisagem.

Nesta perspectiva, a visão holística e prospectiva da cidade, considerando a sua dimensão regional, e a definição de estratégias de desenvolvimento urbano em que o sistema de espaços não-edificados, materializado numa estrutura verde (ecológica e cultural), contribui para a estruturação da forma urbana e para contenção e controlo da sua expansão, mas também para o recreio e para a preservação do património paisagístico (natural e cultural), é comum às ideias veiculadas pelos distintos autores na formulação de novas abordagens de planeamento e desenho urbano apoiadas em princípios de sustentabilidade.

Pelo que, face à insustentabilidade das cidades actuais crescentemente artificiais, formalmente desestruturadas e fragmentadas, social e funcionalmente segregadas, desumanas, não participadas e desiguais, devemos equacionar a sustentabilidade urbana atendendo à inter-relação e inter-dependência das suas componentes essenciais: a qualidade ambiental (traduz os níveis de preservação dos recursos naturais e a contenção ou eliminação dos factores poluentes ou degradantes da paisagem), a qualidade de vida (contempla a avaliação dos níveis de bem estar social incluindo aspectos psicológicos, culturais e históricos relacionados com a identidade e o sentimento de pertença), a eficiência económica (muitas vezes chamada de competitividade, dado o contexto concorrencial em que se desenvolve, retrata o funcionamento das relações económicas), a eficiência institucional (sinónimo de democracia, prende-se com as boas formas de relacionamento

entre governantes, instituições, empresas e cidadãos)<sup>375</sup>, o que pressupõe a necessidade de uma abordagem alternativa ao desenho da cidade que considere a alteração dos conceitos e critérios utilizados no desenho urbano convencional, a adopção de um novo modelo que reúna a complexa matriz dos critérios que conformam a cidade contemporânea e a sua orientação no sentido do desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, a proposição e a definição de um novo e diferente processo de planeamento e desenho urbano, considerados instrumentos adequados à modelação integrada de todas as variáveis que intervêm no sistema urbano<sup>376</sup>, baseia-se na consideração e tratamento equitativo das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável na realização daquele processo.

Processo que para poder dotar e orientar a acção no sentido da salvaguarda activa (preservação, reabilitação e desenvolvimento) quer da paisagem urbana, quer da paisagem rural, integrando a componente ambiental de modo sistemático e continuado, necessita uma estrutura simples, objectiva e de fácil aplicabilidade, que adopte como princípios essenciais e estratégicos de sustentabilidade<sup>377</sup>, os seguintes:

i) princípios formais e estéticos

- considerando a variedade de padrões e contextos urbanos, o planeamento e desenho de uma cidade sustentável depende das características (biofísicas, sócio-económicas, histórico-culturais) dessa cidade e da região em que se insere, procurando soluções alternativas, adaptadas a cada situação, que apresentem formas urbanas compactas, com diferentes tipos de estruturação no território em distintos centros urbanos ou bairros auto-suficientes, interligados por redes de transporte colectivo e em que os espaços não-edificados, cultivados ou silvestres, detêm uma importante função social, económica e ecológica;

---

<sup>375</sup> ROSETA, H., "A cidade insustentável ou as quatro dimensões da sustentabilidade urbana" em *Urbanismo*, nº3, Ano I, AUP, Lisboa, 1999, pp.12-22.

<sup>376</sup> McHARG, I., ob. cit., 1969; LYLE, J.T., *Regenerative Design for Sustainable Development*, John Wiley & Son; Nova Iorque, 1994; HOUGH, M., ob. cit., 1998; RUANO, M., ob. cit., 1999.

<sup>377</sup> A enumeração e definição dos princípios de sustentabilidade aplicados ao desenho urbano baseia-se, quer no contributo de um importante conjunto de autores (HOUGH, 1998; LYLE, 1994; LYNCH, K., 1999; COWAN and VAN DER RYN, 1996; ROGERS, 1997; EDWARDS, 2001; FREY, 1999; WILLIAMS *et al.*, 2001; REGISTER, 2002; NAREDO, 1996, 2003; TELLES, 1998, 2003), quer na reflexão e conclusões tomadas, na última década e meia, no seio do Grupo de peritos sobre ambiente urbano da Comissão Europeia, por diferentes iniciativas da União Europeia e de organizações internacionais como as Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos (HABITAT), e pelas Campanhas Europeias de Cidades e Municípios Sustentáveis. Entre o vasto conjunto de Declarações, Iniciativas e Documentos há a ressaltar, pela sua importância, o Fórum de Viena (1998) – Quadro de acção para o desenvolvimento urbano sustentável da União Europeia; o Programa HABITAT II e a Declaração de Istambul (1996); a Carta de Aalborg (1994) ou Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade; o Plano de Acção de Lisboa (1996); a declaração de Hannover (2000); as Iniciativas Comunitárias URBAN I (1994-1999) e II (2000-2006); a Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (COM(2004)60 final; COM(2005)718 final; Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (COM(2003)572 final).

- desenhar a cidade entendendo a globalidade da paisagem e procurando a contenção da dispersão urbana, reforçando a complementaridade e a cooperação entre cidades e entre estas e o campo, mediante a formalização de redes de distintas índole com base na compreensão das relações estruturais e funcionais do mosaico paisagístico e das conexões entre as redes, sobrepostas, naturais, económicas, cultural – tecnológicas e de organização social.

O desenvolvimento urbano concentrado e simultaneamente descentralizado é a principal solução apontada para controlar e conter a fragmentação urbana e paisagística, e diminuir os impactes espaciais, ambientais e sociais, provocados pelo processo de urbanização difusa. Com efeito, a concentração espacial das populações e das actividades através de uma densidade populacional “eficiente”<sup>378</sup>, ao mesmo tempo que evita o consumo de solo (agrícola, silvícola, silvestre), significa, para além de uma maior eficiência dos serviços, infra-estruturas e transporte público, a preservação da biodiversidade e a diminuição da poluição atmosférica.

A conjugação de uma determinada compacidade, diversidade de usos e densidade populacional adequada, constitui, efectivamente, um princípio estratégico essencial para a construção de um modelo de cidade mais sustentável.

- baseado na conexão entre natureza e cultura proporcionado pela ecologia da paisagem, o desenho urbano, de base sistémica, promove a reconstrução da unidade cidade - campo, a reutilização da cidade existente através da reabilitação de espaços edificados degradados ou de terrenos actualmente sem utilização (vazios urbanos), para usos habitacionais, comerciais ou de lazer, e a coesão da paisagem global através da permanência (no presente e no futuro), complexidade e continuidade das suas estruturas ecológica e cultural, e contribui para a definição da estrutura edificada (não difusa) e das infra-estruturas artificiais que ela exige, assim como para a integração de espaços e elementos patrimoniais (de origem natural e antrópica) na cidade.

Neste sentido, o princípio da limitação da expansão urbana a favor da reutilização de espaços urbanos obsoletos ou abandonados, baseado no aumento da diversidade e da mistura das funções urbanas na proximidade das habitações e nos eixos com maior concentração de transporte público, permite a definição de unidades de vizinhança urbana com autonomia no acesso dos cidadãos às prestações de serviços, às zonas comerciais, aos postos de trabalho, às infra-estruturas e equipamentos, e aos espaços de recreio e

---

<sup>378</sup> A densidade populacional eficiente nas zonas urbanas contribui para a exequibilidade e uma maior eficiência dos serviços locais, infra-estruturas e equipamentos, e tem como vantagens viabilizar a ampliação da rede de transportes públicos, contribuir para a coesão física e social dos bairros, melhorar o microclima urbano e aumentar a eficiência energética dos edifícios (com o aumento controlado da densidade as edificações tornam-se mais “compactas” de modo a que a perda de calor de umas se transforme em ganho para outras). Por outro lado, a maior proximidade física é um incentivo à deslocação pedonal, ciclável ou de transporte público.

lazer, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações, permitindo uma vivência mais plena da cidade e assegurando, ao mesmo tempo, o funcionamento do seu suporte físico e biológico.

Este, é garantido pelas estruturas verde e ecológica urbana que, enquanto instrumento de planeamento e desenho da cidade<sup>379</sup>, e dada a sua natureza multi-funcional (ecológica, económica, sócio-cultural), desempenham um papel determinante no ordenamento da paisagem, na estruturação do desenvolvimento urbano e na definição da forma da cidade.

Considerando o modo como os espaços não-edificados se distribuem, interligam e inter-relacionam na paisagem e a sua importância e contribuição para a contenção e estruturação da expansão urbana através de critérios ecológicos, sócio-económicos, estéticos e recreativos, estas estruturas têm vindo a ser planeadas e geridas do ponto de vista da definição de uma forma urbana sustentável, procurando responder, essencialmente, à contenção do crescimento urbano, à protecção dos espaços rurais e naturais e ao desenvolvimento de uma rede de espaços desportivos e recreativos<sup>380</sup>.

As estratégias para a integração e a presença da natureza na cidade – organizada segundo um padrão espacial em rede constituída por áreas e corredores – através da implementação de tais estruturas, devem equacionar a identidade e o carácter da paisagem, as suas singularidades e especificidades no que diz respeito ao seu enquadramento histórico-geográfico, institucional, sócio-económico, assim como as suas potencialidades e atributos ecológicos, biofísicos e estéticos.

- considerando a necessidade de adequação dos espaços às reais necessidades e desejos dos seus potenciais utilizadores no sentido da criação de uma cidade que permita a interacção entre o cidadão e o ambiente, de uma cidade coerente cujos elementos estruturantes a tornem “bem formada”, distinta e digna de apreciação, de uma cidade imaginável que para além de visível seja também audível, táctil e olfactiva (sendo que os sentidos são determinantes na concepção e produção do espaço e que só através deles os valores estéticos são comunicáveis), torna-se imprescindível a adopção de soluções de desenho multi-funcionais que entrem em linha de conta com a complexidade e a variedade das actuais práticas urbanas, de um desenho urbano multi-sensorial que permita conceber distintas formas e ambientes (urbanos, arquitectónicos, etc.) diversificados, agradáveis e

---

<sup>379</sup> O conceito de estrutura verde, embora se encontre ainda no campo da investigação e conceptualizado em cada País de acordo com as suas condições específicas em termos geográficos, paisagísticos, políticos e sócio-económicos, tem-se revelado extremamente útil e válido como instrumento de planeamento e desenho urbano, em diversas experiências concretas, tanto ao nível regional como local em várias cidades europeias, nomeadamente em Londres, Berlim, Munique, Copenhague, Estocolmo, entre muitas outras.

<sup>380</sup> European Research Network on Greenstructure and Urban Planning 2006 – Glossary: Definitions of Greenstructure and Urban Planning. <http://www.map21ltd.com> (consultado a 12.08.2006)

cómodos, assegurando a melhor compreensão dos espaços, e orientação ao longo dos mesmos, por parte dos utilizadores.

Neste sentido, como resposta aos permanentes desafios e exigências dos espaços urbanos, dever-se-á promover, através da sua flexibilidade e multi-funcionalidade, uma nova qualidade urbana que reflecta um desenho mais sensível e apelativo que enriqueça e valorize a cidade, tanto nos seus aspectos formais, estéticos e simbólicos, como nos ecológicos e sociais.

## ii) princípios ecológicos e sociais

- considerando que a forma de um lugar revela a sua história natural e humana, e o ciclo contínuo dos processos naturais, e que estes, em interacção com os processos culturais, surgem como elementos determinantes da forma urbana, a perspectiva inovadora introduzida pelo desenho ambiental consiste, fundamentalmente, na integração de princípios ecológicos no desenho urbano e na consideração dos processos naturais que ocorrem na cidade. O que proporciona uma linguagem alternativa de desenho que, para além de permitir modificar a forma da cidade e controlar a sua evolução, contribui para a estabilidade física, a sustentabilidade ecológica e o equilíbrio biológico da paisagem.

Esta nova abordagem ao desenho urbano permite utilizar, de um modo integrado e indissociável, as componentes da forma da paisagem, de base ecológica – entre as quais se destacam os factores de ambiente (relevo, morfologia do terreno, clima, solos, água, vegetação) – e as componentes de base cultural – principalmente os factores culturais e históricos (história da construção e transformação da paisagem, estrutura e elementos patrimoniais, identidade e significado dos espaços urbano e rural, etc.) – que se revelam essenciais para a estabilidade e o equilíbrio ambiental e cultural da cidade e do *hinterland*. Por, outro lado, contribui para que as cidades possam ser auto-suficientes, ao nível local e regional, no que diz respeito à produção agrícola, de energia, e de um conjunto de actividades essenciais para a sustentabilidade das comunidades;

- procurando estabelecer uma relação simbiótica entre a(s) cidade(s) e a região envolvente mediante conexões formalizadas por redes de espaços não-edificados (parques recreativos, parques agrários, matas, hortas sociais e pedagógicas, etc.), o novo projecto urbano permite integrar a natureza na cidade, dando expressão à importância e ao contributo das estruturas e dos valores naturais na organização dos espaços urbanos e na sua qualidade ambiental. Nesta perspectiva, a presença da natureza na cidade como elemento fundamental para a qualidade do ambiente urbano e para a qualidade de vida da população, materializada numa grande diversidade de espaços interligados formando uma rede que cumpre diferentes

funções que se podem traduzir em benefícios ecológicos, ambientais e sociais, tem vindo a evoluir para tipologias e padrões mais complexos (de que são exemplo as estruturas verde e ecológica), que procuram resolver problemas cada vez mais abrangentes, como a fragmentação da paisagem e perda de diversidade biológica e cultural, a contínua expansão e dispersão urbana e a incessante pressão humana sobre o território.

A presença da natureza na cidade, caracterizada pela multi-funcionalidade, diversidade, complexidade, flexibilidade e continuidade das estruturas e elementos, é essencial, não apenas para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, do nível estético e sensorial, de recreio e bem-estar das comunidades, mas também, no sentido de garantir, a longo prazo, o funcionamento e a visibilidade dos processos ecológicos, a manutenção da biodiversidade potencial do meio e do fundo de fertilidade do solo, e a preservação dos ecossistemas e do património natural, considerados objectivos essenciais da sustentabilidade, aos vários níveis.

- considerando que, contrariamente aos ecossistemas naturais que tendem a manter o seu equilíbrio fazendo circular internamente os recursos e os resíduos, o funcionamento do ecossistema urbano, baseado na exploração daqueles ecossistemas através da importação de grandes quantidades de recursos renováveis e não renováveis (água, alimentos e combustíveis) para se alimentar e produzir bens e serviços, e na exportação de resíduos sólidos e líquidos, e poluentes atmosféricos, produzindo vários desequilíbrios ambientais e territoriais, a chave para a sustentabilidade urbana baseia-se na substituição dos actuais processos lineares de produção e consumo por um sistema circular de utilização mínima de recursos e de reutilização da matéria.

A solução reside, assim, na transformação das cidades de metabolismo linear em cidades de metabolismo circular, de modo a aumentar a eficiência global da região urbana e a reduzir quer o impacte sobre o ambiente, quer a pegada ecológica – (...) *quanto mais sustentável é uma cidade, mais pequena é a pegada ecológica por habitante (...)*<sup>381</sup> –, melhorar o rendimento dos processos de transformação e consumo, e manter a qualidade de vida suportada por um sistema semi-fechado baseado nos quatro “erres” da sustentabilidade: reduzir, reciclar, reabilitar e reutilizar;

- partindo da premissa de que planear uma cidade sustentável requer uma ampla compreensão do ecossistema urbano, nomeadamente das relações entre cidadãos, serviços, sistemas de mobilidade e produção e consumo de energia, e considerando que, a longo prazo, a gestão activa e integrada das questões ambientais e sociais é a única forma

---

<sup>381</sup> CCE, Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano, COM(2004)60 final, Bruxelas, 2004, p.9.

de viabilizar um ambiente urbano saudável e de elevada qualidade, a construção de um modelo de cidade mais sustentável exige a gestão equilibrada dos recursos naturais, preconizada através de uma abordagem integrada com vista ao encerramento dos ciclos de materiais – resíduos, de modo a garantir: a redução do seu consumo, principalmente dos não renováveis e dos de regeneração lenta; a redução do dispêndio de energia e a utilização de energias limpas e alternativas renováveis (solar, térmica, eólica, etc.); a recolha selectiva de resíduos, a sua reciclagem e reutilização; a reabilitação de espaços residuais (abertos e edificados) fomentando o aumento da edificação bioclimática, dos espaços verdes e da diversidade biológica na cidade; a preservação do ciclo hidrológico natural e o seu uso racional promovendo a redução de perdas, o tratamento das águas residuais (segundo técnicas de engenharia biofísica) e a sua reutilização, bem como das águas pluviais, para usos urbanos (rega de espaços verdes e agricultados, lavagem de ruas, etc.), prevendo-se, nas áreas urbanas em desenvolvimento, a utilização de pavimentos permeáveis e a salvaguarda de cursos de água com a função de contribuírem para a regulação climática, do regime hídrico e depuração biológica das águas de escoamento superficial;

- considerado, na cidade, a principal fonte de contaminação atmosférica, de consumo de energia, de congestionamento e produção de ruído, o actual sistema de mobilidade urbana é objecto de uma proposta de reorganização, no âmbito do novo projecto urbano, a partir do desenvolvimento de redes e corredores de transporte colectivo eficientes (autocarro, metro, comboio) com zonas de interface modal, e da criação de redes de percursos pedonais e de ciclovias. O que, aliado a uma estrutura urbana compacta, densa e equilibrada, dotada de infra-estruturas de telecomunicação avançada, com mistura de usos, proximidade de funções e de curtas distâncias, contribui quer para melhorar a qualidade de vida das populações através da redução do tempo utilizado nas deslocações, do aumento da vivência do espaço público e do nível de sociabilidade, quer para melhorar a qualidade do ambiente urbano induzida por uma menor dependência do automóvel, reduzindo o volume de tráfego e as emissões de gases poluentes e com efeito de estufa.

Relativamente a esta questão, o desenho ambiental procura que a cidade se torne neutra em carbono, integrando nas suas estratégias de sustentabilidade a possibilidade de aquela compensar as emissões de gases com efeito de estufa pelas quais é responsável, através da implementação de projectos de redução de emissões, de que são exemplo, a utilização de tecnologias para o aproveitamento de energias renováveis ou energeticamente eficientes e a florestação ou a criação de espaços verdes com vista ao sequestro de dióxido de carbono (o gás com efeito de estufa que mais contribui para as alterações climáticas).

Por outro lado, o reordenamento conjugado da mobilidade e das funções urbanas garante alguma autonomia às comunidades humanas, a acessibilidade aos serviços e equipamentos de diferentes níveis hierárquicos (da escala local à global), aumenta a segurança de pessoas e bens, e promove a coesão social;

- considerando, por um lado, o facto de a cidade continuar sendo um cenário, fundamental, de relação, conflito e convivência entre os múltiplos actores urbanos, e por outro lado, o facto de as classes sociais debilitadas permanecerem segregadas (principalmente nas periferias urbanas), e física e socialmente condicionadas na sua acessibilidade e mobilidade ao resto da cidade, o novo projecto urbano integra nas suas estratégias de sustentabilidade, quer a procura da coesão e equidade social – mediante a promoção da diversidade e mistura social e étnica (habitantes de diferentes origens sociais e culturais), a multiplicação de espaços e redes relacionais, o aumento da participação activa, individual ou das comunidades na definição do espaço urbano de acordo com as suas necessidades e anseios, o que lhes permite reforçar a identidade local e o sentimento de pertença a um lugar reforçando a segurança e reduzindo a exclusão social, a criminalidade, e a segregação social e espacial –, quer o direito à cidade, com o intuito de satisfazer, não apenas as necessidades sociais básicas (habitação, educação, saúde, etc.), mas também garantir aos cidadãos o acesso, em igualdade de oportunidades, ao emprego, à formação, ócio e cultura e, neste sentido, “construir” uma cidade socialmente diversa e coesa, com um nível mais elevado de qualidade urbana e de vida;

### iii) princípios económicos

- assumindo que a economia convencional, ao considerar apenas os valores monetários (sem entrar em linha de conta com os impactes ambientais e sociais provocados pelo processo de desenvolvimento sócio-económico), orienta a gestão da paisagem e dos recursos para um horizonte de insustentabilidade (polarização territorial e social aos níveis local e global, *boom* imobiliário e urbanização difusa, edificação não integrada na paisagem e no ambiente), na medida em que utiliza (directa ou indirectamente) e degrada quantidades crescentes de energia e materiais, o desenho ambiental propõe uma nova abordagem centrada nos princípios da economia ecológica.

Esta, ao contrário daquela, incorpora, de modo sistemático, a informação sobre os diversos impactes que a gestão da paisagem provoca (seja por usos indirectos do espaço, pela extracção de recursos ou pela emissão de resíduos), de modo a poder obter o seu controlo e redução, considerando modelos de gestão ambientalmente integrados, com base na precaução e no ciclo de vida do produto.

A economia ecológica promove iniciativas que respondem a um novo tipo de orientação, quer de actividades ambientalmente avançadas com desenhos de “ciclo completo de produto” (que inclui todas as fases de processamento, desde a extracção, produção, distribuição, consumo e recuperação até à sua reposição, e em que os resíduos se convertem permanentemente em recursos), quer da conjugação de uma série de actividades que visam níveis maiores de eficiência.

Ao preocupar-se com o funcionamento físico do sistema urbano com vista a reduzir, tanto o uso (directo ou indirecto) de recursos não renováveis, como a emissão de resíduos, a economia ecológica visa a sustentabilidade, com base nas seguintes políticas, actividades e instrumentos relacionados com o ordenamento da paisagem e o processo de urbanização e de edificação: o uso regulado do solo de acordo com a sua aptidão ecológica e capacidade ambiental, orientando o desenvolvimento urbano para o modelo de cidade-região; a substituição da construção de obra nova pela reabilitação do património imobiliário; incentiva o aluguer de habitação em detrimento da compra de casa própria; na edificação defende a substituição do estilo arquitectónico universal pela arquitectura bioclimática que absorve e actualiza princípios, técnicas e materiais de construção da arquitectura vernácula;

- a adopção de uma economia diversificada e integradora que fomenta a criação de emprego e a capacidade de produção de todos os bens e serviços essenciais ao funcionamento e desenvolvimento da cidade sustentável, à subsistência, auto-suficiência e autonomia local.

Nesta perspectiva, as entidades e organismos locais, os mais próximos do cidadão, poderão empreender iniciativas no sentido da criação de emprego e de apoio à actividade económica, através do desenvolvimento de estratégias que integrem as políticas para o emprego e a coesão social, e de projectos que conjugam as propostas e os interesses dos cidadãos com as da administração municipal e regional, de que são exemplo as iniciativas locais para o incentivo à criação de pequenas e médias estruturas de economia social (cooperativas, associações, mutualidades), e a criação de serviços sociais (assistência, intermediação) e de novos empregos em áreas como a cultura, o património e o ambiente;

#### iv) princípios institucionais

- considerando que, em termos gerais, cada cidade deve definir com base nas suas características intrínsecas o próprio modelo de desenvolvimento urbano sustentável assente nos princípios básicos da competitividade e cooperação económica, justiça social, sustentabilidade ambiental e participação plural e democrática, a governação do projecto integrado da região urbana detém como características distintivas e essenciais: a gestão e

planeamento flexível; o entendimento e colaboração entre as várias instituições (governamentais, empresariais, etc.) e entre estas e os cidadãos; o envolvimento e mobilização das comunidades humanas através de uma participação activa nas políticas dirigidas à cidade, por parte dos seus habitantes e utentes, chamados a intervir e opinar de modo a que as soluções projectuais contemplem as suas necessidades e aspirações.

A democracia pluri-participada ao desenvolver um papel decisivo na reorientação dos interesses colectivos a favor da sustentabilidade, constitui, sem dúvida, um vector indispensável na definição de um modelo de cidade institucionalmente qualificada e eficiente;

- assumindo que na actualidade as cidades são as principais responsáveis pela insustentabilidade global do planeta, é ao nível local, à escala da cidade e da sua região que devemos actuar aplicando os princípios de desenvolvimento sustentável, pelo que é necessário considerar a cidade como projecto desde uma visão integrada e sistémica.

Para gerir e avaliar o “desenvolvimento” da cidade como projecto desde a perspectiva da sustentabilidade, para definir uma estratégia capaz de seleccionar, financiar e promover, atendendo a critérios de operatividade, acções e projectos de desenvolvimento urbano sustentável, a administração municipal e regional deve dotar-se, obrigatoriamente, de:

- um sistema de informação sobre o funcionamento e comportamento físico e territorial do sistema urbano. Relativamente à informação sobre o funcionamento físico do sistema urbano, ao seu metabolismo, é necessário instalar um sistema de informação permanente que registe a evolução dos fluxos físicos (água, energia, materiais, resíduos) que entram e saem da cidade, com vista à redução, tanto do uso (directo ou indirecto) de recursos não renováveis, como da emissão de resíduos e incentivar a recuperação destes.

O registo e controlo adequado dos fluxos ligados à construção civil (expansão urbanizadora, edificação, infra-estruturas, etc.), principal actividade responsável pela utilização de recursos (solo, água, energia, materiais) e de resíduos (inertes), revela-se de fundamental importância enquanto indicador da (in)sustentabilidade urbana.

No que diz respeito ao funcionamento territorial da região urbana torna-se essencial estabelecer um registo cartográfico e numérico, actualizado, dos usos do solo, da evolução da sua ocupação, que permita quantificar a pegada ecológica associada aos processos de urbanização mostrando a insustentabilidade que os caracteriza, constituindo um importante instrumento para “controlar” e adequar os usos às vocações do território, à sua aptidão ecológica, e neste sentido, um excelente exemplo de boa prática de gestão urbana sustentável;

- uma estrutura administrativa, transversal e horizontal, que constitua por técnicos dos distintos departamentos sectoriais (economia, sócio-cultural, ordenamento do território,

urbanismo e ambiente, etc.) da administração, e dotados dos meios e apoio político necessários, é responsável pela gestão integrada (monetária, espacial, física, social, ambiental) com critérios de sustentabilidade, comprometendo-se a incentivar,

- um processo de participação pública, activa e continuada, em reuniões, foros e debates em que se apresentem e discutam os problemas da cidade e as suas soluções, conferindo à participação um papel decisivo na reorientação dos interesses colectivos em prol da sustentabilidade. Esta participação assenta na percepção dos problemas e valores em causa, o que decorrendo da cultura e educação ambiental, dos vários grupos sociais, reflecte as diversas visões entre desenvolvimento e conservação.

Por tudo isto, os desafios urbanos e ambientais que se colocam actualmente à sociedade, decorrentes da operacionalidade do paradigma de desenvolvimento sustentável, requerem profundas mudanças, nomeadamente na formulação técnica dos problemas, nos sistemas e políticas institucionais e nos procedimentos e comportamentos dos decisores e cidadãos, o que significa, em última análise, uma mudança de atitudes no sentido da sustentabilidade. A aplicação do conceito e dos princípios de sustentabilidade ao planeamento e gestão dos espaços urbanos implica, pois, uma visão holística e integrada ao nível da paisagem, bem como uma perspectiva de continuidade, diversidade e unidade a nível do ecossistema urbano. Devem, assim, ser estabelecidas estratégias (para cujo equacionamento e desenvolvimento a colaboração interdisciplinar e o envolvimento público são factores indispensáveis) com objectivos múltiplos visando o aproveitamento de espaços, funções e recursos, que contemple a preservação de valores insubstituíveis e a recuperação de sistemas degradados, bem como a limitação de usos intensivos deterioradores e a mitigação de efeitos adversos por ele causados.

A sustentabilidade dos sistemas urbanos nas suas distintas escalas (local e global) e nas suas diversas dimensões, nomeadamente sob o ponto de vista biofísico, estético, cultural, sócio-económico e institucional, relaciona-se com a nova dimensão da paisagem e do desenho urbano, no sentido em que a contemporaneidade da cidade se encontra precisamente na realidade da sua região e paisagem, e que a intervenção na paisagem considerada também um “problema” da cidade (que também o é na sua escala urbana) pretende reconciliar a relação cidade – território.

Neste sentido, a escala territorial e paisagística do novo projecto urbano procura potenciar o fortalecimento das relações de complementaridade entre aglomerados urbanos e entre estes e a região onde se inserem, mediante propostas estratégicas que visam o ordenamento espacial, a organização funcional e a articulação territorial da cidade com os sistemas naturais e agrícolas. O que pressupõe a percepção e o estudo dos processos de desenvolvimento da cidade-região, considerando a importância da compreensão e

conhecimento do suporte físico e biológico, do qual depende a utilização e sustentabilidade da paisagem, e que desde esta visão da escala regional constitui um dos aspectos mais importantes a considerar no novo processo de planeamento e desenho urbano.

Partindo da ideia de que cada cidade deve definir com base nas suas potencialidades e características intrínsecas, o seu modelo de desenvolvimento urbano sustentável, considerado como o conjunto de acções e processos que realizados de acordo com os objectivos da sustentabilidade ecológica (perpetuação no tempo dos recursos ambientais que servem de suporte ao desenvolvimento urbano) se integram no processo evolutivo dos sistemas urbanos<sup>382</sup>, podemos afirmar que, aquele modelo, ao pretender alcançar o equilíbrio cidade – território, pressupõe a elaboração de novas estratégias de intervenção territorial e urbana, nomeadamente o estabelecimento de um sistema integrado cidade – natureza (em que o desenvolvimento urbano contribui positivamente para o meio que transforma), entendido como um conjunto de peças (formando um todo) simultaneamente inter-conectadas e com um alto grau de autonomia e dinamismo cuja articulação orgânica e relação entre o local e o global, contribui para o funcionamento equilibrado e equitativo do “grande ecossistema urbano”, assente na ideia da regeneração ecológica da rede de cidades como referência fundamental de actuação.

Para isso é necessário conectar, como já se referiu, urbanismo, ecologia e tecnologia, de cuja fusão resulta um novo desenho urbano e ambiental que entendido como processo, e neste sentido, incluindo a gestão integrada e contínua:

- torna visíveis os processos naturais e os ciclos ecológicos urbanos (atmosférico, hidrológico, matéria orgânica e resíduos, e energia) que conectam a cidade com a sua envolvente, convertendo-os no seu tema central;
- valoriza os espaços silvestres, os espaços não tratados, não cuidados, os espaços desocupados da cidade que constituem biótopos naturais (com fauna e flora silvestres) altamente resistentes às dinâmicas urbanas;
- considera os sistemas agrícolas como parte integrante e fundamental da paisagem urbana que deverá compreender áreas cultivadas com função social, económica e ecológica, e uma rede cultural de recreio e protecção ambiental;
- aposta pela economia de meios baseada na ideia de que em ecologia com um mínimo de energia se pode obter um máximo de benefícios ambientais, sociais e económicos<sup>383</sup>, e de que no campo da arquitectura se consegue a máxima emoção estética e o máximo impacto

---

<sup>382</sup> RAVETZ, J., “Integrated Planning for Long Term Sustainable Development”, Final Report of the Sustainable City-region Program, Center for Urban and Regional Ecology, Manchester University, 2000; Urban Form and Sustainable Urban Systems em WILLIAMS, K. *et al.*, (Eds.), Achieving Sustainable Urban Form, E&FN Spon, Londres, 2000.

<sup>383</sup> HOUGH, M., *Cities and Natural Process*, Routledge, Londres, 1995, pp.18-30.

intelectual com os mínimos meios<sup>384</sup>. A este respeito convém reafirmar que, tanto na arquitectura popular como na construção da paisagem tradicional, existe uma economia de meios elaborada anónima e colectivamente ao longo de gerações, dedicada a conseguir os máximos resultados de beleza, funcionalidade e durabilidade.

Nesta perspectiva, e face à actual sociedade do consumo e do desperdício e à condição fragmentada e caótica da realidade contemporânea, as intervenções mais idóneas e as melhores obras são, como referem Caldeira Cabral e Montaner<sup>385</sup>, aquelas que, pretendendo recompor o território desagregado em novas e possíveis unidades formais, adoptam como princípios da composição: a unidade, harmonia, simplicidade e diversidade, utilizando os mínimos meios e formas para conseguir o máximo, relacionando-as com o lugar, a cultura, a paisagem.

A utilização do novo desenho urbano e paisagístico, compreendendo a gestão integrada e a aplicação de critérios de sustentabilidade, terá sido ensaiado, pela primeira vez, na Década de 1970 na cidade holandesa de Delft, no bairro Gilles Estate; a partir da análise das qualidades biofísicas e espaciais da paisagem surgiu a necessidade de desenhar uma relação especial entre esta e a cidade, integrando-a na “informalidade” do campo e da natureza com os quais se harmoniza.

Nas duas últimas décadas, a tradição holandesa de planeamento paisagístico baseado na relação especial entre paisagem e urbanismo, acabou por dar ao desenho ambiental um novo impulso operativo e estratégico passando a incidir sobre a paisagem urbanizada (*verstedelijkt landschap*) à escala territorial, cuja construção passou a apoiar-se na consideração dos atributos territoriais, funcionais e estéticos, e na articulação dos elementos estruturais chave<sup>386</sup>. O planeamento e o desenho urbano e paisagístico da conurbação *Randstad*, que corresponde a um semi-círculo edificado praticamente contínuo, constituído por uma rede de cidades (Utrecht, Amesterdão, Haarlem, Leiden, Haia e Roterdão), visa a criação de uma estrutura urbana polinuclear com tendência à continuidade edificada mas contrária à urbanização difusa, e a sua compatibilização com o uso social do território, nomeadamente o uso agrícola de um «coração verde» no centro do semi-círculo urbano e o uso recreativo e cultural de uma rede de corredores verdes e ecológicos – *Netherland Ecological Network* – compatível com funções de preservação ambiental.

---

<sup>384</sup> MONTANER, J.M., *las formas del siglo XX*, G.Gili, Barcelona, 2002, p.162.

<sup>385</sup> CALCEIRA CABRAL, F., *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, ICN, Lisboa, 1993, p.27; MONTANER, J.M., *ob. cit.*, 2002, p.182.

<sup>386</sup> MEYER, H., “From Plan via Projects to Perspectives” em FONT, A. *et al.*, *The Territories of the Urbanist*, UPC, Barcelona, 2005, pp.41-49.

Conscientes da importância e da validade da perspectiva do mosaico paisagístico que, para além de um corpo teórico, fornece um conjunto de princípios centrados na organização dos usos do solo que permite a harmonização e a sustentabilidade da natureza e da sociedade, os dirigentes de Barcelona Regional convidam, em 2001, o professor Richard Forman, a aplicar o método de análise do mosaico territorial à Região Metropolitana de Barcelona, de modo a estabelecer princípios básicos e potenciais modelos espaciais para a sua reestruturação paisagística.

O objectivo do plano e do projecto apresentado por Forman, em 2003, é o de identificar os princípios e os modelos espaciais para o planeamento estratégico do território e a sua aplicação à Região Metropolitana de Barcelona, e identificar e avaliar soluções e organizações espaciais estimulantes que realcem os sistemas naturais e os usos humanos a eles associados, para o futuro a longo prazo da paisagem catalã.

A equipa multidisciplinar coordenada por Forman, começa por proceder à análise e caracterização do mosaico paisagístico actual naquela região: a estrutura está composta pela matriz (considerada a área revestida por vegetação arbórea, apesar das extensas zonas ocupadas pela agricultura e pelas urbanizações), pelos corredores (rios Llobregat e Tordera e seus afluentes, estradas e linhas de caminho de ferro) e pelos fragmentos (espaços agrícolas – várzeas de Vic e de Foix-Penedés, vale de calaf e Manresa -, espaços naturais – delta do Llobregat, serra de Collserola, maciços do Garraf e do Monteseny, etc. -, e espaços urbanos (Barcelona, Manresa, Sabadell, Mataró, Vendrell, etc.); o funcionamento do mosaico é ilustrado por inúmeros e importantes fluxos e movimentos, evidentes tanto à escala regional como nas escalas de pormenor, entre os quais se destacam os fluxos biogeoquímicos (matéria, ar e água) pelos cursos de água e respectivos vales, o movimento da fauna que cruza as estradas compreendidas entre os espaços naturais, e da avifauna que procura as zonas húmidas e os bosques, o transporte de pessoas e mercadorias por estrada e caminho de ferro, o tráfego congestionado ao longo do litoral; a mudança ou mutabilidade no mosaico é evidente a qualquer escala e é provocada essencialmente pela crescente urbanização da paisagem que de modo difuso se estende desde Barcelona em direcção a Llobregat, ou a que se estende a partir de Manresa e Sabadell, sendo igualmente significativo o crescimento urbano que ameaça fragmentar a várzea de Vic ou o que se prepara para cercar e invadir o maciço do Garraf. Ou, ainda, o que está a converter a costa sudoeste numa única cidade linear.

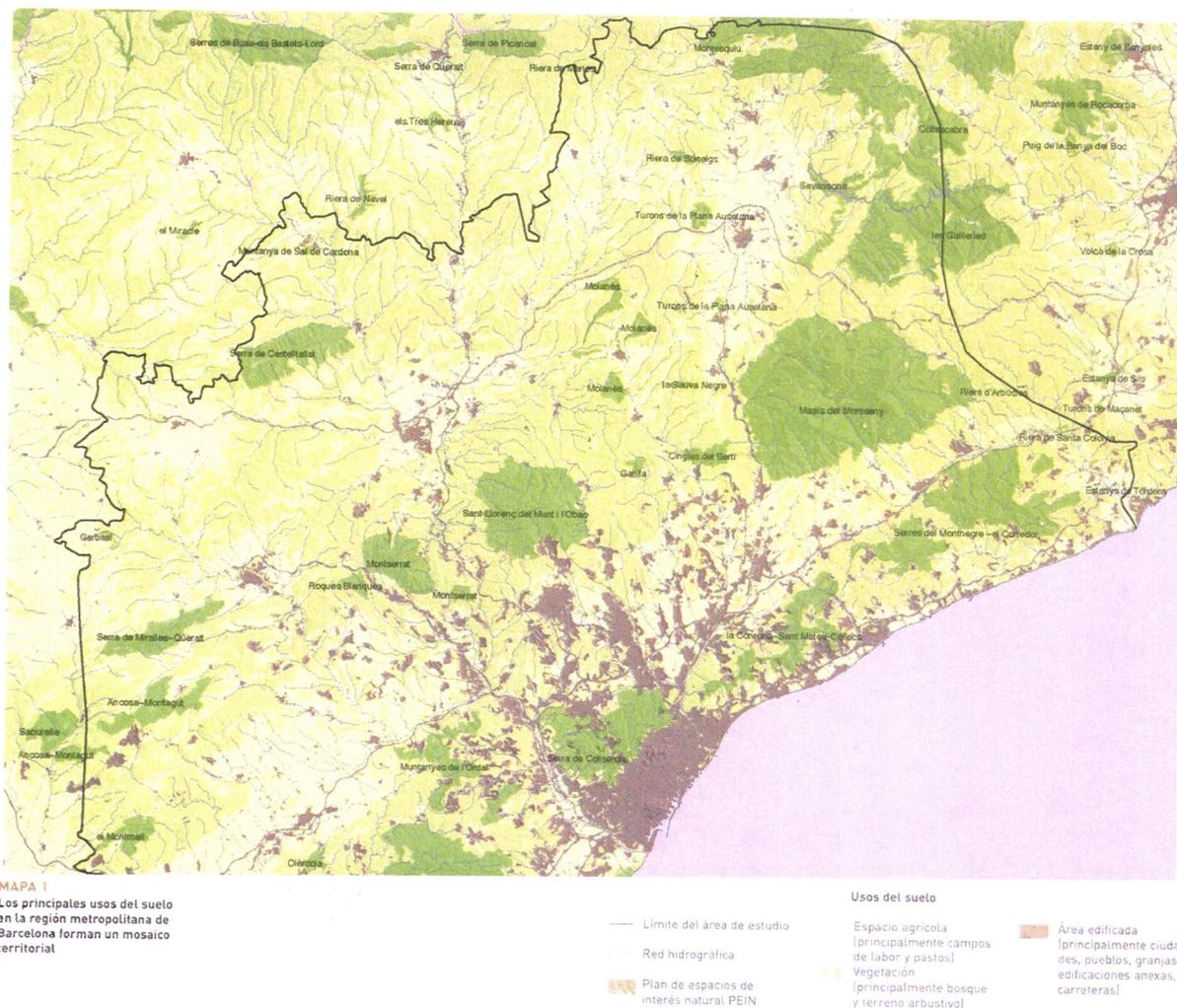


Fig.5.4. Mosaico paisagístico da região metropolitana de Barcelona: principais usos do solo

Fonte: FORMAN, R.T.T., 2004, p. 24

Face ao actual mosaico da paisagem de Barcelona, que contém várias características específicas e distintivas<sup>413</sup>, Forman apresenta um conjunto de propostas que formalizadas em três planos alternativos<sup>414</sup> se integram em quatro grandes temas: o sistema de espaços naturais, a agricultura, a água e o desenvolvimento urbano.

O sistema de espaços naturais é considerado o principal elemento estruturador e vertebrador do território, e dado o seu carácter integrador relaciona as estruturas e

<sup>413</sup> A paisagem de Barcelona caracteriza-se por um valioso conjunto de amplos espaços naturais protegidos, entre os quais as serras de Collserola e do Garraf e o delta do Llobregat que impedem a expansão descontrolada da cidade de Barcelona proporcionando-lhe uma escala humana atractiva; uma importante e diversificada produção agrícola que abastece a região urbana; a escassez de ecossistemas costeiros (zonas húmidas, sistemas dunares, bosques) e a poluição dos cursos de água, quer por produtos químicos industriais quer pelas águas residuais, contribuem para a diminuição e degradação da biodiversidade; a existência de pequena e média indústria na periferia das cidades que ao proporcionar emprego e contribuir para reduzir o tráfego, constitui um aspecto positivo, enquanto a inexistência ou escassez de parques é um aspecto negativo; as tendências de urbanização actuais, que nalgumas cidades se apoia na expansão difusa e fragmentada, sugerem um grande aumento no consumo de solo e de outros recursos naturais.

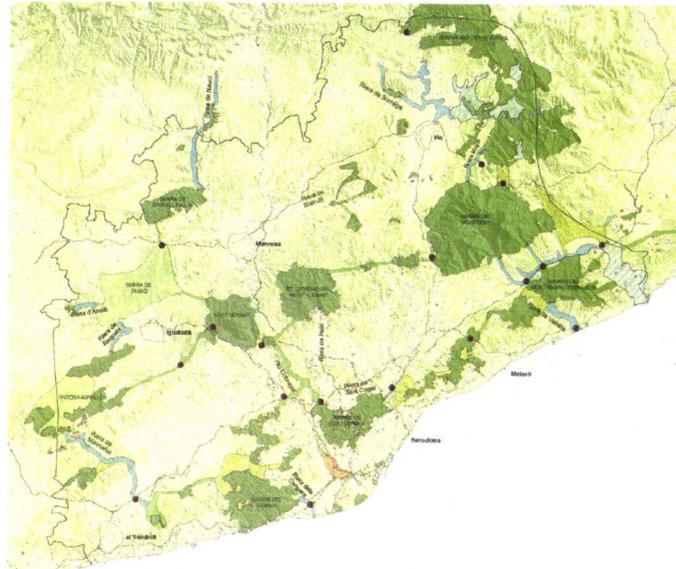
<sup>414</sup> O "plano mínimo" que contempla apenas as actuações e medidas imprescindíveis para manter o actual nível ecológico e de qualidade de vida; o "plano base" que garante o cumprimento dos objectivos estabelecidos, e o "plano mais promissor" ou ambicioso que tem mais flexibilidade e estabilidade, e oferece maiores garantias de alcançar os objectivos. (FORMAN, R., ob. cit., 2004, p.72).

processos relativos aos outros temas, Pelo que é proposto um grande sistema de espaços naturais conectados entre si – “a rede esmeralda” – por uma importante malha contínua de corredores verdes e de pequenos espaços naturais.

A protecção quer dos amplos espaços de cultivo e produção agrícola de grande qualidade, quer das áreas de delta dos rios Llobregat e Tordera, constituem, a par da criação de “parques agro-naturais” que combinam a produção agrícola, como principal uso do solo, com habitats naturais fundamentais para a preservação da flora e da fauna, medidas cruciais para a manutenção e o desenvolvimento da agricultura.

Relativamente à água, considerado o tema mais ambicioso, é proposto um amplo conjunto de actuações baseadas em critérios de integridade e uso racional do ciclo hidrológico, mediante a implementação de medidas que assegurem o funcionamento dos cursos de água naturais, para os quais é necessário garantir a existência de bacias de retenção e de infiltração que, para além da regulação do regime hídrico e da depuração das águas de escoamento superficial (que deverão separar-se das águas residuais) contaminadas pela poluição, constituem espaços de recreio e lazer para as populações.

Considerando que uma das estratégias mais importantes para preservar os sistemas e recursos naturais a longo prazo, com importantes benefícios para a sociedade, é definir o modelo de desenvolvimento urbano, o projecto territorial para a região de Barcelona, estabelece critérios gerais no que diz respeito ao crescimento das cidades, sempre em função da aptidão ecológica, e defende que o modelo de crescimento compacto promove o desenvolvimento no interior das – e adjacente às – zonas urbanizadas existentes, contribuindo para a manutenção do carácter e identidade de cada uma delas e para a criação de comunidades sociais fortes e coesas, e para sistemas naturais, intersticiais, entre municípios e entre a cidade e o campo, com função cultural, económica e ecológica.

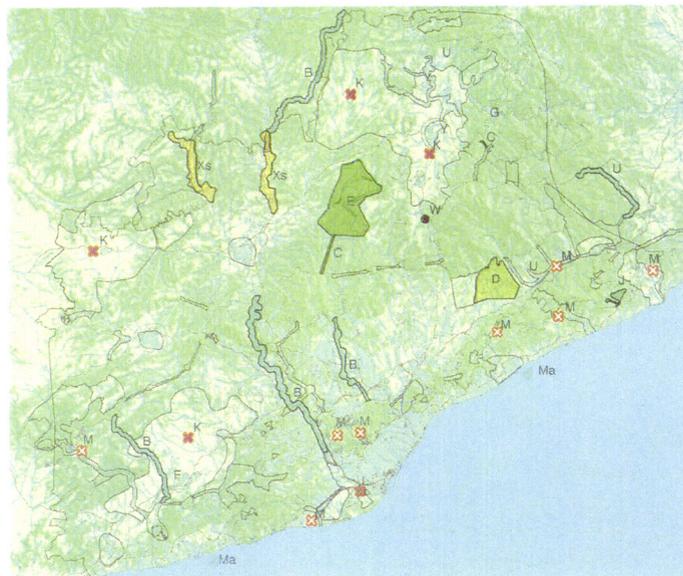


MAPA 4  
La red esmeralda

- Área natural protegida PEIN (Plan de espacios de interés natural) existente
- Nueva área protegida PEIN
- Zona de reconexión
- Corredor verde
- Corredor verdiazul
- Gran Parque
- Paso soterrado/elevado para los peatones y la fauna
- Cuenca protegida para preservar el río, embalse y/o esmeralda

Fig. 5.5. A rede esmeralda: rede de corredores verdes

Fonte: FORMAN, R.T.T., 2004, p. 42



- B = Cinta verdiazul
- C = Cinta verde
- D = Parque agro-natural ensanchado
- E = Esmeralda
- J = Territorio protegido entre lóbulos importantes de esmeralda
- K = Eliminación de edificaciones del gran paisaje agrícola que no dependan directamente de la explotación (fuera del centro de la ciudad o pueblo)
- L = Impedir la expansión del municipio sobre la llanura de inundación del río, al nordeste y el este del aeropuerto
- M = Eliminación gradual de edificios para restablecer los beneficios de importantes recursos naturales para la región
- Ma = Restauración activa de la zona del litoral marino
- U = Más territorio protegido en la cuenca aguas arriba del embalse
- W = Pasos elevados/soterrados para que los peatones y la fauna puedan cruzar la carretera
- Xs = Eliminación de todos los residuos mineros y cierre de las minas de sal contaminantes
- Y = Estación depuradora de aguas residuales (excluida el agua de lluvia) con sistema terciario, para eliminar el nitrógeno y el fósforo

Fig. 5.6. Plano de ordenamento potencial para a região metropolitana de Barcelona

Fonte: FORMAN, R.T.T., 2004, p. 75

Neste sentido, a organização dos usos principais do solo, como a agricultura, a urbanização e a silvicultura, para além dos vários corredores verdes (protecção da biodiversidade; optimização da gestão de recursos hídricos; controlo de ventos para a agricultura e florestação; lazer, ócio e contemplação; coesão comunitária e cultural, e conectividade da paisagem), é utilizada, de modo efectivo, como mosaico espacial, demonstrando Richard Forman, deste modo, que é possível obter um modelo territorial sólido e coerente desde o ponto de vista social e ecológico, e através de um mecanismo tão simples como o de estabelecer um mosaico paisagístico que estrutura e ordena o espaço da cidade-região.

Efectivamente, com o modelo matriz – corredor – fragmento que constitui uma ferramenta de extrema utilidade para o planeamento dos usos do solo, uma vez que “controla” fortemente os movimentos, os fluxos e mudanças dos sistemas naturais e sociais, a ecologia da paisagem contribui, com simplicidade e clareza, com uma abordagem sobre a organização espacial, desde uma perspectiva a grande escala, e a harmonização entre a natureza e a população, para a criação de paisagens sustentáveis<sup>415</sup>.

v) Contrária a uma composição de retalhos como um *puzzle* disléxico preenchido de acordo com proximidades (ou de forma dispersa ao longo dos eixos viários) renegando a estrutura orgânica da paisagem (onde cidade e campo constituem um todo), assenta na superação da dicotomia urbano – rural, propondo-se intervir em ambas paisagens promovendo a sua conexão e as indispensáveis relações, incorporando projectualmente os espaços livres como elementos activos (e não como “vazios”, “reservas”) possuidores de atributos próprios (biofísicos, produtivos, estéticos, etc.) outorgando-lhes, conferindo-lhes «sentido e significado» e compatibilizando-os quer com a preservação dos valores patrimoniais (naturais, culturais, paisagísticos), quer com a qualificação de espaços abandonados (zonas industriais, portuárias, margens dos espaços-canal, baldios, etc.).

Para isso tem contribuído o novo conceito de *Landscape Urbanism* que, identificando os espaços intersticiais (ocupados e/ou devolutos) como a qualidade e o potencial primordiais da região urbana, e adoptando uma visão de convergência de leituras multidisciplinares (ecologia da paisagem, arquitectura paisagista, arquitectura, epistemologia, etc.) que sustente quer as suas próprias teorias e práticas projectuais, quer o modelo de cidade-região, considera esta um sistema de enorme complexidade em permanente dinamismo que absorve, incorpora os processos de transformação a que está sujeito sendo capaz de manter o seu estado de equilíbrio ecológico dinâmico<sup>416</sup>.

---

<sup>415</sup> FORMAN, R., ob. cit., 2004, p.23.

<sup>416</sup>BEIGEL, F. e CHRISTOU, P., cit. em MOSTAFAVI, M. & NAJLE, C. (Eds.) *Landscape Urbanism: A Manual for the Machinic Landscape*, AA Publications, Londres, 2004.

A noção de *Landscape Urbanism* introduzida em 1997 nos EUA por Charles Waldheim "...as a branch of landscape ecology dealing with urban spaces abandoned industry ..." <sup>417</sup> alargou a sua original e limitada definição a uma interpretação, significado(s) e campo de intervenção mais abrangente, sendo considerada actualmente como uma nova aproximação ao planeamento urbano que, incorporando os conceitos, os princípios e as metodologias da ecologia da paisagem, da arquitectura paisagista, da arquitectura, mas também da agronomia, da silvicultura, da sociologia, etc., é entendida como o planeamento e o *design* de base ecológica de espaços abertos urbanos sustentáveis, incidindo não apenas nos espaços abandonados pela actividade industrial mas em todo o sistema de espaços intersticiais que estruturam a cidade-região actual <sup>418</sup>.

Neste sentido, os projectos de paisagem surgem como motores essenciais no desenvolvimento urbano e regional sustentável <sup>419</sup> e os arquitectos paisagistas, através da atitude generalista e de síntese própria da sua formação, e da teoria interpretativa e da prática operativa que lhe é inerente, surgem como os principais actores (coordenando ou colaborando em equipas pluri-disciplinares) na abordagem emergente ao sistema de espaços de uso colectivo que reconhecendo a sua capacidade ordenadora e estruturante, e as suas qualidades (simultaneamente flexíveis, reversíveis, multi-funcionais, etc.), o considera prioritário e fundamental na vertebração e articulação da paisagem urbanizada contemporânea.

Se, de acordo com Donadieu (ob. cit., 2006, p.37) se podem considerar como percursos da ideia de *Landscape Urbanism* os arquitectos paisagistas Richard Haag (norte-americano) e Peter Latz (alemão) com os seus projectos e obras, Gás Works Park of Seattle (1975) e Landscape Park Duisburg-Nord (1995), respectivamente, onde fundem património industrial, ecologia e arte no desenvolvimento das suas propostas, após a introdução e no âmbito daquele conceito, muitos têm sido os arquitectos paisagistas que, com os seus planos e projectos de paisagem, têm contribuído para a reestruturação e qualificação das principais regiões urbanas do mundo, e para a reivindicação de uma nova paisagem, global e dinâmica, que reflecta a reconexão cidade – natureza, as novas ecologias e a nova relação do homem com o lugar.

Tendo em comum a adopção de estratégias de intervenção que preservando a identidade e a potencialidade dos lugares, dos territórios, pretendem, através da revitalização das actividades culturais, sociais e económicas, contribuir para o desenvolvimento urbano e

---

<sup>417</sup> SHANE; G. (2003) cit. DONADIEU, P. "Landscape Urbanism in Europe: From Brownfields to Sustainable Urban Development" em JoLA, Journal of Landscape Architecture, Autumn 2006, Munique, pp.36-45.

<sup>418</sup> DONADIEU, P., ob. cit., 2006, pp.41-44. A este propósito Pierre Donadieu, professeur na École Nationale Supérieure du Paysage de Versailles, considera que nas regiões urbanas francesas as noções de *landscape city*, *agricultural city*, *park city* ou *nature city* revelam que o conceito e a escala da cidade se alteraram ocupando agora vastos territórios inter-municipais e peri-urbanos.

<sup>419</sup> MAGNAGHI, A., The Urban Village, Zed Books, Londres, 2005, p.17.

regional, sustentável, destacamos os seguintes autores e obras: Michel Desvigne foi o responsável pela integração paisagística dos espaços-canal de tráfego (rodovias e ferrovias) e das infra-estruturas industriais da cidade de Bóston; Michel Desvigne e Christine Dalnoky (colaboraram com Richard Rogers) são autores do projecto de paisagem do Millennium Dome em Londres; Florian Beigel e Philip Christou planearam e desenharam a Paju Book City, próximo de Seul; James Corner (à frente de uma equipa multi-disciplinar) autor do projecto Fresh Kills Parkland, cujo conceito se baseou no tema “Lifescape, a New Parkland for New York City” pretende transformar a lixeira da ilha de Staten (900 ha) num parque de escala regional cuja programação cultural, desportiva e didáctica visa criar um espaço de refúgio e bem-estar para os nova-iorquinos; na mesma perspectiva, McGregor+Partners autores do projecto do British Petroleum Park em Sidney (inaugurado em 2005), convertem o local dos antigos depósitos da BP, frente ao porto, num imenso sistema de espaços públicos, através de um novo desenho da paisagem que reconhecendo a importância de manter a herança industrial do lugar, compatibiliza-a com a recuperação de marismas e a criação de miradouros e outras estruturas para o recreio; a estratégia de intervenção utilizada pelo casal de paisagistas Kiefer para a criação do Adlershof Park em Berlim (inaugurado em 2004) no espaço do aeroporto com o mesmo nome, e que se tornou obsoleto depois das duas Guerras Mundiais, é em tudo semelhante: aproveitando a história do lugar os projectistas reforçam a sua identidade através da conservação de um imenso prado seco, no coração do parque, que mantém uma reminiscência da amplitude das antigas pistas, conciliando a conservação da natureza com o recreio através de uma sequência de espaços que serve também de conexão entre a ampla escala do parque e o início da cidade; por último, importa referir a recuperação paisagística da lixeira do Garraf (67 ha) da autoria de Teresa Galí e o Parque Agrícola do Baix Llobregat (plano coordenado por Joaquin Sabaté) que constituem exemplos de intervenção no âmbito do projecto da matriz ecológica metropolitana de Barcelona, cujo objectivo pretende obter a máxima superfície de contacto, a inter-penetração entre os espaços urbanos e a “natureza”.

Concluindo reafirmamos que a noção holística e integradora de cidade-região na perspectiva da interpretação e intervenção nos novos territórios urbanos, apoia-se numa concepção global da paisagem através da concretização da ideia de «contínuo natural e cultural» e sua inter-penetração com o espaço edificado, materializada num mosaico paisagístico, complexo e dinâmico, estruturado por redes tecnológicas (infra-estruturas de transporte e de comunicação, etc.) e por redes ecológicas e patrimoniais, contínuas e activas.

Nas configurações e imagéticas urbanas e paisagísticas resultantes, o sistema de espaços intersticiais corresponde, interpretado de modo activista, a autêntica «infra-estrutura» da

nova cidade regional, através da qual esta se estrutura e se organiza, uma vez que aqueles espaços deixam de ser considerados elementos residuais, passivos, de descontinuidade, e passam a ser encarados como espaços que, fazendo parte integrante do novo modelo de organização e gestão territorial, unem, interligam, dão continuidade e conectividade, são activos.

Emerge, assim, a força e a vitalidade do espaço livre, intersticial, não como o resto – vazio, reserva residual – entre “coisas” e urbanizações, mas como espaços contínuos, ocupados e vividos, com função ecológica, cultural e económica, com valor idêntico ao espaço edificado, capaz de articular, de inter-conectar as diferentes partes, e promover a ligação entre os distintos espaços (urbanos, suburbanos, rurais, naturais) da região urbana.

O desenvolvimento sustentável da cidade-região, assente na ideia da regeneração ambiental da rede de cidades e no reequilíbrio entre estas e o seu *hinterland*, pressupõe a elaboração de novas estratégias e metodologias de intervenção territorial que, adoptando o novo desenho urbano resultante da conexão entre urbanismo, ecologia e tecnologia, incorporam ingredientes conceptuais que invocam marcos e resultados significativos do actual processo de investigação teórica e aplicada no âmbito do ordenamento, planeamento e projecto urbano e paisagístico:

- Procura abranger e compreender a região urbana em toda a sua complexidade e diversidade, e assenta a intervenção numa visão estratégica, sistémica e integradora sobre a paisagem, que considera as diferentes formas e funções das paisagens urbana e rural, e integra as diversas infra-estruturas que as configuram (redes viárias e técnicas, ecológicas, etc.), permitindo orientar o crescimento urbano e garantir a continuidade, quer do sistema de espaço colectivo, quer dos sistemas naturais de âmbito regional e, neste sentido, contribuir significativamente para a sustentabilidade ambiental e económica da cidade região.
- Assenta no conceito de paisagem global, propondo-se intervir na totalidade da paisagem (urbana, suburbana, rural, natural) a partir do espaço exterior e das relações que este estabelece com o espaço edificado, adoptando o conjunto de princípios e de soluções proposto pela ecologia da paisagem e pelo *landscape urbanism*, na criação de um todo social e ecologicamente coeso e equilibrado.
- Considera o funcionamento articulado dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas com os sistemas urbanos, apoiando-se na nova metodologia de abordagem ao território introduzida pela ecologia da paisagem que, através daquilo que considera as suas três características fundamentais: estrutura, funcionamento e mudança, desenvolve um modelo

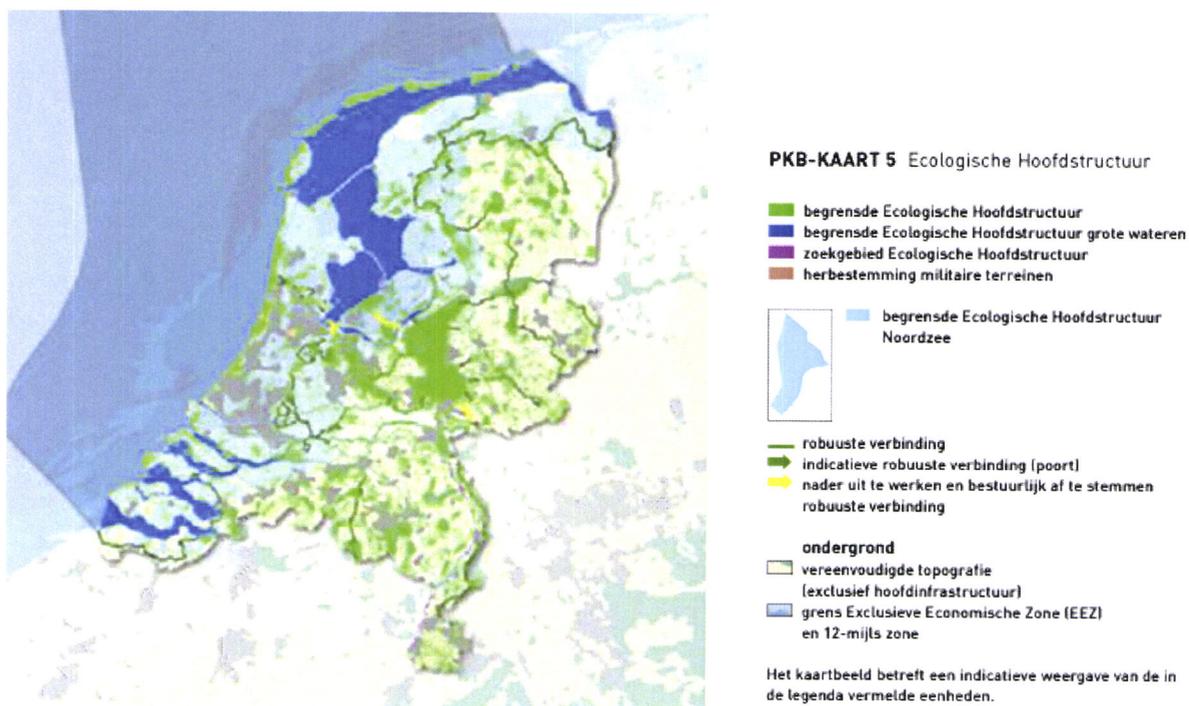


Fig.5.1. *Netherland Ecological Network*

Fonte: [www2.vrom.nl/notaruimte/kaarten/5/index.htm](http://www2.vrom.nl/notaruimte/kaarten/5/index.htm) (consultado em 2007-11-25)

### 5.2.1. As estratégias e as metodologias de intervenção na paisagem global da cidade-região – linhas conceptuais.

Face à actual complexidade territorial e urbana, a análise e diagnose da paisagem demonstra possuir uma dimensão que pode, como refere Meyer<sup>387</sup>, operacionalizar-se, para desenvolver novas estratégias de desenho urbano e paisagístico, efectivas, sendo que as intervenções de desenho na paisagem urbanizada passaram a considerar as estruturas e os elementos estruturais que articulam espacialmente a “arquitectura” daquela paisagem, e que têm, portanto, um papel fundamental na morfologia da paisagem global da cidade-região. Isto requer, ainda de acordo com o mesmo autor, a reconciliação renovada entre urbanismo, arquitectura, arquitectura paisagista e engenharia civil (a que nos acrescentaríamos as engenharias biofísica, agrónomica e dos recursos hídricos) de cuja relação e conjugação resultam métodos e “motivos” de desenho que propõem um novo tipo de “plano urbanístico e paisagístico” que é o resultado de um forte equilíbrio entre: a) o modo como o território se

<sup>387</sup> MEYER, H., “From Plan via Projects to Perspectives” em FONT, A. *et. al.*, (eds.) *The Territories of the Urbanist*, Edicions Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2005, pp.41-49. Hans Meyer é professor de Urban Design and Methods na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Tecnologia de Delft, na Holanda, e na Escola Superior de Desenho da mesma cidade.

“oferece” para os usos urbanos (condicionados pela aptidão ecológica e capacidade ambiental); b) o padrão de parcelamento fundiário e c) o sistema de espaços colectivos.

É através deste sistema que se manifesta a natureza arquitectural da paisagem da cidade-região e a qualidade da sua urbanidade, pois contrariamente ao modelo de cidade difusa em que os espaços abertos, os “vazios”, separam, são expectantes, passivos, no novo modelo de organização e gestão territorial aqueles espaços unem, interligam, dão continuidade, são activos, (des)ocupados e vividos, deixando de ser considerados elementos de descontinuidade e passando a ser encarados como elementos de agregação dispostos, aptos a ser colonizados por novas actividades.

A complexidade paisagística dos “vazios de edificação” – (que, para além dos espaços degradados da paisagem urbanizada resultantes da alteração dos modelos de produção industrial, do processo de dispersão urbana e do consumo excessivo da sociedade contemporânea: zonas industriais, portuárias, ferroviárias, aterros sanitários, minas, etc. – desactivados e desocupados –, e dos espaços residuais entre urbanizações e infra-estruturas, integram manchas – agrícolas, florestais, matos, zonas húmidas – e corredores – linhas de água e galerias ripícolas, frentes de mar e linhas de cumeada, sebes, etc. – que possuem qualidades e potencialidades intrínsecas: ambientais, económicas, culturais, simbólicas) –, exige uma nova abordagem conceptual que introduza um maior grau de complexidade projectual que, apreendendo-os no contexto da descontinuidade espacial e formal dos territórios urbanos emergentes, e assente nos pressupostos das arquitecturas e da ecologia da paisagem, fornece, para além de um conjunto de princípios e soluções, um sistema operativo, uma estratégia capaz de se implementar no terreno.

A estratégia e as metodologias de intervenção na paisagem global da cidade-região, que tem como pressuposto fundamental a actuação espacial quer através da avaliação dos diferentes processos que explicam as dinâmicas urbanas e paisagísticas, quer através de uma forma da paisagem que sintetize as suas componentes ecológicas e culturais, e na qual a actuação sócio-económica deve encontrar o seu enquadramento, contém as seguintes linhas conceptuais:

i) As alterações físicas detectadas, nas três últimas décadas, na configuração e composição das nossas paisagens e cidades e, nos comportamentos e estilos de vida das populações, na manifestação de uma nova territorialidade descontínua e dispersa com consequências evidentes na transformação paisagística (processos de fragmentação e degradação), no consumo do solo (aumento exponencial), na produção de novas modalidades de assentamentos (de baixa densidade) e de fluxos multi-direccionais (baseados na mobilidade privada), significam o aparecimento de novos problemas e o agravamento de alguns já

existentes, o que exige a formalização de novos modelos com vista à sua interpretação, explicação e resolução.

Face aos problemas mais significativos da actual etapa do processo de urbanização da paisagem e à complexidade das suas dinâmicas, consideram-se como principais aspectos funcionais, ambientais e morfológicos, e como novos paradigmas para a sua resolução – implicados na renovação do “projecto urbano” cuja concepção e operatividade, enquadradas numa estratégia de um novo “plano urbano e paisagístico” (mais flexível, diversificado, estratégico, supra-municipal, aberto e em rede) como âmbito conceptual e instrumental para o ordenamento da paisagem global da cidade-região –, os seguintes:

a) A estrutura espacial e o funcionamento dos territórios urbanos actuais – constituídos pela relação e sobreposição de antigos núcleos urbanos, novos crescimentos de carácter disperso e cenários em rede, motivados pela localização estratégica de actividades inovadoras e centrais (grandes superfícies comerciais e de lazer, parques tecnológicos, empresariais, etc.) em pontos de máxima acessibilidade territorial e exposição aos canais dos fluxos mais importantes (auto-estrada, vias rápidas, estradas nacionais, etc.) e aos seus lugares estratégicos (saídas, nós, cruzamentos, etc.), – requer o entendimento da cidade à escala da região e a aceitação de cada ponto desta poder ser potencialmente cidade (pelas razões apontadas).

Neste sentido, o projecto territorial da cidade-região, entendendo-a como um sistema urbano aberto com uma estrutura policêntrica apoiada num “sistema de centralidades” (que inclui o centro antigo) como estratégia de estruturação do seu território, orienta-se para o aproveitamento das especificidades de cada lugar e das complementaridades entre as três paisagens diferentes: cidade compacta, de baixa densidade e da nova centralidade, optimizando sinergias em rede.

b) A organização da cidade em rede e o complexo sistema de mobilidade (com movimentos em todas as direcções) que lhe é inerente, exige estratégias urbanísticas coerentes que, a partir da revisão do actual modelo incrementador das infra-estruturas para a mobilidade privada, reforcem a necessidade de potenciar os sistemas de transporte público de alta capacidade (caminho de ferro, metro de superfície, etc.), os interfaces transporte individual - transporte colectivo no apoio ao sistema de lugares centrais (em linha, em rede) e a adequada localização das actividades, tanto em relação à residência e ao emprego, como em relação à infra-estrutura de transporte público, passando o transporte público por

caminho de ferro a ser considerado o elemento vertebrador, por excelência, dos futuros territórios urbanos<sup>388</sup>.

c) O reequilíbrio territorial da cidade-região, baseado na adopção de estratégias de diversificação e mistura de actividades e usos compatíveis, manifesta-se quer na menor procura de mobilidade entre as diversas actividades urbanas quer, na “criação” de estruturas urbanas funcionalmente mais equilibradas e espacialmente mais qualificadas, o que superando as limitações dos espaços monofuncionais, especializados, revela critérios de sustentabilidade bastante positivos: proximidade casa – emprego ou escola, dissipação dos fluxos, potenciação da comunicação entre grupos sociais, gerações, etc.

Desde uma visão dinâmica da cidade que considera a evolução “natural” das suas actividades, o que pressupõe requisitos de flexibilidade funcional e formal, tanto no que diz respeito às tipologias edificadas (actividades residenciais, mas também produtivas e de serviços), como às tipologias dos espaços exteriores, a mistura de usos e actividades (que não é em si mesma um fim mas um meio para melhorar a qualidade de vida na cidade-região) deve ser reintroduzida, criteriosamente, assente na consolidação, visibilidade e praticabilidade do Sistema de Espaço Colectivo<sup>389</sup>.

d) Face ao défice de continuidade e homogeneidade entre as partes que constituem a cidade alargada, entende-se que a reabilitação ou construção de espaço colectivo é um instrumento prioritário para a sua reestruturação e re-urbanização.

Nesta perspectiva, torna-se fundamental reivindicar e reinventar o espaço público como conectivo das heterogeneidades e como estrutura e suporte da morfologia urbana, e deste modo, construir “continuidade” entre a revitalização da cidade consolidada e re-urbanização da baixa densidade emergente.

No entanto, a nova escala territorial da cidade-região, que integra para além de espaços exteriores tradicionais (praças, largos, ruas, alamedas, jardins, parques), outros espaços livres e elementos muito diversos: espaços agrícolas (funcionais ou degradados), espaços florestados (reservados ou não), espaços naturais (protegidos ou não), exige numa estratégia de continuidade e em paralelo ou contendo o sistema de espaço público, o sistema de espaços e elementos não-edificados enquanto articulador, regenerador e formador de uma estrutura urbana e territorial renovada:

- como criação de um sistema espacial que definido por circunstâncias geográficas, ecológicas e culturais inter-relacionadas, permite o desenvolvimento equilibrado do ser

---

<sup>388</sup> FONT, A., “Urban problems and disciplinary paradigms in the territories of current urbanism” em FONT, A., *et al.*, The Territories of the Urbanist, Edicions UPC, Barcelona, 2005, pp.19-29.

<sup>389</sup> PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J., Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, p.102.

humano ao abranger quer as actividades e os valores da ruralidade, quer os da cidade, e responde à inquietação estética e às necessidades sociais e culturais da actualidade;

- como elemento de preservação e valorização dos usos colectivos (praias, matas, parques) ou de continuidade ambiental e natural (sistemas e corredores ecológicos, verdes, estruturas verdes, ecológicas e patrimoniais);

- como complemento e qualificação de espaços banalizados (expectantes, residuais, baldios), correcção ambiental e paisagística de infra-estruturas viárias e outras que criam barreiras ou fracturas no território, reivindicação e recuperação para a cidade de frentes de mar ou fluviais;

- como “introdução” de novos valores, espaços e elementos paisagísticos e ecológicos que numa estratégia de aproveitamento dos interstícios da urbanização fragmentada lhes outorga sentido, compatibilizando-os com a defesa de valores culturais e ambientais, acrescentando património à nova cidade.

Assim, face à nova escala paisagística e num contexto em que as dicotomias convencionais (urbano/rural, centro/periferia, cultural/natural) perderam a anterior clareza conceptual, parece haver consenso quanto à necessidade de definir um novo e distinto modo de programar, projectar e avaliar os espaços e elementos não-edificados que devem passar a ser entendidos como estruturas de sustentabilidade do território, e integrados em novas formas de usufruir da paisagem e dos seus atributos biofísicos e culturais.

Deste modo, o (re)desenho e construção do sistema de espaços livres, que deverá dar forma, organizar e qualificar a cidade regional através dos elementos de continuidade ecológica e cultural da nova dimensão do espaço colectivo, deve ser “articulado” (condicionando-o) com o (re)desenho e construção das redes que faltam ou deformam os territórios para que façam “cidade”, resolvendo questões viárias e dando um sentido de estrutura urbana quer aos tecidos pré-existentes, quer às novas centralidades que os complementam e qualificam<sup>390</sup>.

Neste sentido, a inter-penetração espaço urbano – espaço rural, a alternância de eixos edificados e corredores verdes, de modo a obter-se a máxima superfície de contacto entre ambos e a promover a continuidade entre as partes, tão distinto do modelo de cidade moderna como do modelo de cidade explodida actual, contribuirá para o desenvolvimento urbano sustentável, para o equilíbrio funcional e para a construção de uma paisagem global assente na identidade e carácter do lugar.

Importa referir, no entanto, que a aplicação de uma estratégia de continuidade do edificado através do preenchimento e da colmatação de vazios apenas poderá ter êxito onde eles são

---

<sup>390</sup> PORTAS, N., “Conceitos de desenvolvimento urbano” (1987) em Os Tempos das Formas, vol.1: A Cidade Feita e Refeita, ed. Universidade do Minho, DAA, Braga, 2005, pp.105-119.

a excepção, e sempre que não comprometa as qualidades biofísicas e culturais desses espaços, sendo que não se torna plausível onde são dominantes, ou seja, nos territórios de baixa densidade. Nestes, como nos outros, a estratégia de continuidade ecológica e patrimonial deverá ser, sim, efectiva.

e) As actuais formas urbanas, extensivas e fragmentadas, predadoras de recursos naturais (solo, água, energia) e paisagísticos, e as dinâmicas que lhes deram origem (para além do crescimento demográfico, alteração dos estilos de vida, efeito conjugado do aumento da mobilidade e da oferta imobiliária, crescimento do turismo e do sector terciário, etc.), constituem partes da solução global que, baseada no compromisso entre opções de desenvolvimento urbano, considerando tanto a reforma e a melhoria – crescimento endógeno, – como a expansão – crescimento exógeno –, conciliando e complementando ambas estratégias: “(...) *crescer completando e crescer estendendo selectiva e paralelamente* (...)”<sup>391</sup>, procura estruturar o novo sistema urbano de forma mais coesa e sustentável, o que pressupõe a utilização de critérios de sustentabilidade ambiental e compatibilidade financeira que, opondo-se tanto à dispersão da edificação e à descontinuidade ecológica e patrimonial, como a operações de densificação urbana, deverá procurar diversificar as densidades sem prejuízo do equilíbrio ecológico e paisagístico da região urbana.

Neste sentido, ganha relevância a adopção de uma estratégia projectual de densificação controlada adequada ao suporte viário e à organização espacial pré-existente, no pressuposto de que é fundamental estabelecer um conjunto de relações e articulações diversificadas entre os espaços edificado e não-edificado, que para além de ligações físicas, como percursos, inclua outras, nomeadamente culturais, sociais e tecnológicas.

Torna-se necessário, para isso, alterar o modo de pensar o processo de urbanização e da sua relação com a natureza, substituindo o planeamento e desenho urbano convencional por um modelo que, assente numa visão estratégica, sistémica e integradora sobre a paisagem que inclua as diferentes formas e funções das paisagens urbana e rural, e que integre as diversas infra-estruturas que as configuram (redes viárias, redes tecnológicas, estruturas verdes e ecológicas), permite orientar o desenvolvimento urbano (endógeno e exógeno) com densidades controladas e adequadas, ao mesmo tempo que garante a continuidade, quer do sistema de espaço público, quer dos sistemas naturais e culturais de âmbito regional (linhas de costa, cursos de água, sistemas agro-silvo-pastoris), acabando por contribuir, significativamente, para a sustentabilidade ambiental e económica da cidade-região.

---

<sup>391</sup> PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J., ob. cit., 2003, p.96.

ii) Baseia-se na relação existente entre a consideração da realidade urbana cada vez mais fragmentada, descontínua e descentrada, e a adopção das teorias da complexidade e da cultura do fragmento.

As teorias da complexidade, por um lado, veiculadas pela Teoria dos Sistemas, pela Teoria da Informação e pela Cibernética (ciência do comportamento de sistemas inter-actantes que se interroga não com “o que é isto”, mas sim com “o que faz e para que serve”) e, por outro lado, inspiradas nas contribuições da *pop art*<sup>392</sup> (que com atitude realista integrou as imagens dos *media* – publicidade, cinema, televisão, jornais e revistas –, e aproximou-se aos mecanismos da pintura hiper-realista na sua celebração da realidade metropolitana tal como é), admitem que o mundo está formado por sistemas sociais e ecológicos complexos e não por elementos que se podem separar ou pensar independentemente, uma vez que tudo está relacionado: as partes com o todo, o todo nas partes.

Nesta perspectiva, entendemos e aceitamos a cultura do fragmento desde a posição pós-moderna e transversal que aceita uma realidade múltipla e plural, e que mediante a sobreposição e a inter-relação procura recompor e relacionar os diversos fragmentos espaciais e que, mantendo a sua identidade constrói um todo articulado por percursos e fluxos. Pelo contrário, repudiamos a posição neo-liberal que procurando dar resposta aos interesses da globalização promove a construção de cidades e paisagens com uma estrutura fragmentária, segregada e desmembrada em que as diferentes partes surgem dispersas, isoladas e sem relação.

As teorias da complexidade e a cultura do fragmento conduzem e utilizam fundamentalmente dois mecanismos projectuais, dois métodos de projecto arquitectónico, urbanístico e paisagístico: a *collage* e a “montagem cinematográfica” (ou um híbrido de ambas)<sup>393</sup> para a criação de formas a partir da inclusão, agregação, sobreposição e articulação de fragmentos, de partes isoladas, de peças heterogéneas que pretendem “alcançar” a versatilidade e expressar as metáforas numa paisagem, cidade e arquitectura de formas dispersas articuladas por uma rede de percursos e de fluxos.

Neste sentido e face, por um lado, à tomada de consciência da crise da cidade moderna – detentora de uma estrutura segregativa constituída a partir de formas abstractas, isoladas e sem relação – e ao reconhecimento das qualidades urbanas e humanas da cidade tradicional – compacta, densa, unitária, multi-funcional – e, por outro lado, sem se opor à cultura organicista, baseada na integração, na unidade e na manutenção da diversidade biológica e cultural, Collin Rowe e Fred Koetter<sup>394</sup> propõem, tomando como ponto de partida

---

<sup>392</sup> MONTANER, J.M., *las formas del siglo XX*, G.Gili; Barcelona, 2002, p.118

<sup>393</sup> *Idem*, pp. 186-196.

<sup>394</sup> ROWE, C.; KOETTER, F., (*Collage City*, The MIT Press, Cambridge, 1978) *Ciudad Collage*, G.Gili, Barcelona, 1998.

a fragmentação, um urbanismo *collage* que considera simultaneamente as pré-existências da cidade histórica e determinadas tipologias modernas.

Propõem, deste modo, desde critérios formais e através do método figura - fundo<sup>395</sup>, uma estrutura urbana contemporânea que sintetiza as melhores qualidades dos modelos dominantes: a densidade, coerência, identidade e continuidade do espaço público da cidade compacta, tradicional, e a higiene, salubridade, acessibilidade e melhor qualidade do ar da cidade difusa.

Como mecanismos projectuais e compositivos, como técnicas e estratégias formais contemporâneas, a *collage* e a “montagem” têm, ainda segundo aqueles autores, pontos em comum, ao basearem-se na sobreposição e articulação dos fragmentos, das partes, na aceitação da heterogeneidade do todo e de que tudo pode ser integrado, e no entendimento da cidade e da arquitectura como montagem.

A influência dos princípios e dos mecanismos narrativos e perceptivos da montagem cinematográfica (que consegue articular as imagens na montagem sequencial de uma narração unitária) encontra-se nas obras de Bernard Tschumi e Rem Koolhaas<sup>396</sup>. Tanto no Parque de La Villette (1982-1990) em Paris, da autoria do primeiro, como no edifício e espaços exteriores da Câmara Municipal de Haia (1986), do segundo, ambos os autores articulam os fragmentos como “episódios” num discurso coerente que adopta um novo sentido, um novo significado, após serem percorridos os elementos, os objectos e as partes que se foram encadeando e que, mantendo a sua identidade, formam parte da montagem de um todo baseado em percursos e fluxos<sup>397</sup>.

Ainda, face à complexidade e desagregação da cidade contemporânea, Secchi<sup>398</sup> propõe, por um lado, uma nova metodologia de análise e intervenção urbana que, considerando a diversidade de traçados e pré-existências, procura restabelecer conexões interrompidas e

---

<sup>395</sup> Para revelar a forma de cada modelo urbano Rowe e Koetter recorreram ao método figura – fundo procedente dos mecanismos da Teoria psicológica da forma estabelecida por investigadores da Teoria de Gestalt (Gestaltpsychologie – expressão alemã que poderá ser traduzida por “psicologia da estrutura”, “psicologia da forma”, tem as suas origens em finais do século XIX, princípios do século XX nas investigações de Christian von Ehrenfels, Félix Kruger, W. Kohler e Paul Guillaume). Deste modo, se na cidade compacta, tradicional, predomina o fundo correspondente ao tecido edificado, ao “cheio”, e a figura corresponde ao “vazio”, ao sistema de espaços exteriores (ruas, praças, largos, logradouros), na cidade moderna predomina a figura identificada pelos edifícios, blocos isolados sobre um amplo fundo, um enorme vazio correspondente aos espaços abertos. Como refere Montaner (ob. cit., 2002, p.190) Rowe e Koetter consideram que a distinção entre figura e fundo constitui um dos mecanismos elementares da percepção e inteligência humana: possivelmente o primeiro mecanismo psicológico que se utiliza na vida quotidiana para interpretar e se orientar na realidade, no mundo, descobrindo o vazio como parte conformadora e cada vez mais importante do conjunto, do todo.

Importa acrescentar que uma das premissas fundamentais do pensamento “gestáltico” tem plena aplicação no entendimento das relações entre o Homem e o território: “o todo é mais do que a soma das partes” e no entendimento do conceito de paisagem proposto de que a mera soma das partes não permite um perfeito entendimento do todo e dos processos que nele ocorrem, no espaço e no tempo. Neste sentido, os conceitos de Paisagem (Global) e de Cidade (Região) adoptados permitem entender o Homem na sua globalidade enquadrando-o e integrando-o completamente no seu ecossistema – a paisagem como Ecossistema Humano Total (Naveh e Lieberman, 1994, p.89).

<sup>396</sup> Montaner (ob. cit., 2002, p.18) considera os dois arquitectos “(...) montadores cinematográficos que, com fragmentos, constroem um ambicioso universo (...)”.

<sup>397</sup> MONTANER, J.M., ob. cit., 2002, pp.194-200.

<sup>398</sup> SECCHI, B., “Le condizione sono cambiante” em Casabella, nºs498 - 499, Janeiro – Fevereiro, 1984, pp.17-21

encontrar significados aos distintos fragmentos urbanos, apoiando-se no que denominou a estratégia das “regras” e das “excepções” e os “planos de terceira geração”<sup>399</sup> (percursos do planeamento estratégico).

Para o autor italiano, a fragmentação da cidade deixou de poder ser explicada a partir do rigor da concepção estruturalista proposta por Rossi uma vez que já não havia correspondência entre as características sociais, funcionais e morfológicas de cada uma das suas partes. Cria, então, uma nova metodologia de análise e intervenção urbana baseada na constatação de que na cidade herdada é possível reconhecer “regras”, maneiras de actuar repetidas (modos de assentamento, parcelamento do solo, tipos arquitectónicos, técnicas construtivas, conexões interior – exterior, etc.) provenientes da identidade e tradição das cidades, mas que aceitam a transgressão, a inovação e a “excepção” (complementar da “regra”), conceito que se refere a enclaves urbanos específicos, lugares irrepetíveis e impossíveis de explicar desde os códigos que determinam as regras. Da conjugação de ambos – “regras” e “excepções” – é possível, segundo Secchi, abarcar a cidade contemporânea em toda a sua complexidade e diversidade.

Se com a referida estratégia e os conceitos em que se baseia, procura abranger e compreender a cidade actual em toda a sua complexidade, com a reformulação do plano geral, concretizada no novo instrumento de planeamento que denominou “planos de terceira geração”, propõe adaptar a figura do plano geral às circunstâncias urbanísticas e sócio-económicas contemporâneas considerando: a) a especificidade do lugar relativamente à qual eram seleccionados os temas de projecto; b) a revitalização da cidade existente concentrando o desenvolvimento urbano no seu interior (periferias, espaços urbanos incompletos, marginalizados e degradados de modo a dotá-los de significado) controlando a expansão urbana e evitando, deste modo, a delapidação dos ecossistemas naturais e dos mosaicos culturais; c) o estabelecimento de relações e de conexões entre as áreas urbanas incaracterísticas e aquelas que mantêm identidade própria, propondo “coser e ligar” as diferentes partes da cidade, actuando nas zonas “maleáveis” (espaços residuais ou obsoletos) cujas qualidades e funções se podem modificar mais facilmente.

Este conjunto de considerações, experimentado, concretizado em Milão nas Décadas de Oitenta e Noventa do século XX<sup>400</sup> se, por um lado, demonstra as dificuldades e as

---

<sup>399</sup> Bernardo Secchi classificou os planos de ordenamento urbano em: (i) planos de primeira geração relativos à Década de 1950, cujo principal objectivo era orientar a expansão urbana; (ii) planos de 2ª geração (Década de 1970) influenciados pela *Tendenza* que se propunha intervir na cidade a partir do projecto arquitectónico de escala urbana e deste modo dotar a cidade de serviços sociais adequados, e (iii) planos de terceira geração que na Década de 1980, baseando-se na premissa de que “(...) *A cidade e o território onde viveremos nos próximos já estar construído* (...)” (SECCHI, B., *Un progetto per l’urbanistica*, Giulio Einaudi, Turim, 1989, p.47) limita-se a modificar a cidade existente adequando-a às necessidades da sociedade contemporânea.

<sup>400</sup> O Plano Urbano de Milão de 1980, considerado um dos primeiros planos de terceira geração, propôs-se conter o crescimento urbano no perímetro existente, intervindo em espaços semi-consolidados, obsoletos ou degradados, através da potenciação do espaço público cuja superfície duplicou e da melhoria do transporte público com ampliação da rede de metro. Por sua vez, na Década de 1990, os postulados de Secchi continuaram a prevalecer centrando-se a intervenção em 800 há de solo urbano funcionalmente obsoleto, dispersos pela cidade, tendo como objectivo o reequilíbrio funcional e ambiental da

limitações dos “planos de terceira geração” em conectar com as novas dinâmicas da realidade urbana e sócio-económica contemporânea (um dos seus principais objectivos), nomeadamente o facto de não abordar, com a devida acutilância, o emergente processo de explosão urbana e o facto dos poderes públicos não apresentarem, por si sós, capacidade para controlar o desenvolvimento urbanístico nos moldes em que o plano geral, embora reformulado, propunha, acabando por ser substituído pelo plano estratégico<sup>401</sup>, por outro lado, contém e revela princípios e critérios de sustentabilidade, ainda hoje, extremamente válidos, expressos nas estratégias de intervenção propostas, relativas: a) à reutilização da cidade existente intervindo nos “vazios urbanos”, reduzindo ao máximo a expansão urbana, dotando de sentido e significado a cidade consolidada e a sua relação com o território circundante, preservando a identidade e o carácter de ambos; b) à melhoria da qualidade de vida da população, através do aumento da rede e da qualidade do transporte público, da criação de um sistema de espaços de uso colectivo que articule o tecido edificado, da promoção do policentrismo e da multi-funcionalidade, e da protecção do espaço agrícola e natural.

iii) Considera a paisagem um sistema global, um todo, baseando a intervenção quer no conceito de estrutura que integra e hierarquiza os elementos (pontos, linhas e áreas)<sup>402</sup> e as suas relações, atendendo às pré-existências naturais e culturais, quer no princípio da continuidade – *continuum naturale* e *continuum culturale* – formulado por distintas escolas de arquitectura paisagista que os faz corresponder, respectivamente, à estrutura ecológica e

---

cidade, a partir da substituição do monocentrismo protagonizado pelo congestionado centro histórico pelo policentrismo veiculado pela reabilitação e revitalização de zonas urbanas periféricas, principalmente áreas industriais abandonadas que, baseado no projecto Nove Parques para Milão (dirigido por Pierluigi Nicolini, Raffaello Cecchi, Vicenza Lima e Pippo Traversi) dotou a cidade de um conjunto amplo e diversificado de espaços verdes e de equipamentos (parques de feiras, centro de negócios, parque científico e tecnológico, etc.).

<sup>401</sup> Como refere Nuno Portas (ob. cit., 2003) o planeamento apresenta-se, hoje, como um sistema de formas de intervenção interactivas: estratégias, planos e projectos com alcance estratégico. Neste sentido, uma estratégia de cidade, ainda que se designe Plano, expressa-se em cenários susceptíveis de serem alterados por informação introduzida no decorrer da acção, à qual o planeamento estratégico tem de ser capaz de se adaptar e dar resposta; expressa-se em hipóteses que devem ser testadas pelos distintos instrumentos de intervenção (planos, projectos, programas, propostas). Daí a necessidade de um processo de planeamento mais flexível que passe a actuar por aproximações sucessivas à realidade considerando as suas componentes sociais, económicas, ambientais e institucionais, e adaptável às mudanças da sociedade e do seu processo de desenvolvimento sustentável.

<sup>402</sup> Como refere Magalhães (ob. cit., 2001, p.428) a paisagem apresenta uma estrutura global constituída por duas sub-estruturas: a estrutura ecológica representativa da paisagem natural sobre a qual se inscreveu a humanização e que compreende as áreas de maior valor ambiental e ecológico, e a estrutura cultural que, resultado dessa humanização, integra os elementos culturalmente significativos (que tanto podem ser inertes/edificados, como vivos/não-edificados). É através destas estruturas, contínuas, que se estabelece a ligação entre a cidade e o campo.

A estrutura da paisagem é constituída por vários elementos: pontos, linhas e áreas, cujas tipologias, pertencentes a determinado lugar, e que podem ser considerados tanto para a paisagem urbana como para a paisagem rural, são particularmente estáveis, quer em termos temporais (permanecendo ao longo do tempo), quer em termos espaciais (com pequenas variações de região para região). Teresa Alfaiate (ob. cit., 2000, pp.131-175) apresenta um conjunto de critérios de definição tipológica dos espaços abertos da paisagem para o projecto de estudo sistemático dos tipos básicos (gerais e locais) e tipos consagrados, para a região de Lisboa, considerando, neste caso, no espaço urbanizado: PONTOS (Praça – tipo básico; Terreiro – tipo local; Jardim, Miradouro, Parque – tipo consagrado); LINHAS (Rua, Calçada, Alameda); TECIDOS (em grelha, axial, irregular) com a seguinte correspondência no espaço não-urbanizado: PONTOS (Clareira, Prado, Promontório, Montado); LINHAS (Estrada, Azinhaga, Galeria Ripícola); MOSAICO (compartimentado, em socacos, irregular – seara, sapal, sistema dunar, etc.).

Como assinala, de modo assaz esclarecedor, a primeira autora (ob. cit., p.437), da definição e delimitação das estruturas ecológica e cultural da paisagem, resultam espaços intersticiais que constituem as áreas neutras do sistema, e ocorrências pontuais, que constituem no seu conjunto elementos da forma da paisagem.

à estrutura cultural que associadas à estrutura de mobilidade e à estrutura edificada, constituem a estrutura global da paisagem, através da qual se estabelece a ligação entre os espaços rurais e urbanos, e que constituem juntamente com os interstícios desta estrutura – espaços tipológicos e ocorrências isoladas – a morfologia da cidade-região à qual se recorre como instrumento do seu ordenamento.

Neste sentido, a arquitectura da paisagem global da cidade-região concebe-se como um conjunto de estruturas – ecológica, cultural, patrimonial, edificada, de mobilidade –, espaços tipológicos - áreas –, e ocorrências pontuais, que se vão reconhecendo e revelando na análise e reelaborando no projecto, através da introdução do conceito de complexidade e do uso da técnica de concepção pós-modernista da sobreposição, como processo de fazer coexistir e articular os distintos sistemas, elementos e tipologias.

Assim, e pelo papel que desempenham na formação da paisagem, em geral, e da cidade, em particular, torna-se imprescindível a conjugação entre estrutura e espaços tipológicos aquando da intervenção no espaço, materializando-se, deste modo, uma morfologia complexa da paisagem global, sendo indispensável que as actuações «por áreas» ou «por ocorrências» dependam de uma estrutura, sem o que se continuará a promover o caos, à semelhança do que acontece na prática actual de ocupação do território<sup>403</sup>.

A concepção da paisagem e da cidade a partir de tipologias ou padrões e de ocorrências, decorre, portanto, da abordagem morfológica, complexa, completando-a, tendo como resultado uma maior complexidade do desenho e dos seus conteúdos, o que permite mais possibilidades de usufruir da paisagem.

A intervenção através da morfologia paisagística, para além de indicar os usos potenciais e as referidas tendências de evolução (através da proposta de ocupação do solo em função da aptidão ecológica e do respeito pelos valores culturais, presta, desde já, informação relativamente à forma), identifica sobretudo os elementos mais significativos, as componentes essenciais na formalização da paisagem.

O estruturalismo, enquanto método de concepção à escala da cidade-região, contribuindo tanto para a sua organização funcional como simbólica e formal, ganha especial relevância porque a intervenção através das estruturas – «por sistemas» – permite quer uma determinada abertura e flexibilidade às exigências de adaptabilidade da paisagem (em constante mutação e transformação face às necessidades emergentes igualmente variáveis, no espaço e no tempo), quer o entendimento da nova condição urbana como uma relação dinâmica em que o movimento – viário, tecnológico, geoquímico (ar, água, matéria orgânica ou vegetação, considerada esta como suporte da vida biológica, são os factores móveis estruturantes) – constitui o elemento estruturante.

---

<sup>403</sup> MAGALHÃES, M.R., ob. cit., 2001, p.337.



Corroborando da opinião de Magalhães<sup>404</sup>, consideramos que na intervenção à escala territorial a abordagem morfo-tipológica apresenta-se como irrefutável, uma vez que assegura a sustentabilidade ambiental da paisagem, mantendo o funcionamento, a renovação e a continuidade das estruturas fundamentais e, neste sentido, integrando nas propostas quer os processos ecológicos e culturais, quer as tipologias da paisagem tradicional testemunho da sábia ocupação e utilização do meio pelo Homem.

A este respeito, importa salientar, que para uma efectiva concretização dos critérios de sustentabilidade preconizados pela estrutura ecológica e pela estrutura cultural, é fundamental interpretar a inter-relação existente entre planeamento e projecto como uma transferência de conceitos entre as diferentes escalas de intervenção.

Nesta perspectiva, entendemos que a concepção do espaço da paisagem, considerando o papel da estrutura na sua organização (funcional, formal, simbólica), é compatível e pode ser enriquecida quer com a abordagem fenomenológica (podendo substituir a abordagem morfo-tipológica à escala do projecto, apoia-se na percepção global do espaço e numa metodologia de concepção que passa a recorrer à fantasia e referências do projectista, à metáfora, à semiótica, à reprodução da natureza, etc.), quer com estratégias de abordagem conceptual emergentes.

Considerando que as próprias dinâmicas económicas e sociais da região urbana exigem que as estratégias e as técnicas de desenho urbano e paisagístico mudem, tende-se a projectar por relações e sequências, por sistemas pontuais e em rede, sendo que, por um lado, cada sistema (solo, água, vegetação, manufacturas), embora possuindo uma lógica autónoma e informando o espaço segundo um princípio próprio, se relaciona harmonicamente com os demais, e que, por outro lado, a paisagem (global), entendida como conjunto de múltiplos processos, requer uma aproximação criativa ao projecto e gestão desses sistemas e exige uma atenção mais intensa ao “desenho” do método, do processo e das configurações de emergência.

Nesta perspectiva, “(...) *dar forma aos espaços significa levar a cabo uma orquestração de sistemas e “relações”: modelar o terreno, cobri-lo, estabelecer landmarks, oferecer protecções, regular os microclimas (...)*”<sup>405</sup>, pelo que, o importante é compreender a interacção inevitável entre morfologia e processo, e distinguir aquelas configurações que tendem à entropia daquelas que tendem para a criatividade e a diversidade, pois como refere Corner<sup>406</sup>, se a forma, a geometria e a matéria se avaliassem mais de acordo com as suas capacidades de provocar e fomentar múltiplos processos, em curso, daríamos prioridade a uma arquitectura da paisagem de acção e efeito, a uma paisagem mais activa,

---

<sup>404</sup> MAGALHÃES, M.R., ob. cit., 2001, p.337

<sup>405</sup> ZAGARI, F., “Sistemas” em COLAFRANCESCHI, D., Landscape + 100 palabras para habitarlo, G.Gili, Barcelona, 2007, pp.172-174.

<sup>406</sup> CORNER, J., “Processo” em COLAFRANCESCHI, D., ob. cit., 2007, pp.157-158.

não só em termos biológicos mas, também, em termos programáticos, culturais, imaginativos e de experiência e, neste sentido, poderíamos “escapar” finalmente aos limites do naturalismo e da cenografia.

Recusando a dicotomia entre abordagem formalista e enfoque naturalista, devemos conceber ou eleger, sempre, um projecto que, enquanto agente transformador e activante, adopte um conceito orientado ao processo e adequado ao método, convictos de que esta abordagem sugere um terreno fértil para a criação de paisagens durante os próximos anos<sup>407</sup>.

iv) A ecologia da paisagem<sup>408</sup>, ciência que assume em pleno o Homem como parte de um todo maior, com direitos mas também com inerentes e inegáveis responsabilidades, constitui-se como instrumento preferencial para a aplicação ao ordenamento da paisagem global composta por elementos distintos que, em interacção, permitem apreender a sua estrutura e o seu funcionamento, como partes de um sistema dinâmico, integrado e simbiótico, económica, cultural e ecologicamente humanizado e desenvolvido.

Efectivamente, a ecologia da paisagem, desenvolvida sobre uma base conceptual que concilia a abordagem “horizontal” – corológica – dos geógrafos (através da análise das inter-relações espaciais entre fenómenos e processos da paisagem) com a abordagem “vertical” – topológica – dos ecólogos (estudo das inter-relações funcionais de um local ou ecótopo), introduz uma nova metodologia de abordagem à paisagem através daquilo que considera as suas três características fundamentais: estrutura (relação espacial entre os diferentes ecossistemas ou elementos presentes; especificamente, distribuição de energia, de materiais e de espécies, no que diz respeito a tamanho, formas, número, tipo e configuração dos ecossistemas), funcionamento (interacções entre os diferentes elementos espaciais, ou seja, fluxos de energia, materiais e espécies entre os elementos constituintes, referindo-se aos “serviços” que a paisagem fornece: produção, protecção e «auto-regulação»), e mudança – mutabilidade – (alteração da estrutura e funcionamento do mosaico paisagístico

---

<sup>407</sup> TREIB, M., “Settings and Stray Paths” em *Designed Landscape*, Fórum 1, Spacemaker, EUA, 1998, pp.136-137.

<sup>408</sup> O conceito de ecossistema introduzido por Tansley em 1935 serviu de base conceptual (no sentido de reconhecer as interligações entre os diferentes componentes da paisagem) ao surgimento da ecologia da paisagem, termo introduzido, quatro anos mais tarde, por Carl Troll (na sequência da percepção que este destacado biogeógrafo alemão teve do enorme potencial de interpretação da realidade ecológica através de fotografias aéreas) e que consiste numa abordagem holística aos fenómenos da paisagem. Para além de Vink cuja obra *Landscape ecology and land use* (1980) constitui, de certa forma, um manual prático de aplicação da teoria da ecologia da paisagem a casos reais de ordenamento e gestão da paisagem, e de Naveh e Lieberman que em 1984 publicam uma obra extremamente completa do ponto de vista da história da disciplina e da sistematização das diferentes teorias orientadoras, são Forman e Godron que, em 1986, com o livro *Landscape Ecology* estabelecem um marco de extrema importância na evolução desta disciplina. Estes autores sistematizam uma metodologia de abordagem à temática da paisagem e do seu funcionamento, que desenvolve todas as anteriores contribuições, através de uma análise à paisagem baseada em três características fundamentais: estrutura, funcionamento e mudança.

O próprio Forman, professor de ecologia na Graduate School of Design de Harvard, edita em 1995 o livro *Land mosaics: the ecology of landscapes and regions* que desenvolve vários aspectos do livro anterior, explicitando-os e completando-os, desempenhando um papel fundamental na formalização das bases da ecologia da paisagem. Para ele esta disciplina consiste no estudo das inter-relações entre os aspectos temporais e espaciais da paisagem e das suas componentes naturais e culturais, e centra-se: i) nas relações espaciais entre ecossistemas ou elementos da paisagem, ii) nos fluxos de energia, nutrientes e espécies entre os elementos, e iii) na dinâmica ecológica do mosaico paisagístico (matriz, fragmentos e corredores) ao longo do tempo.

ao longo do tempo, como resultado das perturbações naturais, das actividades humanas e da heterogeneidade do substrato), que se inter-relacionam, e incorporam uma série de factores que as caracterizam e que permitem a sua operacionalidade enquanto instrumentos de compreensão, ordenamento e gestão da paisagem da cidade-região.

Na realidade, Forman e Godron e posteriormente Forman, e outros autores<sup>409</sup> estabeleceram, desenvolveram e aperfeiçoaram um modelo estrutural de paisagem que assente em três características fundamentais, atrás referidas, provou, em teoria e no campo da aplicação prática, a sua validade.

Este modelo de análise e intervenção territorial estabelece um mosaico paisagístico que, sendo capaz de explicar qualquer território (urbano, suburbano, rural, natural), resulta da forma como os elementos estruturantes da paisagem: matriz (é entendida como aquele elemento – ou conjunto de elementos – que garante a coerência do espaço em termos funcionais, predominância física e processual dentro da dinâmica da paisagem através da conectividade e continuidade, e que como qualquer outro elemento de um sistema vivo corresponde a um momento de evolução da paisagem), corredores (definem-se como linhas ou bandas paisagísticas que diferem da matriz circundante e, se esta assegura o funcionamento e coerência globais de uma paisagem, os corredores desempenham uma função vascular dentro desta; elementos extremamente complexos e variáveis em tipologia e funções que desempenham - habitat, filtro, condutor, fonte, sumidouro – correspondem a uma entidade distinta: rios, sebes, estradas, muros, etc.) e fragmentos (são superfícies não lineares, relativamente homogéneas, cuja aparência difere da sua envolvente directa e cuja origem dá azo a distintas tipologias<sup>410</sup>; se a matriz domina a coerência funcional da paisagem e os corredores são meios privilegiados de transporte de energia e matéria dentro da mesma, os fragmentos podem condicionar ambos, uma vez que são os elementos que compõem a textura da paisagem – correspondendo a pequenas ou grandes peças que encaixam umas nas outras e processam também elas importantes fenómenos de troca –, constituem como que os reservatórios dos valores naturais de uma paisagem, sejam eles potencial agrícola, índices de biodiversidade – habitat -, recursos naturais – minérios, água,

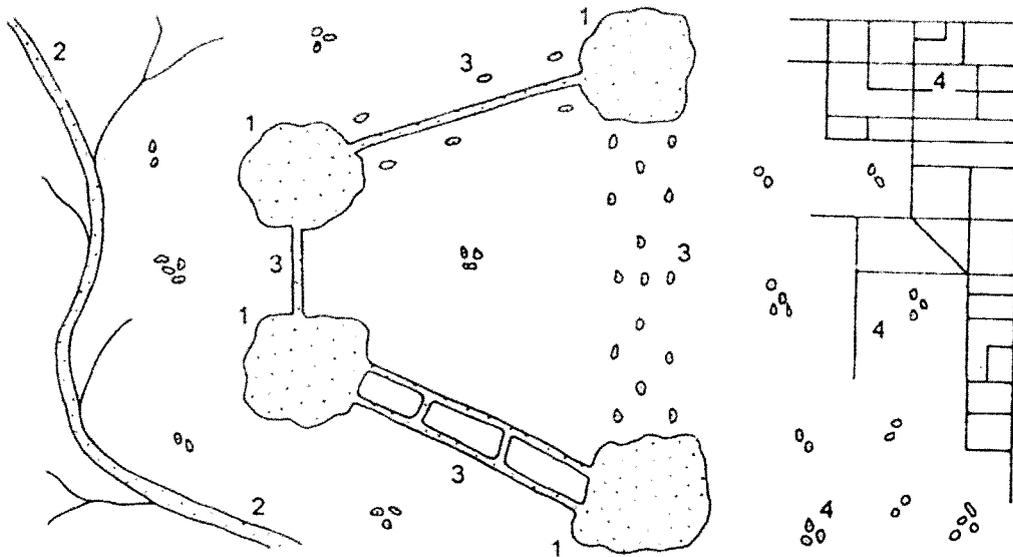
---

<sup>409</sup> Para além das referências bibliográficas já mencionadas, cabe destacar, entre outros, os seguintes autores e obras: AA.VV., *A new identity for Landscape Ecology in Europe. A Research Strategy for the next decade: outlines formulated at the European Congress*, WLO, Dutch Association for Landscape Ecology, Amesterdão, 1998; BUREL, F; BAUDRY, J., *Ecologie du paysage: concepts, methods et applications*, Editions TEC&DOC, Paris, 1999; DALE, V.H; HAEUBER, R.A., (eds.), *Applying Ecological Principles to Land Management*, Springer-Verlag, Berlim, 2001; DRAMSTAD, W.E.; OLSON, J.D; FORMAN, R.T.T., *Landscape principles in landscape architecture and land-use planning*, Harvard University, American Society of Landscape Architects e Island Press, Washington, 1996; FARINA, A., *Principles and methods in landscape ecology*, Kluwer, Boston e Dordrecht, Holanda, 2000; FORMAN, R.T.T., "The Missing Catalyst: Design and Planning with Ecology Roots" em JOHNSON, B; HILL, K. (eds.) *Ecology and Design*, Island Press, Washington, 2001, pp.85-109; FORMAN, R.T.T., *Land Mosaic for the Greater Barcelona Region: Planning a future*, G.Gili, Barcelona, 2004; LEITÃO, A.B.; MILLER, J; AHERN, J; McCARIGAL, K., *Measuring Landscapes*, Island Press, Washington, 2006.

<sup>410</sup> Fragmentos perturbados – tem origem em alterações localizadas em determinadas zonas da matriz; fragmentos remanescentes ou residuais nos casos em que a alteração ou perturbação é de tal forma extensa que se alarga a toda a matriz, deixando apenas alguns resquícios da matriz original; fragmentos de recursos ambientais – não devem a sua existência a perturbações, resultando de condições ambientais (solo, exposição solar, etc.) diferentes daquela que caracterizam a envolvente; fragmentos introduzidos – directamente relacionados com a acção humana resultam da introdução de espécies ou elementos estranhos à matriz, através, por exemplo, de plantações, construções e urbanizações, etc.

etc. – e são considerados, ainda, uma medida eficaz das perturbações de uma paisagem, sendo que a partir de certo nível a fragmentação compromete efectivamente a coerência funcional e integridade estrutural da paisagem) se relacionam espacialmente<sup>411</sup>.

É o padrão de distribuição relativa destes elementos que constitui o factor preponderante na correcta definição e entendimento do mosaico paisagístico, sendo considerados como elementos ecológicos indispensáveis no planeamento de uma paisagem e que “formalizam” a estrutura “ideal” do seu mosaico, os seguintes:

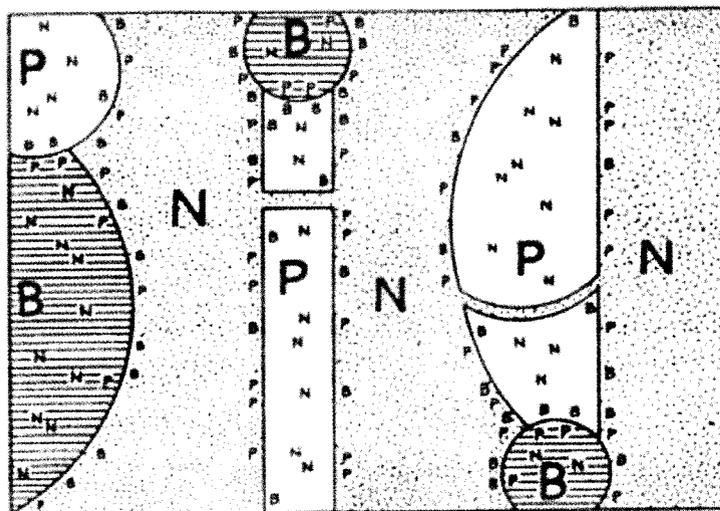


1 - fragmentos de vegetação natural de grande dimensão; 2 - grande corredor fluvial; 3 - conectividade com corredores e pontos intermédios entre grandes fragmentos; 4 - fragmentos naturalizados, distribuídos de forma heterogênea pela matriz .

Figura 5.2. Estrutura “ideal” de um mosaico paisagístico

Fonte: FORMAN, R.T.T., 2001, p.97

<sup>411</sup> FORMAN, R.T.T., Land Mosaics: the ecology of landscapes and regions, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1995, pp.2-7.



B – Áreas edificadas; N – Vegetação natural; P – Campos agrícolas;  
 As letras maiúsculas representam grandes fragmentos e as minúsculas indicam pequenos fragmentos.

Figura 5.3. Modelo dos usos dominantes do solo, com agregação de “outlier” (elementos que se encontram na fronteira da unidade e que são absorvidos por ela)

Fonte: FORMAN, R.T.T., 2001, p.97

Baseado na possibilidade de entender a paisagem como um conjunto de peças encaixadas e inter-actantes, submetidas globalmente a uma matriz ecológica de carácter holístico, Forman propõe o modelo estrutural: matriz – corredores – fragmentos, como uma ferramenta imprescindível para um plano e um projecto territorial e urbano que considera tanto os sistemas naturais, como os sistemas sociais na criação de um todo.

Com analogias noutras disciplinas<sup>412</sup> como na arte e na arquitectura em que plano, linha e ponto são conceitos fundamentais, ou no planeamento e desenho da cidade em que os elementos da imagem e da morfologia urbana correspondem a bairros, vias, limites, cruzamentos e pontos marcantes, o modelo espacial proposto pela ecologia da paisagem, sendo capaz de integrar num único sistema os parâmetros, variáveis e interacções entre a cidade e o campo, permite entender a paisagem como mosaico estrutural – funcional e, nesta perspectiva, baseando-se na compreensão das relações estruturais e funcionais, e das conexões entre as redes (sobrepostas) naturais, tecnológicas e culturais, de organização social e económica, chega a apresentar propostas relacionadas com a preservação da natureza, a manutenção da agricultura, a gestão da água e o desenvolvimento urbano.

<sup>412</sup> KANDSKY, W., Point and Line to Plane, Dover Publications, Nova Iorque, 1979; LYNCH, K., Imagem da Cidade (1960), edições 70, Lisboa, 1982, pp.57-102, citados em FORMAN, R.T.T., ob. cit., 1995, p.7.

espacial de paisagem: matriz, corredores e fragmentos que, correspondendo a um modelo de análise e intervenção territorial, estabelece um mosaico paisagístico que capaz de explicar qualquer território (urbano, metropolitano, natural) provou, em teoria e no campo de aplicação prática do ordenamento e planeamento da paisagem, a sua validade.

- Considera a paisagem um sistema global baseando a intervenção quer no conceito de estrutura que integra e hierarquiza os elementos e as suas relações, adoptando o estruturalismo enquanto método de concepção à escala regional, quer no princípio da continuidade (ecológica, cultural, patrimonial, mobilidade), recorrendo à morfologia da paisagem como instrumento do seu ordenamento.
- Baseia-se na abordagem morfo-tipológica utilizando associado ao conceito de morfologia da cidade e da paisagem, o conceito de tipologia aplicado ao espaço não-edificado (quer urbano, quer rural), integrando nas propostas tanto os processos ecológicos e culturais como as tipologias da paisagem tradicional.
- Interpreta a inter-relação existente entre planeamento e projecto como uma transferência de conceitos entre as diferentes escalas de intervenção e, nesta perspectiva, concilia e enriquece a abordagem morfo-tipológica, quer com a abordagem fenomenológica (que pode substituir aquela à escala do projecto), quer com estratégias de abordagem conceptual emergentes, na criação de uma paisagem mais activa não só em termos biológicos, mas também em termos programáticos, culturais, imaginativos e de experiência.
- Adopta as teorias da complexidade e a cultura do fragmento desde a posição pós-moderna e transversal que aceita a cidade contemporânea como uma realidade múltipla e plural e que, mediante a sobreposição e a inter-relação, procura recompor e relacionar os distintos fragmentos espaciais e que, mantendo a sua identidade, constrói um todo articulado por percursos e fluxos.
- Utiliza como mecanismos projectuais e compositivos, como técnicas e estratégias formais contemporâneas, quer a técnica de concepção da sobreposição como processo de fazer coexistir diversas estruturas (ecológica, cultural, edificada, de mobilidade) e espaços e ocorrências, quer a *collage* e a “montagem” que, considerando a diversidade de partes e pré-existências, procuram restabelecer, através da sobreposição e articulação, conexões e relações interrompidas (para além das ligações físicas, como percursos, outras nomeadamente culturais, sociais e tecnológicas), e a criação de um todo a partir da inclusão, agregação e articulação de peças heterogéneas.

## 6. ESTUDO DE CASO

### O Sistema Urbano Olhão – Faro – Loulé

#### 6.1. Introdução

Os primórdios da ocupação humana do Algarve põem em relevo a tendência para a litoralização do povoamento sendo que no domínio da rede urbana, a região organizou o seu espaço fundamentalmente em torno de uma estrutura urbana litoral e equilibrada.

Da sábia relação que se estabeleceu entre a população e o território, resultou uma paisagem humanizada cujas estruturas, inseridas no tempo, põem em destaque a apropriação dos espaços marinhos (a Ria e o mar) e terrestres (ilhas-barreira, planície costeira e barrocal).

Resultante de padrões de uso, até há bem pouco, considerados sustentáveis, a paisagem constitui um sistema dinâmico onde o Homem, se por um lado introduz novas formas e práticas de exploração, por outro aproveita constantes e variáveis que moldaram o território ao longo dos séculos.

No entanto, a manutenção dos elementos fundamentais da sua economia e do equilíbrio ecológico e cultural dos seus sistemas urbanos, rurais e naturais, irá ser posto em causa fundamentalmente a partir da Década de Oitenta do século XX.

De facto, se durante séculos permaneceram não só a relação estrutural básica com o território, como as actividades e os sistemas construtivos, nas últimas três décadas o crescimento urbano e turístico, e a “modernização” da agricultura, entre outros factores, ao marcarem de forma mais ou menos evidente a expansão da economia regional promoveram a intervenção imobiliária com profundas transformações urbanas e paisagísticas no litoral da região, nomeadamente e de modo bastante expressivo no eixo urbano Olhão–Faro–Loulé.

Os novos investimentos “viabilizaram” uma rede urbana fragmentada formada pela contiguidade de aglomerados urbanos “imperfeitos”, e um modelo territorial linear e difuso promovendo uma suburbanização cada vez mais extensiva e dispersiva contribuindo para profundas alterações no equilíbrio da paisagem.

As cidades de Olhão, Faro (incluindo Montenegro e Gambelas) e Loulé (incluindo Almancil) estenderam-se, os tecidos urbanos e os mosaicos culturais perderam continuidade e ficaram mais fragmentados e desarticulados, os espaços rurais tendem a simplificar-se, os espaços de residência alargaram-se misturando-se com as actividades comerciais e de serviços, e surgiram novas “centralidades periféricas”, mais ou menos especializadas, embora sem expressão e carácter suficientemente forte para estruturar o território de proximidade e tornar mais equilibrado o próprio espaço da urbanização difusa.

As intensas, rápidas e contínuas mutações que os territórios, em geral, e o sistema urbano do Algarve, em particular, sofrem na actualidade têm originado emergentes e graves problemas de fragmentação da paisagem e perda da sua integridade ecológica e identidade cultural, que requerem novas formas de pensar e de agir/intervir, mais consentâneas com as novas exigências e com as novas oportunidades que se colocam no domínio do planeamento regional e urbano.

Numa paisagem com a dinâmica de mudança que se reconhece na paisagem do litoral algarvio, caracterizada tanto pela sua elevada sensibilidade ecológica e patrimonial, como pela implantação dos aglomerados urbanos e turísticos de maior dimensão e crescimento, e pela concentração das actividades económicas motoras do desenvolvimento regional, constitui um desafio encontrar sistemas de planeamento e de desenho que consigam perspectivar a actuação na paisagem baseando-se no desenvolvimento de metodologias de intervenção inovadoras, capazes de orientar as inevitáveis transformações, conciliando a permanência e valorização dos valores históricos e naturais que lhe conferem singularidade e identidade, com a dinâmica de transformação ao nível da organização dos elementos que a compõem.

Neste sentido, propomo-nos traduzir para a prática um sistema de planeamento, de natureza diferente, que sendo capaz de absorver as inevitáveis alterações e mutações dos espaços, tenha como pressuposto o princípio da continuidade natural e cultural e que reconheça quer a importância das estruturas fundamentais da paisagem, quer a forma como os elementos estruturantes do mosaico paisagístico se relacionam espacialmente, com vista a garantir a sustentabilidade da paisagem.

A aplicação do conceito e dos princípios de sustentabilidade e gestão que se preconiza, pressupõe um processo de mudança no qual a permanente utilização e preservação dos recursos naturais e culturais, a organização espacial e funcional da paisagem e as modificações institucionais associadas, são coerentes com objectivos de salvaguarda, a longo prazo, da qualidade ambiental e das estruturas de suporte dos processos ecológicos e das funções sócio-económicas dos ecossistemas.

Na metodologia desenvolvida, a aplicação dos critérios de sustentabilidade ao planeamento e desenho da cidade implica uma visão global a nível da região urbana, assim como uma perspectiva de continuidade e unidade a nível dos sistemas ecológicos e culturais, assente igualmente na sua diversidade.

Pelo que se enuncia um conjunto de linhas de orientação com vista a propostas para uma estratégia de intervenções integradas com objectivos múltiplos visando para além da estruturação ecológica e cultural da paisagem (a partir do sistema de espaços não-edificados), o controlo do processo de urbanização, o aproveitamento de funções e

recursos, e simultaneamente, a manutenção e a preservação de valores insubstituíveis e a recuperação paisagística e valorização ambiental de sistemas degradados.

A hipótese que se propõe é a de avançar cuidadosamente, incorporando princípios, objectivos e conceitos fundamentais ao desenvolvimento de novas metodologias e estratégias de intervenção sem, no entanto, deixar de considerar a compreensão das especificidades dos modelos e tendências instaladas (mesmo que o objectivo seja corrigi-los ou contrariá-los), o peso da carga urbana e turística, e a identificação dos principais agentes e processos de transformação da paisagem.

Este modelo exige que a gestão da paisagem seja efectuada com base em “planos” e propostas que outorguem quer um conjunto de princípios básicos e modelos espaciais centrados na organização dos usos do solo, quer uma leitura criteriosa das suas dimensões ecológica e cultural, e das distintas unidades paisagísticas, e dêem indicações claras e estratégicas das estruturas, espaços e elementos a preservar e dos que podem ser explorados e utilizados no sentido do uso múltiplo, assim como das acções e medidas que conduzam à sua concretização.

A metodologia utilizada no estudo de caso que se apresenta, permite entender a paisagem como mosaico estrutural – funcional através da compreensão das relações estruturais e funcionais, e das conexões e sobreposição das estruturas e dos elementos, desde que o sistema fundamental e o seu funcionamento estejam assegurados.

Através de uma compreensão profunda do mosaico paisagístico, a metodologia propõe a distinção entre os aspectos e valores essenciais cuja preservação é “obrigatória” (por lei ou ao nível dos planos) e os aspectos complementares, não fundamentais, que permitem um vasto conjunto de interpretações e utilizações.

A metodologia proposta, sendo capaz de integrar num único modelo os parâmetros, variáveis e interações entre a(s) cidade(s) e o campo, nega a abordagem dualista e sectorial com que os conceitos de paisagem (natureza – cultura, urbano – rural, económico – ecológico), de cidade (compacta – difusa, centro – periferia) e de património (natural – cultural, antigo – contemporâneo, tangível – intangível) têm sido encarados, integrando-os num sistema único de planeamento visando a criação de um todo social e ecologicamente coeso e equilibrado, na criação do «ecossistema total humano».

## 6.2. Metodologia proposta: «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património».

A metodologia de intervenção desenvolvida designada por «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património» aplica o conceito, princípios e critérios de sustentabilidade ao planeamento e desenho urbano, a todas as escalas, obedecendo quer ao que foi defendido e justificado nos capítulos anteriores fundamentalmente aos conceitos de Paisagem Global,

Cidade-região e Património Paisagístico, considerando a harmonização de conteúdos e objectivos destes conceitos, quer às linhas conceptuais decorrentes do actual processo de investigação teórica e aplicada no âmbito do ordenamento, planeamento e projecto urbano e paisagístico: (i) os novos paradigmas para a resolução dos problemas do actual processo de urbanização da paisagem; (ii) a visão e o modelo estrutural – funcional proposto pela ecologia da paisagem, bem como o conjunto de princípios e soluções proposto pelo *landscape urbanism* ; (iii) o conceito de estrutura e o princípio da continuidade (ecológica, cultural e de mobilidade); (iv) a abordagem morfo-tipológica com recurso à morfologia da paisagem e ao conceito de tipologia aplicado ao espaço não-edificado; (v) as teorias da complexidade e da cultura do fragmento desde a posição pós-moderna e transversal.

Esta nova metodologia de intervenção – desde a leitura ecológica e cultural dos distintos espaços da paisagem, à proposta de organização espacial e funcional do mosaico paisagístico e às propostas para uma estratégia de intervenções integradas visando múltiplos objectivos –, elaborada com base na convergência conceptual das referidas noções emergentes e integradoras, e na incorporação dos novos valores e aceções presentes no *corpus* teórico e na *praxis* do ordenamento e do urbanismo, será ilustrada com o estudo elaborado para o sistema urbano Olhão – Faro – Loulé, a distintas escalas.

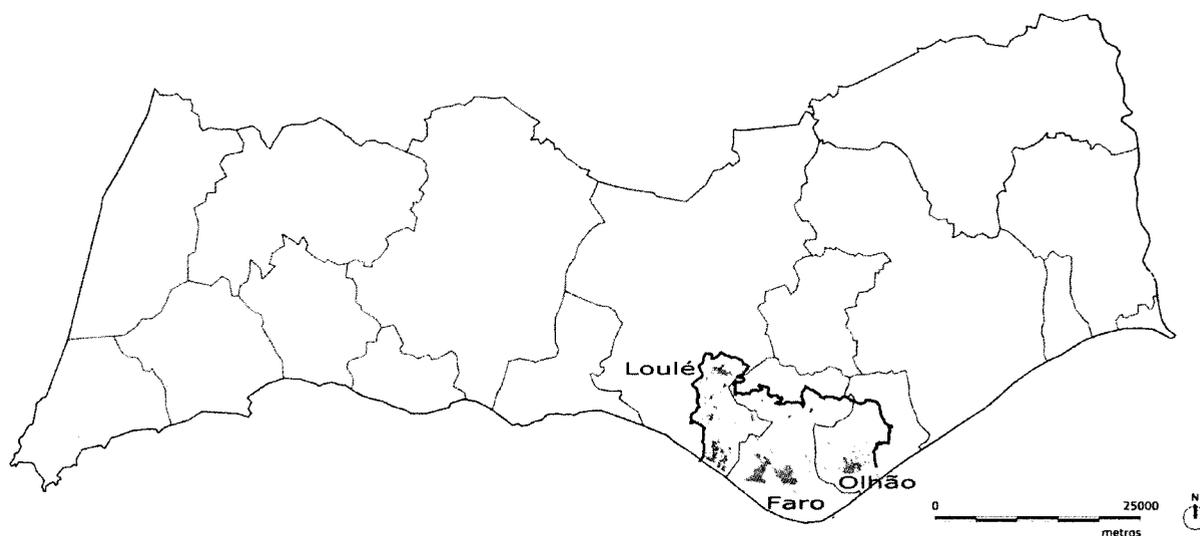


Fig. 6.1. O Sistema Urbano Olhão – Faro – Loulé na região do Algarve.

Localização do estudo de caso.

Sobre os ecossistemas (urbanos, rurais e naturais) que no seu todo configuram a paisagem desenvolve-se uma análise (integrada, sistémica e articulada) baseada na interpretação progressiva do espaço em função dos seus condicionamentos mais determinantes:

i) a partir da sua condição de Paisagem valiosa e protegida, mas também fragmentada e desqualificada, procede-se à análise das estruturas e elementos ecológicos e culturais configuradores da paisagem, incluindo uma valoração histórica, atendendo à sua exigência de salvaguarda e valorização, mas também de conexão e reestruturação;

ii) a partir da sua condição de Cidade constituída por um sistema de espaços urbanos complexos e activos, históricos e periféricos, contínuos e dispersos, que necessitam de uma proposta de ordenamento que os regule e os articule entre si e com a matriz biofísica e os espaços não-edificados (agricultados, florestados, recreativos, residuais, etc.), procede-se à análise dos espaços urbanos atendendo ao seu grau de consolidação e de conexão, e à sua exigência de estruturação e de (re)organização espacial;

iii) a partir da sua condição de Património a conservar e valorizar mas também a reabilitar e reutilizar, procede-se à análise da estrutura histórica do espaço e da organização dos conjuntos e elementos de valor histórico, cultural e paisagístico.

Esta análise e caracterização da paisagem, que deve constituir um instrumento que indique pistas concretas para a sua gestão, orientou-se, desde o início, para o objectivo principal do estudo que consiste na proposta de um mosaico paisagístico para a região litoral do Algarve central, e fundamentalmente para a definição de um sistema de espaços não-edificados (urbanos, suburbanos, rurais, naturais) de valor ecológico, cultural, económico e patrimonial (através do qual se manifesta a natureza arquitectural da paisagem da cidade-região e a qualidade da sua urbanidade), e que devido à sua capacidade conectora e vertebradora se entende como um dos sistemas essenciais na estruturação paisagística, conjuntamente com as infra-estruturas e sistemas de mobilidade, e que há-de facilitar o fluxo e a troca de matéria, de recursos, informação e conhecimentos entre as diferentes partes que a compõem, apresentando-se, assim, como um factor chave a ter em conta em qualquer estratégia territorial no futuro.

Relativamente a esta há que considerar que a forma da paisagem constitui um compêndio da história da sua construção e transformação, e é no âmbito dessa forma que cabe fundamentar a estratégia de intervenção devendo ser guiada pela firme convicção de que na identidade e carácter da paisagem começa a sintetizar-se o seu (re)ordenamento.

As novas metodologia e estratégias de intervenção na região urbana, desenvolvidas a partir da análise e do diagnóstico prospectivo da paisagem (problemas, potencialidades, tendências de transformação, identificação de orientações para o seu ordenamento e gestão), consideram as estruturas e os elementos estruturais que articulam espacialmente a “arquitetura” da paisagem global em estudo, e que têm um papel e importância fundamental na sua morfologia.

De modo a dar uma ideia global da nova metodologia utilizada, mais atenta à identidade e carácter da paisagem, à nova escala e configuração dos territórios urbanizados, e aos valores patrimoniais num sentido amplo, indicam-se as peças desenhadas elaboradas em cada uma das fases do estudo de caso.

Quadro 6.1. Fases do estudo de caso

I – ANÁLISE, DIAGNOSE e SÍNTESE	II – PROPOSTA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geologia – Geomorfologia – Hidrogeologia – Património geomorfológico</li> <li>• Relevo – Morfologia da Paisagem Rural e Natural               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Hipsometria</li> <li>- Hidrografia, estruturas hidráulicas</li> <li>- Declives</li> <li>- Orientações do terreno</li> <li>- Morfologia do terreno</li> </ul> </li> <li>• Solos – Património pedológico</li> <li>• Flora e vegetação</li> <li>• Estrutura fundiária e tipologias de espaço rural e natural</li> <li>• Património paisagístico: património natural e cultural</li> <li>• Rede viária</li> <li>• Estrutura edificada existente</li> <li>• Unidades de paisagem</li> <li>• Mosaico paisagístico: sistemas</li> <li>• Mosaico paisagístico: estrutura, funcionamento e mudança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização espacial e funcional: um mosaico paisagístico para o litoral centro do Algarve</li> <li>• «Macro-plano de estrutura»: Estruturas da paisagem – ocupação potencial e medidas de gestão</li> <li>• Propostas para uma estratégia de intervenções integradas visando objectivos múltiplos</li> </ul>

O «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património» aplicado à escala supra-municipal e regional apoia-se numa concepção global do território através da concretização da ideia de «contínuo natural e cultural» e sua inter-penetração com o espaço edificado, materializada num modelo espacial da paisagem que estabelece um mosaico paisagístico, complexo e dinâmico, estruturado por redes tecnológicas (infra-estruturas e sistemas de mobilidade e de comunicação, etc.) e por redes ecológicas e patrimoniais, contínuas e activas.

O «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património» será, assim, constituído por uma estrutura “ideal” do mosaico paisagístico formalizada por um conjunto de elementos ecológicos indispensáveis que garantem uma coerência funcional elevada, e por estruturas (edificada, ecológica, cultural e de mobilidade) e ocorrências que podem evoluir para funções complementares de cada uma das estruturas, sendo mais flexíveis em termos de utilização<sup>420</sup>, e que organizam funcional e espacialmente a paisagem urbanizada.

Considerando o funcionamento articulado dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas com os sistemas urbanos, esta metodologia pretende, através do entendimento da complexidade sistémica da realidade e dos seus problemas, promover a integração entre *urbe e ager, natura e cultura*, aspectos que normalmente andam dissociados. O resultado mais significativo é o da capacidade deste sistema desencadear uma acção integrada que pensando a paisagem, a cidade e o património como um todo, abarca em simultâneo as diferentes esferas: o desenvolvimento urbano e a requalificação do espaço, a preservação dos recursos patrimoniais, a manutenção e o desenvolvimento da agricultura, a revitalização das actividades culturais, sociais e económicas, e por isso emergem conceitos novos: paisagem global, cidade-região e património paisagístico, tentando traduzir essa integração e territorialização.

A aplicação desta metodologia pretende definir as bases para uma proposta de organização espacial e funcional, materializada na figura de um mosaico paisagístico, através dos elementos que lhe conferem forma – matriz, corredores, fragmentos; estrutura edificada, de mobilidade, ecológica, cultural e patrimonial –, vida – redes de fluxos geoquímicos, de bens, pessoas, informação – e distinção – espírito do lugar, dimensão multi-sensorial, e identidade e carácter.

Propostas que contribuam para assegurar a sustentabilidade da paisagem (qualidade ambiental, qualidade de vida, eficiência económica e institucional) e dêem coerência e legibilidade aos referidos elementos (nomeadamente fragmentos de espaço urbano ou natural, elementos patrimoniais, etc.) colocando-os ao serviço e usufruto das populações residente e visitante.

Face às contínuas mutações paisagísticas e constantes mudanças sociais e económicas (necessidades, aspirações e desejos das populações, disponibilidades de recursos humanos e financeiros), o novo «Sistema Integrado» (dinâmico, aberto e flexível) contribui para que o processo de planeamento e desenho urbano e paisagístico se ajuste às circunstâncias derivadas daquelas transformações, encarando-as como oportunidades de

---

<sup>420</sup> MAGALHÃES, M.R., (coord. geral) Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e delimitação – escalas regional e municipal, ISAPress, Lisboa, 2007, p.22.

Sob a designação «Sistema Paisagem» a autora desenvolveu uma metodologia de abordagem ao ordenamento da paisagem que dada a abertura do sistema permite ser “melhorada” e completada com a integração de nova e mais informação.

intervenção e, neste sentido, dar resposta às exigências daquilo que tem de ser assegurado em termos de funcionamento global (não só funcionamento ecológico) da paisagem, no presente e no futuro.

A nova metodologia de interpretação e intervenção na paisagem tem como pressuposto fundamental a actuação espacial quer através da avaliação dos diferentes agentes e dinâmicas de transformação paisagística, quer através de uma forma que sintetize as suas componentes ecológica e cultural, e que a actuação socio-económica deve encontrar o seu enquadramento.

#### 6.2.1. Agentes e dinâmicas de transformação da paisagem.

O estabelecimento de um mosaico paisagístico que estruture e organize o espaço da região urbana, assim como a elaboração de propostas para uma estratégia de intervenções integradas visando objectivos múltiplos, exige a compreensão dos sentidos principais das rupturas, das transformações paisagísticas e dos seus agentes, sob pena de se estar a construir um modelo de intervenção desajustado da complexa realidade paisagística, no qual há que considerar tanto o próprio sentido da nova urbanização (mesmo que a solução seja contrariá-lo ou corrigi-lo) como aquilo que se pretende efectivamente preservar ou qualificar.

Face a uma realidade em rápida transformação e ainda pouco conhecida onde claramente a cidade está a transformar-se, a paisagem está a urbanizar-se e o património a degradar-se, a análise das complexas dinâmicas de transformação em curso baseia-se na caracterização do padrão territorial do litoral centro do Algarve:

i) uma paisagem intensamente urbanizada (no contexto nacional e regional) e pontuada quer por uma rede densa de aglomerados urbanos de média dimensão – Olhão, Faro (incluindo Montenegro e Gambelas) e Loulé – e de pequena dimensão – Pechão, Quelfes, Conceição, Estói, S. Bárbara de Nexe, Almancil, Armona, Culatra, Farol, Ilha de Faro –, quer por uma estrutura reticular de crescimento disperso, de lógica individual e ao longo das infra-estruturas históricas (estradas e caminhos);

ii) um suporte viário denso, estruturado pelo traçado das principais vias de circulação rodoviária (Via do Infante, IC 4, EN125, EN 2, EM 518, EM 518-1, EM 1305, EM 2-6, EM 520, EM 1305, EM 521, EM 1299), ferroviária (linha regional do Algarve), e complementado por uma rede capilar de vias de menor importância (estradas e caminhos rurais);

iii) um padrão linear de localização comercial – estrada-mercado ao longo do IC 4, EN 125 e EN 2 – predominantemente constituído por empresas de pequena dimensão;

iv) um padrão difuso de localização turística preferencialmente junto ao mar e à Ria Formosa (turismo de Sol, praia e golfe) predominantemente constituído por “urbanizações” de baixa densidade, com o predomínio da tipologia moradia unifamiliar isolada com jardim privado (Quinta do Lago, Pinheiros Altos, Parque Atlântico);

v) uma matriz rural que permanece, anterior à intensificação do processo de centrifugação urbana, embora cada vez mais diluída e simplificada pela dinâmica de urbanização difusa e pela “modernização” da agricultura;

vi) uma matriz ecológica que permanece, anterior ao processo de urbanização mais intenso e de reconversão das unidades agrícolas, embora cada vez mais rarefeita e fragmentada pelas referidas dinâmicas territoriais.

No capítulo 3 abordámos, em termos gerais, o processo histórico que conduziu à actual situação paisagística, no Ocidente, fazendo especial menção aos fenómenos, processos e formas que se estão produzindo e que são responsáveis pela configuração da paisagem contemporânea.

Abordamos, agora, de forma sucinta, as principais dinâmicas de transformação do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé e do contexto territorial envolvente, considerando que essas transformações adquiriram características específicas da região urbana em função da paisagem e dos factores históricos e culturais mais relevantes, e atendendo à complexidade dos processos e das formas, dos seus múltiplos e contraditórios agentes de transformação e da diversidade de sistemas de regulação, muitas vezes sobrepostos.

A interpretação do “mapa” das transformações e das dinâmicas a elas subjacentes traduziu-se num exercício de elevada complexidade que nos conduziu aos seguintes resultados:

i) mudanças operadas na estrutura económica e social, durante as últimas três décadas, com vista à reorganização dos processos sócio-económicos ditaram quer a dispersão pelo território da população e das actividades, quer a transformação interna dos aglomerados urbanos.

Com efeito, a mudança nas dinâmicas tradicionais do desenvolvimento urbano promoveu, por um lado, um processo de desertificação social e de degradação patrimonial dos centros históricos das cidades de Olhão, Faro e Loulé, onde nalgumas operações de “renovação” o terciário e os equipamentos desempenham, no geral, um papel relevante na dinamização

sócio-económica e turística, e por outro lado, promoveu a utilização extensiva e alargada do território com uma acentuada mobilidade produto da dispersão espacial da residência, do emprego e dos serviços.

Este processo tem sido apoiado nas infra-estruturas de mobilidade que têm promovido a expansão e fragmentação das formas urbanas que tomam configurações diversas.

A tipificação e conceptualização destas configurações urbanas, e a identificação dos diversos padrões que as caracterizam, torna-se fundamental, tendo como objectivo o estabelecimento das bases para a sua organização espacial e funcional, no âmbito de um projecto urbano e paisagístico renovado.

A estrutura fragmentária que a paisagem reproduz possui uma lógica subjacente que pode ser interpretada identificando vários padrões dominantes que no seu conjunto corresponde a um mosaico muito diversificado de situações.

O primeiro padrão urbanístico corresponde às áreas centrais das referidas cidades onde se verifica uma urbanização mais compacta, contínua e estabilizada.

O segundo, imediatamente contíguo ao anterior, corresponde a uma mancha de urbanização descontínua, menos compacta e pouco estruturada que pode corresponder ao início do desenvolvimento do modelo de cidade difusa. Trata-se de áreas em acelerado processo de transformação com problemas de infra-estruturação e de falta de legibilidade urbana, e de carácter e identidade paisagística.

Na cidade de Faro este padrão corresponde à zona da Penha, Vale Carneiros, Vale da Amoreira, mas também a Montenegro e Gambelas, enquanto que na cidade de Olhão corresponderá a uma extensa área que compreende um vasto conjunto de Bairros: dos Pescadores, do Neves, Novo, 28 de Setembro, Económico, e 8 de Outubro. Por sua vez, na cidade de Loulé manifesta-se nas expansões urbanas mais recentes que envolvem a cidade histórica e tradicional.

O terceiro corresponde a núcleos compactos periféricos aos núcleos centrais daquelas cidades que evoluíram a partir da expansão e densificação dos pequenos aglomerados urbanos sedes de freguesia, casos de Quelfes e Pechão relativamente a Olhão, e Estói, Conceição e St<sup>a</sup>. Bárbara em relação a Faro, ou de núcleos “suburbanos” que remontam tanto a uma génese mais espontânea, ligada com as actividades marinhas, casos de Culatra, Hangares e Farol, como foram catalisados pelos traçados viários, exemplos de Goncinha relativamente a Loulé e Quinta do Major na periferia de Olhão.

O quarto padrão territorial, considerada uma das morfologias mais recorrentes da urbanização difusa à escala regional, envolve os efeitos de linearidade urbana que acompanham quer os eixos radiais mais importantes (estradas municipais que interligam os vários aglomerados e núcleos urbanos) –, quer as principais vias de circulação (vias rápidas e estradas nacionais). Tanto em modalidades predominantemente residenciais como em

modalidades comerciais ou mistas. Neste caso é notória a importância da EN 125, desde sempre a mais importante no contexto regional, mas também a EN 2.

O quinto padrão territorial está directamente relacionado com as grandes infra-estruturas viárias regionais e supra-regionais, às intersecções e nós que estabelecem (Via do Infante, IC 4, estradas nacionais, circular urbana do Aeroporto) relativamente aos quais se produzem processos de localização de novos espaços produtivos (Centro Empresarial do Algarve e Mercado Abastecedor da Região de Faro, Parque Industrial e Comercial de Loulé, Nova Zona Industrial e Comercial de Olhão) e de equipamentos colectivos, e de actividades singulares basicamente ligadas ao terciário nas suas diferentes modalidades – comércio, escritórios, lazer – de que são exemplo o Parque das Cidades e Estádio de Futebol do Algarve, o *Fórum Algarve* e o *Ria Shopping*.

A máxima acessibilidade e a máxima exposição às vias como canais de circulação de centenas e mesmo de milhares de veículos por dia, são os factores mais determinantes na localização destas actividades inovadoras e destes “modelos morfológicos” de extraordinária importância pela sua incidência na transformação da paisagem e do uso do território, a que muitas vezes se chama «novas centralidades».

O sexto padrão territorial diz respeito à mancha de urbanização de carácter turístico, com ou sem hotel e campo de golfe, de baixa densidade, onde predomina uma tipologia de moradias unifamiliares isoladas ou geminadas, com um ou dois pisos, e jardim privado com piscina. A proximidade à praia, a riqueza ambiental e o cenário natural determinam a sua implantação, considerada igualmente de grande importância pela sua incidência na transformação paisagística.

Finalmente, o último padrão ou morfologia de povoamento corresponde à mancha de urbanização de baixa densidade onde as pré-existências rurais são ainda muito fortes. A partir de uma matriz rural e através de processos de natureza endógena, de sucessiva ocupação isolada e pontual de terrenos rústicos tradicionalmente para habitações e edifícios rurais directamente ligados à exploração da terra pela actividade agrícola e numa relação directa com os caminhos e estradas locais, mas também de origem externa ligada ao turismo têm surgido, recentemente, mais ocupações pontuais mas por tipologias residenciais ou comerciais de carácter urbano desvinculadas da utilização e aproveitamento agrícola dos terrenos.

Corresponde a um tipo de assentamento de lógica principalmente individual que não comporta acções prévias de infra-estruturação, mas que a progressiva densificação do território tem vindo a evoluir para padrões de urbanização linear com importância na configuração do modelo urbano difuso.

Esta morfologia territorial, sinónimo de uma mancha muito retalhada onde se percebem algumas lógicas axiais apoiadas na rede de vias municipais e caminhos rurais, tem vindo a

ganhar especial expressão no “triângulo” compreendido entre Pereiro e Brejo, a Sul, Pechão, a Nascente, e Conceição de Faro, a Poente, assim como na envolvente de St<sup>a</sup> Bárbara de Nexe ou na zona de Vale Formoso, Vale de Éguas e Poço da Amoreira, compreendida entre Almancil e Loulé.

Os padrões territoriais contemplados são produto, na sua expressão física, de diversas acções ou operações (de loteamento, de urbanização, de edificação) que ocorrendo em simultâneo ou desfasadas no tempo se vão sobrepondo entre si até constituírem a actual configuração, caracterizada pela heterogeneidade e descontinuidade espacial dominantes. Estes territórios estão constituídos pela agregação de morfologias diversas e integram algumas formas tradicionais de crescimento residencial ou comercial com outras formas emergentes.

As escalas e processos com os quais se produz o crescimento urbano recente são muito diferentes das que marcaram as anteriores etapas do processo de urbanização. As escalas de natureza mais territorial e os processos de dispersão, de polarização, de centrifugação, mas também de sobre-aglomeração, ditam tendências de transformação urbana recente.

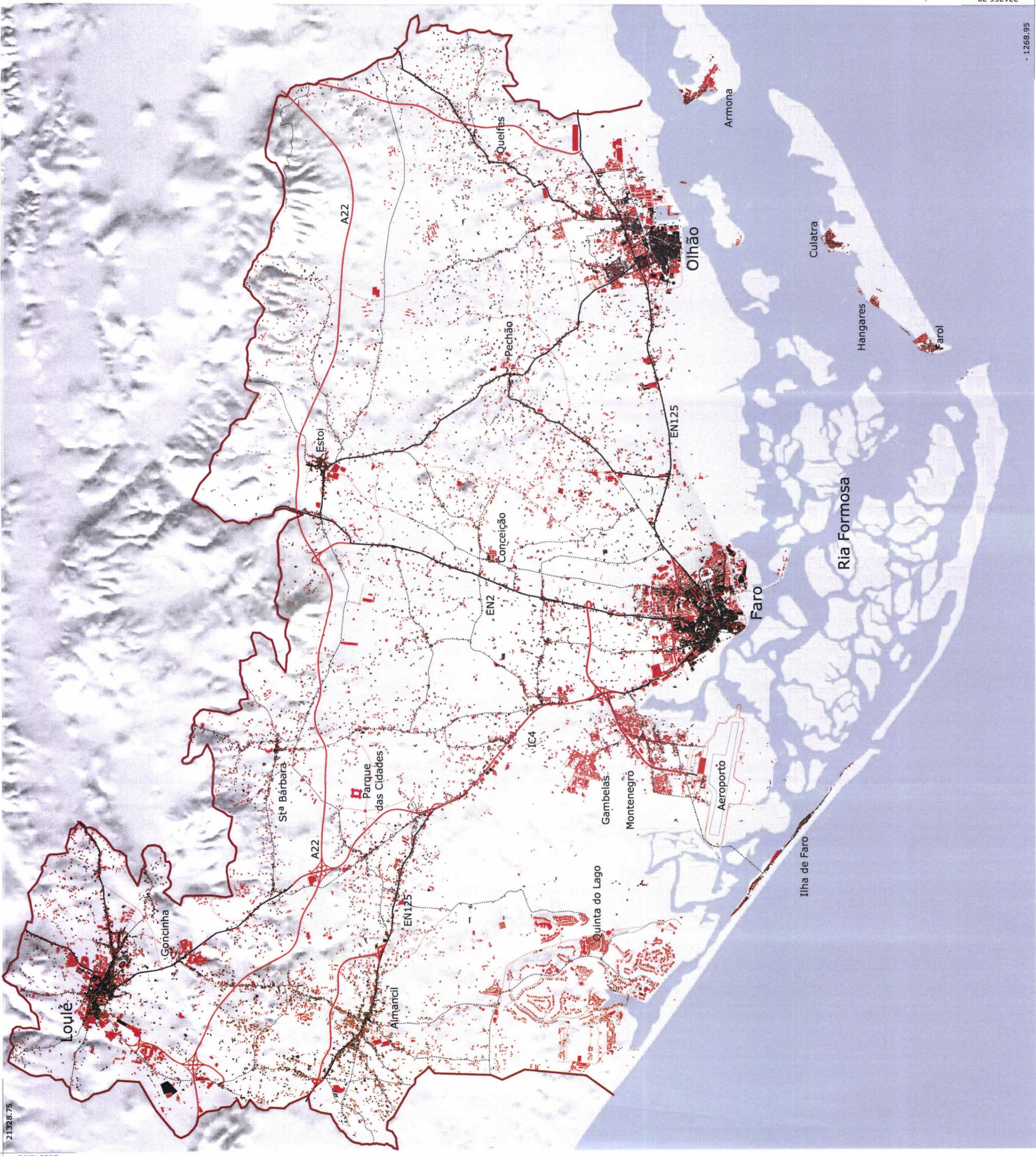
O processo de urbanização e edificação da paisagem em estudo resultou de uma dinâmica espontânea de ocupação do solo, mais regulada pelo mercado e pelos agentes imobiliários do que pela existência de planos, pois as pressões de uso do solo e dos intensos e pouco qualificados processos de ocupação do território continuaram a persistir apesar da aprovação em meados da década de 1990 dos planos directores municipais de Olhão, Faro e Loulé, dos respectivos planos gerais de urbanização e do plano regional de ordenamento do território do Algarve, recentemente revisto.

A análise da dinâmica urbanizadora e construtiva entre 1980 e 2004 revela algumas tendências fortes do padrão, desordenado e sem qualidade, da urbanização:

a) a tendência mais evidente é a da urbanização linear ao longo das principais vias de acesso às cidades de Olhão, Faro e Loulé, e a Almancil – rede de estradas nacionais (EN 125, EN 2 e IC 4) e municipais (EM 2-6, EM 520, EM 518-1, EM 1305, EM 521, EM 1299) – dinâmica que se desenvolve a partir de uma lógica pré-existente, conjugada com a tendência *ex-novo* da urbanização turística de baixa densidade aproveitando a “proximidade” ao aeroporto, à praia e a riqueza ambiental e paisagística da Ria Formosa;

b) a segunda tendência corresponde à densificação de aglomerados quer originariamente rurais, por substituição, colmatação de vazios e expansão de média e pequena dimensão das edificações ao longo de estradas locais e caminhos rurais (Quelfes, Pechão, Conceição,





- Limites da Área em Estudo
- Edificado até 1980
- Edificado de 1980 a 2004
- Infra-estruturas Viárias até 1980
- Infra-estruturas Viárias de 1980 a 2004

6.2

CRESCIMENTO URBANO E  
DESENVOLVIMENTO DA REDE VIÁRIA



St<sup>a</sup> Bárbara, Estói), quer originariamente piscatórios, por crescimento e expansão significativa, de génese ilegal, destinados a segunda habitação (Armona, Culatra, Hangares, Farol, Ilha de Faro);

c) a tendência mais recente corresponde quer à proliferação de edifícios isolados em espaço rural mas sem relação directa com as actividades tradicionais ligadas à exploração da terra (e que nem sequer a maior movimentação do relevo, os declives mais acentuados impedem – veja-se a ocupação das vertentes orientadas ao quadrante Sul dos cerros da Goldra, de Nexe e de Guilhim), quer à proliferação de loteamentos de dimensão e densidade variável, incluindo conjuntos cada vez maiores, contíguos ou afastados dos tecidos urbanos pré-existentes.

A análise da dinâmica urbanizadora e construtiva ocorrida nas últimas três décadas revela um outro dado bastante sintomático e esclarecedor que consiste na triplicação da superfície construída, da área urbanizada, com especial incidência nas cidades de Olhão e de Faro (incluindo Montenegro e Gambelas) e na envolvente do fundo-de-saco da Ria Formosa com a construção dos “aldeamentos” turísticos.

Do aumento exponencial da superfície construída e do seu padrão territorial resultou a realidade paisagística actual que se caracteriza por uma desorganização generalizada, pela ausência de uma imagem urbana forte e identificável, pela dificuldade em identificar uma estrutura edificada e uma estrutura ecológica e cultural coesas, e uma imagem global onde os valores urbanos e rurais tendem a confundir-se, não originando quer um sentido de urbanidade, quer um sentido de ruralidade claros, tratando-se, como já se referiu, fundamentalmente de um problema de identidade da paisagem.

ii) As dinâmicas e os padrões que estão na origem das profundas modificações da forma e da (des)organização do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé, são suportados pelas infra-estruturas, sistemas e tecnologias de mobilidade que parecem constituir o principal elemento de ruptura com a lógica e a escala de crescimento própria da ordem urbana anterior.

Com efeito, o processo de transformação da paisagem baseado nos novos modos de organização do trabalho e do consumo, nas telecomunicações e nas novas infra-estruturas e sistemas de mobilidade (vias rápidas, circulares urbanas, utilização do transporte individual) está a contribuir para a criação de uma nova realidade, em constante mutação, onde o referido sistema urbano, cada vez mais difuso, se transforma e os sistemas rurais

(pomar tradicional de sequeiro, de regadio, hortas, vinhas) e naturais (sistema dunar, sapal, mata do Pontal, matos) se estão a urbanizar.

Grande parte destes territórios de urbanização dispersa assenta quer nas recentes vias de circulação rodoviária (circular urbana da EN 2 ao Aeroporto, IC 4, acessos à Via do Infante, nós de interligação) e nas anteriores vias arteriais principais (EN 125, EN 2), quer numa rede frágil e labiríntica de estradas e caminhos locais.

Desta conjugação de tipologias de infra-estruturas de mobilidade na qual se apoia a urbanização difusa, resultam estradas-ruas com súbitas rupturas de escala entre vias dimensionadas e caminhos estreitos sem capacidade para as novas cargas urbanas, dificilmente articulando usos incompatíveis (transporte público, camiões, carroças, tractores, carros, peões, motociclos).

Estas estradas-ruas, estradas-mercado alinhando à face da via uma grande diversidade de funções – residência, comércio a retalho, serviços, etc. – adquirem, de facto, um sentido duplo e conflituoso que se prende por um lado com um uso cada vez mais intenso como canal de tráfego rápido entre cidades, através do elevado incremento dos fluxos de pessoas e mercadorias, e por outro lado com um uso diário que mistura deslocações para a escola e o trabalho nos distintos meios de transporte ou a pé, em condições de conforto e segurança precárias.

Por outro lado, as estradas nacionais (125 e 2) e as diversas estradas municipais urbanizaram-se com um mínimo de investimento em termos de infra-estruturas apresentando perfis transversais sem qualidade, maioritariamente sem as marcas urbanas e paisagísticas mínimas como o passeio, a arborização, a iluminação, a drenagem e o saneamento, e nem as novas vias rápidas (IC 4, circular urbana entre a EN 2 e o Aeroporto, ou entre as 4 estradas e Loulé) se constituem como alternativa à desejada fluidez do trânsito rodoviário, acabando por apresentar muitas vezes o congestionamento da estrada-rua.

Com traçados desligados de qualquer política urbanística ou de ordenamento do território, os novos sistemas rodoviários arteriais, conjugados com a localização, derivada de práticas sectoriais não articuladas urbanística e territorialmente, de alguns novos equipamentos públicos (Centro Empresarial do Algarve e Mercado Abastecedor da Região de Faro, Centro de Formação Profissional do Algarve, *Campus* Universitário de Gambelas da Universidade do Algarve, Parque das Cidades e Estádio de Futebol do Algarve), de centros comerciais (*Fórum* Algarve e grandes superfícies comerciais), de loteamentos e zonas de actividades (Parques Empresariais de Olhão e de Loulé) têm contribuído de forma bastante evidente para o processo de fragmentação e degradação da paisagem e para a sua desorganização espacial e funcional.

Desajustados da estrutura orgânica da paisagem, os traçados das infra-estruturas de mobilidade constituem verdadeiras barreiras no funcionamento do mosaico paisagístico contribuindo para o seu fraccionamento estrutural e para a desqualificação da imagem urbana e paisagística.

iii) O sistema urbano Olhão – Faro – Loulé caracteriza-se por territórios de urbanização, complexos e descontínuos que constituem no seu conjunto uma cidade difusa fortemente consumidora e “predadora” de recursos naturais e culturais – paisagem, património, solos agrícolas, água, ecossistemas –, e onde os espaços não-edificados, os terrenos agricultados ou florestados, os “vazios”, permanecem como espaços residuais, expectantes, abandonados, sem serem entendidos como parte integrante de um novo modelo de urbanização.

As tendências para a continuação dos processos de expansão e dispersão das áreas edificadas e respectivas redes de infra-estruturas seguindo padrões de baixa qualidade, são acompanhadas pela alteração significativa dos sistemas de utilização da terra e o seu desordenamento progressivo, e pelo abandono de extensas áreas agrícolas que permanecem expectantes em relação às possibilidades de passar do uso rural para urbano. A paisagem apresenta, em virtude deste conjunto de processos e dinâmicas, um aspecto claramente desorganizado conferido pelos actuais usos do solo. Estes são, por um lado, dominados pela actividade imobiliária (e turística) não coerente com as características biofísicas e os atributos estéticos presentes, e pela intensificação agrícola com recurso ao regadio, à agro-química e à plasticultura, com um aumento significativo de áreas de estufas na Campina de Faro, adquirindo a paisagem uma imagem de maior artificialização, acentuada pela expansão dos pomares de citrinos que se prolongam pelo Barrocal substituindo o pomar tradicional de sequeiro (figueira, amendoeira, alfarrobeira, oliveira) com o qual convivia.

A alteração das culturas agrícolas e das tecnologias culturais realizadas na Campina de Faro e no sopé dos anticlinais calcários introduziu cambiantes na paisagem rural agora mais pobre e simplificada.

Este empobrecimento paisagístico é ainda agravado, quer por processos de degradação (desrespeito pelo património edificado e natural com a destruição de edifícios de arquitectura popular, de estruturas hidráulicas e de muros de pedra solta, de sebes vivas de compartimentação, contaminação de aquíferos, erosão dos solos), quer pelo abandono ou desanexação para construção de áreas exploradas agricolamente, nomeadamente um importante conjunto de Quintas com valor patrimonial na envolvente das cidades de Olhão (Quinta de Marim – sede do Parque Natural da Ria Formosa –, Palácio João Lúcio, Quinta do Brejo, Quinta do Major, Quinta do Calhau, Quinta de Bela-Mandil), de Faro (Quinta de

Santo António do Alto, Quinta Júdice Fialho, Quinta dos Carreiros do Meio, Quinta da Penha, Quinta Bívar Cúmano, Quinta de Marchil, Horta do Ourives), e de Loulé (Quinta do Rosal, Quinta da Fonte, Quinta de Betunes, Quinta do Barracoso e Quinta da Marroquina).

A geral coerência de usos (urbanos, agrícolas, florestais, culturais) presente nesta paisagem até há cerca de três décadas atrás, tem vindo a perder-se progressivamente apesar da presença de um padrão de usos diversificados em que ainda subsistem pomares tradicionais de sequeiro e manchas de pinhal manso, vinhas, hortas e sebes, embora cada vez mais residuais, desmembrados e desarticulados.

A intensa fragmentação espacial da paisagem rural, por vias de comunicação em crescente expansão, pela dispersão da urbanização exponencialmente consumidora e desqualificadora de espaços cada vez mais vastos, e pelo progressivo abandono das áreas cultivadas e a sua conversão em áreas expectantes em relação ao crescimento urbano, impedem a continuidade da diversidade biológica e cultural, e contribuem para a perda de identidade e carácter da paisagem.

Neste sentido, e se a paisagem da Ria Formosa está vinculada a actividades e tradições específicas que lhe conferem uma identidade forte, já a paisagem da planície costeira e do barrocal, cada vez mais associadas à actividade turística e à modernização da agricultura, podem ainda ser facilmente identificáveis mas não possuem uma forte identidade (ou esta tem vindo a perder-se resultado dos processos de transformação recente) devido à falta de tempo para a respectiva sedimentação e afirmação.

Embora a paisagem do litoral algarvio tenha estado exposta a uma grande dinâmica de transformação ao longo do tempo, nas últimas décadas verificou-se uma aceleração e intensificação drástica (maior rapidez, intensidade e gravidade das alterações) dos processos de transformação da paisagem responsáveis pelos problemas, desequilíbrios e disfunções que a afectam actualmente.

Trata-se de um vasto e diversificado leque de intervenções recentes conduzidas sectorialmente, sem uma visão de conjunto das políticas (económica, urbanística, turística, agrícola, social, ambiental) e dos espaços (urbano, rural, natural), assim como da sua administração (inter-municipal, regional), sem considerar a complexidade das morfologias territoriais e dos seus agentes de transformação, bem como da sobreposição de sistemas de regulação, a que há que juntar a falta de sensibilidade para a complexidade e para o valor da paisagem que é alterada sem consciência de que se está a intervir simultaneamente em dimensões ecológicas, económicas, culturais e estéticas, com consequências sobre a qualidade ambiental e de vida das populações residente e visitante.

A paisagem apresenta-se, deste modo, em “crise”, dupla e globalmente em crise, tanto no espaço urbano e neste quer no centro, quer nas periferias, como no espaço rural, em simultâneo no litoral e no barrocal, deixando transparecer o seu “estado de agonia”.

É na perspectiva de contrariar o sentido e o ritmo das mudanças mais recentes na paisagem de modo a evitar a sua “morte anunciada” que se considera um diagnóstico relativo aos problemas e potencialidades da paisagem, a leitura ecológica e cultural dos seus espaços, e propostas orientadoras para o seu (re)ordenamento e gestão.

#### 6.2.2. Análise da morfologia da paisagem. Interpretação ecológica e cultural da paisagem.

Numa época em que a paisagem é condicionada e afectada por um diversificado e complexo conjunto de actuações, por um lado cada vez mais sectoriais e especializadas envolvendo quer a administração pública aos vários níveis, quer os agentes privados, e por outro lado, causando problemas cada vez mais graves cuja resolução exige enormes custos sociais e ambientais (especulação imobiliária, ocupação indevida de frentes litorais, construções em solos com elevado valor ecológico, destruição e degradação do património), torna-se essencial uma leitura integrada e actualizada da paisagem, orientadora de uma actuação equilibrada sobre os importantes valores e os vários interesses em presença.

Uma interpretação da paisagem que permita a todos os agentes intervenientes, com ou sem responsabilidades directas na sua transformação e gestão (políticos, técnicos, cidadãos em geral), encontrar o sentido que ela possui nas suas dimensões ecológica, sócio-económica, sensorial e cultural, de modo a possibilitar actuações concertadas e consequentes no tempo que recuperem o significado da paisagem e da cidade como património, integrando-o nos futuros processos de (re)desenho urbano e construção da paisagem.

Neste sentido, e considerando que:

a) a paisagem (da qual a cidade é um aspecto particular) é entendida como uma realidade biofísica e cultural resultado da interacção, mútua e permanente, entre as actividades humanas e os recursos e processos naturais cuja influência é determinante na (re)definição da forma da paisagem;

b) o entendimento da paisagem como um sistema dinâmico e complexo, constituído por estruturas – edificada, ecológica, cultural (incluindo a patrimonial) e de mobilidade – justapostas e entrelaçadas, se apoia na leitura da paisagem a partir da sua estrutura formal, e que a análise morfológica da paisagem e do processo da sua construção a partir do reconhecimento daquelas estruturas, permite apreender lógicas de desenvolvimento

espaciais úteis ao processo de planeamento, orientando a formulação de novos objectivos para a preservação e transformação da paisagem;

c) a metodologia de interpretação e intervenção adoptada tem como pressuposto fundamental a actuação espacial através de uma forma da paisagem que sintetize as suas componentes ecológica e cultural (sendo que atendendo ao conceito de paisagem adoptado, ecologia e cultura são as duas dimensões que constituem os primeiros pressupostos da forma da paisagem), e que a actuação sócio-económica deve considerar e respeitar,

é fundamental a compreensão global da paisagem e dos factores determinantes (biofísicos, culturais, económicos e políticos) na sua (trans)formação, direccionando desde logo a análise e caracterização para as distintas morfologias (urbanísticas, arquitectónicas, “ruralistas”, paisagísticas) que têm que ver quer com as formas que a natureza foi elaborando ao longo de milhões de anos, quer com as formas que resultaram da sua apropriação pelo Homem, e que são contempladas no «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património».

Com a interpretação ecológica e cultural da paisagem incluindo quer o diagnóstico do mosaico paisagístico considerando a sua estrutura, funcionamento e tendências de mudança, quer o estudo da forma da paisagem atendendo às suas estruturas ecológica, cultural, edificada e de mobilidade, procura-se compilar a informação necessária à elaboração de propostas para uma estratégia de intervenções integradas consentâneas com a complexa e dinâmica realidade em estudo.

- Geologia – Geomorfologia – Hidrogeologia – Património geomorfológico

A geologia, nos seus múltiplos aspectos (lito-estratigráficos, geomorfologia, hidrogeologia, condicionamentos geotécnicos e susceptibilidade a efeitos sísmicos, recursos não renováveis e património geomorfológico) constitui um factor-chave para a compreensão global da paisagem, pois para além de corresponder ao que esta tem de mais permanente, determina outras importantes variáveis como são o relevo e o solo.

O conhecimento detalhado da geologia de uma região constitui, com efeito, a base para a caracterização biofísica da área em estudo. É, para além disso, a base para o reconhecimento do património geomorfológico entendido como o conjunto das formas de relevo que pelas suas características particulares e excepcionais, pela sua originalidade, raridade e vulnerabilidade evidenciam não só interesse científico (que apela à sua

preservação) mas igualmente interesse didáctico e turístico, constituindo elementos paisagísticos potenciais a valorizar<sup>421</sup>.

Neste sentido, e acerca da morfologia da paisagem, o estudo da geomorfologia liga-se estreitamente com a análise do relevo tratando-se de duas abordagens complementares, aquela mais interpretativa e esta mais descritiva.

Uma vez que os processos geomorfológicos foram determinados no passado longínquo, na maioria das vezes por condições climáticas muito distintas das actuais, considera-se que no âmbito do ordenamento e planeamento paisagístico e do desenho da cidade, não se justifica desenvolver uma análise exaustiva acerca da origem e evolução do relevo ao longo do tempo geológico, mas que se revela importante explicitar unidades que reflectam aspectos morfológicos singulares e correspondam a processos físicos actuantes no presente<sup>422</sup>.

Se geologicamente o Algarve compreende três zonas claramente distintas entre si: a Serra, o Barrocal e o Litoral, que se reflectem em diferenças morfológicas da paisagem, tipos de solos, sua ocupação e utilização, a área em estudo integra-se nas zonas do barrocal e do litoral, e pode ser analisada do ponto de vista geológico e quanto à sua constituição morfo-estrutural como integrando três unidades principais: a zona húmida lagunar (incluindo a península do Ancão e as ilhas-barreira), a Campina de Faro-Olhão e o Baixo Algarve Calcário ou Barrocal.

De acordo com a Carta Geológica de Portugal<sup>423</sup> o sistema lagunar da Ria Formosa é uma formação recente do período Halocénico que engloba duas formações litológicas dominantes: aluviões fluvio-marinhos e sapais, e areias de dunas e de praias, enquanto que a Campina corresponde às baixas preenchidas por terrenos de origem sedimentar detrítica (que podem atingir espessura de 20 metros) do Holocénico e por areias (de Faro-Quarteira) do Plistocénico com a ocorrência de pequenas manchas pertencentes à formação miocénica de siltes glauconíticos. A unidade mais a norte, incluída no barrocal, predominantemente carbonatada e de idade mesozóica (se exceptuarmos a área de implantação da cidade de Loulé correspondente a areias do Quaternário) engloba duas formações litológico-estratigráficas divididas pelo paralelo de Estói – Santa Bárbara de Nexe, a norte da qual situa-se a zona em que a série de calcários do período Jurássico se encontra mais fortemente dobrada e onde se situam as maiores altitudes – S. Miguel (410 m), Malhão (347 m), Guilhim (313 m), Nexe (360 m), Goldra (293 m) e Santa Luzia (328 m) – alinhadas em

---

<sup>421</sup> MAGALHÃES, M.R., (coord. geral), ob. cit., 2007, pp.48 e 162.

<sup>422</sup> ABREU, A.C., Caracterização do sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor, Évora, 1987, pp.241-244.

<sup>423</sup> MANUPELLA, G., Carta Geológica de Portugal, Esc. 1:50 000, Folha 53-A Faro e Notícia Explicativa, Serviços geológicos de Portugal, Lisboa, 1987.

direcção E – O; para sul do dito paralelo predominam os calcários, dolomitos, margas, argilas e conglomerados, e uma estrutura monoclinal que se prolonga até à planície aluvionar e arenosa, correspondendo a uma superfície topográfica que se vai esbatendo e horizontalizando lenta e progressivamente.

Do ponto de vista hidrogeológico e de acordo com a cartografia e estudos existentes sobre a área em estudo<sup>424</sup>, esta compreende um conjunto de sistemas aquíferos localizado a sul do paralelo Estói – Santa Bárbara, constituído: (i) pelo sistema da Campina de Faro, que corresponde a aquíferos em sedimentos não consolidados predominantemente com ligação hidráulica com a água superficial e que apresenta risco de contaminação alto, sendo considerado uma área crítica para a extracção de água subterrânea; (ii) pelo sistema Chão de Cevada – Quinta João de Ourém (de dimensão bastante mais reduzida que o anterior) que integra aquíferos em rochas carbonatadas de carsificação média e com risco de contaminação igualmente alto; (iii) pelo sistema São João da Venda – Quelfes que diz respeito a aquíferos em rochas carbonatas de carsificação média a alta, exceptuando as zonas adjacentes às principais linhas de água cujos aquíferos apresentam características idênticas às dos aquíferos que integram o sistema da Campina, e que tal como estes apresentam vulnerabilidade hidrogeológica alta; (iv) e, por último, o sistema Almancil – Medronhal que compreende aquíferos em calcários e dolomitos de alta a elevada carsificação, apresentando riscos de contaminação alto.

O sistema aquífero da Campina de Faro ocupa uma área de cerca de 86.5 Km<sup>2</sup> e é limitado a Este pela Ribeira de Marim e a Oeste pela Ribeira de Carcavai, a Sul pela Ria e a Norte por formações menos permeáveis do Cretácico.

Referem os referidos estudos que na Campina os depósitos mais recentes (do Quaternário) suportam um aquífero livre superficial enquanto que as formações subjacentes (do Miocénico) abrigam um aquífero confinado, multi-camada, sendo de notar a provável independência entre os dois aquíferos. O superficial recebe recarga directa a partir das precipitações, ao passo que o do Miocénico é recarregado de forma indirecta através do leito das linhas de água, nomeadamente da Ribeira de Bela – Mandil, do Rio Seco e da Ribeira de S. Lourenço, embora se considere que a origem mais importante deste aquífero seja a partir de transferências dos calcários Jurássicos situados mais a Norte. A conexão hidráulica entre estes calcários e aquele aquífero será feita em zonas onde a presença de

---

<sup>424</sup>COSTA, F.E., (coord.), Carta Hidrogeológica da Orla Algarvia, Folha B2, Esc. 1:100 000, Direcção de Geologia e Minas, Lisboa, 1983; SNIRH, Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Estudo dos Sistemas Aquíferos de Portugal – Campina de Faro (M12)/ <http://snirh.inag.pt/> acedida em Agosto de 2006; STIGER, T.Y., e DILL, A.C., Estudo Geológico e Hidrogeológico das Regiões Abrangidas pelo Projecto – Acção 3 do Programa Interreg II (Policopiado), Universidade do Algarve, Faro, 2001.

falhas ou outros condicionalismos estruturais levam à ausência de formações cretácicas menos permeáveis.

Por outro lado, as formações miocénicas depositaram-se em bacia tipo *graben*, controlada por falhas geológicas com orientação próxima N – S, que parecem ser falhas condutoras de água e, portanto, para além de se associarem aos alinhamentos dos cursos das várias linhas de drenagem natural que surgem na Campina, podem constituir locais de escoamento preferencial para as águas subterrâneas, enquanto que as falhas de direcção NO – SE parecem servir de barreira, comportamentos baseados no padrão de fluxo do aquífero superior e pela qualidade das águas subterrâneas<sup>425</sup>.

As direcções de fluxo dos aquíferos mais superficiais, regra geral com pouca espessura e cujo nível freático está próximo da superfície (1 a 5 metros), e que correspondem àqueles que estão em exploração, seguem preferencialmente o desenvolvimento da rede de drenagem superficial, embora na zona compreendida entre Faro, Conceição, Pechão e Olhão ocorra uma depressão piezométrica bastante significativa, em virtude do volume de extracção de água e da concentração de captações que conduzem à sobre-exploração dos recursos subterrâneos. O facto de se tratar de uma zona costeira confere-lhe elevado grau de vulnerabilidade relativamente aos fenómenos de intrusão marinha e consequentemente de salinização dos aquíferos e dos solos.

No que diz respeito ao património geomorfológico, a área em estudo, compreende espaços de elevado valor e grande interesse biogeofísico e ecológico-geomorfológico, cujo valor patrimonial deverá ser, efectivamente, reconhecido devido ao seu importante valor paisagístico, pelo que deve ser preservado e valorizado no âmbito de uma mais valia natural e cultural, para o desenvolvimento sustentável do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé.

Neste contexto, assinala-se um conjunto de espaços com valor patrimonial geomorfológico relevante que deve enquadrar, obrigatoriamente, as estratégias de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização paisagística.

---

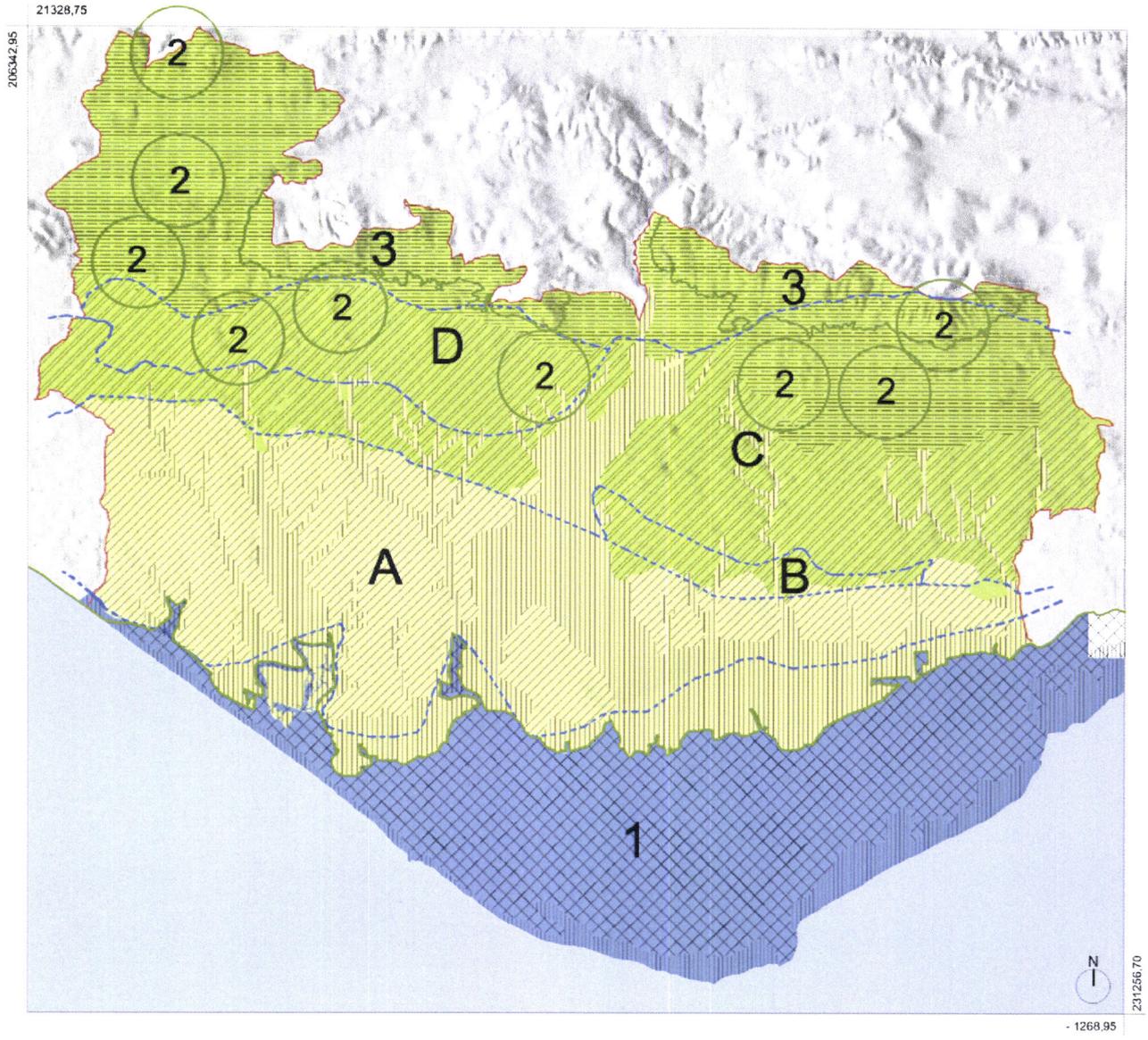
<sup>425</sup> STIGTER, T.Y., e DIL, A.C., ob. cit., 2001, p.

Quadro 6.2. Património geomorfológico

PATRIMÓNIO GEOMORFOLÓGICO			
Tipologia	Localização	Caracterização e observações	Diagnóstico e orientações para a gestão
Formação lagunar, sapais e dunas	Parque Natural da Ria Formosa	A elevada riqueza e diversidade geomorfológica – um sistema lagunar separado do mar por um cordão dunar litoral interrompido por barras naturais e artificiais – e biológica – comunidades animais (aves, peixes, bivalves) e comunidades vegetais dos sapais e das dunas – conferem-lhe uma individualidade paisagística com uma componente natural e uma identidade fortes ligadas à presença de água nas suas diferentes ocorrências (mar, ria, ribeiros).	Apesar da intensa intervenção humana, a componente natural da paisagem é muito forte. A ria suporta diversas actividades económicas ligadas à exploração dos recursos presentes. No entanto, a sua sobre-exploração, conjugada com desequilíbrios resultantes de intervenções inadequadas (expansões urbanas e urbano-turísticas, construção de edifícios isolados, de portos de pesca e campos de golfe, descarga de efluentes não tratados, extracção de inertes, desportos náuticos) têm provocado graves disfunções ambientais e a degradação dos ecossistemas. Dada a fragilidade e sensibilidade ecológica do meio, as mediadas de gestão do património devem ser orientadas de modo a preservar os biótopos (sistema lagunar, sapais, vasas, esteiros) e a vida selvagem, recuperar os sistemas degradados e promover o desassoreamento, continuando a desenvolver acções de sensibilização das populações residente e visitante.
Compartimentação da Campina e do Barrocal	Campina de Faro-Olhão, planície costeira e plataforma calcária. As sebes de vegetação surgem fundamentalmente e na estreita faixa da planície litoral, entre a Rib. <sup>a</sup> de Marim e o IC4, enquanto que os muros de pedra solta surgem maioritariamente no sopé das vertentes dos cerros calcários.	A compartimentação agrícola, por sebes vivas no litoral e por muros de pedra solta no barrocal, está directamente ligada à difusão e integridade da estrutura ecológica e da estrutura cultural e patrimonial da paisagem. As sebes, simples ou mistas, são tradicionalmente formadas por espécies mediterrâneas (oliveira, romãzeira, marmeleiro, figueira-da-Índia e piteiras) ou por valados de pedra calcária resultante da despedrega dos solos e colocadas soltas em fiadas sobrepostas ao longo dos caminhos, na delimitação de propriedades, na separação de parcelas agrícolas ou como corta-vento, constituem atributos e formas de compartimentação da paisagem histórica que, ecologicamente organizadas, permitem a permanência da vida natural e cultural e são uma componente fundamental da sua morfologia e imagem.	A tendência para a artificialização da paisagem da Campina com o aumento da área de estufas e a tendência para a substituição ou para o abandono dos pomares de sequeiro constituem, juntamente com a edificação, as maiores ameaças para a degradação ou mesmo para o desaparecimento da policultura tradicional e da compartimentação a ela associada. Nesse sentido, as medidas de gestão paisagística e patrimonial devem ser orientadas de modo a recuperar e valorizar os aspectos que determinam a identidade do Barrocal e do Litoral, nomeadamente os muros de pedra e a utilização de espécies tradicionais, ainda que sob a forma de sebes, revelando a estrutura fundiária e de caminhos.

PATRIMÓNIO GEOMORFOLÓGICO			
Tipologia	Localização	Caracterização e observações	Diagnóstico e orientações para a gestão
Montes (anticlinais complexos) e afloramentos rochosos	Correspondem à primeira linha de cerros paralelos à costa, a Norte da Via do Infante, e coincidem com o limite norte da área de estudo.	A forte presença deste sistema colinar, deste conjunto de afloramentos rochosos na paisagem, pela particularidade do seu relevo, com cabeços estreitos vigorosos e vertentes abruptas, e pelo contraste das suas cores cinza-claros relativamente às tonalidades barrentas de onde emergem, conferem-lhe características muito próprias e um carácter bem vincado. Os distintos cerros, com altitudes compreendidas entre os 300 e os 400 metros, elevam-se subitamente da planície costeira, constituindo-se como excepcional sistema de vistas panorâmicas sobre toda a paisagem envolvente.	Face a uma cada vez maior disseminação de moradias e respectivos acessos pelas encostas viradas ao mar, mesmo em declives bastante acentuados, alterando o padrão de ocupação preexistente, e ao abandono crescente do pomar tradicional de sequeiro e da compartimentação por ele criado, as medidas de gestão da paisagem e do seu património devem ser orientadas de modo a controlar a proliferação de novas construções dispersas e a evitar a degradação do mosaico paisagístico característico (alternância entre a policultura tradicional e os matos calcícolas densos nas encostas mais declivosas e pedregosas). Medidas que ajudarão a manter os recursos presentes, o equilíbrio e carácter da paisagem e a salvaguarda do seu património geomorfológico.

Factor dominante na definição das unidades morfo-estruturais identificadas, foram as sucessivas evoluções climáticas e avanços e recuos do mar que acompanharam as eras geológicas. A sua acção e a natureza litológica dos terrenos definiram as formas de relevo actuais.



Unidades morfo-estruturais e Formações litológico-estratigráficas

- Sistema lagunar da Ria Formosa
- Aluviões fluvio-marinhos e sapais
- Areias de dunas e praias
- Campina de Faro-Olhão
- Sedimentos detríticos do Holocénico
- Areias (de Faro-Quarteira) do Plistocénico
- Barrocal ou Baixo Algarve Calcário
- Calcários, dolomitos, margas, argilas e conglomerados
- Calcários do Período Jurássico

Sistemas aquíferos

- A - Aquífero da Campina de Faro
- B - Aquífero da Chão de Cevada - Quinta João de Ourém
- C - Aquífero de São João da Venda / Quelfes
- D - Aquífero de Almancil/ Medronhal

Património geomorfológico

- 1 - Sistema lagunar e sistema dunar
- 2 - Estruturas de compartimentação da Paisagem
- 3 - Sistema colinar

Fig. 6.3 Unidades morfo-estruturais e Formações litológico-estratégicas

- Relevo – Morfologia da Paisagem Rural e Natural

Considerando que a paisagem é, na sua estrutura, uma combinação de componentes naturais e culturais que se caracteriza por uma interdependência de todos os factores bióticos, abióticos e humanos, a interpretação integrada e complementar destes factores permite estabelecer, desde logo, algumas relações entre a forma da paisagem e a interacção das suas componentes, incluindo as actividades humanas.

Se o modelado do terreno é um elemento determinante da expressão arquitectónica da paisagem, da sua morfologia, condicionando a utilização e ocupação do solo, esta produz, através de “adaptações espaciais” e respostas formais, um grau superior de complexidade paisagística e contribui para reforçar a identidade formal da paisagem rural e natural.

Neste sentido, o estudo da morfologia da paisagem rural e natural requer o estudo conjugado dos factores biofísicos como a Hipsometria, a Hidrografia, os Declives, as Orientações, e a Morfologia do Terreno, com o estudo da “estrutura cultural” que informou o processo de construção da paisagem como a manipulação do relevo, o parcelamento fundiário e as tipologias de espaço agrário e natural, as estruturas hidráulicas e a rede de estradas e caminhos.

Procura-se, deste modo, entender a paisagem não como um simples suporte para a sua transformação, mas entendê-la a partir da sua imagem física e da sua construção histórica, considerando a interacção entre as componentes naturais e culturais da sua morfologia, e orientados pela firme convicção de que na sua identidade se devem procurar as alternativas para o seu (re)desenho e gestão.

– Hipsometria

A Carta hipsométrica foi elaborada sobre a base altimétrica do IGeoE (2004), à escala 1:10 000, tendo sido considerado que toda a zona húmida lagunar submergível pela água salgada se encontra abaixo do nível médio das águas do mar, e tendo sido definidas treze classes de altimetria entre 0 e 450 metros: 0-20; 20-40; 40-60; 60-80; 80-100; 100-120; 120-150; 150-200; 200-250; 250-300; 300-350; 350-400; 400-450.

Esta Carta permite uma melhor apreensão do relevo através da marcação de zonas significativas e singulares quanto a aspectos morfológicos e à distribuição da vegetação, entre outros.

Da interpretação da cartografia constata-se que é possível diferenciar quatro situações topográficas associadas a zonas fisiográficas e circunstâncias morfológicas específicas: (i) a

zona húmida lagunar (situação batimétrica) em conjunto com o sistema dunar que a protege, (ii) a planície costeira de onde se destaca a Campina de Faro – Olhão, (iii) a zona do barrocal que faz a transição para o sistema colinar, e (iv) o sistema colinar, ainda no barrocal, que corresponde à primeira linha de cerros e que constituem o limite Norte da área de estudo.

A primeira situação corresponde a uma situação mista simultaneamente batimétrica e altimétrica constituindo respectivamente morfologias de paisagem conotadas com a entrada e saída de água salgada – sapais, canais, vasas, viveiros de bivalves e de peixes, salinas – e com a presença de vegetação halofítica, e morfologias paisagísticas conotadas com a presença e acumulação de areia – praias e dunas formando uma península e três ilhas – e de vegetação psamofílica ou arenícola nas dunas e areais.

O segundo conjunto descreve uma plataforma hipsométrica de cotas mais baixas compreendida entre os 0 e 50 metros correspondente à planície litoral que se traduz grosso-modo na unidade morfológica da campina de Faro – Olhão, vinculada com a presença e acumulação de água, e de hortas, pomares de citrinos e estufas.

As outras duas zonas referem-se a situações de hipsometria mais elevada entre os 50 e 450 metros de altitude, e a configurações de relevo marcadas pela transição mais ou menos brusca entre cotas mais baixas no “sopé” dos cerros anticlinais e cotas elevadas correspondentes às vertentes e cumeadas destes cerros.

Na terceira situação identificada, a norte da planície, já no barrocal, na transição para a linha de cerros, observa-se um aumento progressivo de cotas correspondente a um relevo mais ondulado de onde sobressaem “pequenas” elevações como Laranjeiro (70 m), Bitá (118 m), Costa Longa (92 m), Arieiro (147 m) e Cabeço da Câmara (218 m), constituindo uma forma de paisagem marcada pelos pomares tradicionais de sequeiro em alternância com os matos (carrascais).

Por último, as encostas e as cumeadas do sistema colinar corresponde a uma variação brusca de cotas que passam, rapidamente, dos 150 para os 300 e 400 metros de altitude, como resultado da presença de formações litológicas de natureza mais dura, sendo nesta situação que ocorrem os pontos mais altos: S. Miguel (410 m), Malhão (347 m), Guilhim (313 m), Nexé (360 m), Goldra (293), e Santa Luzia (328 m), em cujas encostas mais declivosas e pedregosas dominam matos calcícolas densos dominados por carrasco (*Quercus coccifera*).

A manipulação do relevo pela implantação dos edifícios e da rede viária, tradicionalmente adaptada às formas topográficas e zonas fisiográficas, concorrendo para a valorização da sua expressão na paisagem, têm vindo a ser substituídas por implantações degradantes e destruidoras dos diferentes tipos de relevo e distintas situações topográficas, constituindo importantes fracturas na estrutura orgânica e funcionamento da paisagem.

São exemplos disto, o traçado da Via do Infante em taludes artificiais cuja construção e manutenção tem enormes custos ambientais e económicos, e da circular urbana que liga a EN2 a Montenegro e que “corre” em aterro seccionando a Campina sem atender quer aos aspectos morfológicos e ambientais, quer aos interesses sociais. Mas também, a implantação das construções dispersas e respectivos acessos, nas encostas de declive acentuado, viradas ao mar, que abdicando de uma leitura específica da paisagem contribuem para a degradação e adulteração da sua morfologia e imagem.

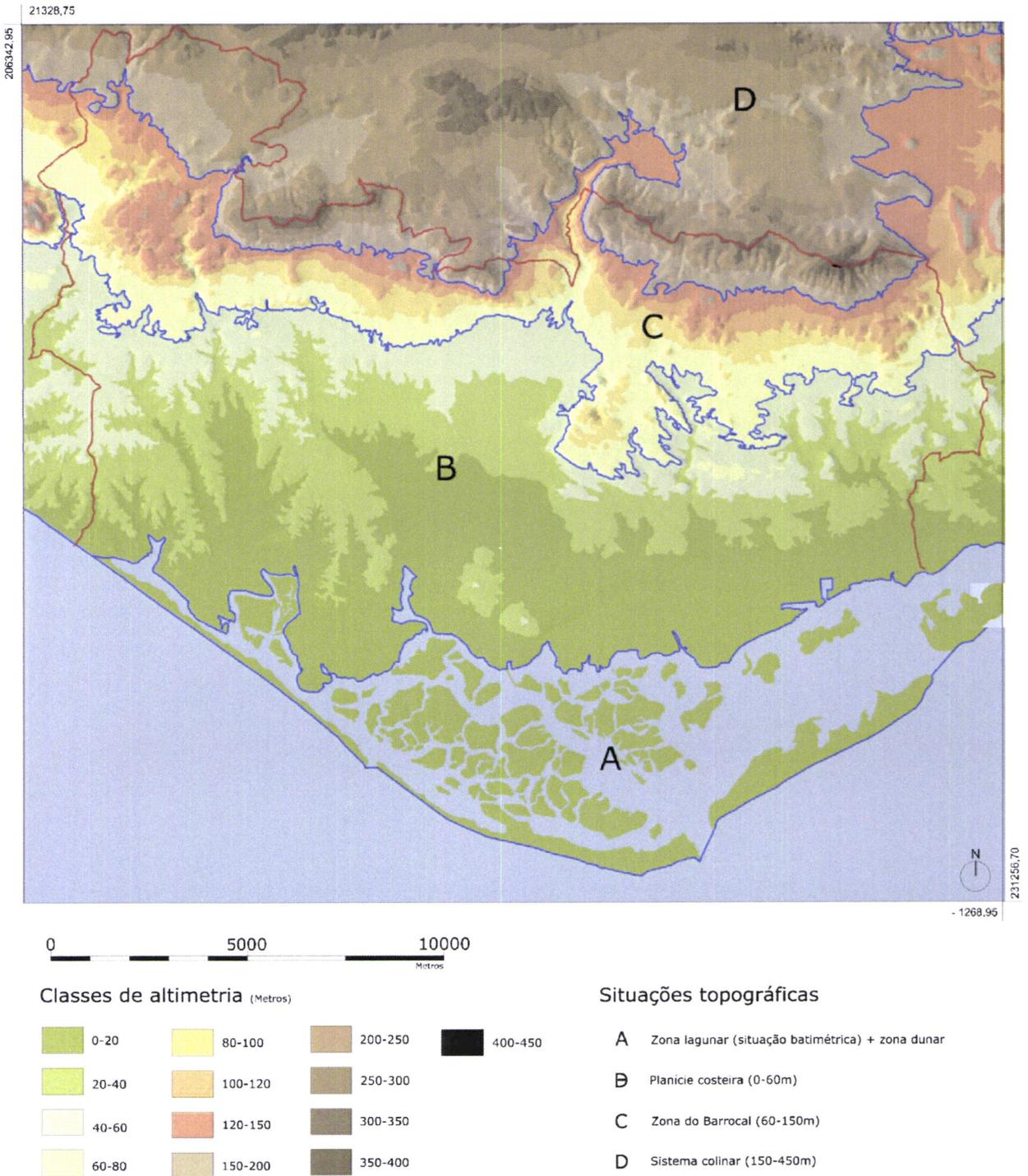


Fig. 6.4 Hipsometria

– Hidrografia – estruturas hidráulicas.

À Carta de hidrografia que apresenta as linhas fundamentais do relevo: os festos – linhas que unem os pontos de cotas mais elevadas e os talvegues – linhas que unem os pontos de cotas mais baixas, (que permitem caracterizar e compreender circulações importantes na paisagem (hídricas, atmosféricas, humanas) e definir as bacias hidrográficas), juntou-se informação acerca da utilização dos recursos hídricos pelo homem, expressa num significativo conjunto de estruturas hidráulicas associadas à agricultura, cuja presença foi delimitada espacialmente.

A rede hidrográfica da área em estudo caracteriza-se pela sua densidade onde se podem definir, de Este para Oeste, sete sub-bacias hidrográficas das ribeiras: do Tronco, de Marim e Quatrim, de Bela-Mandil, do Rio Seco, de Marchil e do Biogal, de S.Lourenço e, por fim, de Carcavai, que, exceptuando esta última, integram a bacia hidrográfica da Ria Formosa.

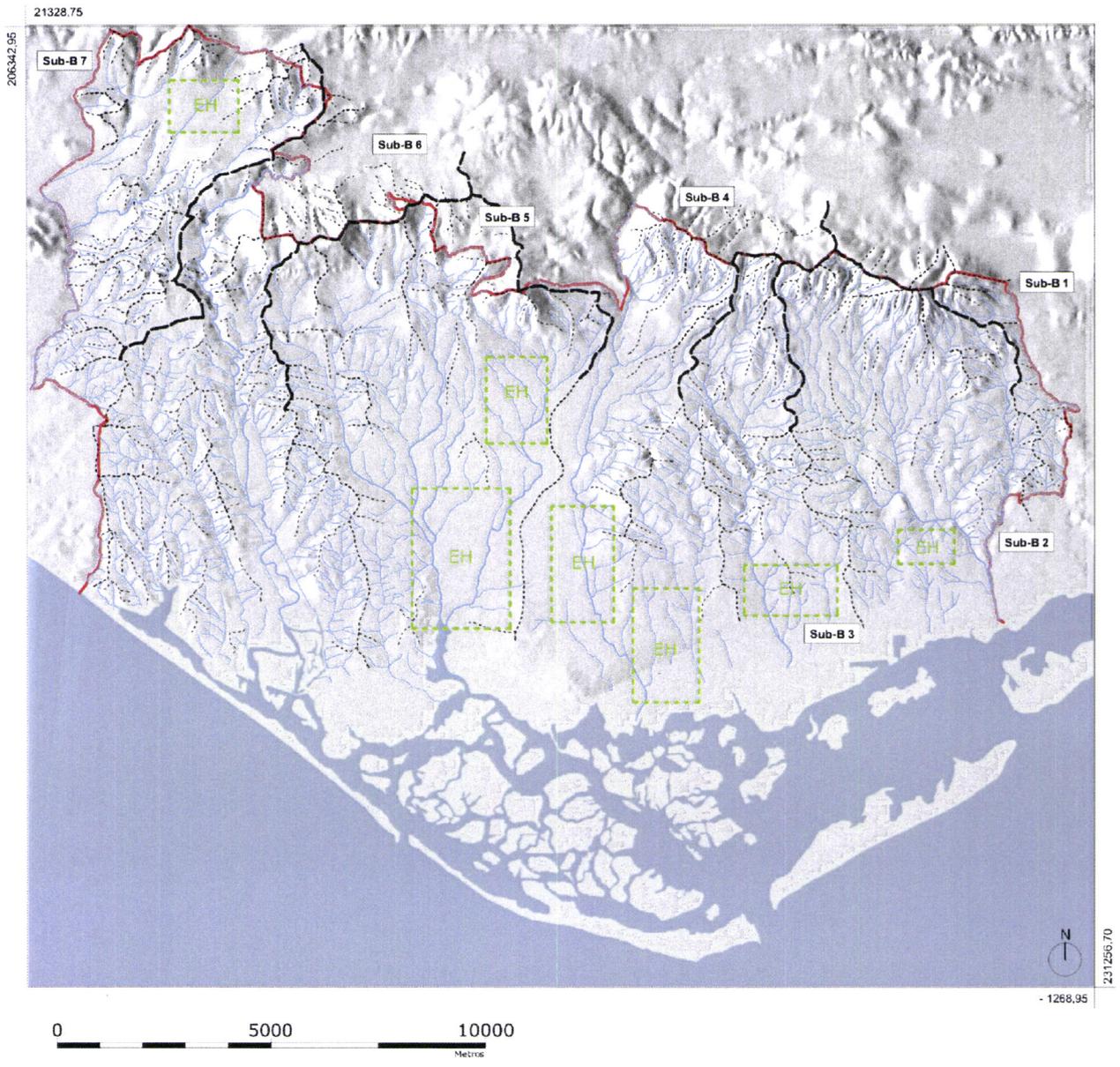
A alimentação das ribeiras faz-se, quase exclusivamente, através da precipitação atmosférica, pelo que o regime dos caudais é torrencial, o que faz com que durante a época estival não mantenham praticamente qualquer caudal, apenas alguns pegos dispersos.

Apesar disso, verifica-se que no contexto do litoral do Algarve central, a área em estudo é um ponto de distribuição e concentração hidrológica importante, processando-se a distribuição através de três festos principais ao longo das cumeadas do sistema colinar paralelo à linha de costa.

A densidade da rede hidrográfica na zona norte da área, considerada condicionada pelos declives acentuados está associada às cabeceiras das sub-bacias e às múltiplas bacias de recepção, originando “vales” por vezes encaixados, enquanto que na planície costeira e na estreita faixa, entre esta situação e a anterior, a rede hidrográfica também densa é claramente distinta daquela que se verifica a norte.

A análise integrada da hidrografia e da exploração da água pelo homem permite constatar que a área em estudo, se caracteriza por uma dualidade topográfica muito marcada que possibilita a existência de situações ecológicas e culturais muito distintas que se reflectem na variação da paisagem e da sua forma.

A Norte, onde as cumeadas, que atingem cotas elevadas definem a cabeceira de algumas sub-bacias hidrográficas ou alternam com “vales encaixados” (Rio Seco, Ribeira do Colmeal, Ribeira da Goldra, Ribeira do Cadouço) e a Sul onde, para além do sistema lagunar e do sistema dunar de grande riqueza topográfica e geomorfológica, a topografia é dominada pela Campina onde convergem todas as linhas de água, sendo os “vales” e os festos praticamente imperceptíveis, dado tratar-se de uma zona praticamente plana, o que confere uma relativa homogeneidade à paisagem.



-  - Limites da área em estudo
  -  - Linhas de fecho
  -  - Linhas de água
- Estruturas hidráulicas**
-  EH - Noras, tanques, aquedutos, calceiras, etc
- Sub-bacias hidrográficas**
- Sub-B 1 - Ribeiro do Tronco
  - Sub-B 2 - Ribeira de Marim e Quatrim
  - Sub-B 3 - Ribeira de Bela-Mandil
  - Sub-B 4 - Rio Seco
  - Sub-B 5 - Ribeiras do Biogal e do Marchil
  - Sub-B 6 - Ribeira de São Lourenço
  - Sub-B 7 - Ribeira de Carcavai

Fig. 6.5 Hidrografia – estruturas hidráulicas.

Esta última situação constitui uma morfologia de paisagem conotada com a presença e acumulação de água de que o Homem se apropriou em condições excepcionais, quer dos recursos hídricos superficiais, quer subterrâneos, através da implantação de um vasto e diversificado conjunto de estruturas hidráulicas (poços, noras, aquedutos, tanques, caleiras e, mais recentemente, furos) com vista à sua captação, armazenamento e distribuição, fundamentalmente para o regadio de culturas agrícolas, e que marcam indelevelmente a forma da paisagem, constituindo, para além disso, um valioso património hidráulico, ainda presente nas diversas Quintas, na envolvente dos aglomerados urbanos.

No que diz respeito aos talvegues, as ocorrências referem-se às linhas de água (cuja orientação é geralmente Norte – Sul) da bacia hidrográfica da Ria Formosa (excepto a Ribeira de Carcavai e seus afluentes), constituindo sub-bacias hidrográficas que decompõem a Campina.

Por outro lado, as cumeadas, associadas ao relevo de cerros, assumem uma grande importância pela sua forte presença, constituindo-se ao longo destes festos, com uma orientação Este – Oeste, excelentes pontos e linhas panorâmicas, de onde se domina visualmente todo o litoral entre Espanha e a cidade de Albufeira e cuja qualidade como miradouros ou pontos de observação da paisagem, continua subaproveitada.

#### – Declives

A Carta de declives foi elaborada sobre a base altimétrica (curvas de nível e pontos de altitude), do IGeoE, 2004, na escala 1:10 000. Para a análise dos declives estabeleceram-se cinco classes de declives: 0-6%, 6-12%, 12-16%, 16-25% e >25%. O estabelecimento destas classes prende-se com o nível de condicionantes que cada um dos limites superiores de declive introduz às actividades humanas (edificação, circulação, recreio, agrícola, etc.).

A cartografia desenvolvida constitui, deste modo, um instrumento preferencial de análise a ser utilizado na elaboração de propostas de ordenamento e planeamento da paisagem, nomeadamente na aptidão para o referido conjunto de actividades, assim como, na definição da Estrutura Ecológica da Paisagem.

Destacam-se duas situações principais a que correspondem classes de declives diametralmente opostas e que traduzem o perfil do terreno e das suas diferentes situações morfológicas.

Temos, por um lado, as classes de declives acentuados, com inclinações superiores a 16%, respeitantes às encostas abruptas, o que deverá funcionar como impeditivo à construção, designadamente de edifícios e infra-estruturas viárias, e ao trabalho mecanizado das terras

pois os riscos de erosão a partir daí são já elevados, e ainda como factor limitativo à circulação pedonal e ao recreio, e por outro lado, temos a classe de menores declives (0-6%) associada à planície aluvionar que constitui uma área “aplanada” de razoável extensão e regularidade, onde confluem as linhas de água referidas.

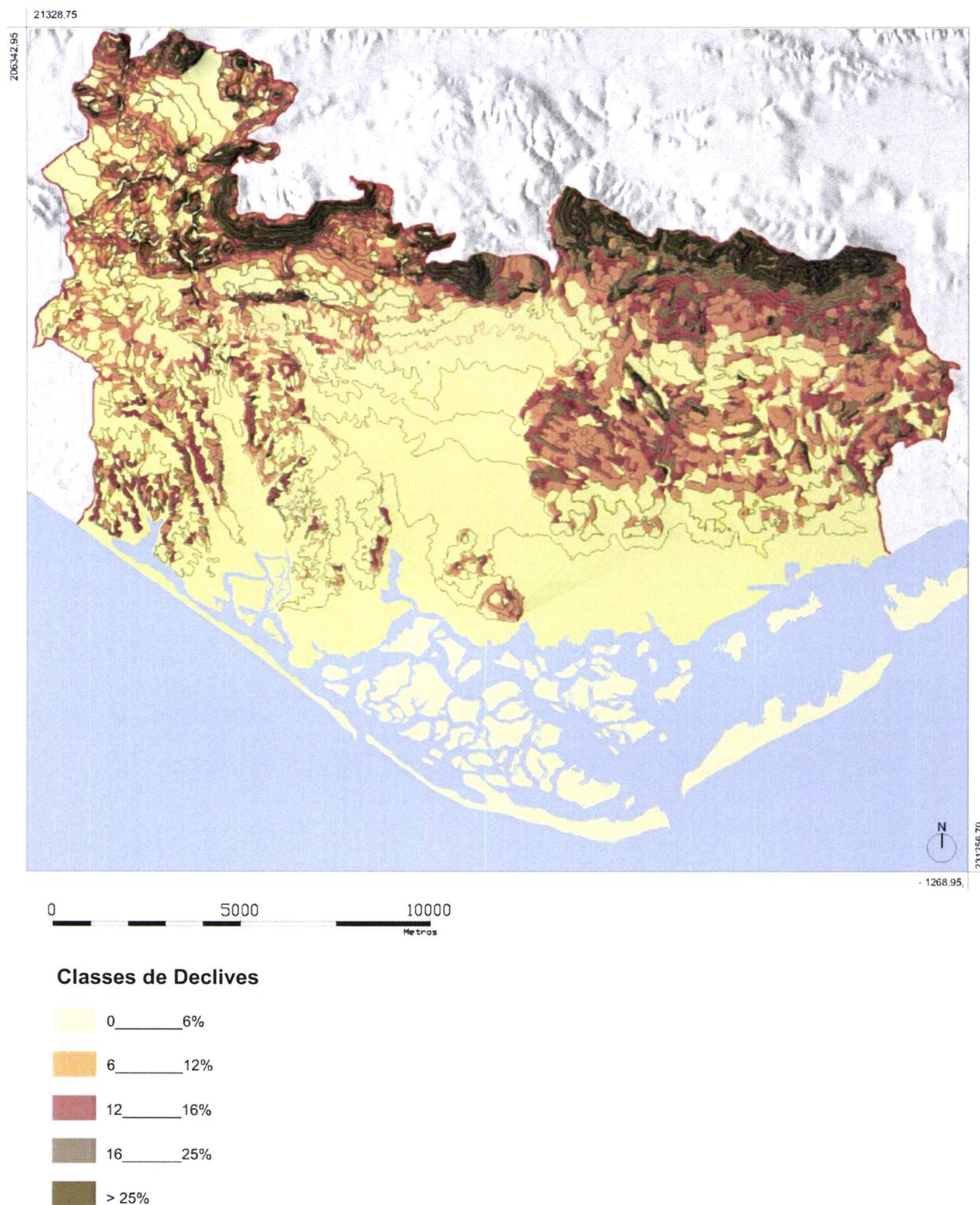


Fig. 6.6 Declives.

São estes declives, muito suaves, associados aos cursos de água, que predominam na área em estudo, tendo também alguma expressão os declives suaves a moderados, 6-12% e 12-16%, definindo um relevo ondulado que ocorre na transição para os cerros, a Norte do paralelo Quelfes, Pechão, Conceição e na zona compreendida entre Almancil e Loulé onde as cumeadas alternam com “vales encaixados” com vertentes relativamente declivosas.

Nestas classes de declives começam a sentir-se importantes condicionantes às actividades humanas nomeadamente ao nível da rega e da circulação, assim como ao nível da edificação que na classe 12-16% só poderá ocorrer pontualmente, e da actividade agrícola que necessita de recorrer a processos de armação do terreno e a práticas culturais realizadas de acordo com as curvas de nível, de modo a evitar grandes perdas de solo.

A distribuição destes declives pode dizer-se que é homogénea, e relaciona-se directamente com as características litológicas e estruturais das formações geológicas, e com os processos erosivos a que foram sujeitos, essencialmente a erosão desencadeada pelo escoamento superficial, mas também profundo, devendo, por isso, ser evitadas quaisquer situações que conduzam ao incremento da instabilidade, principalmente nas encostas declivosas, como é o caso da impermeabilização dos solos ou a destruição da vegetação, devendo ser tomadas medidas especiais que promovam a estabilização natural destas encostas.

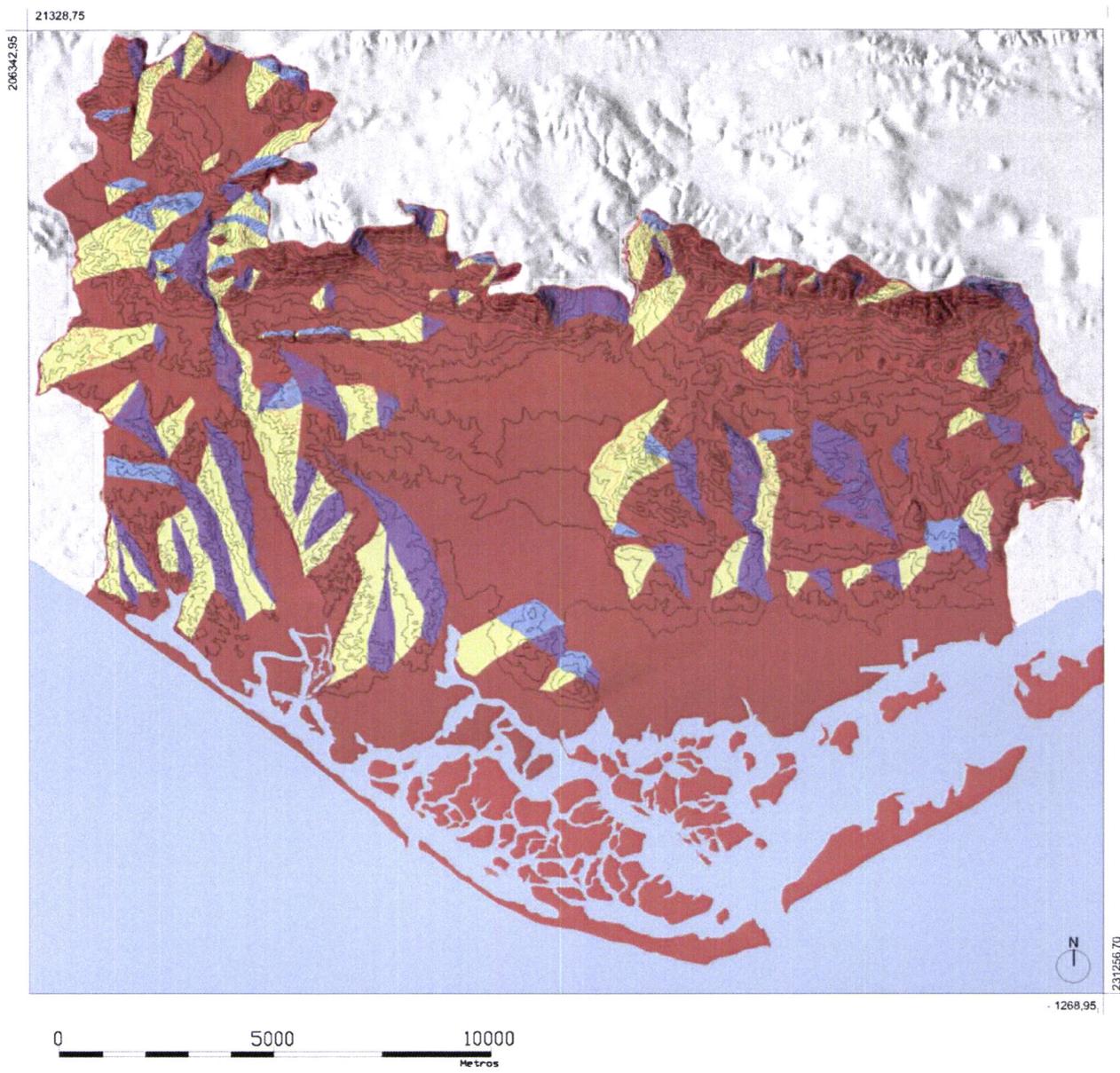
Esta distribuição contribui decisivamente para a definição de paisagens com características muito diferenciadas em termos de declive determinado a existência de zonas que apresentam condicionantes positivas e negativas para usos e funções existentes ou previstos no território.

#### – Orientações do Terreno

A disposição das manchas de declives sobre o território, condicionada pelas formas de relevo existentes e pela sua orogénese, vai demarcar áreas de diferente exposição relativamente à radiação solar.

A orientação das encostas constitui um dos instrumentos mais explícitos e eficazes em termos da análise e planeamento da paisagem ao contribuir para a determinação da melhor localização relativamente a várias actividades humanas uma vez que as diferentes exposições ao sol geram microclimas distintos determinantes no conforto bioclimático e na natureza da vegetação espontânea ou tradicional.

A área em estudo apresenta uma grande uniformidade de exposições no terreno com predominância das exposições ao quadrante Sul (Sueste, Sul e Sudoeste) dada a sua disposição em anfiteatro voltado ao mar.



**Orientações do terreno**

- Quadrante Norte (N, NE, NO)
- Este
- Quadrante Sul (S, SE, SO)
- Oeste

Fig. 6.7 Orientações do Terreno.

Seguem-se, em termos de representatividade, as exposições a Este e a Oeste, e com um nível inferior, sem significado, as áreas com exposição indeterminada (todas as exposições) e as áreas com exposição a Norte.

Associada a todas as classes de declives, desde os mais suaves aos mais acentuados, a exposição ao quadrante Sul, a mais favorável em termos de radiação recebida ao longo do ano e a que apresenta um maior índice de conforto bioclimático, faz das vertentes com declives inferiores a 12% as mais favoráveis para a edificação e para as actividades recreativas e desportivas, e simultaneamente as mais favoráveis para o desenvolvimento da maioria das culturas agrícolas.

O que associado ao facto do sistema colinar formado pelo Barrocal e pela Serra criar uma barreira física aos ventos de Norte, sempre indesejáveis (frios e secos na estação chuvosa e quentes e secos no Verão) origina, em toda a área em estudo, um microclima ameno com temperaturas agradáveis que contribuiu para a ocupação e exploração deste território desde tempos remotos, através da implantação de assentamentos humanos, hoje cidades importantes, e ao desenvolvimento agro-pastoril e, mais recentemente, turístico.

De facto, relacionando a orientação geral do terreno com as condições micro climáticas e a influência destas sobre as condições de conforto ambiental, a área em estudo, corresponde essencialmente a uma “região” de temperatura amena – exposição aos octantes E, SE, S e SO – que constitui, simultaneamente, uma zona de elevado valor em termos de qualidade única da paisagem que a actividade turística não tardou em explorar, possivelmente sem ser da melhor forma, juntando ao turismo de Sol e praia, o golfe.

#### – Morfologia do Terreno

Elaborada com base na cartografia anterior a Morfologia do Terreno traduz a forma global do terreno, expressa o relevo existente.

O relevo, indicador quer dos processos geomorfológicos que lhe deram origem, quer do funcionamento ecológico da paisagem, é decomposto em três situações morfológicas e biofísicas diferenciadas: cabeços, encostas e zonas adjacentes às linhas de água – que reflectem uma distribuição irregular do solo (situações de erosão e acumulação), da água (escoamento e acumulação), dos microclimas (avesseiros e soalheiros) e da vegetação (associações húmidas e secas), e apresentam cada uma delas, diferentes aptidões para a instalação das actividades humanas<sup>426</sup>. A sua representação e interpretação constitui, por isso, um passo indispensável ao diagnóstico da paisagem.

---

<sup>426</sup> MAGALHÃES, M.R., (coord.), ob. cit., 2007,p.131.

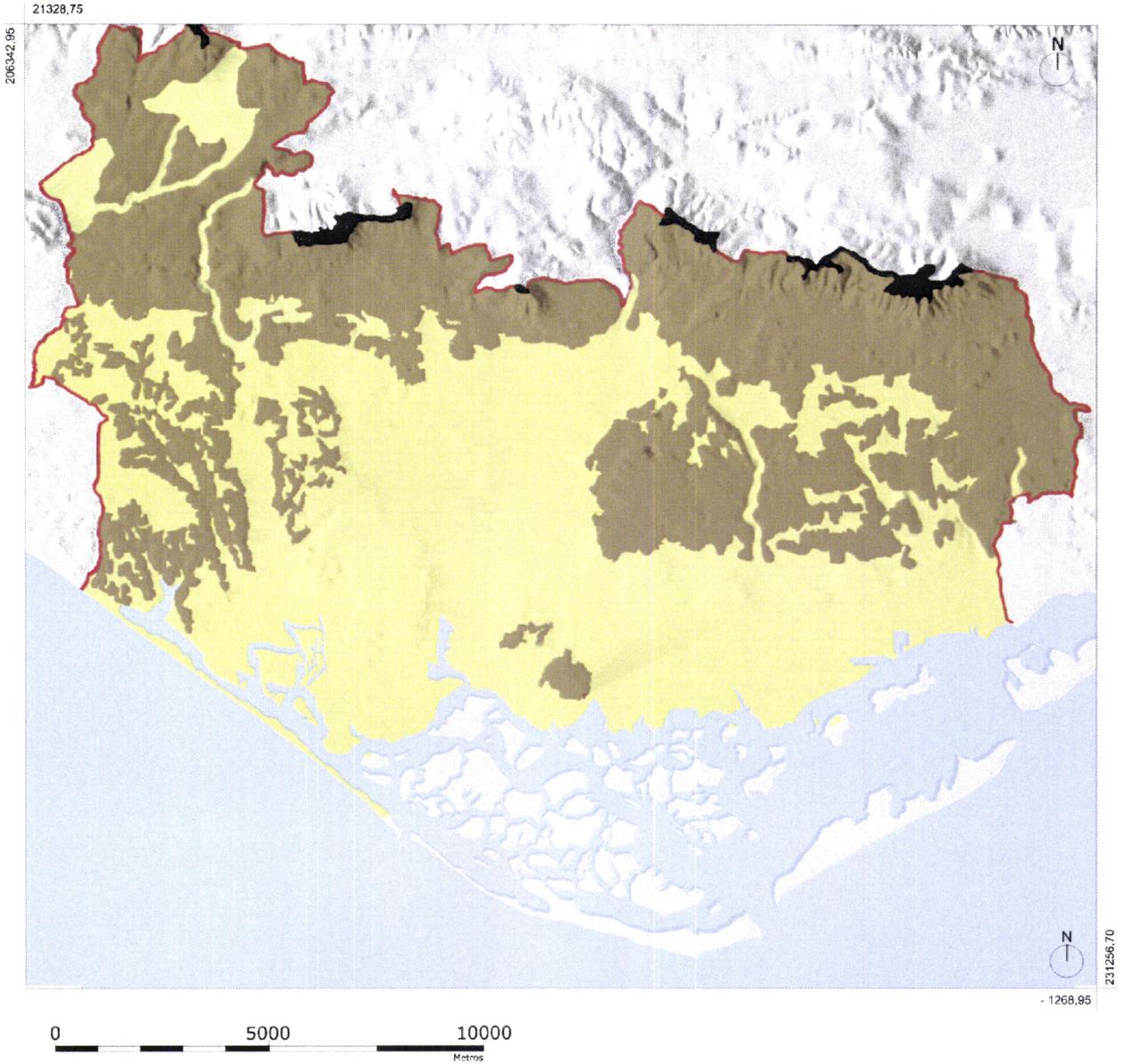
Na Carta de Morfologia do Terreno foram representadas as cumeadas (a forma mais reduzida dos cabeços que aqui não têm expressão) e as encostas – que por representarem respectivamente estruturas convexas e inclinadas conduzem ao escoamento das águas e do ar frio, e correspondem, por isso, a sistemas secos – e, ainda, as linhas de água e respectivas zonas adjacentes (no geral compreendem os leitos de cheia, os valeiros e as bacias de recepção, e consideradas, neste caso de estudo, as zonas com declives de 0-6% contíguas às linhas de água) que correspondem às áreas “aplanadas” ou côncavas, onde a água e o ar marítimo se acumulam, constituindo os sistemas húmidos das bacias hidrográficas.

Na área em estudo, a distribuição das três situações morfológicas referidas não é espacialmente homogénea, sendo que os sistemas húmidos dominam ocupando extensas áreas da planície costeira, tendo também alguma expressão nas ribeiras de Marim e Quatrim, e no Rio Seco, já no barrocal. Esta situação morfológica tem, no que diz respeito à Campina, uma intensa ocupação urbana e agrícola (essencialmente citrinos e hortícolas, ao ar livre ou em estufas) onde, devido à forte pressão urbanística e urbano-turística, as áreas que a constituem se encontram sujeitas a um processo de fragmentação e degradação acentuado.

A convergência de vários factores biofísicos como disponibilidade de água, altos teores de humidade e de nutrientes no solo e microclima ameno, faz dos sistemas húmidos áreas particularmente propícias para a produção de biomassa, pelo que a sua impermeabilização deve ser evitada a todo o custo, nomeadamente a sua ocupação com edificação que ficará sujeita a riscos de inundação, potenciada pelo regime torrencial e distribuição temporal irregular das precipitações.

O conhecimento da interacção entre os diversos factores ecológicos e entre estes e a morfologia do terreno torna-se, assim, imprescindível para a melhor localização dos assentamentos humanos e do traçado da rede viária.

Relativamente aos sistemas secos – cumeadas e encostas – que ocupam essencialmente as formações calcárias e dolomíticas do Jurássico, a Norte do paralelo de Almancil, para se aferir a sua aptidão ecológica àqueles usos (edificação, urbanização, circulação) terão que se relacionar estas situações morfológicas com outros factores de ambiente, nomeadamente, e para além dos já citados, os solos e a vegetação.



**Morfologia do Terreno**

- Zonas Adjacentes às Linhas de Água
- Encostas
- Cumeadas

Fig. 6.8 Morfologia do Terreno.

- Solos – Património pedológico.

A Carta de solos e do património pedológico elaborada com base na Carta de Solos de Portugal – Carta 3, esquematizada e reduzida sob a coordenação de Erwin Kopp (1989) a partir da Carta de Solos de Portugal, Folha nº53, SROA (1975) à escala 1:50 000, e com base na Carta de classificação do Valor Ecológico dos solos para o Concelho de Loures (que integra o seu Plano Verde), escala 1:10 000, elaborada por Nuno Cortez (ISA, 2007), pretende identificar os solos que pelo seu valor agronómico, mas também ecológico, deverão ser protegidos e preservados.

Com efeito, considerando as características e atributos da área em estudo, e a forte pressão a que está sujeita em termos urbanísticos e urbano-turísticos, que ditam a necessidade de uma racionalização dos usos do solo de modo a proteger e preservar não só os solos que, potencialmente, apresentam os maiores índices de fertilidade para o desenvolvimento das plantas e a produção de biomassa, mas também os solos que estão associados a ecossistemas específicos que interessa preservar, caso dos sapais e das dunas, foi elaborada a presente Carta que tem como objectivo identificar e delimitar os solos cuja potencialidade ou interesse agrícola e/ou ecológico alcança parâmetros mais elevados, e que se devem, por essa razão, proteger e preservar.

De acordo com os conceitos antes desenvolvidos e com a referida cartografia, consideram-se, na área em estudo, como solos de elevado a muito elevado valor ecológico e portanto a preservar sem edificação:

(i) os Aluviossolos – antigos calcários de textura pesada (Atac) e modernos calcários de textura pesada (Aac) e mediana (Ac), situando-se os aluviões antigos no “coração” da Campina, acompanhando as ribeiras do Rio Seco e de Marchil, entre Faro e Estói, no sentido S –N, e entre as ribeiras da Meia-Légua e do Biogal, no sentido E-O, enquanto os aluviões modernos estão associados às zonas adjacentes das restantes ribeiras;

(ii) os Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos – de materiais calcários (Vcd) situados a nascente e poente de Loulé, e com afloramentos rochosos (Vcd + Arc) situados entre os paralelos de Almancil e de Estói (sem representação na envolvente imediata deste núcleo urbano), e de materiais não calcários, normais, de arenitos (Vtc) representados a nascente de Olhão;

(iii) os Solos Halomórficos ou salinos – cujo interesse reside no facto de permitirem o desenvolvimento de uma flora muito específica que lhes confere um elevado valor ecológico:

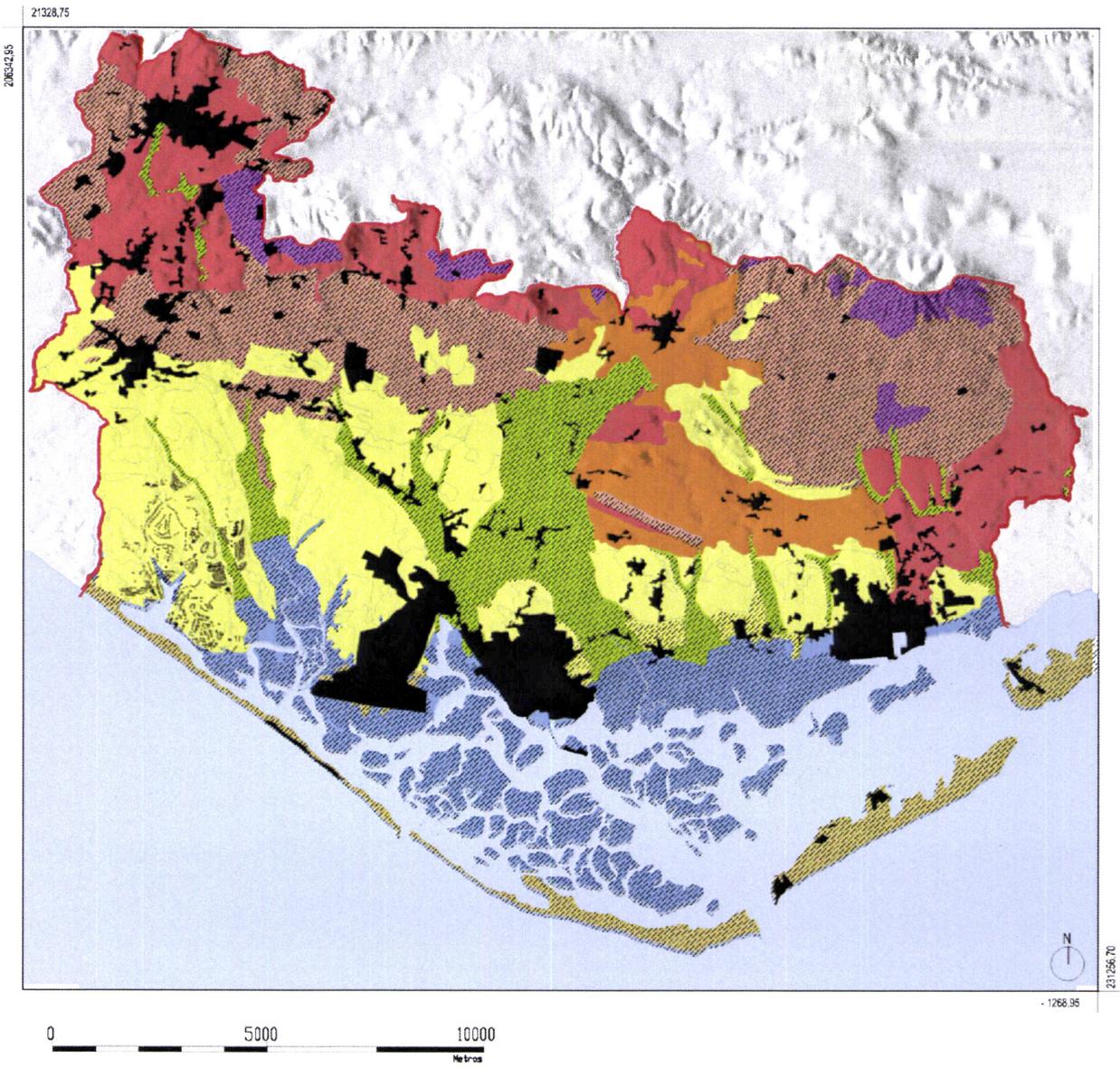
de salinidade elevada de aluviões de textura pesada (Assa), na zona lagunar da Ria formosa, e de textura pesada, calcários (Assac) na zona adjacente da ribeira de S. Lourenço, a Sul do dique do Ludo;

(iv) os Regossolos psamíticos não calcários, normais, não húmidos que correspondem sobretudo areias médias grosseiras que conformam as praias e o cordão dunar (península e ilhas-barreira), razão pela qual apresentam um elevado interesse ecológico, pois para além ide permitirem o desenvolvimento de uma flora muito singular, a presença do sistema dunar é vital para a sobrevivência do sistema lagunar;

(v) os Solos litólicos não húmicos pouco insaturados, normais, de arenitos grosseiros (Vt). Integrados, de acordo com Nuno Cortez, na classe de valor ecológico variável, (mais reduzido do que os anteriores), mas que poderão, em determinadas situações específicas apresentar algum interesse em termos da sua preservação, os litossolos em causa foram agregados à classe dos solos com interesse ecológico elevado, nos casos em que se distribuem entre aluviossolos, podendo contribuir para lhes conferir coesão e unidade, ou no caso em que se situam no Parque Natural da Ria Formosa ou na sua zona de protecção, facto que justifica *per si* a necessidade de preservação deste (sub)grupo de solos.

Para além dos litossolos Vt não afectos a estas duas situações particulares, ou seja todos aqueles que não se situam entre as cidades de Olhão e Faro integrados no Parque Natural, todos os outros solos litólicos, nomeadamente Ec, e todos os outros solos calcários (Vc e Pc) são considerados solos de reduzido valor ecológico uma vez que, ainda segundo aquele autor, apresentam reduzida potencialidade para a produção de biomassa e não apresentam qualquer valor ecológico específico.

Sem perder de vista a perspectiva integrada e holística que nos tem orientado na análise e diagnóstico da paisagem, podemos concluir, numa primeira abordagem, que estes solos, ao apresentarem reduzido interesse agrícola e/ou ecológico, são aptos para a edificação e para a urbanização, o que nos permite deduzir que parece existir uma área significativa por onde os aglomerados urbanos se poderão expandir sem prejuízo para a preservação do património pedológico desta zona do Algarve central.



**Classes de Solos**

- Aluviossolos (Átac, Aac, Ac)
- Solos Mediterrâneos vermelhos ou amarelos (Vcd, Vcd + Arc, Vtc)
- Afloramentos Rochosos (Arc)
- Regossolos (Rg)
- Solos Halomórficos ou Salinos (Assa, Assac)
- Solos Litólicos de Arenitos Grosseiros (Vt)
- Solos Calcários Vermelhos de Calcárias (Vc)
- Outros solos litólicos (Ec) e outros solos calcários (Pc)

**Património Pedológico**

- Solos de elevado a muito elevado valor ecológico e/ou agrícola

Fig. 6.9 Solos – Património Pedológico.

- Flora e vegetação

Se, por um lado, a vegetação resulta do modo como todos os factores biofísicos interagem para determinar certas associações e não outras dando lugar à vegetação potencial, por outro lado, a intervenção das comunidades humanas revelando, ou não, um entendimento das características e processos ambientais presentes, introduz alterações por vezes significativas na vegetação natural.

O conhecimento da vegetação natural potencial e da flora tradicional, resultado de um processo de humanização da paisagem em harmonia com o meio, tem um elevado interesse e valor, em termos de prognose, no que diz respeito à vegetação mais bem adaptada a cada território e situação ecológica, pelo que é de fundamental importância no planeamento e desenho urbano e paisagístico.

No que diz respeito ao enquadramento bioclimático, a área em estudo situa-se no piso bioclimático Termomediterrânico, podendo o seu clima ser definido como tipicamente Mediterrânico, Csa de Köppen, com a maior parte da precipitação durante o período mais frio, com Invernos suaves e Verões quentes e secos. Segundo a classificação climática de Thornwaite o clima é C1B`2sa`, ou seja, sub-húmido seco, com grande défice de água no Verão.

Por outro lado, salienta-se a existência de um microclima ameno durante todo o ano resultado, quer do efeito barreira às nortadas criado pelo sistema colinar do Barrocal e da Serra, quer das brisas marítimas termoreguladoras, com forte expressão local.

Relativamente ao enquadramento biogeográfico, a área em estudo abrange uma “região” biogeograficamente distribuída pelas seguintes unidades: Região Mediterrânica; Sub-região Mediterrânica Ocidental; Superprovincia Mediterrânica Ibero-Atlântica; Província Gaditano – Onubo – Algarviense; Sector Divisório Português; Subsector Algarviense e Superdistrito Algárvico<sup>427</sup>.

Pelo que a vegetação potencial na zona lagunar compreende fundamentalmente a pseudo-estepe limnícola dos sapais e salgados constituída, essencialmente, por *Spartina marítima* (morraça), *Salicornia sp.*, *Suaeda marítima* e *Atriplex halimus* (salgadeira), enquanto nos sistemas dunares predomina a pseudo-estepe psamícola cuja composição florística integra

---

<sup>427</sup> RIVAS-MARTINEZ, S; LOUSÃ, M; DÍAZ, T.; FERNÁNDEZ-GONZALEZ, F.; COSTA, J; "La vegetación del Sur de Portugal (Sado, Alentejo e Algarve)" em Itinera Geobotanica, 3:5 – 126, Léon, Espanha, 1990.

principalmente: *Ammophila arenaria* (estorno), *Artemisia marítima* (artemisia), *Helichrysum italicum* (perpétua das areias) e *Thymus carnosus* (tomilho das areias)<sup>428</sup>.

Na planície costeira e no barrocal a vegetação natural seria o sobreiral, mas como o solo apresenta um pH ligeiramente alcalino, proporciona também, o aparecimento de azinheira (*Quercus rotundifolia*), pelo que a área em estudo seria ocupada por um sobreiral (associação *Myrto – Quercetum suberis*) com algumas azinheiras, fazendo parte desta aliança outras espécies de árvores e arbustos de folhas pequenas, coriáceas e persistentes (esclerófilas) como o carrasco (*Quercus coccifera*), o zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*), o espinheiro – preto (*Rhamnus lycioides subsp. oleoides*), o sanguinho das sebes (*Rhamnus alaternus*), a murta (*Myrtus communis*), o folhado (*Viburnum tinus*) e o espargo – branco (*Asparagus albus*), entre outras<sup>429</sup>.

Ao longo dos cursos de água o coberto vegetal potencial seria o freixial, dominado pelo freixo (*Fraxinus angustifolia*), loendro (*Nerium oleander*), jarro – bravo (*Arum italicum*), silva (*Rubus ulmifolius*) e lírio (*Iris froetidissia*), entre outras espécies<sup>430</sup>.

A alteração da vegetação potencial processou-se ao longo do tempo, através da intervenção humana, traduzindo-se em diferentes graus de transformação consoante as situações geológicas, morfológicas e pedológicas em presença.

Assim, e se tanto nos solos salinos como nas dunas, as manchas de vegetação natural existentes, embora ocupando áreas cada vez mais reduzidas devido a uma intensa ocupação humana, correspondem às associações primitivas, já nos afloramentos rochosos o corte das árvores e os fogos promoveram o aparecimento de matos calcícolas densos dominados por carrasco, aroeira (*Pistacia lentiscus*), esteva (*Cistus monspeliensis*) e a rosella grande (*Cistus albidus*), cujo carácter marcadamente mediterrânico é reforçado com a presença de outras plantas como a palmeira – anã (*Chamaerops humilis*) e o esparto (*Stipa tenacissima*).

Estes matos que ocupam fundamentalmente as encostas mais pedregosas e inclinadas alternam com o pomar de sequeiro (alfarrobeira, oliveira, figueira e amendoeira) nas zonas do barrocal.

No entanto, a alteração máxima da vegetação potencial deu-se na planície litoral onde os solos, os mais férteis da região, estão na sua totalidade ocupados por agricultura, mata e áreas urbanas.

---

<sup>428</sup> COSTA, J., Flora e vegetação do Parque Natural da Ria Formosa, dissertação de Doutoramento, UTL-ISA, Lisboa, 1991, p.1

<sup>429</sup> MALATO-BELIZ, J., O Barrocal Algarvio. Flora e Vegetação da Amendoeira (Loulé), SNPRCN, Lisboa, 1986; RIVAS\_MARTINEZ *et al.*, ob. cit., 1990, p.25.

<sup>430</sup> ALVES, J. M.; ESPIRITO-SANTO, M. D.; COSTA, J.; CONÇALVES, J. H.; LOUSÃ, M. F.; Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental – Tipos de habitats mais significativos e agrupamentos vegetais característicos, ICN, Lisboa, 1998.

Na realidade, a prática da agricultura substituiu quase todas as espécies autóctones por espécies agrícolas (frutícolas, hortícolas, pastagens e cereais) ou florestais. Os solos de aluvião, pela sua elevada aptidão para a agricultura, transformaram a Campina de Faro – Olhão numa área de grande produção agrícola, que o homem continua a construir e alterar. Na planície costeira destacam-se, actualmente, as seguintes estruturas de vegetação:

(i) campos agrícolas – formam o padrão da Campina caracterizado por um mosaico de geometria ortogonal composto por inúmeras parcelas agrícolas, dedicadas a diferentes culturas, predominantemente hortícolas (ao ar livre e em estufa) e pomares de citrinos, espécies cultivadas pelo seu carácter produtivo;

(ii) sebes (simples ou mistas) – formadas tradicionalmente por espécies mediterrâneas: oliveira (*Olea europaea* var. *sativa*), romanzeira (*Punica granatum*), marmeleiro (*Cydonia oblonga*), figueira – da – Índia (*Opuntia ficus-indica*), piteiras (*Agave americana*), a que se juntaram, recentemente, espécies exóticas como a casuarina (*Casuarina equisetifolia*), e o mioporo (*Myoporum acuminatum*), reforçam o mosaico agrícola, surgindo ao longo dos caminhos, na delimitação de propriedades, na separação de parcelas agrícolas ou como corta-ventos;

(iii) matas – na orla costeira, a poente da Quinta do Lago e junto à zona lagunar, fora da influência periódica das marés, sobre os solos sedimentares arenosos ou margosos, encontram-se as três únicas formações florestais da área em estudo, que correspondem a matas resinosas, a povoamentos de pinheiro manso (*Pinus pinea*) e pinheiro bravo (*Pinus sylvestris*): a “Mata de Vale do Lobo”, a Mata do Pontal – extensa área contínua de pinhal manso situada entre as Ribeiras de S. Lourenço e do Biogal, e a “Mata de Marim” – pequena mancha de pinhal misto na Quinta de Marim. Sob coberto aparecem, agrupamentos vegetais essencialmente mediterrânicos pertencentes à classe *Cisto-lavanduletea*;

(iv) formações ripícolas – as formações vegetais ligadas à rede hidrográfica estão exclusivamente dominadas por extensos canaviais (*Arundo donax*), uma espécie invasora que forma maciços compactos, impedindo o desenvolvimento da vegetação autóctone característica deste habitat. Os canaviais surgem, geralmente, após a eliminação da galeria ripícola climácica e estão associados a etapas avançadas do processo de degradação da paisagem;

(v) espécies exóticas ornamentais – para além da sua presença, cada vez mais evidente, na formação das sebes de compartimentação através das espécies anteriormente referidas, a difusão de espécies exóticas ornamentais vai ganhando expressão, fundamentalmente nos jardins privados das inúmeras moradias dispersas pela Campina e junto aos pequenos núcleos urbanos, formando manchas de dimensão variável, constituídas maioritariamente por jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*), árvore-do-fogo (*Grevillea robusta*), palmeiras (*Phoenix canariensis*, *Washingtonia robusta*) e buganvílea (*Bougainvillea glabra*).

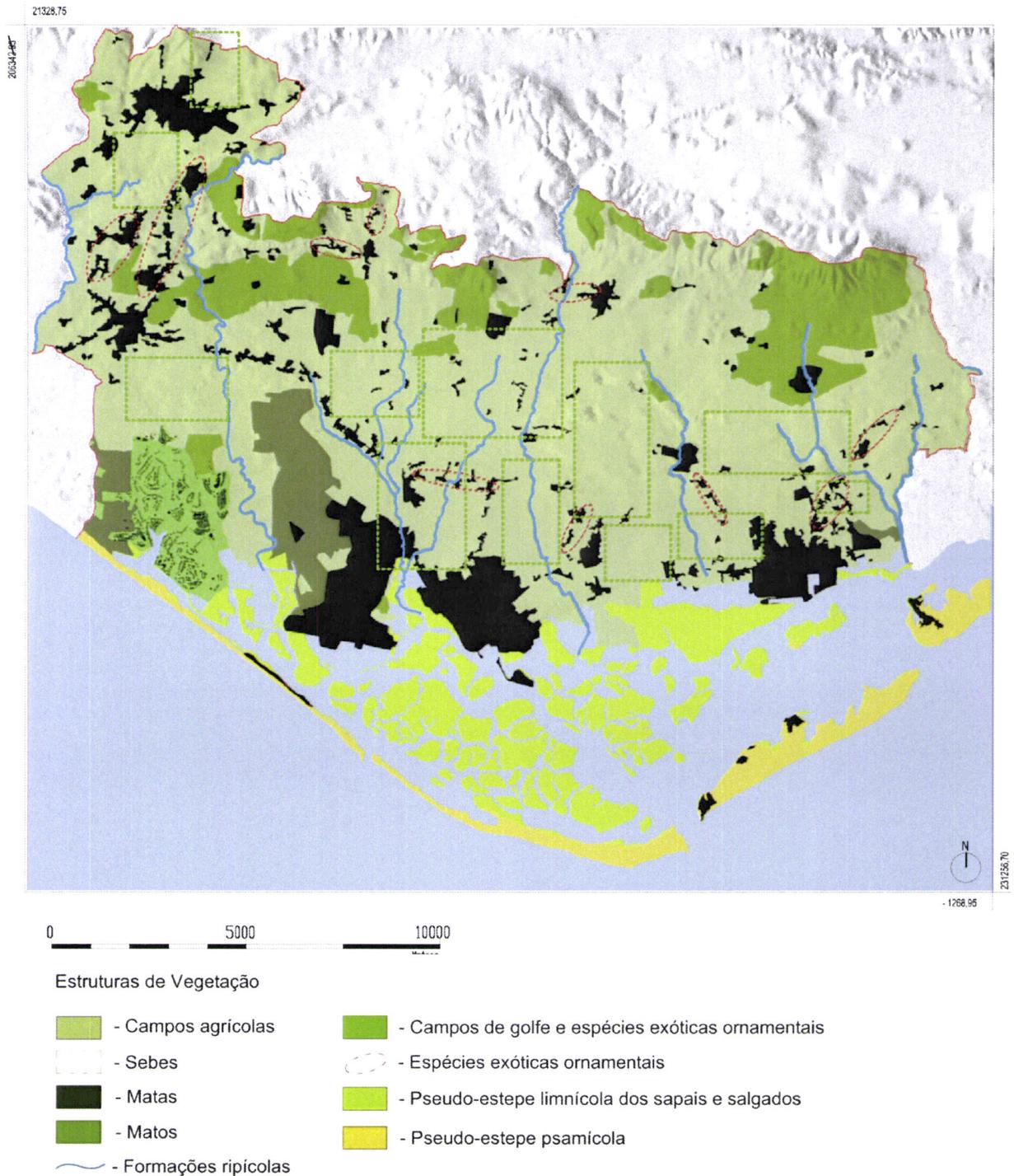


Fig. 6.10 Estruturas de Vegetação.

Por esta ser, desde há muito tempo, uma paisagem submetida a elevada intensidade de intervenção humana, deparamo-nos, hoje, com a inexistência de manchas de vegetação potencial natural na Campina e nas terras calcárias do barrocal, áreas onde aquela acção se faz sentir com mais gravidade, e a diminuição da superfície ocupada pelos ecossistemas naturais (sapais e dunas) assim como a degradação da respectiva vegetação climácica.

Por outro lado, a “flora tradicional” que substitui a vegetação potencial na planície litoral e no barrocal tem vindo a perder expressão e importância na configuração do mosaico cultural que caracteriza a área em estudo, devido, fundamentalmente, ao abandono dos espaços agrícolas em virtude da pressão urbanística e da especulação imobiliária, facto que está a contribuir para a simplificação da paisagem, a perda da diversidade biológica e cultural, e degradação da identidade local e regional, e a redução das suas potencialidades turísticas e recreativas.

- Estrutura Fundiária e Tipologias de Espaço Rural e Natural.

A Carta do parcelamento fundiário e da inventariação das tipologias de espaço agrário e natural, foi elaborada com base na informação cartográfica de base – Ortofotomapas do IGeoE, 2004, e Carta Militar, Folhas 606, 607, 610, 611 e 597, Edição 3, IGeoE, 2006, e em trabalho de campo realizado entre 2004 e 2006.

Não se procura traçar o perfil evolutivo da paisagem, mas sim caracterizar, sucintamente, as formas de ocupação e organização espacial, a partir da interpretação da estrutura fundiária e das tipologias de espaço agrário e natural, de fundamental importância para a delimitação da Estrutura Cultural da Paisagem, assim como para a definição da sua morfologia.

A paisagem em estudo marcada pelo encontro das fácies marítima e terrestre é o resultado conjunto de factores naturais e culturais e do trabalho de povos, civilizações e gerações.

As primeiras referências relativas à ocupação e humanização do território onde as cidades de Olhão, Faro e Loulé se situam, incidem sobre o período cronológico – cultural correspondente ao Paleolítico, e “estão” materializadas nas estações pré-históricas de Marim e Quatrim (a nascente de Olhão), Ferradeira (entre Olhão e Faro), Alto Rodes e Santo António do Alto (na cidade de Faro) e Ludo (na margem esquerda da ribeira de S. Lourenço a poente de Faro)<sup>431</sup>.

Existem fortes indícios de a região ter sido ocupada com continuidade desde os tempos em que uma reduzida população de caçadores-recolectores iniciou a colonização do litoral algarvio.

---

<sup>431</sup> Carta Geológica de Portugal, Folha 53-A, Esc. 1:50 000, Lisboa, 1987 e respectiva Notícia Explicativa.

No entanto, a fixação de povos na orla costeira, com características um pouco diferentes na concepção e materialização do *modus vivendi* começa por se dar durante o Neolítico, consolidando-se posteriormente<sup>432</sup>.

Se da Idade do Bronze meridional português foram identificados cemitérios de inumação no Alto Rodes em Faro, em Milreu junto a Estoi e, ainda, em Santa Bárbara de Nexe<sup>433</sup>, do período de colonização fenícia, cuja presença em território português data de século VII a.C., são detectáveis no Sotavento algarvio nomeadamente em Faro, movimentos comerciais associados à crescente procura de metais preciosos, e de ferro, por parte dos povos mediterrâneos do Oriente<sup>434</sup>.

Estes terão fixado entrepostos comerciais em promontórios de relevo do litoral que, pelas suas condições de defesa, lhes servissem de palco para as trocas comerciais com as populações autóctones, de que Faro parece ser exemplo<sup>435</sup> e cujo sítio genético terá sido objecto de ocupação pré-romana.

Se na segunda metade do século I a.C. já Estrabão referia que a antiga Ossónoba (Faro) se situava numa bela e rica região sob os aspectos agrícola e marítimo<sup>436</sup>, será a ocupação romana, a partir do século I d.C., que no litoral, associando à exploração dos recursos piscatórios, em estabelecimentos de salga de peixe, a exploração agrícola nas *villae*<sup>437</sup>, irá desenvolver uma cultura material que irá influenciar e marcar, para sempre, a paisagem.

A estrutura de organização e gestão do território introduzida pela civilização romana baseada no entendimento e na concepção de cidade e do campo como uma unidade, traduzida num mosaico de espaços de estrutura, função e expressão diferenciadas mas complementares, tem todavia expressão na paisagem histórica e tradicional da região mediterrânica, nomeadamente na paisagem em estudo.

Às estruturas e elementos materiais de origem romana identificados em distintos locais da área em estudo (Marim, Guilhim, Conceição, Campina, S. João da Venda e Faro), dos que se destaca a *villa* de Milreu, importante unidade agrária ligada social e economicamente a Ossónoba (Faro), há que juntar presumíveis traços de parcelamento e linhas de cadastro então implantados e que parecem perdurar na zona compreendida entre Faro e Santa

---

<sup>432</sup> GAMITO, T.J., "Breve Apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a Pré-História até à Época romana e o seu condicionalismo Geográfico" em Anais do Município de Faro, Nº XIII, Faro, 1984, p.337.

<sup>433</sup> Carta Geológica de Portugal, Notícia Explicativa, p.47.

<sup>434</sup> GAMITO, T.J., ob. cit., p.343.

<sup>435</sup> NEVES J., "A evolução histórico-geográfica da cidade de Faro" em Anais de Município de Faro, Nº IV, ed. C.M.Faro, 1974, p.120.

<sup>436</sup> NEVES, J., Estudos geográficos e Históricos sobre Faro e a Formação Lagunar do Sotavento Algarvio, edição do autor, Faro, 1981, p.20.

<sup>437</sup> SANTOS, M.L.E.V., Arqueologia Romana do Algarve, vol. I, ed. Associação dos Arqueológicos Portugueses, 1ª edição, Lisboa, 1971, p.62.

Bárbara de Nexe, de acordo com a aerofoto interpretação realizada e na analogia com outras cidades do Sul do país.

O campo seria, então, dividido territorialmente em parcelas de forma regular onde se cultivaria principalmente a vinha, a oliveira, algumas árvores de fruto e o trigo. Um sistema de policultura que ainda “teima” em caracterizar a paisagem contemporânea.

Sobrepondo-se aos vestígios anteriores, com um contributo de importância comparável ao dos romanos, as marcas da ocupação islâmica na paisagem (urbana e) rural são profundas. Como observa Orlando Ribeiro, os árabes reforçaram o tom mediterrânico que os romanos haviam começado a imprimir à agricultura<sup>438</sup>. Além de introduzirem o limoeiro e a laranjeira azeda, desenvolveram a cultura da oliveira e da figueira e difundiram a alfarrobeira. Os pomares, as uvas e os figos de Faro e Loulé seriam afamados<sup>439</sup>.

Profundamente marcada pela ocupação árabe, a vida rural actual integra, ainda, embora cada vez mais degradados e em desuso, elementos e práticas então introduzidos. Os poços, as noras, os tanques e o sistema de caleiras para a captação, armazenamento e distribuição de água, põem em relevo o desenvolvimento do regadio que os romanos terão introduzido e os árabes melhorado e aperfeiçoado, criando nas envolventes de Faro e de Loulé novas formas de agricultura mais intensiva e minuciosa.

Com efeito, a forma biológica que o Homem construiu nos primórdios da Idade Média baseando-se na concepção mediterrânica da exploração do campo e na estrutura romana, através da organização rural e da implantação de um fâcies agrícola planificado<sup>440</sup> teima em manter-se viva no espaço agrário da Campina e nos “vales” do barrocal.

A fama e a riqueza de Faro e Loulé, durante mais de cinco séculos de ocupação islâmica, terão dependido da forte ligação dos aglomerados às férteis terras que os circundam, numa dependência directa da *urbe* relativamente ao campo.

Após a Reconquista, os castelos – estrutura arquitectónica do sistema defensivo, a parte urbana e o termo circundante – terão constituído a base da administração e ordenamento do território do Algarve<sup>441</sup>.

Em termos agrícolas, a introdução da charrua e o conhecimento adquirido por D. Afonso III e D. Dinis no campo da Agronomia parecem ter contribuído para uma maior perfeição no “amanho” das terras, a um aumento da produção e diversidade de culturas, obrigando a uma alteração da forma das parcelas favorecendo o sentido longitudinal<sup>442</sup>.

---

<sup>438</sup> RIBEIRO, O., *Geografia e Civilização*, edição do Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1961, p.118.

<sup>439</sup> RIBEIRO, O., *A Formação de Portugal*, edição do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª edição, Lisboa, 1987, p.40

<sup>440</sup> TELLES, G.R., “Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem” em ob. cit., 1975, pp.73 e74.

<sup>441</sup> MARQUES, J., “Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III” em *Separata da Revista Caminiana*, Ano VIII, Nº 13, Braga, 1986, pp.101-112.

<sup>442</sup> MAGALHÃES, M.R., (coord.), ob. cit., 2007, pp.219 e 220.

Com a linha de costa em evolução constante, dada a grande mobilidade dos “bancos de areia” e do cordão de ilhas-barreira que se iam formando entre a foz do Guadiana e Faro, o porto desta cidade acessível a navios de grande calado, que já em meados do século XV mantinha relações comerciais com Andaluzia, mormente na exportação de frutos secos, azeite e vinho<sup>443</sup>, afirmou-se desde o século XVI como o porto da extensa região rural do Algarve central, na exportação dos produtos da terra, fundamentalmente de fruta<sup>444</sup>.

O crescimento económico que se verifica no início do século XVI em todo o Algarve, devido ao seu papel geo-estratégico no corredor marítimo<sup>445</sup>, irá basear-se nas duas actividades fundamentais: a pesca e a agricultura especializada<sup>446</sup>.

A estrutura agrícola do Algarve Litoral dos séculos XVI e seguintes, não estaria muito distante daquela que começou a ser alterada nas últimas décadas do século XX. Nos campos que envolviam as povoações abundavam os pomares de figueiras, amendoeiras e oliveiras, juntamente com cereais, intercalados por vinhedos e hortas, por onde a população se distribuía a viver em quintas, montes e fazendas.

Na planície costeira, onde se praticava o regadio, surgiam as hortas de policultura intensiva, protegidas das nortadas e portanto das temperaturas baixas no início do ciclo vegetativo que, embora junto dos núcleos urbanos, exigiam a habitação constante no campo, a moradia junto da terra, o que era facilitado pela amenidade do clima. Ai se produzia uma grande diversidade de hortícolas (batatas, cebolas, couves, cenouras, etc.) a que se somavam os frutos, sobretudo figos e uvas, e algumas nêspersas, marmelos, albricoques, romãs e laranjas doces ou da China, uma novidade então introduzida.

Mas nem todas as terras regadas junto das povoações eram hortas, existiam também os ferragiais que correspondiam a uma miniatura da seara às portas de casa, destinados a abastecer de alimentos, os homens e os gados: os grãos ou cereais cortados em verde apesar de serem ou poderem ser regados, e terem árvores, serviam como *terra de pam* e nelas se fazia horta quando necessário<sup>447</sup>.

Culturas de sequeiro e de regadio, embora dois aspectos distintos da paisagem agrícola algarvia, um característico das áreas correspondentes aos planaltos aos relevos ondulados, e o outro, por sua vez, típico das zonas aluvionares, ambos apareciam lado a lado, até mesmo dentro de uma mesma propriedade ou de uma fazenda<sup>448</sup>.

---

<sup>443</sup> SERRÃO, J.V., História de Portugal, vol. II, Editorial Verbo, 3ªed., Lisboa, s.d., p.289.

<sup>444</sup> CAVACO, C., O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar, ed. do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976, pp.38 e 39.

<sup>445</sup> COELHO, A.B., “Algumas notas sobre o Algarve dos séculos XVI e XVII” em Cadernos Históricas, ed. Comissão Municipal de Descobrimientos, Lagos, 1989, pp. 50-56.

<sup>446</sup> CAVACO, C., ob. cit., p. 37.

<sup>447</sup> MAGALHÃES, J.R., Algarve Económico: 1600-1773, Editorial Estampa, Lisboa, 1988, p.

<sup>448</sup> Idem, p.

Esta ocupação do território assenta na matriz herdada dos romanos e dos árabes, e é responsável pela produção de fruta (figos, amêndoas e passas), vinho e azeite que constituía a base da economia do Algarve litoral e das colinas calcárias do barrocal, até meados do século XIX.

Ao longo deste período os produtos agrícolas (figos, amêndoas, passas, vinho, azeite e laranjas) ganham expressão como base da economia da região, determinando uma perpetuidade da paisagem rural que lhe está subjacente.

Na Campina, que oferecia condições excepcionais para o regadio expressas nos solos de aluvião, na topografia “aplanada”, na água em relativa abundância e na fraca densidade do pomar de sequeiro, o desenho da paisagem era determinado, com rigor, pela adução de água às culturas, sendo a terra dividida em pequenos talhões segundo linhas geométricas onde se associam diversas culturas de formas promiscua, originando esta justaposição e sobreposição de culturas uma arte minuciosa de construção de canteiros, abertura de regos, alisamentos de terra, sachas, mondas e podas numa autêntica arte de jardinar<sup>449</sup>.

O regadio era também, como já se viu, determinante na forma do povoamento promovendo a disseminação das populações pelos campos (em casa térreas caiadas de branco) pois as múltiplas operações que requeria exigiam a presença permanente dos camponeses, o que terá conduzido à divisão espacial das unidades prediais.

Embora a paisagem rural da planície costeira fosse, desde então, essencialmente uma paisagem de regadio apesar de conviver com as culturas de sequeiro, nomeadamente os pomares e as arvenses (trigo, fava e ervilha) cultivadas naqueles como culturas intercalares em rotações bienais, assiste-se a partir da Década de 1950 à expansão da área de regadio (hortícolas e citrinos) que conduziu a importantes mutações agrícolas e paisagísticas.

Estas traduzem-se fundamentalmente no incremento da área dedicada à citricultura: laranja, tangerina, clementina, e limão, da orla litoral ao barrocal, substituindo as culturas e os pomares de sequeiro (com o desaparecimento do figueiral que havia predominado até então), e da área destinada à horticultura, especialmente da horticultura protegida com base em abrigos de plástico, elevados (estufas) para a produção de primores: tomate, pimento, pepino, feijão verde, melão e morango.

Com efeito, a alteração das culturas agrícolas na Campina de Faro – Olhão introduz cambiantes no mosaico paisagístico que se manifesta tanto na estrutura fundiária com a fragmentação da propriedade, com a subdivisão predial, como na complexidade e diversidade da paisagem, agora mais homogeneizada e artificializada.

Na realidade, a disponibilização de incentivos financeiros ao investimento e à reconversão das unidades agrícolas, como consequência da adesão de Portugal à União Europeia, o

---

<sup>449</sup> COSTA, M.J., *As Quintas da Campina de Faro. Levantamento e Caracterização*, vol. I, Relatório de Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, Universidade do Algarve, Faro, 2004, p.17.

aumento do poder de compra no país, o advento da plasticultura e a introdução de tecnologias de captação de águas subterrâneas parecem estar na base das dinâmicas de transformação da paisagem rural.

Das hortas tradicionais, compartimentadas por sebes vivas, onde hortícolas e frutícolas se organizavam meticulosamente na divisão do espaço, alternando culturas ordenadas com figueirais de aspecto desalinhado, e o solo se armava à raza, em vai-vens ou camalhões para se poder conduzir a água e controlar o tempo de infiltração de acordo com o tipo de cultura, passou-se a uma paisagem simplificada, não compartimentada, quase na sua totalidade regada (por modernos sistemas de rega localizada a partir de furos e moto-bombas) e a uma paisagem artificializada dominada pela linearidade dos pomares de citrinos e pelas baterias de estufas<sup>450</sup>.

Por outro lado, os sistemas de rega tradicionais que valorizavam e compartimentavam a paisagem foram abandonados, o que tem conduzido nos últimos anos à degradação e destruição de um importante património hidráulico e a um grande empobrecimento da paisagem.

A crise da paisagem rural manifesta-se, assim, num mosaico agrícola cada vez mais fragmentado, quer pela ampliação e modernização da rede viária e pela crescente dispersão da edificação, quer por uma estrutura fundiária extremamente retalhada composto por um micro – mosaico, resultado da divisão sucessiva de um cadastro disperso por inúmeros proprietários, a que há que juntar a perda da diversidade biológica e cultural motivada quer pelo domínio, quase exclusivo, das culturas de regadio, quer pelo abandono dos espaços agrários que se transformam em espaços expectantes, permanecendo vazios de actividade e de sentido, à espera de poderem ser urbanizados.

O mosaico paisagístico herdado dos romanos e dos árabes, caracterizado por um acerto entre as circunstâncias de meio e a sua humanização, e pela interdependência entre a cidade e o campo, foi sucessivamente “ratificado” na sua sagração tendo ficado desenhado praticamente até aos dias de hoje.

Pena é que a alteração dos modos de vida da comunidade humana tenha modificado, por vezes de forma tão drástica e num curto período de tempo de pouco mais de meio século, a paisagem sabiamente construída desde há dois mil anos por sucessivos povos e gerações.

Para que não se perca o conteúdo estético e biológico de inegável valor cultural e a própria memória que a paisagem ainda encerra, urge contrariar o processo imobiliário especulativo, o abandono ou substituição dos agrossistemas tradicionais e das populações que através da actividade agrícola cuidam a paisagem.

---

<sup>450</sup> COSTA, M.J., ob. cit., p.20

As formas específicas de organização do espaço resultado da conjugação de aspectos de ordem ecológica com outros decorrentes do carácter antropológico do sítio, permitem-nos conhecer e interpretar a paisagem recorrendo ao conceito de tipologia enquanto estudo dos tipos de paisagem e sua utilização em futuras intervenções no território.

Apesar das profundas alterações a que estão sujeitas, as tipologias de paisagem agrária inventariadas constituem, na generalidade, formas de organização e gestão espacial que reflectem quer a ecologia mediterrânea, quer as múltiplas influências culturais que determinaram a evolução da paisagem.

Razão pela qual a identificação das tipologias se apoiou nas dinâmicas de transformação paisagística, tanto nas mais antigas como nas mais recentes, e quer de natureza agrária como não agrária.

Relativamente às primeiras, de natureza especificamente agrária, a conversão da vegetação potencial natural em sistemas agro-silvo-pastoris, tradicionalmente de origem remota, e a conversão destes em pomares de citrinos e em horticultura protegida (com base em abrigos e em modernos sistemas de rega localizados) realizada nas últimas décadas, constituem um processo de organização e gestão da paisagem cuja expressão espacial permitiu a identificação de tipologias de espaço agrário.

Por outro lado, no que diz respeito às tipologias de natureza não agrária associadas ao intenso processo de urbanização da paisagem responsável pela sua fragmentação e consequente aparecimento de espaços devolutos, abandonados e esquecidos entre as áreas edificadas, optou-se por os integrar numa única tipologia específica: a de espaços não – edificados em espaço urbano.

Devendo ser considerados como uma oportunidade de projecto tendo em vista a sua qualificação como espaços de vivência urbana, muitos deles apresentam uma importância vital enquanto suporte para a estrutura ecológica (ocorrência de processos ecológicos e de produção agrícola) e para a estrutura cultural e patrimonial (espaços de memória da paisagem tradicional e do seu património, espaços de produção e recreio, espaços de forte identidade paisagística).

Procedeu-se, também, à inventariação de realidades espaciais afectas ao ecossistema costeiro, a circunstâncias ecológicas específicas que resultaram do processo de humanização da paisagem, pela sua construção ou preservação.

A sistematização tipológica foi realizada considerando a explicitação de critérios de definição tipológica dos “espaços livres” da paisagem, utilizado por Teresa Alfaiate no projecto de estudo sistemático dos tipos para a Região de Lisboa<sup>451</sup>, e reelaborados e adaptados à paisagem em estudo.

---

<sup>451</sup> ALFAIATE, T., Expressão dos Valores do Sítio na Paisagem, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, UTL – ISA, Lisboa, 2000, pp.135-175.

Presentes na Carta de Estrutura Fundiária e de Tipologias de Espaço Agrário e Natural, foram identificadas as seguintes tipologias de paisagem:

i) espaço aberto – diz respeito à ocupação e usos do solo relativos a duas situações morfológicas e ecológicas bem distintas. Por um lado, correspondem a parcelas destinadas à horticultura associadas a solos aluvionares com elevada capacidade de produção de biomassa, à disponibilidade hídrica e ao relevo suave com declives inferiores a 6%, e por outro lado, a áreas de matos baixos nas encostas dos afloramentos calcários onde os declives superiores a 16% e o substrato geológico determinam condições hostis à prática agrícola, acentuadas pelos fenómenos de erosão do solo e consequente escoamento superficial da água;

ii) espaço coberto – constituindo com a anterior as duas tipologias extremas, corresponde a áreas onde se pratica a horticultura protegida com base em abrigos de plástico, elevados e cobertos, ocupando áreas cada vez extensas na Campina de Faro – Olhão e conferindo à paisagem uma imagem de maior artificialização. Associada ao processo de “modernização” da agricultura e ao aumento da produção de primores, esta tipologia de espaço agrário corresponde, ao contrário da anterior, a uma realidade espacial recente vinculada a mutações profundas no mosaico agrícola e paisagístico do Algarve;

iii) espaço compartimentado – distribui-se por áreas que apresentam os solos que potencialmente detêm os maiores índices de fertilidade para o desenvolvimento das plantas e a produção de biomassa, caso dos aluviossolos na planície costeira onde é estruturado por sebes de vegetação, e caso dos solos mediterrâneos no barrocal, estruturado por muros de pedra solta.

A vinha, que tanto surge no litoral, como no barrocal, aqui em condições particulares, está integrada nesta tipologia. A representatividade dos espaços compartimentados está a diminuir na Campina em áreas onde a pressão urbanística é mais intensa, ganhando alguma expressão no barrocal em áreas onde, apesar do abandono da actividade agrícola, a estrutura agrária associada ao pomar de sequeiro traduz, ainda, um determinado grau de coerência e um carácter mais vincado da paisagem.

Vinculado a uma situação morfológica e ecológica específica correspondente ao sistema húmido lagunar, as áreas de salinas correspondem a espaços compartimentados cujos elementos de compartimentação, apesar de distintos dos anteriores, permitem igualmente situações de relação e permeabilidade visual.

Para além de estarem associados aos espaços abertos, esta tipologia de paisagem, na sua faceta terrestre, aparece conjugada com os espaços pontuados;

iv) espaço pontuado – constituindo uma configuração de paisagem característica da região algarvia, corresponde a campos ocupados por árvores distribuídas de forma dispersa – caso dos pomares tradicionais de sequeiro – ou de forma regular – pomares de regadio ou pomares de sequeiro plantados recentemente.

Com uma expressão mais significativa até à Década de 1980, os espaços pontuados irregularmente, correspondentes à tradicional cerca mediterrânica, surge fundamentalmente nos relevos menos acidentados do barrocal onde tem vindo a ser progressivamente abandonado ou substituído pela citricultura. Através do regadio, os espaços pontuados de forma irregular perdem expressão a favor dos pomares de citrinos invariavelmente regulares, com um compasso de plantação cada vez mais apertado configurando uma malha progressivamente mais estreita e compartimentada, quase fechada;

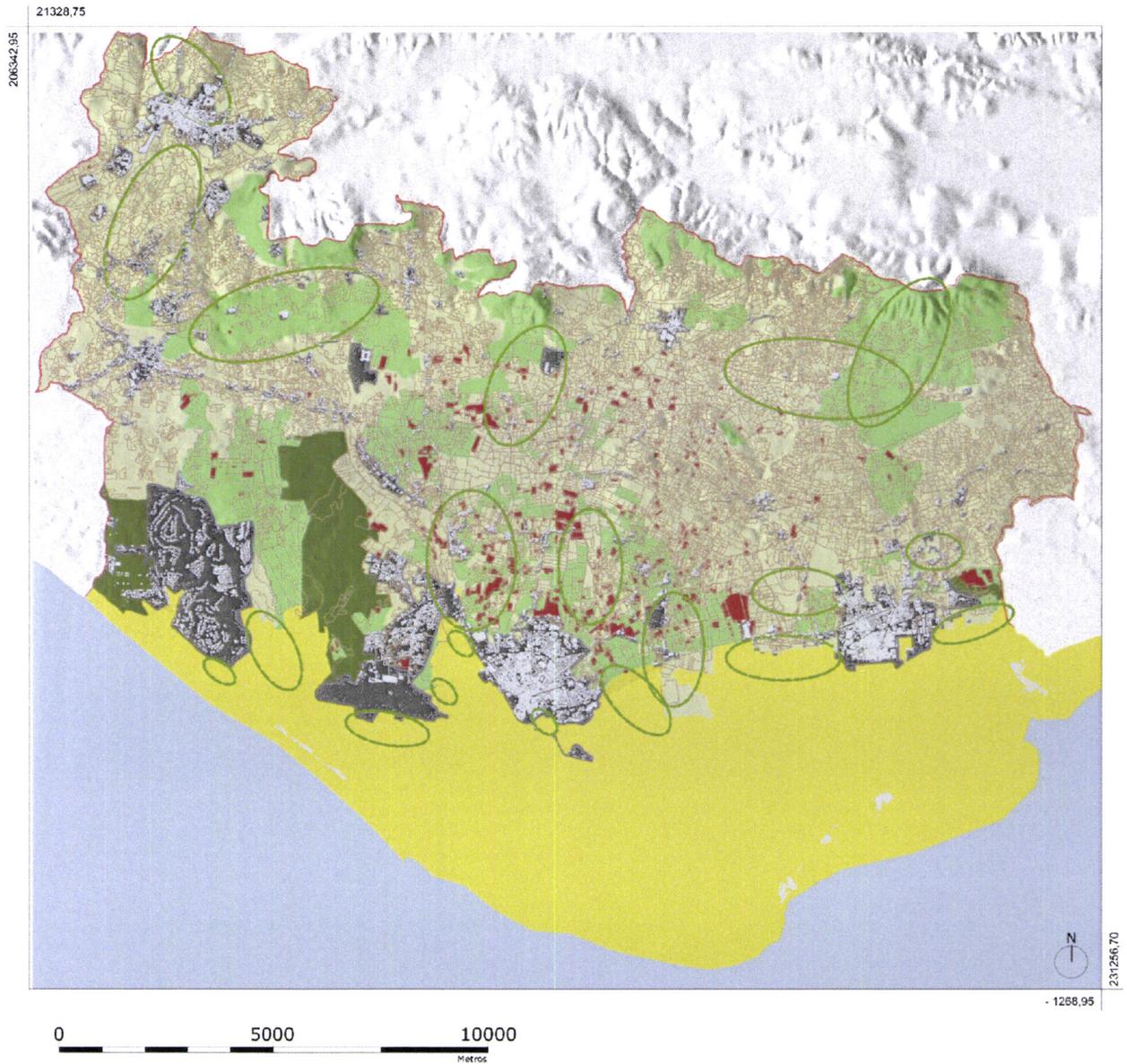
v) espaço fechado – corresponde a uma estrutura densa dominada pelas espécies arbóreas que constituem o principal elemento de definição formal e em que as espécies arbustivas e sub-arbustivas, sob coberto, contribuem para o fechamento dos campos ao nível do solo.

A presença residual de espaços fechados que correspondem a matas de pinheiros com matos mediterrânicos baixos, reflectem a antiga e intensa humanização da paisagem através da actividade agrícola e urbanizadora, a que se juntou nas últimas décadas a componente turística. Esta actividade parece constituir, face à localização privilegiada daquelas formações florestais junto à zona lagunar, uma ameaça à sua sobrevivência.

vi) espaço meandrizado – com grande expressão e significado na paisagem em estudo, constitui uma ocorrência natural de extrema importância no funcionamento ecológico e no dinamismo sócio-económico do meio. Correspondente ao sistema lagunar – constituído por sapais, vasas, canais e esteiros –, e ao sistema dunar – relativo à península do Ancão e às ilhas-barreira – representa uma paisagem com um padrão específico e um forte carácter próprio, de especial valor no âmbito da conservação da natureza a nível regional, nacional e europeu.

vii) espaço não-edificado em espaço urbano – corresponde ao conjunto dos vazios de edificação em espaço urbano e suburbano, compreendendo quer as tipologias tradicionais, pontuais (praça, largo, jardim, logradouro, etc.) ou lineares (rua, avenida, alameda, etc.), quer os espaços residuais, activos ou não, abandonados, obsoletos, que no seu todo poderão constituir um sistema de espaço colectivo que deverá dar forma, organizar e qualificar a cidade regional, através de estruturas e elementos de continuidade ecológica e cultural.

A esta tipologia de espaço, concentrada nas zonas envolventes das cidades de Olhão, Faro e Loulé, devem juntar-se as tipologias de espaço agrário e natural, representativas de paisagens equilibradas e sustentáveis, como parte integrante do sistema de espaços públicos do novo modelo de urbanização.



#### Tipologias de espaço

- Espaço aberto
- Espaço coberto
- Espaço compartimentado
- Espaço pontuado
- Espaço fechado
- Espaço meandrizado
- Espaço não-edificado em espaço urbano
- Estrutura fundiária

Fig. 6.11 Estrutura Fundiária e Tipologias de Espaço Rural e Natural.

- Património paisagístico: património natural e património cultural.

Na Carta de Património, baseada numa abordagem integrada do património cujos bens, naturais e culturais, se entendem complementares, sinérgicos e indissociáveis, consideraram-se, para além dos resultados obtidos da interpretação ecológica e cultural da paisagem realizada no âmbito desta dissertação, os elementos patrimoniais inventariados pelo ICN e pelo IGESPAR, classificados ou em vias de classificação.

A leitura global e transversal do património baseada numa dialéctica permanente entre natureza e cultura, entendendo-as como partes indissociáveis de um todo indivisível cujo desenvolvimento, a longo prazo, pressupõe uma intervenção no património comprometida com o *genius loci* e com a sustentabilidade, permitiu a seguinte inventariação:

a) o património natural compreende: (i) as áreas afectas ao Parque Natural da Ria Formosa considerada uma área de paisagem protegida de interesse nacional e internacional, no âmbito da conservação da natureza; (ii) conjunto dos locais cujo elevado interesse biogeofísico e ecológico-geomorfológico determina o seu valor patrimonial geomorfológico (Quadro 6.2.); (iii) os solos cuja potencialidade ou interesse agrícola e/ou ecológico alcança parâmetros mais elevados e constituem, por essa razão, património pedológico a proteger e preservar;

b) o património cultural é constituído : (i) pelo património urbano que integra os centros históricos das cidades de Olhão, Faro e Loulé, e os núcleos tradicionais de Quelfes, Pechão, Conceição, Estói, Santa Bárbara de Nexe e S. Lourenço ;

(ii) pelo património arquitectónico que inclui, para além de elementos edificados isolados como as pontes do Ludo e de Pechão (ambas do séc. XVIII), a fortaleza de S. Lourenço da Barra de Faro (séc. XVII), um importante conjunto de moinhos de maré da Ria Formosa do séc. XVIII (moinhos dos Penteados, do Grelha, do Chico Pego, da Torninha, Assentista, Manuel Lázaro, Francisquinha, António Grelha e da Palmeira), quer edifícios isolados com interesse cultural, caso dos “montes” algarvios representativos da melhor arquitectura vernácula da região (disseminados por toda área em estudo) e directamente ligados à fertilidade dos solos e à cultura agrícola intensiva, quer edifícios e respectivo contexto territorial e paisagístico com significado histórico, caso do Palácio João Lúcio e pinhal envolvente, do Palácio de Estói e respectivos jardins, e de um conjunto importante e valioso de Quintas (edifício e respectivo espaço de produção e recreio) – Quinta de Marim, Quinta do Brejo, Quinta do Major, Quinta do Calhau e Quinta de Bela-Mandil na envolvente de Olhão, Quinta do Rio Seco (Ermida de S. Cristóvão do séc. XVI), Quinta de Santo António

do Alto (séc. XX), Quinta Júdice Fialho (séc. XIX), Quinta dos Carreiros do Meio (séc. XVIII), Quinta Penha (séc. XVIII), Quinta Bívar Cúmano (séc. XVIII), Quinta de Marchil (séc. XVIII) e Horta do Ourives (séc. XVII) próximas de Faro, e as Quintas do Rosal, da Fonte, de Betunes, do Barracoso e da Marroquina junto de Loulé.

As referidas Quintas e Palácios constituem importantes elementos patrimoniais cujo interesse e valor arquitectónico e cultural advém quer da qualidade e singularidade da sua arquitectura, quer da estrutura e organização do espaço rural e de recreio, designadamente os sistemas hidráulico e de compartimentação como elementos ordenadores e valorizadores do espaço, e jardins privados associados ao recreio e lazer.

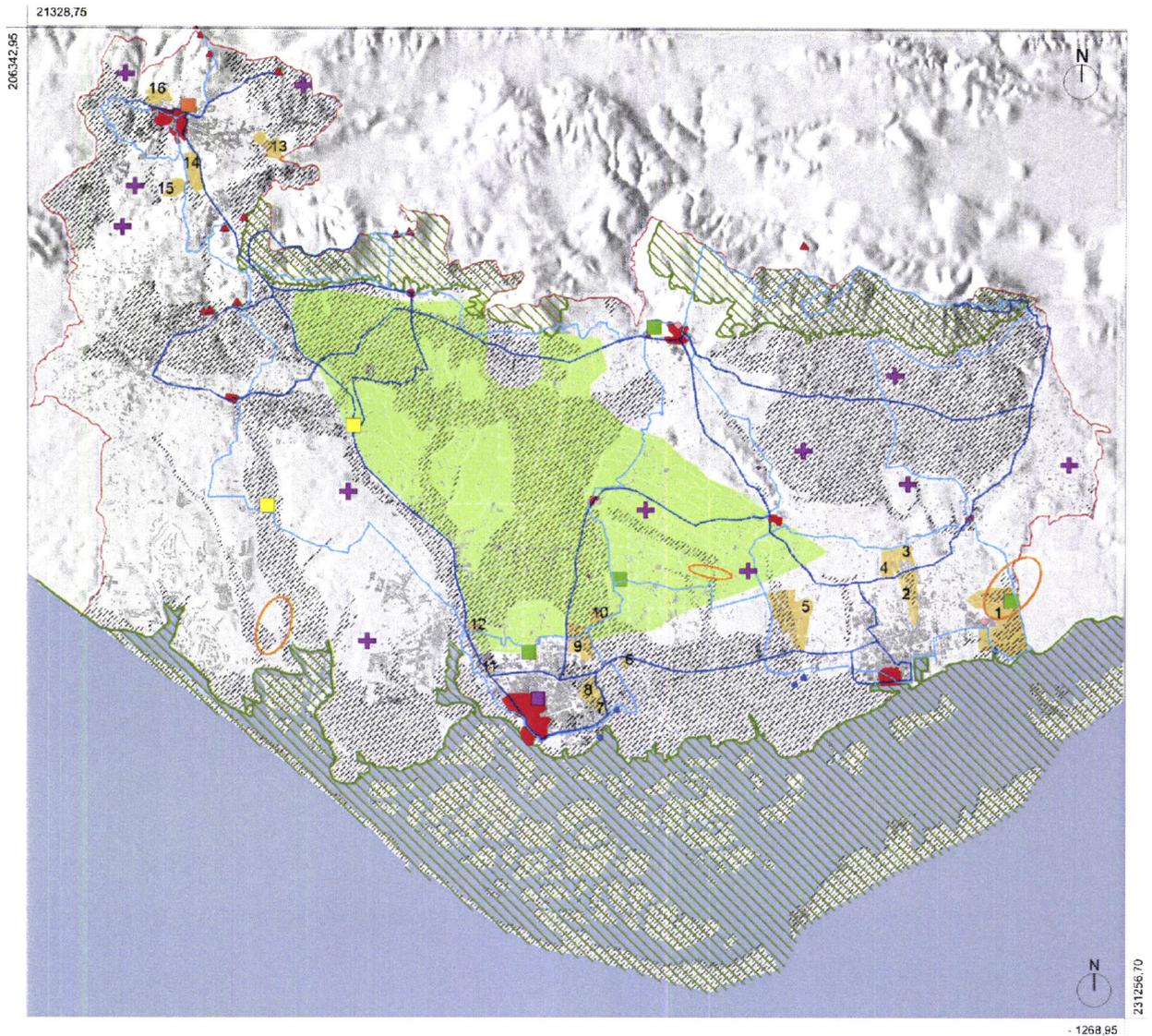
A sua importância na organização da paisagem rural e no abastecimento de produtos agrícolas aos centros urbanos, determinou a sua localização, na maioria dos casos, em função dos recursos hídricos e da rede viária, próxima dos cursos de água e dos principais acessos às cidades.

Assume-se, deste modo, que a preservação dos valores históricos contempla tanto edifícios isolados com significado histórico-artístico, como edifícios no seu contexto espacial, bem como a paisagem onde se inserem, pois sem dúvida que grande parte do significado e do valor cultural dos elementos edificados resulta da sua relação com a envolvente urbana, rural ou natural.

Pelo que em termos de protecção e preservação do património, esta não se prende exclusivamente com o imóvel em si, mas também com a envolvente, mais ou menos próxima, considerando e valorizando um importante conjunto de relações baseadas em interesses de ordem histórica e paisagística, nomeadamente arquitectónica e arqueológica; (iii) pelo património arqueológico que compreende distintos tipos de sítios, estruturas e elementos relacionados com o povoamento de diferentes épocas.

Se as indústrias paleolíticas de Marim e Quatrim (junto a Olhão), de Ferradeira (entre esta aquela cidade e Faro) e do Ludo (a poente de Faro) constituem os primórdios da humanização do território, o seu povoamento poderá remontar à época de colonização pré-romana. Faro teria, então, um carácter de entreposto comercial que os romanos terão modificado e transformado em *urbe*. Esta teria sido composta por um *oppidum*, um santuário e uma unidade conserveira.

A actual Quinta de Marim terá sido uma *villa* com olaria e salga de peixe, tendo ao lado uma necrópole (estrutura autónoma). Outras *villae* como Lejana, Galvana e Milreu terão correspondido a importantes unidades agrárias. A centuriação rural todavia com alguma expressão na estrutura fundiária actual, surge na área correspondente ao triângulo com os vértices em Pechão, Faro e Valados (a poente de Santa Bárbara).



0 5000 10000  
Metros

### Património Natural

-  - Património geomorfológico  
(Inclui a área de paisagem protegida do Parque Natural da Ria Formosa)
-  - Património pedológico

### Património Cultural

-  - Património urbano  
(Centros Históricos de Olhão, Faro e Loulé, e núcleos urbanos tradicionais de Queifães, Pechão, Conceição, Estol, Sta Bárbara de Nexe e São Lourenço)

#### - Património arquitectónico

-  - Palácios (de Estol e João Lúcio)
-  - "Quintas de Recreio"  
(1 - Quinta de Marim, 2 - Quinta do Brejo, 3 - Quinta do Major, 4 - Quinta do Caihu, 5 - Quinta de Bela Mandil, 6 - Quinta Bivar Cúmano, 7 - Quinta Judice Fialho, 8 - Quinta de de St. António do Alto, 9 - Quinta da Penha, 10 - Quinta dos Carreiros do Meio, 11 - Horta do Ourives, 12 - Quinta de Marchil, 13 - Quinta de Betunes, 14 - Quinta do Rosal, 15 - Quinta da Fonte da Pipa, 16 - Quinta da Marroquina)

 - "Montes" de arquitectura popular

 - Moinhos de vento

 - Moinhos de maré

#### - Património arqueológico

-  - Indústrias paleolíticas  
(Marim - Quatrim, Ferradeira e Ludo)
-  - Centúriação rural romana
-  - Villas romanas  
(Marim, Lejana, Galvana e Mileu)
-  - Sítio romano especializado  
(S. João da Venda e Ludo)
-  - Sítio romano religioso (Loulé)
-  - Sítio romano especializado, religioso e com estruturas autónomas (Faro)

-  - Rede de percursos culturais (pedonal e ciclável)
-  - Rede de percursos culturais (rodoviário)

Fig. 6.12 Património Paisagístico: Património Natural e Património Cultural.

S. João da Venda parece corresponder a um sítio romano especializado na manufactura do barro (olaria), associado à componente religiosa através da presença de um possível templo. Torrejão Velho e Bela Mandil correspondem a estações romanas, a primeira a balneários e a segunda a uma necrópole, ambas em risco de destruição.

Também Loulé apresenta vestígios da ocupação romana configurando-se, no entanto, como um sítio de estatuto ou função indeterminados.

Os muçulmanos erguem nos sítios romanos de Faro e Loulé sistemas defensivos com habitat internos.

Estes foram os sítios, estruturas e elementos de interesse e valor arqueológico que se consideram importantes para integrar a Estrutura Cultural e Patrimonial da Paisagem.

Ligando os valores e os bens patrimoniais, naturais e culturais, inventariados, surge uma rede de percursos que permite o acesso e a usufruição de todos os elementos do património natural (património geomorfológico, património pedológico e área de paisagem protegida classificada como Parque Natural) e do património cultural (património urbano, património arquitectónico e arqueológico) e que deve integrar tanto a Estrutura Cultural como a Estrutura de Mobilidade.

- Rede viária

A rede viária da área em estudo é constituída por distintas tipologias de infra-estruturas de mobilidade, quer por via terrestre (rodoviária e ferroviária), quer por via marítima. A presença do aeroporto completa o sistema de mobilidade que não conta com infra-estruturas cicláveis.

Apresenta no que diz respeito à componente rodoviária um vasto e diversificado conjunto de tipos de vias – via rápida, itinerário complementar e circular urbana; estradas nacionais, municipais e locais; caminhos rurais e agrícolas – que configuram uma rede densa e espacialmente homogénea, embora sem definir ligações estruturantes ao nível dos diversos modos de transporte e sem articulação suficientemente coesa com a estruturação do espaço económico e urbano.

Se antes da Década de 1980 as cidades baseavam a sua expansão nos principais acessos sendo a cidade Olhão atravessada pela EN 125 (o que aliás ainda acontece) e Faro apoiava o seu crescimento urbano naquela estrada e na EN 2, estas antigas rodovias transformaram-se, através do crescimento linear, em eixos urbanos intensamente edificados configurando-se como estradas-ruas congestionadas.

O uso intensivo do automóvel e os novos hábitos de consumo e de distribuição promoveram a construção de habitação e estabelecimentos comerciais, incluindo grandes superfícies, densificando as margens das antigas estradas, tanto nacionais como municipais, na maioria dos casos sem que se tivesse verificado a sua qualificação em termos urbanísticos e paisagísticos.

Por outro lado e associado quer à dispersão da habitação e do emprego, quer à expansão automóvel que se materializou no crescimento das taxas de motorização, verificou-se a partir daquela data, o forte incremento da rede viária de diferentes níveis.

A rede nacional que atravessa a área em estudo completou-se com recurso à Via do Infante (A22) e respectivos acessos, ao Itinerário Complementar IC4 e à variante urbana do Aeroporto e que, embora tivesse beneficiado a articulação entre a rede local e os novos itinerários, não contribuiu com melhorias substanciais nem para a organização da circulação na malha urbana e territorial, nem para a estruturação do território urbanizado.

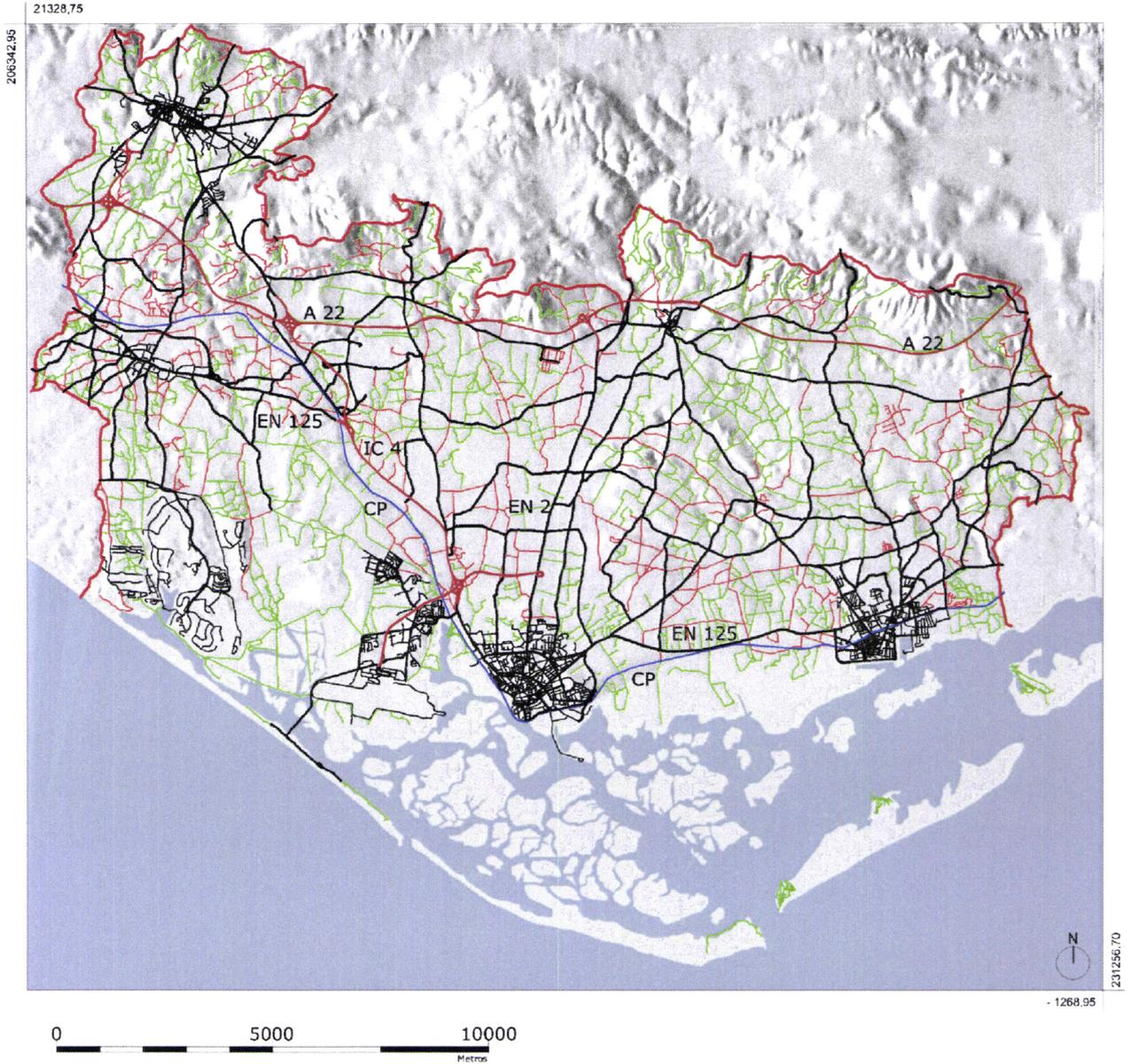
A rede viária apresenta-se, na generalidade, desqualificada, frágil e labiríntica. Os novos e velhos traçados viários, de distintas tipologias e diferentes níveis, permanecem, assim, sem se incorporarem no “esqueleto” da paisagem urbanizada, constituindo autênticas fracturas na estrutura e funcionamento do mosaico territorial, promovendo a sua desorganização espacial e funcional.

A rede ferroviária, antiquada e sem qualidade, contribui à semelhança da rodoviária, embora sem a expressão desta, para o fraccionamento estrutural e funcional do mosaico paisagístico e para a desqualificação da imagem urbana, “cortando” a cidade de Olhão em duas e constituindo uma verdadeira barreira nas conexões entre a cidade de Faro e a Ria Formosa, que se vêem, assim, de “relações cortadas”.

A inexistência de infra-estruturas cicláveis e o défice de infra-estruturas que favoreçam a circulação pedonal, em condições de segurança e conforto, constituem outro aspecto negativo no sistema de acessibilidade e mobilidade.

A revisão do actual modelo, incrementador das infra-estruturas para a mobilidade privada e desqualificador da paisagem urbanizada, exige estratégias integradas de planeamento baseadas no desenvolvimento de redes e corredores de transporte colectivo eficientes – metro de superfície, comboio, autocarro – com zonas de interface modal, e na criação de redes de percursos pedonais e de ciclovias, que devem passar a ser considerados elementos vertebradores, fundamentais, do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé.

O conhecimento e a caracterização da rede viária é de fundamental importância na (re)definição da estrutura de mobilidade, considerada uma das estruturas fundamentais da paisagem conjuntamente com a estrutura ecológica, a estrutura cultural e patrimonial, e a estrutura edificada.



### Rede viária

-  - Principal
-  - Secundária
-  - Vias rurais
-  - Caminhos agrícolas
-  - Ferrovia

Fig. 6.13 Rede Viária.

- Área edificada existente

A área edificada é constituída pela totalidade das zonas e elementos edificados relacionados com os espaços onde o homem vive, trabalha ou se diverte, incluindo todos os edifícios independentemente dos usos (habitação, equipamentos colectivos, fábricas, armazéns, etc.). O espaço edificado existente e respectivos usos, corresponde ao levantamento efectuado com base nos Ortofotomapas (IGeoE, 2004, escala 1:10 000) e no trabalho de campo realizado entre 2004 e 2006.

A área edificada, apoiada na rede viária anteriormente analisada, caracteriza-se, de acordo com a identificação dos padrões urbanísticos dominantes e com a análise da dinâmica construtiva e urbanizadora, efectuadas, pela heterogeneidade e des-continuidade espacial, e pela diversidade de morfologias de povoamento que constituem, no seu todo, territórios de urbanização difusa carentes de uma imagem forte e identificável.

O tecido edificado do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé, cada vez mais complexo e extenso, apresenta uma multiplicidade de configurações espaciais que correspondem a distintas morfologias urbanas e territoriais:

- i) a estrada-mercado que corresponde fundamentalmente à EN125, IC4 e EN2, conferindo “continuidade edificada” ao tecido sem contribuir, no entanto, para a sua estruturação e coesão urbanística e territorial;
- ii) as antigas e novas centralidades que correspondem, respectivamente, aos centros históricos e tradicionais das cidades de Olhão, Faro e Loulé, e aos novos centros mais ou menos periféricos e especializados que surgem maioritariamente associados às novas infra-estruturas rodoviárias (*Fórum Algarve*, Parque das Cidades, Centro Empresarial do Algarve e Mercado Abastecedor da Região de Faro, Centro de Formação Profissional de Faro, Parque Empresarial e Comercial de Olhão, Parque Industrial e Comercial de Loulé, *Campus* de Gambelas da Universidade do Algarve);
- iii) fragmentos urbanos e edificados associados à dispersão da urbanização (Goncinha, Quinta do Major, Vale de Carneiros e Vale da Amoreira, Montenegro, Gambelas, Quinta do Lago) e fragmentos de espaços abertos intersticiais, progressivamente pulverizados;
- iv) os pequenos e contidos núcleos urbanos tradicionais associados à actividade agrícola (Quelfes, Pechão, Conceição, Estói, St<sup>a</sup> Bárbara) e à actividade piscatória (Armona, Culatra, Hangares, Farol).

Em termos gerais, verifica-se que a distribuição espacial do tecido edificado apresenta um carácter heterogéneo com extensas áreas edificadas concentradas na costa, junto à zona lagunar da Ria Formosa, onde se situam as duas principais cidades e o principal

aglomerado urbano-turístico, que contrastam quer com os núcleos compactos distribuídos pelo barrocal e pelas ilhas-barreira, quer com a edificação praticamente contínua ao longo das rodovias, ou dispersa pelas férteis terras da Campina e do Barrocal.

Esta situação de ocupação difusa tem vindo a reflectir, de modo cada vez mais acentuado, o carácter híbrido a que os fenómenos de conurbação, geradoras de conflitos entre a ocupação urbana e rural, dão origem.

As tipologias e morfologias de humanização deste território expressam os recursos naturais e paisagísticos. Se, inicialmente, os solos com elevada aptidão agrícola, a disponibilidade de água no meio terrestre, e a abundância de marisco e peixe no meio marinho, justificam a presença das populações, em aglomerados e/ou dispersa, no desenvolvimento de uma agricultura continuada na Campina e no barrocal, como área de abastecimento de produtos hortícolas e frutícolas do Algarve e de Lisboa, e no exercício da actividade piscatória em “aldeias” nas ilhas, como área de abastecimento da região, mais recentemente, a riqueza ambiental e paisagística justifica o desenvolvimento da actividade turística associada ao segmento Sol – praia – golfe.

Paralelamente, e neste caso sem vinculação directa à utilização dos recursos naturais e culturais, mas antes pelo contrário, ignorando-os temos vindo a assistir à “explosão” dos principais aglomerados urbanos acompanhada do aumento do crescimento linear e da dispersão da edificação por todo o território, configurando um tecido de escassa qualidade urbanística, desconexo, desequilibrado, pouco harmonioso na relação entre as suas partes e na relação com o *hinterland*, e sobretudo irracional nas soluções viárias e “paisagísticas”, graças ao predomínio de processos de produção altamente especulativos incentivados por uma deficiente aplicação dos “planos e da leis”.

Uma explosão que a partir da Década de Oitenta do século XX se manifesta numa dispersão de grandes e pequenos fragmentos com altas densidades e rápido crescimento ou com baixas densidades e crescimento mais lento, mas onde o espaço público é sempre o principal sacrificado.

Já neste século e apesar da existência de distintos instrumentos de planeamento aos níveis regional, municipal e local, os problemas inerentes a uma urbanização galopante têm vindo a aumentar uma vez que o veículo legal do desenvolvimento urbano continua a ser essencialmente o projecto de loteamento que, descurando obviamente o entendimento da cidade como um todo e as suas inter-relações com a região onde se insere, cria uma “manta de retalhos” edificados desestruturados e desarticulados entre si e com os espaços abertos, cuja colmatação com edificação acaba por se verificar quase sempre, mais tarde ou mais cedo, negligenciando, deste modo, a criação de um sistema de espaço colectivo de fundamental importância para o equilíbrio ecológico, a produção de alimentos e o recreio das populações.

É nestas áreas edificadas, cuja superfície triplicou nos últimos vinte e cinco anos, que de acordo com o *Census* de 2007 e do INE, residem permanentemente mais de cem mil habitantes, configurando-se como uma cidade (região) de média dimensão no contexto ibérico.

A análise e caracterização, ainda que sumária, das áreas edificadas existentes, configuradoras de uma rede urbana fragmentada e formada por justaposição de aglomerados urbanos “incompletos”, é essencial para a definição de uma estrutura edificada que conforme um sistema urbano equilibrado, coerente e estruturado, assente na complementaridade e interação entre as distintas áreas edificadas e entre estas e os espaços não-edificados.

Nesta perspectiva, para planear e desenhar a cidade torna-se imprescindível entender a globalidade dos espaços e suas inter-relações, convictos de que baseados numa nova cultura da paisagem, quanto mais nos interessa o espaço urbano e edificado, tanto mais nos deve interessar o espaço rural e natural.

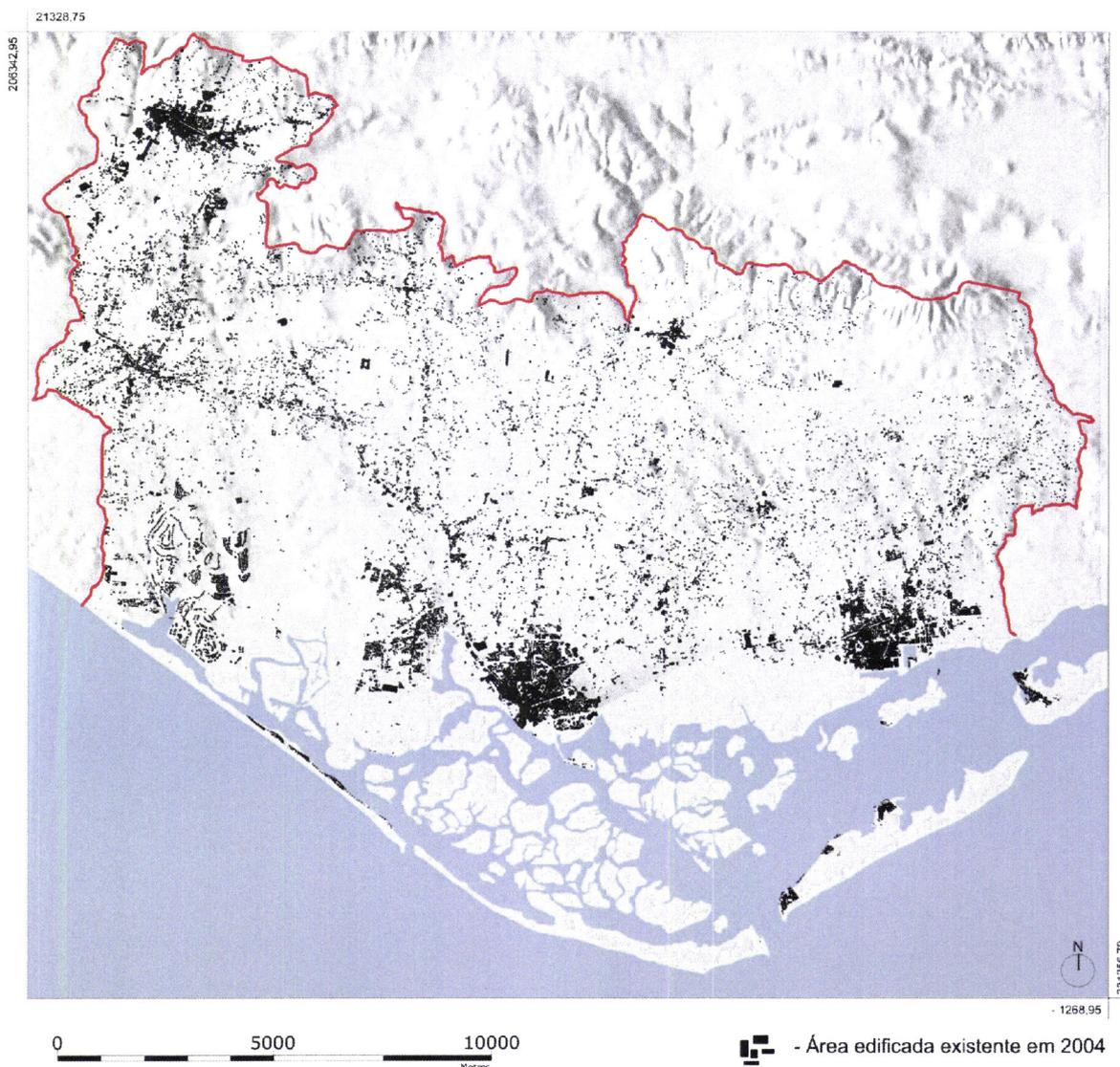


Fig. 6.14 Área Edificada existente.

- Mosaico paisagístico: sistemas – Mosaico paisagístico: estrutura, funcionamento e mudança.

A análise e interpretação da paisagem como um conjunto de peças encaixadas e inter-actuantes, como um mosaico de distintos espaços e elementos (edificado, natural, agrário, viário, etc.) submetidos globalmente a uma matriz ecológica de carácter universal, proporcionam informação e instrumentos para o ordenamento e projecto da paisagem<sup>452</sup>.

Considerando a leitura ecológica e cultural da paisagem desenvolvida e a Carta de Usos do Solo, CCDR, 2004, escala 1:10 000, pretende-se aplicar o método de análise do mosaico territorial, proposto pela ecologia da paisagem, ao sistema urbano Olhão – Faro – Loulé de modo a estabelecer princípios e possíveis modelos para o seu (re)desenho e (re)ordenamento.

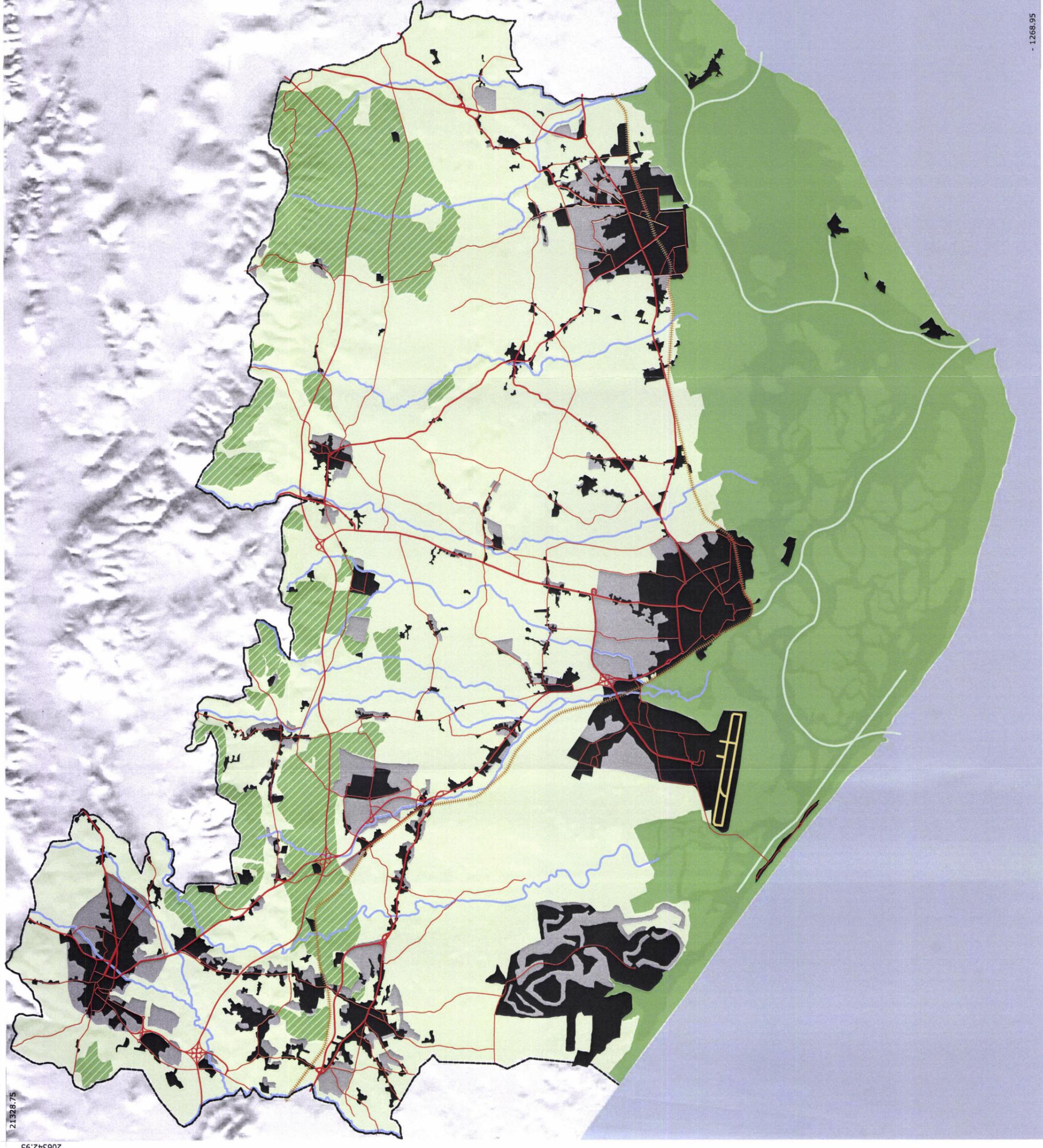
O mosaico paisagístico que actualmente estrutura e ordena o espaço da região em estudo é, desde uma visão global e sintética, e numa primeira aproximação à diversidade e complexidade da paisagem, constituído por cinco sistemas fundamentais: (i) o sistema urbano constituído pelo conjunto de áreas, espaços e elementos urbanizados e edificados, anteriormente identificados; (ii) o sistema agrícola que compreende os distintos espaços e estruturas de vegetação relacionados com a produção de biomassa e de alimentos (campos agrícolas, sebes, matas, etc.); (iii) o sistema de espaços naturais que corresponde à área integrada no Parque Natural da Ria Formosa (planície costeira, sistema lagunar e dunar) e à área de matos no barrocal; (iv) o sistema hídrico, associado à hidrografia, está directamente relacionado com a circulação da água, do ar e de nutrientes e sedimentos, correspondendo ao conjunto das linhas de drenagem natural que integram as sub-bacias hidrográficas identificadas; (v) o sistema viário é, tal como o anterior, um sistema de movimento, neste caso vinculado a outras circulações importantes na paisagem como são os fluxos de pessoas, bens e mercadorias, e compreende a rede viária existente nas suas distintas tipologias e níveis, incluindo os vários modos de transporte designadamente, rodoviário, ferroviário, marítimo, mas também, aéreo.

Os distintos sistemas interligados asseguram, conjuntamente, o funcionamento ecológico e social do mosaico paisagístico sendo responsáveis pela organização espacial e funcional da região urbana.

---

<sup>452</sup> FORMAN, R.T.T., Land Mosaics: The Ecology of Landscape and regions, Cambridge University Press, Nova Iorque e Cambridge, 1995, p.





- Limite da Área em Estudo
- SISTEMA URBANO**
  - Estrutura Edificada
  - Áreas Urbanizáveis (PDM)
- SISTEMA AGRÍCOLA**
  - Campos Agrícolas e Matas
- SISTEMA DE ESPAÇOS NATURAIS**
  - Sistema Húmido Lagunar
  - Matos
- SISTEMA HÍDRICO**
  - Linhas de Água Principais
- SISTEMA VIÁRIO**
  - Rede Viária Principal
  - Linha de Caminho de Ferro
  - Via Marítima
  - Via Aérea

6.15

MOSAICO PAISAGÍSTICO:  
SISTEMAS



Com efeito, o modelo de análise e intervenção territorial proposto pela ecologia da paisagem estabelece um mosaico paisagístico – *land mosaic* – que baseado nos principais usos do solo – *land use* – permite entender a paisagem como um mosaico estrutural – funcional cujos elementos estruturantes: matriz – corredores – fragmentos se relacionam espacial e funcionalmente, e estão sujeitos constantemente a mudanças, constituindo o seu padrão de distribuição relativa o factor fundamental na correcta definição e entendimento do mosaico. Tendo em vista o (re)ordenamento e a reestruturação paisagística da “região” em estudo, procedemos à análise e caracterização do seu mosaico paisagístico actual:

a) a estrutura está composta: (i) pela matriz agro-marinha constituída pelo espaço agrário directamente vinculado aos campos agrícolas (pomares de regadio e de sequeiro, hortas, estufas e vinhas), e pela zona lagunar associada às actividades da pesca e da mariscagem, produção de bivalves e de sal. São estes espaços que dominam os processos ecológicos ao nível da região e que constituem o tecido paisagístico em que se inserem os fragmentos e corredores.

A matriz compreende, deste modo, os espaços marinho e agrário que relacionados com as actividades tradicionais de utilização dos recursos naturais endógenos, dominam e garantem, todavia, o funcionamento e coerência globais da paisagem; (ii) os corredores desempenham uma função vascular dentro da matriz ao constituírem meios privilegiados de transporte de energia e matéria, mas também de apoio às actividades humanas. Estreitamente associados com os principais fluxos identificados, os corredores, varáveis em tipologia e funções que desempenham, correspondem às rodovias e ferrovia, às linhas de água e de fosto, às sebes de compartimentação (vivas ou inertes), ao cordão dunar que conforma as ilhas e a península, e ainda as barras, canais e esteiros da laguna; (iii) se a matriz agro-marinha domina a coerência funcional da paisagem dominando-a também espacialmente, apesar dos espaços edificados ocuparem extensas áreas, e os corredores constituírem meios privilegiados de circulações importantes (hídricas, atmosféricas, faunísticas, humanas, etc.), o papel dos fragmentos não é menor, pois a partir de certo nível a fragmentação compromete efectivamente a coerência e integridade estrutural da paisagem, sendo que da ocorrência apenas de fragmentos de pequenas dimensões, podemos entender que a paisagem está esgotada, fragmentada para além do seu ponto de coerência funcional; as distintas tipologias e formas de fragmentos correspondem fundamentalmente aos aglomerados urbanos de maiores e menores dimensões, difusos ou não, aos loteamentos urbanos (parques empresariais, industriais, desportivos), às saibreiras e areeiros, e aos matos.

Considerando que o mosaico resulta da forma como a matriz, os corredores e os fragmentos se relacionam espacialmente, a configuração do mosaico paisagístico em estudo, caracteriza-se, em termos estruturais, pela conjugação das seguintes configurações<sup>453</sup>:

- i) as cidades de Olhão, Faro e Loulé constituem grandes fragmentos – *large patch* – embutidos na matriz agro-marinha;
- ii) os núcleos urbanos compactos de Quelfes, Pechão, Conceição, Estói e St<sup>a</sup> Bárbara, mas também da Culatra, Hangares e Farol, assim com as áreas de matos e de extracção de inertes, constituem pequenos fragmentos – *small patch* – envolvidos pela matriz;
- iii) as ribeiras e as outras linhas de drenagem natural que conformam a densa rede hidrográfica conferem uma configuração dentritica – *dentritic* – e orgânica à paisagem, reforçada pela rede de canais e esteiros que sulcam a laguna, visível quando a maré está vazia;
- iv) a compartimentação da paisagem, tanto no meio terrestre por sebes vivas na planície e muros de pedra seca no barrocal, como no meio aquático nas salinas, constituem uma rede de corredores rectilíneos – *rectilinear* – cuja maior expressão é dada fundamentalmente pela densa rede viária;
- v) a coexistência, a presença alternada dos distintos tipos de fragmentos anteriores, constitui um verdadeiro tabuleiro de xadrez – *checkboard* – revelando a condição de fragmentação que caracteriza, hoje, a paisagem em estudo.

As formas com lóbulos de distintos tipos favoráveis à potenciação de interacções entre elementos adjacentes, representativa do óptimo ecológico e correspondente da configuração inter-penetrante – *interdigitated* – não têm expressão no mosaico paisagístico actual, sendo um indicador claro da ausência de uma coerência funcional elevada da paisagem.

No planeamento e desenho urbano e territorial baseado na ecologia da paisagem, Richard Forman propõe para o mosaico paisagístico uma estrutura “ideal” (Figuras 5.2 e 5.3, pp. 205 e 206) responsável por uma estruturação paisagística completa, uma vez que inclui uma série de elementos estruturais que, segundo o autor, garante uma coerência funcional elevada à paisagem que os possua neste disposição e inter-relação.

Por analogia com a estrutura “ideal” e o modelo espacial propostos por Forman, podemos desde logo intuir que a disposição funcional dos elementos estruturais e os princípios forma/função que os caracteriza não assegurará uma coerência funcional elevada à paisagem em estudo.

---

<sup>453</sup> Adoptaram-se as seis configurações do mosaico paisagístico propostas por Richard Forman, ob.cit., 2001, p.309.

Contrárias às formas urbanas compactas que são favoráveis à conservação dos recursos naturais e culturais uma vez que reduzem os riscos decorrentes de perturbações, os fragmentos urbanos, dispersos e metastáticos, comprometem a coerência e integridade estrutural da paisagem, à semelhança dos novos traçados viários.

Também a inexistência de formações ripícolas associadas aos cursos de água de modo a configurar corredores fluviais expressivos que conectem os espaços naturais (a zona lagunar e os matos) que garantam um apoio de relevo a recursos naturais e às actividades humanas, compromete a integridade do conjunto, entre muitos outros exemplos que põem em evidência a necessidade de dotar a paisagem de uma estrutura<sup>454</sup> coerente, completa e legível.

Através da percepção da configuração do mosaico paisagístico podemos, desde logo, partir para uma análise do seu hipotético funcionamento.

b) O funcionamento do mosaico paisagístico, implícito nos elementos estruturantes analisados, relaciona-se com os fluxos e interacções que nele ocorrem, podendo ser ilustrado pelos numerosos e importantes fluxos e movimentos.

Entre estes, há a destacar na paisagem em estudo e considerando a classificação de Forman, os seguintes vectores da paisagem (aqueles que concretizam os fluxos e as interacções):

i) os fluxos de massa – água, sedimentos, nutrientes e vento – estão associados aos corredores naturais fundamentalmente aos cursos de água, incluindo os de água salgada (barras, canais e esteiros) e às suas correntes, de grande importância na dinâmica costeira. A função de distribuição destes fluxos paisagísticos pelos corredores de drenagem natural deve ser equacionado ao nível da gestão de modo a garantir uma maior eficiência de fluxos e a protecção da matriz (contenção dos processos de erosão, de fluxos de contaminantes, de cheias e inundações);

ii) os vectores de locomoção de animais voadores, animais terrestres e comunidades humanas associados indistintamente à matriz, aos fragmentos e aos corredores, caracteriza-se no geral pela pluri-direccionalidade, desempenhando os elementos tanto a função de condutor como de barreira. Se os principais movimentos das populações

---

<sup>454</sup> Se a definição da estrutura do mosaico paisagístico é fundamental, após esta definição será necessário uma quantificação concreta dos valores presentes na paisagem, de modo a que seja possível estabelecer comparações entre diferentes paisagens sobre uma base coerente. Existem, para isso, diversos métodos designados por métricas da paisagem – conjunto de regras que presidem a medida, o ritmo e a organização da paisagem (FORMAN, R. e GODRON, M., ob. cit., 1986, pp.208-210). Sobre esta temática consultar LEITÃO, A.B., MILLER, J., AHERN, J. e MCGARIGAL, K., *Measuring Landscapes, A Planner's Handbook*, IslandPress, Washington e Londres, 2006. Não se insere no âmbito do presente trabalho nem a análise desses métodos, nem abordar o objecto e a forma de análise dessas métricas.

humanas se realiza através dos principais itinerários de acesso aos aglomerados urbanos e entre os principais pontos de interesse (praia, aeroporto, centros comerciais, universidade), funcionando a rede viária como “corredores condutores” relativamente àquelas populações, desempenham ao mesmo tempo a função de barreira quer aos movimentos dos animais, principalmente dos terrestres, o que exige passagens desniveladas que possibilitem a dispersão destes animais, quer aos movimentos dos seres humanos, veja-se o caso da linha férrea nas cidades de Olhão e Faro.

A questão que se impõe ao nível do ordenamento e gestão da paisagem é, então, a correcta identificação de que corredores servem diferentes espécies ou fluxos paisagísticos para que se possa avaliar o interesse em potenciar ou inibir a função de distribuição ou a função de barreira.

Os principais vectores de paisagem que concretizam os fluxos e movimentos da avifauna são fundamentalmente o cordão dunar, o sistema lagunar, as sebes de vegetação, as ribeiras, as matas e os matos, desempenhando os fragmentos urbanos de maior dimensão e os novos itinerários rodoviários a função de barreira relativamente àqueles fluxos.

iii) para que se verifique uma plena integração do Homem na paisagem, é necessário integrar, também, os produtos da sua acção e engenho. As máquinas, talvez por não possuírem cautela comportamental, são consideradas um vector à parte na paisagem. Relacionadas com os meios de transporte de pessoas, bens e mercadorias (avião, barco, autocarro, comboio, automóvel) os principais fluxos de máquinas coincidem com os principais acessos por terra (rede rodo e ferroviária), por mar (ligações aos portos piscatórios, comerciais e recreativos) e por ar (aeroporto internacional de Faro).

O congestionamento do tráfego nos principais acessos às cidades de Olhão e Faro e à praia desta cidade, e nas principais artérias urbanas, tornam evidente o funcionamento do mosaico inclusive à escala de pormenor.

c) É, também, a qualquer escala que se verifica a mudança no mosaico traduzida na dinâmica ou transformação da estrutura ao longo do tempo.

A mudança é uma característica intrínseca da paisagem sendo esta um processo imparável, pois o tempo é o único factor da paisagem completamente incontrolável e irreversível, independentemente do poderio tecnológico. E é, também, o factor de modelação mais importante uma vez que é o elemento necessário ao desenvolvimento de todas as componentes da paisagem.

Existe uma relação directa e estreita entre a escala temporal e a escala espacial pois à medida que avançamos naquela os fenómenos aumentam também, ou seja, à medida que

observamos intervalos de tempo maiores lidamos com fenómenos que cada vez mais ultrapassam a capacidade de intervenção do Homem.

É fundamental a compreensão de que, por um lado, a paisagem pode mudar mesmo sem a intervenção humana pois a dinâmica interna e a instabilidade das paisagens, notória desde sempre, se traduz nas perturbações naturais (erosão, tempestades, inundações, etc.), e que, por outro lado, mesmo a mais insignificante das alterações introduzidas pelas actividades humanas num determinado momento e espaço, pode representar um impacte significativo no futuro. Daí que não faça sentido pensar ou planear a cidade ou a paisagem sectorialmente, atendendo apenas a uma parte destas e sem considerar as suas inter-relações, ou no tempo de vida de uma só geração.

A necessidade de pensar e intervir à escala da região urbana para um horizonte de tempo mais longíquo – o das próximas gerações, exige a identificação e compreensão quer das tendências de transformação actuais, quer das mudanças que estas sugerem para o sistema urbano Olhão – Faro – Loulé, para as próximas décadas.

Considera-se, à escala da região urbana, uma nova realidade paisagística onde o referido sistema urbano cada vez mais difuso, próximo da conurbação, se transforma, e os sistemas rurais e naturais se estão a urbanizar.

Em termos de mutabilidade, o uso do solo, alvo de decisões que operam num horizonte de anos ou décadas, é aquele que mais facilmente se altera e que põe em evidência a transformação da paisagem. Esta relaciona-se fundamentalmente com a mudança dos usos do solo rural (florestais e agrícolas) e natural (dunas e sapais) em urbano.

A crescente urbanização da paisagem (desde Olhão até Quelfes – Bairro Novo, Piores, Quinta do Major, Montemor – e até Pechão – Brancanes, S.João de Ourém, Belmonte – e no sentido de Faro – Torrejão, Meia Légua, Virgílios, Rio Seco; desde Faro a Gambelas – Vale da Amoreira, Lejana de Baixo, Pontes de Marchil, Marchil, Montenegro; de Faro a S. João da Venda – Pontes de Marchil, Várzea da Alfarrobeira, Patacão, Vale da Venda – e ao Parque das Cidades incluindo o Esteval; de Almancil a Loulé – Vale Formoso, Areeiro, Goncinha), incluindo o desenvolvimento urbano-turístico junto à Ria Formosa (Quinta do lago, Vale dos Pinheiros, Pinheiros Altos, Encosta do Lago, Parque Atlântico), e o incremento da rede viária em que se apoiam, estão a fragmentar a planície costeira nomeadamente a Campina, cercar e invadir a Mata do Pontal, ocupar indiscriminadamente com edificação dispersa e respectivos acessos o barrocal designadamente as encostas do sistema colinar Malhão-Guilhim-Nexe-Goldra, e converter o sistema urbano Olhão – Faro – Loulé numa cidade difusa altamente predadora de paisagem e património.

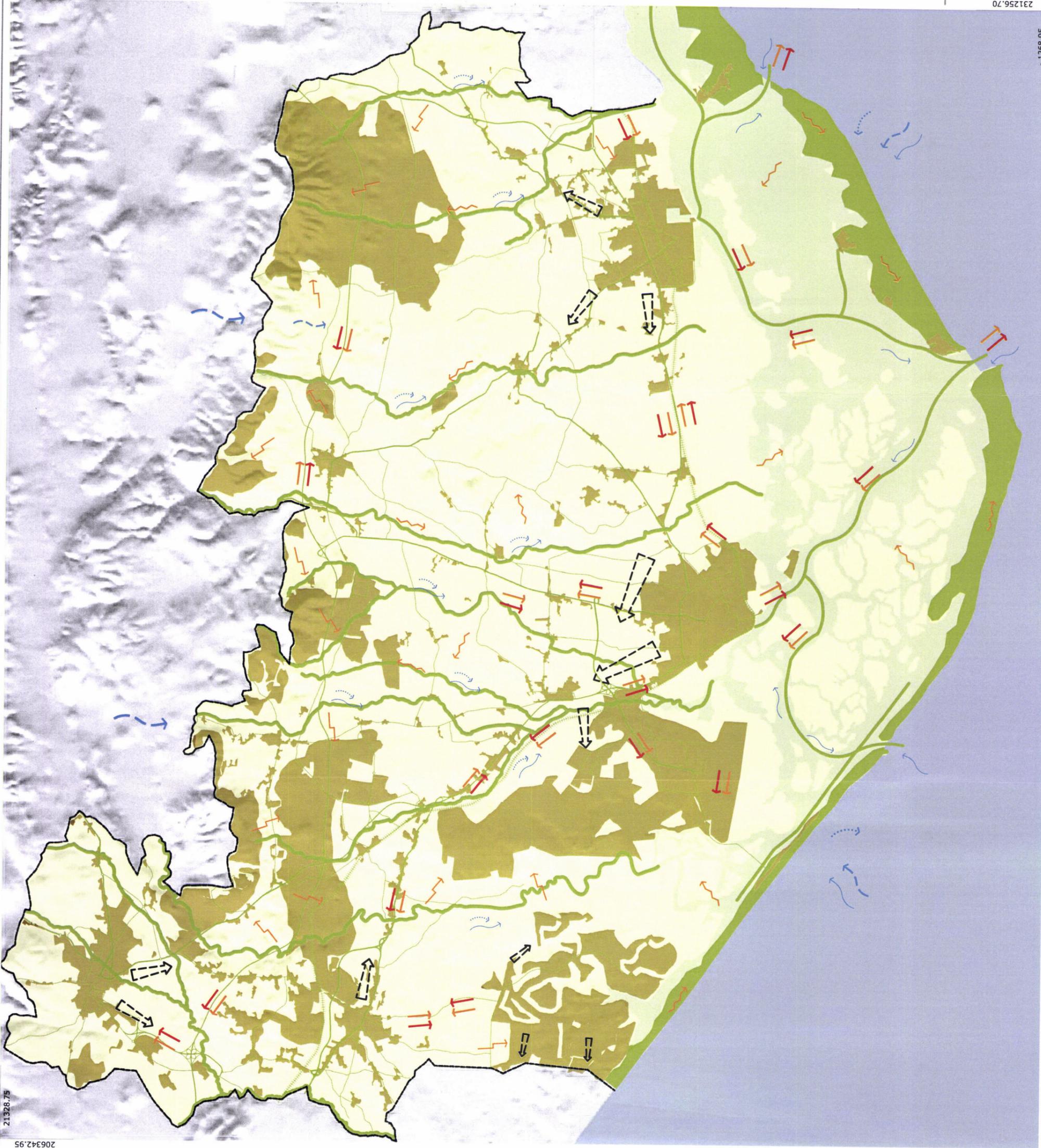
Estas mudanças estão, no seu conjunto, a comprometer a coerência e integridade estrutural e funcional do mosaico paisagístico, em estudo, tanto no presente como no futuro.

A persistir o actual modelo de organização e gestão espacial, as dinâmicas e tendências actuais sugerem, claramente, as seguintes mudanças para centro litoral do Algarve, para as próximas décadas:

- i) crescimento demográfico, expansão da urbanização difusa, aumento da impermeabilização e degradação dos solos com elevado valor ecológico e/ou agronómico, maior incremento da rede viária, do tráfego automóvel privado e do congestionamento;
- ii) diminuição da produção agrícola e do volume de peixe e marisco capturado, menor superfície de ecossistemas naturais e de agrossistemas tradicionais, perda de diversidade biológica e cultural, e aumento da degradação e destruição do património paisagístico, tanto natural como cultural;
- iii) para além disso, alterações climáticas com estações mais secas e quentes, aumento dos processos de erosão costeira e de colmatação da zona lagunar, aumento da edificação dispersa na planície e no barrocal, destruição da compartimentação tradicional da paisagem e aumento da sua fragmentação, perda do carácter e identidade da paisagem.

Porque em relação à mutabilidade, o importante é compreendê-la para que melhor se possam integrar os seus ritmos e trajectórias nas propostas de organização espacial e funcional, é importante reafirmar que, no entanto, o actual mosaico paisagístico apresenta várias características e diversos atributos singulares e distintivos, determinantes para a manutenção da integridade e identidade da paisagem:

- a existência de uma área de paisagem protegida de elevada riqueza biológica e forte componente natural contribui para impedir a expansão incontrolada das cidades de Olhão e Faro, conferindo-lhes uma escala humana atractiva e uma identidade forte, reforçada pela presença de duas manchas de pinhal,
- as encostas e cumeadas dos cerros de S.Miguel e do Guilhim, escassamente urbanizadas conferem à paisagem uma elevada qualidade cénica e visual, reforçada pelos núcleos urbanos tradicionais de Estói e Santa Bárbara de Nexe, e pelos pomares de sequeiro de amendoeira, alfarrobeira e figueira que parecem subsistir como vestígios de um rico património natural e cultural que os reveste de importância excepcional,
- também de importância excepcional como testemunho de um processo de humanização do território, equilibrado, materializando um património arqueológico, arquitectónico e paisagístico de grande valor cultural, assinalam-se a estação arqueológica de Milreu, os Palácios de Estói e do poeta João Lúcio, e o vasto, diversificado e valioso conjunto de "Quintas de Recreio" na envolvente das cidades de Olhão, Faro e Loulé,



- Limite da Área em Estudo

**ESTRUTURA**

- Matriz
- Corredores
- Fragmentos

**FUNCIONAMENTO: Fluxos e Movimentos**

**Fluxos de Massa**

- Ventos Dominantes
- Água
- Matéria Orgânica e/ou Sedimentos

**Vectores de Locomoção**

- Aves
- Animais Terrestres
- Populações

**Máquinas**

- Meios de Transporte

**MUDANÇA**

- Processo de Urbanização

**6.16**

MOSAICO PAISAGÍSTICO:  
ESTRUTURA; FUNCIONAMENTO; MUDANÇA



- ao património geomorfológico dos sistemas lagunar, dunar e colinar, e ao património cultural dos palácios e das Quintas, e dos singulares centros históricos daquelas cidades, há que juntar o importante património pedológico associado quer aos férteis solos responsáveis pela significativa e variada produção agrícola, quer à zona húmida lagunar garante da elevada biodiversidade da paisagem.

São estes elementos fundamentais que, porque asseguram a coerência funcional, a integridade ecológica, a identidade cultural e a sustentabilidade do mosaico paisagístico, devem ser preservados.

A mudança ou dinâmica e a permanência da paisagem são, enquanto características da sua evolução, reconhecidas e integradas no sistema de planeamento proposto pela ecologia da paisagem que demonstra, deste modo, ser capaz de orientar as transformações inevitáveis sem comprometer as características ecológicas e culturais que conferem singularidade a cada mosaico e lhe asseguram uma coerência funcional elevada.

- Unidades de paisagem

Os elementos do mosaico paisagístico que em interacção permitem apreender a sua estrutura e o seu funcionamento, como partes de um todo simbiótico, e que podem ser, tanto de origem natural como antrópica, contribuem para o padrão específico que caracteriza uma unidade de paisagem e a diferencia das envolventes.

O conceito de unidade de paisagem, fundamental na teoria e na prática da ecologia da paisagem, corresponde a áreas ou parcelas paisagísticas que possuem um determinado nível de homogeneidade funcional ou ecológico (que contempla e implica, inevitavelmente, uma heterogeneidade efectiva, cujo grau está relacionado com a escala de análise considerada), decorrente da forma como os distintos elementos ou componentes se combinam ou integram, e que por isso possuem um comportamento uniforme<sup>455</sup>.

É, no mesmo sentido, que segundo Cancela d'Abreu<sup>456</sup> a determinação destas unidades “(...) baseia-se, geralmente, em critérios de homogeneidade relativa no que diz respeito a um conjunto de componentes significativos (atributos, processos) que no seu conjunto (incluindo as respectivas interacções) indicam oportunidades ao uso directo do território pelas comunidades humanas (...)”.

Mais recentemente (2004), no estudo *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* elaborado pela Universidade de Évora, as unidades de

---

<sup>455</sup> ZONNEVELD, I.S., “The land unit – A fundamental concept in landscape ecology, and its applications” em *Landscape Ecology*, vol.3, nº2, SPB Academic Publishing, Haia, 1989, pp.67-86.

<sup>456</sup> ABREU, A.C., ob. cit., 1989, p.135.

paisagem identificadas (com base na integração das várias dimensões da paisagem – a ecológica, a cultural, a sócio-económica e a sensorial) são áreas com características relativamente homogéneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as distingue das suas envolventes, para além de terem uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior, e associado à identidade local e/ou regional.

As referidas abordagens, coerentes e operacionais, têm em vista a integração da figura da unidade de paisagem no processo de ordenamento e gestão da paisagem.

As unidades definidas para a paisagem em estudo têm como pressuposto este objectivo. Destinadas a sistematizar a realidade paisagística da região urbana do centro do Algarve tendo em vista o seu (re)ordenamento e gestão, foram individualizadas três unidades baseando-se fundamentalmente na morfologia e natureza geológica, condicionantes de primeira ordem de todos os factores biofísicos que caracterizam a paisagem e determinam a sua humanização, e divididas em sub-unidades com base quer na ecologia, quer na sócio-economia, de modo a conseguir uma aproximação mais concreta a factores de gestão relevantes ou a orientações para a gestão.

Quadro 9. Unidades de paisagem

Unidades de paisagem	Sub-unidades de paisagem
A – Ria Formosa	A1 – Zona lagunar
	A2 – Sistema dunar
	A3 – Núcleos urbanos das ilhas-barreira
	A4 – Aglomerados urbanos de Olhão e Faro (incluindo Montenegro e Gambelas)
	A5 – Empreendimentos turísticos
B – Planície litoral	B1 – Campina de Faro-Olhão
	B2 – Matas
	B3 – Núcleos urbanos compactos
	B4 – Núcleos urbanos dispersos
	B5 – Estrada – mercado
C – Barrocal	C1 – Campos agrícolas
	C2 – Matos
	C3 – Aglomerado urbano de Loulé
	C4 – Núcleos urbanos compactos
	C5 – Núcleos urbanos dispersos
	C6 – Novas centralidades
	C7 – Estrada-mercado

As sub – unidades de paisagem baseiam-se sobretudo nos elementos estruturantes do mosaico territorial e cuja transformação em sub – unidades incorpora, desde logo, preocupações ao nível da gestão. Cada elemento ou parcela de paisagem incorporada em determinada classe de sub – unidade possui um carácter próprio e requer a adopção de uma, digamos, estratégia de intervenção e tipologia de gestão.

Estes são factores importantes no estabelecimento das sub – unidades, importando, realçar critérios de definição de algumas sub – unidades e delinear orientações para a sua gestão.

#### A – Ria Formosa.

É necessário, em relação às sub – unidades de paisagem desta unidade, fazer desde já uma ressalva importante para compreensão das opções tomadas na sua definição. A Ria Formosa, devido aos factores até aqui enunciados, apresenta-se como uma área com uma identidade forte ligada à presença de importantes recursos naturais, suportando diversas actividades económicas como a mariscagem, piscicultura, salinicultura, extracção de inertes e recreio e lazer.

Assim sendo, as dinâmicas económicas e populacionais nesta unidade giram, em certa medida, em torno dos significativos valores naturais e culturais. A sobre – exploração dos recursos presentes e a pressão sobre o meio natural causada pelas expansões urbanas e urbano – turísticas, construção de portos, marinas, campos de golfe e edifícios isolados, e pelos usos recreativos, provocam importantes desequilíbrios e disfunções ambientais que justificam a integração das fontes responsáveis pela exploração, mas também pela degradação do ecossistema natural, ou seja os aglomerados urbanos e os empreendimentos turísticos como sub – unidades em interacção, num todo em que a componente natural e a intensa intervenção humana podem e devem ser compatíveis.

Foi também descrito um “cenário” ecológico – geomorfológico complexo e de grande interesse patrimonial e elevado valor ecológico materializado em ecossistemas frágeis e sensíveis (sapais, dunas) pelo que as ocupações e usos do solo se desenvolvem de forma incontornavelmente condicionada e limitada, apesar da edificação no domínio público marítimo, sobretudo nas ilhas da Culatra, Armona e de Faro, e nas zonas ribeirinhas de Olhão e de Faro, considerado um dos aspectos mais críticos e preocupantes.

#### A1 – Zona lagunar

A zona húmida, constituída por sapais, vasas, canais e esteiros, alberga uma flora característica das difíceis condições em que sobrevive – salinidade e luminosidade excessivas, ventos fortes e grandes amplitudes térmicas – constituindo um meio privilegiado

para a vida animal (águas pouco profundas, temperaturas favoráveis, abundância de nutrientes), representada por numerosas e diversificadas espécies de peixes, crustáceos, moluscos e aves.

A riqueza e diversidade biológica da laguna e a sua elevada qualidade cénica e paisagística fazem dela um recurso de primeira ordem, pelo que deve ser enquadrada numa perspectiva de intervenção global ao nível da sua “exploração”, conciliando a protecção dos recursos naturais com a sua utilização para o recreio, através de um equilíbrio entre os objectivos da preservação e os da usufruição, razão pela qual foi definida uma grande sub – unidade que representa uma mais valia de grande relevo em termos de valores ecológicos e culturais, bem como para a economia local e regional.

## A2 – Sistema dunar

O cordão arenoso, constituído pelas dunas e praias das ilhas e da península, corresponde à acumulação de sedimentos provenientes de terra e do mar, que asseguram a sobrevivência da zona lagunar, constituindo ambos um conjunto de elementos simultaneamente independentes e interligados entre si.

Está estabilizado pela acção de um coberto vegetal psamófilo e ocupado por núcleos urbanos que na sua génese correspondiam a comunidades piscatórias, e a que mais recentemente se associou a componente balnear, com forte incidência negativa no equilíbrio ecológico e social das “povoações”.

Os critérios de definição destas duas sub – unidades são idênticos, fundamentalmente no que diz respeito aos aspectos ecológicos. O sistema dunar representa um elevado valor ecológico e biológico, constituindo ao mesmo tempo zonas de risco elevado devido à deriva litoral das barras naturais, em desequilíbrio, ao recuo da linha de costa e ao processo de erosão motivado pela pressão urbano – turística, pelo que a sua gestão deve merecer especial atenção.

## A3 – Núcleos urbanos de Armona, Culatra, Hangares, Farol e Ilha de Faro.

A identificação destes núcleos como sub – unidades prende-se com o papel que desempenham na permanência da exploração racional dos recursos marinhos e a sua compatibilidade com a preservação da natureza, sendo fundamental controlar a edificação clandestina e requalificar os tecidos urbanos pré-existentes. Podendo constituir pólos de desenvolvimento locais, conjugando a actividade piscatória com as actividades de recreio e lazer associadas ao turismo da natureza, tornou-se de vital importância a sua sistematização tendo em vista a sua futura gestão.

#### A4 – Aglomerados urbanos de Olhão e Faro (incluindo Montenegro e Gambelas).

Apesar das diferenças significativas que existem na relação destas cidades com a unidade a que pertencem, muito mais vincada no caso de Olhão, e embora as referidas cidades distem entre si alguns (poucos) quilómetros, funcionam como um todo, em termos de fluxos populacionais e económicos, uma vez que Faro concentra a prestação de serviços de nível regional (administração pública, saúde, ensino).

Se Faro, de fundação antiga, com um centro histórico que se destaca pelo seu conjunto patrimonial, tem vindo a quebrar a relação umbilical com as outras sub – unidades, exceptuando o “diálogo” que mantém com a Ilha de Faro, já Olhão de fundação moderna, mantém viva a conexão com a Ria e o mar apresentando características que lhe conferem identidade nomeadamente em termos de arquitectura e da tradição pesqueira.

Ambas adoptaram, no entanto, nas últimas décadas um modelo de crescimento urbano baseado em formas de ocupação e usos do solo incontornavelmente aleatórias e predadoras de recursos (solo, paisagem, património).

As medidas de gestão da paisagem devem ser orientadas de modo a controlar a expansão urbana contrariando a dispersão da urbanização pelas férteis terras da Campina e a pressão urbano – turística sobre o domínio público marítimo. A gestão da paisagem deve ter como prioridade a reabilitação dos espaços edificados e a sua reutilização, privilegiando o planeamento dos usos e funções actuais, baseando-se na articulação das componentes económica, cultural e natural.

Mantendo as duas cidades como entidades espaciais individualizadas com identidades próprias e promovendo a sua interligação por infra-estruturas de mobilidade que contribuam para a estruturação da paisagem urbanizada, e para a sua coesão funcional e sustentabilidade ambiental para a qual concorrerá, também, a indispensável requalificação das frentes ribeirinhas.

#### A5 – Empreendimentos turísticos

Constituída por urbanizações de carácter turístico de baixa densidade baseadas na tipologia moradia unifamiliar isolada com jardim privado, envolvendo um campo de golfe com unidade hoteleira, trata-se de uma sub – unidade de paisagem a que correspondem usos dominados pela actividade turística, não coerentes com os valores naturais presentes determinando um evidente desequilíbrio funcional e ecológico da paisagem.

O elevado interesse paisagístico e ambiental do fundo – de – saco da laguna, que determinou a implantação e o desenvolvimento dos diversos empreendimentos, exige

condicionar o crescimento urbano – turístico que deverá fazer-se nas áreas intersticiais, sem comprometer, no entanto, a densidade pré-existente.

Por outro lado, será necessário assegurar um eficiente tratamento dos efluentes domésticos e a aplicação cuidada de fertilizantes e adubos nos campos de golfe de modo a garantir a qualidade da água e do ambiente, com repercussões fundamentais sobre a paisagem.

## B – Planície litoral

Para compreensão das opções tomadas na determinação das sub – unidades é necessário referir, desde já, que a identificação do uso agrícola é fundamental para a compreensão da paisagem não só por factores meramente económicos, mas também ecológicos, históricos e sociais.

Entre as ribeiras de Marim – Quatrim e do Biogal, fundamentalmente a Norte de Faro e entre esta cidade e Olhão, onde existe um aquífero abundante e os solos detêm elevado valor agronómico, a paisagem apresenta uma imagem de artificialização e desorganização consequência de significativa área de estufas, da elevada dispersão da edificação e da implantação dos traçados viários, processados de forma confusa e aleatória, e do abandono da actividade agrícola provocando a degradação das áreas expectantes em relação à expansão urbana.

Por outro lado, o domínio do regadio associa esta paisagem com os citrinos do Algarve (cuja produção tem aqui grande expressão), um dos produtos que se encontram classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura, e com a produção de primores que abastecem os mercados a nível regional e do Sul do país.

Pelo que as dinâmicas económicas e populacionais nesta unidade se relacionam directamente com a importante produção citrícola e hortícola, mas também com a actividade comercial e de serviços associada à estrada – mercado (EN 125, IC 4 e EN 2) que atravessa longitudinal e perpendicularmente a paisagem.

Paisagem que em termos estruturais se apresenta bastante fragmentada devido a diversos factores, desde a intensa exploração agrícola até um cadastro extremamente retalhado, disperso por inúmeros proprietários.

A intensa pressão urbanística, a fragmentação e homogeneização dos campos agrícolas, a sua exploração intensiva com o recurso abusivo de adubos e fitofármacos, e a sobre-exploração dos aquíferos e consequente salinização da água e dos solos provocada pela intrusão marinha, constituem os aspectos mais críticos e preocupantes.

## B1 – Campina de Faro – Olhão.

Bastante plana, fértil e rica em nutrientes e água, esta unidade, fortemente associada à componente agrícola da paisagem, e a um dos seus produtos – estrela, os citrinos, apresenta-se pelas razões, já apontadas, cada vez mais descaracterizada e ameaçada pelo intenso processo de urbanização.

A crescente falta de harmonia e equilíbrio causada pela desorganização na ocupação e usos do solo, tem contribuído para a perda dos, cada vez mais escassos, embora importantes vestígios de uma identidade quase totalmente perdida.

A edificação, dispersa ou linear, e a tendência para o abandono da actividade agrícola na expectativa da urbanização constituem as principais causas e ameaças para a degradação ou mesmo para o desaparecimento da complexidade e da diversidade do mosaico agrícola e da paisagem por ele criado.

Terão que ser controladas e reguladas as expansões urbanas e a disseminação de novas construções, a implantação de novos traçados viários, assim como a instalação de mais estufas e novas culturas, de modo a evitar-se a perda definitiva dos valiosos recursos presentes (solo, água, vegetação, património) e do carácter da paisagem da Campina.

Para isso é de fundamental importância a recuperação e valorização dos aspectos e elementos que determinam a identidade e carácter da paisagem, nomeadamente as Quintas e os montes, as estruturas hidráulicas (noras, aquedutos, tanques, caleiras), as sebes de compartimentação e as culturas tradicionais.

## B2 – Matas (na planície costeira) e C2 – Matos (no barrocal).

Estas sub – unidades representam um elemento muito importante nas dinâmicas ecológicas da paisagem pois constituem diferentes etapas das sucessões ecológicas que presentemente se desenvolvem, apresentando comunidades vegetais distintas, entre si.

As formações florestais do Pontal e de Marim correspondem a matas esclerófilas, aciculifólias, constituindo actualmente povoamentos, em geral, mistos, irregulares e em alto-fuste, de pinheiro bravo e pinheiro manso.

Não estão sujeitos a qualquer ordenamento, observando-se regeneração natural e um sub-bosque denso de espécies que reforçam o carácter mediterrâneo da paisagem. Vieram substituir, por acção humana, o sobreiral e os matagais e matos xerófilos.

Presentes no barrocal estes matos mediterrânicos enquadram-se nas formações de matagais altos pré-florestais.

As medidas de gestão da paisagem devem ser orientadas de modo a proteger e preservar as matas e os matos que, para além de desempenharem um papel fundamental na

conservação do solo e da água, e das comunidades animais a eles associados, contribuem para a manutenção de alguma diversidade no padrão paisagístico e a contenção da urbanização consumidora e desqualificadora de espaços cada vez mais vastos.

Atendendo à multi-funcionalidade da paisagem, as matas poderão associar às funções de protecção e produção, o recreio e o lazer, considerando a sua proximidade às cidades de Faro e Olhão e ao défice destas cidades em espaços verdes e parques urbanos.

#### B3 e C4 – núcleos urbanos compactos.

Quelfes, Pechão, Conceição, Estói e Santa Bárbara de Nexe constituem pequenos aglomerados urbanos, contidos, que continuam a pontuar e qualificar a paisagem, apesar de apresentarem formas e expressões, dissonantes, relativamente às que tradicionalmente marcavam estas paisagens.

Mantêm uma relação directa e estreita com a componente agrícola através de dinâmicas que continuam a ter um papel chave na manutenção da policultura tradicional e da paisagem por ela criada. As populações tradicionais destas “aldeias” continuam com a sua presença permanente e activa a cuidar a paisagem, de modo gratuito, constituindo os principais responsáveis pela salvaguarda da sua identidade.

A gestão dos núcleos urbanos deverá basear-se em medidas de disponibilização de infra-estruturas e equipamentos, e de melhoria ambiental e funcional quer dos edifícios dotando-os de boas condições de habitabilidade, quer do espaço público visando a sua utilização como área de interacção social.

A valorização destes núcleos no âmbito da melhoria da qualidade de vida dos residentes e como sustentação da sobrevivência da paisagem rural, é fundamental.

#### B4 e C5 – núcleos urbanos dispersos

Nestas sub – unidades é evidente a presença de processos de urbanização dispersa e edificação isolada, no geral, caracterizados pela continuação da relação individual com as antigas estradas e caminhos de acesso ao núcleo original, descurando a construção de malhas de continuidade morfológica e relacional.

Pelo que o tecido resultante, caracterizado por uma desorganização generalizada e pela ausência de uma estrutura urbana coesa, se revela sem um sentido de urbanidade claro e com um carácter híbrido onde os valores urbanos e rurais se confundem.

É necessário a criação de uma estrutura de referência que a partir da qualificação do espaço público e o reforço de dotação de equipamentos e usos não residenciais,

caracterize, consolide e qualifique os núcleos urbanos de Patação, Vale da Venda, S. João da Venda, Esteval e Almancil.

B5 e C7 – estrada-mercado.

Constituindo uma das morfologias que mais caracterizam a urbanização difusa à escala regional, as Estradas Nacionais nº 125 e nº 2, e o Itinerário Complementar nº 4 correspondem a uma forma de urbanização linear que combina usos do solo e funções que existem de uma forma concentrada nas cidades de Olhão, Faro e Loulé.

As actividades económicas – actividades produtivas, armazenagem, distribuição e comércio – e a função residencial coabitam, muitas vezes de forma conflituosa, ao longo da estrada-mercado, formalizando uma faixa edificada quase contínua sem qualquer estruturação urbana.

Apesar de dotada de efeitos de centralidade e de apresentar “valências” de lugar de encontro e lazer, apresenta-se desqualificada em termos urbanísticos e paisagísticos, catalizando efeitos de urbanização adjacente, mas sem concorrer para a organização espacial e funcional do território.

Devendo ser considerada a base de sustentação de uma lógica de funcionamento sistémico assente na complementaridade, inter-dependência funcional e cooperação entre as referidas cidades, a estrada-mercado exige projectos de infra-estruturação rodoviária urbana (variantes, circulares, desnivelamentos) que cumpram um papel de coesão e estruturação da região urbana (juntamente com o caminho-de-ferro e as pistas cicláveis), e promovam a fluidez de circulação no interior da região e a acessibilidade aos centros.

A gestão da paisagem da estrada-mercado deverá basear-se ao mesmo tempo na sua infra-estruturação básica ao nível da criação de passeios, iluminação e arborização, bem como ao nível do ordenamento da publicidade e na regulamentação de novas construções adjacentes e novas intersecções.

C – Barrocal, C3 – aglomerado urbano de Loulé e C6 – novas centralidades.

O barrocal, devido aos factores até aqui enunciados, corresponde, na área em estudo, a uma unidade de paisagem com um carácter vincado e uma identidade, ainda, elevada, tanto no que diz respeito à sua componente biofísica como à humanização, mas em progressivo e drástico processo de alteração, consequência dos problemas e desequilíbrios que a afectam.

O uso do solo é bastante heterogéneo, variando ao longo dos “limites” em que se sistematiza este grupo de sub – unidades, mas também no interior destas. Assim,

fundamentalmente ao longo da EN 125 e do IC 4, corresponde uma utilização comercial, residencial e de serviços, associada fortemente às dinâmicas económicas e populacionais nesta unidade de paisagem, particularmente marcada, neste âmbito, pela inter-dependência funcional entre Loulé, Almancil e os núcleos urbanos dispersos, situados entre ambas.

Com o crescimento urbano e o desenvolvimento do turismo, as atitudes e formas de ocupação predatórias têm alastrado do litoral para o barrocal densificando e desqualificando a paisagem.

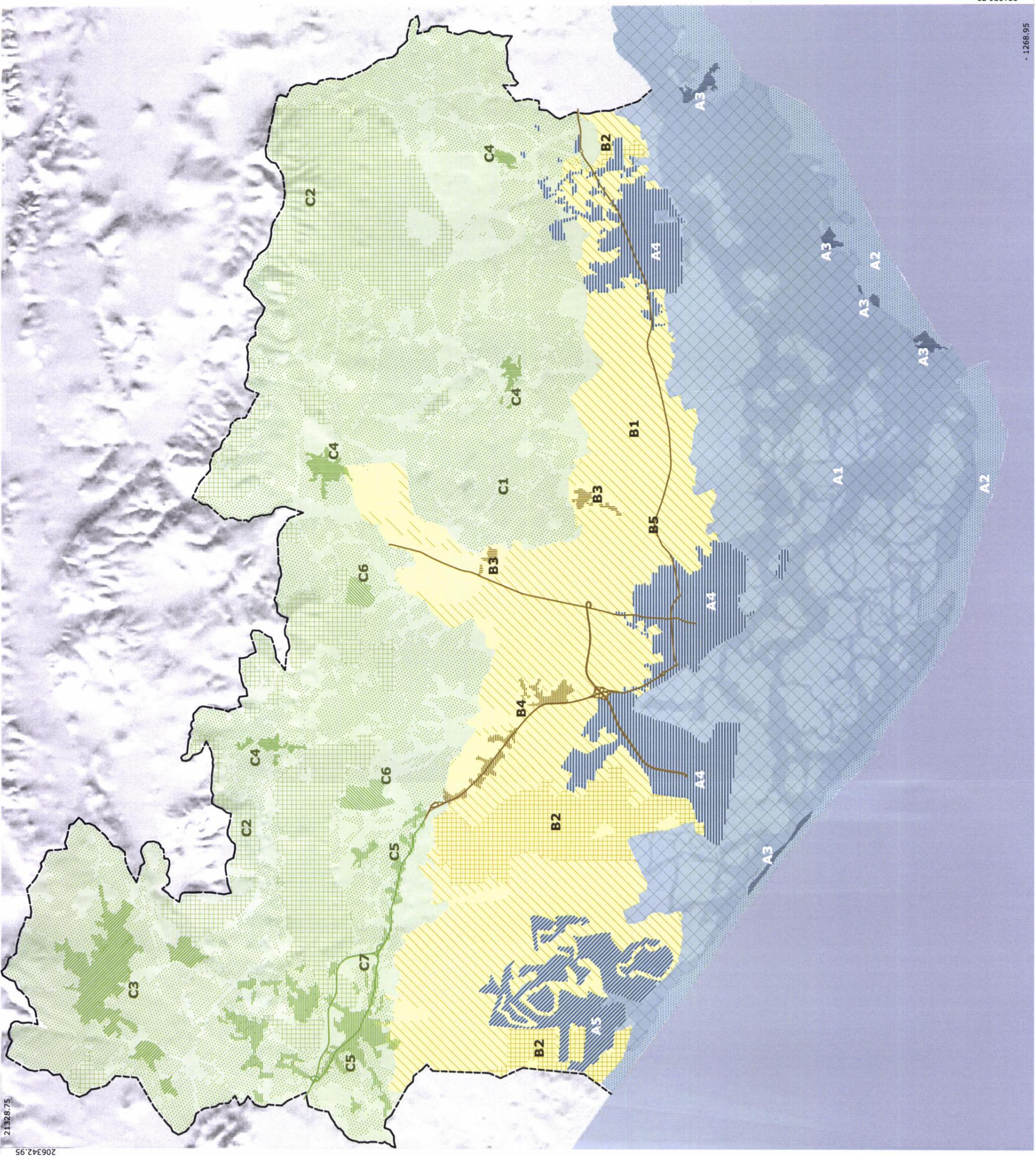
O povoamento é desordenado, com características de fragmentação urbana relativamente à expansão da cidade de Loulé cujo centro histórico detém um importante valor histórico e patrimonial, de dispersão da edificação isolada pelo território, de polarização linear induzida pela localização de funções comerciais e de serviços relacionadas com a actividade turística.

As “restrições” ambientais e paisagísticas, de fundamental importância na dinâmica ecológica (declives acentuados, solos de elevado valor ecológico e/ou agrónómico, matos, agrossistemas tradicionais, património), não têm impedido o desenvolvimento do modelo de ocupação difusa que caracteriza a paisagem.

Esta parece estar a ser promovido quer pelo surgimento de novos centros – Parque das Cidades, Centro Empresarial do Algarve, Mercado Abastecedor da Região de Faro – agregados aos nós da Via do Infante e aos eixos de conexão a esses nós, quer pela própria Via que com perfil de auto-estrada e apesar de não permitir a urbanização adjacente, também não define, de modo claro, uma barreira exterior ao desenvolvimento da conurbação. Aliás, o seu importante papel na mobilidade intra-regional e de ligação com o exterior nomeadamente com a A2 para Lisboa e com a *auto-pista* para Sevilha, constitui um dado fundamental para o incremento da pressão urbanística e urbano-turística.

Associados a esta realidade urbanística, as áreas agrícolas crescentemente artificializadas, abandonadas ou expectantes, os novos traçados viários, as linhas aéreas de alta tensão e de telecomunicações, a publicidade anárquica e os depósitos, casuísticos, de resíduos são degradações que afectam significativamente a paisagem.

Face aos evidentes desequilíbrios e disfunções presentes e à necessidade de correcção do modelo de ocupação urbana, torna-se evidente e urgente que a gestão da paisagem deve basear-se numa estreita ligação entre a política sectorial da mobilidade e a sua articulação com a política de regulação urbanística aos níveis macro (transmunicipal e regional) e micro-territorial (urbano, de pormenor), bem como numa maior e melhor articulação sectorial designadamente do turismo com a agricultura, o urbanismo, o ordenamento e o património, numa lógica de integração espacial e de actividades de cultura, lazer e desporto.



--- Limite da Área em Estudo

**UNIDADES DE PAISAGEM**

**A - Ria Formosa**

- A1 - Zona Lagunar
- A2 - Sistema Dunar
- A3 - Núcleos Urbanos de Armonia, Culatra, Hengares, Farol e Ilha do Faro
- A4 - Aglomerados Urbanos de Olhão e Faro
- A5 - Empreendimentos "Urbano-Turísticos"

**B - Planície Litoral**

- B1 - Campina de Faro-Olhão
- B2 - Matas do Pontal e de Marim
- B3 - Núcleos Urbanos Compactos
- B4 - Núcleos Urbanos Dispersos
- B5 - Estrada-Mercado EN125, IC4 e EN2

**C - Bairral**

- C1 - Campos Agrícolas
- C2 - Matos
- C3 - Aglomerado Urbano de Loulé
- C4 - Núcleos Urbanos Compactos
- C5 - Núcleos Urbanos Dispersos
- C6 - Novas Centralidades (periféricas)
- C7 - Estrada-Mercado EN125

6.17

UNIDADES DE PAISAGEM



Só, assim, fará sentido favorecer um policentrismo complementar da rede urbana pré-existente, em que o Parque das Cidades através de um programa diversificado de desporto e recreio, hotelaria, turismo, e saúde, parece constituir um bom exemplo, se permitir o reforço funcional e a recomposição hierárquica da rede urbana, particularmente das cidades de Faro e Loulé, ao mesmo tempo que pode contribuir para o desenvolvimento da economia turística da região algarvia e para a (re)estruturação do seu território.

A diversidade de usos, o aumento de complementaridades e a manutenção das baixas densidades, com o objectivo de responder a procuras diversificadas do território, devem ser consideradas medidas fundamentais de gestão da paisagem conjugadas com a regulamentação das expansões urbanas, da proliferação de novas construções dispersas e da instalação de novas culturas agrícolas. Só, deste modo, é possível assegurar a perpetuidade dos recursos presentes, e o equilíbrio e carácter da paisagem, e recuperar e valorizar os aspectos que determinam a identidade do Barrocal: os pomares tradicionais de sequeiro e sua alternância com os matos de carrasco e de plantas aromáticas, os muros de pedra solta e as casas térreas e brancas que se destacam das cores quentes dos solos “barrentos”, dos tons claros dos afloramentos rochosos e dos verdes da vegetação mediterrânica, configurando um mosaico agrícola e paisagístico, pouco frequente, no contexto nacional, e muito característico do Algarve.

### 6.3. Propostas para uma estratégia de intervenções integradas

Adoptando os conceitos e os modelos de paisagem global e de cidade-região na perspectiva da interpretação e intervenção no sistema urbano Olhão – Faro – Loulé, pretende-se a superação do dualismo urbano – rural, centro – periferia, compactação – dispersão, e a sua articulação e gestão como partes indissociáveis de um todo interligado e inter-dependente.

Abordagem que se baseia na obrigatória compreensão do conjunto ao nível da região urbana (urbano consolidado e novas expansões, espaços edificados e não-edificados) e na intervenção não dualista, articulando e combinando escalas e estratégias de actuação, no âmbito de um «plano global de estrutura» ou estratégia de conjunto.

A inter-relação de escalas, macro e micro-territoriais, é importante e necessária para não fundamentar as propostas, as recomendações e as linhas estratégicas num conjunto vago e casuístico de “receitas” que não tenham sido claramente informadas a partir da interpretação ecológica e cultural da paisagem, e da apreensão da sua estrutura, funcionamento e dinâmica.

Partimos da escala macro-territorial, particularmente importante ao nível da caracterização da conurbação, que permite a compreensão da estruturação do mosaico paisagístico e dos padrões territoriais de urbanização, assim como o conhecimento da realidade paisagística,

sistematizada através da definição de unidades de paisagem, e dos condicionalismos da sua transformação, para ao nível micro se perceber melhor o contexto, os objectivos e as estratégias de intervenção local, não desligadas das estruturas que participam da construção e definição da paisagem.

O salto de escala da cidade espacialmente contida e compacta para o território da urbanização difusa confere à paisagem um papel estratégico fundamental como elemento de referenciação, estruturação e qualificação urbana e territorial, pelo que a cidade, no seu quadro regional, precisa cada vez mais de arquitectura da paisagem e de *landscape urbanism*, onde o sistema de espaços não-edificados como suporte da estrutura ecológica e cultural da paisagem cumpre a função estruturante de condutor arquitectónico e ambiental.

Pelo que o modelo de planeamento e desenho urbano preconizado no âmbito deste estudo contempla os complexos sistemas de relações entre escalas de intervenção e as interações entre espaços (urbano, rural, de transição, natural), baseado numa estratégia de “arquitectar a paisagem” referida quer a um mosaico paisagístico que estruture e ordene o espaço da região urbana, quer a um “macro-plano de estrutura”, relacionados respectivamente com a organização dos principais usos do solo: a urbanização, a agricultura e os espaços naturais, e com a reestruturação da paisagem urbanizada a partir da definição da estrutura ecológica, da estrutura cultural (incluindo a patrimonial), da estrutura edificada e da estrutura de mobilidade, das quais dependem as acções de vocação estruturante e de maior prioridade, consideradas como de maior «efeito – paisagem – cidade – património».

A intervenção à escala da nova dimensão regional da cidade, mas também à escala das suas partes, com o objectivo de dar estrutura e forma na organização e inter-dependência de sequências e relações de espaços edificados e de espaços vazios de edificação, implica o (re)desenho e a regeneração do organismo desmembrado (conurbação, urbanização difusa), possibilitando o seu reencaixe, reabsorvendo as suturas e , deste modo, promovendo a (re)configuração do mosaico paisagístico e assegurando, através das estruturas fundamentais da paisagem, o funcionamento e coerência globais, a integridade ecológica, a identidade cultural e a sustentabilidade ambiental e económica da região urbana.

De acordo com a metodologia de intervenção desenvolvida designada por «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património», apresentam-se, de seguida, as propostas para uma estratégia de intervenções integradas, visando objectivos múltiplos, que outorguem um conjunto de linhas de orientação, acções e modelos espaciais centrados na organização dos usos do solo, e dêem indicações claras e estratégicas das estruturas, espaços e elementos a preservar e dos que podem ser utilizados no sentido do uso múltiplo, assim como das acções e medidas que conduzam à sua concretização.

Propostas que contribuirão para garantir o desenvolvimento sustentável do centro litoral do Algarve e para dar coerência e legibilidade às referidas estruturas e elementos, colocando-os ao serviço e usufruto das populações residente e visitante, no presente e no futuro.

6.3.1. Bases para uma proposta de organização espacial e funcional: um mosaico paisagístico para o litoral centro do Algarve.

Pretende-se estabelecer as bases para um mosaico paisagístico que a partir da organização dos usos principais do solo contribuirá para a estruturação e ordenamento do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé e para a obtenção de um modelo de organização e gestão espacial, sólido e coerente sob o ponto de vista social e ecológico.

A harmonização entre os sistemas naturais e a população, e a organização espacial e funcional desde uma perspectiva a grande escala, são elementos fundamentais para a criação de um sistema urbano sustentável.

Neste sentido, e face ao actual mosaico da paisagem em estudo, que contém diversos atributos singulares e distintivos, e vários aspectos negativos, apresenta-se um leque de propostas que, formalizadas num mosaico paisagístico alternativo, se integram em quatro grandes temas: o desenvolvimento urbano (e turístico), os espaços não-edificados, a agricultura e o património.

a) desenvolvimento urbano

A definição do modelo de desenvolvimento urbano constitui uma das estratégias mais importantes para a protecção e preservação da paisagem e do património, dos sistemas e recursos naturais e culturais, com importantes benefícios para a sociedade.

Por outro lado, do ponto de vista das estratégias e da definição de grandes opções, é necessário operacionalizar e coordenar um conjunto de intervenções tendentes a (re)estruturar e (re)qualificar a paisagem em função da condição urbana e territorial, descontínua e fragmentada, que caracteriza actualmente o sistema urbano em estudo.

Face a um sistema urbano e produtivo territorialmente disperso e integrando na definição da estratégia urbanística os distintos padrões de urbanização, o desenvolvimento ideal do mosaico urbano consistirá no crescimento limitado e concentrado dos diferentes aglomerados urbanos, mantendo e potenciando as respectivas identidades, apoiado num urbanismo de qualificação, de reutilização e de consolidação da malha existente, mas também em intervenções extensivas imprescindíveis à requalificação ambiental e paisagística e à criação de coesão funcional e legibilidade dos tecidos urbanos.



A estratégia do crescimento urbano e urbano-turístico limitado e concentrado, permite o desenvolvimento no interior dos aglomerados ou nas áreas a eles adjacentes, contribuindo quer para a salvaguarda dos solos de elevado valor ecológico e/ou agronómico, quer para a criação de comunidades humanas fortes e coesas.

O modelo de desenvolvimento urbano proposto contrariando o actual processo de expansão urbana descontrolada e desorganizada, apoia-se no policentrismo como um princípio de organização de sistemas urbanos complexos em que a rede urbana constituída por aglomerados de dimensão desigual, fisicamente próximos mas não fusionados, entre os quais são cada vez maiores as interdependências, a mobilidade, a cooperação, a complementaridade e a conectividade social e ecológica.

Para além das orientações para a gestão das unidades de paisagem, anteriormente expressas, as linhas gerias de estratégia para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do centro litoral do Algarve, a longo prazo, são as seguintes:

i) estruturar a rede urbana conjugando e articulando os territórios de urbanização difusa (expansões recentes, crescimento linear, edificação dispersa) com os aglomerados urbanos compactos, principais (zonas consolidadas das cidades de Olhão, Faro e Loulé) e secundários (Quelfes, Pechão, Conceição, Estói, Santa Bárbara), sendo que a requalificação urbana encontra, em ambas as situações, a necessidade de resolver as rupturas de escala e os encravamentos, de evidenciar e valorizar os eixos e os percursos preferenciais, e que a consolidação e requalificação do tecido edificado existente inclui o “aumento” da sua densidade e coesão, e a definição dos limites entre as estruturas edificadas e ecológica a partir das respectivas qualidades formais e funcionais;

ii) promover soluções de boa articulação entre os “loteamentos urbanos e urbano-turísticos” com a(s) cidade(s) consolidada(s) coordenando melhor o traçado das vias e sua hierarquização, com a densificação de determinados eixos (Bairro Novo – Quinta do Major em Olhão; Faro – Pontes de Marchil – Montenegro – Gambelas; Almancil – Vale Formoso) e zonas de expansão recente (Brancanes em Olhão; Almancil; Ladeira do Rato e Cassima em Loulé), de modo a viabilizar a expansão dos serviços de transporte colectivo. Neste âmbito, o ordenamento e (re)estruturação do sistema urbano deverá apoiar-se quer na requalificação urbana e paisagística da estrada-mercado (EN125, IC4 e EN2), quer no desenvolvimento de um sistema ferroviário ligeiro – metro de superfície – que interligando as cidades e as novas centralidades (Aeroporto, Universidade e Parque das Cidades), complemente os transportes públicos rodoviários e respectiva articulação inter-modal com os restantes modos de transporte. A continuidade dos percursos pedonais e cicláveis em condições de conforto e de não conflito com as outras formas de mobilidade, interligando

por ciclovia as cidades de Olhão, Faro e Loulé, passando pela praia da Ilha de Faro, pela Universidade e pelo Parque das Cidades, contribuirá como ligação estruturante ao nível dos diversos modos de transporte e em articulação com a estruturação da região urbana, para a sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade de vida;

iii) reforçar os projectos de recuperação paisagística e valorização ambiental: das frentes ribeirinhas de Olhão – Marim e Faro – Montenegro, os quais podem integrar equipamentos (existentes ou previstos) e sistemas de percursos pedonais e cicláveis articulados com equipamentos culturais, desportivos e de lazer; de corredores e espaços verdes (com caminhos pedestres e ciclovias) de conexão e relação entre fragmentos urbanos, em áreas de cedência ao domínio público, nomeadamente entre Olhão e a Quinta do Major, entre Faro e a Ilha, e entre Loulé e Goncinha; de linhas de água visando a qualificação das zonas de contacto e de conflito entre a urbanização e os leitos de cheia, principalmente da ribeira das Lavadeiras, da ribeira da Marchil e da ribeira do Cadouço (junto a Loulé);

iv) reinterpretar, no âmbito da região urbana, a matriz agro-marinha de modo a encontrar as novas potencialidades dos espaços não-edificados (Matas de Marim e do Pontal, corredores fluviais dos principais cursos de água, espaços naturais e espaços verdes) inserindo-os no sistema de espaços colectivos, encontrando contiguidades entre a estrutura ecológica e a estrutura edificada de modo a dar resposta à necessidade de continuidade dos sistemas naturais, mesmo no espaço urbano e à inter-penetração deste com o espaço rural;

v) qualificar o conjunto urbanizado e criar uma “imagem de cidade-região” intervindo simultanea e prioritariamente tanto nos aglomerados principais e núcleos secundários que apresentam já alguma imagem urbana e alguns efeitos de centralidade devido à existência de equipamentos de uso colectivo, comércio e serviços (Pechão, Estói, Patacão, Santa Bárbara, Almancil), como no sistema de espaços não-edificados (campos agrícolas, matas, zonas ribeirinhas, linhas de água, etc.), incluindo os de circulação (rodo e ferroviária, ciclável, pedonal) que constituirão uma espécie de “esqueleto”, de referência de territorialidade urbano – rural para a região.

Se relativamente aos primeiros, as questões de densificação e localização de funções (mistura de usos compatíveis) dotadas de fortes efeitos de atractividade junto de vias que possam suportar essas cargas urbanas, assumem uma importância determinante, a par do controlo tipológico, de ordenamento de alinhamentos, de fechamento e beneficiação da rede viária e qualificação do espaço público, no que diz respeito ao sistema de espaços não-edificados, a sua configuração numa estrutura ecológica e cultural que estabeleça relações de complementaridade formal e funcional com as manchas e fragmentos edificados,

preenchendo e articulando as discontinuidades, e promovendo a coexistência e coesão dos distintos espaços (urbano, rural, de transição, natural) é fundamental.

A proposta de criação do Parque Agrícola da Campina de Faro – Olhão, do Parque Florestal e Recreativo do Pontal e dos Parques Ribeirinhos de Olhão – Marim e de Faro – Montenegro, ao possibilitarem múltiplas utilizações do mesmo espaço físico, garantirem a protecção e valorização do importante património natural e cultural, assegurarem a produção de bens alimentares para abastecimento das populações locais, promovem a inter-penetração das estruturas edificada e ecológica às diferentes escalas, configurando um contínuo espacial, inter-ligado e dinâmico onde o sistema de espaços não-edificados (activo, multi-funcional, flexível), designadamente nas zonas de contacto e de ligação (funcional e paisagística), é o principal protagonista na (re)organização e reestruturação da paisagem urbanizada.

#### b) sistema de espaços não-edificados

O salto de escala territorial associado à interpretação e intervenção no sistema urbano Olhão – Faro – Loulé exige uma mudança radical no modo de entender, avaliar e projectar os espaços não-edificados que passam a desempenhar um papel essencial no (re)desenho da cidade-região.

Chamados a ter um papel formador e regenerador do sistema urbano, no seu todo, e adoptando a estratégia de (re)urbanizar tendo a paisagem como paradigma, a (re)construção do sistema de espaços não-edificados – como condição vital para a sua aceitação, vivência e defesa como espaços activos e qualificados, garantida pelo entendimento e pela sua integração em novas formas de usufruir a paisagem e a cidade (e as suas qualidades biofísicas e culturais) – baseia-se na revalorização das estruturas e elementos naturais e culturais subestimados (pomares de sequeiro e de regadio, hortas e vinhas, cursos de água, zonas ribeirinhas, Quintas e estruturas hidráulicas, matas e sebes, cerros e matos), que passam a acompanhar e ordenar os processos de conexão inter-cidades.

Contribuindo para reduzir as desigualdades de imagem e de qualidade urbana e de vida entre as zonas centrais das cidades e as expansões recentes, e sabendo que as estratégias de requalificação ambiental e paisagística podem atrair investimentos e actividades qualificadas, nomeadamente centralidades complementares ou equipamentos turísticos e de lazer, os espaços não-edificados passarão a desempenhar um papel chave na regeneração e ordenamento da região urbana, no seu todo, assim como na requalificação local em cada uma das suas partes:

- como estruturas de sustentabilidade da paisagem equacionando a sua identidade e carácter, bem como as suas potencialidades e atributos biofísicos, estéticos e sociais (estruturas verde e ecológica, estrutura cultural e patrimonial) procuram responder essencialmente à contenção da expansão urbana, à protecção dos espaços rurais e naturais, à salvaguarda do património natural e cultural, e ao desenvolvimento de uma rede de espaços de desporto e recreio;

- como elementos de salvaguarda e valorização dos usos colectivos – Parque Urbano da Quinta do Brejo (Olhão), Parque Ribeirinho de Faro – Montenegro, Parque Florestal e Recreativo do Pontal (Faro), Parque Urbano da Quinta da Marroquina (Loulé) – ou de continuidade e conectividade ambiental entre os aglomerados urbanos e os espaços naturais – os corredores fluviais das Ribeiras de Marim-Quatrim, de Bela-Mandil, o “grande” corredor ecológico das ribeiras das Lavadeiras e do Rio Seco, o corredor ecológico da ribeira de Marchil, o “grande” corredor fluvial da ribeira de S. Lourenço e o “grande” corredor verde dos cerros do sistema colinar. Estes corredores ecológicos, propostos, correspondem a corredores de vegetação natural que protegem um curso de água ou um sistema de cumeadas e encostas, que facilitam a circulação hídrica, atmosférica, da fauna ou da população, através de percursos pedonais e culturais, cumprindo múltiplos objectivos relacionados com a conectividade ecológica e social, e as actividades pedagógicas e de lazer.

- como complemento, correcção ambiental e integração paisagística das infra-estruturas de mobilidade: redesenho do traçado da ferrovia que cria fracturas, barreiras nos tecidos urbanos de Olhão e de Faro, impedindo a relação e conexão desta cidade com a Ria, ou a criação de passagens pedonais desniveladas, devidamente integradas; valorização dos nós de acesso às diferentes partes das cidades e da região, nomeadamente os nós de Braciais, de Estoi e de S. João da Venda (Faro), do Furadoiro, de S. Lourenço, da Campina e do Heliporto (Loulé); recuperação para o ambiente e para a vida urbana dos sistemas costeiros e ribeirinhos através da criação dos Parques Ribeirinhos de Olhão – Marim e de Faro – Montenegro e o Passeio Ribeirinho (de descoberta da natureza) da Ilha de Faro (lado poente);

- como criação de novos espaços colectivos, multi-funcionais, aproveitando os vazios de edificação da urbanização descontínua – Jardim das Âncoras (Olhão), Parque Urbano da Quinta do Brejo (Olhão), Praça de Alto Rodes (Faro), Jardim das Figuras (Faro), Parque Linear da Penha – Vale de Carneiros (Faro), Parque Linear Vale de Rãs (Loulé) – ou introduzindo novas valências de carácter sócio-económico, didáctico-cultural, ou de lazer,

como protecções de espaços, estruturas e elementos que acrescentam património à cidade e à paisagem: Parque do Poeta João Lúcio (Olhão), Parque dos Moinhos de Maré (Faro), Parque Pós-Industrial (Faro), Parque Arqueológico de Milreu (Estói) e Parque Agrícola da Campina de Faro – Olhão.

### c) agricultura

A defesa e preservação dos solos de elevado valor agronómico e a manutenção do seu carácter *non aedificandi*, assim como a protecção da policultura tradicional, constituem uma das estratégias fundamentais para a sustentabilidade ambiental e sócio-económica do sistema urbano, uma vez que a agricultura proporciona, a longo prazo, flexibilidade e estabilidade para a região e numerosos benefícios tanto para a sociedade como para a natureza.

Para além das orientações e medidas de gestão já veiculadas para as paisagens da planície e do barrocal, as linhas estratégicas de intervenção para o desenvolvimento e incentivo à agricultura na região urbana são as seguintes:

i) delimitar e assegurar áreas de abastecimento de alimentos para o futuro, o que pressupõe a contenção da expansão edificada no interior e imediações das cidades de Olhão e Faro, e nos núcleos urbanos de Quelfes, Pechão, Conceição, Montenegro, Gambelas, Patação e S. João da Venda, de modo a preservar o património pedológico e a actividade agrícola; as áreas urbanizáveis, delimitadas com base nas áreas com aptidão ecológica para a edificação, permitem, assim, conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação dos recursos naturais e das estruturas de continuidade natural e cultural que possibilitam a articulação entre os referidos aglomerados e entre a zona lagunar, o espaço da Campina e a zona do barrocal;

ii) compatibilizar a urbanização com a agricultura pressupõe planejar e desenhar a cidade introduzindo as lógicas de funcionamento dos sistemas naturais e rurais evitando a sua ruptura e fragmentação em ilhas, conferindo-lhes estrutura de continuidade territorial e ambiental, entendendo-os como uma rede; por outro lado, e uma vez que a agricultura desempenha um papel de extrema importância, que não se restringe apenas à produção de alimentos, mas que dela dependem a estabilidade física, o equilíbrio ecológico, a diversidade biológica e cultural da região, a beleza e potencialidade recreativa da paisagem, o território urbanizado deverá integrar áreas cultivadas com função social, educativa, lúdica, económica e ecológica, pelo que se propõe a criação do Parque Agrícola da Campina de Faro – Olhão, no “coração” da região urbana que, para além de assegurar a produção de

bens, nomeadamente alimentares, e desempenhar as distintas funções mencionadas, constituirá um suporte indispensável ao desenvolvimento da cultura e da memória e perpetuidade histórica do Algarve;

iii) defender a manutenção e valorização das culturas tradicionais quer no litoral, quer no barrocal, como estratégia de assegurar a identidade e carácter das suas paisagens, promovendo a multi-funcionalidade do espaço rural através da associação e conjugação da actividade agrícola e da preservação dos recursos naturais com a manutenção do património cultural (sítios arqueológicos, palácios, montes, “Quintas” e estruturas hidráulicas), com o recreio e o turismo, e a qualidade de vida das populações. O que pressupõe a integração da herança do passado com a procura de diversas funções no presente e expectativas em relação ao futuro, num processo de redefinição da funcionalidade e padrão da paisagem algarvia, onde seja possível conciliar a inovação e a permanência das suas características intrínsecas.

#### d) património

Adoptando uma visão cultural e dinâmica sobre a paisagem que abrange tanto os valores da cidade como os da ruralidade, e permite entender a paisagem como património e a possibilidade de o adaptar às necessidades da sociedade contemporânea, considera-se que uma das estratégias mais importantes para o desenho e organização do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé, tendo em vista a salvaguarda e valorização do seu património paisagístico (natural e cultural; urbano, arquitectónico e arqueológico; geomorfológico e pedológico) deve basear-se numa matriz cultural que corresponda à paisagem tradicional e à tipologia dos seus elementos constituintes cuja base são os valores naturais e culturais, considerando-se como um recurso activo na identidade cultural e territorial do centro do Algarve.

Complementar das medidas de gestão e valorização das unidades de paisagem, expressas anteriormente, consideram-se, como fundamentais, as seguintes linhas gerais de estratégia de actuação, dirigidas à preservação e salvaguarda activa dos recursos patrimoniais da região urbana, com vista ao aumento da qualidade da paisagem e à sua usufruição pelas populações:

i) entender e intervir no património na sua totalidade através de uma abordagem conjunta e integrada dos bens patrimoniais de origem natural e cultural, dos espaços e elementos edificados e não-edificados como duas realidades complementares e inseparáveis na configuração da paisagem como unidade patrimonial, o que pressupõe a intervenção

simultânea sobre os sistemas artificiais e naturais preconizando o desenvolvimento do sistema urbano aos níveis económico, cultural e ambiental.

Perspectiva que requer a elaboração de estratégias conjugadas de salvaguarda e valorização conjunta do património edificado – centros históricos das referidas cidades; núcleos urbanos tradicionais de Quelfes, Pechão, Conceição, Estói, Santa Bárbara, S. Lourenço; palácios de Estói e de João Lúcio; “Quintas de Recreio” anteriormente identificadas; sítios arqueológicos de Marim, Milreu, Torrejão Velho e Pontes de Marchil; pontes do Ludo e de Pechão; moinhos de maré da Ria Formosa; fortaleza de S. Lourenço – e património natural – ocorrências biológicas (sapais, marismas, dunas, solos férteis, linhas de água) e geológicas (afloramentos rochosos, cerros, dunas), planeando de forma articulada estes dois aspectos indissociáveis do património, relacionado com as actividades económicas e sociais, a cultura e a ecologia;

ii) compatibilizar a urbanização com a conservação integrada do património na sua dimensão territorial, mediante a contenção da expansão edificada nas áreas com aptidão à edificação, contíguas aos aglomerados e núcleos urbanos existentes, procurando reencontrar espaços mais confortáveis e sustentáveis, escalas humanas, a mistura de usos e funções, e a diversidade sócio-cultural que caracteriza, ainda, os centros e conjuntos urbanos tradicionais, considerando que a sua reabilitação contribui para reduzir o crescimento indiscriminado e atenuar as pressões que este exerce quer sobre aqueles, quer sobre os espaços cultural e ecologicamente sensíveis (“Quintas”, sistemas húmidos, agrossistemas tradicionais).

Ao mesmo tempo, deve-se promover a articulação dos aglomerados existentes através de um processo de controlo e regulamentação da expansão urbana e das tipologias utilizadas, apoiado numa estrutura de mobilidade que inclui percursos culturais, e numa estrutura patrimonial que integra os espaços e elementos patrimoniais para os quais se definem usos múltiplos potenciais e/ou preferenciais – residencial/produção agrícola, turismo/lazer, preservação da natureza/recreio – incentivando a sua participação no sistema económico, cultural, ecológico e de recreio da região urbana;

iii) manter e fomentar a diversidade e complexidade paisagística face aos processos de simplificação e homogeneização, e garantir a multi-funcionalidade e a valorização dos recursos patrimoniais da paisagem urbanizada. Para isso é fundamental a reabilitação e revitalização dos recursos patrimoniais (culturais, ambientais e antropológicos), e a revalorização turística e cultural dos espaços urbanos, rurais e naturais, contribuindo para o desenvolvimento sócio-económico da região.

Neste âmbito, cabe um conjunto de propostas, de que são exemplo: a recuperação das salinas do Coquenão e das estruturas hidráulicas da Quinta das Âncoras e sua integração no futuro Parque Ribeirinho de Olhão – Marim; recuperação das marismas e dos moinhos de maré da Palmeira e de José Grelha, e sua integração, com fins educativos e recreativos, no Parque dos Moinhos de Maré (Faro); na Zona Industrial de Faro, abandonada e desactivada, propõe-se, preservando a identidade do lugar e mantendo a sua herança industrial, a recuperação deste património e a sua integração no Parque Pós-Industrial de Faro; aproveitando a história do lugar e conciliando a conservação da natureza com o recreio, promovendo a conectividade ecológica e social entre a Ria e a cidade de Faro, fundamenta-se a proposta do Parque Ribeirinho de Faro – Montenegro;

iv) estabelecer as prioridades de intervenção de requalificação urbana e valorização ambiental, identificando aqueles espaços patrimoniais de maior necessidade e urgência das mesmas, tanto pelo seu estado de degradação – centros históricos de Olhão e de Loulé; bairros periféricos; Zona Industrial de Faro; marismas, salinas e dunas; áreas agrícolas abandonadas na envolvente das cidades de Olhão e Faro – como pelo seu dinamismo – zonas ribeirinhas destas cidades; estrada nacional 125 e nós de acesso às cidades; galerias ripícolas das ribeiras do Rio Seco e das Lavadeiras, da ribeira de Marchil, da ribeira do Cadouço (junto a Loulé) e da Ribeira de S. Lourenço.

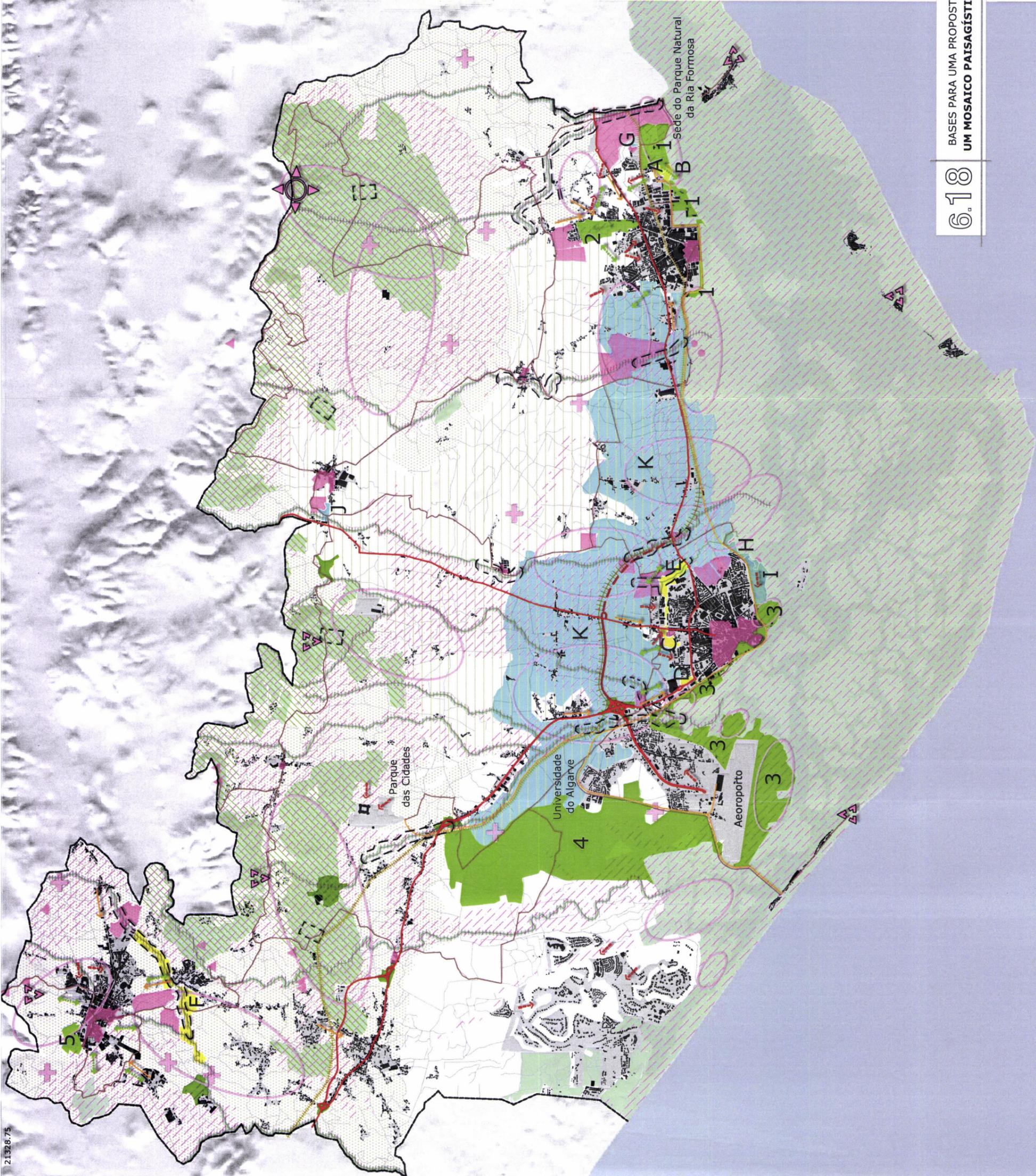
v) manter e completar a estrutura formal da “paisagem rural” com o estabelecimento das seguintes acções e medidas, consideradas fundamentais para garantir a manutenção da identidade e carácter da paisagem ao nível da região urbana: reflorestação das encostas do sistema colinar com espécies da flora autóctone e tradicional; manutenção das linhas de água a céu aberto e alargamento das faixas de protecção a elas adjacentes e o favorecimento da implantação de vegetação ripícola constituindo corredores de protecção denominados “bandas ripícolas” e a conformação de importantes corredores ecológicos; protecção e valorização de elementos tradicionais de interesse patrimonial, nomeadamente dos muros de pedra solta, no barrocal, de sebes de compartimentação da paisagem, de estruturas hidráulicas (noras, aquedutos, tanques, caleiras), da rede de caminhos rurais e agrícolas, e dos edifícios de arquitectura popular ligados à exploração da terra, elementos que em conjunto constituem a estrutura que informou o processo de construção histórica da paisagem, e cuja (re)descoberta é fundamental para o (re)ordenamento e reestruturação paisagística.

vi) potenciar a apropriação visual e perceptiva da paisagem e valorizar o património do espaço rural e natural, reconhecendo a sua importância na formação individual e colectiva, e

no enriquecimento das estruturas da paisagem, através de uma rede de miradouros que inclui um «Observatório da Paisagem» a localizar no cerro de S. Miguel (e os miradouros nos cerros de Guilhim, da Goldra e de Santa Luzia, e no sistema dunar nas ilhas de Faro, Farol/Culatra e Armona), e de percursos culturais que contribuem para que o património dos distintos espaços participe e se integre no presente, constituindo uma mais valia para o desenvolvimento cultural das comunidades, que passam a usufruir, de modo distinto, da paisagem que, enquanto património, adquire a condição de recurso, valor e agente chave para o desenvolvimento.

À escala do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé, o património paisagístico cumpre a função de ser um elemento de dinamização das economias locais e regionais sob modalidades que abrangem desde a preservação da natureza – Parque Natural da Ria Formosa, Parque Florestal do Pontal e corredores fluviais – e dos agrossistemas tradicionais – Parque Agrário da Campina – até à reabilitação dos centros históricos de Olhão e de Loulé, e dos conjuntos tradicionais de Quelfes, Pechão, Estói, Santa Bárbara – e de terrenos para novas actividades económicas, culturais, educativas, recreativas – Parque Ribeirinho de Olhão-Marim, Parque Pós-Industrial de Faro, Parque Ribeirinho de Faro-Montenegro – ou para projectos de turismo cultural e da natureza – Parque do Poeta João Lúcio (Olhão), Parque dos Moinhos de Maré (Faro) e Passeio Ribeirinho da Ilha de Faro-Ancão, sem esquecer acções de requalificação urbana e ambiental como catalizadores das actividades económicas e sociais – Parque Urbano da Quinta do Brejo (Olhão), Praça/Jardim de Alto Rodes (Faro), Jardim das Figuras (Faro), Parque Linear da Penha – Vale de Carneiros (Faro).

A definição das bases para uma proposta de organização espacial e funcional através do estabelecimento de um mosaico paisagístico para o centro litoral do Algarve, considera o espaço rural e natural entendido como parte do património cultural herdado e elemento indissociável das áreas urbanas, na constituição e formalização da paisagem urbanizada, no seu todo, não sendo mais possível entendê-los separadamente, uma vez que se trata de preservar a forma cultural que se materializa/configura na estrutura global da região urbana.



- Limite da Área em Estudo

**DESENVOLVIMENTO URBANO**

**I - CRESCIMENTO URBANO LIMITADO E CONCENTRADO**  
- Expansão Urbana no Sentido dos "Vazios Urbanos"

**II - EIXOS EDIFICADOS**  
- Densificação e Coesão

**III - MOBILIDADE:**

- Requalificação Urbana e Paisagística da Estrada Mercado
- Fichamento da Circular Urbana de Faro
- Alteração do Traçado Ferroviário Actual (Linha Regional do Algarve)
- Desenvolvimento de um Sistema Ferroviário Ligero
- Rede de Percursos Pedonais e Cicláveis

**IV - RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL:**

- (1, 1, 3) - Frentes Ribeirinhas
- Corredores Verdes de Conexão
- Linhas de Água em Espaço Urbano

**SISTEMA DE ESPAÇOS NÃO-EDIFICADOS**

**I - «REDE FORMOSA»**

ESTRUTURAS DE SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM  
(Sistema Lagunar, Sistema Dunar, Matas, Matos e Linhas de Água e Galerias Ripícolas)

**II - SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DOS USOS COLECTIVOS:**

1. Parque Ribeirinho de Orlão-Maior;
2. Parque Urbano da Quinta do Brço;
3. Parque Ribeirinho de Faro-Montenegro;
4. Parque Urbano de Faro-Montenegro;
5. Parque Urbano da Quinta da Marroquinha.

**OU DE CONECTIVIDADE ECOLÓGICA:**

- Corredores Fluviais
- Corredores Ecológicos

**III - INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA DAS INFRA-ESTRUTURAS DE MOBILIDADE:**

- Nós de Acesso
- Passagens Desenhadas para Animais Terrestres

**IV. CRIAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS COLECTIVOS NOS VAZIOS URBANOS:**

- A. Jardim das Áncoras
- B. Jardim das Salinas
- C. Praça de Alto Rodas
- D. Jardim das Figuras
- E. Parque Linear da Penha - Vale de Carmelinos
- F. Parque Linear Vale de Rãs

**OU INTRODUCINDO NOVAS VALENCIAS DE CARÁCTER SOCIO-ECONÓMICO, DIDÁCTICO-CULTURAL OU DE LAZER:**

- G. Parque do Pórtico João Lúcio
- H. Parque das Moineiras do Maré
- I. Parque Pós-Industrial
- J. Parque Arqueológico de Milreu
- K. Parque Agrícola da Campiña de Faro-Olhalo

**AGRICULTURA E MULTI-FUNCIONALIDADE DO ESPAÇO RURAL**

**I - ÁREAS DE PRODUÇÃO / ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS:**

- Solos de Elevado e Muito Elevado Valor Agrícola

**II - ÁREAS CULTIVADAS COM FUNÇÃO SOCIAL, EDUCATIVA, ECONÓMICA E ECOLÓGICA:**

- (K) - Parque Agrícola da Campiña de Faro-Olhalo
- Pomares de Sequeiro

**PATRIMÓNIO**

**I - CONSERVAÇÃO INTEGRADA E SALVAGUARDA ACTIVA:**

- Património Edificado (Património Urbano, Arqueológico e Arqueológico)
- Património Natural (Património Geomorfológico e Pedológico)

**II. RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ESTRUTURA FORMAL DA "PAISAGEM RURAL":**

- Reflorestação das Encostas do Sistema Colinar
- Manutenção das Linhas de Água a Céu Aberto
- Protecção de Elementos Tradicionais de Interesse Patrimonial

**III. APROPRIAÇÃO VISUAL E PERCEPTIVA DA PAISAGEM:**

- Rede de Miradouros (Cerros de Guilhim, Goidra e Stª Luzia, e nas Ilhas da Armona, Culabra e de Faro)
- «Observatório da Paisagem» (Cerro de S. Miguel)
- Rede de Percursos Culturais

**6.18**

**BASES PARA UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONAL: UM MOSAICO PAISAGÍSTICO PARA O LITORAL CENTRO DO ALGARVE**

### 6.3.2. Contributos para a reestruturação do Sistema Urbano recorrendo à morfologia da paisagem como instrumento do seu ordenamento.

Contrário ao modelo de planeamento convencional e à sua prática, baseada na ocupação do território através da justaposição progressiva de áreas e elementos, sem um conceito de morfologia e estrutura que os integre e hierarquize, e sem considerar os valores naturais e culturais pré-existentes, o «plano global de estrutura» que se propõe, representa a morfologia da paisagem através das estruturas: ecológica, cultural (incluindo a patrimonial), edificada e de mobilidade, e das áreas complementares, à qual se pretende recorrer como instrumento do (re)ordenamento e reestruturação da paisagem urbanizada.

Partindo da concepção da paisagem como estruturas sobrepostas e articuladas que permite a superação da dicotomia cidade – campo, urbano – rural, centro – periferia, a favor do entendimento da paisagem como espaço contínuo e estruturado, mosaico de “cheios e vazios”, com edifícios e espaços não-edificados, em constante mutação, adaptando-se progressivamente às necessidades sociais, o «plano global de estrutura» proposto para o sistema urbano do centro litoral do Algarve, dá expressão e enfatiza a presença de elementos e sistemas fundamentais na reestruturação e (re)organização espacial e funcional da paisagem, no pressuposto de que o que se pretende na intervenção, à escala da região urbana, é fazer destacar quer as estruturas naturais, quer as antrópicas, conferindo-lhes coesão, coerência e legibilidade.

Nesta perspectiva, as estruturas e as áreas complementares funcionam como um todo, sendo indispensável a sua interdependência e complementaridade, em que as primeiras correspondem à parte do território, ao espaço da região que assegura o fundamental em termos de estabilidade física e funcionamento global (sustentabilidade ecológica, sócio-cultural e económica), enquanto que as áreas constituem “bolsas de terrenos” para as distintas actividades necessárias, já seja expansão urbana e urbano-turística, agricultura, desporto e recreio ou uso múltiplo.

A definição das bases do «plano global de estrutura» para a reestruturação da paisagem urbanizada do centro litoral do Algarve, tem como pressuposto a ideia de que, por um lado, o planeamento integrado do território implica, necessariamente, o reconhecimento das áreas cultural e ecologicamente mais sensíveis da paisagem, contínuas e activas, indispensáveis ao funcionamento dos sistemas naturais (os sistemas húmidos de água doce e salgada, os sistemas dunares, os solos de elevado valor ecológico, as zonas com risco de erosão geológica, as áreas de máxima infiltração, as matas e as áreas de matos) e à perpetuidade dos mosaicos culturais e dos espaços e elementos patrimoniais (agrossistemas tradicionais, sebes de compartimentação, sítios arqueológicos, conjuntos urbanos tradicionais, centros históricos, ocorrências edificadas, biológicas e geológicas), e, por outro lado, que a estrutura

edificada (habitação, equipamentos, indústria) e a estrutura de mobilidade (por via marítima e aérea, e a rede rodovial e ferroviária, infra-estruturas cicláveis e pedonais) devem, na sua implantação, obedecer a regras de localização que tenham em conta aquelas áreas (cultural e ecologicamente sensíveis) atendendo aos conceitos de aptidão ecológica, capacidade ambiental e de preservação patrimonial.

«O plano global de estrutura», baseando-se no reconhecimento dos sistemas e recursos naturais e culturais, fundamentais, que devem ser preservados, constituindo estruturas de permanência que definem diferenças e singularidades que conferem identidade à região urbana, e a sua distinção das áreas que poderão ser sujeitas a alterações relativamente à sua ocupação actual, tem por objectivos propor uma organização da paisagem que responda às exigências da sustentabilidade aos vários níveis, através:

i) da proposta de delimitação de uma estrutura ecológica da paisagem que integre os sistemas naturais e culturais imprescindíveis à integridade estrutural, a uma coerência ecológica elevada, ao equilíbrio biológico e à qualidade de vida das populações, bem como a definição de propostas de ocupação potencial e orientadoras para a gestão, de carácter genérico (estas propostas incidem sobre todas as estruturas);

ii) da proposta de uma estrutura cultural que inclui os espaços culturalmente significativos, tanto de âmbito antrópico como natural (muitas vezes estes espaços encontram-se simultaneamente nas restantes estruturas), os valores culturais e patrimoniais que correspondem a marcas históricas do processo de antropização e transformação da paisagem, e a criação de uma estrutura patrimonial (conceito que incorpora a noção de valoração social) apoiada quer numa rede de percursos culturais que interliga os elementos de património edificado e natural, e os principais equipamentos colectivos, quer numa rede de miradouros que permite a percepção e leitura integrada do património paisagístico;

iii) a proposta de delimitação de uma estrutura edificada que reúne os elementos construídos pelo homem com materiais inertes que são indispensáveis ao abrigo das populações e ao desenvolvimento das actividades socio-económicas, e que, no seu conjunto, constituem o “habitat” residencial e sócio-económico do homem, ou seja, o espaço edificado, coberto, incluindo os equipamentos, privados ou públicos, bem como as áreas que, do ponto de vista ecológico ou cultural, não apresentam restrições à implantação da edificação, atendendo às áreas estritamente necessárias à sua expansão;

iv) a proposta de uma estrutura de mobilidade que a partir do entendimento da paisagem urbanizada como um organismo cinético em permanente movimento, constituindo este o

elemento estruturante, integre quer a rede viária existente, respeitante a todas as tipologias utilizadas pelas várias modalidades de transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo), e o (re) desenho do seu traçado e alternativa de implantação nos casos em que constitui uma fractura na paisagem, quer uma rede de percursos culturais, de recreio e de “descoberta” da paisagem e do património, a partir de vias e caminhos pré-existentes, fundamentalmente de circulação pedonal e de bicicletas;

v) a delimitação das áreas complementares das referidas estruturas que constituem as áreas nas quais, na perspectiva do modelo de planeamento paisagístico, de base ambiental, as diversas actividades humanas (edificação, desporto e lazer, agricultura, turismo, etc.) se podem desenvolver, considerando que a sua ocupação urbana e edificada se deve realizar à medida das necessidades e uma vez esgotadas as áreas com aptidão ecológica e cultural à edificação, integradas, desde logo, na estrutura edificada, numa perspectiva de futuro.

A importância das distintas estruturas da paisagem e das áreas não abrangidas por estas, entendida no contexto das suas inter-relações, sendo tão fundamentais umas como as outras embora orientadas para objectivos diferentes, prende-se com o facto de:

- na estrutura ecológica e na estrutura cultural, incluindo a patrimonial, estarem integrados os recursos e os sistemas essenciais para a manutenção dos processos ecológicos, dos quais depende o correcto funcionamento da paisagem, e os recursos e espaços culturais fundamentais para a salvaguarda da sua identidade e carácter, dos quais depende o significado da paisagem enquanto património que herdámos e que temos que continuar a construir para as gerações futuras, e

- na estrutura edificada e na estrutura de mobilidade estarem incluídos as áreas e os elementos indispensáveis para a implementação e concretização de actividades sócio-culturais e económicas, imprescindíveis ao desenvolvimento humano.

A proposta de delimitação da estrutura ecológica, da estrutura cultural e da estrutura de mobilidade baseia-se no princípio da continuidade e conectividade ecológica e social, considerando que:

i) a delimitação da estrutura ecológica identifica e reúne as áreas que pelas suas características biofísicas e ambientais são articuladas num sistema contínuo – *continuum naturale* – que permite o funcionamento e o desenvolvimento dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas, através de uma estrutura que garante a presença da natureza e da vida

silvestre, a biodiversidade e a continuidade dos fluxos geoquímicos: água, ar, nutrientes, vegetação e fauna;

ii) a delimitação da estrutura cultural e patrimonial identifica e integra, como já se referiu, os espaços culturalmente significativos, criação do Homem ou da Natureza, que pelo seu interesse e valor cultural e patrimonial são articulados num sistema contínuo – *continuum culturale* – que permite a perpetuidade da capacidade narrativa da paisagem, estritamente associada às suas representações mais fortes na identidade local e/ou regional, e na reafirmação da memória colectiva através de uma relação de apropriação por parte das populações, a partir de uma rede percursos e de miradouros e “observatórios” do património paisagístico;

iii) a delimitação da estrutura de mobilidade reconhece e inclui as distintas infra-estruturas viárias e o diversificado sistema de acessibilidade e mobilidade, corrigindo o traçado das “vias” que constituem uma barreira em termos espaciais e funcionais, e o incremento da mobilidade não-poluente através de um sistema contínuo de ciclovias e de percursos pedonais, mas também de metro de superfície integrado em corredores de transporte colectivo de alta capacidade que, para além de garantir a circulação de pessoas, bens e informação por todo o território, contribui enquanto elemento vertebrador e formador, para a (re)organização do sistema urbano;

Por outro lado, a delimitação da estrutura edificada identifica e integra os espaços edificados existentes que constituem o “habitat” fundamental para o desenvolvimento das actividades humanas (residenciais, laborais, sociais, culturais) indispensáveis à vida, e as áreas que pelas suas características ecológicas e culturais permitem a sua ocupação, nomeadamente pela edificação e urbanização, devendo, em relação a estas, ser dada preferência em áreas já ocupadas, procedendo à sua consolidação e reestruturação, promovendo a sua qualificação, coesão e “densificação”, através da definição de limites claros e estáveis que possibilitem a inter-penetração espaço urbano e espaços rurais e naturais, promovendo a alternância de eixos edificados e corredores verdes de modo a obter-se a máxima superfície de contacto entre ambos, mas pondo-se aos processos de ocupação difusa e de pulverização dos espaços edificados e não-edificados.

Nesta perspectiva, a proposta de uma delimitação da estrutura edificada para o sistema urbano Olhão – Faro – Loulé baseia-se na adopção de uma estratégia de conjunto e de continuidade do edificado através do preenchimento e da colmatação de espaços vazios de edificação apenas em espaço urbano ou na sua proximidade imediata (onde os vazios são excepção) e sempre que não comprometa a continuidade ecológica e cultural no interior dos

aglomerados, sendo que não se torna plausível onde os vazios de edificação são dominantes, ou seja, nos territórios de baixa densidade, entre cidades.

Se a estratégia de continuidade edificada se aplica apenas no interior e nas imediações dos principais aglomerados e núcleos urbanos, a estratégia de continuidade ecológica, cultural – patrimonial e de mobilidade (nomeadamente não-polvente), passa a ser efectiva em toda a região urbana, apresentando-se como a intenção de travar a edificação dispersa e de afirmar um processo de requalificação da imagem urbana e paisagística, contribuindo para um aumento significativo da sua qualidade visual e funcional.

A proposta de uma delimitação da estrutura edificada à escala da região urbana baseia-se, deste modo, na estratégia de reutilização dos aglomerados urbanos existentes através da reabilitação de espaços edificados degradados e obsoletos e de terrenos actualmente sem utilização (vazios urbanos) para usos múltiplos (habitação, comércio, serviços, recreio) com vista à coesão da paisagem urbanizada através da perpetuidade, complexidade e continuidade das estruturas ecológica, cultural, patrimonial e de mobilidade, contribuindo para o controlo do processo de urbanização difusa e para assegurar a presença de estrutura natural e cultural indispensável à sustentabilidade ecológica e estabilidade física, à identidade cultural e ao conforto ambiental, recreio e imagem do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé.

Considerando a metodologia de intervenção desenvolvida para o presente estudo de caso, designada «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património», são definidas, de modo sucinto, para cada estrutura, sub-estrutura e respectivas componentes, os objectivos de gestão (complementares ou reforçando as medidas e orientações de gestão expressas para as unidades de paisagem e o mosaico paisagístico) e os usos e tipologias de ocupação, compatíveis com a aptidão ecológica, a capacidade ambiental e a preservação patrimonial, entre os quais se destacam, atendendo à pretendida multi-funcionalidade da paisagem:

i) os agrários – agricultura patrimonial (agrossistemas tradicionais, Parque Agrícola, “Quintas de Recreio”), agricultura especializada (fruticultura, viticultura, floricultura, de primores em estufas), hortas sociais e pedagógicas, silvicultura;

ii) os preservação do património natural e cultural – sistema lagunar e dunar, solos de elevado valor ecológico e/ou agronómico, vegetação natural e semi-natural sob a forma de matas, matos, sebes e galerias ripícolas, sistema colinar de interesse geomorfológico, sítios arqueológicos, centros históricos e tradicionais, elementos edificados de valor cultural (palácios, pontes, fortaleza, etc.);

iii) os de recreio e lazer – turismo cultural (património urbano, arquitectónico, arqueológico, percursos culturais), ecoturismo (Parque Natural da Ria Formosa, rede de miradouros e de observatórios da paisagem), agroturismo (Parque Agrícola, Quintas de Recreio, percursos pedonais, de bicicletas e de cavaleiros), rede recreio (Parque das Cidades, Parque de Campismo, Parque Florestal e Recreativo, Parques Ribeirinhos, Parques Urbanos, corredores fluviais e ciclovias);

iv) os urbanos e urbano-turísticos – reabilitação e requalificação urbana e paisagística (bairros degradados, zonas ribeirinhas, zonas industriais, terrenos degradados), expansão urbana (reutilização do tecido edificado existente, eixos edificados);

v) os de mobilidade – reorganização e requalificação da estrutura existente (EN 125 e ferrovia), incremento de infra-estruturas e sistemas de mobilidade não-poluente (metro de superfície, percursos pedonais e cicláveis, percursos culturais e de recreio).

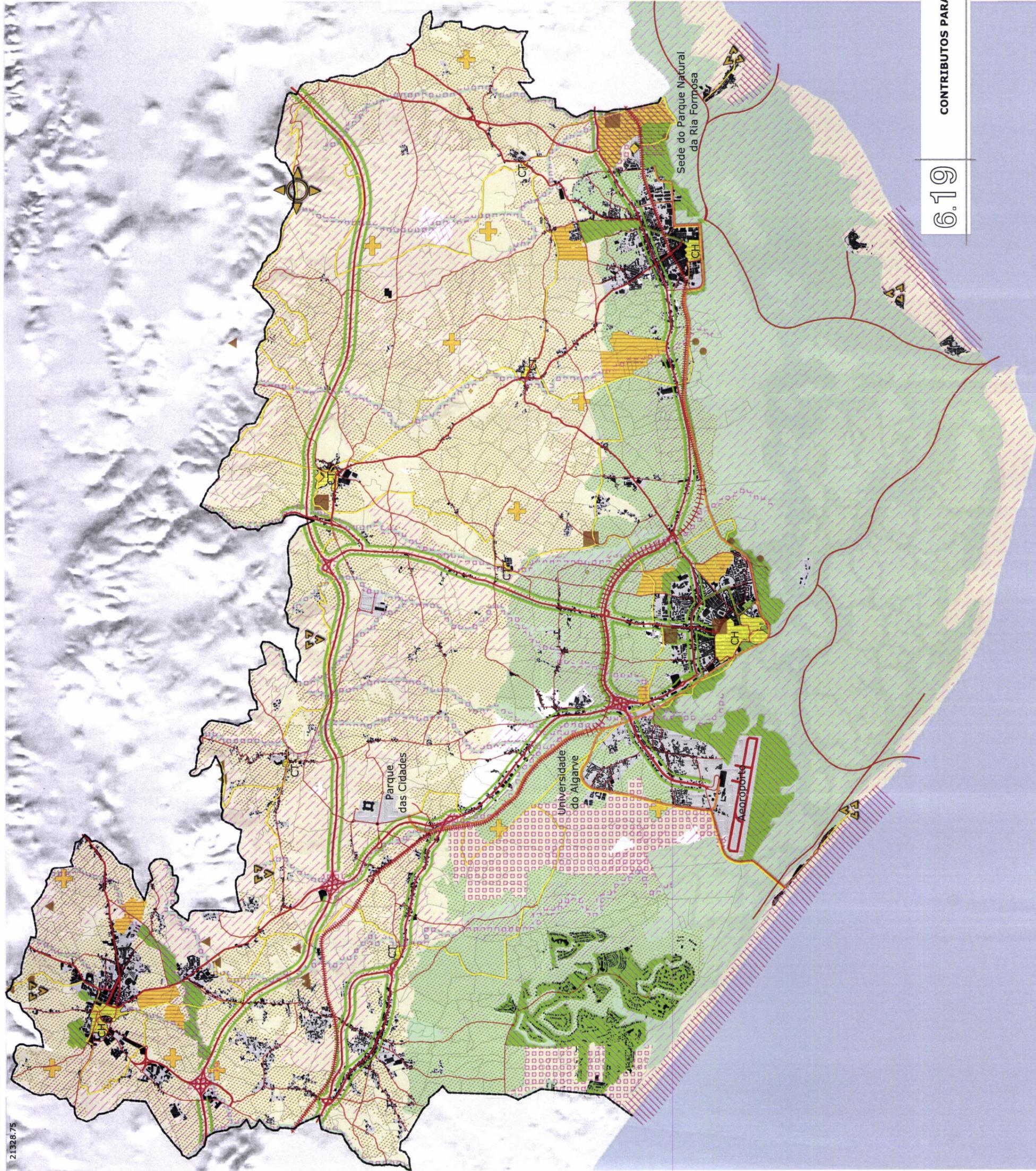
Quadro 6.4. Estruturas da Paisagem: ocupação potencial e medidas de gestão

Estruturas	Sub-Estruturas	Componentes	Ocupação potencial/ medidas de gestão	
Estrutura Ecológica	Estrutura Ecológica Fundamental	Zona Lagunar	- pesca, mariscagem, produção de bivalves, moluscicultura, piscicultura, salinicultura; - actividades de recreio e lazer associadas ao turismo da natureza; - protecção e preservação dos recursos naturais; <i>non aedificandi</i>	
		Sistema Húmido	Campina Linhas de água e zonas adjacentes	- agricultura tradicional de regadio (policultura); - favorecimento da implantação de vegetação ripária constituindo corredores de protecção ou "bandas ripícolas"; - agroturismo; - <i>non aedificandi</i> , excepto apoios e equipamentos associados à agricultura e ao turismo rural; - elaboração do Plano de Pormenor da Campina, no sentido da criação de um Parque Agrícola (museu da lavoura, hortas sociais, quintas pedagógicas, mercados de agricultura biológica)
		Sistema Seco	Zona dunar	- defesa e preservação das dunas e flora e vegetação associada; - Plano de Recuperação do sistema dunar; <i>non aedificandi</i>
			Áreas com riscos de erosão geológica (declives >16%)	- mata e matos de protecção; - <i>non aedificandi</i> ; - Plano de Pormenor em espaço rural;
			Áreas de máxima infiltração (alta permeabilidade do solo e subsolo)	- agricultura; - mata mista; - <i>non aedificandi</i> ; - Planos de Pormenor em espaço rural
			Áreas de protecção às cabeceiras das bacias hidrográficas	- mata e matos - percursos culturais e miradouros; - <i>non aedificandi</i> ; - Plano de Pormenor em espaço rural
	Solos de elevado valor agronómico no barrocal		- agricultura tradicional (pomares de sequeiro); - <i>non aedificandi</i> ; - integração na Reserva Agrícola Nacional	
	Áreas de matas, matos e pomares de sequeiro		- produção, protecção e recreio; - <i>non aedificandi</i> , excepto apoios àquelas actividades; - elaboração dos Planos de Pormenor do Parque Florestal e Recreativo do Pontal e do Parque dos Poetas na "Mata" de Marim	
	Estrutura Ecológica Integrada (na Estrutura Edificada)	Sistema Contínuo de Produção; Protecção e Recreio	Espaços Verdes Urbanos de carácter público (parques, jardins, avenidas, praças, largos, ruas pedonais)	- recreio e lazer; - apoios (bares, esplanadas, quiosques, sanitários); - corredores verdes de ligação; - Planos e Projectos de Execução
			Espaços Verdes Urbanos de carácter privado (associados a equipamentos, logradouros, jardins, vazios de edificações)	- integração paisagística; - produção, protecção e recreio; - corredores verdes de ligação; - Planos e Projectos de Execução
		Sistema Contínuo de Espaços - Canal	Faixas laterais e centrais de protecção às infra-estruturas de mobilidade (rodovias, ferrovias, ciclovias)	- ruas arborizadas; - corredores verdes de ligação; - corredores ecológicos; - Planos e Projectos de Execução

Estruturas	Sub-Estruturas	Componentes	Ocupação potencial/ medidas de gestão	
Estrutura Cultural	Estrutura Cultural	Sistemas de Produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- hortas e pomares;</li> <li>- agricultura a tempo parcial (áreas urbanas, suburbanas e peri-urbanas);</li> <li>- agricultura especializada (fruticultura, viticultura, floricultura, primores);</li> <li>- agricultura biológica;</li> <li>- agricultura patrimonial (agrossistemas tradicionais, quintas de recreio)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “parques hortícolas”;</li> <li>- hortas pedagógicas e colectivas;</li> <li>- agroturismo; mercados de fim de semana, venda de produtos biológicos, flores, etc.;</li> <li>- percursos culturais e de recreio;</li> <li>- <i>non aedificandi</i>, excepto apoios a actividade agrícola;</li> <li>- Planos de Pormenor em espaço rural</li> </ul>
		Sistemas de Protecção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- matas;</li> <li>- linhas de água e respectivas galerias ripícolas e margens elásticas;</li> <li>- sebes de compartimentação;</li> <li>- faixas de integração paisagística de vias e nós</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- conservação da água e do solo;</li> <li>- “bandas ripícolas” e corredores fluviais;</li> <li>- ecoturismo;</li> <li>- <i>non aedificandi</i>;</li> <li>- Planos de Pormenor em espaço rural</li> </ul>
		Sistemas de Recreio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- espaços para estadia e desporto ao ar livre (parques recreativos, desportivos, de campismo, de merendas, etc.);</li> <li>- percursos (bicicletas, pedonais, cavaleiros)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- actividades desportivas e de lazer;</li> <li>- percursos culturais e de recreio;</li> <li>- corredores verdes de conexão;</li> <li>- Planos de Pormenor e Projectos de Execução</li> </ul>
	Estrutura Patrimonial	Património Natural	Património geomorfológico (sistema húmido lagunar, sistema dunar e sistema colinar)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- protecção e preservação dos recursos naturais;</li> <li>- <i>non aedificandi</i>;</li> <li>- rede de miradouros e observatórios da paisagem;</li> <li>- ecoturismo;</li> <li>- Planos de Pormenor de Valorização Ambiental e Paisagística;</li> </ul>
			Património pedológico (solos com elevado valor ecológico e/ou agronómico)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- actividades tradicionais (agricultura, pesca, etc.);</li> <li>- agroturismo e ecoturismo;</li> <li>- <i>non aedificandi</i>;</li> <li>- integração na RAN e na REN</li> </ul>
		Património Cultural	Património urbano e arquitectónico (centros históricos, núcleos urbanos tradicionais, edifícios e outros elementos com valor histórico e patrimonial; fortalezas, pontes, moinhos, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- mistura de usos e funções compatíveis;</li> <li>- Turismo urbano e cultural;</li> <li>- Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização;</li> <li>- Projectos de Reabilitação Urbana e Arquitectónica</li> </ul>
			Património Arqueológico (sítios arqueológicos: centuriacões, povoações, necrópoles, balneários, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- turismo cultural;</li> <li>- actividades didácticas e pedagógicas;</li> <li>- <i>non aedificandi</i> na zona de protecção;</li> <li>- Planos e Projectos de Salvaguarda e Valorização;</li> <li>- Planos de Gestão</li> </ul>
			Percursos Culturais e Rede de Miradouros e de Observatórios do Património Paisagístico (natural + cultural)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- actividades turísticas e recreativas;</li> <li>- corredores verdes de ligação;</li> <li>- Planos de Pormenor em espaço rural;</li> <li>- Projectos de Execução</li> </ul>

Estruturas		Sub-Estruturas	Componentes		Ocupação potencial/ medidas de gestão
Estrutura Edificada	Estrutura Edificada Patrimonial	Centros históricos	zonas centrais das cidades de Olhão, Faro e Loulé classificadas como Património Nacional		- habitação, comércio e serviços; - turismo urbano e cultural; - Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização
		Conjuntos Urbanos Tradicionais	núcleos “centrais” de Quelfes, Pechão, Conceição, Estoi, St. <sup>a</sup> Bárbara e S. Lourenço		- habitação e comércio; - turismo cultural; - Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização
		Palácios, Quintas e Montes	Palácios de João Lúcio e de Estoi, e Quintas de Recreio identificadas		- turismo cultural; - agricultura e jardinagem; - Projectos de Recuperação e Requalificação
Estrutura Edificada	Áreas edificadas	espaço edificado existente (consolidado, linear e difuso)		- multifuncionalidade; - Planos de Urbanização; - Planos de Pormenor	
		áreas urbanizáveis (aptidão ecológica e cultural à edificação)		- mistura de usos e funções; - Planos de Urbanização e de Pormenor; - Projectos de Execução	
Estrutura de Mobilidade	Estrutura de Mobilidade	Estrutura de Mobilidade Poluente	Infra-estruturas existentes	Infra-estruturas viárias (rodo e ferroviárias)	- Plano de requalificação urbana e paisagística da EN125; - alteração do traçado da linha férrea na cidade de Faro;
				Infra-estruturas portuárias	- requalificação dos portos de Olhão e Faro e do cais/embarcadouros da Culatra, Armona e Farol; - Projecto de Integração Paisagística do Aeroporto Internacional de Faro
				Infra-estruturas aeroportuárias	Projecto de Integração Paisagística do Aeroporto Internacional de Faro
	Estrutura de Mobilidade Não-Poluente	Modo ferroviário	metro de superfície		- desenvolvimento do sistema ferroviário ligeiro; - Plano e Projecto do traçado de implantação
			pedonal e ciclável		- construção de infra-estruturas cicláveis e de corredores pedonais – Projectos de Execução
			percursos culturais e de recreio		- sinalização e manutenção de uma rede de caminhos cicláveis e pedonais, de descoberta da paisagem e do património
Áreas Complementares	Tipologias agrárias e naturais	-	em espaço rural e natural	- agricultura (policultura: hortas, pomares, vinha, arvenses de sequeiro); - mata; - corredores verdes de ligação; - Planos de Pormenor	
	Tipologias urbanas	-	em áreas urbanas e urbanizáveis	- estrutura verde e ecológica; - expansão edificada; - Planos de Urbanização e de Pormenor; - Projectos Urbanos e de Espaços Exteriores (Execução)	
Ocorrências	Pontuações	-	ocorrências pontuais de distinta natureza: edificada, biológica, geológica	- multifuncionalidade; - manutenção da diversidade e complexidade paisagística; - Projectos de Execução: reabilitação, requalificação, salvaguarda e valorização)	





- Limite da Área em Estudo

**ESTRUTURA ECOLÓGICA**

**Estrutura Ecológica Fundamental:**

- Sistema Húmido
- Sistema Seco

**Estrutura Ecológica Integrada (na Estrutura Edificada):**

- Sistema Contínuo de Produção, Proteção e Recreio
- Sistema Contínuo de Espaços-Canal

**ESTRUTURA CULTURAL**

**Estrutura Cultural:**

- Sistemas de Produção
- Sistemas de Proteção
- Sistemas de Recreio

**Estrutura Patrimonial:**

- Património Natural
- Património Cultural

**ESTRUTURA EDIFICADA**

**Estrutura Edificada Patrimonial:**

- CH - Centros Históricos
- CT - Conjuntos Urbanos Tradicionais
- Palácios, Quintas e Montes

**Estrutura Edificada:**

- Áreas Edificadas e Urbanizáveis

**ESTRUTURA DE MOBILIDADE**

**Estrutura de Mobilidade Poluente:**

- Infra-Estruturas Existentes e Propostas

**Estrutura de Mobilidade Não-Poluente:**

- Modo Ferroviário Ligeiro
- Pedonal e Ciclável
- Percursos Culturais e de Recreio

**INTERSTÍCIOS DAS ESTRUTURAS**

- Áreas Complementares / Ocorrências



O «plano global de estrutura», tendo por objectivo contribuir para uma organização e gestão da paisagem que responda às exigências da sustentabilidade da região urbana e das populações que dela dependem, propõe uma classificação do território baseada nas suas características naturais e culturais, sobre as quais são propostas ocupações humanas que utilizem os recursos e sistemas ecológicos e patrimoniais sem causar a sua degradação ou destruição.

Os conceitos fundamentais que estão na base da estratégia de conjunto são os de paisagem global, cidade-região e património paisagístico, descritos em profundidade ao longo desta dissertação, e o instrumento de integração de todas as componentes da paisagem interpretadas foi o de «Sistema Integrado Paisagem – Cidade – Património», construído a partir das estruturas da paisagem: ecológica, cultural e patrimonial, edificada e de mobilidade, e dos interstícios destas estruturas, que se podem inscrever neste Sistema.

O «macro – plano de estrutura» permite formular algumas recomendações de natureza estratégica que reflectem as propostas para uma estratégia de intervenções integradas de desenvolvimento sustentável para o Sistema Urbano Olhão – Faro – Loulé:

i) Planos de Pormenor e Projectos de Execução da Estrutura Ecológica – os primeiros correspondem a áreas integradas na Estrutura Ecológica Fundamental, como a Campina, com o objectivo de sobre elas incidirem projectos de intervenção rural e patrimonial que desenvolvam as suas potencialidades no sentido da multi-funcionalidade: agricultura, agroturismo, recreio e lazer, preservação da natureza e salvaguarda activa do património edificado, garantindo a continuidade e conectividade ecológica entre os aglomerados urbanos e entre o sistema lagunar e o sistema colinar, através dos corredores verdes e fluviais propostos; os segundos dizem respeito à Estrutura Ecológica Integrada na Estrutura Edificada devendo os projectos actuar ao nível do desenho urbano recorrendo a tipologias urbanas tradicionais como a rua, a praça, o quarteirão e o jardim público, e a tipologias emergentes como o parque (urbano, linear, ribeirinho) e o sistema de parques interligados e hierarquizados que promovam o desenvolvimento de uma rede de espaços que aliam harmoniosamente o recreio, a conservação da natureza e a agricultura, sendo a continuidade entre as diversas propostas assegurada e reforçada através dos corredores verdes e ecológicos, urbanos.

Esta estratégia de planeamento de estruturas ecológicas procura a reestruturação da região urbana controlando a expansão dos aglomerados através da utilização de um “coração e sistema arterial verde” essencialmente composto pelo Parque Agrícola da Campina, pelo Parque Florestal e Recreativo do Pontal, pelos Parques Ribeirinhos de Olhão – Marim e Faro – Montenegro e pelos “corredores fluviais”:

– elaboração do Plano de Pormenor da Campina de Faro – Olhão no sentido da criação de um Parque Agrícola, do domínio privado, mas posto ao serviço público, através da potenciação da prática da agricultura tradicional (explorado em sistema misto, de regadio e de sequeiro), em conjugação com áreas recreativas e de suporte à venda e distribuição de produtos agrícolas de qualidade, com museus e centros de exposição ligados à vida rural, com hortas sociais e pedagógicas, com os percursos ambientais e patrimoniais, e com o turismo rural e o agroturismo;

– elaboração dos Planos de Pormenor das Frentes Aquáticas de Olhão – Marim e de Faro – Montenegro no sentido da criação de Parques Ribeirinhos que, considerando a dinâmica ecológica específica dessas zonas, deverá propor uma configuração espacial que atenda à sua vocação para o lazer ligado à usufruição da Ria Formosa, apoiada em equipamentos colectivos, pontuais, de índole recreativa e educativa (educação ambiental);

– elaboração do Plano de Pormenor da Mata do Pontal no sentido da criação de um Parque Florestal e Recreativo através do uso múltiplo da “floresta” permitindo a conciliação da defesa dos recursos naturais com a sua utilização para o recreio mediante um equilíbrio entre os objectivos da produção e protecção com os da usufruição. Numa região urbana com uma população residente superior a cem mil habitantes (duplicando este valor em determinadas épocas do ano), deficitária em espaços verdes de recreio e lazer e em que o processo de urbanização é intenso e desqualificado, a criação de um Parque, de dimensão regional, pretende contribuir quer para dar resposta à necessidade de espaços de ócio qualificados, quer como “instrumento” de controlo do processo de edificação que ameaça invadir o espaço da Mata;

ii) Planos de Pormenor e Projectos de Execução da Estrutura Cultural – correspondem a áreas da zona rural integradas nos sistemas de produção, de protecção e de recreio da referida Estrutura, através dos quais se pretende promover o desenvolvimento de projectos de intervenção rural que considerem a dinamização económica e social do espaço rural, através da preservação dos valores ecológicos e culturais, e da sua integração na rede de percursos e de miradouros que interligam os principais marcos culturais e sistema de vistas da região urbana, no âmbito da promoção de um turismo alternativo ao segmento convencional. Pelo que se propõe que os referidos percursos e miradouros, incluindo o «Observatório da Paisagem», sejam objecto de projectos de execução e de “monografias” individuais que possibilitem a sua implantação, divulgação e gestão, incorporando-os no circuito recreativo e turístico da região;

iii) Planos de Pormenor e Projectos de Execução da Estrutura Patrimonial – compreendem fundamentalmente: Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização de áreas do património urbano como os centros históricos das cidades de Olhão, Faro e Loulé, e os conjuntos urbanos tradicionais de Quelfes, Pechão, Conceição, Estói, Santa Bárbara e S. Lourenço; Projectos de Reabilitação Urbana e Arquitectónica de elementos edificados, e seu contexto, como as “Quintas de Recreio” e os moinhos de maré da Ria Formosa, bem como Planos de Gestão de áreas do património natural – geomorfológico e pedológico – atendendo ao seu regime *non aedificandi* e, portanto à sua integração na Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional, mas também a sua importância no desenvolvimento do ecoturismo e agroturismo.

A elaboração de Planos de Salvaguarda e Valorização de áreas da Estrutura Edificada Patrimonial a partir do espaço colectivo, deve ter por objectivo melhorar a sua legibilidade e referenciação, e fornecimento dos equipamentos necessários a uma vida urbana de qualidade superior, promotores do desenvolvimento do turismo urbano e do turismo cultural. A elaboração de Planos de Recuperação e de Gestão de sistemas e áreas do património natural, caso dos sistemas dunar e colinar, e dos solos com elevado valor ecológico e/ou agronómico, deve ter por objectivo a contenção estrita da edificação, incluindo a sua demolição em Zonas com Risco de Erosão Costeira ou com Risco de Inundação, de modo a garantir a segurança das populações e a estabilidade física e o equilíbrio biológico da paisagem.

iv) Planos de Urbanização e Planos de Pormenor da Estrutura Edificada – foram delimitados os perímetros dos aglomerados e núcleos urbanos existentes, considerando as áreas urbanizáveis em função da aptidão ecológica e cultural, sobre os quais devem incidir as referidas figuras de planeamento com vista à reestruturação e requalificação do espaço urbanizado.

Na reorganização e requalificação urbanística, à escala da região urbana, os espaços não-edificados passam a assumir um importante papel ao permitirem o desenho e a implementação de uma estrutura de vertebração e articulação dos distintos tecidos edificados, e de suporte a ocorrências e processos naturais que garantem a sustentabilidade ambiental e a qualidade imagética do sistema urbano.

Nesta perspectiva, considera-se fundamental reestruturar, inter-ligar e articular, de forma coerente, o espaço urbanizado tendo em conta as estruturas de mobilidade existentes, respeitando os valores e recursos naturais e culturais, evitando a dispersão da edificação nos sistemas húmidos, marinho e de talvegue, nos agrossistemas tradicionais e nas encostas de maior declive, e assegurando a sua compatibilização com a estrutura ecológica e cultural da paisagem.

Os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor da Estrutura Edificada devem basear-se em intenções e objectivos globais de ordem estrutural e morfológica:

– ao nível estrutural e de modo a contrariar a concepção e o crescimento urbano em curso, responsável quer pelas fortes descontinuidades que têm imprimido à circulação de recursos ambientais (ar, água, matéria orgânica) dos quais depende a sustentabilidade da paisagem e da cidade, quer pela fragmentação destas com os inevitáveis custos sociais, económicos e paisagísticos, propõe-se unificar e reforçar as características estruturais do espaço urbano completando e articulando as malhas pré-existentes (a partir do sistema de percursos e da estrutura fundiária, para além dos factores ambientais) de modo a conferir-lhes coesão e legibilidade. Torna-se, então, necessário completar, hierarquizar e articular os distintos tecidos urbanos, respeitando e reforçando as suas lógicas estruturais e permitindo, assim, o reconhecimento da sua identidade diferenciadora, contribuindo as cidades e os núcleos urbanos com as suas identidades patrimoniais e funções futuras compatíveis, para reforçar o conjunto do sistema urbano.

– ao nível morfológico e reforçando as linhas predominantes da forma da paisagem, pretende-se preservar o perfil “natural” do território mantendo a sua legibilidade, enfatizando quer a leitura do sistema lagunar e das cumeadas através da contenção do tecido edificado, quer a leitura da planície litoral cuja ocupação promove a inversão de escala e diminui a sua clareza morfológica. A este nível é fundamental diferenciar as características do espaço edificado a desenvolver e consolidar no interior dos perímetros urbanos. Por outro lado, propõe-se dar coerência e continuidade formal e perceptiva às relações estabelecidas com os espaços de carácter agrícola e silvícola, e com os espaços verdes de recreio e lazer, de modo a que tanto uns como os outros passem a fazer parte do novo modelo de urbanização, do futuro sistema urbano Olhão – Faro – Loulé.

Nestes, é fundamental proteger morfológicamente as ligações visuais e simbólicas notáveis pelo seu valor cénico, e assegurar a continuidade das relações básicas que as tornam diferenciáveis e, ainda, proteger, recuperar e articular os valores e elementos da estrutura patrimonial da paisagem – centros históricos, conjuntos urbanos tradicionais, sítios arqueológicos, sistemas agrícolas tradicionais, ocorrências edificadas, geomorfológicas e pedológicas culturalmente significativas – detentores de um papel referenciador indispensável na afirmação cultural de uma população e de uma região que, nas últimas décadas, tem sido objecto de um processo intenso de transformação e adulteração da paisagem.

iv) Plano de Requalificação do Sistema de Acessibilidade e Mobilidade – a sua elaboração, em articulação com a reestruturação da paisagem urbanizada e contemplando ligações estruturantes ao nível dos diversos modos de transporte, deverá basear-se nas seguintes premissas:

– a rede urbana policêntrica preconizada através da consolidação e articulação dos aglomerados urbanos de Olhão, Faro (incluindo Montenegro e Gambelas) e Loulé (incluindo Almancil) implica – no que se refere à malha rodoviária e ferroviária, para além da construção de trechos de vias em falta (ligação da variante do Aeroporto à EN 125 no Rio Seco) ou o melhoramento dos traçados existentes (EN 125, IC 4 e EN 2), e a “correção” do traçado da via férrea em Faro de modo a recuperar-se a conexão entre a cidade e a Ria, e a modernização do transporte ferroviário regional – o desenvolvimento de sistemas ferroviários ligeiros ou metro de superfície que complemente os transportes colectivos rodoviários, a par da promoção de condições de mobilidade sustentáveis, com a construção de infra-estruturas cicláveis e de circulação pedonal, seguras e confortáveis;

– a articulação inter-modal entre os transportes terrestres: metro de superfície ao nível do sistema urbano, rede ferroviária regional, e rodoviário, nas suas diversas componentes, para ligações diversificadas, mas também a sua articulação com a infra-estrutura aeroportuária, e a mobilidade por via marítima;

- a consolidação de percursos culturais, ambientais e de recreio, multi-modais, não poluentes, incluindo a circulação de peões, cavaleiros e de bicicletas, de conexão aos principais espaços patrimoniais e sistemas de vistas, e que liguem os equipamentos colectivos mais importantes (Parque das Cidades, Universidade, centros comerciais) e o sistema urbano à região envolvente.

O «macro – plano de estrutura» pretende, em última análise e como designio estratégico, contribuir para a afirmação e consolidação do sistema urbano Olhão – Faro – Loulé como uma cidade (-região) qualificada, dinâmica, atractiva e com elevada qualidade ambiental e de vida, o que significa que a paisagem (global) deverá constituir um recurso fundamental para o desenvolvimento local e regional, o que implica qualificar as suas diferentes estruturas e componentes, em conformidade com a respectiva vocação numa perspectiva de sustentabilidade.

## 7. CONCLUSÕES

A crise do modelo de desenvolvimento actual arrasta consigo e põe em evidência a crise do modelo de ordenamento do território e de regulação urbanística vigentes, que se manifestam num Ambiente degradado, em cidades desqualificadas, alterações climáticas de consequências imprevisíveis, recursos naturais em vias de esgotamento, injustiça e tensão social.

É evidente que o planeta Terra não tolerará muitas mais agressões, nem muito mais tempo os actuais processos de degradação e sobre-exploração dos recursos, pelo que urge encontrar novos caminhos, outros rumos.

Uma vez que o ordenamento territorial, através de um modelo que divorcia o Homem do seu Meio, que separa a cidade da região onde se insere e que não considera as questões do património, cada vez mais se revela incapaz de dar resposta aos problemas com que se deparam, na actualidade, as paisagens e as comunidades humanas, o processo de planeamento encontra-se num momento de decisões e, previsivelmente, de viragem.

Com efeito, reconhecendo que, por um lado, o contraponto às comodidades e recursos tecnológicos hoje ao dispor de todos nós, se traduz em paisagens fragmentadas e descaracterizadas, em cidades ambiental e socialmente degradadas, e num património votado ao abandono e destruição, mas que, por outro lado, é possível transformar, criar, recuperar e preservar paisagens produtivas, belas e equilibradas, que respondam às múltiplas necessidades da sociedade contemporânea, o ordenamento paisagístico e urbano, através de uma nova linguagem e de um novo pensamento, contribuindo decisivamente para superar aquela situação, para atingir este objectivo e, em suma, para encontrar a via do desenvolvimento, constitui um desafio que é colocado, agora e no futuro, a todos e cada um de nós.

Um novo pensamento baseado na superação dos paradigmas e das dicotomias anteriores: o global e o local, o urbano e o rural, o económico e o ecológico, o natural e o cultural, o espacial e o ambiental, e em que todas as dimensões do desenvolvimento: o social, o território, a economia, o ambiente, etc., e da paisagem: estética e poética, ecologia e ética, cultura, e economia, estão intimamente articuladas.

Se o grande desafio é o entendimento da complexidade sistémica dos valores e dos problemas, e a capacidade de desencadear uma acção integrada, pensando e concebendo a paisagem (a cidade e o património) na sua globalidade, então são necessários instrumentos conceptuais e metodológicos, adequados para a prossecução dos objectivos que se colocam, hoje, ao ordenamento paisagístico e desenho urbano.

Neste sentido, a reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu aprofundar algumas considerações sobre os valores, recursos e problemas associados às paisagens tradicionais

e contemporâneas, aos modelos urbanos dominantes e aos bens patrimoniais, no seu todo, bem como sobre os instrumentos preferenciais para a aplicação do ordenamento da paisagem e desenho da cidade.

A aplicação do conceito e dos princípios de sustentabilidade, subjacentes ao modelo de ordenamento e desenho que se preconiza, pressupõe um processo de mudança, no qual, a continuada utilização e preservação dos recursos, a organização e gestão espacial, e as alterações institucionais associadas, são coerentes com objectivos de perpetuar, no tempo, a qualidade ambiental e de vida, a herança cultural e equilíbrio espacial das paisagens, e as funções sócio-económicas dos ecossistemas.

Nesta perspectiva, um processo de projecto e gestão de sistemas urbanos numa perspectiva holística e sustentável, pressupõe uma integração adequada do planeamento do uso do solo com a preservação do património natural e cultural, e com o ordenamento espacial das actividades humanas promotoras de desenvolvimento sócio-económico.

Estes objectivos podem consubstanciar-se num sistema de planeamento de natureza diferente que consiga perspectivar a actuação na paisagem integrando e articulando espaços distintos e contrastantes (urbano, suburbano, rural, de transição, natural), baseando-se no desenvolvimento de metodologias e estratégias de intervenção inovadoras, capazes de absorver as inevitáveis alterações espaciais, conciliando a permanência e valorização das estruturas naturais e antrópicas que lhe conferem autenticidade e carácter, com a dinâmica de transformação ao nível da organização do mosaico paisagístico.

Deste modo, no âmbito de um novo ordenamento e desenho urbano, torna-se necessário a investigação de aspectos fundamentais, como sejam a interpretação ecológica e cultural da paisagem, e a análise dos agentes e dinâmicas da sua transformação, a pesquisa de novos modelos de cidade baseados em princípios de sustentabilidade, nomeadamente as principais questões relacionadas com a integração de princípios ecológicos, e dos processos naturais, mas também dos valores patrimoniais, no urbanismo e no ordenamento. Este trabalho propôs-se investigar algumas questões, conceitos e tendências que podem contribuir para a definição de novas estratégias e metodologias para a orientação de processos de planeamento e práticas projectuais que enquadrem aqueles temas.

Pelo que se efectuou uma abordagem teórica e prática através de pesquisa bibliográfica e documental sobre os principais conceitos e orientações que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos, e que representam novos paradigmas e instrumentos aplicados ao ordenamento paisagístico e projecto urbano, ensaiados num estudo de caso concreto, apresentando-se, seguidamente, as principais conclusões, regressando às questões enunciadas e formuladas no início deste trabalho.

A primeira questão procurava analisar quais os paradigmas que, no âmbito do processo de construção e transformação da paisagem, têm influenciado as relações do Homem com o Meio numa perspectiva de desenvolvimento económico.

Baseando-nos numa estrutura analítica tridimensional onde emergem paisagem, cidade e património como os três grandes conceitos – chave do ordenamento paisagístico e urbano, este assunto foi abordado ao longo dos Capítulos 2, 3 e 4, onde, ao mesmo tempo que se analisou o enquadramento teórico – conceptual sobre a evolução semântica e histórica dos referidos conceitos, ganhando expressão as emergentes noções de paisagem global, cidade – região e património paisagístico na perspectiva da interpretação e intervenção nos espaços urbanos contemporâneos, se avaliaram os principais modelos que orientaram as acções das comunidades humanas no território, nomeadamente sobre os recursos naturais e culturais, e os valores ambientais e patrimoniais.

Considerou-se, nesse quadro, que após um longo período de harmonia e equilíbrio na relação da sociedade com o território, em que se construíram paisagens urbanas, rurais e naturais detentoras de beleza e harmonia, hoje reclamadas um património colectivo insubstituível, se transitou para uma fase mais recente caracterizada por um predomínio de visões sectoriais e utilitaristas, de rápida e máxima rentabilidade, e de atitudes dominantes das comunidades humanas face àquelas paisagens, baseadas na sua adulteração e degradação.

Apesar de, actualmente, continuarem a persistir comportamentos inadequados na utilização dos referidos recursos e valores, e no planeamento do uso do solo, ainda ineficaz, considerado demasiado sectorial e de curto prazo, verificou-se que, nas últimas décadas, se tem vindo a assistir a uma alteração dos sistemas de valores da sociedade, despoletada pela emergência da consciência ambiental e patrimonial aos impactes que as acções e as actividades humanas produzem na paisagem, e que se tem traduzido numa nova atitude face ao Ambiente, à Natureza e ao Património.

Este início de milénio corresponde, por isso, a uma fase em que a tendência é para a superação dos paradigmas e atitudes anteriores, recorrendo a uma abordagem holística e integrada das questões espaciais, ecológicas, económicas e culturais, no desenvolvimento, tanto da sociedade como da Natureza, numa perspectiva de perpetuidade da qualidade ambiental e de vida no planeta.

Os modelos emergentes de desenvolvimento económico-social e de organização e gestão espacial, orientados por princípios estratégicos de sustentabilidade, têm vindo a considerar globalmente os diversos sistemas da paisagem, baseando-se e originando novos conceitos, metodologias e estratégias de planeamento e desenho urbano e paisagístico.

A segunda questão equacionava a intervenção na paisagem actual, considerando as quatro dimensões, essenciais, interligadas na acepção contemporânea de paisagem: estética e poética, ecologia e ética, cultura, e economia, com o objectivo de possibilitar o desenvolvimento, a longo prazo, quer da Natureza, quer da população.

A investigação conduzida sobre este assunto, efectuada no Capítulo 2, levou ao aprofundamento dos aspectos contidos na evolução conceptual de paisagem que, entendida como um sistema vivo, holístico e dinâmico, resultado da interacção dos factores humanos e naturais, ao longo do tempo, pressupõe a compreensão dos processos ecológicos e sociais que configuram as paisagens, utilizando-os como fundamento da intervenção.

Verificou-se que intervir com responsabilidade ética na paisagem contemporânea, através de um renovado modelo de ordenamento, de base simultaneamente ambiental e cultural, assenta numa concepção global do espaço, considerando uma “nova estética” na qual a “ecologia criativa” constitui a matriz daquele modelo, integrando objectivos comuns aos domínios da estética e da ecologia da paisagem. Esta abordagem, baseada na conciliação entre interesses económicos e ecológicos, exige uma visão mais interactiva entre as novas necessidades da sociedade actual (produzir, inventar, desfrutar, sobreviver) e o respeito pelo património e identidade da paisagem, sendo nesta que se fundamenta e se sintetiza a sua própria alternativa de transformação, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A terceira questão procurava indagar quais os factores que estão na origem do modelo de cidade actual e quais os fenómenos, processos e formas responsáveis pela sua configuração, e questionava porque é que o referido modelo é considerado insustentável.

Esta questão, múltipla, foi desenvolvida no Capítulo 3, onde para além da análise dos aspectos mais relevantes da actual discussão em torno da noção de cidade, se procurou enquadrar e analisar o processo de urbanização da paisagem nas principais transformações espaciais, ambientais, económicas e sociais, identificando ao mesmo tempo os principais problemas da cidade contemporânea, considerando que esta integra quer a cidade antiga, densa e centrípeta, quer os novos e imensos tecidos urbanos, descontínuos, configuradores do modelo de cidade de difusa. Pelo que se procedeu, igualmente, à avaliação comparativa do nível de organização e da pressão que ambos os modelos exercem sobre os ecossistemas naturais, no pressuposto de que qualquer tentativa de melhor organizar a cidade actual terá que partir do conhecimento das suas realidades, dinâmicas, problemas e contradições.

A análise da bibliografia mais representativa sobre esta matéria revelou que as lógicas na concepção, construção e funcionamento das cidades se alteraram ao longo do tempo, acompanhando os processos de transformação, rápidos e profundos, a que a sociedade e o território têm estado sujeitos.

Neste contexto, reconhece-se que a visão holística e integrada que deve orientar, actualmente, o nosso modo de construir a análise, a interpretação e a intervenção na cidade contemporânea – global na sua influência, regional na sua extensão e complexa na sua forma, simultaneamente compacta e difusa – se apoia na obrigatória compreensão do conjunto, no sentido da articulação e gestão de ambos os modelos de organização espacial, e de uma relação de maior equilíbrio com o ambiente e o *hinterland*, através da sua integração no espaço regional onde se insere e na adopção de estratégias de reequilíbrio do novo mosaico paisagístico.

Foi possível constatar que é para esta abordagem globalizante, sistémica e prospectiva, que aponta a avaliação comparativa do nível de organização e confrontação daqueles modelos, considerados antagónicos mas não excludentes, antes complementares. Avaliação que manifesta a necessidade de ordenamento e integração da dinâmica de dispersão urbana, grande consumidora de espaço e recursos naturais, e desqualificadora de valores paisagísticos e patrimoniais. Dinâmica que, considerada consequência da reorganização dos processos sócio-económicos e dos novos estilos de vida, e padrões de consumo, apoiada nas infra-estruturas, sistemas e tecnologias de mobilidade, está na origem do modelo de cidade emergente, essencialmente difuso, descontínuo e “predador” de recursos paisagísticos, responsável por inúmeros e graves impactes espaciais, ambientais e sociais no território, e por esta razão considerado insustentável.

A quarta questão debatia a relevância do conceito e do modelo de cidade – região face à escala regional dos territórios urbanos, aos problemas decorrentes do actual processo e dinâmica de urbanização, e às suas principais características, e de como é que este modelo poderia contribuir para resolver grande parte dos principais problemas urbanos actuais, temas que são desenvolvidos na última parte do Capítulo 3 e no Capítulo 5.

No primeiro destes Capítulos e após a revisão da literatura referente a este assunto, foi explicado e proposto o conceito de cidade – região, associando-o à noção de paisagem global, quer como uma ferramenta de análise e interpretação da complexa e dinâmica realidade paisagística contemporânea, quer como modelo e estratégia de intervenção, e cuja utilidade é demonstrada pela sua capacidade efectiva de compreensão e sistematização do actual processo de organização e gestão espacial. Nesta perspectiva, preconiza um novo desenho urbano, de base sistémica, que abrange tanto os valores como as actividades, quer do campo, quer da cidade, e promove a articulação entre ambos no sentido do restabelecimento da unidade urbano – rural, através da conexão entre os sistemas urbanos, os sistemas naturais e os agrossistemas tradicionais, na configuração de uma nova cidade.

Neste contexto, a investigação conduzida nos referidos Capítulos sobre aspectos fundamentais relacionados com a resposta do modelo de cidade – região aos problemas urbanos actuais, e a sua contribuição para a sustentabilidade, permitiu constatar que embora estas questões, estreitamente relacionadas, continuem a ser objecto de acesa discussão entre a comunidade científica internacional, foi possível concluir que se defende, actualmente, que não existe um modelo único de cidade – região, sendo que cada cidade, considerando a rede urbana e o espaço regional em que se insere, deve adaptar os objectivos da sustentabilidade às suas condições específicas, designadamente o seu enquadramento histórico-geográfico, sócio-económico, cultural e institucional, e procurar definir o modo como deve articular o desenvolvimento urbano com os valores ecológicos e patrimoniais da paisagem.

Neste sentido, o modelo de cidade – região procura o desenvolvimento sustentável assente na ideia da regeneração ambiental da rede de cidades e no reequilíbrio entre estas e a sua envolvente territorial, apoiando-se numa concepção global da paisagem através da concretização da ideia de «contínuo natural e cultural» e sua inter-penetração com o espaço edificado, materializada num mosaico paisagístico, complexo e dinâmico, estruturado por redes tecnológicas (infra-estruturas de transporte e de comunicação, etc.) e por redes ecológicas e patrimoniais, contínuas e activas. Pelo que o conceito de cidade – região pressupõe uma mudança no modo de pensar o processo de urbanização e a sua relação com a Natureza e o património. Como estratégia de intervenção baseia-se numa visão estratégica e integradora sobre a paisagem que inclui as diferentes formas e funções das paisagens urbana, rural e natural, e que integra as distintas estruturas que a configuram (ecológica, cultural e patrimonial, edificada, e de mobilidade), permitindo orientar o desenvolvimento urbano ao mesmo tempo que garante a continuidade quer do sistema de espaço colectivo, quer dos sistemas naturais e culturais de âmbito regional (linhas de costa e de fosto, cursos de água, sistemas agro-silvo-pastoris), contribuindo, deste modo, para a sustentabilidade ambiental e económica da paisagem urbanizada.

A quinta questão discutia como podiam ser tidos em consideração os valores patrimoniais da paisagem, considerados num sentido amplo, no ordenamento, requalificação e gestão dos sistemas urbanos. Esta questão foi desenvolvida no Capítulo 4, apresentando o enquadramento teórico e um conjunto de reflexões que suportam esse tema.

Por um lado, a formulação do conceito de património paisagístico que, pela via da ecologia da paisagem e da relevância do ordenamento do território, encerra, em si, uma ideia unificadora da noção de património, abrangendo os distintos tipos de bens, tanto as criações do Homem como as da Natureza, e que pretende indicar a tendência à inclusão simultânea de ambos no processo de planeamento, constituindo-se como uma modalidade mais ampla

e integradora de construir inter-relações e inter-dependências, e neste sentido, um modo diferente de produção de cidade e de paisagem, baseado no valor destas como património. A emergente compreensão da paisagem como património, proposta por aquele conceito, pressupõe a existência de relações equilibradas e harmoniosas entre a sociedade e o território, entre a cidade a região onde se insere, prevalecendo a ideia de que há, hoje, uma necessidade de intervir no património, na sua totalidade, e de conhecer os modelos de construção da paisagem (quer da urbana, quer da rural) na sua evolução histórica e na sua inter-relação com as actividades económicas, matéria que passa a constituir a “chave” fundamental no novo processo de ordenamento e gestão dos sistemas urbanos.

Verificou-se que, ao contrário da conservação museológica dos valores patrimoniais, estes passam a integrar aquele processo mediante a elaboração de estratégias conjugadas de salvaguarda e de valorização conjunta do património edificado e natural, planeando de forma articulada estes dois aspectos indissociáveis do património paisagístico, e a sua incorporação dinâmica nos futuros processos sócio-económicos e de organização espacial.

Por outro lado, na prática do ordenamento e do urbanismo, isto deverá traduzir-se na orientação da acção no sentido da salvaguarda activa (preservação, reabilitação, desenvolvimento) da paisagem, na sua globalidade, integrando a componente patrimonial de modo sistemático e continuado. O que, no âmbito do processo de planeamento e desenho urbano, se traduz na consideração e protecção, não apenas dos espaços urbanos detentores de património arquitectónico de interesse, mas também do espaço rural e natural, que passou a ser considerado parte do património cultural herdado, elemento indissolúvel dos sistemas urbanos, não sendo mais possível entender uns sem os outros, uma vez que se trata de conservar a matriz cultural que configura a estrutura ecológica e cultural da paisagem urbanizada.

A sexta questão reflectia sobre a incorporação dos emergentes conceitos, holísticos e integradores, de paisagem global, cidade – região e património paisagístico no *corpus* teórico e na *praxis* do ordenamento e do urbanismo, no que diz respeito ao seu contributo para o desenvolvimento urbano sustentável, e qual o papel do sistemas de espaços não-edificados neste processo. Esta questão foi considerada nos Capítulos 4 e 5, tratando-se de um tema essencial no equacionamento de um novo modelo de desenvolvimento territorial e de organização e gestão espacial mais atento à identidade e carácter da paisagem, à nova escala dos territórios urbanizados e aos valores patrimoniais na sua globalidade.

Verificou-se que a convergência do progressivo alargamento do âmbito conceptual das referidas noções e a correspondente harmonização de conteúdos e objectivos, se mostrou de fundamental importância na procura de outros rumos para o desenvolvimento da cidade que, atendendo à sua dimensão regional, não poderá deixar de integrar a paisagem – como

elemento superador da oposição urbano/rural e como valor associado à qualidade do ambiente – e o património – que não sendo exclusivo dos centros ou bairros históricos nem se limitar ao edificado, uma vez incorporado no perfil da cidade é um elemento importante de dinamização da economia local e regional. O que pressupõe a necessidade de um novo modelo de ordenamento e desenho urbano que reunindo a complexa matriz dos critérios que conformam a cidade contemporânea e adequado à modelação integrada de todas as variáveis que nela intervêm, se baseia na consideração e tratamento equitativo das quatro componentes essenciais da sustentabilidade urbana: a qualidade ambiental, a qualidade de vida, a eficiência económica e a eficiência institucional.

Verificou-se, assim, que o desenvolvimento urbano que permite a harmonização, a longo prazo, da Natureza, do património e das comunidades humanas, requer a formulação de novas abordagens de planeamento e desenho da cidade apoiadas em princípios de sustentabilidade, na visão global e prospectiva do sistema urbano, e na definição de estratégias para o seu crescimento, em que o sistema de espaços não-edificados, materializado numa estrutura verde – ecológica, cultural e patrimonial – contribui para a estruturação da forma urbana e para a contenção e controlo da sua expansão, mas também para a produção de alimentos, o recreio, o conforto ambiental e a preservação do património edificado e natural.

A natureza multi-funcional das estruturas verdes e a sua presença na paisagem urbanizada, organizada segundo um padrão espacial em rede constituído por áreas e corredores, com uma importância para a qualidade do ambiente urbano equiparável a uma rede de transportes, de água ou de saneamento, eficientes, demonstra o papel potencial que aquele sistema de espaços e aquelas estruturas podem desempenhar no desenvolvimento urbano sustentável.

Neste sentido, e desempenhando uma importância fundamental no processo de desenvolvimento equilibrado da região urbana, os espaços livres, intersticiais, deixam de ser encarados elementos residuais, passivos, de descontinuidade, e passam a ser considerados, pelo novo desenho urbano, espaços contínuos, activos e vividos, com função ecológica, cultural e económica, com valor idêntico ao espaço edificado. Fazendo parte do novo modelo de organização e gestão espacial, passam a unir, interligar, dar continuidade e conectividade ecológica e social, sendo capazes de articular e inter-conectar os distintos espaços – urbanos, rurais, de transição, naturais – da nova cidade, que se pretende sustentável.

Assim, face à actual escala da cidade e num contexto em que as dicotomias convencionais (urbano/rural, centro/periferia, cultural/natural) perderam a anterior clareza conceptual, parece haver consenso quanto há necessidade de definir um novo e distinto modo de programar, projectar e avaliar os espaços não-edificados, que devem passar a ser

entendidos como estruturas de sustentabilidade da paisagem e integradas em novas formas de usufruir da paisagem e da cidade, e dos seus atributos biofísicos, estéticos e culturais.

A sétima questão procurava investigar os princípios e métodos que permitem desenvolver a aplicabilidade do conceito de sustentabilidade, bem como equacionar a sua inserção no processo de ordenamento e desenho urbano. Esta questão é abordada nos Capítulos 5 e 6 através da enunciação do que se consideram os princípios, essenciais, de sustentabilidade, assim como de propostas para uma estratégia de intervenções integradas visando objectivos múltiplos, com a formulação de ocupações potenciais e de recomendações para as práticas de gestão da paisagem, e de medidas e instrumentos que corporizam e evidenciam esses princípios.

Foi possível constatar que a aplicação do conceito e dos princípios de sustentabilidade: (i) formais e estéticos, (ii) ecológicos e sociais, (iii) económicos, e (iv) institucionais, ao planeamento e gestão da cidade, considerando que não existe um modelo único para o desenho da cidade sustentável, implica uma visão global a nível da paisagem e do património, assim como uma perspectiva de continuidade, diversidade e unidade ao nível do ecossistema urbano, sistemas naturais e agrícolas.

Apesar de se concluir que cada cidade deve definir com base nas suas potencialidades e características intrínsecas (biofísicas, sócio-económicas, histórico-culturais) o seu modelo de desenvolvimento urbano sustentável, considerado o conjunto de acções e processos realizados de acordo com os objectivos da sustentabilidade ecológica (perpetuação no tempo dos recursos naturais e culturais que servem de suporte ao desenvolvimento urbano), foi possível encontrar uma série de critérios ou princípios para a orientação das cidades no sentido da sustentabilidade ao contribuírem para resolver grande parte dos problemas urbanos actuais.

Verificou-se que existe um forte consenso entre a comunidade científica na consideração da forma urbana e na integração de princípios ecológicos, e dos processos naturais no desenho urbano, como um aspecto estratégico determinante na definição de um modelo de cidade sustentável, relativamente ao qual são apontados como melhor solução, adaptada a cada situação, o desenvolvimento urbano concentrado e simultaneamente descentralizado, baseado no princípio da limitação da expansão urbana a favor da reutilização de espaços urbanos obsoletos ou abandonados, e a integração da Natureza na cidade através da implementação de estruturas verdes e ecológicas que respondam à contenção do crescimento urbano, à protecção dos espaços rurais e naturais, ao sequestro do dióxido de carbono e melhoria da qualidade do ambiente urbano, e à criação de uma rede de recreio.

Do ponto de vista da integração dos princípios ecológicos e sociais no processo de planeamento, verificou-se, ainda, que um dos caminhos apontados no sentido da

sustentabilidade urbana se baseia na transformação das cidades de metabolismo linear em cidades de metabolismo circular através da substituição dos actuais processos lineares de produção e consumo por um sistema circular de utilização mínima de recursos e de reutilização da matéria, com vista ao encerramento dos ciclos de materiais – resíduos, mediante a aplicação dos quatro “erres” da sustentabilidade: reduzir (o consumo de solo, água, energia, etc.); reciclar (resíduos após recolha selectiva, espaços, estruturas); reabilitar (sistemas naturais e artificiais degradados, espaços abertos e edificados); reutilizar (recursos, resíduos, espaços).

As características do modelo de cidade – região sustentável ressaltaram a importância da reorganização do actual sistema de mobilidade urbana como elemento fundamental para a qualidade ambiental e de vida das populações. Só muito recentemente, é que este tema tem vindo a ser equacionado no âmbito da investigação e do novo projecto urbano.

Verifica-se, no entanto, que de acordo com os objectivos da sustentabilidade urbana, o (re)ordenamento conjugado da mobilidade, a partir do desenvolvimento de redes e corredores de transporte colectivo eficientes, com zonas de interface modal, e da criação de redes de percursos pedonais e ciclovias, com uma estrutura urbana compacta, densa e equilibrada, com mistura de usos, proximidade de funções e de curtas distâncias, apresenta uma maior capacidade de resposta para problemas urbanos actuais, tão distintos como a fragmentação da paisagem, a perda de diversidade biológica e cultural, a falta de equidade e coesão social ou a contaminação e o congestionamento da cidade.

Por outro lado, o novo processo de desenho urbano que, como se verificou, permitirá utilizar de um modo indissociável as componentes da forma da paisagem, quer as de base ambiental, quer as de base cultural, propõe uma nova abordagem centrada nos princípios da economia ecológica assente em políticas, actividades e instrumentos relacionados com o ordenamento paisagístico e a regulação urbanística, e nos princípios básicos da cooperação económica, justiça social e participação pública, plural e democrática.

Devem, assim, ser estabelecidas estratégias (para cujo equacionamento e desenvolvimento a colaboração interdisciplinar e o envolvimento público são factores indispensáveis) de planeamento e gestão sustentável dos sistemas urbanos, com objectivos múltiplos, visando o aproveitamento de espaços, funções e recursos que contemple a preservação de valores insubstituíveis e a recuperação de sistemas degradados, o aumento da eficiência global da região urbana e a redução da sua pegada ecológica, bem como a procura da coesão e equidade social, a adopção de uma economia diversificada propiciadora de emprego e de autonomia local, e ainda uma estrutura administrativa, transversal e horizontal, dotada de meios e apoio político que permita a gestão integrada (monetária, espacial, física, social, ambiental) com os referidos critérios de sustentabilidade.

Por tudo isto, os desafios urbanos e ambientais que se colocam actualmente à sociedade, decorrentes da operacionalização do paradigma de desenvolvimento sustentável, requerem profundas mudanças, nomeadamente na formulação técnica dos problemas, no desenvolvimento de estratégias de desenho urbano alternativo, nos sistemas e políticas institucionais, e nos procedimentos e comportamentos dos decisores e cidadãos, o que significa, em última análise, uma mudança de atitudes no sentido da sustentabilidade.

Foi o que se procurou desenvolver, no que diz respeito às primeiras questões, no estudo de caso apresentado no Capítulo 6, através da formulação de metodologias e estratégias de intervenção paisagística que apoiadas em princípios de sustentabilidade, procuram o (re)ordenamento espacial, a organização funcional e a articulação do sistema urbano com os sistemas naturais e agrícolas, assumindo preocupações com a preservação do património e da paisagem, e a sua transformação, ao mesmo tempo que pretende dar resposta a solicitações sociais.

A oitava questão reflectia sobre os conceitos e tendências emergentes, enunciados como pressupostos para novas estratégias de intervenção e práticas projectuais em paisagens urbanizadas, e que representam novos paradigmas e instrumentos aplicados ao ordenamento e desenho da cidade, e procurava saber qual a sua contribuição para o desenvolvimento de sistemas urbanos, social e ecologicamente, coesos e equilibrados. Este tema foi desenvolvido nos Capítulos 5 e 6, nomeadamente através do estudo de caso apresentado no último destes capítulos.

Após a revisão da literatura referente ao assunto, em que é destacado o papel dos estudos e linhas de investigação de distintos autores, foram enunciados, face aos problemas mais significativos da actual etapa do processo de urbanização da paisagem e à complexidade das suas dinâmicas, quer os principais aspectos funcionais, ambientais e morfológicos a eles associados, quer os novos paradigmas para a sua resolução. Relativamente a estes, verificou-se que, implicados na renovação do “projecto urbano” e enquadrados numa estratégia de um novo “plano urbano e paisagístico” (mais flexível, diversificado, supra-municipal, aberto e em rede), se propõem intervir na totalidade da paisagem a partir do espaço exterior e das relações que este estabelece com o espaço edificado, considerando o funcionamento articulado dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas com os sistemas urbanos.

Partilhando a ideia de que o mundo está formado por sistemas sociais e naturais, complexos, interdependentes e inter-conectados, para cuja harmonização e sustentabilidade fornecem uma série de princípios centrados na organização dos usos do solo, em função da aptidão ecológica, contribuindo deste modo para a preservação dos sistemas e recursos naturais, a longo prazo, e para a criação de comunidades sociais fortes e coesas, foram

apresentados como modelos e instrumentos aplicados ao ordenamento e desenho da cidade: a ecologia da paisagem e o *landscape urbanism*, através do conjunto de princípios e de soluções que introduzem na nova metodologia de abordagem ao território; o estruturalismo enquanto método de concepção à escala regional; a morfologia da paisagem e a abordagem morfo-tipológica a ela associada, como instrumento do ordenamento paisagístico e no qual o princípio da continuidade ecológica e patrimonial ganha especial relevância; e as teorias da complexidade e da cultura do fragmento que utilizam a *collage* e a montagem como mecanismos projectuais na criação de um todo, social e ecologicamente, coeso e equilibrado.

## LISTA DE FIGURAS

### Capítulo 2

Fig. 2.1	– Paisagem: relações entre Sociedade e Território .....	45
	Adaptado de BIFANI, 1984, p.101	
Fig. 2.2	– Separação funcional entre os Sistemas Naturais e os Sistemas Artificiais ....	47
	Adaptado de GUERREIRO, M.G., 1999, p.77	
Fig. 2.3	– Paisagem natural .....	60
	Adaptado de SAUER, C., 1925, p.43	
Fig. 2.4	– Paisagem cultural .....	62
	Adaptado de SAUER, C., 1925, p.48	
Fig. 2.5	– Paisagem .....	63
	Adaptado de MAGALHÃES, M.R., 2001, p.338	
Fig. 2.6	– A cidade e o campo como uma unidade .....	75
	Extraído de TELLES, G.R., 2000, p.51	

### Capítulo 3

Fig. 3.1	– Relação entre os ingredientes e os valores urbanos .....	85
	Extraído de FERRÃO, J., 2003, p.222	
Fig. 3.2	– Paisagem global e cidade-região .....	122
	Extraído de TELLES, G.R., 2003, p.111	

### Capítulo 5

Fig. 5.1	– Netherland Ecological Network .....	191
	Extraído de <a href="http://www2.vrom.nl/notaruite/kaarlen/5/index.htm">www2.vrom.nl/notaruite/kaarlen/5/index.htm</a> (consultado em 2007-11-25)	
Fig. 5.2	– Estrutura “ideal” de um mosaico paisagístico .....	205
	Extraído de FORMAN, R.T., 2001, p.97	
Fig. 5.3	– Modelo dos principais usos do solo com agregação <i>outlier</i> (elementos que se encontram na fronteira da unidade e que são absorvidos por esta) .....	206
	Extraído de FORMAN, R.T., 2001, p.99	
Fig. 5.4	– Mosaico paisagístico da região metropolitana de Barcelona: principais usos do solo .....	208
	Extraído de FORMAN, R.T., 2004, p.24	
Fig.5.5	– A rede esmeralda: rede de corredores verdes para a região metropolitana de Barcelona .....	210
	Extraído de FORMAN, R.T., 2004, p.42	
Fig.5.6	– Plano de ordenamento potencial para a região metropolitana de Barcelona .	210
	Extraído de FORMAN, R.T., 2004, p.75	

## Capítulo 6

Fig. 6.1 – O sistema urbano Olhão – Faro – Loulé na região do Algarve. Localização do estudo de caso .....	219
Fig. 6.2 – Crescimento urbano e desenvolvimento da rede viária .....	228
Fig. 6.3 – Unidades morfo-estruturais e Formações litológico-estratigráficas .....	240
Fig. 6.4 – Hipsometria .....	243
Fig. 6.5 – Hidrografia e estruturas hidráulicas .....	245
Fig. 6.6 – Declives .....	247
Fig. 6.7 – Orientações do Terreno .....	249
Fig. 6.8 – Morfologia do Terreno .....	252
Fig. 6.9 – Solos e Património pedológico .....	255
Fig. 6.10 – Estruturas de vegetação .....	259
Fig. 6.11 – Estrutura fundiária e Tipologias de espaço rural e natural .....	269
Fig. 6.12 – Património paisagístico: património natural e cultural .....	272
Fig. 6.13 – Rede viária .....	275
Fig. 6.14 – Área edificada existente .....	278
Fig. 6.15 – Mosaico paisagístico: sistemas .....	280
Fig. 6.16 – Mosaico paisagístico: estrutura, funcionamento e mudança .....	287
Fig. 6.17 – Unidades de paisagem .....	298
Fig. 6.18 – Um mosaico paisagístico para o litoral centro do Algarve .....	311
Fig. 6.19 – Contributos para a reestruturação da paisagem .....	321

## LISTA DE QUADROS

### Capítulo 3

- Quadro 3.1 – Comparação entre os modelos de cidade compacta e cidade difusa ..... 114  
Adaptado de RUEDA, S., 2000, p.29
- Quadro 3.2 – Factores de dispersão e de “re-urbanização”. Da crise da cidade compacta à integração da cidade difusa ..... 118  
Adaptado de PORTAS, N., 2004, p.226

### Capítulo 6

- Quadro 6.1 – Fases do estudo de caso ..... 221
- Quadro 6.2 – Património geomorfológico. Diagnóstico e orientações para a gestão ..... 238
- Quadro 6.3 – Unidades de paisagem ..... 289
- Quadro 6.4 – Estruturas da paisagem: ocupação potencial e medidas de gestão ..... 318

## BIBLIOGRAFIA

- AA. VV., A new identity for Landscape Ecology in Europe. A Research Strategy for the next decade: outlines formulated at the European Congress, WLO, Dutch Association for Landscape Ecology, Amesterdão, 1998
- AA. VV., Compact Cities and Open Landscape. Spatial planning in the Netherlands, Ministry of Housing, Spatial Planning and the Environment, Haia, 2001
- ÁBALOS, I., Atlas pintoresco, vol. 1: el observatório, Gustavo Gili, Barcelona, 2005
- ABREU, A.C., Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor, Évora, 1989
- ABREU, A.C; CORREIA, T.P; OLIVEIRA, R., (coord.), Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, (5 volumes), Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa, 2004
- AIRES-BARROS, L., "Património cultural, novos enfoques e paradigmas" em AA.VV., Património, Território e Sociedade. Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, Cascais, 2004, pp.7-25
- ALARCÃO, J., Introdução ao Estudo da História e do Património Locais, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1987
- ALBERTI, M., "Urban form and Ecosystem Dynamics: Empirical Evidence and Practice" em WILLIAMS, K; BURTON, E; JENKS, M., (Eds.), Achieving a Sustainable Urban Form, E&FN Spon, Londres, 2000
- ALEXANDER, C., Un lenguaje de patrones, Editorial G. Gili, Barcelona, 1980
- ALEXANDER, C; NEIS, H; ING, I., A New Theory of Urban Design, Oxford University Press, Oxford e Nova Iorque, 1987

- ALFAIATE, T., Expressão dos Valores do Sítio na Paisagem, Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 2000.
- ALMY, D., (ed.), On Landscape Urbanism, School of Architecture, The University of Texas, Austin, 2007
- ALVES, F.B., Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta metodológica, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
- AMADO, M., Planeamento Urbano Sustentável, Caleidoscópio Edição, Lisboa, 2005
- ANDRESEN, M.T., Para a Crítica da Paisagem, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para a obtenção do grau de Doutor, Aveiro, 1992;
- ANDRESEN, M.T., (coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003
- ARAÚJO, I., Sobre a Gestão do Litoral Português, Direcção Geral de Ordenamento, Delegação do Norte, Porto, 1986;
- ARAÚJO, I., A Degradação da Paisagem Portuguesa, Direcção Geral de Ordenamento, Delegação do Norte, Porto, 1986;
- ARAÚJO, I., "Ecologia, Economia da Paisagem e Desenvolvimento Ordenado" em AA.VV., O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1989, pp.349-359;
- ARAÚJO, I., "Considerações sobre a Gestão das Paisagens" em ABREU, M.C., Paisagem, ed. DGOTDU, Lisboa, 1994, pp.121-136;
- ARAÚJO, I., "A Protecção da Natureza e das Paisagens no Planeamento da sua Gestão" em CAETANO, J.O., A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2003, pp.73-95.

- ARCHIBUIGI, F.; NIJKAMP, P. (Ed.), *Economy and Ecology: Towards Sustainable Development*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1990
- ARIAS, P.S., *Periferias y Nueva Ciudad. El Problema del Paisaje en los Procesos de Dispersión Urbana*, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2003
- ARLER, F., "Aspects of Landscape or Nature Quality" em *Landscape Ecology*, nº15, 1997, pp.291-302.
- ASCHER, F., *Metapolis : Acerca do futuro da cidade*, Celta Editora, Oeiras, 1998;
- ASCHER, F., *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*, Éditions de l'Aube, Paris, 2001 ;
- ASCHER, F., «Quelques réflexions à propos du rapport » em PORTAS, N ; DOMINGUES, A ; CABRAL, J., *Políticas Urbanas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, pp. 252-259;
- ASCHER, F., "Multi-Mobility ; Multi-speed Cities. A challenge for architects, town planners and politicians" em FONT, A., (ed.) *The Explosion of City*, COAC Publications, Barcelona, 2004, pp. 352-363.
- AUGÉ, M., *Non-lieux: introduction a une anthropologie de la surmodernité*, Éditions du Seuil, Evreux, 1992.
- BARATA, F.T.; MASCARENHAS, J.M., *Preservando a Memória do Território*, Centro de Estudos de Ecosistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora, Évora, 2002
- BARKER, G., *A framework to the future: green networks with multiple uses in and around towns and cities*, English Nature Research, Report N° 256, English Nature, Peterborough, 1997
- BARRETO, A.V.; DENTINHO, A.P.; CASTELLO-BRANCO, A., *Ordenamento Paisagístico do Algarve*, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Lisboa, 1969
- BATISSE, M., « Conservation du Patrimoine : vingt ans après » em *Sources UNESCO*, num. 39, Jul/Ago., Paris, 1992, pp.7-8.

- BATISTA, D., Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Cacela e da Zona especial de Protecção, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Mestre, Universidade de Évora, 1997;
- BATISTA, D., "Requalificação Urbana e Valorização Ambiental da Frente de Mar de Monte Gordo" em Renovação Urbana do Algarve, edição da CCRAIg, Faro, 1999, pp.106-109;
- BATISTA, D., "Contributos do desenho do espaço público urbano para o desenvolvimento de comunidades humanas sustentáveis" em 1º Seminário sobre Stress, Desporto e Urbanismo, Universidade do Algarve, Faro, 2003 (policopiado);
- BATISTA, D., "Um novo desenho global para uma cidade sustentável" em I Jornadas de Construção de Jardins e Plantas Ornamentais, Universidade do Algarve, 2004
- BATTLE, G ; McCARTHY, C., Sustainable ecosystems and the built environment, Wiley-Academy, John Wiley & Sons, West Sussex, 2001
- BAULER, T., "Concept, application and efficiency of an environmental information system: Indicators for sustainable development in an inter-regional context, First Issues" em AA.VV., In Environmental change, valuation methods and sustainable indicators, EU advanced study course, Office of European Publications, San Marino, 1998
- BEATLEY, T., Green Urbanism: Learning from European Cities, Island Press, Washington, 2000
- BECATTINI, G., et al., "L'industrializzazione Diffusa in Toscana : aspetti economici ", FUA, G. e ZACCHIA, C., L'Industrializzazione senza fratture, il Mulino, Bolonha, 1983, pp. 47-66.
- BENEDICT, M.A.; McMAHON, E.T., Green Infrastructure: Smart Conservation for the 21st century, Sprawl Watch Clearing Monograph Series, Washington, 2001
- BENEVOLO, L., La ville dans l'Histoire Européenne, Éditions du seuil, Paris 1993 ;  
As origens da urbanística moderna, Editorial Presença, Lisboa, 1987

- BERG, L. Van der, *Governing metropolitan regions*, Editions Avebury, 1993
- BERGER, A., *Drosscapes. Wasting Land in Urban America*, Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 2006
- BERKOWITZ, A.R; NILON, C. H; HOLLEWEG, K.S., (eds.), *Understanding Urban Ecosystems*, Springer-Verlag, Nova Iorque, 2003
- BERNÁLDEZ, F., *Ecología y Paisaje*, H.Blume Ediciones, Madrid, 1981;
- BERNÁLDEZ, F., "Ciencia o Poesía: la Temática Específica del Paisaje", Seminario sobre el Paisaje, Junta de Andalucía, Madrid, 1987
- BERQUE, A., *Médiance: de milieux en paysages*, éditions Reclus, Montpellier, 1990
- BERTRAN, J., « El paisatge de les metròpolis i la ciutat del coneixement » em *Àrea – Revista de debats territorials*, nº8, Diputació de Barcelona, 2000, pp.51-138.
- BERTRAND, G., « Pour une Histoire Écologique de la France Rurale » em DUBY, G., e WALLON, A., *Histoire de la France Rurale. Des origines à 1340. Tom.1*, Éditions du Seuil, Paris, 1975, pp.34-113.
- BETTENCOURT, P., *Les Environnements Sédimentaires de la Côte Sotavento (Algarve Sud Portugal) et leur Évolution Holocène et Actuelle*, 2 vols., L'Université de Bordeaux, Bordéus, 1994
- BETTINI, V., *Elementos de ecología urbana*, Editorial Trotta, Madrid, 1998
- BIFANI, P., *Desarrollo y medio ambiente*, MOPU, Madrid, 1984
- BOERI, S. e LANZANI, A., « Gli orizzonti della città diffusa » em *Casabella*, num.588, Mondadori, Milão, 1992, pp. 44-59;
- BOERI, S; LANZANI, A. e MARINI, E., *Il territorio che cambia. Ambienti, paesaggio e immagini della region milanese*, Editrice Abitare Segesta, Milão, 1993.

- BOLÓS, M.C., "Problemática actual de los estudios de Paisaje integrado" em Revista de Geografia, vol.XV, Barcelona, 1981.
- BOLÓS, M.C., (dir.), Manual de Ciencia del Paisaje. Teoría, métodos y aplicaciones, ed. Masson, Barcelona, 1992
- BORJA, J., e MUXÍ, Z., El espacio público: ciudad y ciudadanía, Electa, Barcelona, 2003.
- BRADSHAW, A.D; GOODE, D.A; THORP, E.H.P., Ecology and Design in Landscape, Blackwell Scientific Publications, Londres, 1986;
- BRADSHAW, A.D; GOODE, D.A; THORP, E.H.P., "The Restoration of Land – The Ecology and Reclamation of Derelict and Degraded Land", studies of Ecology, vol.VI, Blackwell Scientific publications, Oxford, 1980
- BRANDÃO, P., O chão da cidade, Centro Português de Design, Lisboa, 2002
- BREHENY, M., (ed.), Sustainable Development and Urban Form, Pion Limited, Londres, 1992
- BRUNTLAND, G.H., Our Common Future, Oxford University Press, Washington, 1987
- BUDISTEANU, I., e SKOVBRO, A., "Improving Urban Performance: Urban Structure and Ecosystems" em Sustainable and Liveable cities, Ninth Conference on Urban and regional research, ONU, Leeds, 2002, pp. 13-29.
- BUREL ; F. e BRAUDY, J., Ecologie du Paysage : concepts, méthodes et applications, éditions Tec & Doc-Lavoisier, Paris, 2001.
- BURTON, E., The Compact City : Just or Just Compact ?, Dissertação apresentada à Universidade de Oxford para a obtenção do grau de Doutor, Oxford Books University, Oxford, 1997
- CABRAL, J. e MARQUES, T. S., "Do planeamento estratégico ao desenvolvimento sustentável. Experiência em Portugal" em InforGeo, nº11, 1996, pp.107-116

- CALDAS, E.C., “Evolução da Paisagem Agrária” em ABREU, M.C., (coord.), Paisagem, edição da DGOTDU, Lisboa, 1994, pp.13-28;
- CALDAS, E.C., A Agricultura na História de Portugal, Empresa de Publicações Nacionais, Lisboa, 1998
- CALDEIRA CABRAL, F., Fundamentos da Arquitectura Paisagista, Instituto da Conservação da natureza, Lisboa, 1993
- CALDEIRA CABRAL, F., “O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza” em 1º Seminário sobre Conservação da Natureza, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, pp. 35-54;
- CALDEIRA CABRAL, F.; TELLES, G.R., A Árvore, 1ª ed., 1960, Assírio & Alvim, Lisboa, 1999
- CAMAGNI, R., et al., I costi collectivi della città dispersa, Alinea Editrice, Milão, 2002.
- CARY, F.C., “Paisagem e Agricultura” em ABREU, M.C., (coord.), Paisagem, edição da DOGTDU, Lisboa, 1994, pp.46-65
- CARVALHO, J., Ordenar a Cidade, Quarteto Editora, Coimbra, 2003
- CARVALHO, M.A.C., Variação de Diversidade Ecológica numa Paisagem Rural em Transformação. O caso do Vale da Ribeira de Seda-Raia, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor, Évora, 1994
- CARRUSCA, S., Loulé. O Património Artístico, Câmara Municipal de Loulé, 2001
- CASINI, P., As Filosofias da Natureza, Editorial Presença, Lisboa, 1979
- CASTELLS, M., La ciudad informacional. Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano – regional, Alinaza Editorial, Madrid, 1995;
- CASTELLS, M., A Sociedade em rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol.I, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002;

- CASTELLS, M., "The education of city planners in the information age", Berkeley Planning Journal, 12, 1998, pp. 25-31.
- CASTILLO, M.Á., (ed.), Ciudades históricas: conservación y desarrollo, Fundación Argentaria, Madrid, 2000
- CAVACO, C., O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar, vol.1 e 2, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976;
- CAVACO, C., "Geografia e Turismo no Algarve. Aspectos Contemporâneos", Finisterra IV – 8, Lisboa, 1969, pp.216-272
- C.C.E., (Comissão das Comunidades Europeias), Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: Um Quadro de Acção, COM (1998) 605, Bruxelas;
- C.C.E., (Comissão das Comunidades Europeias), Para uma Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais, COM (2003) 572 final, Bruxelas;
- C.C.E., (Comissão das Comunidades Europeias), Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano, COM (2004) 60 final e COM (2005) 718 final / SEC (2006) 16, Bruxelas
- C.E.S.U.R., (Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do IST), Try it this way. Desenvolvimento Sustentável ao Nível Local, Guia do Conselho Europeu de Urbanistas, DGOTDU, Lisboa, 2002
- CHOAY, F., L'Urbanisme, Utopies et Realités. Une anthologie, Éditions du Seuil, Paris, 1965 ;
- CHOAY, F., L'Allégorie du Patrimoine, Éditions du Seuil, Paris, 1992;
- CHOAY, F., « El reino de lo urbano y la muerte da la ciudad » em MARTÍN, A.R., Lo urbano en 20 autores contemporâneos, Edicions Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2004, pp. 61-72;
- COLAFRANCESCHI, D., Landscape + 100 palabras para habitarlo, Gustavo Gili, Barcelona, 2007

- COLBY, M.E.; SCHULKIN, J., *Eco-Logic: The Evolution of a Philosophy and Economics of Nature*, vol.33, Gordon and Breach Science Publishers, 1992
- CORNER, J., *Recovering Landscape: Essays in Contemporary Landscape Theory*, Princeton Architectural Arch., Nova Iorque, 1999
- CORNER, J., "Terra fluxus" em WALDHEIM, C., (ed.), *The Landscape Urbanism Reader*, Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 2006, pp.23-33
- CORNER, J., "Processo" em COLAFRANCESCHI, D., *Landscape + 100 palavras para habitá-lo*, G. Gili, Barcelona, 2007, pp.157-158
- COSTA, J.C.A., *Flora e Vegetação do Parque Natural da Ria Formosa*, Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor, UTL-ISA, Lisboa, 1991
- COSTA, M., *As Quintas da Campina de Faro, Levantamento e Caracterização, Relatório de Estágio de Arquitectura Paisagista*, Universidade do Algarve, Faro, 2004
- COVAS, A., *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Edições Colibri, Lisboa, 2004
- CUSTÓDIO, J., *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza*, IPPAR, Lisboa, 1989
- DAIGLE, P. e DAWSON, R., *Management Concepts for Landscape Ecology*, British Columbia Ministry of Forests Research Program, Victoria, 1996
- DALE, V.H; HAEUBER, R.A., (eds.), *Applying Ecological Principles to Land Management*, Springer-Verlag, Berlim, 2001
- DEMATTEIS, G. et al., *I futuri della città. Tesi a confronto*, ed. Franco Angeli, Milão, 1999
- DESVALÉES, A., "Emergence et Evolution du terme Patrimoine" em *Revue Musées*, num.208, Paris, 1995, pp.11-13
- DETRAGIACHE, A., (coord.), *Dalla città diffusa alla città difamada*, Franco Angeli, Milão, 2002.

- DEVALL, B. & SESSIONS, G., *Ecologia Profunda*, Edições Sempre-em-Pé, Lisboa, 2004
- DEVUYST, D; HENS, L; DE LANNOY, W., (eds.), *How green is the city. Sustainable Assessment and the Management of Urban Environments*, Columbia University Press, Nova Iorque, 2001
- DIAS, J.P., *O Algarve revisitado, Festa do Livro*, Lisboa, 1994
- DI MÉO, G., "Patrimoine et Territoire, une parenté conceptuelle » em *Espaces et Sociétés*, nº78, Paris, 1995, pp.21-29
- DOMINGUES, A., *Cidade e Democracia*, Argumentum, Lisboa, 2006;
- DONADIEU, P., "Landscape Urbanism in Europe: From Brownfields to Sustainable Urban Development" em *JoLA – Journal of Landscape Architecture*, Munique, Autumn 2006, pp.36-45
- DONNE, M.D., *Teorias sobre a Cidade*, edições 70, Lisboa, 1990
- DRAMSTAD, W.; OLSON, J.D. e FORMAN, R.T.T., *Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land-Use Planning*, ed. Harvard University Graduate School of Design and Island Press, Washington, 1996
- EIZAGUIRRE, X., *La construcción del territorio disperso. Reflexión sobre la forma difusa*, Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2001
- ELKIN, T; ACLAREN, D; HILLMAN, M., *Reviving the City: Towards Sustainable Urban Development*, Friends of the Earth, Londres, 1991
- FABOS, J., *Planning the Total Landscape – a guide to intelligent, Land Use 2*, University of Massachusetts, Nova Iorque, 1978
- FABOS, J; AHERN, J. (Eds.), *Greenways the Beginning of an International Movement*, Elsevier, Amesterdão, 1996

- FADIGAS, L., A Natureza na Cidade. Uma Perspectiva para a sua Integração no Tecido Urbano, Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de Doutor, Lisboa, 1993
- FARIA, J.R., et al., O Clima de Portugal. Estudo Hidroclimatológico da Região do Algarve, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, fascículo XXVII, Lisboa, 1981
- FARINA, A., Principles and Methods in Landscape Ecology, Kluwer, Dordrecht, Holanda, 2000
- FERRO, G., "L'Algarve (Monografia Regionale)", Annali di Recerche e Studi di Geografie, Ano XI, nº3, Génova, 1955
- FERRY, L., A Nova Ordem Ecológica, Edições ASA, Porto, 1993
- FERREIRA, V.M., Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade, Centro de Estudos Territoriais (ISCTE) e Ler Devagar, Lisboa, 2004.
- FOLCH, R., Ambiente, emoción y ética. Actitudes ante la cultura de la sostenibilidad, Editorial Ariel, Barcelona, 1998
- FONT, A., "Urban problems and disciplinary paradigms in the territories of current urbanism" em FONT, A., et al., The Territories of the Urbanist, Edicions UPC, Barcelona, 2005, pp.19-29
- FORMAN, R.T.T., Urban Regions: Ecology and Planning beyond the City, Harvard Design Books, 2008;
- FORMAN, R.T.T., Mosaico territorial para a região metropolitana de Barcelona, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2004;
- FORMAN, R.T.T., "Envisioning a land mosaic where both nature and people thrive" em Catalogue of the 2nd European Landscape Biennial 2001, edición Fundación Caja de Arquitectos, Colección Arquithemas núm. 11, Barcelona, 2002, pp.34-38;

- FORMAN, R.T.T., "The Missing Catalyst Design and Planning with Ecology Roots" em JOHNSON, B., e HILL, K., (eds.), Ecology and Design, Island Press, Nova Iorque, 2001, pp.85-109;
- FORMAN, R.T.T., "Horizontal processes, roads, suburbs, societal objectives and landscape ecology" em KLOPATEK, J.M. e GARDNER, R.H., (eds.), Landscape Ecological Analysis: Issues and Applications, ed. Springer-Verlag, Nova Iorque, 2001, pp.35-53;
- FORMAN, R.T.T., Land Mosaics. The ecology of landscapes and regions, Cambridge University Press, Cambridge, 1997
- FORMAN, R.T.T.; GODRON, M., Landscape Ecology, John Wiley Sons, Nova Iorque, 1986
- FORTUNA, C., (coord.), Cidade, Cultura e Globalização, Celta Editora, Oeiras, 2001
- FREITAS, P., Quadros de Loulé Antigo, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1991
- FREY, H., Designing the City. Towards a more Sustainable Urban Form, E&FN Spon, Londres, 1999;
- FREY, H., Achieving Sustainable Urban Form, E&FN Spon, Londres, 2000
- GALÍ-IZARD, T., The same landscapes: Ideas and Interpretations, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2005;
- GALÍ-IZARD, T., Nuevos paisajes, nuevas situaciones, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2005
- GALOFARO, L., Art as an approach to contemporary landscape, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2003
- GASPAR, J., Portugal. Os Próximos 20 anos. Ocupação e Organização do Espaço. Retrospectiva e Tendências, I vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986;
- GASPAR, J., As Regiões Portuguesas, Ministério do Planeamento e Administração do Território, SEPDR, Lisboa, 1993;

- GASPAR, J., "Cidades Médias e Cidades Intermédias: Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal" em BELLET, C; LLOP, J.M., (eds.), Ciudades intermédias. Urbanización y sostenibilidad, Editorial Milénio, Lérida, 2000, pp.125-140
- GASPAR, J., "A Paisagem Global de Ribeiro Telles ou o Fim das Oposições Cidade/Campo e Urbano/Rural" em CAETANO, J.O., A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2003, pp.109-112
- GEDDES, P., Ciudades en evolución (Cities in evolution: an introduction to the town planning movement and to the study of cities, Williams and Norgate, Londres, 1915), Infinito, Buenos Aires, 1960.
- GIRARDET, H., The Gaia Atlas of Cities. The directions for sustainable urban living, Anchor Books, Nova Iorque, 1993
- GOITIA, F.C., Breve História do Urbanismo, Editorial Presença, Lisboa, 1992
- GOMES, G., Paisagem Global. A Ecologia da Paisagem enquanto ferramenta de ordenamento paisagístico, Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, Universidade do Algarve, Faro, 2006
- GOMES, R., Ambiente Urbano. Conceito e Estratégia, Ed. Urbe, Lisboa, 2000
- GONZALEZ, I.V., Conservación de bienes culturales, Editora Cátedra, Madrid, 2003
- GRAY, C., From emergente to divergente: modes of landscape urbanism, Dissertação apresentada à Universidade de Edimburgo para a obtenção do grau de Mestre, Universidade de Edimburgo, 2006
- GRENVILLE, J., (ed.), Managing the Historic Rural Landscape, Routledge, Londres, 1999
- GUERREIRO, M.G., O Homem na perspectiva ecológica, Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, Faro, 1999;
- GUERREIRO, M.G., O Algarve à luz de um Ordenamento dos seus Recursos Naturais, Luanda, 1973

- G.U.S.T. – The Ghent Urban Studies Team; *The Urban Condition: Space, Community and Self in the Contemporary Metropolis*, 010 Publishers, Roterdão, 1999
- HALL, P., *Urban and regional planning*, Penguin Geography and Environmental Studies, Londres, 1975
- HALL, P., *Cidades do Amanhã*, editora Perspectiva, São Paulo, 1995
- HALL, P., “Redefining Europe’s Cities” em BELLET, C; LLOP, J.M., (eds.), *Ciudades Intermédias. Urbanización y sostenibilidad*, Editorial Milénio, Lérida, 2000, pp.93-108
- HALL, P., “The Changing European Urban System” em PORTAS, N; DOMINGUES, A; CABRAL, J., *Políticas Urbanas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, pp.226-235
- HALL, P., “Megaciudades, Ciudades Mundiales y Ciudades Globales” em MARTÍN, A.R., (ed.), *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, Edicions UPC, Barcelona, 2004, pp.117-132
- HAMILTON, L.W., (ed.), *The Benefits of Open Space*, The Great Swamp Watershed Association, EUA, 1997
- HENRIQUES, C., *Turismo, Cidade e Cultura. Planeamento e Gestão Sustentável*, Edições Sílabo, Lisboa, 2003
- HERNÁNDEZ, F.F., *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Ediciones trea, Gijón, 2002.
- HOUGH, M., *Cities and Natural Process*, Routledge, Londres, 1995;
- HOUGH, M., “Looking Beneath the Surface: Teaching a Landscape Ethic” em JOHNSON, B; HILL, K., (ed.), *Ecology and Design*, Island Press, Washington, 2001, pp.245-268
- INDOVINA, F., “La città diffusa” em INDOVINA, F., et al., *La Città Diffusa*, DAEST, Veneza, 1990, pp.19-43;

- INDOVINA, F., "The metropolisation of the territory. New territorial hierarchies" em FONT, A., (ed.), *The Explotion of the City*, COAC, Barcelona, 2004, pp.20-47
- INGERSOLL, R., *Sprawltown*, ed. Meltemi, Roma, 2004
- JACKSON, J.B., *Landscape in sight: looking at America*, Yale University Press, New Haven e Londres, 1997
- JACKSON, J.B., *A Sense of Place, a Sense of Time*, Yale University Press, New Heaven, 1994
- JELLICOE, G., *Designing the New Landscape*, Thames and Hudson, Londres, 1991
- JELLICOE, G; JELLICOE, S., *The Landscape of Man*, Thames and Hudson, Londres, 1995
- JENKS, M.; BURTON, E., WILLIAMS, K., (Eds.), *The Compact City: a sustainable urban form?*, E & FN Spon, Londres, 1996
- JOKILEHTO, J.I., *A History of Architectural Conservation*, Butterworth-Heinemann, Oxford, 2002;
- JOKILEHTO, J.I., "Management of Historic Cities and Áreas", *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995, pp.3-12
- JONGMAN, R. & PUNGETTI, G., (eds.), *Ecological Networks and Greenways. Concept, Design, Implementation*, Cambridge University Press, 2004
- KAPLAN, R.; KAPLAN, S., *The Experience of Nature: the psychological perspective*, Cambridge University Press, 1989
- KOOLHAS, R., "What Ever Happened to Urbanism", *Hybrid Morphologies*, Daidalos, nº73, 1999
- KOPP, E., *Os Solos do Algarve e as suas Características*, MAPA, DRAA, Faro, 1989

- LAMAS, J.M.R.G., *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000
- LAMEIRA, F., *Faro. A Arte na História da Cidade*, Câmara Municipal de Faro, 1999
- LEFEUVRE, J.C., «De la protection de la nature à la gestion du patrimoine naturelle» em JEUDY, H., (coord.), *Patrimoines en folie*, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1990, pp.29-76.
- LEITÃO, A.B ; MILLER, J ; AHERN, J ; McCARIGAL, K., *Measuring Landscapes*, Island Press, Washington, 2006
- LEOPOLD, A., *A sand county almanac. And sketches here and there*, Ballantine, Nova Iorque, 1966
- LETURQ, A.S., *De l'écologie urbaine au développement durable, La Lettre du cadre Territorial, Dossiers D'experts, l'Agence Régionale de l'Environnement de Haute-Normandie*, 1998
- LOBO, C.M., *Fragmentation of Land – Rural and Urban: A Mayor Problem of South European Mediterranean Countries*, Plenum Press, Nova Iorque, 1986
- LOPES, F. e CORREIA, M.B., *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004
- LOWENTHAL, D., « Heritage and its Interpreters » em *Heritage Communicator*, 2(1), Canadá, 1988, pp.4-9
- LUGINBUHL, Y., «Le Paysagiste face aux transformation du Paysage Rural. Ideologies et pratiques», AA.VV., *Seminario sobre el Paisaje*, Junta de Andalucía, Madrid, 1987
- LYLE, J.T., *Design for Human Ecosystems: Landscape, land use and natural resources*, Van Nostrand, Nova Iorque, 1985;
- LYLE, J.T., *Regenerative Design for Sustainable Development*, John Wiley & Son Inc., Nova Iorque, 1994

- LYNCH, K., *Sitte Planning*, M.I.T. Press, Massachussets, 1971;
- LYNCH, K., *A Imagem da Cidade*, edições 70, Lisboa, 1982;
- LYNCH, K., *A Boa Forma da Cidade*, edições 70, Lisboa, 1999
- MABBERLEY, D.J. e PLACITO, P.J., *Algarve Plants and Landscape – Passing Traditions and Ecological Change*, Oxford university Press, 1993
- MAGALHÃES, J.R., *O Algarve da antiguidade aos nossos dias – elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999
- MAGALHÃES, M.R., (coord. Geral), *Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e delimitação*, edição ISAPress, Lisboa, 2007;
- MAGALHÃES, M.R., *A Arquitectura Paisagista, morfologia e complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001
- MAGNAGHI, A., *The Urban Village*, Zed Books, Londres, 2005
- MAKHZOUMI, J.; PUNGETTI, G. (eds.), *Ecological Landscape Design and Planning. The Mediterranean Context*, E & FN Spon, Londres, 1999
- M.A.O.T. – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades: POLIS*, M.A.O.T., Lisboa, 1999;
- M.A.O.T. – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; *Parque Natural da Ria Formosa, Plano de Ordenamento, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza*, Lisboa, 1986;
- M.A.O.T. – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, M.A.O.T., I.C.N., Lisboa, 2002;
- M.A.O.T. – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; *Plano Regional de Ordenamento do Algarve, Algarve: um Território com Futuro, vol.I, II e III*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, 2006

- MARSH, G.P., *Man and Nature*, Harvard University Press, Cambridge, 1995
- MARTIGNONI, J., *Latinscapes: Landscape as raw material*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2008
- MARTINS, I., *Loulé no século XX: da decadência da Monarquia à implantação da República*, Edições Colibri, Lisboa, 2000
- McHARG, I., *Design with Nature*, John Wiley&Sons Inc., Nova Iorque, 1969
- McHARG, I., "Ecology and Design" em THOMPSON, F; STEINER, F., (Eds.), *Ecological Design and Planning*, John Wiley & Sons, Nova Iorque, 1997, pp.321-332
- MELA, A., *A Sociologia das Cidades*, Editorial Estampa, Lisboa, 1999
- MEADOWS, D.H; MEADOWS, D.L; RANDERS, J., *Além dos Limites: da catástrofe total ao futuro sustentável*, Difusão Cultural, Lisboa, 1993
- MENDES, M.C., *O planeamento urbano na Comunidade Europeia. Evolução e tendências*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990
- MENDOÇA, N., *Para uma Poética da Paisagem*, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor, Évora, 1989
- MEYER, H., "From Plan via Projects to Perspectives" em FONT, A., et al., (eds.), *The Territories of the Urbanist*, Edicions Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2005, pp.41-49
- MONTANER, J.M., *las formas del siglo XX*, G.Gili, Barcelona, 2002;
- MONTANER, J.M., *Arquitectura y crítica*, G. Gili, Barcelona, 1999;
- MONTANER, J.M., *La modernidad superada. Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1997;
- MOSTAFAVI, M. & NAJLE, C. (eds.), *Landscape Urbanism: A Manual for the Machinic Landscape*, AA Publications, Londres, 2004

- NAREDO, J.M., "Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible" em M.O.P.T.M.A. – Ministerio de Obras Publicas, Territorio y Medio Ambiente, Ciudades para un futuro mas sostenible. Informes Expertos sobre Boas Practicas Españolas, M.O.P.T.M.A., Madrid, 1996, pp.17-38;
- NAREDO, J.M., "Sobre la insostenibilidad de las actuales conurbaciones y el modo de paliarla", em M.O.P.T.M.A., ob. cit., 1996, pp.39-55
- NAREDO, J.M.; VALERO, J., (dirs.), Desarrollo económico y deterioro ecológico, Fundación Argentaria, Madrid, 1999
- NASSAUER, J.I., (ed.), Placing Nature. Culture and Landscape Ecology, Island Press, Washington, 1997
- NAVEH, Z; LIEBERMAN, A.S., Landscape Ecology. Theory and Application, Springer Verlag, Nova lorque, 1984
- NDUBISI, F., "Landscape Ecological Planning" em THOMPSON, F; STEINER, F., (Eds.), Ecological Design and Planning, John Wiley & Sons, Nova lorque, pp.9-44
- NEWTON, N.T., Design on the Land, The Development of Landscape Architecture, Harvard University Press, Cambridge e Londres, 1971
- NIVOLA, P.S., Laws of the Landscape. How policies shape cities in Europe and America, Brooking Institution Press, Washington, 1999
- NORGAARD, B.B., Development Betrayed. The end of progress and coevolutionary revisioning of the future, Routledge, londres e Nova lorque, 1994
- ODUM, E.P., Basic Ecology, College Publishing Saunders, Filadélfia, 1983
- ODUM, E.P., Ecologia: bases científicas para un nuevo paradigma, ed. Vedral, Barcelona, 1992
- OELSCHAEGER, M., Postmodern Environmental Ethics, State University of New York Press, nova lorque, 1995

- ORR, D., *Ecological Literacy: education and the transition to a post-modern world*, State University of New York Press, Nova Iorque, 1992
- OST, F., *La nature hors la loi. L'écologie à l'épreuve du droit*, Editions La Découverte, Paris, 1994
- ORTEGA VALCÁRCEL, J., *Los Horizontes de la Geografía*, Editorial Ariel, Barcelona, 2000
- PAULA, F. e PAULA, R., *Faro: Evolução Urbana e Património*, Câmara Municipal de Faro, Faro, 1993
- PENNING-ROWSELL, E.C.; LOWENTHAL, D., *Landscape Meaning and Values*, Allen and Unwin, Londres, 1986
- PORTAS, N., "De una ciudad a otra: perspectivas periféricas" em MARTÍN, A.R., (ed.), *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, Ediciones UPC, Barcelona, 2004, pp.221-229;
- PORTAS, N., *Os Tempos das Formas, vol.I: A Cidade Feita e Refeita (Escritos 1963-2004)*, Departamento Autónomo de Arquitectura, Universidade do Minho, Guimarães, 2005;
- PORTAS, N., *A cidade como arquitectura*, (1ª ed., 1969), Livros Horizonte, 2ª edição, Lisboa, 2007
- PORTAS, N.; DOMINGUES, A; CABRAL, J., *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003
- PREGILL, P.; VLOKMAN, N., *Landscapes in History. Design and planning in the western tradition*, Van Nostrand, Nova Iorque, 1993
- RAVETZ, J., *Integrated Planning for Long Term Sustainable Development; Final Report of the Sustainable City-region Program*, Centre for Urban and Regional Ecology, Manchester University, Manchester, 2000

- RAVETZ, J., "Urban Form and Sustainability of Urban Systems: Theory and Practice in a Northern Conurbation" em WILLIAMS, K; BURTON, E; JENKS, M., (Eds.), *Achieving Sustainable Urban Form*, E & FP Spon, Londres, 2000, pp.137-152
- REED, P., *Groundswell. Constructing the contemporary landscape*, The Museum of Modern Art, Nova Iorque, 2006
- REES, W., "Achieving sustainability: reforms or transformations" em SATTERTHWAITE, D., (Ed.), *The Earthscan reader in Sustainable Cities*, Earthscan Publications Ltd., Londres, pp.22-54
- REES, W; WACKERNAGEL, M., "Urban Ecological Footprints: why cities cannot be sustainable and why they are a key to sustainable" em *Environmental Impact Assessment Review*, 16, 1996, pp.223-248
- RÉMY, J. & VOYÉ, L., *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição*, Edições Afrontamento, Porto, 1997
- RIBEIRO, O., *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1968;
- RIBEIRO, O., *A Formação de Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987;
- RIBEIRO, O., *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1987;  
(com LAUTENSACH, H.), *Geografia de Portugal, II – O Ritmo Climático e a Paisagem*, edições João Sá da Costa, Lisboa, 1988
- RIECHMANN, J., (coord.), *Ética Ecológica. Propuestas para una reorientación*, Editorial Nordan-Comunidad, Montevideo, 2004
- ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P., *Cidades para um pequeno planeta*, Gustavo Gili, Barcelona, 2001
- ROSETA, H., "A Cidade Sustentável ou as Quatro Dimensões da Sustentabilidade Urbana" em *Urbanismo – Revista da Associação dos Urbanistas Portugueses*, Ano 1, Coimbra, 1999, pp.12-22

- ROSSI, A., *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001
- RUANO, M., *Ecourbanism. Sustainable Human Settlements*, ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1999
- RUEDA, S., *La ciudad sostenible*, Instituto d'Ediciones de la Diputació de Barcelona, Barcelona, 1998
- RUEDA, S., "City models: basic indicators" em *Quaderns d'arquitectura i urbanisme*, Col.legi d'Arquitectes de Catalunya, Barcelona, 2000, pp.25-32
- RYN, S. Van der; COWEN, S., *Ecological Design*, Island Press, Washington, 1996
- SAARINEN, T.F.; SEAMON, D.; SELL, J.L., *Environmental Perception and Behavior*, University of Chicago Press, Chicago, 1984
- SALGUEIRO, T.B., *A Cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Edições Afrontamento, Lisboa, 1992
- SALGUEIRO, T.B.; FERREIRA, A.F., *As cidades, hoje e amanhã*, *Sociedade & Território*, nº31-32, Edições Afrontamento, Porto, 200, pp.180-187
- SAN MARTÍN, I., *The Landscape in the Landscape Ecological Planning*, Arizona State University, Arizona, 2000
- SARAIVA, M.G., *O rio como paisagem. A gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999
- SATTERTHWAITE, D., *The Earthscan Reader in Urban Sustainable*, Earthscan Publications, Londres, 1999
- SECCHI, B., "Urban scenarios and policies" em PORTAS, N; DOMINGUES, A; CABRAL, J., *Políticas Urbanas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, pp. 274-283;
- SECCHI, B., *Un progetto per l'urbanistica*, Giulio Einaudi, Turim, 1989;

- SECCHI, B., "Le condizione sono cambiante" em Casabella, nºs 498-499, Janeiro-Feveiro, 1984, pp.17-21
- SNACKEN, F., "Landscape aesthetics", II Congresso de Ciencia del Paisaje, Monografies de l'EQUIP, 6, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1995, pp.69-80
- SOLÁ-MORALES, I., territorios, Gustavo Gili, Barcelona, 2002
- SORRIBES, J., (dir.), Las Ciudades del Siglo XXI, ed. Soler, colección interciencias, Valência, 2001
- SASSEN, S., The Global City: New York, London and Tokio, Princeton University Press, Nova Jersey, 1991
- SPIRN, A.W., The Granite Garden: Urban Nature and Urban Design, Basic Books Publications, Nova Iorque, 1985
- TÁVORA, F., Da Organização do Espaço, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1999
- TELLES, G.R., " O Homem perante a Paisagem" em Revista Cidade Nova, nº4,Lisboa, 1965, pp.240-246;
- TELLES, G.R., "Da formação do solo à socialização da paisagem" em AA.VV., Uns Comem os Figos..., Colecção Ecologia e Sociedade, Seara Nova, Lisboa, 1975, pp.55-149;
- TELLES, G.R., "A Propósito de Ecosistema Urbano e Conservação da Natureza" em Conservação da Natureza, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1982, pp.127-137
- TELLES, G.R., "A Conservação das Paisagens Históricas e Naturais" em Correio da Natureza, nº17, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1992, pp.22-28;
- TELLES, G.R., Um novo conceito de Paisagem Global: tradição, confrontos e futuro, Jubilação do Professor Gonçalo Ribeiro Telles, Universidade de Évora, 1992;

- TELLES, G.R., "Paisagem Global, um Conceito para o Futuro" em Iniciativa para o Desenvolvimento, a Energia e o Ambiente, número especial, Lisboa, 1994, pp.28-33;
- TELLES, G.R., (coord.), Plano Verde de Lisboa, Edições Colibri, 1997;
- TELLES, G.R., "Um Novo Desenho Urbano" em Lisboa. Urbanismo, Ano 1, Nº1, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1998, pp.6-7;
- TELLES, G.R., "Por uma Paisagem Global", entrevista em Arquitectura e Vida, nº3, Loja da Imagem, Lisboa, 2000, pp.28-35;
- TELLES, G.R., "A Cidade e a Paisagem Global do Século XXI" em CAETANO, J.O., (coord.), A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2003, pp.332-340
- TERRADAS, J., Ecologia urbana, Rubes Editorial, Barcelona, 2001
- THOMPSON, F; STEINER, F., (Eds.), Ecological Design and Planning, John Wiley & Sons, Nova Iorque, 1997
- TJALLINGII, S., Ecopolis, Strategies for Ecologically Sound Urban Development, Institute for Forestry and Nature Research, Wageningen, 1994;
- TJALLINGII, S., Ecological Conditions. Strategies and Structures in Environmental Planning, Institute for Forestry and Nature Research, Wageningen, 1996
- TOBEY, G.B., A History of Landscape Architecture. The relationship of People to Environment, American Elsevier Publishing Company, Nova Iorque e Londres, s/d.
- TORRES, C., "O Garb-al-Andaluz, a Terra e os Homens, os Recursos e os Poderes", em PEREIRA, P., história de Arte Portuguesa, vol.1, edição Temas & Debates, Circulo de Leitores, Lisboa, 1995, pp.150-176
- TOULMIN, S., The Return to Cosmology: Postmodern Science and the Theology of Nature, University of California Press, Los Angeles, 1982

TREIB, M., "Settings and Stray Paths" em Designed Landscape, Fórum 1, Spacemaker, EUA, 1998, pp.136-137

WHYTE, W., The Last Landscape, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 2002

WORSTER, D., The wealth of nature: environmental history and the ecological imagination, Oxford University Press, Nova Iorque, 1993

ZOIDO, N.F.; VENEGAS, M.C., (coord.), Paisaje y ordenación del territorio, Junta de Andalucía, Sevilla, 2000

ZUBE, E.; BRUSH, R.O.; FABOS, J.G., Landscape Assessment: Values, Perceptions and Resources, Dowden, Hutchinson & Ross, Stroudsburg, 1975

4